APRESENTAÇÃO

A ideia da compilação e publicação de uma colecção de estatísticas históricas portuguesas foi lançada, há já mais de uma década, pelo professor Jaime Reis. Circunstâncias diversas impediram que o projecto por ele liderado tivesse êxito ainda nos anos 80 e que as primeiras tentativas do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa para retomar esse projecto, já nos anos 90, com o apoio do Fundo de Investigação desse Instituto, fossem além da organização de um plano e do esboço de alguns capítulos. Só uma terceira tentativa do mesmo Gabinete, agora com o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e do FEDER através do programa PRAXIS XXI, pôde, finalmente, levar os trabalhos a ponto de ser possível colocá-los à disposição dos interessados no estudo da história de Portugal.

O plano do volume procura conjugar a cobertura dos aspectos da vida social tradicionalmente abordados neste tipo de colectâneas — a demografia e a economia nas suas várias vertentes (população, cidades, actividade económica da população, produção, contas nacionais, moeda, preços e salários, finanças públicas e dívida pública, relações económicas externas) — com o tratamento de matérias habitualmente não englobadas, mas igualmente susceptíveis de uma abordagem estatística relevante — a geografia, a cultura e a política.

Muitas pessoas contribuiram com o seu esforço para o resultado conseguido. Em primeiro lugar, os responsáveis pela concepção e preparação das introduções e dos quadros de cada capítulo ou secção — Alda Domingos, Ana Bela Nunes, Ana Maria Simão, Ana Tomás, Carlos Bastien, Eugénia Mata, Eva Nunes, Isabel Loução, Jaime Reis, José Carlos Marques, Magda Pinheiro, Manuel Lisboa, Maria Joannis Baganha, Maria Paula Fontoura e Patrícia Lavos — cujos nomes vão mencionados nos locais próprios. Em segundo lugar, vários colegas que colaboraram em diferentes estádios da preparação da colectânea, embora por razões várias não tenham podido assumir a responsabilidade de nenhuma parte na sua versão final. Foi o caso de David Justino, Helder Fonseca, João Confraria e Pedro Laíns. Em terceiro lugar, os colaboradores que em variadas tarefas apoiaram o trabalho realizado no Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Foi o caso, em particular, de John Elliott, que preparou a versão em inglês. Não deverá ainda deixar de ser mencionado o apoio recebido do pessoal das bibliotecas do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e do Instituto Nacional de Estatística e do secretariado do Departamento de Ciências Sociais do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Resta-me, em nome do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa e de todos os que trabalharam na preparação desta colectânea de estatísticas históricas portuguesas, exprimir o desejo de que

seja atingido o nosso principal objectivo: produzir um instrumento de trabalho útil para todos os que se interessam pelo conhecimento da história da sociedade portuguesa.

NUNO VALÉRIO
(coordenador)

ÍNDICE

Apresentação 1

Índice 3

Capítulo 1 — Geografia (autor: Nuno Valério) 11

Quadro 1.1 — Território e possessões 13
Quadro 1.2 — Divisão do território 25
Quadro 1.3 — Clima 31

Capítulo 2 — População (autores: Maria Joannis Baganha e José Carlos Marques) 33

Quadro 2.1 — População total e por sexo, 1864-1991 51
Quadro 2.2 — População calculada para o final do ano, 1864-1991 52
Quadro 2.3 — População total por grupos de idades, 1864-1991 55
Quadro 2.4 — População total por distritos, 1864-1991 57
Quadro 2.5 — Movimento natural da população, 1890-1991 59
Quadro 2.6 — Nascimentos, óbitos e casamentos, 1890-1991 63
Quadro 2.7 — Nascimentos por sexo, 1890-1991 65
Quadro 2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1991 67
Quadro 2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade 75
Quadro 2.10 — Emigração legal e estimativa da emigração clandestina, 1885-1988 83
Quadro 2.11 — Emigração legal por destinos, 1886-1988 86
Quadro 2.12 — Entradas de emigrantes portugueses em alguns países de destino, 1981-1993 90
Quadro 2.13 — Emigração legal por distrito, 1886-1988 91
Quadro 2.14 — Resumo da emigração legal por distrito, 1886-1988 101
Quadro 2.15 — Emigração legal por sexos, 1886-1988 103
Quadro 2.16 — Características demográficas da emigração legal, 1890-1988 105
Quadro 2.17 — Emigração legal por sexos e grupos de idades, 1955-1988 106
Quadro 2.18 — Movimento de passageiros entre Portugal e as Províncias Ultramarinas 109

Anexo — Pirâmides de idades 114

Índice

Capítulo 3 — Cidades (autor: Ana Tomás) 127

Quadro 3.1 — Cidades segundo o critério legal 128
Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico 132

Capítulo 4 — Actividade económica da população (autor: Ana Bela Nunes) 149

Quadro 4.1 — População activa por ramos de actividade, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1890-1991 163
Quadro 4.2 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991 166
Quadro 4.3 — População activa por situação na profissão, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991 170
Quadro 4.4 — População activa, emprego e desemprego, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1940-1991 172
Quadro 4.5 — População activa, emprego e desemprego, segundo os Inquéritos ao Emprego, 1974-1992 174
Quadro 4.6 — População activa por ramos de actividade, séries longas, 1890-1981 177
Quadro 4.7 — População activa na indústria transformadora em sentido lato por sectores, séries longas, 1930-1981 181
Quadro 4.8 — População activa, emprego e desemprego, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993 186
Quadro 4.9 — População activa por ramos de actividade, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993 188
Quadro 4.10 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993 192

Capítulo 5 — Produção 197

Secção A — Agricultura, pecuária, silvicultura e caça (autor: Eva Nunes) 199

Quadro 5A.1 — Utilização do solo e explorações agrícolas 201
Quadro 5A.2 — Efectivos pecuários 203
Quadro 5A.3 — Máquinas agrícolas 205
Quadro 5A.4 — Produção da agricultura 207
Quadro 5A.5 — Produção da pecuária 224
Quadro 5A.6 — Produção da silvicultura 234

Índice

Secção B — Pesca e aquicultura (autor: Nuno Valério) 239

Quadro 5B.1 — Embarcações de pesca 241
Quadro 5B.2 — Pesca desembarcada e aquicultura 245

Secção C — Indústria extractiva (autor: Nuno Valério) 249

Quadro 5C.1 — Extracção de produtos energéticos 250
Quadro 5C.2 — Extracção de minérios metálicos não-radioactivos 253
Quadro 5C.3 — Extracção de minerais não-metálicos 257

Secção D — Indústria transformadora (autor: Manuel Lisboa) 261

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 295
Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial 315

Secção E — Electricidade, gás, água e saneamento (autor: Isabel Loução) 329

Quadro 5E.1 — Produção de electricidade e gás 331
Quadro 5E.2 — Balanços energéticos 333
Quadro 5E.3 — Abastecimento de água 334
Quadro 5E.4 — Saneamento 336

Secção F — Construção (autor: Nuno Valério) 337

Quadro 5F.1 — Edifícios existentes 338
Quadro 5F.2 — Construção de edifícios 339
Quadro 5F.3 — Indicadores globais de actividade da construção 342

Secção G — Comércio e reparação de automóveis e artigos domésticos (autor: Nuno Valério) 343

Quadro 5G.1 — Indicadores de actividade do comércio 344
Quadro 5G.2 — Indicadores de actividade dos serviços de reparação e similares 345

Índice

Secção H — Hotelaria e restauração — Turismo (autor: Ana Maria Simão) 347

Quadro 5H.1 — Hotelaria 350
Quadro 5H.2 — Restauração 352
Quadro 5H.3 — Turismo 354

Secção I — Transportes e comunicações 355

Sub-secção IA — Transportes (autor: Magda Pinheiro) 357

Quadro 5IA.1 — Estradas 361
Quadro 5IA.2 — Meios de transporte rodoviário 366
Quadro 5IA.3 — Transportes públicos rodoviários 369
Quadro 5IA.4 — Caminhos-de-ferro 372
Quadro 5IA.5 — Movimento dos portos 377
Quadro 5IA.6 — Marinha mercante e sua actividade 383
Quadro 5IA.7 — Movimento dos aeroportos 388
Quadro 5IA.8 — Actividade das companhias aéreas 390
Quadro 5IA.9 — Transportes urbanos 392

Sub-secção IB — Comunicações (autor: Nuno Valério) 397

Quadro 5IB.1 — Correios 399
Quadro 5IB.2 — Telecomunicações 404

Secção J — Actividades financeiras (autor: Nuno Valério) 409

Quadro 5J.1 — Outros intermediários financeiros 414
Quadro 5J.2 — Desconto e protesto de letras 418
Quadro 5J.3 — Seguros e fundos de pensões 421
Quadro 5J.4 — Constituição e dissolução de sociedades 425
Quadro 5J.5 — Emissão e transacção de títulos 428

Secção K — Imobiliário, aluguer e serviços prestados às empresas (autor: Nuno Valério) 431

Quadro 5K.1 — Transacções e hipotecas de prédios 433
Quadro 5K.2 — Indicadores de actividade dos serviços prestados às empresas 436

Índice

Secção L — Administração pública (autores: Eugénia Mata e Nuno Valério) 439

Quadro 5L.1 — Justiça 442
Quadro 5L.2 — Finanças da administração local 446
Quadro 5L.3 — Indicadores de actividade da administração pública e defesa 453

Secção M — Educação e investigação (autores: Alda Domingos e Nuno Valério) 459

Quadro 5M.1 — Educação — conclusões dos vários graus de ensino 463
Quadro 5M.2 — Investigação 468

Secção N — Saúde, serviços veterinários e assistência social (autores: Patrícia Lavos e Nuno Valério) 469

Quadro 5N.1 — Médicos, farmacêuticos e veterinários inscritos nas respectivas Ordens 472
Quadro 5N.2 — Equipamentos de saúde 474
Quadro 5N.3 — Serviços de saúde e indicadores gerais sobre a saúde 478
Quadro 5N.4 — Receitas e despesas da protecção social 483
Quadro 5N.5 — Beneficiários e pensionistas da protecção social e subsídio de desemprego 484

Secção O — Serviços colectivos, sociais e pessoais (autor: Nuno Valério) 489

Quadro 5O.1 — Serviços colectivos 493
Quadro 5O.2 — Serviços sociais — serviços religiosos 498
Quadro 5O.3 — Serviços pessoais 499

Secção P — Serviços domésticos (autor: Nuno Valério) 501

Quadro 5P.1 — Pessoas ocupadas em serviços domésticos 502
Quadro 5P.2 — Indicadores da actividade das empresas de serviços domésticos 503

Capítulo 6 — Contas nacionais (autor: Nuno Valério) 505

Quadro 6.1 — Origem sectorial do produto 511
Quadro 6.2 — Origem sectorial do produto da indústria transformadora 515
Quadro 6.3 — Origem sectorial do produto dos serviços diversos 519

Quadro 6.4 — Despesa nacional 520
Quadro 6.5 — Rendimento disponível da nação 524
Quadro 6.6 — Produto interno bruto e suas variações 528

Capítulo 7 — Moeda e crédito (autor: Jaime Reis) 537

Quadro 7.1 — Moeda metálica 551
Quadro 7.2 — Moeda fiduciária 557
Quadro 7.3 — Moeda escritural 559
Quadro 7.4 — Oferta monetária 562
Quadro 7.5 — Base monetária 576
Quadro 7.6 — Banco de Portugal 578
Quadro 7.7 — Bancos, banqueiros e casas bancárias 592
Quadro 7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito 599
Quadro 7.9 — Número de instituições financeiras 607
Quadro 7.10 — Taxas de desconto do Banco de Portugal 609
Quadro 7.11 — Compensação bancária 611

Capítulo 8 — Preços e salários (autor: Carlos Bastien) 615

Quadro 8.1 — Preços 621
Quadro 8.2 — Salários 640

Capítulo 9 — Finanças públicas e dívida pública (autor: Eugénia Mata) 657

Quadro 9.1 — Avaliações e orçamentos das receitas públicas, séculos 14 a 18 662
Quadro 9.2 — Receitas e despesas públicas, 1762-1833 663
Quadro 9.3 — Síntese das contas públicas, 1833-1997 664
Quadro 9.4 — Composição das despesas públicas por ministérios, 1833-1997 670
Quadro 9.5 — Composição funcional das despesas públicas, 1851-1997 694
Quadro 9.6 — Receitas fiscais, 1833-1997 700
Quadro 9.7 — Dívida pública, 1851-1997 707

Capítulo 10 — Relações económicas externas (autores: Maria Paula Fontoura e Nuno Valério) 713

Quadro 10.1 — Comércio externo e direitos de importação 1776-1997 719

Quadro 10.2 — Balança comercial e operações monetárias 1776-1997 725
Quadro 10.3 — Balança de pagamentos 1948-1997 731
Quadro 10.4 — Balança de transacções correntes 1948-1997 733
Quadro 10.5 — Balança de movimentos de capitais 1965-1997 735
Quadro 10.6 — Taxas de câmbio 1891-1998 737

Capítulo 11 — Cultura (autor: Nuno Valério) 741

Quadro 11.1 — Língua materna da população portuguesa 744
Quadro 11.2 — Religião da população portuguesa 746
Quadro 11.3 — Qualificação escolar da população portuguesa 747

Capítulo 12 — Política (autor: Nuno Valério) 751

Quadro 12.1 — Condes dos Condados de Portugal e de Coimbra 766
Quadro 12.2 — Reis de Portugal 768
Quadro 12.3 — Presidentes da República de Portugal 772
Quadro 12.4 — Reuniões das Cortes durante a Monarquia Absoluta 776
Quadro 12.5 — Eleições parlamentares 781
Quadro 12.6 — Governos 792
Quadro 12.7 — Guerras e conflitos internos 802
Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos 823

Índice 847

CAPÍTULO 1 — GEOGRAFIA

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

Este capítulo procura apresentar uma síntese do enquadramento geográfico da existência da sociedade portuguesa.

O quadro 1.1 resume as circunstâncias históricas em que se constituiu o território português e em que outros territórios estiveram sujeitos à soberania portuguesa.

O quadro 1.2 contém os dados fundamentais sobre a divisão eclesiástica, administrativa, judicial, militar e económica do território português ao longo da sua história.

O quadro 1.3 inclui os dados fundamentais para o conhecimento do clima das regiões que constituem hoje o território português. Apresentam-se as normais climatológicas das seguintes localidades: Ponta Delgada e Porto, consideradas paradigmáticas do clima temperado atlântico prevalecente, respectivamente, nos Açores e no litoral norte do Continente; Faro e Funchal, consideradas paradigmáticas do clima temperado mediterrânico prevalecente, respectivamente, no litoral sul do Continente e na costa sul da Madeira; Lisboa, considerada paradigmática do clima temperado de transição entre as variantes atlântica e mediterrânica prevalecente no litoral centro do Continente; Évora, considerada paradigmática do clima temperado semi-continental prevalecente no interior do Continente; e Penhas Douradas, considerada paradigmática do clima temperado de transição para um clima de montanha prevalecente nas zonas do interior norte do Continente de altitude superior a 1200 m[1].

Bibliografia

CALDAS, Eugénio de Castro; LOUREIRO, Manuel de Santos — Regiões homogéneas no Continente português — primeiro ensaio de delimitação. Lisboa: Instituto nacional de Investigação Industrial – Fundação Gulbenkian, 1966.

GASPAR, Jorge (direcção) — Portugal em mapas e em números. Lisboa: Horizonte, 1979.

MATOSO, José (direcção) — História de Portugal. (7 volumes) Lisboa: Círculo de Leitores, 1992-1994.

[1] Dados adicionais sobre séries meteorológicas podem ser encontrados no documento de trabalho nº 17 do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

OLIVEIRA, Miguel de — História eclesiática de Portugal. Mem Martins: Europa-América, 1994.

PERES, Damião (direcção) — História de Portugal. (8 volumes) Barcelos: Portucalense Editora, 1938-1940.

RODRIGUES, António Simões (coordenador) — História de Portugal em datas. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção) — Nova história da expansão portuguesa. (5 volumes publicados) Lisboa: Estampa, 1986-1998.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção) — Nova história de Portugal. (7 volumes publicados) Lisboa: Presença, 1987-1998.

Quadros

1.1 — Território e possessões

1.2 — Divisão do território

1.3 — Clima

Quadro 1.1 — Território e possessões

Fontes — Matoso, 1992-1994; Peres, 1938-1940; Rodrigues, 1994; Serrão, Marques, 1986-1998; Serrão, Marques, 1987-1998.

A — Território

O território português engloba três regiões: o Continente, a Madeira e os Açores.

Continente

O Continente ocupa o sudoeste da Península Ibérica e tem hoje uma superfície de cerca de 89 000 km^2.

A sua submissão à soberania portuguesa processou-se em cinco etapas principais:

1ª Formação do primeiro Condado de Portugal — O território do primeiro Condado de Portugal (868-1071) correspondia ao actual território do Continente entre o rio Lima e o rio Douro. Tinha uma superfície de cerca de 16 500 km^2.

2ª Formação do Condado de Coimbra — O território do Condado de Coimbra (878-981 e 1064-1093) correspondia ao actual território do Continente entre o rio Douro e a cordilheira central, com exclusão da região de Ribacoa. Tinha uma superfície de cerca de 17 600 km^2.

3ª Formação do segundo Condado de Portugal — O território do segundo Condado de Portugal (1096-1143) correspondia inicialmente ao actual território do Continente entre o rio Minho e a cordilheira central, com exclusão da região de Ribacoa. Tinha uma superfície de cerca de 35 900 km^2.

4ª Conquista do actual território do Continente a sul da cordilheira central — Em 1143, o Condado de Portugal transformou-se no Reino de Portugal, efectivamente independente do Reino de Leão. Entre 1143 e 1249, o Reino de Portugal conquistou aos estados muçulmanos vizinhos o actual território do Continente a sul da cordilheira central e a região de Olivença. O território do Reino de Portugal passou, assim, a ter cerca de 87 700 km^2.

5ª Fixação da fronteira leste do Reino de Portugal com o Reino de Leão — Essa fixação foi feita pelos tratados de Badajoz de 1267 e de Alcanizes de 1297, no segundo caso após uma guerra que levou à ocupação por Portugal da região de Ribacoa. Estes tratados confirmaram a soberania de Portugal sobre o Algarve, sobre as regiões de Olivença e de Moura e Serpa na margem esquerda do rio Guadiana e sobre Ribacoa. Como resultado desta fixação da fronteira, o território do Reino de Portugal passou a ter cerca de 89 500 km^2.

Desde 1297, a extensão do território do Continente apenas foi alterada pelo Tratado de Badajoz de 1801. Por esse tratado, passou para a soberania do Reino de Espanha a região de Olivença.

Madeira

A região da Madeira corresponde ao arquipélago do mesmo nome, constituído pelas ilhas habitadas da Madeira e do Porto Santo e pelas ilhas desabitadas Desertas e Selvagens. Tem uma superfície de cerca de 800 km^2.

O arquipélago era desabitado até à sua ocupação por Portugal em 1418 (Porto Santo) e em 1419 (Madeira).

Açores

A região dos Açores corresponde ao arquipélago do mesmo nome, constituído pelas ilhas habitadas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, Graciosa, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo e por várias ilhas desabitadas. Tem uma superfície de cerca de 2 300 km^2.

O arquipélago era desabitado até à sua ocupação por Portugal a partir de 1439.

B — Possessões

Ao longo da sua história, o estado português deteve possessões em quinze regiões do mundo: Marrocos, Guiné, Cabo Verde, costa do Golfo da Guiné, ilhas do Golfo da Guiné, Sudoeste de África, África Oriental, Abissínia, Índia, Golfo Pérsico, Malásia, China, Insulíndia, Brasil e Noroeste Atlântico.

Marrocos

Existiram possessões portuguesas em Marrocos de 1415 a 1769 como resultado da conquista de várias praças e da esporádica submissão de alguns territórios adjacentes. As principais praças envolvidas foram as seguintes:

Quadro 1.1 — Território e possessões (continuação)

— Ceuta — Conquistada em 1415 ao Reino de Marrocos. Perdida efectivamente para o Reino de Espanha em 1640, por não ter reconhecido a deposição do rei Filipe III pelo rei João IV. A soberania espanhola foi reconhecida pelo tratado de 1668 que pôs fim à Guerra da Restauração.

— Alcácer Ceguer — Conquistada em 1458 ao Reino de Marrocos. Perdida em 1549 para o Reino de Marrocos.

— Arzila — Conquistada em 1471 ao Reino de Marrocos. Perdida em 1550 para o Reino de Marrocos. Conquistada em 1577 ao Reino de Marrocos. Perdida em 1589 para o Reino de Marrocos.

— Tânger — Ocupada em 1471, após abandono pelo Reino de Marrocos. Cedida à Inglaterra em 1662.

— Azamor — Conquistada em 1486 ao Reino de Marrocos. Perdida em 1542 para o Reino de Marrocos.

— Safim — Conquistada em 1488 ao Reino de Marrocos. Perdida em 1542 para o Reino de Marrocos.

— Santa Cruz do Cabo de Güé — Conquistada em 1505 ao Reino de Marrocos. Perdida em 1541 para o Reino de Marrocos.

— Mogador — Conquistada em 1506 ao Reino de Marrocos. Perdida em 1510 para o Reino de Marrocos.

— Mazagão — Conquistada em 1514 ao Reino de Marrocos. Perdida em 1769 para o Reino de Marrocos.

Guiné

Existiram possessões portuguesas na costa da Guiné (costa ocidental de África a norte do Golfo da Guiné) de meados do século 15 a 1974. Podem distinguir-se dois períodos na evolução dessas possessões:

1) De meados do século 15 a finais do século 19, as possessões portuguesas na costa da Guiné assumiram a forma de feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas.

As principais fortalezas e feitorias portuguesas na costa da Guiné entre meados do século 15 e finais do século 19 foram:

— Argüim — Fortaleza construída cerca de 1450. Conquistada pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa em 1638.

— Cacheu — Feitoria estabelecida em 1588. Fortaleza construída em 1641.

— Bissau — Feitoria estabelecida em 1681. Fortaleza construída em 1687.

2) De finais do século 19 a 1974, as possessões portuguesas na costa da Guiné assumiram a forma de uma província ultramarina ou colónia, denominada Guiné Portuguesa, com uma superfície de cerca de 36 000 km^2 e a capital em Bissau.

O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) desencadeou a luta armada pela independência da Guiné Portuguesa em Janeiro de 1962.

Em 24 de Setembro de 1973, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, reunida em Madina do Boé, proclamou a independência da Guiné-Bissau.

Na seqüência do Protocolo de Argel de 26 de Agosto de 1974 entre Portugal e o PAIGC, a independência da Guiné-Bissau foi reconhecida por Portugal em 10 de Setembro de 1974.

Cabo Verde

O território de Cabo Verde corresponde ao arquipélago do mesmo nome, constituído pelas ilhas habitadas de Boavista, Brava, Fogo, Maio, Sal, Santa Luzia, Santiago, Santo Antão, São Nicolau e São Vicente e por várias ilhas desabitadas. Tem uma superfície de cerca de 4 000 km^2.

O arquipélago era desabitado até à sua ocupação por Portugal a partir de 1460.

Nos termos do Protocolo de Argel de 26 de Agosto de 1974 entre Portugal e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Cabo Verde tornou-se independente em 5 de Julho de 1975.

Costa do Golfo da Guiné

Existiram possessões portuguesas na costa do Golfo da Guiné entre finais do século 15 e 1961 sob a forma de feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas.

As principais fortalezas e feitorias portuguesas da costa do Golfo da Guiné entre meados do século 15 e 1961 foram:

— São Jorge da Mina — Fortaleza construída cerca de 1485. Conquistada pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa em 1637.

— São João Baptista de Ajudá — Fortaleza construída cerca de 1680. Conquistada pelo Daomé (hoje Benim) em 1961.

Na década de 1880, Portugal tentou estabelecer um protectorado sobre a região do Daomé (hoje Benim), o que não conseguiu devido à oposição da França.

Ilhas do Golfo da Guiné

As principais ilhas do Golfo da Guiné — Ano Bom, Fernão do Pó, Príncipe e São Tomé — eram, com excepção de Fernão do Pó, desabitadas até à sua ocupação por Portugal a partir de 1470.

São Tomé foi conquistada pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesas em 1641 e recuperada por Portugal em 1648.

As ilhas de Ano Bom e de Fernão do Pó foram cedidas à Espanha pelo Tratado de Santo Ildefonso de 1777. As possessões portuguesas nas ilhas do Golfo da Guiné ficaram, a partir de então, reduzidas às ilhas de São Tomé e do Príncipe, com uma superfície de cerca de 1 000 km^2.

Nos termos do Acordo de Argel de 26 de Novembro de 1974 entre Portugal e o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, São Tomé e Príncipe tornou-se independente em 12 de Julho de 1975.

Sudoeste de África

Existiram possessões portuguesas no sudoeste da África (costa ocidental de África a sul do Golfo da Guiné) de finais do século 15 a 1975. Podem distinguir-se quatro períodos na evolução dessas possessões:

1) De finais do século 15 a finais do século 16, as possessões portuguesas no sudoeste da África assumiram a forma de feitorias, enquadradas pelo protectorado de Portugal sobre o Reino do Congo.

2) De finais do século 16 a finais do século 18, as possessões portuguesas no sudoeste da África assumiram a forma de feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas.

As principais fortalezas e feitorias portuguesas no sudoeste da África entre finais do século 16 e finais do século 19 foram:

— São Paulo de Luanda — Fortaleza construída em 1576. Conquistada pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa em 1641. Recuperada por Portugal em 1648.

— Massangano — Fortaleza construída em 1582.

— Cambambe — Fortaleza construída em 1602.

— Ambaca — Fortaleza construída em 1614.

— São Filipe de Benguela — Fortaleza construída em 1617.

— Caconda — Fortaleza construída em 1682.

3) De finais do século 18 a finais do século 19, as possessões portuguesas no sudoeste da África assumiram a forma de uma província ultramarina ou colónia, denominada Angola, com uma superfície de cerca de 100 000 km^2 e a capital em Luanda.

4) De finais do século 19 a 1975, as possessões portuguesas no sudoeste da África assumiram a forma de uma província ultramarina ou colónia, denominada Angola, com uma superfície de cerca de 1 247 000 km^2 e a capital em Luanda.

A luta armada pela independência de Angola foi desencadeada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 4 de Fevereiro de 1961, pela União dos Povos de Angola (UPA), depois Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em 15 de Março de 1961 e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em 25 de Dezembro de 1965.

Na seqüência do Acordo do Alvor de 15 de Janeiro de 1975 entre Portugal, o MPLA, a FNLA e a UNITA, a independência de Angola foi proclamada em 11 de Novembro de 1975, simultâneamente por dois governos, um do MPLA sediado em Luanda, outro de uma aliança FNLA-UNITA sediado no Huambo, governos entre os quais se vinha já travando e continuou posteriormente a travar uma guerra civil.

África Oriental

Existiram possessões portuguesas na África Oriental de princípios do século 16 a 1975. Podem distinguir-se três períodos na evolução dessas possessões:

1) De princípios do século 16 a princípios do século 18, as possessões portuguesas na África Oriental assumiram a forma de feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas.

As principais fortalezas e feitorias portuguesas na África Oriental entre princípios do século 16 e princípios do século 18 foram:

— Zanzibar — Conquistada em 1503. Perdida para o Sultanado de Omã em 1652.

— Sofala — Conquistada em 1505. Estabeleceram-se posteriormente como dependências Sena e Tete no vale do Zambeze.

— Mombaça — Conquistada em 1505. Perdida para Sultanado de Omã em 1698. Recuperada por Portugal em 1728. Perdida de novo para Sultanado de Omã em 1729.

— Quíloa — Conquistada em 1505. Abandonada em 1512.

— Moçambique — Conquistada em 1545.

2) De princípios do século 18 a finais do século 19, as possessões portuguesas na África Oriental assumiram a forma de uma província ultramarina ou colónia, denominada Moçambique, com uma superfície de cerca de 100 000 km^2 e a capital em Moçambique.

3) De finais do século 19 a 1975, as possessões portuguesas na África Oriental assumiram a forma de uma província ultramarina ou colónia, denominada Moçambique, com uma superfície de cerca de 785 000 km^2 e a capital em Lourenço Marques (hoje Maputo).

A Frente Nacional de Libertação de Moçambique (FRELIMO) desencadeou a luta armada pela independência de Moçambique em Setembro de 1964.

Na seqüência do Protocolo de Lusaca de 7 de Setembro de 1974 entre Portugal e FRELIMO, Moçambique tornou-se independente em 25 de Julho de 1975.

Abissínia

O envio, em 1541, de uma expedição militar para defender a Abissínia do Sultanado de Adal, aliado do Império Otomano, estabeleceu, na prática, um protectorado português sobre a Abissínia.

O protectorado português sobre a Abissínia terminou em 1634, devido ao seu repúdio por parte do governo da Abissínia.

Índia

Existiram possessões portuguesas na Índia de princípios do século 16 a 1961. Podem distinguir-se dois períodos na evolução dessas possessões:

1) De princípios do século 16 a finais do século 18, as possessões portuguesas na Índia assumiram a forma de feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas.

As principais fortalezas e feitorias portuguesas na Índia entre princípios do século 16 e finais do século 18 foram:

— Cochim — Submetida a protectorado português em 1503. Perdida para a Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesas em 1662.

— Goa — Conquistada em 1510. Passou a ter como dependências, a partir de 1544, os territórios de Bardez e Salcete (Velhas Conquistas) e a partir de 1763 os territórios de Bicholim, Canácona, Perném, Pondá, Quepém, Sangüém e Satari (Novas Conquistas).

— Chaúl — Conquistada em 1516. Perdida para o Reino Maratra em 1740.

— Colombo — Conquistada em 1518. Perdida para a Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesas em 1656.

— Baçaim — Conquistada em 1533. Perdida para o Reino Maratra em 1739.

— Bombaim — Conquistada em 1534. Cedida à Inglaterra em 1665.

— Diu — Conquistada em 1535.

— Damão — Conquistada em 1559. Passou a ter como dependências, a partir de 1785, a localidade de Dadrá e o praganá de Nagar-Aveli.

2) De finais do século 18 a meados do século 20, as possessões portuguesas na Índia assumiram a forma de uma província ultramarina ou colónia, com uma superfície de cerca de 4 000 km^2 e a capital em Goa, formada por Goa, pelas Velhas Conquistas, pelas Novas Conquistas, pela praça de Damão e suas dependências e pela praça de Diu.

Imediatamente após a sua independência em 1947, a Índia solicitou a Portugal a negociação da transferência da soberania sobre a Índia Portuguesa de Portugal para a Índia. Perante a recusa de Portugal, a Índia ocupou militarmente Dadrá e Nagar-Aveli em 1954 e Goa, as Velhas Conquistas, as Novas Conquistas, Damão e Diu em 1961.

A soberania da Índia sobre a anterior Índia Portuguesa foi reconhecida por Portugal pela lei constitucional 9/74 de 15 de Outubro de 1974.

Golfo Pérsico

Existiram possessões portuguesas no Golfo Pérsico de 1507 a 1652, sob a forma de feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas.

As principais fortalezas e feitorias portuguesas no Golfo Pérsico de 1507 a 1652 foram:

— Ormuz — Conquistada em 1507. Perdida em 1622 para Pérsia.

— Mascate — Conquistada em 1507. Perdida em 1652 para o Sultanado de Omã.

Malásia

Existiram possessões portuguesas na Malásia de 1511 a 1641, sob a forma de feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas.

A principal fortaleza e feitoria portuguesa na Malásia de 1511 a 1641 foi:

— Malaca — Conquistada em 1511. Perdida em 1641 para a Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesas.

Quadro 1.1 — Território e possessões (continuação)

China

As tentativas de Portugal para estabelecer feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas, na China a partir de 1513 fracassaram devido à oposição das autoridades chinesas, excepto no caso de Macau, onde se fixou uma feitoria permanente a partir de meados da década de 1550. As limitações colocadas nos séculos seguintes ao comércio externo por via marítima pelas autoridades chinesas concederam a Macau, nas suas relações com o porto de Cantão, um quase-monopólio desse comércio externo chinês por via marítima até à década de 1840.

Aproveitando o enfraquecimento do estado chinês no século 19, as autoridades portuguesas procuraram estabelecer a sua soberania sobre a feitoria de Macau, o que conseguiram na prática em meados do século. Por tratados de 1862 e 1887, a China reconheceu a Portugal a concessão do exercício da soberania em Macau a título perpétuo.

Tudo se modificou através do reconhecimento por Portugal de que Macau era território chinês em 1974 e da declaração conjunta da China e de Portugal de 1987, estabelecendo um calendário de transferência da administração do território de Portugal para a China — período de transição entre 1990 e 1999; transferência efectiva da administração em 1999; manutenção de Macau como região administrativa especial pelo menos entre 1999 e 2049.

Insulíndia

Existiram possessões portuguesas na Insulíndia de princípios do século 16 a 1975. Podem distinguir-se dois períodos na evolução dessas possessões:

1) De princípios do século 16 a meados do século 19, as possessões portuguesas na Insulíndia assumiram a forma de feitorias, eventualmente protegidas por fortalezas.

As principais fortalezas e feitorias portuguesas na Insulíndia entre princípios do século 16 e meados do século 19 situaram-se nas Molucas de princípios do século 16 a princípios do século 17 e em Timor de princípios do século 17 a meados do século 19.

2) De meados do século 19 a 1975, a parte oriental de Timor, o enclave de Ocussi-Ambeno na parte ocidental de Timor e as ilhas Ataúro e Jaco constituíram uma província ultramarina ou colónia, denominada Timor Português, com uma superfície de cerca de 19 000 km^2 e a capital em Díli.

O Timor Português foi ocupado em Dezembro de 1941 pela Austrália e pelos Países Baixos e em Fevereiro de 1942 pelo Japão. A administração portuguesa só foi restabelecida em Setembro de 1945.

A lei 7/75 de 17 de Julho de 1975 aprovou o processo e o calendário da descolonização do Timor Português, daí em diante designado correntemente por Timor-Leste. Todavia, a eclosão, em Agosto de 1975, de uma guerra civil entre a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), a Frente Timorense de Libertação Nacional (FRETILIN) e a União Democrática de Timor (UDT), fez com que a soberania portuguesa cessasse de facto no território. Na seqüência destes acontecimentos, a Indonésia invadiu e ocupou, em Dezembro de 1975, o território de Timor-Leste. No ano seguinte, Timor-Leste foi formalmente anexado pela Indonésia. Porém, essa anexação não foi reconhecida, nem por Portugal, nem pelas Nações Unidas, e foi contestada, através de resistência armada e de acção diplomática, pela FRETILIN e pela UDT, mais tarde unidas no Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), até 1999. Em Maio desse ano, foi assinado um acordo entre Portugal e a Indonésia para a realização de uma consulta à população do território para escolha entre a integração na Indonésia como região autónoma e a independência. A consulta realizou-se em Agosto do mesmo ano, com resultado claramente favorável à independência. Ainda no mesmo ano, a administração do território foi formalmente entregue à Organização das Nações Unidas como início do processo de transição para a independência.

Brasil

O Tratado de Tordesilhas de 1494 entre Portugal e Castela reconhecia implìcitamente a Portugal soberania sobre zonas da América do Sul.

É provável que a exploração dessas regiões se tivesse iniciado nos anos imediatamente anteriores. Porém, o reconhecimento e tomada de posse formais da Terra de Vera Cruz, mais tarde correntemente denominada Brasil, só foram efectuados em 1500 pela segunda armada da Índia, comandada por Pedro Álvares Cabral.

Data de 1530 o estabelecimento de um governo-geral para o Brasil e durante o século seguinte foram gradualmente ocupadas todas as regiões da sua costa, desde o Pará a norte a São Vicente (hoje Estado de São Paulo) a sul.

O domínio do Brasil por Portugal foi contestado nos séculos 16 e 17 pela França e no século 17 pelas Províncias Unidas dos Países Baixos através da sua Companhia das Índias Ocidentais. A região de Guanabara esteve ocupada pela França de 1555 a 1567, as regiões do Pará e do Maranhão estiveram ocupadas pela França de 1594 a 1615, São Salvador da Baía esteve ocupado pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa de 1624 a 1625, a região de Pernambuco esteve ocupada pela mesma Companhia de 1630 a 1654 e outras regiões do Nordeste do Brasil estiveram ocupadas pela mesma Companhia por períodos mais curtos entre as

décadas de 1630 e de 1650. Como resultado destas tentativas, a França e os Países Baixos vieram a estabelecer colónias na Guiana, respectivamente Caiena e o Suriname.

A extensão definitiva do território do Brasil colonial foi estabelecida pelos tratados:

— de Utreque de 1713, que fixou a fronteira norte no Rio Oiapoque e a fronteira sul no Rio da Prata;

— de Madrid de 1750, que entregou o Uruguai à soberania espanhola e Goiás, o Mato Grosso e parte da Amazónia à soberania portuguesa;

— de Paris de 1763, que restabeleceu a fronteira sul no Rio da Prata;

— de Santo Ildefonso de 1777, que devolveu o Uruguai à soberania espanhola;

— de Badajoz de 1801, que estabeleceu a fronteira norte no Rio Amazonas;

— de Viena de 1815, que restabeleceu a fronteira norte no Rio Oiapoque.

A partir de 1808, a capital do Reino de Portugal e dos Algarves foi fixada no Rio de Janeiro, face à ocupação do território do Continente pela França e à permanência da ameça francesa após a expulsão dos ocupantes, e foram abolidas as regras do chamado pacto colonial (em particular o monopólio do comércio externo pela Metrópole) em relação à colónia do Brasil.

Pela lei de 16 de Dezembro de 1815, o Brasil foi elevado à categoria de reino, unido a Portugal no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Em 1821, a capital do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves foi restabelecida em Lisboa, mantendo-se no Brasil como regente o herdeiro do trono.

O Brasil tornou-se independente por proclamação do seu regente Pedro (depois imperador Pedro I) em 7 de Setembro de 1822. A independência foi reconhecida unilateralmente pelo rei João VI de Portugal através da Carta Patente de 13 de Maio de 1825, a que se seguiu o Tratado do Rio de Janeiro de 29 de Agosto de 1825, ratificado por lei de 15 de Novembro de 1825.

Noroeste Atlântico

O Tratado de Tordesilhas de 1494 entre Portugal e Castela reconhecia implìcitamente a Portugal soberania sobre zonas do Noroeste Atlântico.

As pescarias de bacalhau do Atlântico Norte (nos mares da Gronelândia e da Terra Nova) tornaram-se uma actividade importante para os pescadores portugueses a partir do século 16, mas não se fizeram tentativas para dominar territórios nestas regiões. Apesar disso, Portugal invocou desde então direitos históricos de acesso a essas pescarias, aos quais só renunciou explìcitamente ao subscrever e ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar em 1987.

Quadro 1.2 — Divisão do território

Fontes — Caldas, Loureiro, 1966; Matoso, 1992-1994; Oliveira, 1994; Peres, 1938-1940; Serrão, Marques, 1987-1998.

A — Divisão eclesiástica

Ao longo do período de formação da sociedade portuguesa, mais precisamente de meados do século 11 a meados do século 13, foram gradualmente restauradas nove das dioceses existentes antes da conquista muçulmana. Foi a seguinte a cronologia desse processo:

1070 — Restauração da diocese (metropolitana) de Braga.
1080 — Restauração da diocese de Coimbra.
1112 — Restauração da diocese do Porto.
1147 — Restauração das dioceses de Lisboa, Lamego e Viseu.
1165 — Restauração da diocese de Évora.
1203 — Restauração da diocese de Egitânia (Idanha-a-Velha) na Guarda.
1253 — Restauração da diocese de Ossónoba (Faro) em Silves.

Até finais do século 14, partes do território português estiveram englobadas em dioceses cuja sede se situava no Reino de Leão, depois Reino de Leão e Castela, nomeadamente nas dioceses de Tui, Cidade Rodrigo e Badajoz. Essa situação terminou durante o chamado grande cisma do Ocidente (1378-1417), devido à divergente obediência de Leão e Castela (papa de Avinhão) e de Portugal (papa de Roma, ainda que com uma efémera aceitação oficial do papa de Avinhão de 1382 a 1383 entre o final da Terceira Guerra da Sucessão de Castela e o início da Primeira Guerra da Sucessão de Portugal — sobre estas guerras, veja-se o quadro 12.8). O rearranjo territorial veio a articular-se com a restauração da diocese de Ceuta, com sede em África, mas parte do seu território no Continente português até 1570.

Ainda no século 14, mais precisamente em 1394, foi criada uma segunda província eclesiástica no território português, com a elevação de Lisboa a arquidiocese.

O século 16 assistiu a um significativo aumento do número de dioceses portuguesas, primeiro com a criação de uma diocese na Madeira e outra nos Açores, depois com a criação de mais quatro dioceses no Continente. Às quinze dioceses portuguesas passaram a corresponder três províncias eclesiásticas, com a elevação de Évora a arquidiocese. Foi a seguinte a cronologia desse processo:

Quadro 1.2 — Divisão do território (continuação)

1514 — Criação da diocese do Funchal na Madeira.

1534 — Criação da diocese de Angra nos Açores.

1540 — Elevação de Évora a arquidiocese.

1545 — Criação das dioceses de Miranda e Leiria.

1549 — Criação da diocese de Portalegre.

1570 — Criação da diocese de Elvas.

1577 — Transferência para Faro da sede da diocese de Silves.

Só no século 18 o mapa das dioceses portuguesas tornou a modificar-se. Primeiro, com a elevação de Lisboa a patriarcado. Depois, com a criação de seis novas dioceses, ainda que uma delas tenha sido efémera e tenha ocorrido uma fusão. Foi a seguinte a cronologia desse processo:

1716 — Elevação de Lisboa a patriarcado.

1717 — Divisão da diocese de Lisboa em duas: Lisboa Ocidental (patriarcado) e Lisboa Oriental (arquidiocese).

1740 — Reunificação das dioceses de Lisboa Ocidental e Lisboa Oriental. A diocese reunificada manteve a categoria de patriarcado, tendo o vigário-geral da diocese a dignidade de arcebispo.

1770 — Criação das dioceses de Beja, Bragança, Penafiel e Pinhel.

1771 — Criação da diocese de Castelo Branco.

1774 — Criação da diocese de Aveiro.

1778 — Extinção da diocese de Penafiel.

1780 — Fusão das dioceses de Miranda e de Bragança (com sede efectiva em Bragança e denominação de diocese de Miranda e Bragança).

O segundo e o terceiro quartéis do século 19 assistiram à progressiva extinção informal de dioceses, para as quais deixaram de ser nomeados bispos. Foi a seguinte a cronologia desse processo:

1829 — Extinção da diocese de Elvas.

1831 — Extinção da diocese de Castelo Branco.

1833 — Extinção da diocese de Portalegre.

1837 — Extinção da diocese de Aveiro.

1838 — Extinção da diocese de Pinhel.

1873 — Extinção da diocese de Leiria.

Quadro 1.2 — Divisão do território (continuação)

Em 1882, o processo foi concluído com a extinção formal das dioceses de Aveiro, Elvas, Leiria e Pinhel e com a fusão das dioceses de Castelo Branco e Portalegre (com sede efectiva em Portalegre e denominação de diocese de Portalegre e Castelo Branco).

Ao longo do século 20, foram restauradas ou criadas seis novas dioceses, elevando o total no Continente para dezoito e o total do país para vinte. Foi a seguinte a cronologia desse processo:

1918 — Restauração da diocese de Leiria.
1922 — Criação da diocese de Vila Real.
1938 — Restauração da diocese de Aveiro.
1975 — Criação das dioceses de Santarém e Setúbal
1977 — Criação da diocese de Viana do Castelo.

B — Divisão administrativa

Durante a época da sua formação (até meados do século 13), Portugal estava dividido em senhorios de donatários eclesiásticos (coutos), senhorios de donatários nobres (honras) e senhorios colectivos populares (concelhos). Estas autarquias locais eram reguladas por diplomas específicos, denominados forais. O esquema dos seus órgãos administrativos e judiciais variava, mas tinha habitualmente como centro uma câmara formada por vereadores eleitos pelo escol social local e presidida por um juíz, nomeado pelos senhores donatários eclesiásticos ou nobres, ou também eleito. Coutos, honras e concelhos agrupavam-se em terras, de extensão variável, para as quais o Rei nomeava governadores com funções militares e civis.

Durante o primeiro quartel do século 14, verificou-se a separação da administração militar e da administração civil ao nível das terras e a substituição destas por uma divisão estável do país em seis províncias, cada uma com um governador militar e um corregedor civil, com funções administrativas e judiciais. Essas seis províncias eram as seguintes:

a) Algarve, abrangendo as zonas a sul das serras do Caldeirão e de Monchique.

b) Beira, abrangendo o interior entre o Douro e o Tejo.

c) Entre-Douro-e-Minho, depois Minho, abrangendo o litoral a norte do Douro.

d) Entre-Tejo-e-Odiana, depois Alentejo, abrangendo as zonas entre o Tejo e as serras do Caldeirão e de Monchique.

e) Estremadura, abrangendo o litoral entre o Douro e o Tejo.

f) Trás-os-Montes, abrangendo o interior a norte do Douro.

Quadro 1.2 — Divisão do território (continuação)

Durante o segundo quartel do século 14, a presidência das câmaras dos principais concelhos passou a ser assumida por juízes de fora, nomeados pelo Rei, e por juízes ordinários, nomeados pelos senhores donatários eclesiásticos ou nobres. Apenas as câmaras dos concelhos menos importantes continuaram a ser presididas por juízes ordinários eleitos.

No século 16, verificou-se, nos domínios administrativo e judicial, uma revisão geral dos forais e a substituição das províncias por comarcas de menor extensão, em número de vinte e oito, cujas sedes eram: Abrantes, Alenquer, Aveiro, Beja, Castelo Branco, Coimbra, Elvas, Estremoz, Évora, Guarda, Guimarães, Lagos, Lamego, Leiria, Lisboa, Miranda, Pinhel, Ponte de Lima, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Tavira, Tomar, Torre de Moncorvo, Viana da Foz do Lima, Vila Real e Viseu.

No século 18, o número de comarcas aumentou significativamente acabando por atingir o nível de quarenta e quatro, cujas sedes eram: Alcobaça, Alenquer, Arganil, Aveiro, Avis, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chão de Couce, Coimbra, Crato, Elvas, Évora, Faro, Feira, Guarda, Guimarães, Lagos, Lamego, Leiria, Linhares, Lisboa, Miranda, Moncorvo, Ourém, Ourique, Penafiel, Pinhel, Portalegre, Porto, Ribatejo, Santarém, Setúbal, Tavira, Tomar, Torres Vedras, Trancoso, Valença, Viana, Vila Real, Vila Viçosa e Viseu.

Em 1790, foram suprimidos os poderes dos senhores donatários eclesiásticos e nobres.

Nos anos 30 do século 19, na seqüência da implementação do regime político da Monarquia Constitucional, foram separadas as funções judiciais e as funções administrativas pròpriamente ditas.

No domínio administrativo pròpriamente dito, foram estabelecidos três níveis de autarquias locais: os distritos, os concelhos e as freguesias. Em cada um destes níveis de autarquia local existiam: um órgão colectivo eleito — Junta Distrital, Câmara Municipal, Junta de Freguesia; um presidente desse órgão colectivo, por ele eleito; e um representante da administração central, directa ou indirectamente nomeado pelo Governo — Governador Civil do distrito, Administrador do concelho, Regedor da freguesia. Ainda que com designações variáveis, foi este o esquema de autarquias e órgãos previsto nos Códigos Administrativos de 1836, 1842, 1878 e 1886.

Pelo decreto de 18 de Julho de 1835, o Continente foi dividido em dezassete distritos, cujas sedes eram: Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Lamego, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Viana do Castelo e Vila Real.

Pelo decreto de 12 de Setembro de 1835, os Açores foram divididos em dois distritos, o Oriental, com capital em Ponta Delgada, e o Ocidental, com capital em Angra do Heroísmo, e a Madeira passou a constituir o distrito do Funchal.

O decreto de 15 de Dezembro de 1835 transferiu a sede do distrito de Lamego para Viseu.

A lei de 28 de Março de 1836 dividiu o distrito Ocidental dos Açores em dois: o distrito Central, com capital em Angra do Heroísmo, e o distrito Ocidental, com capital na Horta.

O decreto de 6 de Novembro de 1836 extingiu um grande número de pequenos concelhos.

Quadro 1.2 — Divisão do território (continuação)

Pelo Código Administrativo de 1896, os distritos deixaram de ser autarquias locais no Continente, passando a constituir meras circunscrições de actuação de um representante do Governo (o Governador Civil). Em 1910 (decreto com força de lei de 13 de Outubro), o Governo Provisório da República restaurou a situação anterior, de novo abolida pela ditadura militar em 1926 (decreto com força de lei 12 073 de 9 de Agosto).

O decreto com força de lei 12 870 de 22 de Dezembro de 1926 dividiu o distrito de Lisboa em dois: Lisboa e Setúbal.

A Constituição de 1933 introduziu a divisão do Continente em províncias, em número de onze — Algarve, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Beira Alta, Beira Baixa, Beira Litoral, Douro Litoral, Estremadura, Minho, Ribatejo e Trás-os-Montes —, mas esta nova divisão foi abolida pela revisão constitucional de 1959.

Entretanto, o Código Administrativo aprovado pelo decreto-lei 27 424 de 31 de Dezembro de 1936 acabou com a dualidade entre presidentes de órgãos eleitos e representantes da administração central a nível dos concelhos e das freguesias, ao extinguir os cargos de Administrador nos concelhos e de Regedor nas freguesias, estabelecendo, entretanto, a nomeação directa ou indirecta pelo poder central dos Presidentes das Câmaras Municipais e dos Presidentes das Juntas de Freguesia.

A Constituição de 1976 transformou a Madeira e os Açores em regiões autónomas no contexto do estado unitário português e previu a formação de novas regiões administrativas no Continente. Porém, a situação formalmente transitória de manutenção da divisão distrital acabou por perdurar até ao final do século 20. Entretanto, Presidentes das Câmaras Municipais e Presidentes das Juntas de Freguesia voltaram a ser eleitos, tal como a generalidade dos órgãos das autarquias locais.

C — Divisão judicial

Na década de 1830, Portugal foi dividido, no domínio judicial, em circunscrições judiciais de primeira instância, denominadas comarcas, aproximadamente correspondentes às antigas comarcas administrativas e judiciais. As circunscrições judiciais de segunda instância, denominadas relações, eram, desde o século 17, em número de duas, com sede em Lisboa e no Porto.

Ao longo dos séculos 19 e 20, verificou-se um aumento tendencial do número de comarcas, cujo mapa se aproximou do de concelhos. Também o número de relações aumentou, com a criação das relações de Coimbra e de Évora.

Quadro 1.2 — Divisão do território (continuação)

D — Divisão militar.

No século 16, verificou-se a passagem, no domínio da administração militar, de parte do litoral imediatamente a sul do Douro da província da Estremadura para a província da Beira.

No século 19, a divisão em províncias foi simplificada no Continente, passando a existir apenas quatro regiões militares — Norte, Centro, Lisboa e Sul —, às quais há, naturalmente, que acrescentar as regiões da Madeira e dos Açores.

E — Divisão económica

Em 1969 (decreto-lei 48905 de 11 de Março), foi introduzida uma divisão do país em regiões-plano para fins de planeamento económico. Essas regiões eram inicialmente em número de quatro no Continente:

— Norte — englobando os distritos de Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo e Vila Real.

— Centro — englobando os distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Leiria, Guarda e Viseu.

— Lisboa — englobando os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal.

— Sul — englobando os distritos de Beja, Évora, Faro e Portalegre.

A estas regiões acrescentavam-se, naturalmente, as da Madeira e dos Açores.

Posteriormente, a região Sul veio a ser dividida em duas — Alentejo e Algarve — e foram feitas modificações de delimitação que alteraram em geral a coincidência exacta entre regiões-plano e conjuntos de distritos. Neste contexto, foi igualmente alterada a denominação da região de Lisboa, que passou a chamar-se Lisboa e Vale do Tejo.

Quadro 1.3 — Clima

Fonte — Gaspar, 1979.

Évora — latitude 38° 34' N — longitude 7° 54' W — altitude 309 m

—	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
precipitação total	634 mm	66	87	73	47	41	31	4	3	32	64	93	88
temperatura média	+ 15 °C	+ 8	+ 9	+ 11	+ 13	+ 16	+ 19	+ 22	+ 22	+ 20	+ 16	+ 12	+ 9

Faro — latitude 37° 01' N — longitude 7° 58' W — altitude 8 m

—	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
precipitação total	363 mm	48	51	43	26	16	6	0	1	13	40	68	51
temperatura média	+ 17 °C	+ 12	+ 12	+ 14	+ 15	+ 18	+ 21	+ 24	+ 24	+ 22	+ 19	+ 15	+ 12

Funchal — 32° 38' N — longitude 16° 54' W — altitude 56 m

—	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
precipitação total	514 mm	70	71	59	37	18	4	1	2	24	68	81	78
temperatura média	+ 19 °C	+ 16	+ 16	+ 16	+ 17	+ 18	+ 20	+ 21	+ 22	+ 22	+ 21	+ 19	+ 17

Lisboa — latitude 38° 43' N — longitude 9° 09' W — altitude 77 m

—	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
precipitação total	602 mm	66	74	64	46	32	18	6	3	38	68	104	84
temperatura média	+ 16 °C	+ 11	+ 11	+ 13	+ 14	+ 17	+ 19	+ 21	+ 22	+ 20	+ 17	+ 14	+ 12

Quadro 1.3 — Clima (continuação)

Penhas Douradas — latitude 40° 25' N — longitude 7° 33' W — altitude 1380 m

—	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
precipitação total	2 365 mm	228	288	230	172	118	86	42	36	101	230	398	417
temperatura média	+ 8 °C	+ 2	+ 2	+ 3	+ 5	+ 9	+ 13	+ 16	+ 17	+ 14	+ 9	+ 5	+ 3

Ponta Delgada — latitude 37° 41' N — longitude 25° 40' W — altitude 35 m

—	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
precipitação total	958 mm	120	100	105	67	62	42	27	29	81	103	120	102
temperatura média	+ 17 °C	+ 14	+ 14	+ 14	+ 15	+ 16	+ 19	+ 21	+ 22	+ 21	+ 19	+ 17	+ 15

Porto — latitude 41° 08' N — longitude 8° 36' W — altitude 93 m

—	ano	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
precipitação total	1 164 mm	129	135	131	94	76	48	22	21	67	118	147	176
temperatura média	+ 14 °C	+ 9	+ 10	+ 11	+ 13	+ 15	+ 18	+ 20	+ 20	+ 18	+ 15	+ 11	+ 10

CAPÍTULO 2 — POPULAÇÃO

MARIA JOANNIS BAGANHA (Faculdade de Economia — Universidade de Coimbra)
JOSÉ CARLOS MARQUES (Faculdade de Economia — Universidade de Coimbra)

1 — Introdução

O primeiro recenseamento da população realizado em Portugal foi levado a cabo em 1864. Os números que se conhecem referentes aos habitantes do Reino antes da realização deste Censo são estimativas, feitas com base em numeramentos realizados com objectivos administrativos, fiscais, militares ou eclesiásticos e que, dado os seus fins específicos, não registaram toda a população. A evolução da população estimada a partir destes levantamentos (Quadro 2A) permite-nos, no entanto, verificar que o crescimento da população portuguesa não terá sido muito significativo até meados do século XVII.

Quadro 2A — População portuguesa em diversos períodos

1422	Rol de Besteiros de D. João I	1 043 274
1527	Numeramento de Fogos de D. João III	1 262 376
1636	Contagem de Homens Válidos	1 100 000
1736	Lista do Marquês de Abrantes, corrigida por A. Balbi	2 143 368
1770	Censo Eclesiástico	2 850 444
1776	Censo de Pina Manique	3 352 310
1801	Censo do Conde de Linhares	2 931 930
1811	Censo do Investigador Portuguez	2 876 602
1838	Censo do Liberalismo	3 200 000

Fonte — Machado, 1965.

Esta estagnação demográfica é geralmente atribuída a um conjunto de factores que se sabe determinavam a evolução dos regimes demográficos deste período, a saber: maus anos agrícolas desencadeavam ciclicamente crises de fome, que facilitavam a propagação de focos epidémicos, que consequentemente provocavam elevadas taxas de mortalidade. A estas

determinantes haverá que adicionar, a partir do século XV, os movimentos migratórios iniciados pelos descobrimentos. O impacto demográfico destes movimentos terá sido, no caso português, particularmente significativo, uma vez que, como afirmou Godinho, "De 1500 a 1580 Portugal foi 'sangrado' numas 280 000 unidades (a umas 3 500 cada ano); nos sessenta anos seguintes, numas 300 000 ou 360 000 (a 5 000 ou 6 000 anualmente); de 1640 a 1700, o desfalque reduz-se para uns 120 000." (Godinho, 1965: 28 [1]). A partir do século XVIII, a população portuguesa regista uma evolução mais favorável dada a diminuição da importância dos factores de risco anteriormente enunciados, embora o início do século XIX, seja marcado por uma contracção demográfica, que segundo Machado, 1965: 92 se ficou a dever às Invasões Francesas e à subsequente Guerra Peninsular.

Com a realização do primeiro Recenseamento Geral da População a 1 de Janeiro de 1864 (a que se seguiu outro Recenseamento em 1878), o conhecimento da população portuguesa adquire um carácter menos incerto. O censo de 1890 marca o início da realização de censos decenais que, até 1950, se realizaram no primeiro de Dezembro dos anos terminados em zero e entre esta data e 1970 em meados do mesmo mês e anos. A única excepção foi o censo de 1910 que as vicissitudes da implantação da República adiaram para 1 de Dezembro do ano seguinte. Os censos de 1981 e 1991 adoptaram a recomendação da Comunidade Europeia no sentido de permitir uma maior comparabilidade dos dados censitários a nível europeu. Assim, estes censos realizaram-se a 15 de Março e 15 de Abril dos respectivos anos [2].

Em Portugal, as estatísticas do movimento natural da população, que completam a informação censitária, só começaram a ser publicadas com regularidade a partir de 1886 e somente a 1 de Abril de 1911 é que foi introduzido o registo obrigatório dos nascimentos. Até esta última data as estatísticas dos nascimentos assentavam no registo dos baptismos e não dos nascimentos, facto que se compreende, uma vez que, apesar de o registo de baptismos ser incompleto, era até 1912 mais abrangente que o registo de nascimentos (Bacci, 1971: 25).

*

Nomeadas as principais limitações das fontes utilizadas no presente trabalho, censos e estatísticas vitais, passemos de seguida à apresentação da evolução dos aspectos globais da população e à descrição do desenvolvimento das variáveis explicativas do crescimento ou declínio populacional (natalidade, mortalidade e movimentos migratórios).

---

[1] Sobre este tema ver também Godinho, 1974 e Godinho, 1978.

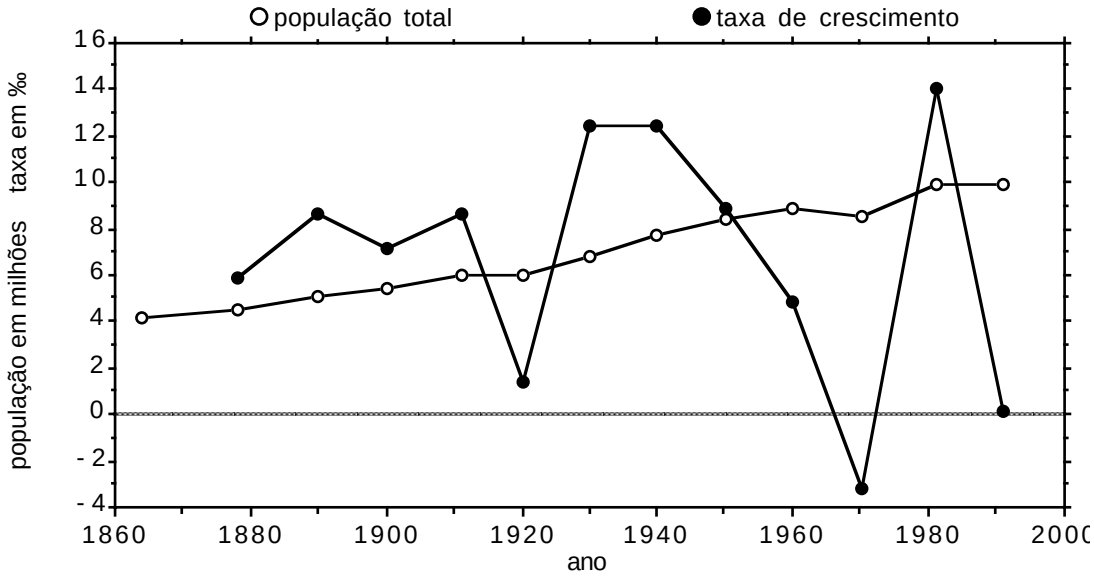
[2] Para uma análise das caracteristicas dos diversos censos vejam-se Machado, 1965 e Carrilho, 1991.

2 — A evolução da população portuguesa

O gráfico 2B apresenta a evolução e os ritmos de crescimento da população portuguesa. Como se pode constatar, a população nacional registou um ritmo de crescimento moderado entre 1864 e 1920, passando de 4 188 410 em 1864, para 6 032 991 em 1920, a que corresponde uma taxa de crescimento anual média de 0,65 %. A partir de 1920, é já possível constatar uma aceleração do crescimento populacional que se prolonga até aos anos 50. Durante este período, a população portuguesa cresce a uma taxa anual média de 1,1 %, atingindo, em 1950, os 8 441 312 habitantes. A partir desta data, o crescimento populacional volta a assumir valores mais moderados, apresentando mesmo, entre 1960 e 1970, um valor negativo em consequência da forte emigração e da guerra colonial. No período intercensitário 1970-1981, verificou-se a taxa de crescimento mais elevada de todo o período estudado (1,3 % ao ano). Este acentuado crescimento pode ser atribuído ao efeito conjunto dos seguintes factores: retorno de aproximadamente quinhentos mil nacionais provenientes das ex-colónias; regresso de um número considerável de emigrantes; e impossibilidade de recurso à emigração devido às políticas anti-imigratórias dos principais países de acolhimento da emigração portuguesa. Finalmente, na ultima década, o crescimento populacional apresentou um valor próximo de 0 %.

A evolução descrita não se processou, no entanto, de forma homogénea em todo o território português, como aliás tem sido assinalado por diversos autores (entre outros, Alarcão, 1982, Girão, Velho, 1944, Evangelista, 1971 e Nazareth, 1988). O quadro 2.4 apresenta a população recenseada entre 1864 e 1991 nos diferentes distritos de Portugal. A sua análise evidencia as assimetrias demográficas existentes a nível nacional. Assim, se é verdade que a maioria dos distritos apresenta uma evolução positiva em termos absolutos (somente os distritos de Bragança e Guarda e o arquipélago dos Açores apresentam uma diminuição populacional entre o início e o final do período estudado), é inegável que existem distritos que, ao longo do tempo, vão perdendo importância relativa e outros que se apresentam cada vez mais como lugares de concentração populacional. No primeiro caso encontram-se os distritos do interior do país e no segundo os que se situam na faixa litoral que se estende do distrito do Porto ao distrito de Setúbal. Em 1864, nos seis distritos que se situavam nesta faixa (Aveiro, Coimbra, Leiria, Lisboa, Porto e Setúbal), residiam, aproximadamente, 36 % da população nacional, enquanto em 1991 a população desses seis distritos representava cerca de 60 % da população portuguesa, sendo que 37 % dos habitantes portugueses se concentravam em torno dos dois grandes centros urbanos do país — Lisboa e Porto.

Gráfico 2B — Evolução e ritmos de crescimento da população portuguesa, 1864-1991



Fonte — Quadro 2.1.

Se a esta informação adicionarmos aquela que é apresentada no quadro 2C, podemos verificar que a 'litoralização' (Nazareth, 1988: 120) da população portuguesa é acompanhada pelo aumento da população residente em aglomerados com mais de 10 000 habitantes. De facto, em 1890 só 11 % da população portuguesa residia em centros com mais de 10 000 habitantes, enquanto que em 1991 essa percentagem era já de 33 %.

Se tivermos em conta os dados do referido quadro 2C, podemos afirmar que o processo de urbanização se processou de forma lenta em Portugal [3]. Em 1890 havia 11 % da população a residir em centros com mais de 10 000 habitantes e passados cinquenta anos essa percentagem ainda não ultrapassava os 20 %. Somente a partir da década de 50 é que se começa a registar uma aceleração na urbanização do país, de modo que em 40 anos a população residente nos centros urbanos passou para aproximadamente 33 %.

[3] Nunes, 1989, Baganha, 1990 e Nunes, 1996.

Quadro 2C — População total e população residente em aglomerados com mais de 10 000 habitantes, 1890-1991

ano	população total	população em aglomerados com mais de 10 000 habitantes	percentagem
1890	5 049 729	570 166	11
1900	5 423 132	671 707	12
1911	5 960 056	778 570	13
1920	6 032 991	857 797	14
1930	6 825 883	1 102 659	16
1940	7 722 152	1 346 742	17
1950	8 441 312	1 639 008	19
1960	8 851 289	1 984 673	22
1970	8 568 703	2 290 282	27
1981	9 852 841	2 918 549	30
1991	9 862 540	3 264 464	33

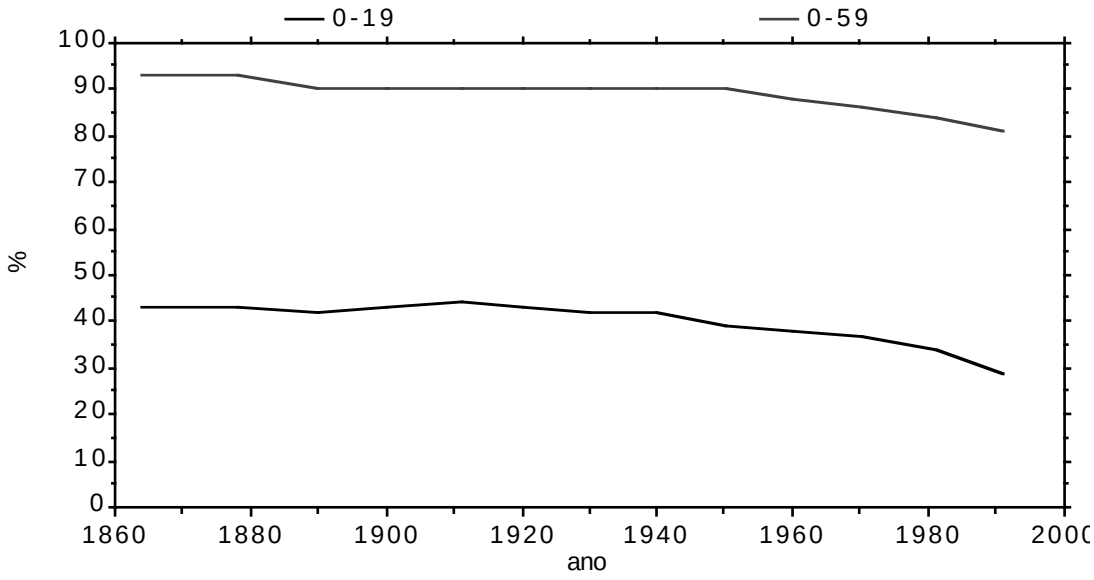
Fonte — De 1890 a 1981, Nunes, 1989; para 1991 Censo do respectivo ano.

*

A análise da evolução da estrutura etária da população portuguesa (gráfico 2D e quadro 2.3) mostra que os grupos etários mais jovens apresentam uma tendência contractiva ao longo do período analisado, enquanto que a população com 60 ou mais anos apresenta uma evolução inversa. Deste modo, a percentagem de população com menos de 20 anos passa de 43 % em 1864, para 29 % em 1991, enquanto a percentagem de pessoas com 60 ou mais anos passa de 7 % para 19 % em igual período de tempo.

As pirâmides etárias apresentadas no anexo 2.1 evidenciam, igualmente, o envelhecimento demográfico da população portuguesa. Além disso, elas evidenciam os efeitos provocados pela emigração na estrutura etária da população. Como se pode notar, os grupos etários activos apresentam uma retracção em virtude de serem os mais afectados pela emigração, o que é particularmente visível a partir da década de 60 do século 20.

Gráfico 2D — Evolução da estrutura etária da população portuguesa, 1864-1991



Fonte — Quadro 2.3.

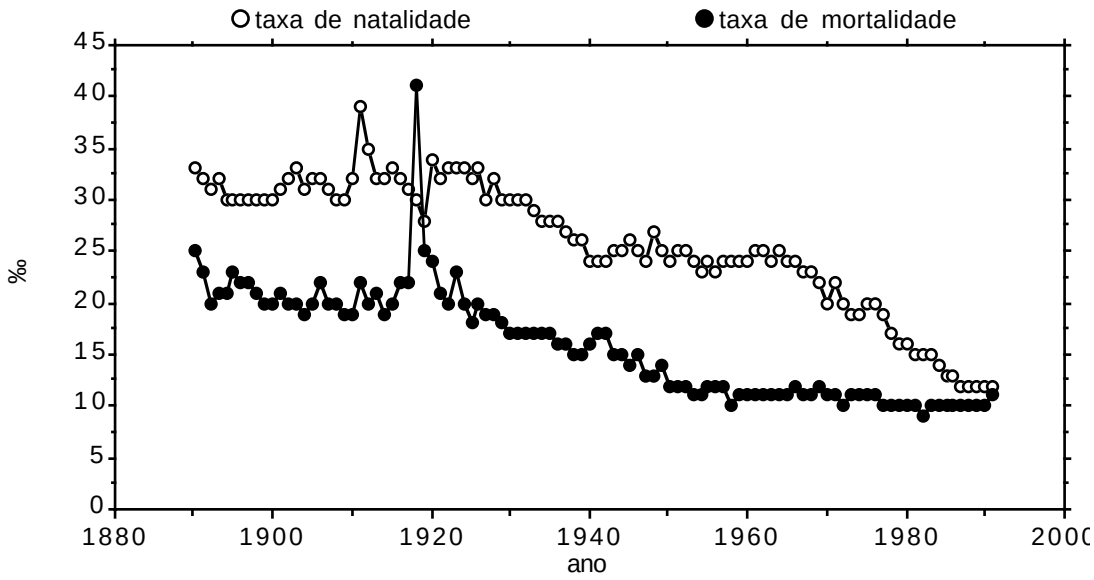
A evolução das pirâmides etárias mostra também que se passou de uma pirâmide característica de países não desenvolvidos ou de regime demográfico dito pré-moderno (pirâmide em forma de acento circunflexo), para uma pirâmide característica de países desenvolvidos, ou de países que estão na última fase da transição demográfica (pirâmide em forma de urna) (Nazareth, 1988: 169).

3 — Movimento natural da população portuguesa, 1864-1991

Conforme se pode constatar pelo quadro 2.5 e pelo gráfico 2E, nos finais do século passado a natalidade e a mortalidade apresentavam valores muito elevados (em torno dos 30 ‰ no caso da natalidade e dos 20 ‰ no caso da mortalidade). Esta situação prolongou-se até à primeira década do presente século, altura em que ambas variáveis demográficas começaram a decair. A diminuição foi, porém, mais intensa no caso da mortalidade, que no espaço de

aproximadamente 30 anos se reduziu para metade. A natalidade, por seu lado, apresentou uma descida menos acentuada até 1964 e uma diminuição mais rápida a partir desta data.

Gráfico 2E — Evolução da taxa bruta de natalidade e da taxa bruta de mortalidade, 1890-1991 [4]



Fonte — Quadro 2.5.

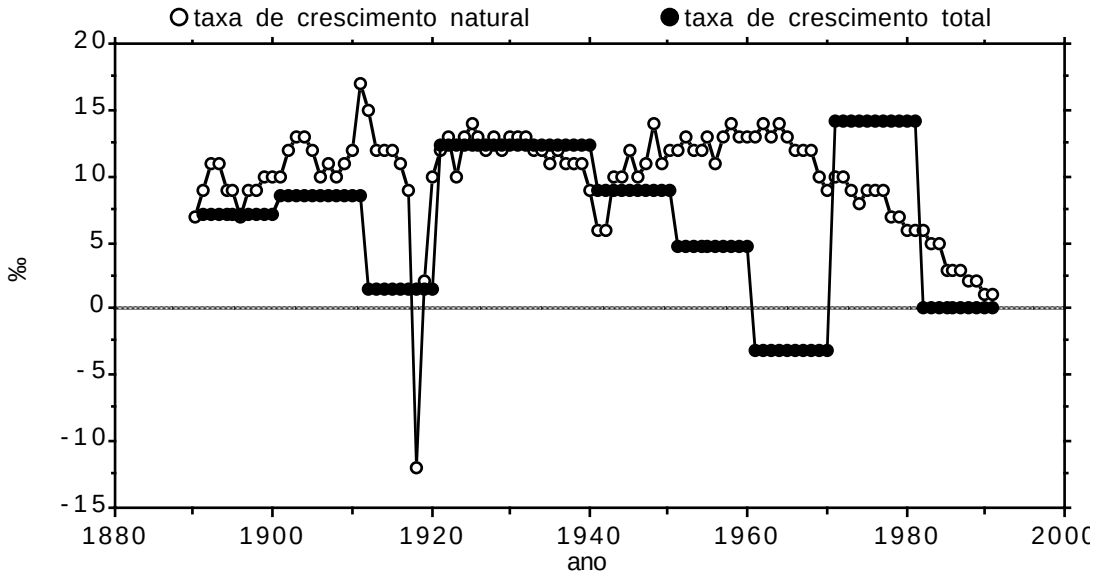
As diferentes fases desta transição demográfica são perfeitamente observáveis no referido gráfico 2E. Na primeira fase (1890-1925), as taxas de natalidade e mortalidade equilibram-se a níveis elevados e distantes uma da outra. Na segunda fase (1925-1960), assiste-se a uma diminuição acentuada da mortalidade, mantendo-se a natalidade a níveis bastante elevados

[4] No caso da mortalidade, os valores anómalos registados em 1918 e 1919 devem-se essencialmente ao surto pneumónico que nos referidos anos grassou no país (Girão, Velho, 1944: 11). De facto, as estatísticas por causa de morte mostram claramente o impacto deste surto pneumónico. Assim, por exemplo, em 1918 a 'gripe' foi responsável por 55 780 óbitos (49 908 dos quais nos meses de Outubro a Dezembro), enquanto no ano anterior esta causa de morte é apenas apontada em 1 205 óbitos.

(superiores a 22 ‰). Na terceira fase (1960-1985), continua a registar-se a diminuição da mortalidade, embora a ritmo inferior ao verificado anteriormente, e inicia-se o declínio acentuado da natalidade. Finalmente, a quarta fase, que se inicia em 1985, marca o restabelecimento do equilíbrio entre as taxas de natalidade e de mortalidade, mas agora a níveis baixos e muito próximos.

Em consequência desta evolução desfasada da mortalidade e da natalidade, as taxas de crescimento apresentam valores elevados até ao final da década de 70, altura em que, em virtude do equilíbrio da natalidade e da mortalidade a níveis baixos, a taxa de crescimento natural se reduz progressivamente até atingir os 1,2 %, em 1991 (quadro 2.5 e gráfico 2F).

Gráfico 2F — Taxa de crescimento natural e taxa de crescimento total, 1890-1991



Fonte — Quadro 2.5.

Os desenvolvimentos sociais e científicos, nomeadamente no campo da medicina, registados neste século influenciaram de forma profunda, quer o declínio da natalidade (alteração do papel social da mulher e maior difusão dos meios contraceptivos, por exemplo), quer o da mortalidade, e implicaram uma evolução positiva da duração média de vida. O gráfico

2H e o quadro 2.9 mostram claramente os efeitos positivos registados na esperança de vida à nascença de 1930 a 1991. Entre estes dois anos a esperança de vida à nascença registou um aumento de 25 anos, passando de 49,7 anos para 74,8 anos. Para este aumento da esperança de vida contribuiu decisivamente a diminuição da mortalidade nos primeiros anos de vida. Como se pode constatar pelas tábuas de mortalidade, a taxa de mortalidade infantil apresentou uma diminuição de 1225 %. Esta diminuição da mortalidade infantil é igualmente observável na série de sobreviventes das tábuas de mortalidade (lx). Assim, em 1930 de uma série de 100 000 indivíduos só 85 633 alcançavam a idade de 4 anos, enquanto em 1991 eram já 98 916 os que atingiam essa mesma idade.

Quadro 2G — Movimento natural da população, 1890-1991

ano	população presente no inlcio do período	população estimada a meio do período	nasci-mentos	óbitos	casa-mentos	TBN (‰)	TBM (‰)	cresci-mento natural (‰)	TB Nup (‰)	TMI (‰)
1890	5 049 729	5 236 431	1 600 410	1 129 778	348 599	31	22	9	7	
1900	5 423 132	5 691 594	1 948 431	1 243 347	407 575	31	22	9	7	
1911	5 960 056	5 996 524	1 741 533	1 276 876	339 368	32	24	9	6	
1920	6 032 991	6 429 437	2 052 923	1 274 744	474 125	32	20	12	7	155
1930	6 825 883	7 274 018	2 027 224	1 180 758	470 943	28	16	12	6	144
1940	7 722 152	8 081 732	2 007 890	1 205 024	599 579	25	15	10	7	131
1950	8 441 312	8 646 301	2 073 397	999 125	695 383	24	12	12	8	94
1960	8 851 289	8 709 996	2 084 900	973 190	750 271	24	11	13	9	85
1970	8 568 703	9 210 772	1 756 123	959 459	865 947	17	9	8	9	52
1981	9 852 841	9 857 691	1 327 785	968 198	720 070	13	10	4	7	22
1991	9 862 540									11

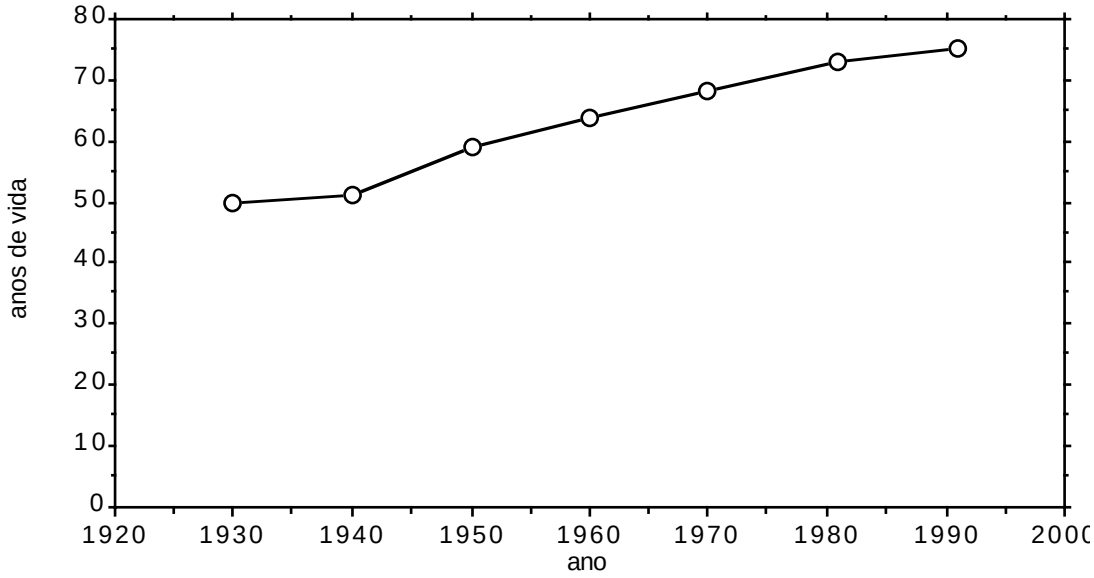
Nota:

TBN — taxa bruta de natalidade TBM — taxa bruta de mortalidade

TBNup — taxa bruta de nupcialidade TMI — taxa de mortalidade infantil

Fonte — De 1890 a 1965, Estatísticas Demográficas, parte 1 ‘Dados Retrospectivos e Comparativos’; de 1966 a 1991, Estatísticas Demográficas para o respectivo ano.

Gráfico 2H — Evolução da esperança de vida à nascença



Fonte — Quadro 2.9.

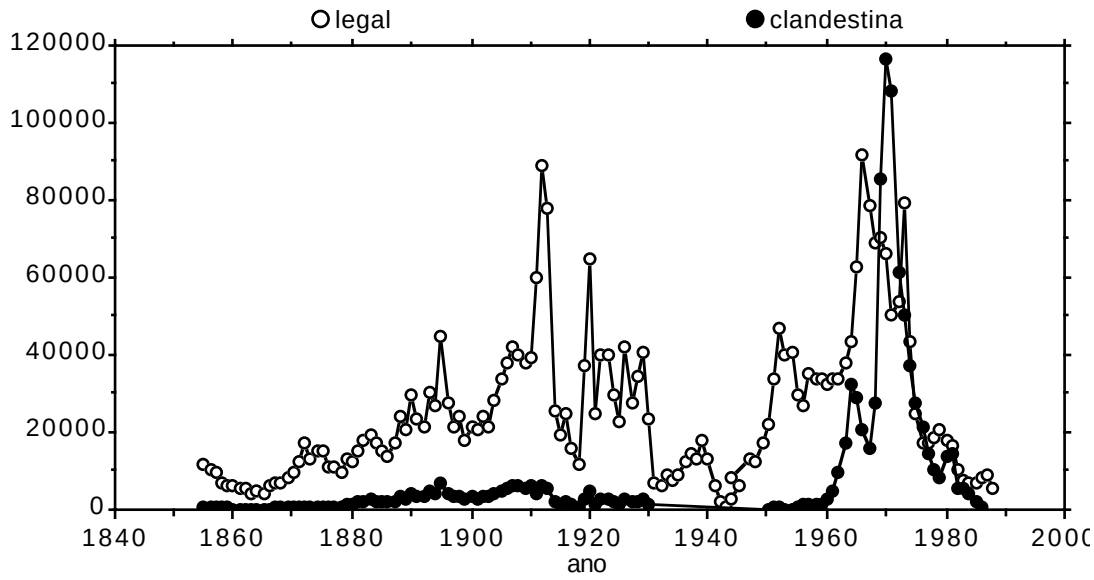
4 — Movimentos migratórios

A comparação das taxas de crescimento natural com as taxas de crescimento anual médio calculadas para os períodos intercensitários (gráfico 2F) evidencia a importância da emigração na evolução da população portuguesa. De facto, se é verdade que o crescimento natural da população se processou a um ritmo quase sempre superior a 10 ‰ ao ano até à década de 70 do século 20, não é menos certo que grande parte deste crescimento foi absorvido pelos fluxos migratórios, o que originou taxas médias anuais de crescimento nos períodos intercensitários raramente superiores a 1 %. Nos períodos em que estas taxas superam 1 %, a emigração encontrava-se limitada pelos condicionalismos internacionais (crises económicas de 1929/30 e de 1973/74 e subsequente imposição de medidas restritivas à entrada de imigrantes por parte dos tradicionais destinos emigratórios portugueses) e o país sofreu um impacto demográfico conjuntural provocado pela independência das ex-colónias na década de 70.

Conforme se pode constatar pelo gráfico 2I e pelo quadro 2.10, em Portugal a emigração é uma constante ao longo de todo o período estudado. Entre 1855 e 1988, saíram legalmente de Portugal cerca de 3,1 milhões de pessoas e aproximadamente 1 milhão (936 363) abandonou o

país de forma ilegal. Os números de saídas mais significativos registaram-se entre 1950 e 1974. De facto, o surto migratório desses anos corresponde a 44 % da emigração portuguesa verificada entre 1855 e 1988 e a 67 % da emigração ilegal.

Gráfico 2I — Emigração legal e estimativa de emigração clandestina, 1855-1988



Fonte — Quadro 2.10.

Ao longo do espaço de tempo observado é possível distinguir claramente dois ciclos migratórios: o ciclo transatlântico e o ciclo intra-europeu (quadro 2.11). O primeiro vai de 1855 a meados da década de 50. Durante este ciclo, a emigração portuguesa tinha por destino preferencial o Brasil e, em segundo lugar, os Estados Unidos da América, que absorveram, entre 1891 e 1955, respectivamente 74 % e 11 % da emigração portuguesa.

O segundo ciclo inicia-se na década de 60 e prolonga-se até 1974 e tem como destinos preferenciais a França e a Alemanha, para onde se dirigiram, entre 1960 e 1974, respectivamente, 60 % e 12 % do total de emigrantes.

A crise económica resultante do choque petrolífero de 1973/1974 veio restringir esta corrente migratória intra-europeia. A crer nas estatísticas portuguesas, após a crise económica de

meados dos anos 70, a emigração portuguesa diminuiu progressivamente e retomou a sua anterior orientação transoceânica. No entanto, a análise das fontes no destino (quadro 2.12) evidencia não só que o movimento migratório português não se reduziu aos valores registados nas estatísticas portuguesas, como indica que a emigração portuguesa continua a privilegiar os destinos europeus, embora se tenha alterado a importância dos diferentes países europeus. Assim, entre 1981 e 1993, a Suíça afirma-se progressivamente como o principal pólo de atracção, absorvendo cerca de 46 % dos emigrantes que se dirigiram para a Europa e 34 % do total de emigrantes (quadro 2.12).

Como se pode constatar pelos quadros 2.13 e 2.14, os distritos portugueses participaram de forma diferenciada nos movimentos migratórios. Os distritos do Norte, do Litoral e dos Arquipélagos registaram uma participação bastante intensa durante o movimento transoceânico (os distritos de Aveiro, Braga, Coimbra, Porto, Vila Real e o arquipélago açoriano foram responsáveis por 67 % da emigração portuguesa durante este período). Participação essa que se atenuou no decurso da corrente migratória intra-europeia uma vez que outros distritos, tais como, por exemplo, Leiria, Lisboa e Viseu se vieram juntar aos tradicionais distritos emissores de Aveiro, Braga e Porto. No seu conjunto, estes distritos foram responsáveis por 46 % da emigração verificada entre 1960 e 1974.

Embora predominantemente masculina, a corrente emigratória portuguesa registou no período intra-europeu uma forte componente feminina (quadro 2.15). Assim, enquanto no ciclo transatlântico cerca de 70 % dos emigrantes eram do sexo masculino (no final deste ciclo esta percentagem decresceu para 65 %), no decorrer do ciclo intra-europeu essa percentagem diminuiu para 58 %.

Também no que se refere ao estado civil dos migrantes é possível constatar diferenças entre um e outro ciclo migratório. No ciclo que tinha por destino preferencial o Brasil a maioria dos emigrantes eram solteiros (aproximadamente 55 %), enquanto no ciclo que tinha como principal pólo de atracção a França os emigrantes eram predominantemente casados (cerca de 51 %).

Conforme se pode constatar pelo mesmo quadro 2.15, a emigração atinge sobretudo (tal como já foi referido anteriormente — cf. ponto 2) a população em idade activa, que até 1988 foi responsável por aproximadamente 80 % dos emigrantes legais. O quadro 2.17, embora só apresente dados a partir de 1955, permite precisar um pouco a afirmação anterior, dado que, como se pode constatar, nem toda a população activa participava com igual intensidade no

movimento emigratório. São, sobretudo, os activos mais jovens (entre os 20 e os 44 anos) que apresentam uma participação maior no movimento de saída (cerca de 55 % entre 1955 e 1988) [5].

*

A par dos movimentos emigratórios atrás descritos é de assinalar ainda outro tipo de migrações que ocorreram em Portugal até 1974. Trata-se das correntes migratórias para o ultramar africano. O estudo deste fluxo apresenta algumas dificuldades particulares, que advêm do facto de as estatísticas oficiais deixarem, a partir de 1907, de contabilizar como 'emigrantes' os nacionais que se dirigiam para as províncias portuguesas do ultramar. Somente a partir de 1937 é que aparecem novamente dados sobre estas migrações. Porém estes surgem não sob forma de registo de migrantes, mas sim sob forma de anotação das entradas e saídas nas ex-colónias portuguesas.

Conforme se pode observar no quadro 2J, no período em que foram registados como emigrantes os que saíam de Portugal com destino às províncias ultramarinas portuguesas, o seu valor numérico nunca foi muito significativo. Com efeito, entre 1891 e 1907, os portugueses que se dirigiram para o continente africano não representavam mais do que 5 % do total dos emigrantes portugueses.

Quadro 2J — Emigração para as colónias portuguesas do ultramar, 1891-1907

período	emigrantes
1891-1900	12 048
1901-1907	10 506

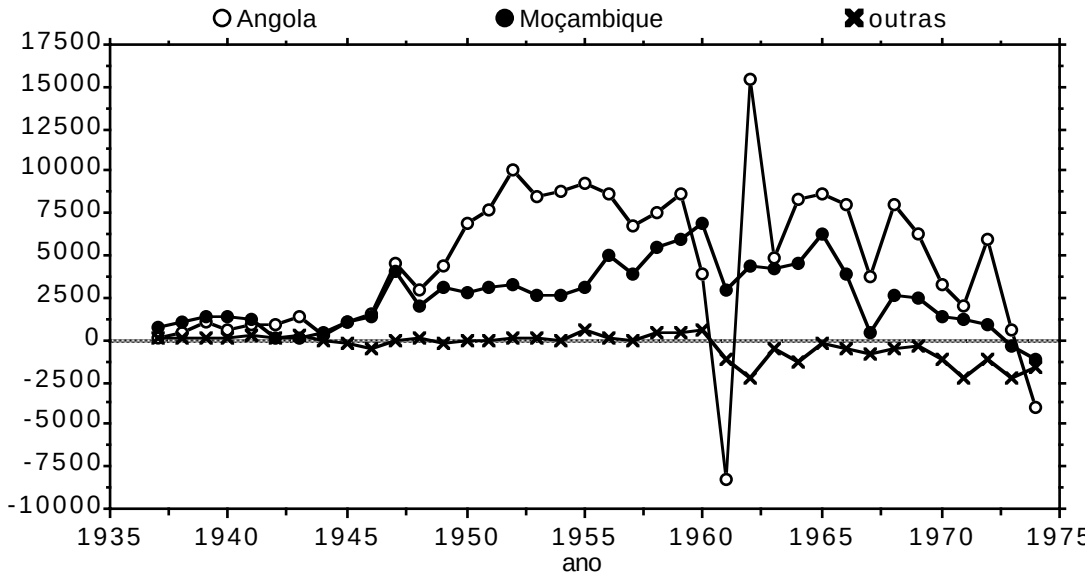
Fonte — Evangelista, 1971.

A importância menor dos destinos africanos parece manter-se até 1974, contrariando, deste modo, as políticas oficiais do governo português que incentivavam estas correntes

[5] Dado o elevado número de saídas clandestinas, o fluxo migratório nacional quando, como no presente caso, caracterizado a partir das estatísticas oficiais portuguesas não corresponde com rigor às caracteristicas da emigração portuguesa no seu conjunto.

migratórias. De acordo com o saldo do movimento de passageiros entre Portugal e as suas colónias, o número dos que se dirigiram para as províncias do ultramar raramente foi superior a 15 000 (1959 e 1962 representam os únicos dois momentos em que este valor foi superado), o que fica bastante aquém dos valores atingidos por outros destinos migratórios dos portugueses (quadro 2.18). No gráfico 2L sintetizamos os movimentos migratórios para as então denominadas Províncias Ultramarinas, entre 1937 e 1974.

Gráfico 2L — Movimento de passageiros entre Portugal e as suas colónias, 1938-1974



Fonte — Quadro 2.18.

A análise do gráfico 2L evidencia que o movimento para as colónias se dirigiu, sobretudo, para Angola e Moçambique, "as únicas colónias de povoamento" (Ferreira, 1976: 115). A eclosão dos movimentos autonomistas na década de 60 e as vicissitudes políticas e militares associadas à eclosão destes movimentos são as principais responsáveis pelas oscilações observáveis na evolução das migrações portuguesa para as então colónias africanas.

Fontes:

População. Censo no 1º de Janeiro de 1864. Estatística de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional

População. Censo no 1º de Janeiro de 1878. Estatística de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional

Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890. Lisboa: Imprensa Nacional

Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900. Lisboa: Imprensa Nacional

Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1911, 1920 e 1930, Lisboa: Imprensa Nacional

VIII, IX, X, XI, XII, XIII Recenseamento Geral da População, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991. Lisboa: Imprensa Nacional

Movimento da População. Estado Civil. Emigração. 1886 a 1896

Anuário Estatístico de Portugal. 1897 a 1900 e 1922 a 1940

Emigração Portuguesa. 1901 a 1912

Estatística Demográfica (Movimento da População). 1909 a 1921

Anuário Demográfico (Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal). 1929 a 1940

Anuário Demográfico (Estatística do Movimento da População de Portugal). 1941 a 1966

Estatísticas Demográficas. 1967 a 1992

A Emigração Portuguesa, Dados Retrospectivos. Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas (SECP)

Bibliografia:

ALARCÃO, Alberto — Divisão "Regionalizada" e Evolução Demográfica em Portugal, Oeiras: Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, 1982.

ARROTEIA, Jorge — Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional, Estudos Demográficos, 30, 1991.

BACCI, Massimo Livi — A Century of Portuguese Fertility, Princeton: N. J., Princeton University Press, 1971.

BAGANHA, Maria J. B. — Portuguese Emigration to the United States, 1820-1930, Nova lorque: Garland Publishing Inc., 1990.

BAGANHA, Maria J. B. — Uma imagem desfocada — a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração. Análise Social, XXVI (112-113), 1991.

BAGANHA, Maria J. B. — Migration and Urbanization in Portugal at the Turn of the Nineteenth Century. Comunicação apresentada na 'International Conference on European Cities and their Peoples', Amsterdam, 1992.

BAGANHA, Maria J. B. — Principais características e tendências da emigração portuguesa. In APS (organização) — Estruturas sociais e desenvolvimento, Lisboa: Fragmentos, 1993.

BAGANHA, Maria J. B. — As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. Análise Social, vol. XXIX (128), 1994.

BAGANHA, Maria J. B. (organizadora) — Immigration in Southern Europe, Oeiras: Celta Editora, 1997.

BARRETO, António — A Situação Social em Portugal, 1960-1995, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1996.

CARRILHO, Maria José — Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: evolução global do continente português, Estudos Demográficos, 30, 1991.

CARRILHO, Maria José; PEIXOTO, João — A Evolução Demográfica em Portugal entre 1981 e 1992, Estudos Demográficos, 31, 1993.

CÓNIM, Custódio; MARQUES, Armando; Pinto, José Eliseu — Tábuas abreviadas de mortalidade — distritos e regiões autónomas. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1988.

CÓNIM, Custódio; CARRILHO, Maria José — Situação Demográfica e Perspectivas de Evolução. Portugal, 1960-2000, Lisboa: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, caderno 16, 1989.

EVANGELISTA, João — Um século de população portuguesa (1864-1960), Lisboa: Instituto Nacional de Estatística — Centro de Estudos Demográficos, 1971.

FERRÃO, João — A Demografia Portuguesa. In BARRETO, António (organizador) — A Situação Social em Portugal, 1960-1995, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1996.

FERREIRA, Eduardo S. — Origens e Formas da Emigração, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

FERRO, João Pedro — A População Portuguesa no Final do Antigo Regime (1750-1815), Lisboa: Editorial Presença, 1995.

GIRÃO, Aristides de A.; VELHO, Fernanda de O. L. — Evolução Demográfica e Ocupação do Solo Continental (1890-1940), Coimbra: Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1995.

GODINHO, Vitorino M. — Sociedade Portuguesa. In SERRÃO, Joel (direcção) — Dicionário de História de Portugal — vol. VI. Porto: Livraria Figueirinhas, 1965.

GODINHO, Vitorino M. — L'émigration portugaise du XV siècle à nos jours, Histoire d'une constante structurale, Conjuncture Économique, Structures Sociales, Paris: Mouton, 1974.

GODINHO, Vitorino M. — L'émigration portugaise (XV-XX siécles). Revista de História Económica e Social, 11, 1978.

MACHADO, José T. M. — No Centenário do I Recenseamento Populacional Português. Revista do Centro de Estudos Demográficos, 16, 1965.

MEDEIROS, Carlos A. — Portugal — Esboço Breve de Geografia Humana, Lisboa: Edições Terra Livre, 1976.

MORAIS, Joaquim J. P.; ALARCÃO, Alberto de — A População de Portugal. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística — Centro de Estudos Demográficos, 1976.

NAZARETH, J. Manuel — Tábuas abreviadas de mortalidade — globais e regionais. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1977.

NAZARETH, J. Manuel — O envelhecimento da população portuguesa, Lisboa: Presença, 1979.

NAZARETH, J. Manuel — A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação. Análise Social, vol. XXI (87-88-89), 1985.

NAZARETH, J. Manuel — Unidade e Diversidade da Demografia Portuguesa no Final do Século XX, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

NUNES, Ana Bela F. M. — A Rede Urbana Portuguesa e o Moderno Crescimento Económico. Estudo apresentado para as Provas Complementares de Doutoramento em Economia, Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1989.

NUNES, Ana Bela F. M. — Portuguese Urban System: 1890-1991. In PEREIRA, Pedro Telhado; MATA, Maria Eugénia (organizadores) — Urban Dominance and Labour Market Differentiation of a European Capital City, Lisbon 1890-1990, Massachusetts: Kluwer Academic Publishers, 1996.

PEIXOTO, João — A Emigração Portuguesa a Partir de 1980: Factos Estatísticos e Modalidades de Evolução. Estudos Demográficos, 31, 1993.

PEREIRA, Miriam Halpern — Liberdade e contenção na emigração portuguesa (1850-1930). In SILVA, Maria Beatriz Nizza da [et alii] (organizadores) — Emigração / imigração, Lisboa: Fragmentos, 1993.

ROSA, Maria João V. — O envelhecimento da População Portuguesa. In BARRETO, António (organizador) — A Situação Social em Portugal, 1960-1995. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1996.

Quadros

2.1 — População total e por sexo, 1864-1991
2.2 — População calculada para o final do ano, 1864-1991
2.3 — População total por grupos de idades, 1864-1991
2.4 — População total por distritos, 1864-1991
2.5 — Movimento natural da população, 1890-1991
2.6 — Nascimentos, óbitos e casamentos, 1890-1991
2.7 — Nascimentos por sexo, 1890-1991
2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1991
2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade
2.10 — Emigração legal e estimativa da emigração clandestina, 1885-1988
2.11 — Emigração legal por destinos, 1886-1988
2.12 — Entradas de emigrantes portugueses em alguns países de destino, 1981-1993
2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988
2.14 — Resumo da emigração legal por distritos, 1886-1988
2.15 — Emigração legal por sexos, 1886-1988
2.16 — Características demográficas da emigração legal, 1890-1988
2.17 — Emigração legal por sexos e grupos de idades, 1955-1988
2.18 — Movimento de passageiros entre Portugal e as Províncias Ultramarinas, 1937-1974

Anexo

Pirâmides de idades

Quadro 2.1 — População total e por sexo, 1864-1991

Fonte — Recenseamento Geral da População para o ano respectivo.

ano	homens	mulheres	população total	índice da população base 1900 = 100	taxa média anual de crescimento %
1864	2 005 540	2 182 870	4 188 410	77,2	—
1878	2 175 829	2 374 870	4 550 699	83,9	0,59
1890	2 430 339	2 619 390	5 049 729	93,1	0,87
1900	2 591 600	2 831 532	5 423 132	100,0	0,72
1911	2 828 691	3 131 365	5 960 056	109,9	0,86
1920	2 855 818	3 177 173	6 032 991	111,2	0,14
1930	3 255 876	3 570 007	6 825 883	125,9	1,24
1940	3 711 748	4 010 404	7 722 152	142,4	1,24
1950	4 060 266	4 381 046	8 441 312	155,7	0,89
1960	4 237 854	4 613 435	8 851 289	163,2	0,48
1970	4 054 115	4 514 588	8 568 703	158,0	- 0,32
1981	4 742 524	5 110 317	9 852 841	181,7	1,41
1991	4 754 632	5 107 908	9 862 540	181,9	0,01

Quadro 2.2 — População calculada para o final do ano, 1864-1991

Fonte — Cálculos do autor.

ano	total	homens	mulheres
1864	4 188 410	2 005 540	2 182 870
1865	4 213 303	2 017 249	2 196 054
1866	4 238 344	2 029 026	2 209 318
1867	4 263 533	2 040 871	2 222 661
1868	4 288 873	2 052 786	2 236 086
1869	4 314 363	2 064 771	2 249 591
1870	4 340 004	2 076 825	2 263 178
1871	4 365 798	2 088 950	2 276 847
1872	4 391 745	2 101 146	2 290 599
1873	4 417 847	2 113 412	2 304 433
1874	4 444 103	2 125 751	2 318 351
1875	4 470 516	2 138 161	2 332 354
1876	4 497 085	2 150 644	2 346 441
1877	4 523 813	2 163 200	2 360 612
1878	4 550 699	2 175 829	2 374 870
1879	4 590 330	2 195 979	2 394 344
1880	4 630 307	2 216 316	2 413 978
1881	4 670 631	2 236 842	2 433 772
1882	4 711 307	2 257 557	2 453 729
1883	4 752 337	2 278 465	2 473 850
1884	4 793 725	2 299 566	2 494 135
1885	4 835 473	2 320 862	2 514 587
1886	4 877 584	2 342 356	2 535 207
1887	4 920 062	2 364 048	2 555 995
1888	4 962 910	2 385 942	2 576 955
1889	5 006 131	2 408 038	2 598 086
1890	5 049 729	2 430 339	2 619 390
1891	5 085 882	2 446 003	2 639 869
1892	5 122 294	2 461 768	2 660 507

ano	total	homens	mulheres
1893	5 158 966	2 477 634	2 681 307
1894	5 195 902	2 493 603	2 702 270
1895	5 233 101	2 509 675	2 723 396
1896	5 270 567	2 525 850	2 744 688
1897	5 308 301	2 542 129	2 766 146
1898	5 346 305	2 558 514	2 787 772
1899	5 384 582	2 575 004	2 809 567
1900	5 423 132	2 591 600	2 831 532
1901	5 469 876	2 612 306	2 857 560
1902	5 517 022	2 633 178	2 883 827
1903	5 564 575	2 654 217	2 910 335
1904	5 612 538	2 675 423	2 937 087
1905	5 660 915	2 696 800	2 964 085
1906	5 709 708	2 718 346	2 991 331
1907	5 758 922	2 740 068	3 018 828
1908	5 808 560	2 761 958	3 046 577
1909	5 858 626	2 784 026	3 074 582
1910	5 909 123	2 806 269	3 102 843
1911	5 960 056	2 828 691	3 131 365
1912	5 968 116	2 831 692	3 136 422
1913	5 976 187	2 834 697	3 141 487
1914	5 984 269	2 837 705	3 146 560
1915	5 992 362	2 840 715	3 151 842
1916	6 000 466	2 843 730	3 156 732
1917	6 008 581	2 846 747	3 161 830
1918	6 016 706	2 849 767	3 166 936
1919	6 024 843	2 852 791	3 172 050
1920	6 032 991	2 855 818	3 177 173
1921	6 107 947	2 893 505	3 214 428

Quadro 2.2 — População calculada para o final do ano, 1864-1991 (continuação)

ano	total	homens	mulheres
1922	6 183 835	2 931 690	3 252 120
1923	6 260 666	2 970 378	3 290 253
1924	6 338 451	3 009 577	3 328 834
1925	6 417 203	3 049 293	3 367 867
1926	6 496 933	3 089 534	3 407 358
1927	6 577 653	3 130 305	3 447 312
1928	6 659 377	3 171 814	3 487 735
1929	6 742 116	3 213 469	3 528 631
1930	6 825 883	3 255 876	3 570 007
1931	6 910 616	3 298 822	3 611 777
1932	6 996 402	3 342 335	3 654 036
1933	7 083 252	3 386 422	3 696 790
1934	7 171 180	3 431 090	3 740 044
1935	7 260 200	3 476 347	3 783 804
1936	7 350 325	3 522 202	3 828 076
1937	7 441 589	3 568 661	3 872 885
1938	7 533 945	3 615 733	3 918 179
1939	7 627 468	3 663 426	3 964 023
1940	7 722 152	3 711 748	4 010 404
1941	7 791 221	3 745 209	4 046 011
1942	7 860 907	3 778 972	4 081 935
1943	7 931 217	3 813 039	4 118 177
1944	8 002 156	3 847 414	4 154 741
1945	8 073 729	3 882 098	4 191 630
1946	8 145 942	3 917 095	4 228 847
1947	8 218 801	3 952 407	4 266 393
1948	8 292 312	3 988 038	4 304 274
1949	8 366 480	4 023 990	4 342 490
1950	8 441 312	4 060 266	4 381 046
1951	8 481 440	4 077 685	4 403 748
1952	8 521 759	4 095 178	4 426 568
1953	8 562 270	4 112 746	4 449 506
1954	8 602 973	4 130 390	4 472 563

ano	total	homens	mulheres
1955	8 643 870	4 148 110	4 495 739
1956	8 684 961	4 165 905	4 519 036
1957	8 726 248	4 183 777	4 542 453
1958	8 767 731	4 201 726	4 565 991
1959	8 809 411	4 219 751	4 589 652
1960	8 851 289	4 237 854	4 613 435
1961	8 822 616	4 219 111	4 603 454
1962	8 794 036	4 200 452	4 593 494
1963	8 765 548	4 181 875	4 583 556
1964	8 737 153	4 163 380	4 573 639
1965	8 708 850	4 144 967	4 563 744
1966	8 680 638	4 126 635	4 553 870
1967	8 652 518	4 108 384	4 544 018
1968	8 624 489	4 090 214	4 534 186
1969	8 596 551	4 072 125	4 524 377
1970	8 568 703	4 054 115	4 514 588
1971	8 689 199	4 118 200	4 570 893
1972	8 811 389	4 183 298	4 627 901
1973	8 935 297	4 249 424	4 685 620
1974	9 060 948	4 316 596	4 744 058
1975	9 188 366	4 384 830	4 803 226
1976	9 317 576	4 454 143	4 863 131
1977	9 448 602	4 524 551	4 923 783
1978	9 581 471	4 596 072	4 985 192
1979	9 716 209	4 668 724	5 047 367
1980	9 852 841	4 742 524	5 110 317
1981	9 853 810	4 743 733	5 110 076
1982	9 854 780	4 744 943	5 109 835
1983	9 855 750	4 746 153	5 109 594
1984	9 856 719	4 747 363	5 109 353
1985	9 857 689	4 748 574	5 109 112
1986	9 858 659	4 749 785	5 108 871
1987	9 859 629	4 750 996	5 108 631

Quadro 2.2 — População calculada para o final do ano, 1864-1991 (continuação)

ano	total	homens	mulheres
1988	9 860 599	4 752 208	5 108 390
1989	9 861 570	4 753 420	5 108 149

ano	total	homens	mulheres
1990	9 862 540	4 754 632	5 107 908
1991	9 863 510	4 755 844	5 107 667

Quadro 2.3 — População total por grupos de idades, 1864-1991 *

Fonte — Recenseamento Geral da População para o ano respectivo.

grupos de idade	total	0-4	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29
1864**	4 188 410	574 445	435 329	408 574	364 408	343 233	359 523
1878**	4 550 699	634 480	469 712	430 917	409 506	364 621	378 951
1890	5 049 729	589 398	554 905	524 836	461 490	405 477	365 890
1900	5 423 132	637 009	610 151	580 381	515 863	465 465	392 464
1911	5 960 056	706 306	703 153	635 966	570 481	511 517	432 590
1920	6 032 991	604 132	681 201	682 578	627 014	515 709	446 418
1930	6 825 883	769 627	762 208	646 267	682 779	625 635	535 131
1940	7 722 152	829 141	835 721	803 356	748 482	630 682	608 886
1950	8 441 312	889 714	798 678	799 693	810 964	761 703	681 256
1960***	8 889 650	901 410	851 145	839 400	747 225	705 204	673 452
1970***	8 611 115	789 355	849 785	812 710	730 900	628 040	518 735
1981***	9 833 014	791 696	862 333	854 644	859 742	768 317	679 958
1991***	9 867 147	544 309	646 161	781 933	845 588	765 248	726 628

grupos de idade	total	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59
1864**	4 188 410	244 103	348 151	219 374	263 045	132 621	191 592
1878**	4 550 699	270 879	344 871	215 641	284 760	183 489	227 437
1890	5 049 729	334 232	298 009	308 422	252 417	259 298	172 225
1900	5 423 132	350 400	305 527	313 651	257 936	274 411	190 181
1911	5 960 056	391 345	338 841	329 596	270 660	283 242	203 593
1920	6 032 991	392 854	358 481	339 747	300 600	277 955	214 027
1930	6 825 883	441 780	410 057	377 365	331 872	317 830	258 865
1940	7 722 152	556 636	495 900	422 388	375 181	346 166	285 422
1950	8 441 312	541 099	567 333	524 737	460 038	390 566	331 777
1960***	8 889 650	637 452	591 184	499 411	510 724	481 429	409 028
1970***	8 611 115	533 985	555 740	551 385	513 230	444 600	439 750
1981***	9 833 014	629 898	565 426	574 160	586 900	570 462	531 731
1991***	9 867 147	694 606	661 076	634 519	569 623	559 346	562 041

Quadro 2.3 — População total por grupos de idades, 1864-1991 (continuação)

grupos de idade	total	60-64	65-69	70-74	75-79	80-84	85 e +	desc.
1864**	4 188 410	103 300	99 924	40 433	35 532	10 270	8 875	5 678
1878**	4 550 699	113 960	103 914	46 832	41 549	12 782	9 967	6 451
1890	5 049 729	202 238	123 351	96 562	43 699	25 146	12 969	19 165
1900	5 423 132	207 495	116 253	97 619	49 439	32 736	14 032	12 119
1911	5 960 056	217 481	132 532	111 587	53 959	35 410	17 373	14 424
1920	6 032 991	208 770	138 829	108 046	57 247	34 418	17 355	27 610
1930	6 825 883	230 119	166 184	123 940	72 817	38 653	22 037	12 717
1940	7 722 152	262 328	194 270	140 144	86 974	47 435	29 469	23 571
1950	8 441 312	294 239	229 976	168 524	107 039	53 123	30 853	—
1960***	8 889 650	334 019	264 150	206 298	130 504	69 202	38 415	—
1970***	8 611 115	410 150	326 250	233 720	146 610	82 480	43 690	—
1981***	9 833 014	432 289	408 307	332 339	218 838	110 679	57 295	—
1991***	9 867 147	533 325	470 049	344 747	271 089	165 553	91 306	—

* Ambos os sexos

** Grupos de idade 0-5, 6-10, 11-15, etc., 86 e +

*** População residente

Quadro 2.4 — População total por distritos, 1864-1991

Fonte — Recenseamento Geral da População para o ano respectivo.

ano	Portugal	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	C. Branco	Coimbra	Évora
1864	4 188 410	238 700	135 508	309 508	158 909	159 505	268 894	98 104
1878	4 550 699	257 049	142 119	319 464	168 651	173 983	292 037	106 858
1890	5 049 729	287 437	157 571	338 308	179 678	205 211	316 624	118 408
1900	5 423 132	303 169	163 612	357 159	185 162	216 608	332 168	128 062
1911	5 960 056	336 243	192 499	382 276	192 024	241 184	359 387	148 295
1920	6 032 991	344 178	200 615	376 141	170 302	239 167	353 121	153 239
1930	6 825 883	381 694	240 465	414 784	185 164	265 573	387 808	180 852
1940	7 722 152	429 870	275 441	482 914	213 233	299 670	411 677	207 952
1950	8 441 312	477 191	286 803	541 377	227 125	320 279	432 044	219 638
1960*	8 851 289	522 227	268 911	593 587	230 266	310 745	433 596	215 186
1970*	8 568 703	539 688	201 502	607 354	176 246	250 351	398 678	175 286
1981*	9 852 841	619 966	184 252	709 763	181 375	232 967	441 001	179 241
1991*	9 862 540	654 265	169 438	748 192	157 809	214 853	427 839	173 654

ano	Portugal	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém
1864	4 188 410	172 660	210 414	173 916	438 464	95 665	410 665	196 617
1878	4 550 699	199 142	228 494	192 982	498 059	101 126	461 881	220 881
1890	5 049 729	228 635	250 154	217 278	611 168	112 834	546 262	254 844
1900	5 423 132	255 191	261 630	238 755	709 509	124 431	597 935	283 154
1911	5 960 056	272 861	271 616	262 632	852 354	141 481	679 540	325 775
1920	6 032 991	268 294	256 243	279 124	933 568	147 398	702 166	332 012
1930	6 825 883	300 762	267 614	314 540	906 582	166 343	810 253	378 517
1940	7 722 152	317 628	294 166	353 675	1 070 103	186 373	938 288	421 996
1950	8 441 312	325 971	304 368	389 182	1 226 815	196 993	1 052 663	453 192
1960*	8 851 289	312 509	276 470	400 275	1 402 586	183 841	1 191 504	462 121
1970*	8 568 703	265 225	207 469	374 535	1 578 614	143 903	1 302 786	427 892
1981*	9 852 841	328 605	205 405	418 942	2 085 861	142 141	1 561 310	458 229
1991*	9 862 540	341 404	188 165	426 152	2 048 180	134 169	1 641 501	444 880

Quadro 2.4 — População total por distritos, 1864-1991 (continuação)

ano	Portugal	Setúbal	V. Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira
1864	4 188 410	—	195 257	213 289	353 543	248 028	110 764
1878	4 550 699	—	201 390	224 628	371 571	259 800	130 584
1890	5 049 729	—	207 366	237 302	391 015	255 594	134 040
1900	5 423 132	—	215 267	242 196	402 259	256 291	150 574
1911	5 960 056	—	227 250	245 547	416 744	242 565	169 783
1920	6 032 991	—	226 046	235 499	404 864	232 012	179 002
1930	6 825 883	233 668	240 261	253 994	431 473	253 935	211 601
1940	7 722 152	268 884	258 596	289 114	465 563	286 885	250 124
1950	8 441 312	324 186	274 532	317 372	487 182	317 409	266 990
1960*	8 851 289	376 128	275 345	322 649	477 468	327 806	268 069
1970*	8 568 703	465 367	249 919	261 995	407 538	284 161	250 174
1981*	9 852 841	654 312	255 395	263 972	421 752	249 101	259 251
1991*	9 862 540	712 594	250 059	236 294	401 871	237 795	253 425

* População residente

Quadro 2.5 — Movimento natural da população, 1890-1991

Fonte — De 1890 a 1940, Anuário Demográfico (Estatísticas do Movimento Fisiológico da População de Portugal), 1940; de 1941 a 1966, Anuário Demográfico; de 1967 a 1991, Estatísticas Demográficas.

ano	nascimentos	óbitos	população natural	população estimada	T.B.N. ‰	T.B.M. ‰	T.C.N. ‰	T.C.T. ‰
1890	164 627	127 237	5 049 729	5 049 729	33	25	7	
1891	162 051	115 610	5 096 170	5 085 882	32	23	9	
1892	159 205	103 587	5 151 788	5 122 294	31	20	11	
1893	164 141	109 931	5 205 998	5 158 966	32	21	11	
1894	153 971	107 450	5 252 519	5 195 902	30	21	9	
1895	156 405	108 435	5 300 489	5 233 101	30	21	9	
1896	157 546	119 508	5 338 527	5 270 567	30	23	7	
1897	160 971	115 911	5 383 587	5 308 301	30	22	8	
1898	160 924	113 849	5 430 662	5 346 305	30	21	9	
1899	160 569	108 260	5 482 971	5 384 582	30	20	10	
1900	165 245	110 330	5 537 886	5 423 132	30	20	10	7
1901	170 773	114 130	5 594 529	5 469 876	31	21	10	
1902	176 029	108 378	5 662 180	5 517 022	32	20	12	
1903	183 138	111 685	5 733 633	5 564 575	33	20	13	
1904	176 726	105 572	5 804 787	5 612 538	31	19	13	
1905	179 746	112 756	5 871 777	5 660 915	32	20	12	
1906	182 920	125 248	5 929 449	5 709 708	32	22	10	
1907	176 417	113 254	5 992 612	5 758 922	31	20	11	
1908	175 268	115 876	6 052 004	5 808 560	30	20	10	
1909	174 753	112 421	6 114 336	5 858 626	30	19	11	
1910	187 416	113 697	6 188 055	5 909 123	32	19	12	
1911	230 033	130 900	6 287 188	5 960 056	39	22	17	9
1912	207 870	119 578	6 375 480	5 968 116	35	20	15	
1913	193 906	123 054	6 446 332	5 976 187	32	21	12	
1914	188 479	115 526	6 519 285	5 984 269	32	19	12	
1915	195 225	122 513	6 591 997	5 992 362	33	20	12	
1916	192 780	129 389	6 655 388	6 000 466	32	22	11	

Quadro 2.5 — Movimento natural da população, 1890-1991 (continuação)

ano	nascimentos	óbitos	população natural	população estimada	T.B.N. (‰)	T.B.M. (‰)	T.C.N. (‰)	T.C.T. (‰)
1917	188 391	134 082	6 709 697	6 008 581	31	22	9	
1918	178 687	248 978	6 639 406	6 016 706	30	41	-12	
1919	166 162	152 856	6 652 712	6 024 843	28	25	2	
1920	202 908	142 862	6 712 758	6 032 991	34	24	10	1
1921	197 022	126 316	6 783 464	6 107 947	32	21	12	
1922	203 727	125 747	6 881 444	6 183 835	33	20	13	
1923	207 172	141 775	6 926 841	6 260 666	33	23	10	
1924	207 440	126 052	7 008 229	6 338 451	33	20	13	
1925	208 434	117 413	7 099 250	6 417 203	32	18	14	
1926	214 633	128 335	7 185 548	6 496 933	33	20	13	
1927	199 399	123 332	7 261 615	6 577 653	30	19	12	
1928	211 314	124 088	7 348 841	6 659 377	32	19	13	
1929	200 874	118 824	7 430 891	6 742 116	30	18	12	
1930	202 529	116 352	7 517 068	6 825 883	30	17	13	12
1931	204 120	115 225	7 605 963	6 910 616	30	17	13	
1932	208 062	118 895	7 695 130	6 996 402	30	17	13	
1933	204 315	120 996	7 778 449	7 083 252	29	17	12	
1934	203 158	118 539	7 863 068	7 171 180	28	17	12	
1935	202 943	123 051	7 942 960	7 260 200	28	17	11	
1936	205 615	119 003	8 029 572	7 350 325	28	16	12	
1937	198 127	117 291	8 110 408	7 441 569	27	16	11	
1938	199 467	115 331	8 194 544	7 533 945	26	15	11	
1939	198 888	116 075	8 277 357	7 627 468	26	15	11	
1940	187 892	120 486	8 344 763	7 722 152	24	16	9	12
1941	184 336	134 937	8 394 162	7 791 221	24	17	6	
1942	187 503	136 531	8 445 134	7 860 907	24	17	6	
1943	198 101	121 887	8 521 348	7 931 217	25	15	10	
1944	201 373	119 275	8 603 446	8 002 156	25	15	10	
1945	209 131	115 596	8 696 981	8 073 729	26	14	12	
1946	205 825	120 800	8 782 006	8 145 942	25	15	10	
1947	200 488	110 437	8 872 057	8 218 801	24	13	11	
1948	220 981	107 576	8 985 462	8 292 312	27	13	14	

Quadro 2.5 — Movimento natural da população, 1890-1991 (continuação)

ano	nascimentos	óbitos	população natural	população estimada	T.B.N. (‰)	T.B.M. (‰)	T.C.N. (‰)	T.C.T. (‰)
1949	212 260	117 499	9 080 223	8 366 480	25	14	11	
1950	205 163	102 798	9 182 588	8 441 312	24	12	12	9
1951	207 870	105 473	9 284 985	8 481 440	25	12	12	
1952	211 213	100 486	9 395 712	8 521 759	25	12	13	
1953	202 135	97 460	9 500 387	8 562 270	24	11	12	
1954	197 536	95 088	9 602 835	8 602 973	23	11	12	
1955	209 790	99 472	9 713 153	8 643 870	24	12	13	
1956	202 667	106 919	9 808 901	8 684 961	23	12	11	
1957	211 494	101 784	9 918 611	8 726 248	24	12	13	
1958	212 467	91 891	10 039 187	8 767 731	24	10	14	
1959	213 062	97 754	10 154 495	8 809 411	24	11	13	
1960	213 895	95 007	10 273 383	8 851 289	24	11	13	5
1961	217 516	99 590	10 391 309	8 822 616	25	11	13	
1962	220 200	96 864	10 514 645	8 794 036	25	11	14	
1963	212 152	98 011	10 628 786	8 765 548	24	11	13	
1964	217 136	96 878	10 749 044	8 737 153	25	11	14	
1965	210 299	95 187	10 864 156	8 708 850	24	11	13	
1966	206 940	100 088	10 971 008	8 680 638	24	12	12	
1967	202 061	95 816	11 077 253	8 652 518	23	11	12	
1968	194 962	94 661	11 177 554	8 624 489	23	11	12	
1969	189 739	101 088	11 266 205	8 596 551	22	12	10	
1970	172 891	93 093	11 346 003	8 568 703	20	11	9	-3
1971	189 042	98 688	11 436 357	8 689 199	22	11	10	
1972	174 685	90 315	11 520 727	8 811 389	20	10	10	
1973	172 324	95 435	11 597.616	8 935 297	19	11	9	
1974	171 979	96 928	11 672 667	9 060 948	19	11	8	
1975	179 648	97 936	11 754 379	9 188 366	20	11	9	
1976	186 712	102 027	11 839 064	9 317 576	20	11	9	
1977	181 064	96 111	11 924 017	9 448 602	19	10	9	
1978	167 467	96 194	11 995 290	9 581 471	17	10	7	
1979	160 311	92 732	12 062 869	9 716 209	16	10	7	
1980	158 352	94 971	12 126 250	9 852 841	16	10	6	1

Quadro 2.5 — Movimento natural da população, 1890-1991 (continuação)

ano	nascimentos	óbitos	população natural	população estimada	T.B.N. (‰)	T.B.M. (‰)	T.C.N. (‰)	T.C.T. (‰)
1981	152 102	95 892	12 182 460	9 853 810	15	10	6	
1982	151 029	92 551	12 240 938	9 854 780	15	9	6	
1983	144 327	96 367	12 288 898	9 855 750	15	10	5	
1984	142 805	97 227	12 334 476	9 856 719	14	10	5	
1985	130 492	97 339	12 367 629	9 857 689	13	10	3	
1986	126 748	95 828	12 398 549	9 858 659	13	10	3	
1987	123 218	95 423	12 426 344	9 859 629	12	10	3	
1988	122 121	98 236	12 450 229	9 860 599	12	10	2	
1989	118 560	96 220	12 472 569	9 861 570	12	10	2	
1990	116 383	103 115	12 485 837	9 862 540	12	10	1	
1991	116 415	104 361	12 497 891	9 863 510	12	11	1	0

T.B.N. — taxa bruta de natalidade

T.B.M. — taxa bruta de mortalidade

T.C.N. — taxa de crescimento natural

T.C.T. — taxa de crescimento total

Quadro 2.6 — Nascimentos, óbitos e casamentos, 1890-1991

Fonte — De 1890 a 1940, Anuário Demográfico (Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal), 1940; de 1941 a 1966, Anuário Demográfico; de 1967 a 1991, Estatísticas Demográficas.

ano	nascimentos	óbitos	casamentos
1890	164 627	127 237	35 769
1891	162 051	115 610	34 631
1892	159 205	103 587	34 828
1893	164 141	109 931	34 088
1894	153 971	107 450	33 161
1895	156 405	108 435	33 274
1896	157 546	119 508	32 998
1897	160 971	115 911	36 218
1898	160 924	113 849	35 021
1899	160 569	108 260	38 611
1900	165 245	110 330	36 779
1901	170 773	114 130	37 865
1902	176 029	108 378	38 654
1903	183 138	111 685	38 618
1904	176 726	105 572	36 663
1905	179 746	112 756	37 600
1906	182 920	125 248	35 485
1907	176 417	113 254	35 357
1908	175 268	115 876	35 761
1909	174 753	112 421	35 807
1910	187 416	113 697	38 986
1911	230 033	130 900	41 235
1912	207 870	119 578	44 126
1913	193 906	123 064	35 057
1914	188 479	115 526	36 548
1915	195 225	122 513	35 885
1916	192 780	129 389	35 896

ano	nascimentos	óbitos	casamentos
1917	188 391	134 082	33 426
1918	178 687	248 978	30 236
1919	166 162	152 856	46 959
1920	202 908	142 862	53 024
1921	197 022	126 316	51 213
1922	203 727	125 747	50 543
1923	207 172	141 775	49 104
1924	207 440	126 052	46 242
1925	208 434	117 413	45 550
1926	214 633	128 335	46 801
1927	199 399	123 332	41 776
1928	211 314	124 088	45 347
1929	200 874	118 824	44 525
1930	202 529	116 352	47 746
1931	204 120	115 225	44 908
1932	208 062	118 895	45 388
1933	204 315	120 996	45 833
1934	203 158	118 539	47 459
1935	202 943	123 051	48 899
1936	205 615	119 003	46 526
1937	198 127	117 291	46 801
1938	199 467	115 331	48 847
1939	198 888	116 075	48 536
1940	187 892	120 486	46 618
1941	184 336	134 937	55 131
1942	187 503	136 531	58 664
1943	198 101	121 887	58 455

Quadro 2.6 — Nascimentos, óbitos e casamentos, 1890-1991 (continuação)

ano	nascimentos	óbitos	casamentos
1944	201 373	119 275	59 260
1945	209 131	115 596	61 479
1946	205 825	120 800	62 460
1947	200 488	110 437	67 486
1948	220 981	107 576	64 638
1949	212 260	117 499	65 388
1950	205 163	102 798	65 244
1951	207 870	105 473	66 689
1952	211 213	100 486	67 059
1953	202 135	97 460	67 304
1954	197 536	95 088	69 361
1955	209 790	99 472	73 076
1956	202 667	106 919	65 894
1957	211 494	101 784	71 792
1958	212 467	91 891	73 096
1959	213 062	97 754	75 868
1960	213 895	95 007	69 457
1961	217 516	99 590	78 199
1962	220 200	96 864	70 817
1963	212 152	98 011	71 209
1964	217 136	96 878	73 310
1965	210 299	95 187	75 483
1966	206 940	100 088	77 199
1967	202 061	95 816	78 864

ano	nascimentos	óbitos	casamentos
1968	194 962	94 661	76 553
1969	189 739	101 088	79 180
1970	172 891	93 093	81 461
1971	189 042	98 688	83 438
1972	174 685	90 315	77 325
1973	172 324	95 435	84 334
1974	171 979	96 928	81 724
1975	179 648	97 936	103 125
1976	186 712	102 027	101 885
1977	181 064	96 111	91 403
1978	167 467	96 194	81 111
1979	160 311	92 732	80 141
1980	158 352	94 971	72 164
1981	152 102	95 892	76 283
1982	151 029	92 551	73 660
1983	144 327	96 367	74 917
1984	142 805	97 227	69 875
1985	130 492	97 339	68 461
1986	126 748	95 828	69 271
1987	123 218	95 423	71 656
1988	122 121	98 236	71 098
1989	118 560	96 220	73 195
1990	116 383	103 115	71 654
1991	116 415	104 361	71 808

Quadro 2.7 — Nascimentos por sexo, 1890-1991

Fonte — De 1890 a 1940, Anuário Demográfico (Estatística do Movimento Fisiológico da População de Portugal), 1940; de 1941 a 1966, Anuário Demográfico; de 1967 a 1991, Estatísticas Demográficas.

ano	homens	mulheres	total
1890	84 472	80 155	164 627
1891	83 863	78 188	162 051
1892	82 197	77 008	159 205
1893	84 654	79 487	164 141
1894	79 393	74 578	153 971
1895	80 787	75 618	156 405
1896	81 316	76 230	157 546
1897	82 524	78 447	160 971
1898	82 137	78 787	160 924
1899	82 719	77 850	160 569
1900	85 274	79 971	165 245
1901	88 289	82 484	170 773
1902	90 968	85 061	176 029
1903	94 681	88 457	183 138
1904	91 639	85 087	176 726
1905	93 898	85 848	179 746
1906	94 669	88 251	182 920
1907	91 895	84 522	176 417
1908	90 550	84 718	175 268
1909	89 860	84 893	174 753
1910	97 040	90 376	187 416
1911	117 656	112 377	230 033
1912	106 212	101 658	207 870
1913	99 258	94 648	193 906
1914	96 964	91 515	188 479
1915	100 181	95 044	195 225
1916	98 819	93 961	192 780
1917	96 786	91 605	188 391

ano	homens	mulheres	total
1918	92 063	86 624	178 687
1919	85 332	80 830	166 162
1920	103 984	98 924	202 908
1921	101 007	96 015	197 022
1922	105 063	98 664	203 727
1923	106 375	100 797	207 172
1924	106 350	101 090	207 440
1925	106 801	101 633	208 434
1926	110 049	104 584	214 633
1927	102 504	96 895	199 399
1928	108 159	103 155	211 314
1929	103 215	97 659	200 874
1930	103 928	98 601	202 529
1931	105 150	98 970	204 120
1932	107 123	100 939	208 062
1933	104 940	99 375	204 315
1934	104 759	98 399	203 158
1935	104 771	99 172	203 943
1936	105 577	100 038	205 615
1937	101 637	96 490	198 127
1938	102 968	96 499	199 467
1939	102 229	96 659	198 888
1940	97 147	90 745	187 892
1941	94 801	89 535	184 336
1942	96 650	90 853	187 503
1943	102 085	96 016	198 101
1944	105 093	96 280	201 373
1945	108 482	100 649	209 131

Quadro 2.7 — Nascimentos por sexo, 1890-1991 (continuação)

ano	homens	mulheres	totall
1946	107 128	98 697	205 825
1947	104 070	96 418	200 488
1948	114 771	106 210	220 981
1949	110 466	101 794	212 260
1950	106 025	99 138	205 163
1951	107 756	100 114	207 870
1952	109 580	101 633	211 213
1953	104 391	97 744	202 135
1954	102 101	95 435	197 536
1955	107 877	101 913	209 790
1956	103 917	98 750	202 667
1957	108 855	102 639	211 494
1958	109 096	103 371	212 467
1959	109 737	103 325	213 062
1960	110 485	103 410	213 895
1961	111 869	105 647	217 516
1962	113 842	106 358	220 200
1963	109 457	102 695	212 152
1964	112 434	104 702	217 136
1965	108 574	101 725	210 299
1966	107 224	99 716	206 940
1967	103 889	98 172	202 061
1968	101 125	93 837	194 962

ano	homens	mulheres	total
1969	98 054	91 685	189 739
1970	89 246	83 645	172 891
1971	97 271	91 771	189 042
1972	90 322	84 363	174 685
1973	88 697	83 627	172 324
1974	88 062	83 917	171 979
1975	93 099	86 549	179 648
1976	96 582	90 130	186 712
1977	94 040	87 024	181 064
1978	87 124	80 343	167 467
1979	82 726	77 585	160 311
1980	81 642	76 710	158 352
1981	78 340	73 762	152 102
1982	77 861	73 168	151 029
1983	74 811	69 516	144 327
1984	73 891	68 914	142 805
1985	67 358	63 134	130 492
1986	65 427	61 321	126 748
1987	63 572	59 646	123 218
1988	63 020	59 101	122 121
1989	60 895	57 665	118 560
1990	59 953	56 430	116 383
1991	59 920	56 495	116 415

Quadro 2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1991

Fonte — De 1919 a 1921, Movimento da População; de 1922 a 1925, Movimento Fisiológico da População de Portugal; de 1929 a 1967, Anuário Demográfico; de 1967 a 1991, Estatísticas Demográficas.

grupos de idade	1919	1920	1921	1922	1919-1922
menos de 1	30 196	33 302	29 102	29 330	121 930
1-4	25 740	22 491	16 182	16 270	80 683
5-9	6 794	5 626	3 908	3 367	19 695
10-14	3 247	3 043	2 528	2 201	11 019
15-19	3 804	3 674	3 168	3 079	13 725
20-24	4 644	4 381	3 903	3 780	16 708
25-29	4 440	3 911	3 522	3 514	15 387
30-34	3 978	3 424	3 425	3 264	14 091
35-39	3 953	3 433	3 230	3 418	14 034
40-44	4 284	3 731	3 551	3 443	15 009
45-49	4 230	3 784	3 534	3 618	15 166
50-54	5 042	4 374	4 143	4 070	17 629
55-59	5 154	4 528	4 425	4 514	18 621
60-64	7 948	6 724	6 551	6 441	27 664
65-69	7 374	6 921	6 646	6 585	27 526
70 e mais	31 297	28 978	28 103	28 389	116 767
ignorada	731	537	395	464	2 127
total	152 856	142 862	126 316	125 747	547 781

Quadro 2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1992 (continuação)

grupos de idade	1929	1930	1931	1932	1929-1932
menos de 1	30 377	29 077	28 707	30 483	118 844
1-4	14 993	12 403	11 780	13 250	52 426
5-9	3 396	4 275	4 421	4 582	18 874
10-14	1 566	1 581	1 454	1 525	6 128
15-19	2 683	2 584	2 514	2 315	10 098
20-24	3 660	3 561	3 499	3 279	13 999
25-29	3 488	3 313	3 171	3 127	13 099
30-34	2 989	2 980	2 893	2 857	11 719
35-39	3 050	3 125	2 966	2 899	12 040
40-44	3 055	2 973	3 025	3 048	12 101
45-49	3 279	3 190	3 105	3 137	12 711
50-54	3 817	3 578	3 753	3 751	14 899
55-59	4 156	4 172	4 099	4 245	16 672
60-64	5 628	5 595	5 600	5 726	22 549
65-69	6 135	6 353	6 307	8 523	25 318
70 e mais	25 876	27 321	27 818	28 020	109 035
ignorada	676	171	113	128	1 088
total	118 824	118 252	115 225	118 895	469 196

Quadro 2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1992 (continuação)

grupos de idade	1939	1940	1941	1942	1939-1942
menos de 1	23 852	23 690	27 794	24 629	99 965
1-4	13 064	14 304	18 188	15 910	61 466
5-9	2 518	2 659	3 076	3 344	11 597
10-14	1 588	1 729	1 895	2 100	7 310
15-19	2 317	2 493	2 677	2 996	10 483
20-24	2 710	2 820	3 096	3 185	11 811
25-29	2 960	3 056	3 080	3 029	12 125
30-34	2 899	3 048	3 160	3 078	12 185
35-39	3 072	2 994	3 277	3 214	12 557
40-44	3 146	3 040	3 294	3 193	12 673
45-49	3 324	3 401	3 560	3 374	13 659
50-54	3 955	3 949	4 279	4 152	16 335
55-59	4 713	4 789	5 029	4 890	19 421
60-64	6 414	6 504	7 060	6 821	26 799
65-69	7 359	7 453	8 457	8 205	31 474
70 e mais	31 979	34 034	36 763	34 204	136 980
ignorada	207	223	252	207	889
total	116 075	120 186	134 937	126 531	497 729

Quadro 2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1992 (continuação)

grupos de idade	1949	1950	1951	1952	1949-1952
menos de 1	24 304	19 308	18 521	19 924	82 057
1-4	12 441	9 514	8 944	9 784	40 683
5-9	1 795	1 578	1 565	1 436	6 374
10-14	1 205	1 015	951	813	3 984
15-19	1 999	1 789	1 601	1 257	6 646
20-24	2 928	2 635	2 416	1 778	9 757
25-29	2 659	2 537	2 352	1 872	9 420
30-34	2 270	2 021	1 999	1 687	7 977
35-39	2 900	2 501	2 372	2 023	9 796
40-44	3 055	2 844	2 888	2 418	11 205
45-49	3 605	3 233	3 227	2 972	13 037
50-54	3 949	3 543	3 858	3 470	14 820
55-59	4 802	4 369	4 585	4 267	18 023
60-64	6 291	5 970	6 231	5 729	24 221
65-69	7 980	7 178	7 701	7 315	30 174
70 e mais	35 105	32 632	36 112	33 601	137 450
ignorada	211	131	150	140	632
total	117 499	102 798	105 473	100 486	426 256

Quadro 2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1992 (continuação)

grupos de idade	1959	1960	1961	1962	1959-1962
menos de 1	18 878	16 576	19 308	17 300	72 062
1-4	6 792	4 926	6 800	5 305	23 823
5-9	1 059	901	1 057	1 029	4 046
10-14	635	575	586	539	2 335
15-19	699	674	754	698	2 825
20-24	985	912	897	818	3 612
25-29	1 208	1 091	1 060	1 120	4 479
30-34	1 395	1 295	1 321	1 290	5 301
35-39	1 627	1 562	1 606	1 570	6 365
40-44	1 912	1 759	1 756	1 738	7 165
45-49	2 660	2 589	2 619	2 473	10 341
50-54	3 361	3 466	3 576	3 631	14 034
55-59	4 453	4 455	4 583	4 708	18 199
60-64	5 539	5 702	5 870	6 156	23 267
65-69	7 429	7 691	7 804	7 734	30 658
70 e mais	35 238	38 766	70 204	39 705	183 913
ignorada	67	48	83	56	254
total	93 937	92 988	129 884	95 870	412 679

Quadro 2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1992 (continuação)

grupos de idade	1969	1970	1971	1972	1969-1972
menos de 1	10 580	10 027	9 408	7 234	37 249
1-4	2 293	2 330	2 003	1 623	8 249
5-9	654	727	793	634	2 808
10-14	479	475	515	483	1 952
15-19	751	677	713	688	2 829
20-24	718	728	776	736	2 958
25-29	748	708	771	651	2 878
30-34	1 057	889	925	799	3 670
35-39	1 441	1 255	1 393	1 187	5 276
40-44	2 008	1 818	1 897	1 669	7 392
45-49	2 674	2 444	2 744	2 538	10 400
50-54	3 480	3 069	3 309	3 223	13 081
55-59	5 507	4 817	5 168	4 691	20 183
60-64	7 626	7 074	7 570	7 225	29 495
65-69	10 398	9 274	10 172	9 489	39 333
70 e mais	50 592	46 714	50 451	47 329	195 086
ignorada	82	67	80	116	345
total	101 088	93 093	98 688	90 315	383 184

Quadro 2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1992 (continuação)

grupos de idade	1979	1980	1981	1982	1979-1982
menos de 1	4 172	3 852	3 317	2 992	14 333
1-4	911	856	701	653	3 121
5-9	474	498	422	435	1 829
10-14	470	430	432	396	1 728
15-19	911	961	1 083	991	3 946
20-24	991	975	1 088	1 027	4 081
25-29	845	848	922	883	3 498
30-34	825	911	892	903	3 531
35-39	1 044	1 048	1 132	1 077	4 301
40-44	1 628	1 713	1 683	1 527	6 551
45-49	2 482	2 528	2 679	2 492	10 181
50-54	3 643	3 737	3 792	3 650	14 822
55-59	4 831	5 107	5 214	5 009	20 161
60-64	6 177	6 384	6 554	6 352	25 467
65-69	9 869	10 085	9 789	9 129	38 872
70 e mais	53 459	55 038	56 192	55 035	219 724
total	92 732	94 971	95 892	92 551	376 146

Quadro 2.8 — Óbitos por idade, por períodos de quatro anos centrados nos censos, 1919-1992 (continuação)

grupos de idade	1989	1990	1991	1992	1989-1992
menos de 1	1 444	1 279	1 259	1 068	5 050
1-4	416	338	355	324	1 433
5-9	268	255	272	222	1 017
10-14	320	321	322	260	1 223
15-19	720	823	867	793	3 203
20-24	983	986	1 011	998	3 978
25-29	1 016	966	1 053	1 020	4 055
30-34	1 044	1 038	1 161	1 169	4 412
35-39	1 139	1 241	1 268	1 363	5 011
40-44	1 534	1 572	1 633	1 722	6 461
45-49	2 039	2 060	2 125	2 223	8 447
50-54	3 091	3 212	3 150	3 007	12 460
55-59	4 659	4 873	4 887	4 655	19 074
60-64	6 690	6 929	7 188	6 742	27 549
65-69	9 143	9 908	10 002	9 608	38 661
70 e mais	61 714	67 314	67 808	65 987	262 823
total	96 220	103 115	104 361	101 161	404 857

Quadro 2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade

1919-1921

Fonte — Cálculos efectuados com base nos quadros 2.2, 2.7 e 2.8.

idades	${}_nq_x$	${}_np_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	${}_nP_x$	T_x	e_x
0	0,15544	0,84456	100000	15544	88342	0,77381	4124463	41,24
1	0,15495	0,84505	84456	13087	298565	0,90594	4036121	47,79
5	0,03550	0,96450	71370	2534	350514	0,97212	3737556	52,37
10	0,01998	0,98002	68836	1375	340743	0,97655	3387041	49,20
15	0,02699	0,97301	67461	1821	332752	0,96674	3046299	45,16
20	0,03969	0,96031	65640	2606	321686	0,95909	2713546	41,34
25	0,04218	0,95782	63035	2659	308526	0,95700	2391860	37,95
30	0,04385	0,95615	60376	2648	295261	0,95423	2083334	34,51
35	0,04777	0,95223	57728	2758	281748	0,94932	1788073	30,97
40	0,05374	0,94626	54971	2954	267469	0,94266	1506325	27,40
45	0,06114	0,93886	52017	3180	252134	0,93154	1238856	23,82
50	0,07626	0,92374	48837	3724	234873	0,91083	986722	20,20
55	0,10315	0,89685	45113	4653	213930	0,87330	751849	16,67
60	0,15297	0,84703	40459	6189	186824	0,81606	537920	13,30
65	0,22051	0,77949	34270	7557	152459	0,56576	351095	10,24
70 e +	1,00000	0,00000	26713	—	198636	—	198636	7,44

${}_nq_x$ — probabilidade de morte por grupo de idade

${}_np_x$ — probabilidade de sobrevivência por grupo de idade

l_x — sobreviventes de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nd_x$ — óbitos de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nL_x$ — número de anos vividos pelos sobreviventes l_x

${}_nP_x$ — probabilidade de sobrevivência por anos completos

T_x — total de anos vividos pela população hipotética de 100 000 indivíduos

e_x — esperança de vida

Quadro 2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade (continuação)

1929-1932

Fonte — Nazareth, 1977.

idades	${}_nq_x$	${}_np_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	${}_nP_x$	T_x	e_x
0	0,14367	0,85633	100000	14367	91380	0,81909	4965566	49,66
1	0,08938	0,91062	85633	7654	318163	0,94564	4874186	56,92
5	0,01341	0,98659	77979	1046	387280	0,98723	4556023	58,43
10	0,01213	0,98787	76933	933	382333	0,98459	4168743	54,19
15	0,01872	0,98128	76000	1423	376443	0,97666	3786410	49,82
20	0,02805	0,97195	74577	2092	367655	0,97076	3409967	45,72
25	0,03048	0,96952	72485	2209	356903	0,96767	3042312	41,97
30	0,03425	0,96575	70276	2407	345363	0,96423	2685409	38,21
35	0,03734	0,96266	67869	2534	333010	0,96205	2340046	34,48
40	0,03859	0,96141	65335	2521	320373	0,95733	2007036	30,72
45	0,04692	0,95308	62814	2947	306703	0,94928	1686663	26,85
50	0,05471	0,94529	59867	3275	291148	0,93425	1379960	23,05
55	0,07743	0,92257	56592	4382	272005	0,90476	1088812	19,24
60	0,11454	0,88546	52210	5980	246100	0,85733	816807	15,64
65	0,17443	0,82557	46230	8064	210090	0,63060	570707	12,34
70 e +	1,00000	0,00000	38166	—	359717	—	359717	9,43

${}_nq_x$ — probabilidade de morte por grupo de idade

${}_np_x$ — probabilidade de sobrevivência por grupo de idade

l_x — sobreviventes de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nd_x$ — óbitos de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nL_x$ — número de anos vividos pelos sobreviventes l_x

${}_nP_x$ — probabilidade de sobrevivência por anos completos

T_x — total de anos vividos pela população hipotética de 100 000 indivíduos

e_x — esperança de vida

Quadro 2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade (continuação)

1939-1942

Fonte — Nazareth, 1977.

idades	${}_nq_x$	${}_np_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	${}_nP_x$	T_x	e_x
0	0,13115	0,86885	100000	13115	91213	0,83510	5087419	50,87
1	0,09106	0,90894	86885	7912	326336	0,93856	4996206	57,50
5	0,01507	0,98496	78973	1188	391895	0,98682	4669870	59,13
10	0,01129	0,98871	77785	878	386730	0,98573	4277975	55,00
15	0,01730	0,98270	76907	1330	381210	0,97957	3891245	50,60
20	0,02362	0,97638	75577	1785	373423	0,97585	3510035	46,44
25	0,02469	0,97531	73792	1822	364405	0,97420	3136612	42,51
30	0,02693	0,97307	71970	1938	355005	0,97104	2772207	38,52
35	0,03106	0,96894	70032	2175	344723	0,96614	2417202	34,52
40	0,03671	0,96329	67857	2491	333052	0,95956	2072479	30,54
44	0,04434	0,95566	65366	2898	319585	0,94937	1739427	26,61
50	0,05722	0,94278	62468	3574	303405	0,93108	1419842	22,73
55	0,08135	0,91865	58894	4791	282493	0,90030	1116437	18,96
60	0,11968	0,88032	54103	6475	254328	0,86308	833944	15,41
65	0,15651	0,84349	47628	7454	219505	0,62129	579616	12,17
70 e +	1,00000	0,00000	40174	—	360111	—	360111	8,96

${}_nq_x$ — probabilidade de morte por grupo de idade

${}_np_x$ — probabilidade de sobrevivência por grupo de idade

l_x — sobreviventes de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nd_x$ — óbitos de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nL_x$ — número de anos vividos pelos sobreviventes l_x

${}_nP_x$ — probabilidade de sobrevivência por anos completos

T_x — total de anos vividos pela população hipotética de 100 000 indivíduos

e_x — esperança de vida

Quadro 2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade (continuação)

1949-1952

Fonte — Nazareth, 1977.

idades	${}_nq_x$	${}_np_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	${}_nP_x$	T_x	e_x
0	0,09355	0,90645	100000	9355	92984	0,88317	5921455	59,21
1	0,05140	0,94860	90645	4659	348603	0,96868	5828471	64,30
5	0,00950	0,99050	85986	817	427888	0,99235	5479868	63,73
10	0,00578	0,99422	85169	492	424615	0,99237	5051980	59,32
15	0,00950	0,99050	84677	804	421375	0,98784	4627365	54,65
20	0,01484	0,98516	83873	1245	416253	0,98438	4205990	50,15
25	0,01641	0,98359	82628	1356	409750	0,98308	3789737	45,87
30	0,01745	0,98255	81272	1418	402815	0,98124	3379987	41,59
35	0,02010	0,97990	79854	1605	395258	0,97717	2977172	37,28
40	0,02562	0,97438	78249	2005	386233	0,97042	2581914	33,00
45	0,03363	0,96637	76244	2564	374810	0,96059	2195681	28,80
50	0,04540	0,95460	73680	3345	360038	0,94534	1820871	24,71
55	0,06436	0,93564	70335	4527	340358	0,91997	1460833	20,77
60	0,09678	0,90322	65808	6369	313118	0,87842	1120475	17,03
65	0,14905	0,85095	59439	8859	275048	0,65932	807357	13,58
70 e +	1,00000	0,00000	50580	—	532309	—	532309	10,52

${}_nq_x$ — probabilidade de morte por grupo de idade

${}_np_x$ — probabilidade de sobrevivência por grupo de idade

l_x — sobreviventes de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nd_x$ — óbitos de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nL_x$ — número de anos vividos pelos sobreviventes l_x

${}_nP_x$ — probabilidade de sobrevivência por anos completos

T_x — total de anos vividos pela população hipotética de 100 000 indivíduos

e_x — esperança de vida

Quadro 2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade (continuação)

1959-1962

Fonte — Nazareth, 1979.

idades	${}_nq_x$	${}_np_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	${}_nP_x$	T_x	e_x
0	0,08473	0,91527	100000	8473	93645	0,90146	638277	63,83
1	0,03285	0,96715	91527	3007	357087	0,97905	6289132	68,71
5	0,00593	0,99407	88520	525	441288	0,99526	5932045	67,01
10	0,00354	0,99646	87995	311	439198	0,99594	5490757	62,40
15	0,00459	0,99541	87684	403	437413	0,99447	5051559	57,61
20	0,00648	0,99352	87281	565	434993	0,99268	4614146	52,87
25	0,00817	0,99183	86716	709	431808	0,99074	4179153	48,19
30	0,01035	0,98965	86007	890	427810	0,98816	3747345	43,57
35	0,01336	0,98664	85117	1137	422743	0,98474	3319535	39,00
40	0,01720	0,98280	83980	1444	416290	0,97894	2896792	34,49
45	0,02498	0,97502	82536	2062	407525	0,95932	2480502	30,05
50	0,03652	0,96348	80474	2939	395023	0,95427	2072977	25,76
55	0,05528	0,94472	77535	4286	376960	0,92991	1677954	21,64
60	0,08576	0,91424	73249	6282	350540	0,88837	1300994	17,76
65	0,13992	0,86008	66967	9370	311410	0,67236	950454	14,19
70 e +	1,00000	0,00000	57597	—	639044	—	639044	11,10

${}_nq_x$ — probabilidade de morte por grupo de idade

${}_np_x$ — probabilidade de sobrevivência por grupo de idade

l_x — sobreviventes de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nd_x$ — óbitos de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nL_x$ — número de anos vividos pelos sobreviventes l_x

${}_nP_x$ — probabilidade de sobrevivência por anos completos

T_x — total de anos vividos pela população hipotética de 100 000 indivíduos

e_x — esperança de vida

Quadro 2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade (continuação)

1969-1972

Fonte — Nazareth, 1979.

idades	${}_nq_x$	${}_np_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	${}_nP_x$	T_x	e_x
0	0,05149	0,94851	100000	5149	95881	0,94287	6772192	67,72
1	0,01268	0,98732	94851	1203	375554	0,99118	6676311	70,39
5	0,00412	0,99588	93648	386	467275	0,99644	6300757	67,28
10	0,00301	0,99699	93262	280	465610	0,96609	5833482	62,55
15	0,00482	0,99518	92982	448	463790	0,99468	5367872	57,73
20	0,00562	0,99418	92534	539	461323	0,99357	4904082	53,00
25	0,00704	0,99296	91995	648	458355	0,99220	4442759	48,29
30	0,00856	0,99144	91347	782	454780	0,98964	3984404	43,62
35	0,01179	0,98821	90565	1067	450158	0,98552	3529624	38,97
40	0,01702	0,98280	89498	1540	443640	0,97923	3079466	34,41
45	0,02440	0,97560	87958	2146	434425	0,97400	2635826	29,97
50	0,02765	0,97235	85812	2373	423128	0,95967	2201401	25,65
55	0,05337	0,94663	83439	4453	406063	0,93155	1778273	21,31
60	0,08438	0,91562	78986	6665	378268	0,89505	1372210	17,37
65	0,12742	0,87258	72321	9215	338568	0,65937	993942	13,74
70 e +	1,00000	0,00000	63106	—	655374	—	655374	10,39

${}_nq_x$ — probabilidade de morte por grupo de idade

${}_np_x$ — probabilidade de sobrevivência por grupo de idade

l_x — sobreviventes de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nd_x$ — óbitos de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nL_x$ — número de anos vividos pelos sobreviventes l_x

${}_nP_x$ — probabilidade de sobrevivência por anos completos

T_x — total de anos vividos pela população hipotética de 100 000 indivíduos

e_x — esperança de vida

Quadro 2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade (continuação)

1979-1982

Fonte — Cónim et alii, 1988.

Observação — As probalidades de sobrevivência foram por nós calculadas para assegurar a uniformidade entre as tábuas.

idades	${}_nq_x$	${}_np_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	${}_nP_x$	T_x	e_x
0	0,02247	0,97753	100000	2247	98089	0,97590	7290530	72,91
1	0,00488	0,99512	97753	477	389861	0,99546	7192440	73,58
5	0,00264	0,99736	97276	257	485737	0,99742	6802580	69,93
10	0,00252	0,99748	97019	245	484482	0,99588	6316843	65,11
15	0,00572	0,99428	96774	554	482486	0,99385	5832361	60,27
20	0,00659	0,99341	96221	634	479518	0,99351	5349875	55,60
25	0,00639	0,99361	95587	610	476408	0,99334	4870357	50,95
30	0,00693	0,99307	94976	658	473236	0,99184	4393949	46,26
35	0,00940	0,99060	94318	886	469374	0,98828	3920714	41,57
40	0,01407	0,98593	93432	1315	463872	0,98229	3451339	36,94
45	0,02140	0,97860	92117	1971	455658	0,97342	2987467	32,43
50	0,03187	0,96813	90146	2873	443548	0,96108	2531809	28,09
55	0,04619	0,95381	87273	4031	426287	0,94172	2088261	23,93
60	0,70096	0,92904	83242	5907	401442	0,90914	1661974	19,97
65	0,11229	0,88771	77335	8684	364965	0,71047	1260532	16,30
70 e +	1,00000	0,00000	68651	—	895567	—	895567	13,05

${}_nq_x$ — probabilidade de morte por grupo de idade

${}_np_x$ — probabilidade de sobrevivência por grupo de idade

l_x — sobreviventes de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nd_x$ — óbitos de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nL_x$ — número de anos vividos pelos sobreviventes l_x

${}_nP_x$ — probabilidade de sobrevivência por anos completos

T_x — total de anos vividos pela população hipotética de 100 000 indivíduos

e_x — esperança de vida

Quadro 2.9 — Tábuas abreviadas de mortalidade (continuação)

1989-1992

Fonte — Cálculos efectuados com base nos quadros 2.2, 2.7 e 2.8.

Observação — Resultados semelhantes foram obtidos por Carrilho, Peixoto,1993.

idades	${}_nq_x$	${}_np_x$	l_x	${}_nd_x$	${}_nL_x$	${}_nP_x$	T_x	e_x
0	0,01084	0,98916	100000	1084	98970	0,98680	7477494	74,77
1	0,00328	0,99672	98916	325	394430	0,99812	7378524	74,59
5	0,00197	0,99803	98591	194	492472	0,99804	6984093	70,84
10	0,00195	0,99805	98398	192	491507	0,99666	6491621	65,97
15	0,00472	0,99528	98205	464	489867	0,99440	6000114	61,10
20	0,00648	0,99352	97741	633	487125	0,99329	5510247	56,38
25	0,00695	0,99305	97108	675	483854	0,99257	5023123	51,73
30	0,00791	0,99209	96433	763	480260	0,99133	4539268	47,07
35	0,00943	0,99057	95671	902	476098	0,98897	4059008	42,43
40	0,01265	0,98735	94769	1199	470846	0,98451	3582910	37,81
45	0,01837	0,96163	93570	1719	463553	0,97713	3112064	33,26
50	0,02746	0,97254	91851	2522	452951	0,96560	2648511	28,83
55	0,04154	0,96846	89329	3711	437368	0,94818	2195560	24,58
60	0,06255	0,93745	85618	5355	414702	0,92040	1758193	20,54
65	0,09778	0,90222	80263	7848	381693	0,71589	1343490	16,74
70 e +	1,00000	0,00000	72414	—	961797	—	961797	13,28

${}_nq_x$ — probabilidade de morte por grupo de idade

${}_np_x$ — probabilidade de sobrevivência por grupo de idade

l_x — sobreviventes de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nd_x$ — óbitos de uma população hipotética de 100 000 indivíduos

${}_nL_x$ — número de anos vividos pelos sobreviventes l_x

${}_nP_x$ — probabilidade de sobrevivência por anos completos

T_x — total de anos vividos pela população hipotética de 100 000 indivíduos

e_x — esperança de vida

Quadro 2.10 — Emigração legal e estimativa da emigração clandestina, 1885-1988

Fonte — Baganha, 1990, Baganha, 1991, Baganha, 1993, Pereira, 1993 e Baganha,1994.

ano	legal	clandestina	total
1855	11 557	578	12 135
1856	10 288	514	10 802
1857	9 861	493	10 354
1858	8 963	448	9 411
1859	9 309	465	9 774
1860	6 524	326	6 850
1861	5 945	297	6 242
1862	5 674	284	5 958
1863	4 411	221	4 632
1864	4 517	226	4 743
1865	4 175	209	4 384
1866	6 469	323	6 792
1867	7 150	358	7 508
1868	7 127	356	7 483
1869	8 380	419	8 799
1870	9 655	483	10 138
1871	12 728	636	13 364
1872	17 284	864	18 148
1873	12 996	650	13 646
1874	14 835	742	15 577
1875	15 440	772	16 212
1876	11 035	552	11 587
1877	11 057	553	11 610
1878	9 917	496	10 413
1879	13 211	1 717	14 928
1880	12 597	1 638	14 235
1881	14 637	1 903	16 540
1882	18 272	2 375	20 647

ano	legal	clandestina	total
1883	19 251	2 503	21 754
1884	17 518	2 277	19 795
1885	15 004	1 951	16 955
1886	13 998	1 820	15 818
1887	16 992	2 209	19 201
1888	23 981	3 118	27 099
1889	20 614	2 680	23 294
1890	29 427	3 826	33 253
1891	33 585	4 366	37 951
1892	21 074	3 161	24 235
1893	30 383	4 557	34 940
1894	26 911	4 037	30 948
1895	44 746	6 712	51 458
1896	27 680	4 152	31 832
1897	21 334	3 200	24 534
1898	23 604	3 541	27 145
1899	17 774	2 666	20 440
1900	21 235	3 185	24 420
1901	20 646	3 097	23 743
1902	24 170	3 626	27 796
1903	21 611	3 242	24 853
1904	28 304	4 246	32 550
1905	33 610	5 042	38 652
1906	38 093	5 714	43 807
1907	41 950	6 293	48 243
1908	40 145	6 022	46 167
1909	38 223	5 733	43 956
1910	39 515	5 927	45 442

Quadro 2.10 — Emigração legal e estimativa da emigração clandestina, 1885-1988 (continuação)

ano	legal	clandestina	total
1911	59 661	4 176	63 837
1912	88 929	6 225	95 154
1913	77 645	5 435	83 080
1914	25 730	1 801	27 531
1915	19 314	1 352	20666
1916	24 897	1 743	26 640
1917	15 825	1 108	16 933
1918	11 853	830	12 683
1919	37 138	2 600	39 738
1920	64 783	4 535	69 318
1921	24 597	1 722	26 319
1922	39 795	2 786	42 581
1923	40 171	2 812	42 983
1924	29 710	2 080	31 790
1925	22 884	1 602	24 486
1926	42 067	2 945	45 012
1927	27 674	1 937	29 611
1928	34 297	2 401	36 698
1929	40 361	2 825	43 186
1930	23 196	1 624	24 820
1931	6 033	?	?
1932	5 909	?	?
1933	8 905	?	?
1934	7 472	?	?
1935	9 140	?	?
1936	12 484	?	?
1937	14 667	?	?
1938	13 609	?	?
1939	17 807	?	?
1940	13 226	?	?
1941	6 260	?	?
1942	2 214	?	?
1943	893	?	?

ano	legal	clandestina	total
1944	2 424	?	?
1945	5 938	?	?
1946	8 275	?	?
1947	12 838	?	?
1948	12 343	?	?
1949	17 296	?	?
1950	21 892	0	21 892
1951	33 664	351	34 015
1952	47 018	389	47 407
1953	39 686	276	39 962
1954	41 011	179	41 190
1955	29 796	351	30 147
1956	27 017	1 079	28 095
1957	35 356	1 538	36 894
1958	34 030	1 570	35 600
1959	33 458	1 296	34 754
1960	32 318	2 841	35 159
1961	33 526	5 046	38 572
1962	33 539	9 463	43 002
1963	37 829	17 389	55 218
1964	43 320	32 256	75 576
1965	62 752	28 736	91 488
1966	91 607	20 388	111 995
1967	78 515	16 197	94 712
1968	68 981	27 246	96 227
1969	70 165	85 507	155 672
1970	66 360	116 845	183 205
1971	50 400	108 073	158 473
1972	54 084	61 461	115 545
1973	79 517	50 215	129 732
1974	43 397	37 462	80 859
1975	24 811	27 675	52 486
1976	17 493	21 699	39 192

Quadro 2.10 — Emigração legal e estimativa da emigração clandestina, 1885-1988 (continuação)

ano	legal	clandestina	total
1977	17 226	16 450	33 676
1978	18 659	10 199	28 858
1979	20 574	8 152	28 726
1980	18 071	13 710	31 781
1981	16 513	14 721	31 234
1982	10 276	5 324	15 600

ano	legal	clandestina	total
1983	7 276	5 521	12 797
1984	6 556	3 972	10 528
1985	7 149	2 396	9 545
1986	6 253	878	7 131
1987	8 108	?	8 108
1988	8 540	?	8 540

Quadro 2.11 — Emigração legal por destinos, 1886-1988

Fonte — Baganha, 1993.

ano	Brasil	EUA	Canadá	total América	França	Ale-manha	resto Europa	total Europa	outros destinos	total
1886				13 039				260	699	13 998
1887				15 803				411	718	16 932
1888				22 952				349	680	23 981
1889				18 305				967	1 342	20 614
1890				27 038				482	1 907	29 427
1891	29 630			31 654				351	1 580	33 585
1892	17 321			19 573				297	1 199	21 069
1893	26 130			28 829				290	1 264	30 383
1894	25 773			27 336				239	1 418	28 993
1895	40 390			42 225				283	1 842	44 350
1896	23 998			26 190				330	1 160	27 680
1897	17 793			19 560				228	1 556	21 344
1898	20 131			21 443				207	1 954	23 604
1899	13 348			15 861				235	1 678	17 774
1900	14 493	4 174		18 829				441	1 965	21 235
1901	14 489	3 787		18 426				207	2 013	20 646
1902	15 003	6 841		21 916				290	1 964	24 170
1903	14 527	4 755		19 339				320	1 952	21 611
1904	21 449	4 351		25 963				379	1 962	28 304
1905	24 815	6 057		31 227				292	2 091	33 610
1906	26 147	7 631		34 094				369	3 630	38 093
1907	31 482	8 488		40 152				106	1 692	41 950
1908	36 362	3 105		40 046				83	866	40 995
1909	30 580	6 023		37 295				67	89	37 451
1910	31 280	6 819		39 359				48	268	39 675
1911	48 202	9 892		59 150				253	146	59 661
1912	74 860	10 775		88 383				329	122	88 929
1913	64 407	11 445		77 015				407	3	77 645
1914	19 344	5 930		25 576				114	40	25 730

Quadro 2.11 — Emigração legal por destinos, 1886-1988 (continuação)

ano	Brasil	EUA	Canadá	total América	França	Ale-manha	resto Europa	total Europa	outros destinos	total
1915	11 438	7 070		18 830				390	94	19 314
1916	10 002	11 522		21 662				2 292	943	24 897
1917	6 935	4 560		11 593				3 381	851	15 825
1918	6 107	1 439		7 663				3 219	971	11 853
1919	21 228	5 246		26 883				7 989	2 266	37 138
1920	33 651	24 156		58 618				5 008	1 157	64 783
1921	13 838	3 592		18 387				5 167	1 043	24 597
1922	25 630	3 323		30 536				8 488	771	39 795
1923	22 272	3 706		28 395				11 195	581	40 171
1924	14 964	1 058		17 294				12 003	413	29 710
1925	13 288	589		15 697				6 818	369	22 884
1926	31 339	440		34 538				7 087	442	42 067
1927	21 153	692		24 375				3 073	226	27 674
1928	27 728	851		32 084				2 013	200	34 297
1929	29 792	1 421		35 898				4 122	341	40 361
1930	11 834	1 152		15 805				7 014	377	23 196
1931	2 541	694		4 055				1 328	650	6 033
1932	3 960	344		5 151				557	201	5 909
1933	7 202	424		7 872				720	313	8 905
1934	5 517	641		6 491				623	358	7 472
1935	6 917	596		8 228				434	478	9 140
1936	10 470	659		12 024					460	12 484
1937	11 613	789		13 505					1 162	14 667
1938	9 314	761		11 290					2 319	13 609
1939	16 322	730		17 466					341	17 807
1940	12 260	328		13 013					213	13 226
1941	5 891	125		6 191					69	6 260
1942	1 926	96		2 108					106	2 214
1943	502	158		660					233	893
1944	341	570		2 168					256	2 424
1945	1 206	639		5 728					210	5 938
1946	6 955	168		8 123					152	8 275

Quadro 2.11 — Emigração legal por destinos, 1886-1988 (continuação)

ano	Brasil	EUA	Canadá	total América	França	Ale-manha	resto Europa	total Europa	outros destinos	total
1947	10 875	354		12 128					710	12 838
1948	8 770	637		11 474					869	12 343
1949	11 974	1 505		15 647					1 649	17 296
1950	14 143	938		21 491	319	1	81	401		21 892
1951	28 104	676		33 341	418	2	254	674		34 015
1952	41 518	582		46 544	650	4	209	863		47 407
1953	32 159	1 455		39 026	690		246	936		39 962
1954	29 943	1 918		40 234	747	4	205	956		41 190
1955	18 486	1 328		28 690	1 336		121	1 457		30 147
1956	16 814	1 503	1 612	26 072	1 851	6	167	2 024		28 096
1957	19 931	1 628	4 158	32 150	1 640	5	99	1 744		33 894
1958	19 829	1 596	1 619	29 207	6 264	2	127	6 393		35 600
1959	16 400	4 569	3 961	29 780	4 838	6	130	4 974		34 754
1960	12 451	5 679	4 895	28 513	6 434	54	158	6 646		35 159
1961	16 073	3 370	2 635	27 499	10 492	277	304	11 073		38 572
1962	13 555	2 425	2 739	24 376	16 798	1 393	435	18 626		43 002
1963	11 281	2 922	3 424	22 420	29 843	2 118	837	32 798		55 218
1964	4 929	1 601	4 770	17 232	51 668	4 771	1 905	58 344		75 576
1965	3 051	1 852	5 197	17 557	60 267	12 197	1 467	73 931		91 488
1966	2 607	13 357	6 795	33 266	63 611	11 250	3 868	78 729		111 995
1967	3 271	11 516	6 615	28 584	59 597	4 070	2 461	66 128		94 712
1968	3 512	10 841	6 833	27 014	58 741	8 435	2 037	69 213		96 227
1969	2 537	13 111	6 502	27 383	110 614	15 406	2 269	128 289		155 672
1970	1 669	9 726	6 529	22 659	135 667	22 915	1 964	160 546		183 205
1971	1 200	8 839	6 983	21 962	110 820	24 273	1 418	136 511		158 473
1972	1 158	7 574	6 845	20 122	68 692	24 946	1 785	95 423		115 545
1973	890	8 160	7 403	22 091	63 942	38 444	5 255	107 641		129 732
1974	729	9 540	11 650	25 822	37 727	13 352	3 958	55 037		80 859
1975	1 553	8 975	5 857	19 304	23 436	8 177	1 569	33 182		52 486
1976	837	7 499	3 285	14 762	17 919	5 913	598	24 430		39 192
1977	557	6 748	2 280	14 826	13 265	4 835	750	18 850		33 676
1978	323	8 171	1 871	16 307	7 406	4 509	636	12 551		28 858

Quadro 2.11 — Emigração legal por destinos, 1886-1988 (continuação)

ano	Brasil	EUA	Canadá	total América	França	Ale-manha	resto Europa	total Europa	outros destinos	total
1979	215	8 181	2 805	17 532	5 987	4 400	807	11 194		28 726
1980	230	4 999	2 334	15 281	5 200	4 000	692	9 892		25 173
1981	228	4 295	2 196	14 498	8 600	3 100	4 109	15 809		30 307
1982	187	1 889	1 484	9 420	17 900	1 900	285	20 085		29 505
1983	197	2 437	823	6 242	6 300	1 500	166	7 966		14 208
1984	121	2 651	764	5 747	4 600	1 400	116	6 116		11 863
1985	136	2 783	791	5 842	4 000	1 600	109	5 709		11 551
1986	91	2 704	983	5 024	1 800	3 100	280	5 180		10 204
1987	28	2 643	3 398	7 757	400	3 100	258	3 758		11 515
1988	21	2 112	5 646	8 934	600	3 600	198	4 398		13 332

Quadro 2.12 — Entradas de emigrantes portugueses em alguns paises de destino, 1981-1993

Fonte — Baganha, 1990, Baganha, 1991, Baganha, 1993 e Baganha e Peixoto, 1994.

ano	Alema-nha	França	Suíça	resto Europa	total Europa	Canadá	EUA	Austrália e Nova Zelândia	total
1981	3 485	8 700	3 200	3 034	18 419	3 562	—	1 711	23 692
1982	2 386	17 900	4 100	3 041	27 427	2 537	—	1 623	31 587
1983	2 029	6 301	3 518	1 707	13 555	1 787	3 478	1 142	19 962
1984	1 991	4 612	4 221	3 165	13 989	1 510	3 749	1 092	20 340
1985	2 126	3 393	8 125	1 470	15 714	1 761	4 016	1 408	22 899
1986	3 801	1 802	10 250	3 379	19 232	3 860	3 764	1 258	28 114
1987	3 687	379	10 945	2 059	17 070	9 423	4 368	1 687	32 548
1988	4 231	592	12 139	2 844	19 806	7 388	3 080	1 304	31 578
1989	6 118	900	14 078	2 508	23 604	12 312	3 972	1 032	40 920
1990	7 806	1 149	19 684	1 837	30 476	8 543	5 223	1 007	45 159
1991	7 806	1 091	19 588	7 540	36 025	5 910	4 524	—	46 459
1992	—	15 368	17 106	7 688	40 162	—	—	—	40 162
1993	10 825	—	13 424	6 134	30 383	—	—	—	30 383

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988

Fonte — De 1886 a 1896, Movimento da População; de 1897 a 1900 e de 1923 a 1940, Anuário Estatístico de Portugal; de 1901 a 1912, Emigração Portuguesa; de 1913 a 1921, Estatística Demográfica — Movimento da População; de 1941 a 1965, Anuário Demográfico; de 1966 a 1988, SECP, A Emigração Portuguesa — Dados Retrospectivos.

ano	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	C. Branco	Coimbra	Évora
1886	1 356	10	981	97	26	776	15
1887	1 850	9	1 347	115	57	1 559	6
1888	1 689	68	1 761	544	32	1 922	20
1889	1 959	33	1 579	653	54	1 365	22
1890	2 518	486	1 477	1 015	42	2 188	22
1891	3 290	43	2 467	996	60	2 538	21
1892	2 045	18	1 370	358	53	2 174	21
1893	3 806	136	1 784	647	79	3 975	34
1894	3 298	345	1 535	838	117	3 989	26
1895	4 851	222	2 492	1 483	110	5 382	20
1896	2 576	150	1 673	1 304	89	2 269	41
1897	2 482	113	1 432	746	97	1 811	23
1898	2 814	45	1 677	852	122	2 456	18
1899	1 965	48	1 214	414	110	1 977	24
1900	2 571	37	1 423	406	144	1 812	17
1901	2 163	44	1 200	764	154	2 103	21
1902	2 113	51	1 213	550	90	1 805	24
1903	2 173	32	1 318	394	113	1 799	29
1904	2 956	67	1 905	1 767	139	2 325	22
1905	3 455	86	2 173	1 252	172	2 539	23
1906	3 695	79	2 518	980	209	2 677	28
1907	4 330	76	2 604	1 417	146	3 910	27
1908	4 126	159	2 817	3 202	117	3 920	10
1909	3 820	102	2 526	1 675	119	3 238	2
1910	4 511	67	2 431	1 633	208	3 597	12
1911	5 560	1 100	3 421	6 476	345	5 183	12

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

ano	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	C. Branco	Coimbra	Évora
1912	6 306	342	4 863	11 532	745	7 583	19
1913	6 111	634	4 087	8 619	754	5 873	51
1914	1 954	36	1 783	1 411	369	2 104	14
1915	1 294	16	948	953	131	1 259	14
1916	1 398	52	1 031	1 211	319	1 147	43
1917	1 309	57	856	851	224	1 076	60
1918	1 122	57	633	766	207	1 157	63
1919	4 757	70	2 977	1 355	469	3 178	93
1920	7 989	83	3 267	1 352	971	5 304	65
1921	2 632	34	1 440	749	301	1 703	58
...							
1923	5 736	70	2 842	2 135	540	2 613	50
1924	3 988	136	3 074	1 536	483	2 950	50
1925	3 424	73	1 863	935	377	2 628	37
1926	5 201	146	2 625	1 999	563	4 605	76
1927	3 185	59	1 836	1 872	431	2 624	13
1928	3 755	50	2 145	2 167	536	3 603	22
1929	4 634	43	2 545	2 113	531	3 731	26
1930	2 877	78	1 615	831	374	1 433	18
1931	771	18	372	140	102	349	21
1932	975	38	459	178	70	414	12
1933	1 383	27	695	320	69	528	17
1934	1 111	27	207	252	83	501	20
1935	1 177	24	556	380	63	785	29
1936	1 727	1	777	704	97	880	2
1937	1 849	0	896	756	164	1 021	8
1938	1 307	6	941	924	147	869	4
1939	2 293	7	910	1 150	102	1 054	5
1940	1 809	11	576	732	89	734	6
1941	918	7	405	384	63	380	6
1942	331	0	127	148	10	126	3
1943	160	1	25	26	4	30	0
1944	187	5	15	34	7	32	3

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

ano	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	C. Branco	Coimbra	Évora
1945	784	41	153	78	83	178	6
1946	1 160	26	318	485	113	611	4
1947	1 675	24	519	670	104	828	2
1948	1 618	10	554	528	122	781	14
1949	2 027	22	804	633	224	1 234	5
1950	3 072	21	1 175	1 120	240	1 271	13
1951	4 279	36	1 849	2 411	304	1 919	18
1952	5 052	54	2 802	3 562	376	2 806	35
1953	4 476	40	2 143	3 019	504	2 203	37
1954	4 842	70	2 409	2 461	503	2 117	52
1955	3 856	71	1 642	1 715	468	1 364	35
1956	2 614	44	1 520	1 579	436	1 157	38
1957	3 113	110	2 462	1 959	670	1 368	45
1958	3 001	81	2 450	2 014	727	1 219	26
1959	2 525	92	2 258	1 833	667	995	30
1960	2 431	72	1 860	1 419	680	963	37
1961	2 798	54	2 058	2 074	812	1 091	16
1962	2 794	57	2 504	1 858	1 234	1 119	10
1963	2 902	77	4 217	1 746	2 109	1 092	32
1964	3 015	851	6 536	1 215	3 572	1 134	105
1965	5 477	1 043	9 050	2 458	5 633	2 067	426
1966	8 111	1 098	10 625	4 693	6 777	3 465	718
1967	6 218	1 043	8 888	4 037	5 802	2 738	429
1968	4 664	794	8 117	3 017	4 571	2 384	299
1969	4 411	1 926	6 360	1 934	2 257	2 290	355
1970	4 231	2 066	5 770	1 459	1 900	2 581	465
1971	3 644	1 909	3 141	1 017	847	1 523	582
1972	4 442	1 122	3 774	1 316	1 120	1 977	493
1973	6 177	1 815	5 862	1 892	1 743	4 094	825
1974	3 098	486	2 301	464	687	1 942	169
1975	1 658	150	916	140	301	640	45
1976	1 164	67	582	141	220	443	67
1977	1 073	145	564	194	264	507	69

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

ano	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	C. Branco	Coimbra	Évora
1978	1 155	138	699	203	277	536	75
1979	2 091	122	885	270	270	609	56
1980	1 987	93	769	237	265	613	63
1981	1 909	114	785	242	195	549	45
1982	1 544	57	607	55	103	349	32
1983	948	30	384	75	74	220	12
1984	702	19	281	46	64	171	19
1985	786	10	164	112	74	230	7
1986	511	28	79	92	81	299	6
1987	627	17	23	57	89	355	17
1988	780	35	507	32	84	496	13

ano	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém
1886	179	221	167	290	15	1 880	30
1887	169	482	318	399	17	2 551	43
1888	112	610	367	420	20	3 050	45
1889	194	672	427	568	21	3 084	84
1890	186	916	723	509	41	3 791	67
1891	173	979	859	538	41	5 450	92
1892	143	756	644	523	23	3 310	100
1893	186	938	1 379	662	34	3 865	127
1894	153	1 284	1 303	632	40	3 759	165
1895	199	1 762	1 982	831	45	5 849	285
1896	205	1 064	1 027	712	36	4 148	223
1897	192	1 181	789	614	20	3 240	143
1898	161	1 472	778	523	24	3 214	178
1899	159	874	522	522	27	2 022	122
1900	202	989	622	770	31	2 535	189
1901	163	810	735	598	16	2 050	169
1902	165	821	636	605	34	2 007	166
1903	122	929	497	640	33	2 604	137
1904	150	1602	610	658	23	3 189	155
1905	278	1616	782	679	24	3 863	168

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

ano	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém
1906	259	1 813	905	761	20	4 154	191
1907	227	2 353	1 173	340	23	4 675	181
1908	367	2 627	1 658	265	13	4 792	249
1909	389	2 273	1 433	269	10	4 351	173
1910	704	2 614	1 548	267	9	3 652	207
1911	877	3 682	3 095	402	25	4 372	460
1912	1 687	6 992	5 427	638	46	7 837	793
1913	697	7 897	4 166	820	36	6 387	999
1914	274	2 152	865	312	17	2 776	292
1915	357	2 067	589	361	36	1 705	158
1916	312	2 247	793	1 448	91	2 180	403
1917	359	1 354	409	1 315	58	2 150	204
1918	298	1 131	362	1 284	49	1 640	233
1919	760	2 435	1 035	2 464	101	5 085	586
1920	1 322	5 698	2 019	1 911	157	5 704	612
1921	1 000	1 458	874	1 276	53	3 216	519
...							
1923	1 293	734	2 022	1 808	205	5 535	714
1924	973	451	1 835	1 067	121	5 575	679
1925	941	1 740	1 582	878	132	4 120	689
1926	1 331	3 451	2 180	2 231	153	5 841	704
1927	969	2 900	1 381	429	110	3 840	311
1928	1 308	3 011	1 931	420	65	4 417	568
1929	1 543	3 276	2 728	467	99	4 890	746
1930	1 333	1 503	1 443	358	119	3 359	697
1931	749	427	244	143	22	715	155
1932	318	409	186	124	60	728	72
1933	265	481	230	174	30	1 291	92
1934	235	497	176	185	19	904	68
1935	356	669	382	174	20	971	146
1936	391	935	393	153	20	1 528	121
1937	519	1 139	500	229	19	1 783	119
1938	668	913	494	166	10	1 426	100

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

ano	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém
1939	387	1 224	585	179	14	2 105	206
1940	296	825	341	165	18	1 499	116
1941	185	379	155	173	2	1 000	43
1942	58	230	61	46	1	280	27
1943	12	51	10	47	1	69	14
1944	23	38	55	29	1	55	23
1945	169	98	150	22	4	498	83
1946	294	650	198	141	7	714	149
1947	399	1 204	347	203	12	1 280	105
1948	433	925	297	203	15	1 145	116
1949	632	1 293	481	402	25	1 488	148
1950	1 061	1 542	607	321	23	2 155	199
1951	905	2 392	1 236	620	27	4 211	385
1952	858	3 101	1 777	977	53	5 600	626
1953	585	2 957	1 595	942	35	4 418	712
1954	786	2 919	1 436	877	56	4 513	767
1955	808	1 925	1 240	655	64	3 083	660
1956	463	1 781	1 035	649	59	2 840	537
1957	707	2 098	1 446	780	76	3 077	999
1958	853	2 411	1 754	805	69	3 344	911
1959	694	2 060	1 507	813	67	2 668	872
1960	842	1 577	1 588	862	70	1 862	830
1961	790	1 709	1 990	1 997	38	2 582	1 147
1962	1 046	1 707	2 440	2 079	48	2 411	1 227
1963	1 249	1 790	3 587	2 931	52	2 939	1 949
1964	2 338	3 212	5 053	5 044	121	4 906	2 539
1965	3 782	7 106	7 549	9 204	365	8 856	3 755
1966	4 390	8 248	9 756	12 335	633	10 708	4 689
1967	2 965	5 443	6 819	7 126	461	8 343	3 525
1968	2 946	4 298	5 881	5 607	355	6 439	2 975
1969	3 538	2 448	4 892	5 215	241	6 249	1 881
1970	2 889	1 852	4 665	7 060	156	5 707	2 048
1971	1 763	1 007	3 259	6 413	146	3 882	1 711

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

ano	Faro	Guarda	Leiria	Lis boa	Portalegre	Porto	Santarém
1972	1 138	1 185	5 072	5 448	187	4 968	2 375
1973	1 590	1 626	6 562	8 790	381	8 152	3 250
1974	502	766	2 968	3 746	147	2 365	1 445
1975	298	351	1 342	4 085	38	960	618
1976	272	450	759	2 398	39	706	540
1977	353	551	696	3 267	36	1 093	437
1978	448	675	698	3 351	40	1 204	409
1979	347	543	1 002	3 104	51	1 324	592
1980	267	394	820	3 147	50	1 284	557
1981	218	354	703	3 432	24	1 336	534
1982	155	180	338	2 052	20	1 168	439
1983	92	144	258	1 238	10	654	193
1984	51	141	266	1 550	20	582	131
1985	45	215	381	1 433	15	625	192
1986	87	207	425	1 059	15	376	234
1987	144	197	563	1 725	23	507	398
1988	80	144	669	1 302	6	417	456

ano	Setúbal	V. Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira
1886	—	595	1 074	1 495	2 133	2 658
1887	—	791	1 369	2 124	2 368	1 358
1888	—	897	2 339	2 579	3 952	3 441
1889	—	831	1 797	2 229	3 038	1 876
1890	—	1 036	3 070	3 726	4 699	2 752
1891	—	1 340	2 849	4 404	4 424	2 895
1892	—	883	1 492	2 389	3 032	1 552
1893	—	1 065	2 004	3 220	3 692	2 603
1894	—	997	2 713	3 935	2 608	1 065
1895	—	1 438	4 166	5 436	5 317	2 341
1896	—	1 087	2 573	2 923	3 586	1 868
1897	—	836	1 549	2 265	2 516	1 139
1898	—	1 041	1 894	3 522	1 750	875
1899	—	933	1 312	2 037	2 802	685

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

ano	Setúbal	V. Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira
1900	—	950	1 129	2 206	4 714	480
1901	—	698	1 260	2 316	4 282	1 097
1902	—	784	1 336	2 592	7 867	1 126
1903	—	842	1 171	2 801	4 927	854
1904	—	1 146	1 951	3 569	4 713	1 178
1905	—	1 262	2 290	4 513	6 365	1 844
1906	—	1 591	2 173	4 836	7 691	3 211
1907	—	1 688	2 796	5 240	7 999	2 678
1908	—	1 511	4 059	5 797	3 097	1 347
1909	—	1 614	3 331	4 961	5 444	2 483
1910	—	1 783	3 140	5 416	5 568	2 135
1911	—	2 223	5 356	6 971	7 794	2 298
1912	—	2 981	8 190	11 764	7 953	3 222
1913	—	2 476	6 429	11 733	6 517	3 295
1914	—	1 006	2 484	3 069	3 812	992
1915	—	469	1 500	2 232	3 938	1 271
1916	—	621	1 994	2 072	5 036	2 323
1917	—	334	945	1 551	2 016	611
1918	—	427	676	1 216	247	104
1919	—	1 201	2 424	4 719	1 497	1 695
1920	—	2 703	3 003	8 041	8 073	6 437
1921	—	1 108	1 233	2 767	2 710	1 391
...						
1923	—	2 011	2 621	5 403	1 628	2 112
1924	—	174	1 911	3 581	789	1 271
1925	—	143	1 271	690	295	1 004
1926	—	334	2 120	6 277	870	1 293
1927	52	243	1 822	3 929	754	885
1928	28	1 464	1 814	4 978	871	1 098
1929	45	1 713	2 276	5 487	1 297	2 136
1930	52	860	1 409	3 030	834	949
1931	18	240	237	681	275	343
1932	6	253	363	816	131	252

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

ano	Setúbal	V. Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira
1933	17	381	662	1 615	190	406
1934	5	288	453	1 341	186	578
1935	13	278	517	1 555	181	821
1936	0	620	824	2 123	920	*
1937	4	593	912	2 390	365	1 097
1938	3	623	619	1 945	360	1 785
1939	14	853	954	2 363	640	2 569
1940	17	461	602	1 651	355	2 783
1941	16	247	265	800	95	659
1942	7	69	131	267	6	243
1943	1	22	37	92	32	203
1944	1	17	21	49	222	1 474
1945	10	95	93	179	133	2 769
1946	20	310	353	817	275	1 370
1947	11	508	553	1 501	295	1 992
1948	25	425	561	1 450	152	2 067
1949	40	682	798	2 025	1 008	2 065
1950	52	997	919	2 377	895	3 147
1951	70	1 602	1 873	4 288	805	3 771
1952	133	2 214	2 910	5 791	544	6 968
1953	124	1 518	2 481	4 537	1 033	5 572
1954	117	1 653	2 196	4 691	2 025	5 510
1955	106	1 232	1 636	2 874	1 126	4 722
1956	104	1 186	1 396	2 630	2 196	4 332
1957	144	2 191	1 904	3 256	3 540	4 910
1958	141	1 896	1 935	3 394	1 993	4 554
1959	123	1 414	1 710	2 462	6 562	3 675
1960	175	1 350	1 458	2 085	7 010	4 707
1961	182	1 584	1 563	2 282	3 940	4 797
1962	226	1 824	1 514	2 045	2 820	4 559
1963	323	2 258	1 341	2 010	3 402	3 494
1964	914	4 350	1 324	2 308	3 522	3 582
1965	2 122	6 349	3 162	3 827	3 687	3 118

Quadro 2.13 — Emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

ano	Setúbal	V. Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira
1966	2 944	6 989	5 286	4 415	10 704	3 650
1967	1 741	5 117	3 646	3 736	11 232	3 188
1968	1 443	4 161	2 924	3 837	12 813	2 925
1969	1 235	2 450	2 904	4 062	13 125	2 392
1970	1 399	2 154	2 608	5 089	9 871	2 389
1971	1 575	1 346	1 874	2 937	9 361	2 460
1972	1 438	1 742	2 150	3 019	8 624	2 493
1973	3 059	2 344	3 342	5 132	7 893	4 973
1974	782	1 301	1 761	1 701	12 400	4 356
1975	422	689	836	617	7 947	2 751
1976	492	519	760	465	5 610	1 799
1977	822	460	650	558	4 208	1 279
1978	1 015	449	717	791	4 848	931
1979	1 072	656	935	830	5 012	803
1980	863	553	601	727	4 378	403
1981	994	719	770	608	2 544	438
1982	642	474	274	315	1 183	289
1983	292	375	315	246	1 347	189
1984	306	295	303	198	1 281	130
1985	290	186	353	194	1 660	177
1986	401	153	419	151	1 526	122
1987	487	67	337	245	2 074	156
1988	373	334	389	243	3 039	141

* Valor incluído no dos Açores.

Quadro 2.14 — Resumo da emigração legal por distritos, 1886-1988

Fontes — De 1886 a 1896, Movimento da População; de 1897 a 1900 e de 1922 a 1940, Anuário Estatístico de Portugal; de 1901 a 1912, Emigração Portuguesa; de 1913 a 1921, Estatística Demográtíca — Movimento da População; de 1941 a 1965, Anuário Demográfico; de 1966 a 1988, SECP, Boletim Anual.

distrito	Aveiro	Beja	Braga	Bragança	C. Branco	Coimbra	Évora
1890-1899	29 645	1 606	17 121	8 653	879	28 759	250
1900-1909	31 402	733	19 697	12 407	1 403	26 128	203
1910-1919	34 322	2 431	23 030	34 807	3 771	32 157	381
1920-1929	40 544	694	23 252	14 858	4 673	28 761	397
1930-1939	15 470	226	7 728	5 635	1 271	7 834	136
1940-1949	10 669	149	3 496	3 718	819	4 934	49
1950-1959	36 830	619	20 710	21 673	4 895	16 419	329
1960-1969	42 821	7 015	60 215	24 451	33 447	18 343	2 427
1970-1979	28 733	8 020	24 494	7 096	7 629	14 852	2 846
1980-1988	9 794	403	3 599	948	1 029	3 282	214

distrito	Faro	Guarda	Leiria	Lisboa	Portalegre	Porto	Santarém
1890-1899	1 757	11 226	10 006	6 066	331	38 648	1 502
1900-1909	2 322	15 833	9 051	5 585	227	34 220	1 778
1910-1919	6 325	32 571	50 860	9 311	470	37 784	4 335
1920-1929	10 680	22 719	16 552	10 487	1 095	43 138	5 542
1930-1939	5 221	8 197	4 633	1 885	333	14 810	1 776
1940-1949	2 501	5 693	2 095	1 531	86	8 028	824
1950-1959	7 720	23 186	13 633	7 439	529	35 909	6 668
1960-1969	23 886	37 538	49 555	52 400	2 384	55 295	24 517
1970-1979	9 600	9 006	27 023	47 662	1 221	30 361	13 425
1980-1988	1 139	1 976	4 423	16 938	183	6 949	3 134

Quadro 2.14 — Resumo da emigração legal por distritos, 1886-1988 (continuação)

distrito	Setúbal	V. Castelo	Vila Real	Viseu	Açores	Madeira	total
1890-1899	—	10 656	23 622	33 857	34 426	17 775	276 785
1900-1909	—	12 086	21 496	38 831	57 099	16 298	306 799
1910-1919	—	13 521	33 138	50 743	44 378	17 946	432 281
1920-1929	—	9 893	18 071	41 153	17 287	17 627	327 423
1930-1939	132	4 989	6 950	17 859	4 082	8 800	117 967
1940-1949	148	2 836	3 414	8 831	2 573	15 625	78 019
1950-1959	1 114	15 901	18 960	36 300	20 719	47 161	336 714
1960-1969	11 305	36 432	25 122	30 607	72 255	36 412	646 427
1970-1979	12 076	11 660	15 633	21 139	75 774	24 234	392 484
1980-1988	4 648	3 156	3 761	2 927	19 032	2 045	89 580

Quadro 2.15 — Emigração legal por sexos, 1886-1988

Fonte — De 1886 a 1919, Anuário Demográfico, 1951, parte I — Dados Retrospectivos e Comparativos; de 1920 a 1955, Anuário Demográfico, 1968, parte I — Dados Retrospectivos e Comparativos; de 1956 a 1988, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Boletim Anual.

ano	homens	mulheres	total
1886	10 644	3 354	13 998
1887	13 640	3 292	16 932
1888	18 414	5 567	23 981
1889	15 818	4 796	20 614
1890	21 950	7 477	29 427
1891	25 090	8 495	33 585
1892	15 195	5 874	21 069
1893	23 482	6 901	30 383
1894	21 685	7 308	28 993
1895	32 192	12 158	44 350
1896	19 215	8 465	27 680
1897	15 650	5 694	21 344
1898	18 016	5 588	23 604
1899	13 141	4 633	17 774
1900	15 539	5 696	21 235
1901	15 074	5 572	20 646
1902	17 032	7 138	24 170
1903	15 931	5 680	21 611
1904	20 920	7 384	28 304
1905	25 414	8 196	33 610
1906	28 747	9 346	38 093
1907	32 144	9 806	41 950
1908	31 339	8 806	40 145
1909	29 650	8 573	38 223
1910	30 770	8 745	39 515
1911	43 069	16 592	59 661
1912	62 162	26 767	88 929

ano	homens	mulheres	total
1913	52 915	24 730	77 645
1914	15 574	10 156	25 730
1915	11 928	7 386	19 314
1916	12 702	12 195	24 897
1917	8 439	7 386	15 825
1918	7 318	4 535	11 853
1919	25 894	11 244	37 138
1920	48 160	16 623	64 783
1921	17 979	6 618	24 597
1922	31 734	8 061	39 795
1923	32 161	8 010	40 171
1924	22 893	6 817	29 710
1925	17 078	5 806	22 884
1926	32 842	9 225	42 067
1927	20 177	7 497	27 674
1928	26 477	7 820	34 297
1929	31 973	8 388	40 361
1930	17 148	6 048	23 196
1931	3 737	2 296	6 033
1932	3 903	2 006	5 909
1933	5 646	3 259	8 905
1934	4 216	3 256	7 472
1935	5 824	3 316	9 140
1936	8 313	4 171	12 484
1937	9 578	5 089	14 667
1938	9 389	4 220	13 609
1939	12 427	5 380	17 807

Quadro 2.15 — Emigração legal por sexos, 1886-1988 (continuação)

ano	homens	mulheres	total
1940	8 788	4 438	13 226
1941	4 081	2 179	6 260
1942	1 325	889	2 214
1943	585	308	893
1944	1 933	491	2 424
1945	5 158	780	5 938
1946	6 337	1 938	8 275
1947	8 017	4 821	12 838
1948	7 272	5 071	12 343
1949	10 524	6 772	17 296
1950	14 962	6 930	21 892
1951	23 406	10 258	33 664
1952	31 236	15 782	47 018
1953	23 976	15 710	39 686
1954	25 349	15 330	40 679
1955	18 250	11 546	29 796
1956	15 822	11 195	27 017
1957	23 118	12 238	35 356
1958	21 133	12 897	34 030
1959	18 034	15 424	33 458
1960	17 531	14 787	32 318
1961	19 590	13 936	33 526
1962	19 843	13 696	33 539
1963	25 149	14 370	39 519
1964	38 559	17 087	55 646

ano	homens	mulheres	total
1965	59 139	29 917	89 056
1966	72 234	48 005	120 239
1967	48 117	44 385	92 502
1968	37 413	43 039	80 452
1969	40 505	29 660	70 165
1970	43 332	23 028	66 360
1971	29 225	21 175	50 400
1972	30 585	23 499	54 084
1973	51 660	27 857	79 517
1974	22 357	21 040	43 397
1975	12 287	12 524	24 811
1976	8 694	8 799	17 493
1977	8 896	8 330	17 226
1978	9 948	8 711	18 659
1979	10 953	9 621	20 574
1980	10 652	7 419	18 071
1981	10 178	6 335	16 513
1982	6 156	4 120	10 276
1983	3 986	3 110	7 096
1984	3 467	3 089	6 556
1985	3 759	3 390	7 149
1986	3 102	3 169	6 271
1987	4 136	3 972	8 108
1988	4 843	4 697	9 540

Quadro 2.16 — Características demográficas da emigração legal, 1890-1988

Fontes — De 1890 a 1900, Movimento da População; de 1901 a 1912, Emigraçáo Portuguesa; de 1913 a 1921, Movimento da População; de 1922 a 1940, Anuário Estatístico; de 1941 a 1955, Anuário Demográfico; de 1956 a 1988, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Boletim Anual.

Observações:

1 — Entre 1936 e 1940 não se encontram disponíveis dados referentes ao estado civil dos emigrantes.

2 — Em 1976 e 1977 não se encontram disponíveis daodos referentes aos emigrantes por grupo de idade.

anos	sexo		idade		estado civil			total
	homens	mulheres	< 14 anos	> 14 anos	solteiros	casados	outros	
1890-1899	205 616	72 593	61 652	221 647	153 157	115 904	9 142	278 209
1900-1909	231 790	76 197	58 682	248 805	162 335	135 352	10 300	307 987
1910-1919	270 771	129 736	80 479	329 528	219 731	169 880	10 896	400 507
1920-1929	281 474	84 865	23 374	347 929	181 310	174 670	10 359	366 339
1930-1939	80 181	39 041	14 948	104 274	24 810	33 647	2 198	119 222
1940-1949	54 020	27 687	12 030	74 677	24 170	19 405	1 189	81 707
1950-1959	215 286	127 310	70 595	271 585	169 020	136 387	5 521	342 596
1960-1969	378 080	268 882	171 434	475 528	306 954	329 594	10 207	646 962
1970-1979	227 937	164 584	99 757	293 615	184 026	202 502	5 989	392 521
1980-1988	50 279	39 301	21 695	67 867	39 545	47 789	2 228	89 580

Quadro 2.17 — Emigração legal por sexos e grupos de idades, 1955-1988

Fonte — Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, Boletim Anual.

Observação — Não se encontram disponíveis dados referentes ao sexo e idade dos emigrantes para 1976 e 1977.

ano	total	0-14		15-19		20-24	
		homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
1955	29 796	3 698	3 461	3 677	1 002	3 400	1 723
1956	27 017	3 575	3 125	3 576	1 052	3 115	1 715
1957	35 356	3 698	3 134	5 176	1 297	3 952	1 999
1958	34 030	3 960	3 408	4 637	1 382	3 691	2 179
1959	33 458	4 895	4 422	3 607	1 492	2 653	2 293
1960	32 318	4 942	4 170	3 413	1 507	2 229	2 142
1961	33 526	4 242	3 682	5 170	1 690	2 407	2 113
1962	33 539	4 240	3 580	5 514	1 654	1 213	2 032
1963	39 519	4 477	3 938	6 100	1 679	1 380	1 969
1964	55 646	5 686	5 014	4 701	1 683	2 597	2 277
1965	89 056	9 877	9 045	4 104	2 428	4 266	3 886
1966	120 239	16 126	14 584	5 631	4 069	5 403	6 299
1967	92 502	15 951	14 119	4 737	4 113	2 637	5 845
1968	80 452	15 299	13 533	3 164	3 977	1 340	5 932
1969	70 165	9 986	8 943	1 670	3 175	2 886	4 195
1970	66 360	6 620	5 747	546	2 598	3 268	3 774
1971	50 400	7 718	6 757	695	2 303	2 609	3 087
1972	54 084	8 949	8 002	1 059	2 608	4 564	3 543
1973	79 517	9 785	8 528	1 173	3 319	9 234	4 811
1974	43 397	8 916	7 942	1 241	2 330	3 214	2 778
1975	24 811	4 972	4 746	681	1 456	2 013	1 508
...							
1978	18 659	2 820	2 687	900	1 073	1 374	1 325
1979	20 574	2 797	2 771	1 179	1 281	1 571	1 662
1980	18 071	2 096	2 051	914	967	1 692	1 311

Quadro 2.17 — Emigração legal por sexos e grupos de idade, 1955-1988 (continuação)

ano	total	0-14		15-19		20-24	
		homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
1981	16 513	1 807	1 660	985	850	1 760	1 184
1982	7 103	1 057	1 032	* 1 843	* 1 331		
1983	7 096	809	780	478	395	773	505
1984	6 556	873	794	386	370	582	494
1985	7 149	905	811	422	395	663	663
1986	6 253	718	737	359	453	564	554
1987	8 108	1 324	1 186	346	411	564	536
1988	9 540	1 537	1 518	452	464	608	597

ano	total	25-44		45-64		65 ou mais	
		homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
1955	29 796	6 712	4 244	673	927	90	189
1956	27 017	4 869	4 079	606	1 007	81	217
1957	35 356	9 109	4 298	863	1 066	320	444
1958	34 030	7 788	4 587	938	1 064	119	277
1959	33 458	5 642	5 622	1 089	1 303	148	292
1960	32 318	5 442	5 388	1 388	1 328	117	252
1961	33 526	6 287	4 676	1 329	1 431	155	344
1962	33 539	7 282	4 677	1 419	1 408	175	345
1963	39 519	11 089	4 922	1 896	1 522	207	340
1964	55 646	22 285	6 325	3 096	1 480	194	308
1965	89 056	36 755	12 087	3 948	2 120	189	351
1966	120 239	39 092	18 986	5 707	3 550	275	517
1967	92 502	20 550	16 295	3 943	3 465	299	548
1968	80 452	14 099	15 189	3 151	3 776	360	632
1969	70165	22 553	10 032	3 065	2 734	345	581
1970	66 360	29 603	8 458	3 023	2 030	272	421
1971	50 400	16 447	7 138	1 537	1 533	219	357
1972	54 084	14 566	7 617	1 278	1 438	169	291
1973	79 517	29 427	9 164	1 838	1 683	203	352
1974	43 397	7 546	6 039	1 238	1 624	202	327

Quadro 2.17 — Emigração legal por sexos e grupos de idade, 1955-1988 (continuação)

ano	total	25-44		45-64		65 ou mais	
		homens	mulheres	homens	mulheres	homens	mulheres
1975	24 811	3 395	3 289	1 017	1 240	209	285
...							
1978	18 659	3 847	2 547	882	926	125	153
1979	20 574	4 213	2 667	1 064	1 072	129	168
1980	18 071	4 801	2 092	1 024	842	125	156
1981	16 513	4 688	1 818	854	680	84	143
1982	7 103	2 665	1 198	493	450	99	109
1983	7 096	1 458	907	391	402	77	121
1984	6 556	1 176	947	383	407	67	77
1985	7 149	1 298	960	384	463	87	98
1986	6 253	1 021	915	339	415	79	99
1987	8 108	1 488	1 354	359	400	55	85
1988	9 540	1 804	1 647	381	391	57	84

* Estes valores referem-se ao grupo de idade 15-24.

Quadro 2.18 — Movimento de passageiros entre Portugal e as Províncias Ultramarinas, 1937-1974

Fonte — De 1937 a 1959, Anuário Demográfico, 1959, parte I 'Dados Retrospectivos e Comparativos'; de 1960 a 1974, Estatísticas Demográficas.

A — Emigrantes

ano	Cabo Verde	Guiné	São Tomé e Príncipe	Angola	Moçam-bique	outras (a)	total
1937	387	230	162	2 235	1 882	0	4 896
1938	274	295	197	2 752	2 330	0	5 848
1939	264	256	205	3 183	2 691	0	6 599
1940	324	250	145	2 714	2 535	0	5 968
1941	402	206	159	2 526	2 254	0	5 547
1942	390	368	152	2 808	1 499	0	5 217
1943	400	507	171	3 699	1 851	0	6 628
1944	216	301	137	2 616	1 855	54	5 179
1945	215	336	181	4 290	3 141	104	8 267
1946	320	373	194	4 990	3 854	489	10 220
1947	357	343	273	7 966	6 004	256	15 199
1948	289	337	337	7 882	4 813	150	13 808
1949	406	514	326	9 248	5 553	48	16 095
1950	330	400	319	12 369	5 610	15	19 043
1951	405	528	359	12 611	5 700	84	19 687
1952	354	645	410	16 871	6 420	385	25 085
1953	387	480	439	15 586	5 846	545	23 283
1954	551	527	443	16 062	5 758	358	23 699
1955	721	651	438	18 764	6 450	322	27 346
1956	786	701	461	17 683	7 991	223	27 845
1957	763	733	468	17 458	7 682	181	27 285
1958	853	747	522	19 896	9 368	283	31 669
1959	850	849	575	21 886	10 319	292	34 771
1960	917	1014	795	17 714	11 170	418	32 028

Quadro 2.18 — Movimento de passageiros entre Portugal e as Províncias Ultramarinas, 1937-1974 (continuação)

A — Emigrantes (continuação)

ano	Cabo Verde	Guiné	São Tomé e Príncipe	Angola	Moçam-bique	outras (a)	total
1961	808	860	500	12 448	8 177	306	23 099
1962	947	907	704	28 047	9 649	236	40 490
1963	1 094	1 005	568	21 146	10 134	203	34 150
1964	1 214	692	408	23 652	10 788	158	36 912
1965	1 376	698	620	24 493	11 276	172	38 635
1966	1 563	518	620	24 309	8 605	134	35 749
1967	1 890	433	449	20 980	6 330	102	30 184
1968	1 937	434	536	24 464	7 574	172	35 117
1969	1 594	404	582	21 050	7 231	47	30 908
1970	1 530	293	412	18 212	5 946	45	26438
1971	906	117	376	16 265	4 583	9	22 256
1972	1 716	140	336	16 355	2 960	8	21 515
1973	1 817	56	260	12 978	2 218	0	17 329
1974	526	0	78	7 644	54	0	8 302

(a) índia, Macau e Timor

B — Emigrantes retornados

ano	Cabo Verde	Guiné	São Tomé e Príncipe	Angola	Moçam-bique	outras (b)	total
1937	296	242	185	2 079	1 202	0	4 004
1938	256	227	181	2 271	1 276	0	4 211
1939	236	183	157	2 135	1 326	0	4 037
1940	314	109	149	2 078	1 202	0	3 852
1941	190	199	148	1 643	1 086	0	3 266
1942	334	293	158	1 865	1 432	0	4 082
1943	434	291	95	2 250	1 731	0	4 801

Quadro 2.18 — Movimento de passageiros entre Portugal e as Províncias Ultramarinas, 1937-1974 (continuação)

B — Emigrantes retornados (continuação)

ano	Cabo Verde	Guiné	São Tomé e Príncipe	Angola	Moçam-bique	outras (b)	total
1944	243	244	187	2 284	1 477	63	4 498
1945	421	329	173	3 197	2 001	120	6 241
1946	405	393	213	3 480	2 450	877	7 818
1947	336	406	220	3 503	1 894	256	6 615
1948	278	334	291	4 963	2 821	103	8 790
1949	626	387	196	4 801	2 391	237	8 638
1950	357	314	213	5 392	2 765	145	9 186
1951	485	465	261	4 988	2 585	237	9 021
1952	499	388	303	6 737	3 128	457	11 512
1953	407	432	284	7 155	3 126	555	11 959
1954	466	489	282	7 242	3 169	720	12 368
1955	560	548	287	9 514	3 341	217	14 467
1956	529	624	404	9 105	3 024	451	14 137
1957	541	556	411	10 733	3 734	641	16 616
1958	485	592	509	12 414	3 863	453	18 316
1959	498	687	481	13 207	4 328	541	19 742
1960	671	802	531	13 849	4 233	549	20 635
1961	1 043	951	618	20 641	5 153	1 087	29 493
1962	1 655	607	549	12 564	5 229	2 162	22 766
1963	1 874	769	434	16 319	5 966	297	25 659
1964	2 247	620	521	15 366	6 204	430	25 388
1965	1 626	545	682	15 823	5 067	235	23 978
1966	2 018	567	554	16 348	4 711	242	24 440
1967	2 306	457	515	17 210	5 942	368	26 798
1968	2 479	460	499	16 400	4 934	225	24 997
1969	1 867	416	622	14 696	4 809	57	22 467
1970	2 749	236	377	14 867	4 578	126	22 933
1971	2 732	233	613	14 205	3 300	44	21 127
1972	2 427	77	679	10 322	1 990	133	15 628

Quadro 2.18 — Movimento de passageiros entre Portugal e as Províncias Ultramarinas, 1937-1974 (continuação)

B — Emigrantes retornados (continuação)

ano	Cabo Verde	Guiné	São Tomé e Príncipe	Angola	Moçam-bique	outras (b)	total
1973	2 785	82	1554	12 388	2 604	42	19 455
1974	1 443	0	745	11 645	1 158	10	15 001

(b) índia, Macau e Timor

C — Saldo da emigração

ano	Angola	Moçambique	outras (c)	total
1937	+ 156	+ 680	+ 56	+ 892
1938	+ 481	+ 1 054	+ 102	+ 1 637
1939	+ 1 048	+ 1 365	+ 149	+ 2 562
1940	+ 636	+ 1 333	+ 147	+ 2 116
1941	+ 883	+ 1 168	+ 230	+ 2 281
1942	+ 943	+ 67	+ 125	+ 1 135
1943	+ 1 449	+ 120	+ 258	+ 1 827
1944	+ 332	+ 378	- 29	+ 681
1945	+ 1 093	+ 1 140	- 207	+ 2 026
1946	+ 1 510	+ 1 404	- 512	+ 2 402
1947	+ 4 463	+ 4 110	+ 11	+ 8 584
1948	+ 2 919	+ 1 992	+ 107	+ 5 018
1949	+ 4 447	+ 3 162	- 152	+ 7 457
1950	+ 6 977	+ 2 845	+ 35	+ 9 857
1951	+ 7 623	+ 3 115	- 72	+ 10 666
1952	+ 10 134	+ 3 292	+ 147	+ 13 573
1953	+ 8 431	+ 2 720	+ 173	+ 11 324
1954	+ 8 820	+ 2 589	- 78	+ 11 331
1955	+ 9 250	+ 3 109	+ 520	+ 12 879
1956	+ 8 578	+ 4 967	+ 163	+ 13 708

Quadro 2.18 — Movimento de passageiros entre Portugal e as Províncias Ultramarinas, 1937-1974 (continuação)

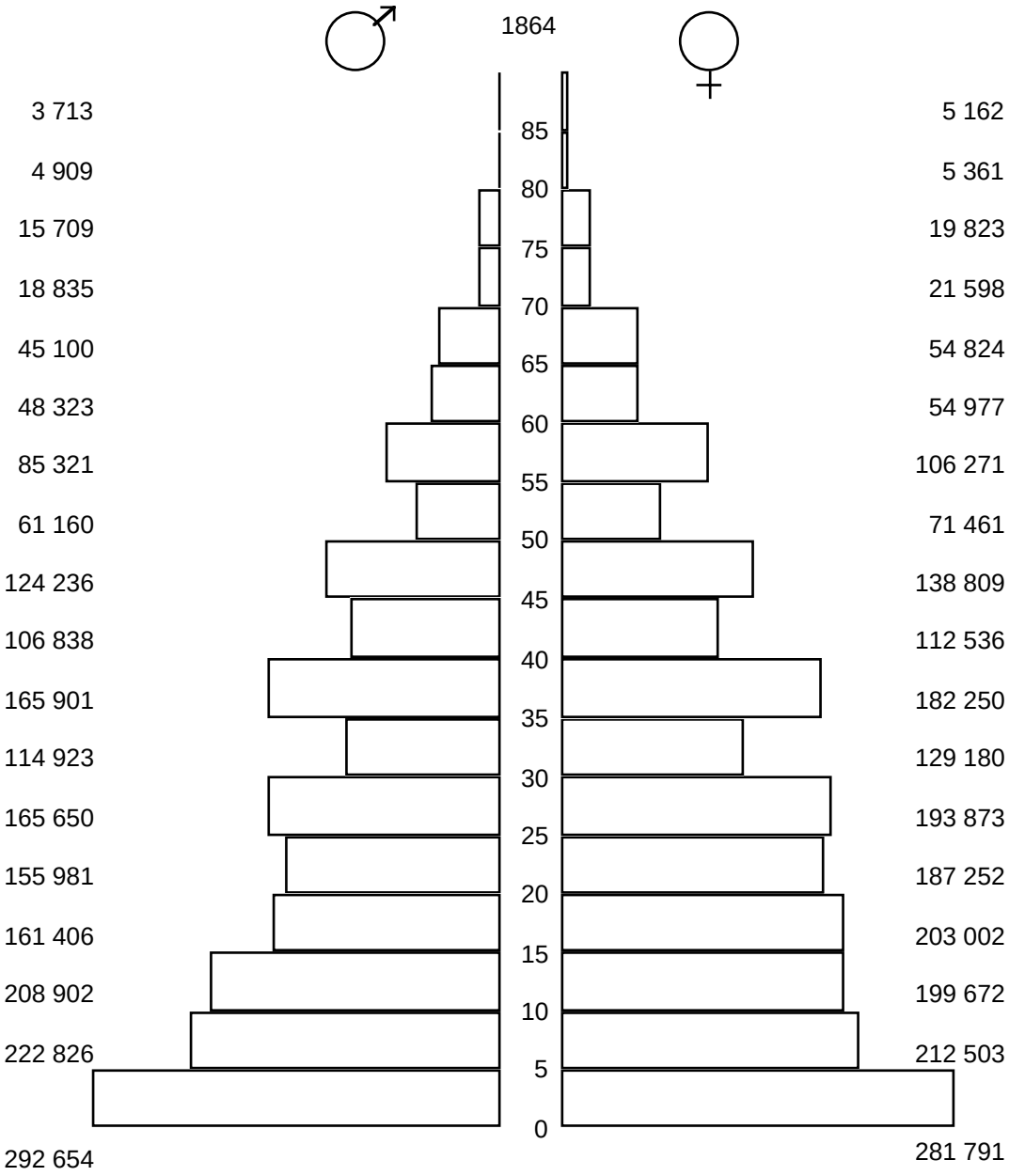
C — Saldo da emigração (continuação)

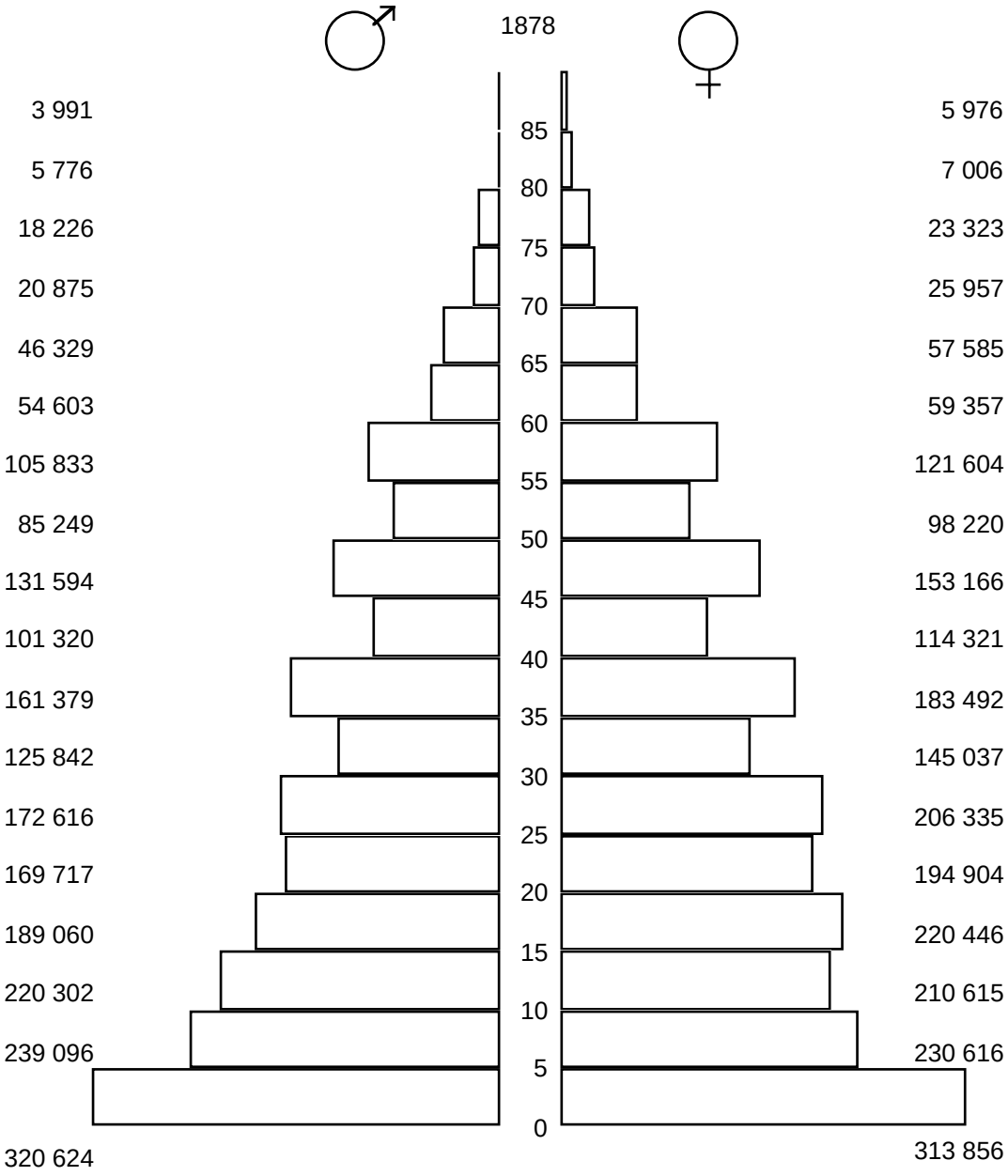
ano	Angola	Moçambique	outras (c)	total
1957	+ 6 725	+ 3 948	- 4	+ 10 669
1958	+ 7 482	+ 5 505	+ 366	+ 13 353
1959	+ 8 679	+ 5 991	+ 359	+ 15 029
1960	+ 3 865	+ 6 937	+ 591	+ 11 393
1961	- 8 193	+ 3 024	- 1 225	- 6 394
1962	+ 15 483	+ 4 420	- 2 179	+ 17 724
1963	+ 4 827	+ 4 168	- 504	+ 8 491
1964	+ 8 286	+ 4 584	- 1 346	+ 11 524
1965	+ 8 670	+ 6 209	- 222	+ 14 657
1966	+ 7 961	+ 3 894	- 546	+ 11 309
1967	+ 3 770	+ 388	- 772	+ 3 386
1968	+ 8 064	+ 2 640	- 584	+ 10 120
1969	+ 6 354	+ 2 422	- 335	+ 8 441
1970	+ 3 345	+ 1 368	- 1 208	+ 3 505
1971	+ 2 060	+ 1 283	- 2 214	+ 1 129
1972	+ 6 033	+ 970	- 1 116	+ 5 887
1973	+ 590	- 386	- 2 330	- 2 126
1974	- 4 001	- 1 104	- 1 594	- 6 699

(c) Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Índia, Macau e Timor.

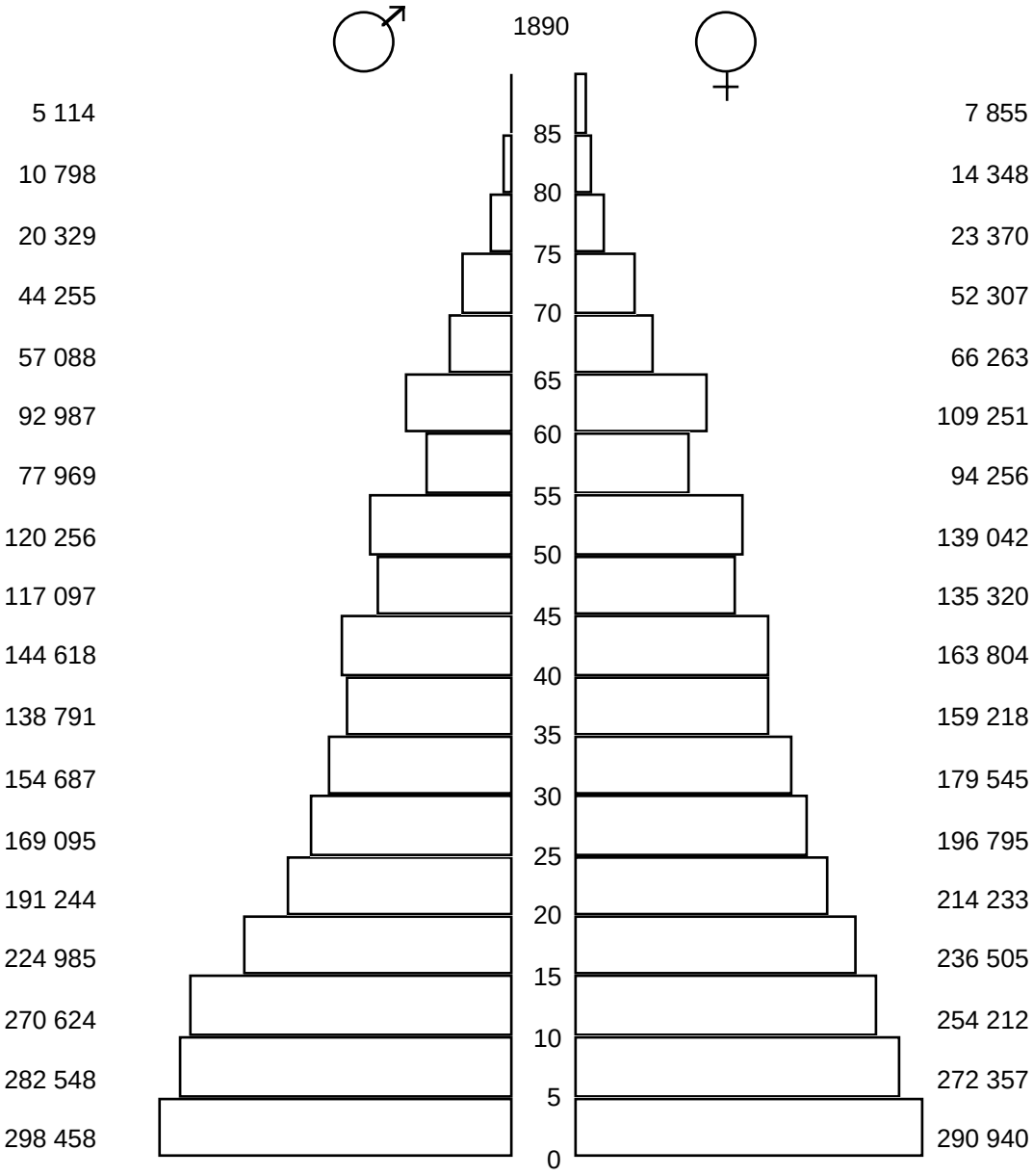
Anexo ao capítulo 2 — Pirâmides de idades

Fonte — Recenseamento Geral da População para o ano respectivo.

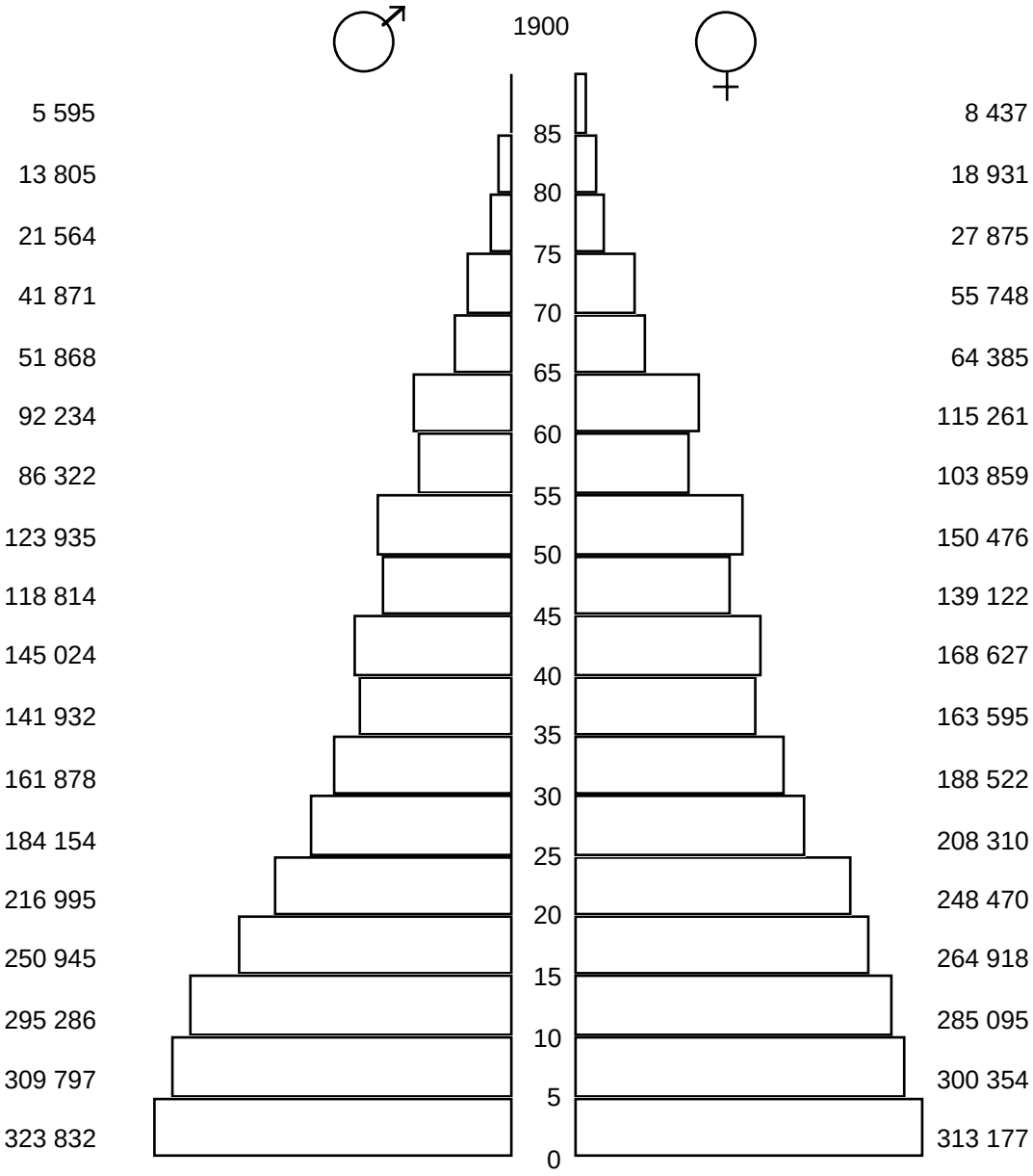


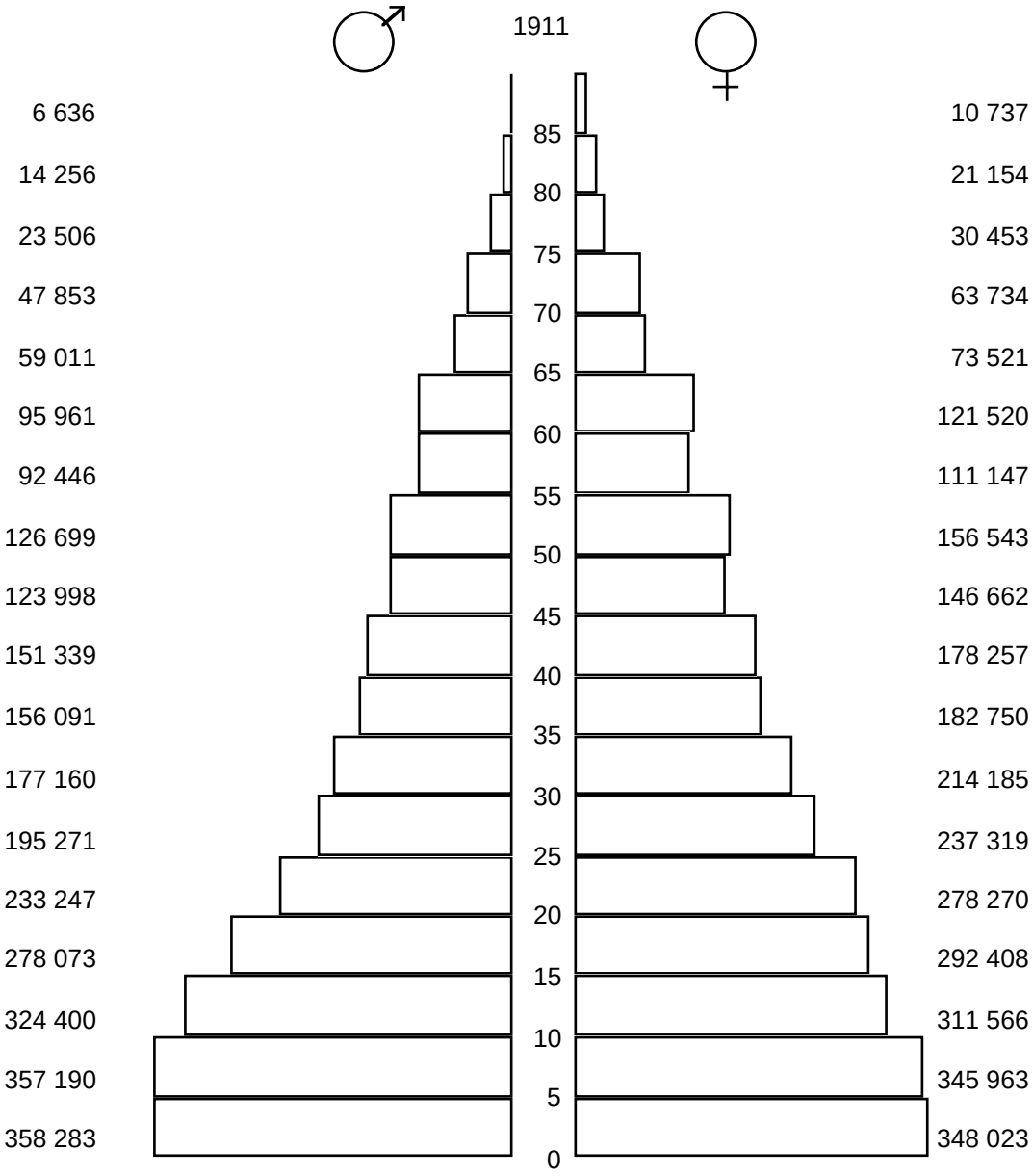

1878
3 991
5 776
18 226
20 875
46 329
54 603
105 833
85 249
131 594
101 320
161 379
125 842
172 616
169 717
189 060
220 302
239 096
320 624
85
80
75
70
65
60
55
50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
5 976
7 006
23 323
25 957
57 585
59 357
121 604
98 220
153 166
114 321
183 492
145 037
206 335
194 904
220 446
210 615
230 616
313 856

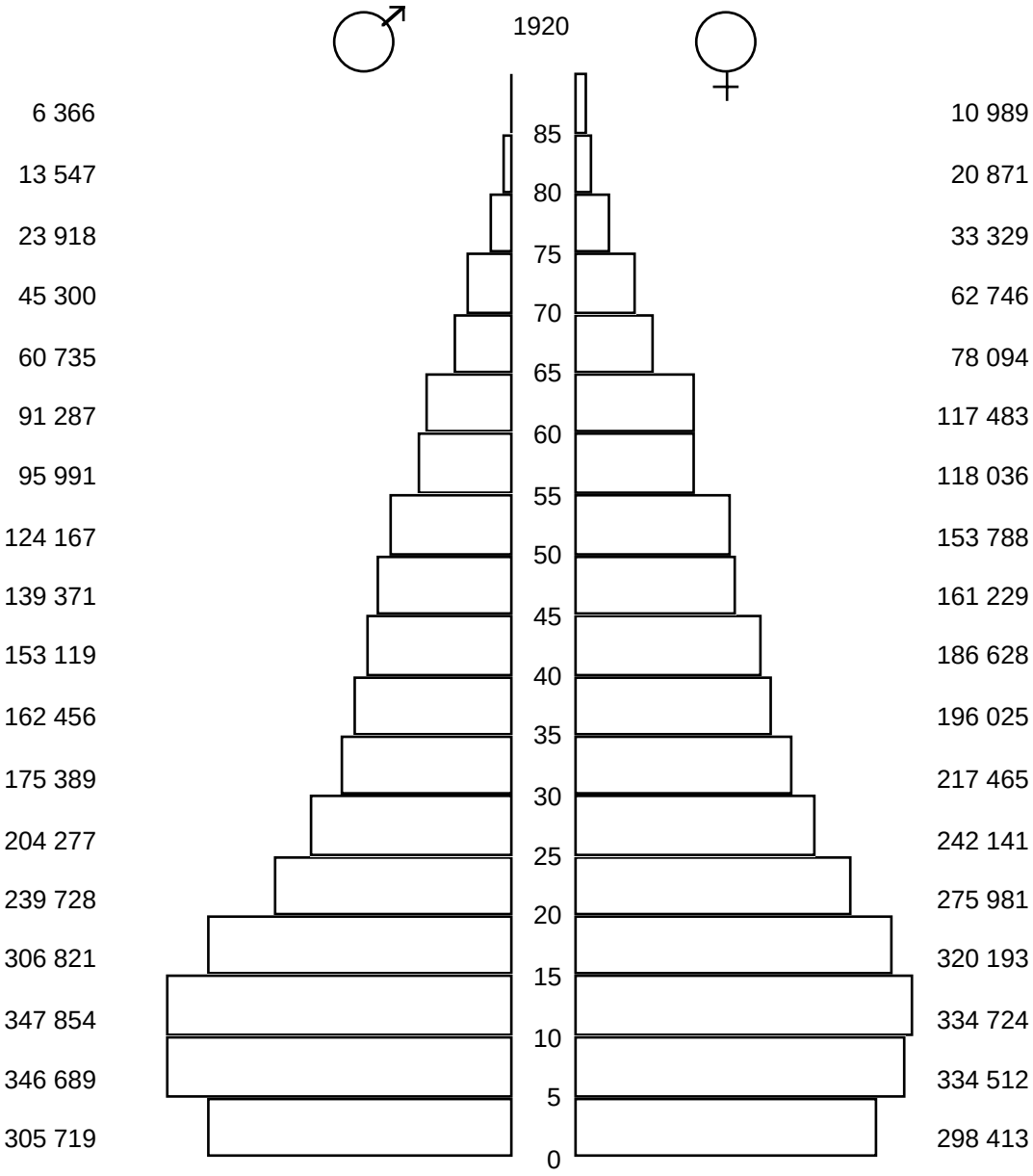
Anexo ao capítulo 2 — Pirâmides de idades



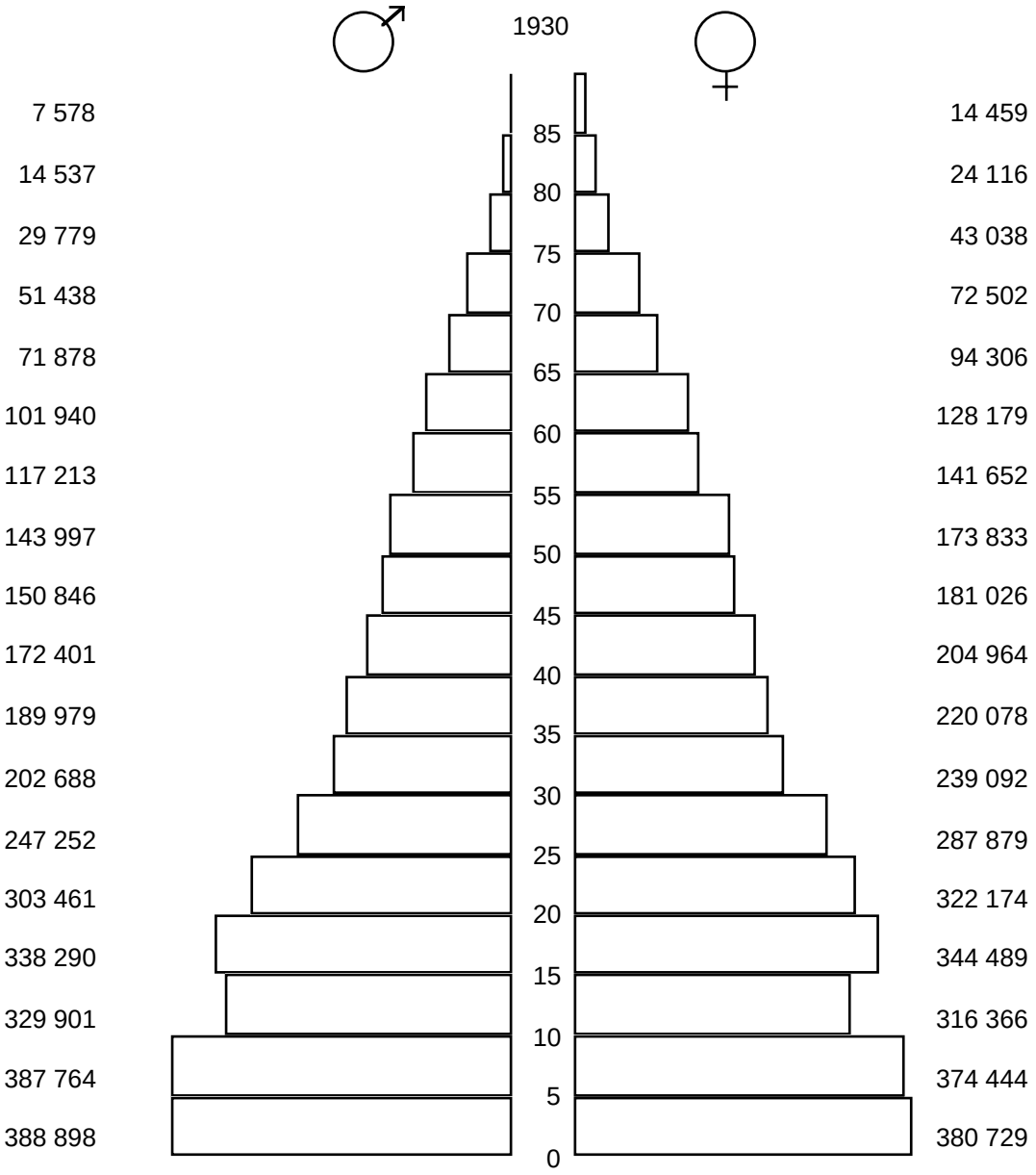
Anexo ao capítulo 2 — Pirâmides de idades



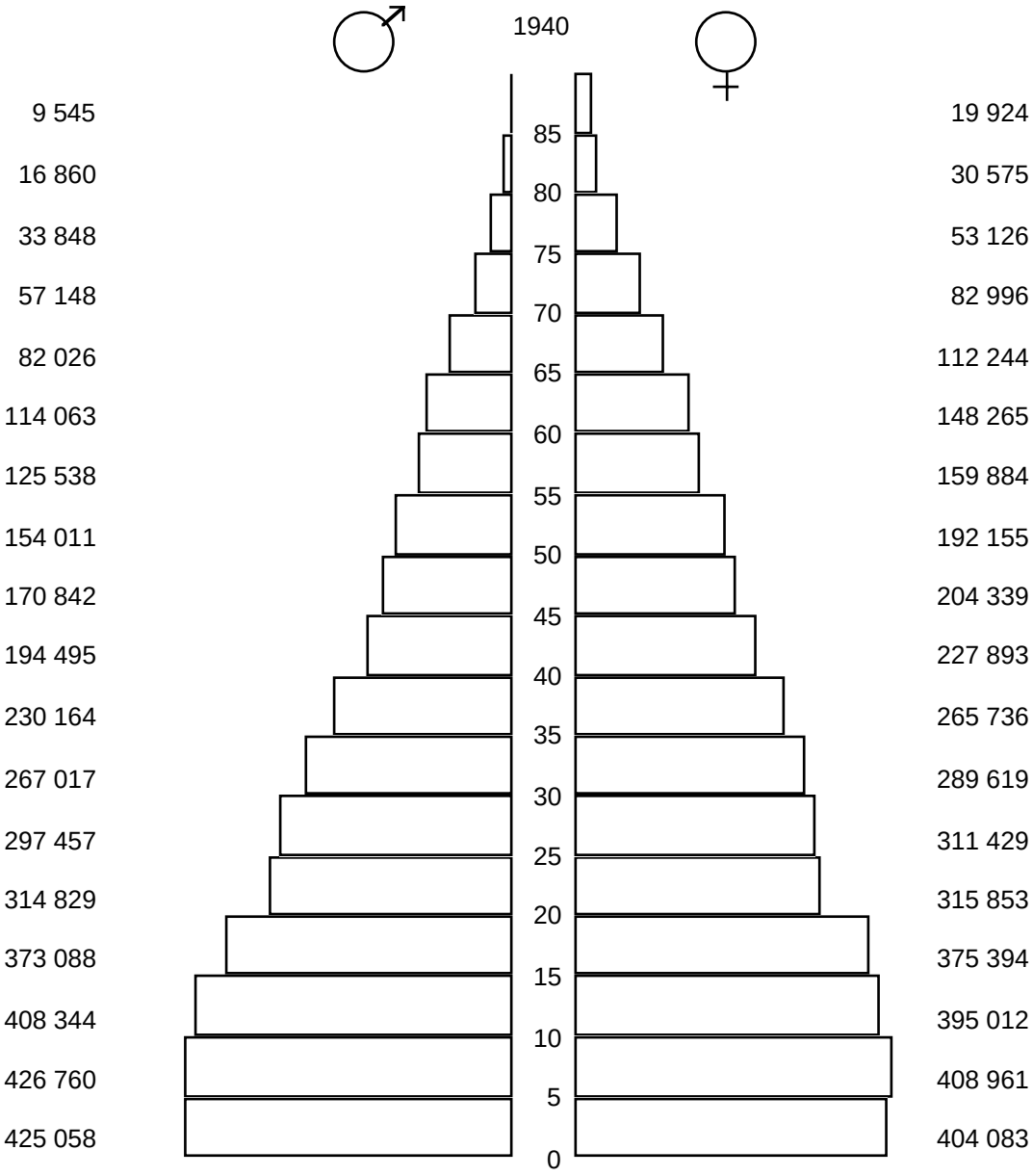

1911
6 636
14 256
23 506
47 853
59 011
95 961
92 446
126 699
123 998
151 339
156 091
177 160
195 271
233 247
278 073
324 400
357 190
358 283
85
80
75
70
65
60
55
50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
10 737
21 154
30 453
63 734
73 521
121 520
111 147
156 543
146 662
178 257
182 750
214 185
237 319
278 270
292 408
311 566
345 963
348 023


1920
6 366
13 547
23 918
45 300
60 735
91 287
95 991
124 167
139 371
153 119
162 456
175 389
204 277
239 728
306 821
347 854
346 689
305 719
85
80
75
70
65
60
55
50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
10 989
20 871
33 329
62 746
78 094
117 483
118 036
153 788
161 229
186 628
196 025
217 465
242 141
275 981
320 193
334 724
334 512
298 413

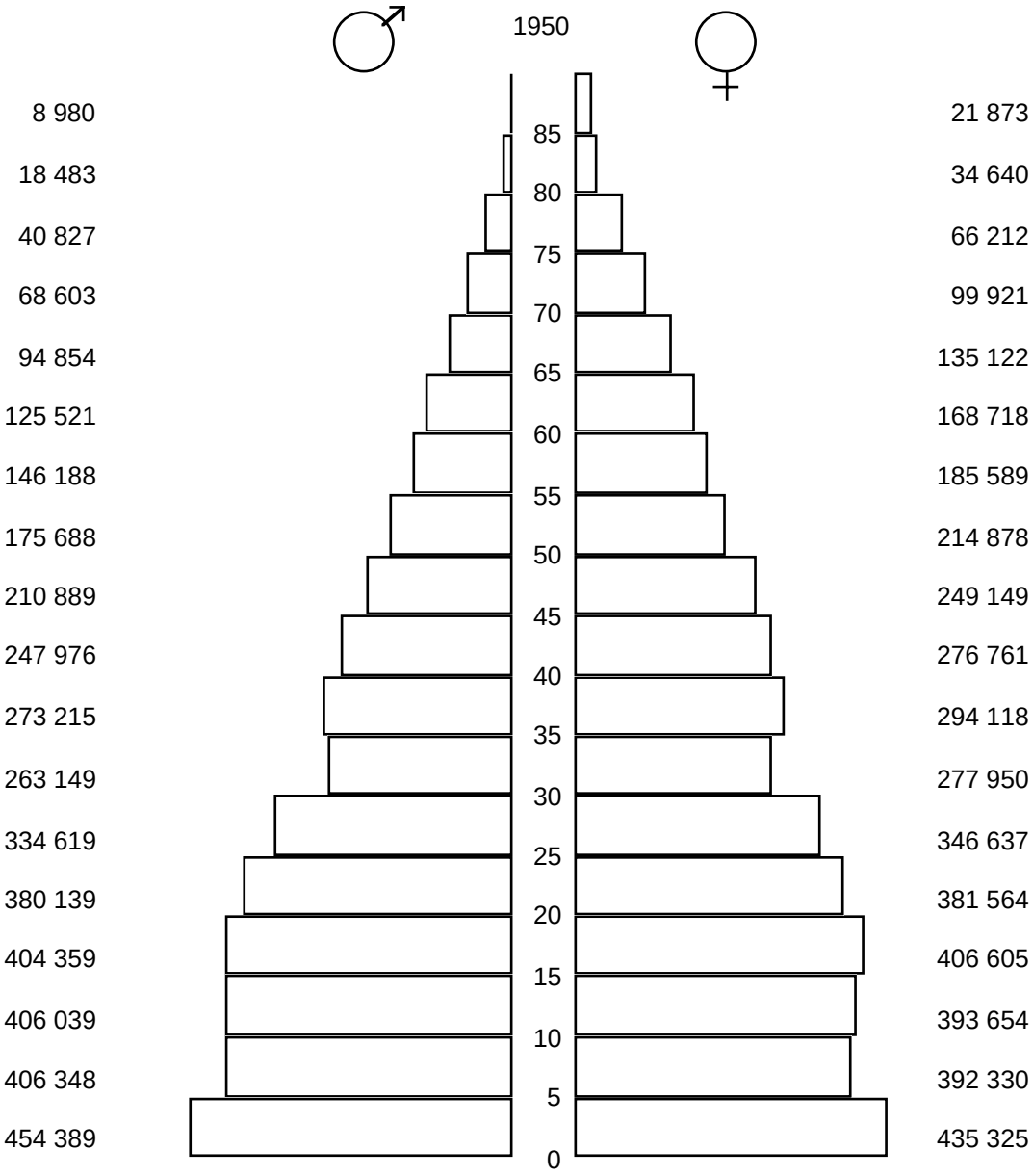
Anexo ao capítulo 2 — Pirâmides de idades

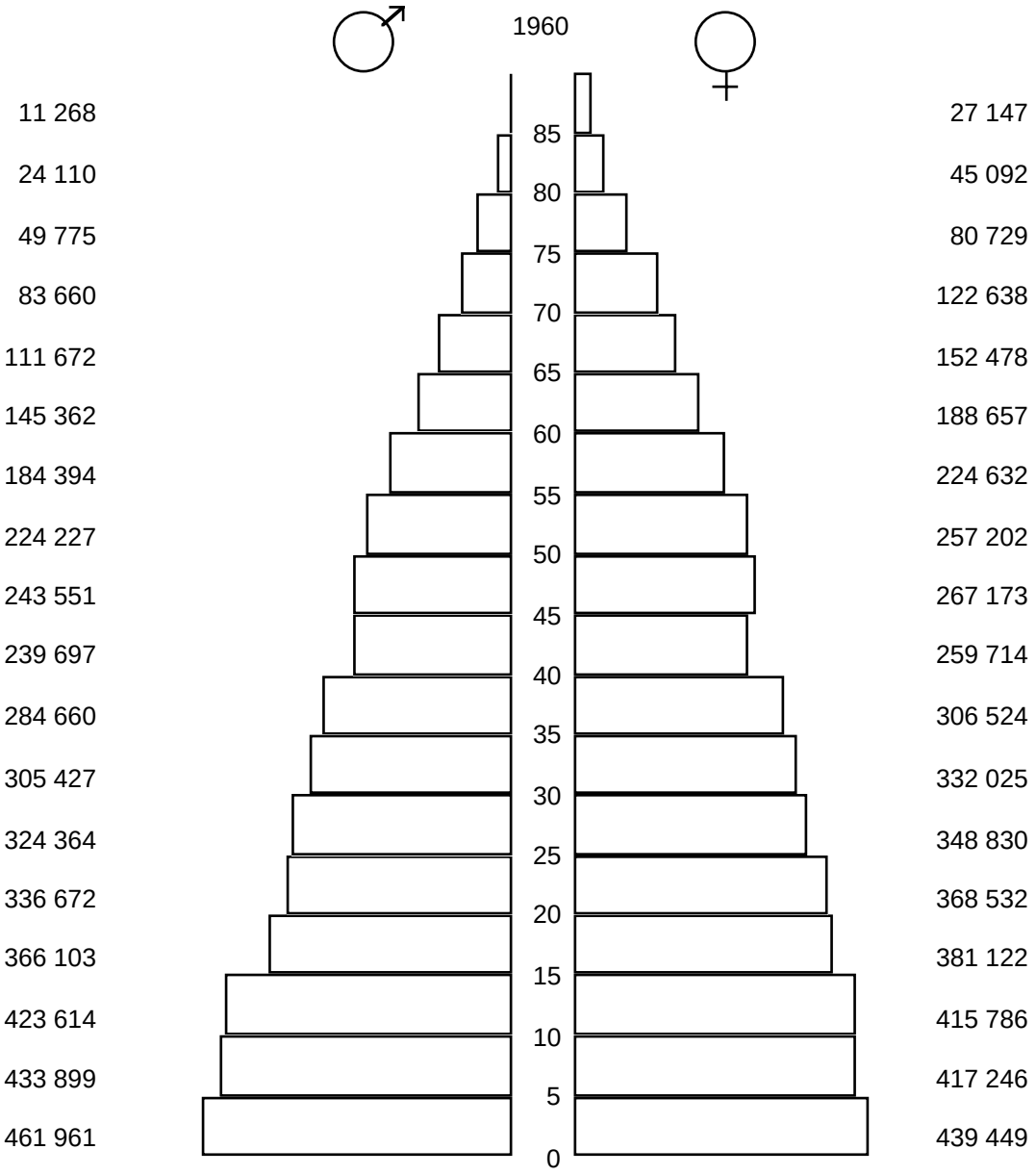


Anexo ao capítulo 2 — Pirâmides de idades

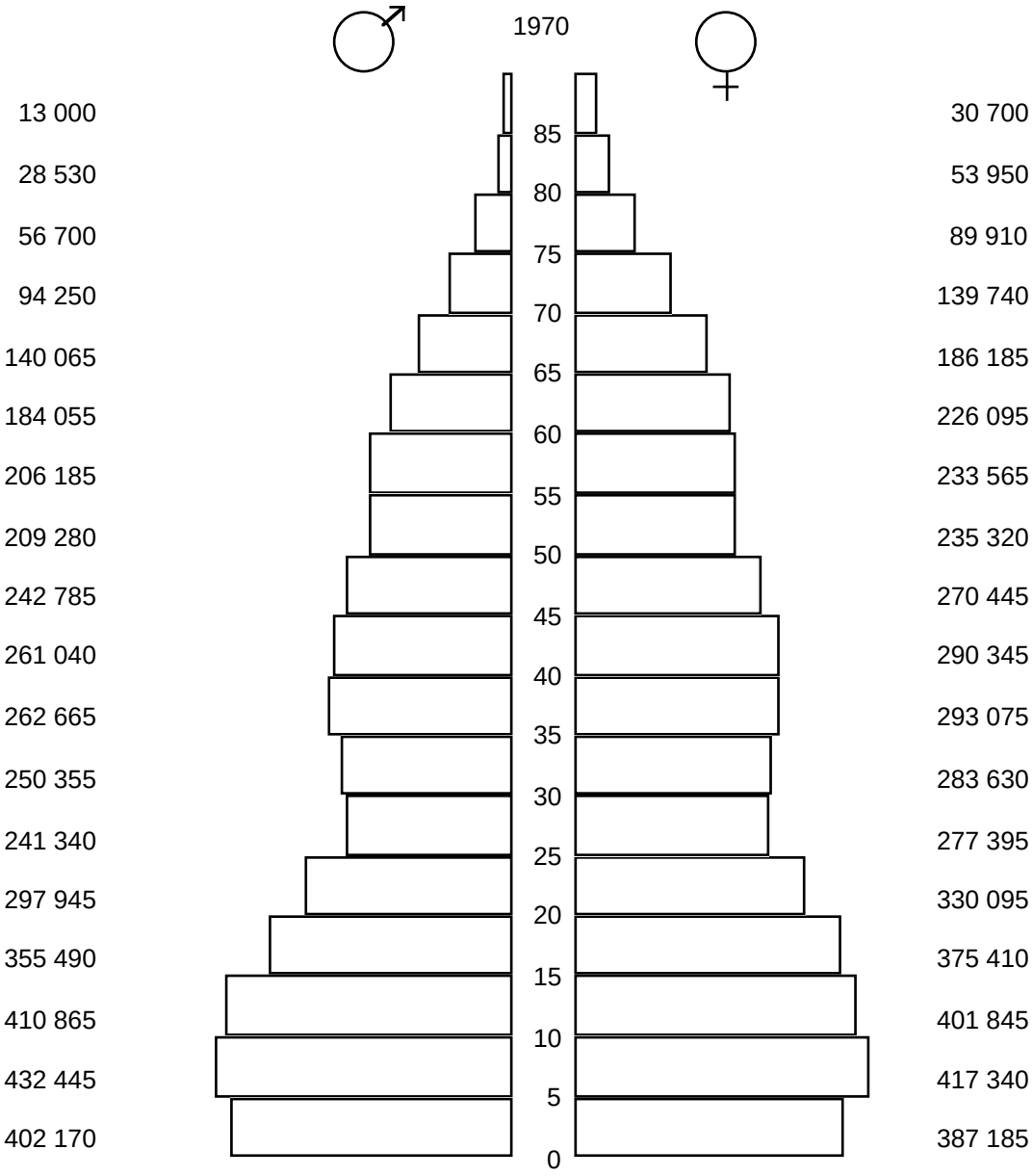


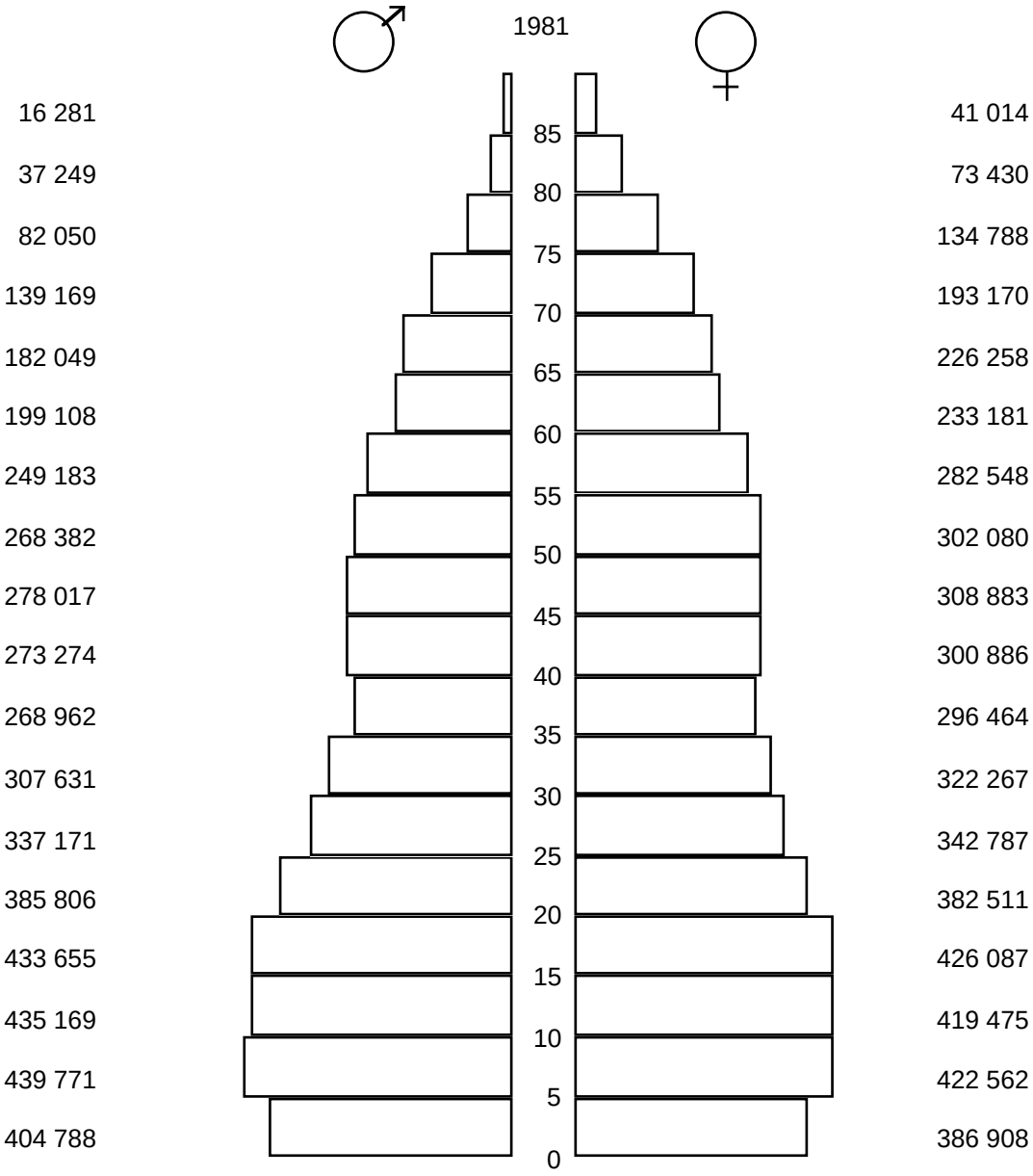
Anexo ao capítulo 2 — Pirâmides de idades

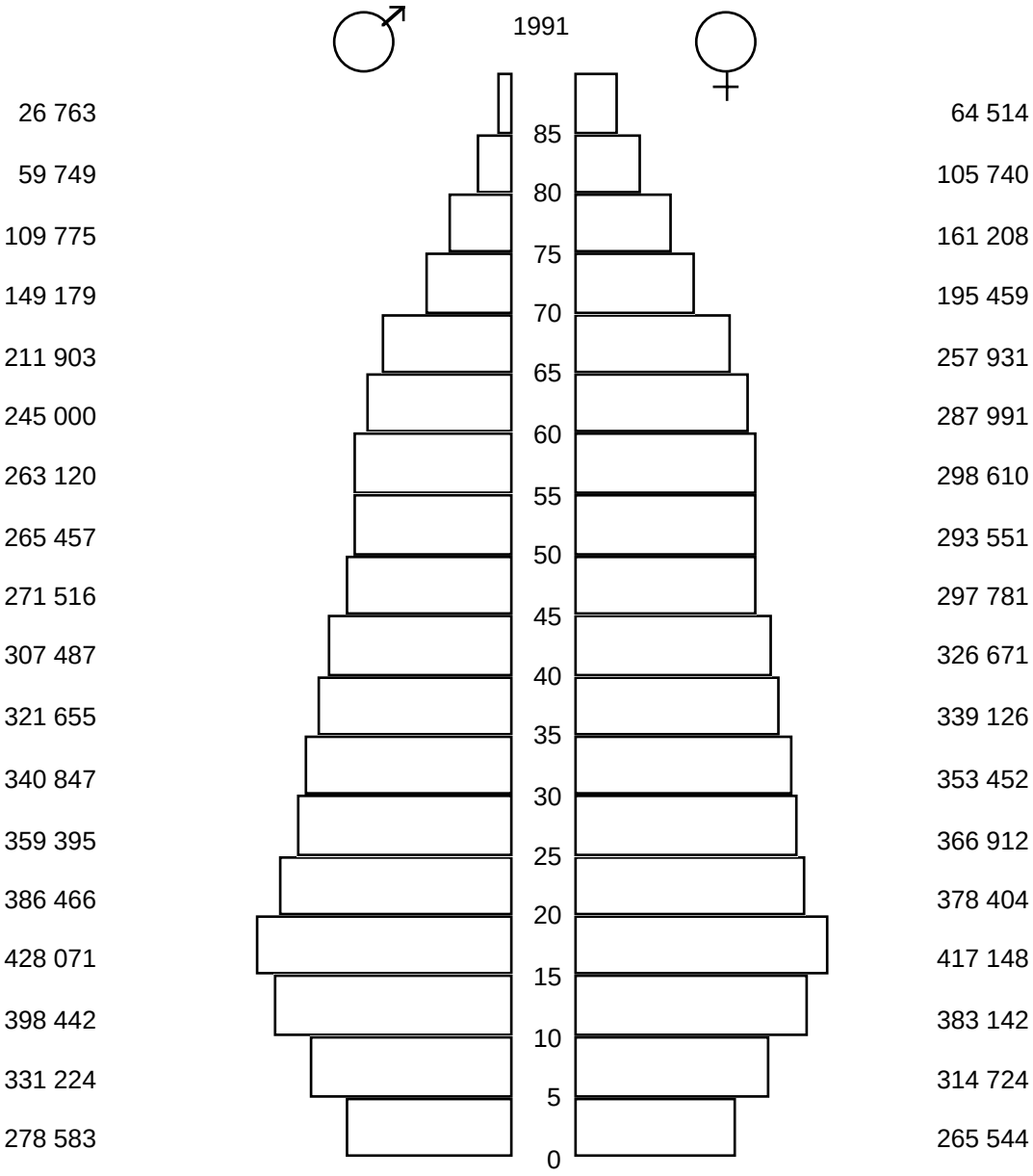



♂
1960
♀
11 268
24 110
49 775
83 660
111 672
145 362
184 394
224 227
243 551
239 697
284 660
305 427
324 364
336 672
366 103
423 614
433 899
461 961
85
80
75
70
65
60
55
50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
27 147
45 092
80 729
122 638
152 478
188 657
224 632
257 202
267 173
259 714
306 524
332 025
348 830
368 532
381 122
415 786
417 246
439 449

Anexo ao capítulo 2 — Pirâmides de idades




♂
1981
♀
16 281
37 249
82 050
139 169
182 049
199 108
249 183
268 382
278 017
273 274
268 962
307 631
337 171
385 806
433 655
435 169
439 771
404 788
85
80
75
70
65
60
55
50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
41 014
73 430
134 788
193 170
226 258
233 181
282 548
302 080
308 883
300 886
296 464
322 267
342 787
382 511
426 087
419 475
422 562
386 908


1991
26 763
59 749
109 775
149 179
211 903
245 000
263 120
265 457
271 516
307 487
321 655
340 847
359 395
386 466
428 071
398 442
331 224
278 583
85
80
75
70
65
60
55
50
45
40
35
30
25
20
15
10
5
0
64 514
105 740
161 208
195 459
257 931
287 991
298 610
293 551
297 781
326 671
339 126
353 452
366 912
378 404
417 148
383 142
314 724
265 544

CAPÍTULO 3 — CIDADES

ANA TOMÁS (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

Teixeira, 1993 e as contribuições para Pereira, Mata, 1996 constituem duas sínteses recentes sobre a história urbana em Portugal e de Portugal, que dispensam uma introdução longa a este capítulo. Importa apenas fazer uma breve apresentação dos quadros que a seguir se inserem.

Existem, como é sabido, diversos critérios diferentes para definir o que deva ser considerado uma cidade. Os quadros apresentados fornecem os elementos necessários para a identificação das cidades portuguesas de acordo com dois desses critérios: o critério legal (quadro 3.1) e o critério demográfico (quadro 3.2). No primeiro caso, é possível recuar até aos primórdios da existência da sociedade portuguesa. No segundo caso, apenas é possível apresentar com segurança os dados que podem ser colhidos nos Recenseamentos Gerais da População, trabalhados de acordo com a metodologia de Nunes, 1996.

Referências

NUNES, Ana Bela — "Portuguese urban system: 1891-1991". In Pereira, Mata, 1996.

OLIVEIRA, Miguel de — História eclesiática de Portugal. Mem Martins: Europa-América, 1994.

PEREIRA, Pedro Telhado; MATA, Maria Eugénia (organizadores) — Urban dominance and labour market differentiation of a European capital city, Lisbon 1890-1990. Norwell (Mass.): Kluwer Academic Publishers, 1996.

TEIXEIRA, Manuel — "História urbana em Portugal", Análise Social, volume XXVIII, nº 121, 1993.

Quadros

3.1 — Cidades segundo o critério legal

3.2 — Cidades segundo o critério demográfico

Quadro 3.1 — Cidades segundo o critério legal

Fontes — Oliveira, 1994 e diplomas legais referidos.

ordem	nome	data
001	Braga	1070 — restauração da diocese
002	Coimbra	1080 — restauração da diocese
003	Porto	1112 — restauração da diocese
004	Lisboa	1147 — restauração da diocese
005	Lamego	1147 — restauração da diocese
006	Viseu	1147 — restauração da diocese
007	Évora	1165 — restauração da diocese
008	Guarda	1203 — restauração da diocese de Egitânia (Idanha)
009	Silves	1253 — restauração da diocese de Ossónoba (Faro)
010	Bragança	1464 — carta régia de 20 de Fevereiro
011	Funchal	1508 — carta régia de 21 de Agosto
012	Elvas	1513 — carta régia de 21 de Abril
013	Tavira	1520 — carta régia de 16 de Março
014	Beja	1521 — carta régia de 10 de Abril
015	Angra do Heroísmo	1534 — carta régia de 21 de Agosto
016	Faro	1540 — carta régia de 7 de Setembro
017	Leiria	1545 — carta régia de 13 de Junho
018	Miranda do Douro	1545 — carta régia de 10 de Julho
019	Ponta Delgada	1546 — carta régia de 2 de Abril
020	Portalegre	1550 — carta régia de 23 de Maio
021	Lagos	1573 — carta régia de 27 de Janeiro
022	Aveiro	1759 — alvará de 11 de Abril
023	Penafiel	1770 — alvará de 3 de Março
024	Pinhel	1770 — alvará de 25 de Agosto
025	Castelo Branco	1771 — alvará de 20 de Março
026	Horta	1833 — decreto de 13 de Julho
027	Tomar	1844 — decreto de 13 de Fevereiro
028	Viana do Castelo	1848 — decreto de 20 de Janeiro
029	Guimarães	1853 — decreto de 22 de Junho
030	Setúbal	1860 — decreto de 19 de Abril
031	Santarém	1868 — decreto de 24 de Dezembro

Quadro 3.1 — Cidades segundo o critério legal (continuação)

ordem	nome	data
032	Covilhã	1870 — decreto de 20 de Outubro
033	Figueira da Foz	1882 — decreto de 20 de Setembro
034	Abrantes	1916 — lei 601 de 14 de Junho
035	Portimão	1924 — lei 1726 de 11 de Dezembro
036	Vila Real	1925 — lei 1804 de 20 de Julho
037	Estremoz	1926 — decreto 12227 de 31 de Agosto
038	Caldas da Raínha	1927 — decreto 14157 de 26 de Agosto
039	Barcelos	1928 — decreto 15929 de 6 de Setembro
040	Chaves	1929 — decreto 16621 de 18 de Março
041	Almada	1973 — decreto-lei 308/73 de 16 de Junho
042	Espinho	1973 — decreto-lei 309/73 de 16 de Junho
043	Póvoa de Varzim	1973 — decreto-lei 310/73 de 16 de Junho
044	Torres Vedras	1979 — lei 5/79 de 3 de Fevereiro
045	Amadora	1979 — lei 59/79 de 17 de Setembro
046	Praia da Vitória	1981 — dec. leg. reg. 7/81/A de 20 de Junho
047	Ribeira Grande	1981 — dec. leg. reg. 9/81/A de 20 de Junho
048	Ovar	1984 — lei 9/84 de 28 de Junho
049	Matosinhos	1984 — lei 10/84 de 28 de Junho
050	Mirandela	1984 — lei 12/84 de 28 de Junho
051	São João da Madeira	1984 — lei 13/84 de 28 de Junho
052	Vila Franca de Xira	1984 — lei 14/84 de 28 de Junho
053	Gaia	1984 — lei 15/84 de 28 de Junho
054	Oliveira de Azeméis	1984 — lei 22/84 de 28 de Junho
055	Barreiro	1984 — lei 23/84 de 28 de Junho
056	Águeda	1985 — lei 30/85 de 14 de Agosto
057	Amarante	1985 — lei 31/85 de 14 de Agosto
058	Montijo	1985 — lei 32/85 de 14 de Agosto
059	Olhão da Restauração	1985 — lei 33/85 de 14 de Agosto
060	Peso da Régua	1985 — lei 34/85 de 14 de Agosto
061	Ponte de Sor	1985 — lei 35/85 de 14 de Agosto
062	Rio Maior	1985 — lei 36/85 de 14 de Agosto
063	Santo Tirso	1985 — lei 37/85 de 14 de Agosto
064	Torres Novas	1985 — lei 38/85 de 14 de Agosto
065	Santa Maria da Feira	1985 — lei 39/85 de 14 de Agosto
066	Famalicão	1985 — lei 40/85 de 14 de Agosto

Quadro 3.1 — Cidades segundo o critério legal (continuação)

ordem	nome	data
067	Fafe	1986 — lei 28/86 de 23 de Agosto
068	Seia	1986 — lei 28/86 de 23 de Agosto
069	Albufeira	1986 — lei 28/86 de 23 de Agosto
070	Mangualde	1986 — lei 28/86 de 23 de Agosto
071	Maia	1986 — lei 28/86 de 23 de Agosto
072	Loulé	1988 — lei 4/88 de 1 de Fevereiro
073	Vila do Conde	1988 — lei 5/88 de 1 de Fevereiro
074	Gouveia	1988 — lei 6/88 de 1 de Fevereiro
075	Peniche	1988 — lei 7/88 de 1 de Fevereiro
076	Moura	1988 — lei 8/88 de 1 de Fevereiro
077	Tondela	1988 — lei 9/88 de 1 de Fevereiro
078	Fundão	1988 — lei 36/88 de 19 de Abril
079	Vila Real de Santo António	1988 — lei 37/88 de 19 de Abril
080	Marinha Grande	1988 — lei 38/88 de 19 de Abril
081	Montemor-o-Novo	1988 — lei 39/88 de 19 de Abril
082	Ílhavo	1990 — lei 34/90 de 9 de Agosto
083	Loures	1990 — lei 35/90 de 9 de Agosto
084	Alverca do Ribatejo	1990 — lei 36/90 de 9 de Agosto
085	Odivelas	1990 — lei 38/90 de 10 de Agosto
086	Valongo	1990 — lei 39/90 de 10 de Agosto
087	Ermesinde	1990 — lei 40/90 de 10 de Agosto
088	Felgueiras	1990 — lei 41/90 de 10 de Agosto
089	Gondomar	1991 — lei 65/91 de 16 de Agosto
090	Santiago do Cacém	1991 — lei 66/91 de 16 de Agosto
091	Paredes	1991 — lei 67/91 de 16 de Agosto
092	Entroncamento	1991 — lei 68/91 de 16 de Agosto
093	Cantanhede	1991 — lei 69/91 de 16 de Agosto
094	Almeirim	1991 — lei 70/91 de 16 de Agosto
095	Pombal	1991 — lei 71/91 de 16 de Agosto
096	Ourém	1991 — lei 72/91 de 16 de Agosto
097	Amora	1993 — lei 20/93 de 2 de Julho
098	Esmoriz	1993 — lei 21/93 de 2 de Julho
099	Marco de Canaveses	1993 — lei 22/93 de 2 de Julho
100	Oliveira do Hospital	1993 — lei 23/93 de 2 de Julho
101	Paços de Ferreira	1993 — lei 24/93 de 2 de Julho

Quadro 3.1 — Cidades segundo o critério legal (continuação)

ordem	nome	data
102	Seixal	1993 — lei 25/93 de 2 de Julho
103	Vale de Cambra	1993 — lei 26/93 de 2 de Julho
104	Vendas Novas	1993 — lei 27/93 de 2 de Julho
105	Esposende	1993 — lei 28/93 de 2 de Julho
106	Trofa	1993 — lei 29/93 de 2 de Julho
107	Alcobaça	1995 — lei 37/95 de 30 de Agosto
108	Cartaxo	1995 — lei 38/95 de 30 de Agosto
109	Lixa	1995 — lei 39/95 de 30 de Agosto
110	Rio Tinto	1995 — lei 40/95 de 30 de Agosto
111	Santa Cruz	1996 — dec. leg. reg. 14/96/M de 2 de Agosto
112	Machico	1996 — dec. leg. reg. 15/96/M de 2 de Agosto
113	Câmara de Lobos	1996 — dec. leg. reg. 17/96/M de 2 de Agosto
114	Vila Baleira	1996 — dec. leg. reg. 18/96/M de 2 de Agosto
115	Foz Côa	1997 — lei 41/97 de 12 de Julho
116	Fátima	1997 — lei 42/97 de 12 de Julho
117	Alcácer do Sal	1997 — lei 43/97 de 12 de Julho
118	Sines	1997 — lei 44/97 de 12 de Julho
119	Sacavém	1997 — lei 45/97 de 12 de Julho
120	Queluz	1997 — lei 88/97 de 24 de Julho
121	Quarteira	1999 — lei 52/99 de 24 de Junho
122	Valpaços	1999 — lei 53/99 de 24 de Junho
123	Póvoa de Santa Iria	1999 — lei 54/99 de 24 de Junho
124	Macedo de Cavaleiros	1999 — lei 55/99 de 24 de Junho
125	Santa Comba Dão	1999 — lei 56/99 de 24 de Junho

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico

Fonte — Censo para o respectivo ano.

Observações:

1 — Os censos dos anos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1920 e 1930 não indicam valores para a população das localidades, mas apenas para a população das freguesias. Por isso, os valores da população das cidades para os anos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1920 e 1930 são estimativas baseadas na população das freguesias total ou parcialmente urbanas e na proporção da população urbana na população total dessas freguesias em 1911 e em 1940, admitindo que a proporção da população urbana na população total dessas freguesias para os anos de 1864, 1878, 1890 e 1900 era idêntica à de 1911 e para os anos de 1920 e 1930 era idêntica à de 1940. Os valores da população das cidades para os anos de 1911, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991 são os indicados nos respectivos censos.

2 — Foram construídas estimativas da população da Grande Lisboa e do Grande Porto para o período posterior à Segunda Guerra Mundial (de 1950 em diante). Agruparam-se na Grande Lisboa os concelhos de Lisboa, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Loures, Moita do Ribatejo, Montijo, Oeiras, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira e no Grande Porto os concelhos de Porto, Espinho, Gaia, Gondomar, Maia, Matosinhos e Valongo. Os limites superiores indicados para a população da Grande Lisboa e do Grande Porto correspondem à soma da população desses concelhos. Os limites inferiores indicados para a população da Grande Lisboa e do Grande Porto correspondem à soma da população das localidades com mais de 10 mil habitantes situadas nesses concelhos.

3 — Foram construídas estimativas da população agregada de alguns conjuntos de localidades com mais de 10 mil habitantes que constituem complexos urbanos articulados, ainda que legal e administrativamente separados. É o caso do conjunto Lisboa + Barreiro entre 1920 e 1940, do conjunto Porto + Matosinhos em 1930 e 1940, do conjunto Póvoa de Varzim + Vila do Conde a partir de 1970 e do conjunto Aveiro + Gafanha da Nazaré em 1991.

1864 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome	milhares de habitantes
Lisboa	190,3
Porto	86,8

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1864 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes
Braga	16,9
Funchal	14,7
Ponta Delgada	14,1
Coimbra	11,5
Angra do Heroísmo	11,2
Setúbal	10,7

1878 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome	milhares de habitantes
Lisboa	240,7
Porto	105,8
Braga	17,8
Funchal	16,5
Ponta Delgada	15,8
Setúbal	12,5
Coimbra	12,1
Angra do Heroísmo	10,7
Évora	10,1

1890 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome	milhares de habitantes
Lisboa	301,2
Porto	138,9
Braga	20,7
Funchal	15,8
Coimbra	15,4
Ponta Delgada	15,1

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1890 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes
Setúbal	14,9
Covilhã	14,0
Évora	11,8
Póvoa de Varzim	11,8
Angra do Heroísmo	10,6

1900 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome	milhares de habitantes
Lisboa	356,0
Porto	168,0
Braga	21,7
Setúbal	18,8
Funchal	17,4
Coimbra	16,4
Ponta Delgada	15,9
Évora	12,4
Covilhã	12,4
Póvoa de Varzim	12,0
Angra do Heroísmo	10,4
Elvas	10,4

1911 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome	milhares de habitantes
Lisboa	435,4
Porto	194,0
Setúbal	25,5
Braga	22,1

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1911 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes
Funchal	20,3
Coimbra	18,4
Ponta Delgada	14,5
Évora	13,8
Covilhã	12,5
Póvoa de Varzim	11,5
Olhão	10,5

1920 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome		milhares de habitantes	
Lisboa + Barreiro			498,6
	Lisboa	486,4	
	Barreiro	10,2	
Porto			203,1
Setúbal			30,8
Funchal			19,9
Braga			19,6
Coimbra			18,6
Ponta Delgada			13,4
Évora			11,9
Póvoa de Varzim			11,7
Covilhã			11,2
Olhão			10,6
Faro			10,2

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1930 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome			milhares de habitantes
Lisboa + Barreiro			610,5
	Lisboa	594,4	
	Barreiro	16,1	
Porto + Matosinhos			252,0
	Porto	232,3	
	Matosinhos	19,7	
Setúbal			37,7
Funchal			31,4
Coimbra			25,7
Braga			25,0
Évora			18,3
Ponta Delgada			18,0
Faro			15,0
Olhão			13,9
Póvoa de Varzim			13,1
Beja			10,8
Covilhã			10,6
Viana do Castelo			10,5
Guimarães			10,2

1940 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome			milhares de habitantes
Lisboa + Barreiro			719,0
	Lisboa	709,2	
	Barreiro	19,8	
Porto + Matosinhos			281,8
	Porto	262,3	
	Matosinhos	19,5	
Funchal			39,6

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1940 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes
Setúbal	37,1
Braga	28,5
Coimbra	27,3
Évora	21,9
Ponta Delgada	21,0
Faro	17,1
Olhão	13,6
Póvoa de Varzim	13,4
Viseu	13,4
Viana do Castelo	12,4
Beja	12,1
Guimarães	12,1
Aveiro	11,2
Elvas	11,2
Lamego	10,7
Covilhã	10,6
Santarém	10,5
Figueira da Foz	10,1

1950 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome		milhares de habitantes	
Grande Lisboa			[830,7 ; 1 157,0]
	Lisboa	783,2	
	Barreiro	22,2	
	Montijo	13,3	
	Almada	12,0	
Grande Porto			[348,5 ; 652,1]
	Porto	281,4	
	Gaia	38,0	
	Matosinhos	29,1	

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1950 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes
Setúbal	44,2
Coimbra	42,0
Funchal	37,0
Braga	32,2
Évora	25,7
Ponta Delgada	22,4
Covilhã	20,4
Guimarães	18,3
Faro	17,6
Póvoa de Varzim	16,9
Olhão	16,6
Beja	14,1
Viana do Castelo	14,0
Aveiro	13,4
Viseu	13,2
Santarém	13,1
Castelo Branco	13,1
Portimão	12,1
Chaves	11,3
Elvas	10,8
Portalegre	10,5
Figueira da Foz	10,5
Angra do Heroísmo	10,3
Peniche	10,1
Caldas da Raínha	10,0

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1960 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome		milhares de habitantes	
Grande Lisboa			[992,9 ; 1 364,6]
	Lisboa	802,2	
	Amadora	36,3	
	Almada	30,7	
	Barreiro	30,4	
	Moscavide	22,1	
	Montijo	17,8	
	Cova da Piedade	15,3	
	Queluz	14,7	
	Baixa da Banheira	12,5	
	Cascais	10,9	
Grande Porto			[433,2 ; 746,4]
	Porto	303,4	
	Gaia	45,7	
	Matosinhos	37,7	
	Espinho	13,5	
	Gondomar	11,2	
	Valbom	10,9	
	Ermesinde	10,8	
Coimbra			46,3
Setúbal			44,4
Funchal			43,3
Braga			41,0
Póvoa de Varzim + Vila do Conde			30,5
	Póvoa de Varzim	17,7	
	Vila do Conde	12,8	
Évora			24,1
Guimarães			23,2
Covilhã			23,1
Ponta Delgada			22,3
Faro			18,9
Viseu			17,0

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1960 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes
Santarém	16,4
Olhão	16,0
Aveiro	16,0
Beja	15,7
Castelo Branco	14,8
Viana do Castelo	14,4
Angra do Heroísmo	13,5
Chaves	13,2
Portimão	12,1
São João da Madeira	11,9
Elvas	11,7
Peniche	11,4
Portalegre	11,0
Figueira da Foz	10,9
Caldas da Raínha	10,6
Vila Real	10,3

1970 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome		milhares de habitantes
Grande Lisboa		[1185,4 ; 1 664,1]
	Lisboa	769,0
	Amadora	66,2
	Barreiro	53,2
	Almada	38,7
	Odivelas	26,0
	Queluz	25,9
	Montijo	25,9
	Moscavide	21,6
	Cova da Piedade	21,0
	Baixa da Banheira	18,5

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1970 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome		milhares de habitantes	
	Damaia	17,2	
	Cascais	14,6	
	Pontinha	14,4	
	Algueirão - Mem Martins	14,0	
	Sacavém	13,0	
	Vila Franca de Xira	13,0	
	Brandoa	12,5	
	Venda Nova	10,6	
	Alverca do Ribatejo	10,1	
Grande Porto			[457,7 ; 831,9]
	Porto	306,2	
	Gaia	50,2	
	Matosinhos	22,5	
	Gondomar	15,5	
	Ermesinde	14,1	
	Leça da Palmeira	13,1	
	São Mamede de Infesta	12,7	
	Espinho	11,8	
	Valbom	11,6	
Coimbra			56,6
Setúbal			50,7
Braga			49,7
Funchal			40,1
Póvoa de Varzim + Vila do Conde			34,0
	Póvoa de Varzim	17,6	
	Vila do Conde	16,4	
Covilhã			27,0
Guimarães			25,1
Évora			24,0
Ponta Delgada			21,3
Faro			20,7
Aveiro			20,7
Castelo Branco			19,2

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1970 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes
Santarém	18,1
Viseu	16,6
Beja	15,9
Angra do Heroísmo	14,3
São João da Madeira	14,2
Viana do Castelo	13,5
Caldas da Raínha	13,2
Peniche	12,5
Entroncamento	11,7
Olhão	11,0
Tomar	10,9
Portalegre	10,9
Figueira da Foz	10,8
Chaves	10,6
Portimão	10,4
Elvas	10,4
Guarda	10,0
Bragança	10,0

1981 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome		milhares de habitantes
Grande Lisboa		[1 573,2 ; 2 268,7]
	Lisboa	807,2
	Amadora	95,5
	Barreiro	50,9
	Almada	42,6
	Queluz	42,2
	Odivelas	38,3
	Agualva - Cacém	34,3
	Oeiras	32,5

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1981 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome		milhares de habitantes
	Cova da Piedade	28,3
	Algueirão - Mem Martins	28,2
	Sacavém	24,1
	Damaia	23,3
	Montijo	23,0
	Baixa da Banheira	21,4
	Laranjeiro	20,4
	Algés	20,4
	Linda-a-Velha	19,7
	Cascais	19,4
	Alverca do Ribatejo	19,2
	Moscavide	17,8
	Brandoa	17,8
	Vila Franca de Xira	17,5
	Cruz de Pau	16,2
	Feijó	14,0
	Lavradio	13,9
	Paço de Arcos	13,3
	Corroios	13,2
	Pontinha	12,7
	Póvoa de Santo Adrião	12,4
	Carnaxide	12,2
	Quinta da Lomba	11,2
	Buraca	10,1
Grande Porto		[500,7 ; 1 001,4]
	Porto	327,4
	Gaia	62,5
	Matosinhos	26,4
	Oliveira do Douro	18,9
	Gondomar	18,9
	Espinho	12,9
	Valbom	12,2
	Leça da Palmeira	11,4

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1981 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes	
Ermesinde	10,1	
Setúbal		77,9
Coimbra		74,6
Braga		63,0
Póvoa de Varzim + Vila do Conde		44,3
Póvoa de Varzim	23,7	
Vila do Conde	20,6	
Funchal		44,1
Évora		34,9
Aveiro		28,6
Faro		28,0
Marinha Grande		22,0
Guimarães		21,9
Covilhã		21,8
Castelo Branco		21,3
Ponta Delgada		21,2
Olhão		20,1
Viseu		20,1
Santarém		19,8
Beja		19,6
Portimão		19,6
Caldas da Raínha		17,0
São João da Madeira		16,4
Peniche		15,5
Viana do Castelo		15,2
Portalegre		15,1
Bragança		14,2
Guarda		14,0
Tomar		13,6
Elvas		12,9
Vila Real		12,9
Figueira da Foz		12,6
Angra do Heroísmo		12,3

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1981 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes
Leiria	11,5
Chaves	11,5
Entroncamento	11,4
Torres Vedras	11,0
Barcelos	10,4
Lagos	10,2

1991 — Localidades com mais de 10 mil habitantes

nome		milhares de habitantes
Grande Lisboa		[1 558,6 ; 2 314,7]
	Lisboa	663,3
	Amadora	122,1
	Agualva - Cacém	55,3
	Odivelas	48,8
	Barreiro	47,9
	Queluz	42,9
	Algueirão - Mem Martins	37,4
	Linda-a-Velha	25,0
	Cova da Piedade	24,9
	Montijo	23,2
	Laranjeiro	23,1
	Baixa da Banheira	22,9
	Almada	22,6
	Alverca do Ribatejo	21,9
	Santo António dos Cavaleiros	21,2
	Cascais	19,0
	Algés	18,4
	Massamá	17,8
	Vila Franca de Xira	17,2
	Portela	16,9

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1991 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome		milhares de habitantes
	Sacavém	16,2
	Brandoa	15,6
	Cruz de Pau	15,5
	Moscavide	14,5
	Póvoa de Santo Adrião	14,5
	Buraca	13,8
	Póvoa de Santa Iria	13,6
	Pontinha	13,4
	Carnaxide	13,3
	Vale da Amoreira	13,3
	Feijó	13,2
	Lavradio	12,7
	Moita do Ribatejo	12,1
	Alfornelos	11,9
	Vialonga	11,8
	Parede	11,7
	Quinta da Lomba	11,4
	Miratejo	11,4
	Dr. Augusto de Castro	11,1
	Forte da Casa	10,7
	Pinhal Novo	10,5
	Corroios	10,5
	Paivas	10,5
	Oeiras	10,3
Grande Porto		[596,5 ; 1 035,3]
	Porto	302,5
	Gaia	68,3
	Matosinhos	29,8
	Maia	25,9
	Oliveira do Douro	20,6
	Gondomar	20,6
	Senhora da Hora	20,0
	São Mamede de Infesta	17,8

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1991 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome		milhares de habitantes
	Pedroso	16,9
	Leça da Palmeira	15,6
	Valbom	13,3
	Espinho	11,9
	Vilar de Andorinho	11,5
	São Martinho	11,0
	Avintes	10,8
Funchal		99,2
Coimbra		89,6
Braga		86,3
Setúbal		83,2
Guimarães		47,4
Póvoa de Varzim + Vila do Conde		43,9
	Póvoa de Varzim	23,9
	Vila do Conde	20,0
Aveiro + Gafanha da Nazaré		43,3
	Aveiro	32,8
	Gafanha da Nazaré	10,5
Évora		38,0
Faro		31,6
Leiria		27,8
Castelo Branco		26,1
Figueira da Foz		25,9
Olhão		24,6
Santarém		23,7
Marinha Grande		22,0
Covilhã		21,8
Caldas da Raínha		21,1
Viseu		20,7
Ponta Delgada		19,8
Beja		19,2
Portalegre		19,2
São João da Madeira		18,5

Quadro 3.2 — Cidades segundo o critério demográfico (continuação)

1991 — Localidades com mais de 10 mil habitantes (continuação)

nome	milhares de habitantes
Guarda	17,9
Portimão	16,8
Bragança	15,6
Elvas	15,4
Peniche	15,3
Tomar	14,0
Entroncamento	13,9
Vila Real	13,8
Torres Vedras	13,4
Ílhavo	13,1
Santo Tirso	12,3
Lagos	11,7
Chaves	11,7
Fafe	11,6
Ovar	11,5
Angra do Heroísmo	10,8
Almeirim	10,0

CAPÍTULO 4 — ACTIVIDADE ECONÓMICA DA POPULAÇÃO

ANA BELA NUNES (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

A informação quantitativa relevante disponível para o estudo da actividade económica da população em Portugal encontra-se fundamentalmente em fontes primárias da responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística (INE), o qual substituiu em 1935 a Direcção-Geral de Estatística (DGE), e dos ministérios com responsabilidade na área do trabalho, do emprego e da segurança social (MT), cujas designações se têm modificado significativamente ao longo dos anos [1]. Os Censos da População (DGE ou INE), e os Inquéritos (Permanentes) ao Emprego (INE e MT) destacam-se no contexto de outras publicações estatísticas e relatórios daqueles organismos, nomeadamente pelo maior número de actividades económicas que cobrem. Publicações de outros organismos, nacionais e internacionais apresentam igualmente dados globais (ou quase) sobre população activa, emprego e desemprego. É o caso dos Anuários Estatísticos (DGE e INE) e dos relatórios do Banco de Portugal (BP), da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), da Organização Internacional do Trabalho

---

[1] As mudanças na designação do Ministério (e do serviço estatístico) desde o lançamento dos primeiros inquéritos ao emprego foram as seguintes:

a) Janeiro de 1963: Ministério das Corporações e Previdência Social — MCPS; Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra — FDMO; Divisão de Estatística.

b) Setembro de 1972: MCPS; FDMO; Serviço de Estatística.

c) Janeiro de 1974: Ministério das Corporações e Segurança Social — MCSS; FDMO; Serviço de Estatística.

d) Maio de 1974: Ministério do Trabalho — MT; FDMO; Serviço de Estatística.

e) Outubro de 1974: MT; Serviço de Estatística.

f) Outubro de 1983: Ministério do Trabalho e Segurança Social – MTSS; Serviço de Estatística.

g) Outubro de 1985: MTSS; Departamento de Estatística.

h) Outubro de 1987: Ministério do Emprego e Segurança Social — MESS; Departamento de Estatística.

i) Janeiro de 1996: Ministério para a Qualificação e Emprego — MQE; Departamento de Estatística.

j) Abril de 1998: Ministério do Trabalho e Solidariedade — MTS; Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional — DETEFP.

(OIT) e da Comunidade Económica Europeia (CEE), depois Comunidade Europeia (CE), depois União Europeia (UE), os quais, contudo, se limitam, quase sempre, a reproduzir os resultados divulgados primeiro nas publicações portuguesas referidas, ou, por vezes, a produzir estimativas a partir delas com base em critérios que visam a compatibilização internacional de resultados.

Outras fontes estatísticas de âmbito sectorial apresentam séries mais ou menos longas referentes a sectores de actividade específicos e muitas vezes abrangendo apenas certo tipo de unidades económicas. Para uma referência bastante exaustiva a este tipo de fontes veja-se o capítulo das notas metodológicas sobre 'População, Emprego e Desemprego' dos volumes anexos à obra recentemente publicada pelo Banco de Portugal e de aqui em diante referenciada Pinheiro,1997.

Existem igualmente estudos sobre a actividade económica da população, de cariz marcadamente estatístico, que levam a cabo a compilação e análise de séries das fontes primárias, para períodos e com graus de abrangência variáveis, ou que estimam séries anuais mais ou menos longas a partir daquelas fontes, para períodos por elas não abrangidos, com recurso a outras variáveis, nomeadamente demográficas. Destaquem-se, para além dos estudos dos departamentos de estatística do INE e do MT, Confraria, Monteiro, 1988, Nunes, 1989, Nunes, 1991, Barreto, Preto, 1996 e Pinheiro, 1997.

Face à impossibilidade de se reproduzir aqui toda a informação estatística disponível nas diferentes publicações, parece razoável selecionar e apresentar alguns quadros com dados relevantes sobre a actividade económica da população, agrupando-os de acordo com o tipo de fonte e sua periodicidade, com relevo para as fontes primárias principais. No ponto 1, apresenta-se uma síntese da evolução da população activa, da situação na profissão e do emprego e do desemprego, com base nos censos da população, informação de periodicidade tendencialmente decenal. No ponto 2, encontra-se uma síntese da evolução das mesmas variáveis de acordo com séries obtidas a partir de dados compilados ou estimados a partir de inquéritos ao emprego, informação de periodicidade regular, igual ou inferior a um ano. No ponto 3, introduzem-se séries longas de algumas das variáveis fundamentais sobre a actividade económica da população, estimadas a partir de informação primária produzida por diversos organismos oficiais.

Naturalmente, no texto que se segue far-se-ão referências mais pormenorizadas às diversas publicações referidas e a alguns problemas que se levantam à análise temporal das séries.

1 — A população activa, a situação na profissão, o emprego e o desemprego, segundo os censos da população

Os Recenseamentos Gerais da População (RGP), da responsabilidade da DGE e posteriormente do INE, apresentam a informação global disponível mais recuada para acompanhar a evolução da população activa com profissão ou emprego, com uma regularidade quase decenal. Como no recenseamento de 1864 não foram apurados elementos sobre a actividade económica da população e em relação aos recenseamentos de 1878 e 1920 tais dados não foram publicados, apenas dez recenseamentos incluem dados sobre a distribuição da população por profissões ou por ramos e sectores de actividade. Concretamente, está publicada a informação apurada no âmbito dos recenseamentos de 1890, 1900, 1911, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (neste caso apenas dados provisórios a partir de uma estimativa a 20%), 1981 e 1991. Foi efectuado igualmente em 1925 um Censo Extraordinário da População das Cidades de Lisboa e Porto que inclui dados sobre a actividade económica da população daquelas cidades.

Os quatro primeiros destes recenseamentos apresentam quadros com uma decomposição por grupos profissionais (por sexos e intervalos etários) de acordo com a classificação de Bertholet. Os recenseamentos de 1890, 1900 e 1911 decompõem a população em apenas doze grupos. Os quadros apresentam, para além do número de pessoas que exercem uma profissão, familiares a seu cargo e serviçais empregados no serviço doméstico. O recenseamento de 1930 apresenta uma decomposição em 58 grupos profissionais (por sexos), distinguindo o que se considera ser população activa — os indivíduos recenseados que exercem uma profissão e os membros de família que os auxiliam — e a não activa — os indivíduos que vivem a cargo dos que têm uma profissão. Em relação a estes recenseamentos não é possível precisar os conceitos utilizados, nem aparece definido o critério etário para considerar um indivíduo como activo. Por outro lado, são considerados indevidamente como grupos profissionais as pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos e os 'improdutivos'.

A partir de 1940, os RGP apresentam, para além de dados sobre profissões, informação por sectores ou ramos de actividade (por sexos e idades), de acordo com classificações e formas de apresentação que foram sofrendo alterações ao longo do tempo (com referência às classificações internacionais CITA e CAE). A decomposição profissional e sectorial variou significativamente entre os diferentes recenseamentos, não sendo fácil compatibilizar de forma segura as classificações ao longo do tempo, apesar da publicação de algumas equivalências de classificação entre, nomeadamente, os censos de 1940, 1950 e 1960; esta questão é particularmente complicada para as profissões. Por outro lado, passaram a ser explicitados os conceitos envolvidos (que se modificaram significativamente no meio século em causa) e precisado o limite etário a partir do qual os indivíduos são considerados em idade

economicamente activa (10 anos em 1940, 1960 e 1970; 12 anos em 1950, 1981 e 1991). Note-se que em 1940 e 1950 são ainda considerados indevidamente como activos respectivamente os indivíduos nas chamadas 'condições não profissionais' e com 'ocupações', onde se incluem nomeadamente as domésticas, pessoas com actividades ilegais e os proprietários vivendo dos seus rendimentos.

Os RGP apresentam dados a nível regional, distrital (até 1981) e concelhio, e a nível das áreas urbanas de Lisboa e Porto; em relação ao censo de 1991 a informação distrital é substituída pelos dados das regiões (NUTE II).

Encontram-se em Nunes, 1989 mais pormenores sobre os RGP, dados sobre a população activa por sectores com profissão (ou empregada) desagregados por distritos do Continente e por regiões autónomas e ainda uma estimativa anual da população activa por sectores de actividade, com a mesma desagregação, para o período de 1890 (ou 1930 para a indústria transformadora) a 1980, a que se fará referência adiante no ponto 3. Os dados dos RGP referentes ao total do país, encontram-se aqui reproduzidos nos quadros 4.1 e 4.2, juntamente com a informação sobre a decomposição sexual, apurada e analisada em Nunes, 1991. Os dados apresentados, nomeadamente a sua agregação sectorial, reflectem a preocupação e esforço de compatibilizar a informação explícita ou implicitamente fornecida pelos RGP ao longo do último século. Seguem-se algumas observações que completam as notas aos quadros, mas que não substituem uma consulta às fontes para pormenores.

Optou-se por apresentar dados sectoriais e não por profissões, por a comparabilidade entre elas ao longo do tempo ser particularmente difícil e não existirem estudos sistemáticos sobre equivalências profissionais. Efectivamente, à medida que a complexidade tecnológica e organizativa das economias aumenta, as profissões diversificam-se e o seu carácter altera-se. Este facto torna impossível inferir de uma estrutura profissional uma estrutura sectorial, contrariamente à razoabilidade de o fazer para fases em que aquele nível de complexidade era ainda pequeno. É isto que se sugere ao colocar nos quadros os dados dos censos para o período 1890-1991, sabendo-se que em rigor os quatro primeiros momentos referem dados profissionais e não sectoriais.

De acordo com o RGP de 1991 entende-se por situação na profissão a "relação de dependência de um indivíduo activo, no exercício da sua profissão". Mais uma vez o leque de situações apuradas e apresentadas nos censos, apenas a partir de 1930, varia bastante. Pareceu razoável tentar apresentar no quadro 4.3 os valores disponíveis depois de um esforço de compatibilização. Dispensando uma descrição censo a censo, e a definição bastante óbvia do conteúdo de cada rubrica, deixou-se para as notas ao quadro as observações mais relevantes.

Existe informação sobre a situação na profissão por ramos de actividade ou profissão e em alguns censos igualmente por grupos etários. Os censos disponibilizam também informação a nível regional, nomeadamente distrito — região-plano no caso do de 1991 — e concelho.

A partir de 1940 os RGP incluem dados sobre as condições perante o trabalho. Se a comparação da população activa a exercer uma profissão ao longo do tempo coloca as dificuldades acima referidas, os conceitos de população activa desempregada e de população inactiva (ou sem actividade económica) evoluiram de forma significativa. Qualquer esforço de compatibilização dos dados é ainda agravado pela quase inexistente decomposição dos diversos grupos e pela já referida diversidade da idade em que se considera um recenseado potencialmente activo.

Enquanto em 1940 e 1950 a população desempregada inclui apenas as pessoas com idade superior a 10 e 12 anos, respectivamente, à procura de novo emprego — sendo os desempregados à procura de primeiro emprego incluidos nos inactivos —, a partir do RGP de 1960, são igualmente consideradas desempregadas as pessoas, com idade superior ao limiar definido, à procura do primeiro emprego; em 1991 o conceito é ainda precisado distinguindo o conceito de desempregado em sentido lato (o que está sem trabalho mas disponível para trabalhar), por contraposição ao conceito em sentido estrito (que exige por parte do recenseado o desenvolvimento de diligências para encontrar um emprego remunerado ou não). A situação das pessoas cumprindo serviço militar obrigatório é também encarada de forma diferente nos diversos recenseamentos. Nos censos de 1940 e 1950 não existe referência àquele grupo; no censo de 1960 ele aparece como um subgrupo dos activos desempregados; nos de 1970 e 1981 os recenseados prestando serviço militar obrigatório são considerados uma terceira condição dentro da população com actividade económica, paralelamente aos activos a exercer uma profissão e aos desempregados; em 1991 o grupo não aparece destacado, apesar de estar incluído na população activa (em sentido lato) e aparentemente associado à população a exercer uma profissão (empregada).

São grupos tipicamente inactivos os reformados, aposentados, domésticos, pessoas a viver dos rendimentos, os estudantes e os inválidos, estes geralmente considerados, nos censos, um grupo distinto.

Mesmo assim, elaborou-se o quadro 4.4 a partir dos valores disponíveis nos diferentes censos com as condições perante o trabalho (ou a actividade económica) e as taxas de actividade e desemprego. Optou-se por tentar compatibilizar, nomeadamente para o cálculo da taxa de desemprego, os valores para os últimos quatro censos, uma vez que não é possível conhecer a parcela dos desempregados à procura do primeiro emprego no caso dos RGP de 1940 e 1950. Para isso aceitou-se o critério do censo de 1991, em que os indivíduos a cumprir o serviço militar estão associados à população activa empregada. As notas ao quadro permitem completar a compreensão das principais divergências perceptíveis nos critérios.

Os RGP incluem dados sobre população desempregada à procura de novo emprego por classes de actividade económica e, em alguns casos, pela situação na profissão, níveis de instrução, grupos etários e tempo de desemprego.

Em qualquer deles existe informação a nível regional (distrito ou região-plano e concelho) e em alguns casos uma decomposição entre centros urbanos e zonas rurais.

2 — A população activa, o emprego e o desemprego, segundo os Inquéritos ao Emprego

Estimativas anuais, ou de periodicidade inferior, sobre a actividade económica da população só começaram a ser produzidas a partir da década de 1960, quase sempre apenas para o Continente e com base em inquéritos ao emprego. Em Confraria, Monteiro, 1988 é feita uma apresentação das principais séries disponíveis para o período 1960-1985, com referência a definições, metodologia e fontes nelas utilizadas, e ainda uma análise comparativa dos resultados. Quando os conceitos e metodologia utilizados são conhecidos, verifica-se a sua diversidade no que respeita aos aspectos técnicos dos inquéritos, incluindo a periodicidade, a amostra, o local e data de realização; a consequência é a grande disparidade nos valores das diferentes séries.

Duas entidades são responsáveis, directa ou indirectamente, pela maioria das estimativas disponíveis: o INE e o MT.

*

O INE vem publicando os resultados de inquéritos ao emprego (apurados a partir do segundo semestre 1972) desde 1974 em três séries: na primeira, entre 1974 e 1982, os inquéritos foram semestrais, de âmbito continental e de acordo com os conceitos do RGP de 1970, incluindo o limiar de 10 anos para a idade activa da população; na segunda, entre 1983 e 1991, os inquéritos passaram a ser trimestrais, a abranger igualmente as regiões autónomas (cuja informação não foi, contudo, publicada), a aproximarem-se da metodologia e conceitos do Inquérito às Forças de Trabalho da CEE e do RGP de 1981, incluindo o limiar de 12 anos para a idade activa da população, a apurar mais informação e a melhorar a análise dos apuramentos anteriores; na terceira, após 1992, os inquéritos continuaram a ser trimestrais, mas a metodologia foi alterada de acordo com os conceitos e critérios subjacentes ao RGP de 1991, passando contudo o limiar da idade activa da população para os 14 anos. Estes factos, entre outros, tornam, em rigor, a informação das três séries dificilmente comparável. Referência ainda para as deficiências do inquérito em 1974, 1975 e 1976, reconhecidas no Inquérito de 1979, onde é apresentada a série retrospectiva 1974-1977. Essas deficiências derivam da não consideração

dos retornados das ex-colónias da mesma forma que a restante população, por estarem alojados em convivências, unidades não abrangidas pelo inquérito.

A informação publicada respeita apenas ao Continente, existindo apuramentos por sub-regiões que vão variando ao longo do tempo, nomeadamente das regiões-plano para as NUTE nas suas várias decomposições. O INE passou a partir de 1982 a publicar a lista dos quadros apurados, disponíveis e não publicados. Os quadros publicados vão variando ao longo do tempo, incluindo dados, muitas vezes cruzados, sobre as condições perante o trabalho e a taxa de actividade, a situação na profissão, o emprego por ramos, por sectores de actividade (só após o segundo trimestre de 1983 é possível decompor a indústria transformadora) e por grandes grupos profissionais, a duração habitual do trabalho, o desemprego, a taxa de desemprego e as suas causas, a duração e diligências de superação, o número de activos e desempregados por famílias e o número de empregados por conta própria e por contra de outrém por tipo de contrato. De uma forma geral, a informação é fornecida por sexo e grupo etário e por vezes cruzada com os níveis de instrução.

*

A Secretaria Regional do Planeamento e Finanças da Madeira e o Serviço Regional de Estatísticas dos Açores começaram, respectivamente no segundo trimestre de 1983 e no primeiro trimestre de 1985, a divulgar os resultados de inquéritos ao emprego para as respectivas regiões autónomas (no caso dos Açores o inquérito começou igualmente a ser implementado em 1983, excluindo o Corvo). A metodologia e a informação apurada e publicada tendeu a aproximar-se das dos inquéritos ao emprego do INE. Em DREPA,1987 são fornecidos dados anuais do emprego para o período 1977-1985 (excepto para 1982) a partir da informação dos centros de emprego de Ponta Delgada, Angra do Heroismo (ambos criados em 1971) e Horta (criado em 1976).

Outras publicações do INE de âmbito sectorial incluem dados sobre emprego. É o caso das Estatísticas Industriais, das Estatísticas das Sociedades, das Estatísticas do Turismo, das Estatísticas da Educação, das Estatísticas da Saúde, das Estatísticas da Cultura e Recreio, das Estatísticas da Construção e Habitação. Referência ainda para INE, 1971 que apresenta, para o Continente, valores anuais sobre emprego para o período 1960-1970 por sectores de actividade.

*

Em Antunes, 1996 é feita de forma pormenorizada a história dos esforços de implementação e a evolução dos inquéritos realizados pelos serviços de estatística do MT desde

1968 (Julho), altura em que foi lançado o primeiro inquérito, dirigido a uma amostra de 8000 empresas, número que se foi alargando ao longo do tempo, mas que só a partir de 1991 abrangeu estabelecimentos com menos de 10 pessoas ao serviço.

Em rigor, como ali é sublinhado, a Divisão de Estatística do Fundo de Desenvolvimento de Mão-de-Obra (FDMO) do Ministério das Corporações e Previdência Social (MCPS) recolheu informação sobre mão-de-obra a partir de inquéritos realizados desde 1963 com base nos quadros de pessoal que as empresas estavam obrigadas a preencher e enviar para o Ministério. A informação referente aos inquéritos de 1963 e 1964 não foi publicada, contrariamente à de 1965 (Recolha de elementos sobre mão-de-obra) e 1967 (Inquérito sobre necessidades de mão-de-obra), a qual foi publicada em boletins bimestrais (e nos seus suplementos) do FDMO.

Só a partir de Abril de 1971 os inquéritos passaram a ser regulares e de periodicidade trimestral. Apesar das múltiplas alterações ocorridas desde então em termos da formulação dos inquéritos e apuramento de dados, dois momentos correspondem a cortes mais importantes: Janeiro de 1984, altura em que foi instituído o Inquérito Trimestral ao Emprego (ITE), e Abril de 1991, altura em que o ITE foi substituído pelo Inquérito ao Emprego Estruturado (IEE). Note-se que os inquéritos, cuja amostra se foi alargando ao longo do tempo a um número crescente de empresas, não abrangem o sector agrícola, a pesca (a partir de 1973) e alguns sectores de serviços como a administração pública e os serviços domésticos (a partir de 1973) e os serviços prestados à colectividade e às empresas (até 1973); até 1992 a classificação utilizada foi a CAE adaptada pelo INE da CITA. A partir de 1984 deixam de ser divulgados os dados das regiões autónomas.

Os aspectos apurados pelos inquéritos e a sua forma de apresentação alteraram-se ao longo do tempo. De uma forma geral, a informação sobre emprego, remunerações e duração de trabalho está sempre disponível, se bem que até 1981 em alguns trimestres seja apenas inquirido o emprego. O tipo de vínculo das pessoas ao serviço, os motivos de entrada e saída de pessoal, os motivos de aumento e diminuição de emprego, a rotatividade da mão-de-obra, os participantes em acções de formação profissional, e as pessoas remuneradas com salário mínimo foram informação progressivamente inquirida e divulgada. A informação é tendencialmente organizada por sexos, grupos etários e níveis de qualificação.

Em Antunes, 1996: 16 (quadro-síntese 2) são pormenorizadamente referidas as publicações em que são apresentados os resultados, metodologia e análise dos Inquéritos de Emprego, concretamente: os números dos boletins e suplementos do FDMO, da Série Estatísticas, da Série Inquéritos, dos Textos do MT, da Série Relatórios e Análises — Estatísticas do Trabalho e Síntese de Resultados e Informação Estatística (síntese). Referência ainda para a informação disponível de forma regular a partir de 1981 nos Quadros de Pessoal.

Note-se que nos volumes anuais dos Relatórios de Conjuntura, produzidos pelo Departamento de Estudos e Planeamento (DEP) a partir do segundo semestre de 1981, em que existem anexos estatísticos, a maioria dos quadros apresenta séries retrospectivas a 1983 ou 1984 cuja fonte é o INE. A série Estudos e, a partir de 1982, a série D (Emprego, formação e reabilitação profissional) da colecção Relatórios e analíticos (DEP) incluem vários estudos quantitativos sobre o emprego.

Os valores anuais apresentados nos relatórios de conjuntura do Banco de Portugal têm como fonte o MT.

*

A maioria dos organismos internacionais (OCDE, OIT, ONU, etc.) publica informação baseada fundamentalmente na disponibilizada pelas entidades nacionais, geralmente adaptada às definições internacionais e eventualmente sujeita a estimativas para alguns anos. A principal excepção são os organismos da União Europeia (UE), que assentam a sua informação, através do Eurostat, em inquéritos próprios sobre a força de trabalho dos países membros. Portugal passou a ser alvo desses inquéritos a partir de 1986, apesar de os primeiros dados apresentados naquele ano terem sido ainda fornecidos pelas entidades portuguesas. Em estudos de carácter geral da Direcção Geral dos Assuntos Económicos e Financeiros (Comissão das Comunidades Europeias), como por exemplo o referente às grandes orientações das políticas económicas de 1996, existem longos anexos estatísticos onde é possível encontrar séries anuais do emprego e da taxa de desemprego para o conjunto do país desde 1960. Os Inquéritos sobre as Forças de Trabalho incluem dados regionais sobre vários aspectos da actividade económica da população (taxa de actividade dos jovens, emprego de população não nacional por nível de educação, causa de ausência de emprego, características do desemprego, etc.). Para além dos boletins mensais Desemprego — estatísticas rápidas, merecem referência os volumes Emprego e desemprego correspondente ao tema 3 (População e condições sociais) série C (Contas, inquéritos e estatísticas). Neles está incluida informação retrospectiva (últimos quinze ou vinte anos), o último dos quais apresenta dados agregados para o período 1980-1994; os volumes de finais dos anos 80 apresentam dados para o período de 1970 (ou 1975) a 1989.

*

Escolheu-se reproduzir no quadro 4.5 alguns dos resultados disponíveis nos inquéritos ao emprego do INE em detrimento dos inquéritos produzidos no âmbito do MT pois, apesar das dificuldades em detectar a evolução do comportamento da actividade económica da população a

partir de qualquer deles, a segunda fonte é menos exaustiva. O quadro aproveita a selecção feita em Barreto, 1996 por António Barreto e Clara Valadas Preto no capítulo 4, 1ª Parte (Emprego e condições de trabalho).

3 — A população activa, o emprego e o desemprego — séries longas

Alguns trabalhos têm tido como objectivo estimar séries homogéneas longas de variáveis referentes à actividade económica da população portuguesa, a partir das fontes fundamentais a que se fez referência anteriormente. Seleccionaram-se e reproduzem-se aqui algumas dessas séries.

*

Como se referiu no ponto 1 encontra-se em Nunes, 1989 uma estimativa anual da população activa com profissão por sectores de actividade com uma decomposição idêntica à apresentada nos quadros 4.1. e 4.2. Os quadros 4.6 e 4.7 reproduzem essa informação respectivamente para os principais ramos de actividade para o período de 1890 a 1981 e para a indústria transformadora para o período de 1930 a 1981.

O método utilizado na estimativa destas séries assentou na estimativa anual (referida a 31 de Dezembro) da população residente (com base na aplicação de uma equação de concordância às variações intercensitárias da população e às estatísticas dos movimentos fisiológicos e da emigração legal e na correcção das discrepâncias encontradas nessa equação com base na hipótese de os saldos migratórios serem proporcionais à emigração legal), na estimação da estrutura da distribuição regional da população (por interpolação linear daquelas estruturas à data dos censos), da taxa de actividade em cada região (por interpolação linear daquelas estruturas à data dos censos) e finalmente da estrutura sectorial em cada região (por interpolação linear daquelas estruturas à data dos censos).

Importa referir que foi feita uma correcção dos valores originais do recenseamento de 1930 dada a improbabilidade de uma quebra tão acentuada do peso do sector agrícola e de um aumento tão significativo do peso do sector dos serviços diversos naquele ano comparativamente à informação contida nos censos de 1911 e 1940. Tomou-se o peso do sector agrícola como o valor resultante da interpolação linear entre os valores de 1911 e 1940 e a diferença entre este peso e o original foi subtraída ao peso original do sector dos serviços diversos. Não foi feita qualquer outra correcção aos dados originais para além da agregação sectorial, aceitando-se

assim os condicionalismos referidos no ponto 1 que reduzem o grau de homogeneidade das séries.

*

Pinheiro, 1997, no seu capítulo ‘Estatísticas da população, emprego e desemprego’ da responsabilidade de Maria José Valério e Fátima Silva, apresenta séries destas variáveis (e ainda da população residente) para o período 1953-1993. Existe um volume anexo com amplas e pormenorizadas notas metodológicas àcerca dos "procedimentos de estimação" incluindo a crítica às diversas fontes disponíveis e utilizadas (para além da justificação da não utilização de outras).

Resumidamente e em geral, as estimativas do emprego partem dos valores dos censos, corrigidos com base na comparação com os Quadros de Pessoal do MT (de 1981 em diante) e com as Estatísticas das Sociedades do INE (1950-1985), e interpolados de acordo com as taxas de variação destas fontes, ajustadas para o cálculo dos trabalhadores por conta de outrém. O emprego total partiu da estimativa anterior (trabalhadores por conta de outrém) levando em conta a relação, reflectida nas fontes censitárias, entre estas duas variáveis depois de interpolada linearmente para os anos intercensitários. No que respeita ao desemprego foram calculadas as razões entre o desemprego e o emprego nos anos censitários e aplicadas aos valores do emprego total previamente calculados depois de interpolados com metodologias diferentes para os períodos 1951-1973 e 1974-1993. Enquanto para o primeiro subperíodo a ausência de dados anuais de desemprego levou primeiro ao cálculo de uma série de população activa e, por diferença com a estimativa do emprego total, à obtenção do desemprego, para o subperíodo 1974-1993 foi possível o cálculo de razões anuais por existirem dados anuais de desemprego (através do Inquérito Permanente ao Emprego).

Note-se que o esforço de homogeneização das séries, genericamente importante e correcto, foi por vezes conseguido a troco da menor precisão histórica, concretamente no que respeita à adopção do mesmo limite de idade para a consideração da condição de activo (e não activo) durante todo o período (12 anos), quando a evolução desse limite ao longo do tempo nas fontes fundamentais traduz realidades históricas diferentes.

Os conceitos fundamentais de referência são os utilizados no RGP de 1991 (população activa em sentido lato, população inactiva e desemprego), ou os do SEC 79 (emprego total e trabalhadores por conta de outrém).

No que respeita aos sectores, em que são decompostas as séries de 'emprego total' e de 'trabalhadores por conta de outrém' a classificação utilizada foi a CAE Rev1.

Os quadro 4.8, 4.9 e 4.10 reproduzem parte da informação contida na obra em referência (Pinheiro, 1997).

O quadro 4.8 reproduz os valores globais da população residente (incluida para possibilitar o cálculo da taxa de actividade), da população activa (em sentido lato), do emprego total, e do desemprego, sendo possível obter facilmente a taxa de actividade por cálculo da razão população activa / população residente e a taxa de desemprego por cálculo da razão desemprego / população activa.

O quadro 4.9 reproduz a decomposição do emprego total segundo os nove principais ramos de actividade da CAE Rev1. Nas páginas 173-177 de Pinheiro, 1997 é apresentada uma decomposição sectorial mais pormenorizada, a dois dígitos.

O quadro 4.10 apresenta a decomposição a dois dígitos (nove subsectores) do emprego total na indústria transformadora.

Fontes

— Anuário Estatístico — Instituto Nacional de Estatística, 1875-….

— Desemprego — Estatísticas rápidas — EUROSTAT, boletim mensal.

— Emprego e Desemprego: 1970(1975)-1988 — EUROSTAT (tema 3: população e condições sociais, série C: Contas, inquéritos e estatísticas), 1989.

— Emprego e Desemprego: 1980-1994 — EUROSTAT (tema 3: população e condições sociais, série C: Contas, inquéritos e estatísticas), 1996.

— Estatísticas da Construção e Habitação — Instituto Nacional de Estatística, 1970-1988

— Estatísticas da Cultura e Recreio — Instituto Nacional de Estatística, 1979-….

— Estatísticas da Educação — Instituto Nacional de Estatística, 1950-….

— Estatísticas das Empresas — Instituto Nacional de Estatística, 1990-….

— Estatísticas da Saúde — Instituto Nacional de Estatística, 1969-….

— Estatísticas das Sociedades — Instituto Nacional de Estatística, 1950-1985.

— Estatísticas para o Planeamento — Instituto Nacional de Estatística, 1971.

— Inquérito comunitário sobre as forças de trabalho — EUROSTAT.

— Inquérito Permanente ao Emprego — Instituto Nacional de Estatística, 1974-1982.

— Inquérito ao Emprego — Instituto Nacional de Estatística, 1983-….

— Inquérito ao Emprego, anos 90. Metodologia — Instituto Nacional de Estatística, 1993.

— Inquérito ao Emprego — Relatórios de Conjuntura Anual — Ministério do Trabalho, 1971-1983.

— Inquérito Trimestral ao Emprego — Estatísticas do Trabalho — Ministério do Trabalho, 1984-1990.

— Inquérito Emprego Estruturado — Estatísticas do Trabalho — Ministério do Trabalho, 1991-….

— Labor Force Statistics — Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico, 1970-1984.

— Quadros de Pessoal — Ministério do Trabalho / Ministério do Emprego / Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1981-….

— Recenseamento Geral da População — Direcção-Geral de Estatística / Instituto Nacional de Estatística, 1890, 1910, 1911, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991.

— Recenseamento Industrial — Instituto Nacional de Estatística, 1957-59, 1964, 1972 e 1984.

— Relatório de Conjuntura — Ministério do Trabalho / Ministério do Emprego / Ministério do Emprego e da Segurança Social, 1981- ….

Referências

ANTUNES — Os inquéritos de emprego aos estabelecimentos 1963-1995. Lisboa: Ministério da Qualificação e Emprego, Departamento de Estatística, 1996.

BARRETO, António; Preto, Clara Valadas — Emprego e condições de trabalho. In BARRETO, António (organizador) — A situação social em Portugal, 1960-1995. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais (Universidade de Lisboa), 1996.

CONFRARIA, João; MONTEIRO, Manuel — Notas sobre o problema da precisão das observações económicas — o caso das estatísticas de emprego e da emigração em Portugal (1960-1985). Estudos nº 13, Departamento de Economia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1988.

CONFRARIA, João — Nota sobre a dimensão e a evolução provável do trabalho clandestino em Portugal (1983-1986). Estudos nº 15, Departamento de Economia, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1989.

CORDOVIL, Francisco C.; ANTUNES, Carlos J. — Repartição regional da população, emprego e desemprego. IACEP-GEBEI, 1977.

DREPA (Região Autónoma dos Açores) — Demografia emprego e desemprego nos Açores 1950-1981. 1987.

HENRIQUES, Cláudia — O desemprego regional em Portugal: caracterização, ensaio interpretativo e políticas. Dissertação de mestrado apresentada no ISEG — UTL, 1994.

NUNES, Ana Bela — População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade. Uma contribuição para o crescimento económico português. Dissertação de doutoramento apresentada no ISEG — UTL, 1989.

NUNES, Ana Bela — A evolução da estrutura, por sexos, da população activa em Portugal — um indicador do crescimento económico (1890-1981). Análise Social, nº 112-113, 1991.

PINHEIRO, Maximiliano (coordenação) — Séries Longas para a Economia portuguesa — Pós II Guerra Mundial. Volume I — Séries Estatísticas, parte IV (Estatísticas da população, emprego e desemprego). Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

Quadros

4.1 — População activa por ramos de actividade, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1890-1991

4.2 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991

4.3 — População activa por situação na profissão, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991

4.4 — População activa, emprego e desemprego, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1940-1991

4.5 — População activa, emprego e desemprego, segundo os Inquéritos ao Emprego, 1974-1992

4.6 — População activa por ramos de actividade, séries longas, 1890-1981

4.7 — População activa na indústria transformadora em sentido lato por sectores, séries longas, 1930-1981

4.8 — População activa, emprego e desemprego, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993

4.9 — População activa por ramos de actividade, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993

4.10 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993

Quadro 4.1 — População activa por ramos de actividade, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1890-1991

Fontes — Recenseamento Geral da População de 1890, 1900, 1911, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991; Nunes, 1989; Nunes, 1991.

Unidade — Milhares.

Observações:

1 — Os valores dos quatro primeiros censos correspondem em rigor a grupos profissionais — ver observações no texto.

2 — Os dados de 1970 são dados provisórios baseados em estimativas a 20% (nunca foram publicados os dados definitivos deste recenseamento).

3 — Até 1940 o valor total não inclui as rubricas 'ignorados' e 'mal definidos' por o seu valor ser superior a 1% do total (no caso dos primeiros censos atingem mesmo valores entre os 3 e os 5 %); a solução de incluir essas parcelas numa das outras rubricas, nomeadamente nos serviços diversos, é razoável quando o seu peso é desprezável, não influenciando de forma aleatória a estrutura sectorial. Foi este o procedimento tomado para os anos posteriores.

4 — Para mais informações, nomeadamente em termos de evolução de conceitos, decomposições e agregações consultem-se as fontes.

5 — O facto de os totais não corresponderem, eventualmente, ao somatório das parcelas deve-se a erros de arredondamento.

Quadro 4.1 — População activa por ramos de actividade, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1890-1991 (continuação)

A — Ambos os sexos

ano	população activa	agricultura	pescas	indústria extractiva	indústria transformadora	transportes e comunic.	comércio	administração e defesa	serviços
1890	2 530,5	1 536,4	26,6	4,5	447,6	52,5	103,3	58,0	301,7
1900	2 457,3	1 507,6	21,5	4,3	455,3	66,4	141,8	52,1	208,3
1911	2 545,0	1 442,4	19,4	9,2	547,8	76,8	154,3	54,3	240,7
1930	2 516,7	1 237,0	39,4	11,0	467,8	71,9	145,4	88,2	456,0
1940	2 775,2	1 423,7	36,9	19,3	566,1	83,9	190,1	100,9	354,3
1950	3 196,5	1 523,1	46,0	25,1	757,4	107,3	255,3	114,8	367,4
1960	3 315,6	1 398,3	46,8	26,2	932,5	122,2	308,6	119,2	362,0
1970	3 060,9	965,9	36,9	12,2	1 009,2	147,3	377,2	155,6	356,6
1981	3 848,7	705,3	32,6	18,0	1 480,4	191,7	581,6	253,0	586,2
1991	4 127,6	418,8	26,8	16,1	1 547,1	189,6	800,8	329,0	799,4

B — Sexo masculino

ano	população activa	agricultura	pescas	indústria extractiva	indústria transformadora	transportes e comunic.	comércio	administração e defesa	serviços
1890	1 609,3	1 054,4	21,9	4,3	289,9	50,3	72,2	57,9	58,5
1900	1 726,3	1 127,3	19,7	4,0	320,0	62,0	96,0	51,9	45,4
1911	1 848,1	1 107,9	19,0	8,9	392,6	73,4	124,6	53,9	67,9
1930	1 823,8	1 072,7	38,2	10,6	367,3	68,1	125,7	85,8	55,5
1940	2 143,0	1 202,8	36,1	18,1	433,0	75,9	159,2	97,6	120,3
1950	2 471,8	1 284,5	45,1	23,4	585,3	99,7	216,6	105,9	111,3
1960	2 713,0	1 292,6	45,9	25,4	757,6	111,4	260,9	108,1	111,0
1970	2 263,1	788,3	35,8	11,8	744,9	129,6	282,7	122,4	147,6
1981	2 544,4	445,8	31,6	17,2	1 108,1	161,7	382,8	171,1	226,2
1991	2 475,8	264,2	25,3	14,8	1 057,9	150,9	488,1	215,9	258,6

Quadro 4.1 — População activa por ramos de actividade, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1890-1991 (continuação)

C — Sexo feminino

ano	população activa	agricultura	pescas	indústria extractiva	indústria transformadora	transportes e comunic.	comércio	administração e defesa	serviços
1890	921,2	482,0	4,7	0,2	157,7	2,2	31,1	0,1	243,2
1900	731,0	380,3	1,8	0,3	135,3	4,4	45,8	0,2	162,9
1911	696,9	334,5	0,4	0,3	155,2	3,4	29,7	0,4	172,8
1930	692,9	164,3	1,2	0,4	100,5	3,8	19,7	2,4	400,5
1940	632,2	220,9	0,8	1,2	133,1	8,0	30,9	3,3	234,0
1950	724,7	238,6	0,9	1,7	172,1	7,6	38,7	8,9	256,1
1960	602,6	105,7	0,9	0,8	174,9	10,8	47,7	11,1	251,0
1970	797,8	177,6	1,1	0,4	264,3	17,7	94,5	33,2	209,0
1981	1 304,3	259,5	1,0	0,8	372,3	30,0	198,8	81,9	360,0
1991	1 651,8	154,6	1,5	1,3	489,2	38,7	312,7	113,1	540,8

Quadro 4.2 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991

Fontes — Recenseamento Geral da População de 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991; Nunes, 1989; Nunes, 1991.

Unidade — Milhares.

Observações:

1 — Os valores de 1930 correspondem em rigor a grupos profissionais — ver observações no texto.

2 — Os dados de 1970 são dados provisórios baseados em estimativas a 20% (nunca foram publicados os dados definitivos deste recenseamento).

3 — Para mais informações, nomeadamente em termos de evolução de conceitos, decomposições e agregações consultem-se as fontes.

4 — O facto de os totais não corresponderem, eventualmente, ao somatório das parcelas deve-se a erros de arredondamento.

Quadro 4.2 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991 (continuação)

A — Ambos os sexos

ano	indústria transfor-madora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário calçado	madeira cortiça mobiliário	papel tipo-grafia	materiais de cons-trução
1930	467,8	36,9	162,9	40,1	9,3	8,1
1940	566,1	65,9	199,1	58,9	12,8	16,0
1950	757,4	77,3	240,4	92,4	18,1	25,9
1960	932,5	72,8	254,4	100,9	26,9	39,4
1970	1 009,2	60,8	264,1	107,8	31,3	48,3
1981	1 480,4	106,0	312,0	117,0	49,5	65,4
1991	1 547,1	98,8	439,0	69,2	54,6	69,5

ano	indústria transfor-madora	química	máquinas mat. electr. mat. transp.	indústrias transformado-ras diversas	construção civil e obras públicas	electricidade, gás, água e saneamento
1930	467,8	2,9	53,2	23,6	124,9	5,8
1940	566,1	8,9	57,1	14,7	127,1	5,7
1950	757,4	10,5	84,0	44,2	154,7	9,9
1960	932,5	30,8	144,2	21,5	227,2	14,4
1970	1 009,2	39,8	158,7	26,1	256,1	16,3
1981	1 480,4	75,5	246,2	36,9	442,3	29,4
1991	1 547,1	63,9	219,1	63,2	442,4	27,4

Quadro 4.2 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991 (continuação)

B — Sexo masculino

ano	indústria transfor-madora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário calçado	madeira cortiça mobiliário	papel tipo-grafia	materiais de cons-trução
1930	367,3	29,0	83,9	37,8	8,2	7,2
1940	433,0	46,1	105,0	52,3	10,4	13,7
1950	585,3	52,9	121,9	84,4	14,1	22,1
1960	757,6	48,1	139,9	93,0	21,5	34,3
1970	744,9	35,6	94,1	94,9	23,6	39,3
1981	1 108,1	65,2	108,8	99,6	36,4	51,2
1991	1 057,9	59,5	138,0	55,8	38,6	47,6

ano	indústria transfor-madora	química	máquinas mat. electr. mat. transp.	indústrias transformado-ras diversas	construção civil e obras públicas	electricidade, gás, água e saneamento
1930	367,3	2,6	52,0	18,8	122,2	5,7
1940	433,0	6,8	55,6	12,1	125,5	5,4
1950	585,3	8,0	81,7	37,1	153,6	9,5
1960	757,6	25,3	138,7	17,8	225,4	13,7
1970	744,9	29,9	143,8	16,1	253,0	14,5
1981	1 108,1	53,8	209,6	24,4	432,8	26,5
1991	1 057,9	44,3	177,9	49,4	423,4	23,2

Quadro 4.2 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991 (continuação)

C — Sexo feminino

ano	indústria transfor-madora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário calçado	madeira cortiça mobiliário	papel tipo-grafia	materiais de cons-trução
1930	100,5	7,9	79,0	2,3	1,1	0,9
1940	133,1	19,8	94,1	6,6	2,4	2,3
1950	172,1	24,4	118,5	8,0	4,0	3,8
1960	174,9	24,7	114,5	7,9	5,4	5,1
1970	264,3	25,2	170,0	12,9	7,7	9,0
1981	372,3	40,8	203,2	17,4	13,1	14,2
1991	489,2	39,3	301,0	13,4	16,0	21,9

ano	indústria transfor-madora	química	máquinas mat. electr. mat. transp.	indústrias transformado-ras diversas	construção civil e obras públicas	electricidade, gás, água e saneamento
1930	100,5	0,3	1,2	4,8	2,7	0,1
1940	133,1	2,1	1,5	2,6	1,6	0,3
1950	172,1	2,5	2,3	7,1	1,1	0,4
1960	174,9	5,5	5,5	3,7	1,8	0,7
1970	264,3	9,9	14,9	10,0	3,1	1,8
1981	372,3	21,7	36,6	12,5	9,5	2,9
1991	489,2	19,6	41,2	13,8	19,0	4,2

Quadro 4.3 — População activa por situação na profissão, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991

Fontes — Recenseamento Geral da População de 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991.

Unidade — Milhares.

Observações:

1 — Incluíram-se sempre as 'profissões ignoradas e mal definidas'.

2 — O valor da rubrica 'trabalhador por conta própria' referente a 1930 inclui os indivíduos que nos censos seguintes são considerados patrões.

3 — O valor da rubrica 'outros' corresponde em 1940 a situações na profissão ignoradas; em 1950, 1960, e 1970 inclui trabalhadores não familiares por conta de outrém não remunerados; em 1981 e 1991 inclui as cooperativas de produção**.**

4 — Apesar de constar no quadro do censo de 1930 uma coluna designada 'membro de família auxiliando os respectivos chefes', englobada no grupo de população activa, o seu valor torna evidente a inclusão de muitos não activos, nomeadamente 1156,4 mulheres.

A — Ambos os sexos

ano	total	patrões	trabalhadores por conta própria	trabalhadores por conta de outrém	familiares não remu-nerados	outros
1930	2 631,7	?	873,1	1 758,6	?	?
1940	2 920,2	336,6	290,1	1 758,6	202,1	525,6
1950	3 196,5	241,7	438,9	2 295,3	199,2	21,5
1960	3 315,6	193,2	436,7	2 453,2	201,2	31,4
1970	3 163,9	73,2	582,8	2 364,0	128,9	15,1
1981	3 848,7	130,0	630,1	2 956,5	100,2	32,0
1991	4 127,6	265,1	558,1	3 167,2	80,8	56,4

Quadro 4.3 — População activa por situação na profissão, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1930-1991 (continuação)

B — Sexo masculino

ano	total	patrões	trabalhadores por conta própria	trabalhadores por conta de outrém	familiares não remu-nerados	outros
1930	1 919,6	?	557,3	1 362,3	?	?
1940	2 270,1	300,3	243,9	1 216,6	139,0	370,3
1950	2 471,8	220,9	370,0	1 699,5	169,5	12,0
1960	2 713,0	180,1	390,8	1 934,5	186,0	21,7
1970	2 334,4	66,4	493,2	1 692,1	71,9	10,8
1981	2 544,4	109,4	435,1	1 936,8	42,2	20,9
1991	2 475,8	190,7	369,5	1 854,4	28,7	32,4

C — Sexo feminino

ano	total	patrões	trabalhadores por conta própria	trabalhadores por conta de outrém	familiares não remu-nerados	outros
1930	712,1	?	315,8	396,3	?	?
1940	650,1	36,3	46,2	542,0	63,1	155,3
1950	724,7	20,8	68,9	595,8	29,7	9,5
1960	602,6	13,1	45,9	518,7	15,2	9,7
1970	829,5	6,8	89,6	671,9	57,0	4,3
1981	1 304,3	20,6	195,0	1 019,7	58,0	11,1
1991	1 651,8	74,4	188,6	1 312,8	52,1	24,0

Quadro 4.4 — População activa, emprego e desemprego, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1940-1991

Fontes — Recenseamento Geral da População de 1940, 1950, 1960, 1970, 1981 e 1991.

Observações:

1 — A população activa com profissão ou empregada inclui sempre a rubrica 'profissões ignoradas e mal definidas'

2 — A população inactiva em 1940 e 1950 inclui os que procuram emprego pela primeira vez e o que os censos consideram ser 'condições não profissionais' (1940) e 'activos com ocupação' (1950) — veja-se o ponto 1 do texto.

3 — Utilizaram-se as seguintes definições:

população activa = população empregada + população desempregada + serviço militar obrigatório

taxa de actividade = população activa / população total

taxa de desemprego = população desempregada / população activa

A — Ambos os sexos

ano	população activa milhares	população empregada milhares	população desempregada milhares	serviço militar obrigatório milhares	taxa de actividade percentagem	taxa de desemprego percentagem
1940	3 016,1	2 886,5	129,6	?	39	4,3
1950	3 288,5	3 196,5	92,0	?	39	2,8
1960	3 436,2	3 315,6	82,1	38,5	26	2,4
1970	3 395,9	3 163,9	90,8	141,2	39	2,7
1981	4 134,2	3 848,7	285,5	?	42	6,9
1991	4 395,9	4 128,1	267,8	?	52	6,1

Quadro 4.4 — População activa, emprego e desemprego, segundo os Recenseamentos Gerais da População, 1940-1991 (continuação)

B — Sexo masculino

ano	população activa milhares	população empregada milhares	população desempregada milhares	serviço militar obrigatório milhares	taxa de actividade percentagem	taxa de desemprego percentagem
1940	2 341,8	2 240,2	101,6	?	63	4,3
1950	2 551,3	2 471,8	79,5	?	63	3,1
1960	2 830,0	2 713,0	78,5	38,5	66	2,8
1970	2 538,9	2 334,4	63,3	141,2	58	2,5
1981	2 656,2	2 544,4	111,8	?	56	4,2
1991	2 583,4	2 476,2	107,2	?	65	4,1

C — Sexo feminino

ano	população activa milhares	população empregada milhares	população desempregada milhares	serviço militar obrigatório milhares	taxa de actividade percentagem	taxa de desemprego percentagem
1940	674,3	646,3	28,0	0	17	4,2
1950	737,2	724,7	12,5	0	17	1,7
1960	606,2	602,6	3,6	0	13	0,6
1970	857,0	829,5	27,5	0	19	3,2
1981	1 478,0	1 304,3	173,7	0	29	11,8
1991	1 812,5	1 651,9	160,6	0	41	8,9

Quadro 4.5 — População activa, emprego e desemprego, segundo os Inquéritos ao Emprego, 1974-1992

Fonte — Barreto, 1996.

Observações:

1 — Os valores correspondem a médias anuais.

2 — Sobre a evolução dos conceitos, veja-se o texto. Para mais informação consultem-se as fontes.

3 — Utilizaram-se as seguintes definições:

sector primário = agricultura + silvicultura + caça + pesca + indústrias extractivas

sector secundário = indústrias transformadoras + electricidade, gás e água + construção civil e obras públicas

sector terciário = comércio, restaurantes e hóteis + transportes, armazenagem e comunicações + bancos e outras instituições financeiras, seguros e negócios imobiliários + administração pública e defesa + serviços de educação + serviços de saúde e veterinários + serviços sanitários e análogos

taxa de actividade = população activa em sentido lato / população total

taxa de desemprego em sentido lato = população desempregada em sentido lato / população activa em sentido lato

taxa de desemprego em sentido estrito = população desempregada em sentido estrito / população activa em sentido estrito

Quadro 4.5 — População activa, emprego e desemprego, segundo os Inquéritos ao Emprego, 1974-1992 (continuação)

ano	população activa milhares	população empregada milhares	sector primário milhares	sector secundário milhares	sector terciário milhares
1974	3 910,1	3 753,5	1 286,6	1 240,5	1 226,6
1975	3 933,1	3 760,1	1 274,7	1 264,6	1 220,7
1976	4 072,2	3 819,1	1 290,8	1 278,7	1 249,8
1977	4 124,3	3 829,2	1 259,4	1 260,8	1 309,2
1978	4 142,7	3 824,8	1 193,0	1 327,3	1 304,5
1979	4 239,0	3 914,6	1 193,1	1 361,5	1 360,2
1980	4 293,2	3 976,2	1 132,8	1 426,6	1 417,0
1981	4 367,2	4 022,1	1 069,8	1 461,8	1 490,6
1982	4 306,6	4 000,0	1 033,2	1 476,9	1 489,9
1983	4 840,4	4 352,8	1 025,0	1 542,5	1 785,2
1984	4 783,9	4 288,2	1 019,0	1 450,1	1 819,2
1985	4 767,0	4 269,7	1 016,1	1 482,2	1 771,4
1986	4 767,8	4 289,1	940,6	1 447,0	1 901,5
1987	4 808,1	4 405,8	976,3	1 521,5	1 908,1
1988	4 851,7	4 512,8	942,4	1 562,0	2 008,4
1989	4 907,9	4 613,2	876,8	1 612,0	2 124,5
1990	4 991,0	4 717,5	846,0	1 625,3	2 246,1
1991	5 101,6	4 857,4	848,1	1 630,0	2 379,3
1992	4 805,6	4 543,1	522,3	1 499,5	2 521,3

Quadro 4.5 — População activa, emprego e desemprego, segundo os Inquéritos ao Emprego, 1974-1992 (continuação)

ano	taxa de actividade percentagem	desemprego sentido lato milhares	taxa desemp. sentido lato percentagem	desemprego sentido estrito milhares	taxa desemp. sentido estrito percentagem
1974	44,3	156,7	4,0	111,7	2,9
1975	44,3	173,1	4,4	137,9	3,5
1976	44,9	253,1	6,2	189,1	4,7
1977	45,0	295,0	7,2	215,5	5,3
1978	45,0	318,0	7,7	204,8	5,1
1979	45,5	324,4	7,7	164,6	4,0
1980	45,7	317,1	7,4	152,4	3,7
1981	46,0	345,2	7,9	165,3	3,9
1982	45,1	306,6	7,1	146,0	3,5
1983	48,4	487,6	10,1	365,7	7,8
1984	47,4	495,7	10,4	393,9	8,4
1985	46,9	497,3	10,4	405,4	8,7
1986	46,5	478,7	10,0	393,6	8,4
1987	46,7	402,3	8,4	329,2	7,0
1988	47,1	338,9	7,0	272,9	5,7
1989	47,5	294,7	6,0	243,5	5,0
1990	48,2	273,6	5,5	231,1	4,7
1991	49,3	244,2	4,8	207,5	4,1

Quadro 4.6 — População activa por ramos de actividade, séries longas, 1890-1981

Fonte — Nunes, 1989.

Unidades — Milhares.

Observações:

1 — Os valores são estimativas à data de 31 de Dezembro, com excepção do valor de 1981 que é o valor à data do recenseamento (16 de Março).

2 — O facto de os totais não corresponderem, eventualmente, ao somatório das parcelas deve-se a erros de arredondamento.

3 — Ver observações metodológicas adicionais nos pontos 1 e 3 da introdução ao capítulo.

ano	população activa	agricultura	pescas	indústria extractiva	indústria transformadora	transportes e comunic.	comércio	administração e defesa	serviços
1890	2 529,8	1 536,1	26,5	4,4	447,7	52,6	103,5	57,9	300,9
1891	2 523,0	1 533,7	26,1	4,4	448,5	53,9	107,4	57,3	291,7
1892	2 521,2	1 535,6	25,6	4,4	450,1	55,4	111,5	56,9	283,0
1893	2 516,0	1 532,7	25,2	4,4	451,3	56,8	115,4	56,3	273,9
1894	2 507,5	1 529,1	24,6	4,4	451,8	58,2	119,2	55,7	264,4
1895	2 494,8	1 522,9	24,1	4,4	451,6	59,4	122,8	55,0	254,5
1896	2 482,0	1 516,7	23,5	4,4	451,4	60,7	126,4	54,3	244,6
1897	2 473,7	1 513,2	23,0	4,4	452,0	62,1	130,2	53,7	235,2
1898	2 465,5	1 509,7	22,4	4,3	452,6	63,5	134,0	53,1	225,8
1899	2 461,1	1 508,5	21,9	4,3	454,0	65,0	138,1	52,5	215,7
1900	2 458,3	1 507,3	21,4	4,4	456,0	66,4	141,9	52,1	208,6
1901	2 465,2	1 501,2	21,2	4,8	463,9	67,3	142,9	52,3	211,4
1902	2 476,2	1 497,4	21,1	5,2	472,7	68,3	144,2	52,6	214,6
1903	2 489,7	1 495,0	20,9	5,7	482,0	69,4	145,7	52,9	218,0
1904	2 599,7	1 491,0	20,8	6,1	490,1	70,4	147,0	53,2	221,2

Quadro 4.6 — População activa por ramos de actividade, séries longas, 1890-1981 (continuação)

ano	população activa	agricultura	pescas	indústria extractiva	indústria transformadora	transportes e comunic.	comércio	administração e defesa	serviços
1905	2 509,0	1 485,3	20,6	6,6	499,3	71,4	148,2	53,4	224,2
1906	2 511,9	1 476,4	20,4	7,0	506,7	72,2	149,0	53,5	226,7
1907	2 516,2	1 468,2	20,1	7,4	514,5	73,0	149,9	53,7	229,3
1908	2 518,6	1 458,8	19,9	7,9	521,9	73,8	150,7	53,7	231,7
1909	2 522,9	1 450,6	19,7	8,3	529,7	74,7	151,7	53,8	234,4
1910	2 531,4	1 444,6	19,5	8,8	538,4	75,7	152,8	54,0	237,4
1911	2 545,8	1 442,4	19,5	9,2	547,6	76,8	154,3	54,5	241,4
1912	2 530,0	1 428,5	20,4	9,3	540,4	76,1	153,0	55,9	246,3
1913	2 511,3	1 413,0	21,2	9,5	532,7	75,3	151,5	57,2	251,0
1914	2 514,1	1 409,6	22,3	9,4	529,5	75,2	151,3	59,0	257,7
1915	2 519,2	1 407,4	23,4	9,5	526,8	75,2	151,2	60,9	264,7
1916	2 517,9	1 401,7	24,4	9,6	522,7	74,9	150,8	62,6	271,1
1917	2 516,4	1 395,8	25,4	9,7	518,6	74,6	150,3	64,3	277,4
1918	2 465,7	1 362,8	25,9	9,6	504,4	72,9	146,9	64,8	278,2
1919	2 439,4	1 344,4	26,7	9,6	495,3	71,9	145,0	65,8	281,6
1920	2 423,1	1 329,6	27,5	9,6	488,3	71,3	143,7	67,1	286,0
1921	2 431,7	1 329,3	28,6	9,8	486,3	71,3	143,8	69,1	293,4
1922	2 440,5	1 329,2	29,8	9,9	484,2	71,4	144,0	71,1	301,4
1923	2 444,0	1 326,2	30,9	10,0	481,1	71,3	143,8	73,0	307,6
1924	2 454,5	1 326,9	32,0	10,2	479,3	71,4	144,1	75,1	315,4
1925	2 469,1	1 329,8	33,3	10,3	478,3	71,6	144,5	77,4	323,8
1926	2 480,6	1 331,0	34,5	10,5	476,6	71,7	144,8	79,6	331,8
1927	2 489,1	1 330,4	35,8	10,6	474,3	71,7	144,9	81,8	339,5
1928	2 500,2	1 331,3	37,0	10,7	472,4	71,9	145,2	84,0	347,7
1929	2 507,6	1 330,1	38,2	10,9	469,8	71,8	145,2	86,2	355,4
1930	2 519,8	1 331,5	39,4	11,1	468,8	72,0	145,8	88,4	362,9
1931	2 547,3	1 342,1	39,2	11,8	478,5	73,2	150,1	89,7	362,6
1932	2 573,8	1 351,3	39,0	12,6	488,1	74,4	154,4	90,9	362,1
1933	2 599,4	1 361,5	38,8	13,4	497,6	75,6	158,7	92,2	361,4

Quadro 4.6 — População activa por ramos de actividade, séries longas, 1890-1981 (continuação)

ano	popu-lação activa	agricul-tura	pescas	indústria extrac-tiva	indústria transfor-madora	transpor-tes e co-munic.	comércio	adminis-tração e defesa	serviços
1934	2 624,8	1 370,8	38,6	14,2	507,2	76,7	163,0	93,4	360,6
1935	2 649,0	1 379,4	38,3	15,0	516,7	77,9	167,4	94,6	359,6
1936	2 676,2	1 389,3	38,1	15,9	526,8	79,1	172,0	96,0	358,9
1937	2 702,0	1 398,6	37,8	16,7	536,7	80,3	176,5	97,2	358,0
1938	2 728,3	1 408,0	37,5	17,0	546,9	81,6	181,2	98,5	357,0
1939	2 755,6	1 417,8	37,2	18,5	557,3	82,8	186,0	99,8	356,1
1940	2 776,5	1 424,0	36,9	19,3	566,7	83,9	190,4	100,9	354,4
1941	2 805,6	1 428,4	37,6	19,8	581,9	85,7	195,6	101,9	354,6
1942	2 840,5	1 435,6	38,4	20,2	598,6	87,8	201,3	103,0	355,4
1943	2 881,7	1 445,8	39,3	20,8	616,8	90,0	207,6	104,4	356,9
1944	2 924,8	1 456,6	40,2	21,4	635,7	92,3	214,0	105,9	358,5
1945	2 971,1	1 468,8	41,2	22,0	655,6	94,8	220,8	107,4	360,4
1946	3 013,7	1 478,9	42,1	22,6	674,9	97,2	227,4	108,8	361,7
1947	3 056,8	1 489,0	43,0	23,2	694,6	99,6	234,1	110,2	362,9
1948	3 109,1	1 503,3	44,1	23,8	716,7	102,3	241,6	112,0	365,0
1949	3 152,9	1 513,1	45,1	24,5	737,2	104,8	248,6	113,4	366,0
1950	3 197,5	1 522,8	46,0	25,1	758,2	107,4	255,8	114,8	367,0
1951	3 207,9	1 510,3	46,1	25,2	774,7	108,8	260,8	115,2	366,4
1952	3 212,2	1 494,8	46,1	25,3	785,7	110,1	265,4	115,4	365,1
1953	3 219,7	1 480,7	46,1	25,3	805,9	111,4	270,2	115,7	364,2
1954	3 224,5	1 465,3	46,1	25,4	821,3	112,6	274,8	115,9	362,9
1955	3 241,7	1 455,3	46,2	25,6	840,0	114,3	280,5	116,7	363,0
1956	3 254,3	1 443,2	46,3	25,7	857,8	115,8	285,9	117,0	362,6
1957	3 266,3	1 430,6	46,4	25,8	875,5	117,3	291,3	117,4	362,1
1958	3 282,8	1 419,8	46,5	25,9	894,5	118,9	297,0	118,0	362,0
1959	3 298,7	1 408,5	46,6	26,1	913,6	120,5	302,9	118,6	362,0
1960	3 315,8	1 396,9	46,7	26,0	933,2	122,3	309,0	119,4	362,1
1961	3 318,3	1 362,7	46,2	24,9	949,8	126,2	319,0	124,4	364,8
1962	3 322,6	1 329,1	45,6	23,6	967,1	130,2	329,8	129,5	367,6

Quadro 4.6 — População activa por ramos de actividade, séries longas, 1890-1981 (continuação)

ano	popu-lação activa	agricul-tura	pescas	indústria extrac-tiva	indústria transfor-madora	transpor-tes e co-munic.	comércio	adminis-tração e defesa	serviços
1963	3 318,8	1 292,4	44,9	22,3	981,9	134,4	339,4	134,3	369,6
1964	3 306,5	1 252,5	44,1	20,9	994,3	137,1	348,2	138,6	370,7
1965	3 268,9	1 203,5	42,9	19,4	998,8	139,2	354,1	142,2	368,8
1966	3 205,7	1 146,2	41,4	17,7	995,0	140,1	356,9	144,1	364,0
1967	3 161,8	1 097,0	40,2	16,3	996,8	141,8	361,5	146,8	361,4
1968	3 125,0	1 051,1	39,1	14,9	1 000,4	143,6	366,7	149,7	359,5
1969	3 092,5	1 007,3	38,0	13,5	1 005,1	145,5	372,2	152,8	358,1
1970	3 065,3	965,6	36,9	12,2	1 011,3	147,6	378,1	156,0	357,6
1971	3 147,7	948,3	36,9	12,8	1 056,6	152,3	397,1	165,1	378,6
1972	3 233,0	930,2	36,8	13,5	1 103,5	157,1	416,9	174,6	400,4
1973	3 326,4	912,6	36,7	14,1	1 153,9	162,3	445,1	184,6	423,9
1974	3 403,9	889,0	36,4	14,7	1 199,4	166,7	457,7	194,0	445,8
1975	3 478,0	863,1	36,0	15,3	1 244,3	171,0	477,2	203,3	467,7
1976	3 531,4	835,8	35,5	15,8	1 289,5	175,1	496,9	212,7	489,9
1977	3 625,9	807,4	35,0	16,4	1 335,5	179,3	517,1	222,3	512,8
1978	3 695,5	776,8	34,3	16,9	1 380,3	183,2	536,9	231,8	535,3
1979	3 766,6	745,4	33,6	17,4	1 426,0	187,2	557,2	241,4	558,4
1980	3 835,0	712,3	32,8	17,9	1 471,1	190,9	577,4	251,0	581,4
1981	3 848,7	705,2	32,6	18,0	1 480,3	191,7	581,6	253,0	586,2

Quadro 4.7 — População activa na indústria transformadora em sentido lato por sectores, séries longas, 1930-1981

Fonte — Nunes, 1989.

Unidades — Milhares.

Observações:

1 — Os valores são estimativas à data de 31 de Dezembro, com excepção do valor de 1981 que é o valor à data do recenseamento (16 de Março).

2 — O facto de os totais não corresponderem, eventualmente, ao somatório das parcelas deve-se a erros de arredondamento.

3 — Ver observações metodológicas adicionais nos pontos 1 e 3 da introdução ao capítulo.

ano	indústria transformadora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário calçado	madeira cortiça mobiliário	papel tipografia	materiais de construção
1930	468,8	37,1	163,2	40,2	9,3	8,1
1931	478,5	39,8	166,8	42,0	9,7	8,9
1932	488,1	42,6	170,3	43,8	10,0	9,6
1933	497,6	45,4	173,8	45,7	10,3	10,3
1934	507,2	48,2	177,3	47,5	10,7	11,1
1935	516,7	51,0	180,8	49,3	11,0	11,9
1936	526,8	53,9	184,5	51,2	11,4	12,7
1937	536,7	56,9	188,2	53,2	11,7	13,5
1938	546,9	59,9	192,0	55,1	12,1	14,3
1939	557,3	63,0	195,8	57,1	12,4	15,2
1940	566,7	65,9	199,2	59,0	12,8	16,0
1941	581,9	66,8	202,3	61,8	13,2	16,9
1942	598,6	67,7	205,9	64,8	13,7	17,7
1943	616,8	68,9	209,9	68,0	14,2	18,7
1944	635,7	70,1	214,0	71,3	14,7	19,6
1945	655,6	71,3	218,5	74,7	15,3	20,6

Quadro 4.7 — População activa na indústria transformadora em sentido lato por sectores, séries longas, 1930-1981 (continuação)

ano	indústria transfor-madora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário calçado	madeira cortiça mobiliário	papel tipo-grafia	materiais de cons-trução
1946	674,9	72,5	222,6	78,1	15,8	21,6
1947	694,6	73,6	226,9	81,6	16,3	22,7
1948	716,7	75,0	231,8	85,3	17,0	23,8
1949	737,2	76,2	236,1	88,9	17,5	24,8
1950	758,2	77,3	240,5	92,5	18,1	25,9
1951	774,7	76,9	241,8	93,3	19,0	27,2
1952	785,7	76,3	242,7	93,9	19,8	28,4
1953	805,9	75,8	243,8	94,6	20,6	29,7
1954	821,3	75,2	244,6	95,2	21,4	31,0
1955	840,0	74,9	246,4	96,2	22,3	32,4
1956	857,8	74,5	247,9	97,0	23,2	33,7
1957	875,5	74,0	249,3	97,9	24,1	35,1
1958	894,5	73,6	251,0	98,9	25,0	36,5
1959	913,6	73,2	252,7	99,9	26,0	38,0
1960	933,2	72,8	254,5	101,0	26,9	39,0
1961	949,8	72,2	257,6	102,7	27,6	40,8
1962	967,1	71,7	260,9	104,4	28,3	42,2
1963	981,9	70,9	263,6	105,9	29,0	43,5
1964	994,3	70,0	265,7	107,1	29,6	44,6
1965	998,8	68,5	265,8	107,5	30,0	45,4
1966	995,0	66,5	263,7	106,9	30,1	45,8
1967	996,8	64,9	263,2	107,0	30,4	46,4
1968	1 000,4	63,5	263,3	107,2	30,7	47,0
1969	1 005,1	62,1	263,7	107,5	31,0	47,7
1970	1 011,3	61,0	264,4	107,9	31,4	48,4
1971	1 056,6	64,9	270,0	109,5	33,0	50,1
1972	1 103,5	69,0	275,7	111,1	34,8	51,8
1973	1 153,9	73,3	282,0	112,8	36,6	53,7
1974	1 199,4	77,5	286,9	113,9	38,4	55,4
1975	1 244,3	81,6	291,4	115,0	40,1	57,0

Quadro 4.7 — População activa na indústria transformadora em sentido lato por sectores, séries longas, 1930-1981 (continuação)

ano	indústria transformadora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário calçado	madeira cortiça mobiliário	papel tipografia	materiais de construção
1976	1 289,5	85,8	295,7	115,5	41,8	58,7
1977	1 335,5	90,1	300,0	116,1	43,6	60,3
1978	1 380,3	94,4	303,9	116,5	45,4	61,9
1979	1 426,0	98,8	307,8	116,9	47,3	63,5
1980	1 471,1	103,2	311,3	117,0	49,1	65,1
1981	1 480,3	104,2	312,0	117,0	49,5	65,4

ano	indústria transformadora	química	máquinas mat. electr. mat. transp.	indústrias transformadoras diversas	construção civil e obras públicas	electricidade, gás, água e saneamento
1930	468,8	3,0	53,2	23,6	125,0	5,8
1931	478,5	3,5	53,7	22,8	125,4	5,8
1932	488,1	4,1	54,1	22,0	125,8	5,8
1933	497,6	4,6	54,5	21,1	126,0	5,8
1934	507,2	5,2	54,9	20,3	126,3	5,8
1935	516,7	5,8	55,2	19,4	126,4	5,8
1936	526,8	6,4	55,6	18,5	126,7	5,8
1937	536,7	7,0	56,0	17,6	126,8	5,7
1938	546,9	7,6	56,4	16,6	127,0	5,7
1939	557,3	8,3	56,8	15,7	127,2	5,7
1940	566,7	8,9	57,1	14,8	127,1	5,7
1941	581,9	9,0	59,3	17,2	129,3	6,1
1942	598,6	9,1	61,7	19,8	131,6	6,4
1943	616,8	9,2	64,2	22,5	134,3	6,8
1944	635,7	9,4	66,8	25,2	137,1	7,2
1945	655,6	9,6	69,6	28,2	140,1	7,7
1946	674,9	9,7	72,3	31,1	142,9	8,1
1947	694,6	9,9	75,1	34,2	145,7	8,5
1948	716,7	10,1	78,2	37,5	149,0	9,0
1949	737,2	10,3	81,1	40,9	151,8	9,5

Quadro 4.7 — População activa na indústria transformadora em sentido lato por sectores, séries longas, 1930-1981 (continuação)

ano	indústria transfor-madora	química	máquinas mat. electr. mat. transp.	indústrias transformado-ras diversas	construção civil e obras públicas	electricidade, gás, água e saneamento
1950	758,2	10,5	84,2	44,1	155,0	9,9
1951	774,7	12,4	89,9	42,0	161,9	10,4
1952	785,7	14,3	95,4	39,8	168,5	10,8
1953	805,9	16,2	101,1	37,6	175,3	11,2
1954	821,3	18,2	106,7	35,3	182,0	11,6
1955	840,0	20,2	112,9	33,1	189,5	12,1
1956	857,8	22,2	118,9	30,8	196,8	12,5
1957	875,5	24,3	125,0	28,5	204,2	13,0
1958	894,5	26,5	131,4	26,0	211,8	13,5
1959	913,6	28,6	137,8	23,8	219,6	13,9
1960	933,2	30,8	144,3	21,5	227,4	14,4
1961	949,8	32,1	147,0	22,2	232,7	14,8
1962	967,1	33,4	149,9	22,8	238,1	15,1
1963	981,9	34,6	152,4	23,5	242,9	15,4
1964	994,3	35,7	154,6	24,0	247,1	15,7
1965	998,8	36,5	155,6	24,4	249,2	15,8
1966	995,0	37,0	155,3	24,6	249,3	15,8
1967	996,8	37,6	155,8	24,9	250,1	15,9
1968	1 000,4	38,3	156,7	25,3	252,4	16,1
1969	1 005,1	39,1	157,7	25,7	254,3	16,2
1970	1 011,3	39,9	159,0	26,1	256,9	16,4
1971	1 056,6	42,9	166,8	27,1	274,4	17,6
1972	1 103,5	46,0	175,0	28,2	292,6	18,9
1973	1 153,9	49,4	183,9	29,4	311,7	20,2
1974	1 199,4	52,7	192,2	30,4	329,8	21,5
1975	1 244,3	56,1	200,4	31,4	347,7	22,8
1976	1 289,5	59,6	208,9	32,5	365,7	24,1
1977	1 335,5	63,2	217,7	33,5	348,1	25,3
1978	1 380,3	66,9	226,3	34,5	402,1	26,6
1979	1 426,0	70,7	235,3	35,6	420,4	27,9

Quadro 4.7 — População activa na indústria transformadora em sentido lato por sectores, séries longas, 1930-1981 (continuação)

ano	indústria transfor-madora	química	máquinas mat. electr. mat. transp.	indústrias transformado-ras diversas	construção civil e obras públicas	electricidade, gás, água e saneamento
1980	1 471,1	74,7	244,3	36,6	438,5	29,2
1981	1 480,3	75,5	246,2	36,9	442,3	29,4

Quadro 4.8 — População activa, emprego e desemprego, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993

Fonte — Pinheiro, 1997.

Observações metodológicas no ponto 3 da introdução ao capítulo. Para mais pormenores consulte-se a fonte.

ano	população residente milhares	população activa milhares	taxa de actividade %	população empregada milhares	por conta de outrem milhares	população desempr. milhares	taxa de desempr. %
1953	8 579,0	3 242,7	37,8	3 143,6	2 282,5	99,2	3,1
1954	8 632,1	3 248,4	37,6	3 121,5	2 272,9	126,9	3,9
1955	8 692,6	3 266,2	37,6	3 150,3	2 297,9	115,9	3,5
1956	8 756,0	3 295,0	37,6	3 199,0	2 343,4	96,1	2,9
1957	8 817,7	3 328,9	37,8	3 233,2	2 375,5	95,7	2,9
1958	8 888,6	3 358,4	37,8	3 265,2	2 405,0	93,3	2,8
1959	8 961,6	3 379,3	37,7	3 278,8	2 425,5	100,6	3,0
1960	9 036,7	3 390,4	37,5	3 309,0	2 439,4	81,3	2,4
1961	9 031,2	3 398,4	37,6	3 294,5	2 432,6	103,3	3,0
1962	9 019,8	3 408,3	37,8	3 298,8	2 432,0	109,2	3,2
1963	9 081,6	3 431,6	37,8	3 317,6	2 439,7	114,4	3,3
1964	9 122,5	3 476,7	38,1	3 358,9	2 471,7	119,2	3,4
1965	9 128,9	3 531,0	38,7	3 440,3	2 540,4	92,6	2,6
1966	9 108,8	3 581,9	39,3	3 517,7	2 609,7	65,7	1,8
1967	9 103,0	3 625,5	39,8	3 535,0	2 627,2	92,0	2,5
1968	9 115,1	3 660,0	40,2	3 549,6	2 642,2	111,9	3,1
1969	9 097,2	3 692,8	40,6	3 599,4	2 691,9	94,6	2,6
1970	9 044,2	3 735,7	41,3	3 637,2	2 734,5	99,9	2,7
1971	8 990,5	3 772,2	42,0	3 681,8	2 776,9	91,5	2,4
1972	8 970,5	3 815,1	42,5	3 747,8	2 834,3	68,3	1,8
1973	8 976,0	3 850,7	42,9	3 796,3	2 877,8	55,1	1,4
1974	9 098,3	3 862,5	42,5	3 780,9	2 874,1	82,5	2,1
1975	9 425,8	3 848,4	40,8	3 695,6	2 812,2	153,6	4,0

Quadro 4.8 — População activa, emprego e desemprego, segundo Banco de Portugal, 1953-1993 (continuação)

ano	população residente milhares	população activa milhares	taxa de actividade %	população empregada milhares	por conta de outrem milhares	população desempr. milhares	taxa de desempr. %
1976	9 666,0	3 843,4	39,8	3 624,4	2 721,9	220,4	5,7
1977	9 735,9	3 934,9	40,4	3 671,9	2 762,1	264,6	6,7
1978	9 801,4	4 064,3	41,5	3 770,0	2 867,4	295,0	7,3
1979	9 856,5	4 166,2	42,3	3 862,4	2 936,6	305,3	7,3
1980	9 909,3	4 236,1	42,7	3 943,7	3 030,6	293,5	6,9
1981	9 956,9	4 251,0	42,7	3 939,5	3 037,6	311,5	7,3
1982	10 059,1	4 268,6	42,4	3 965,3	3 035,1	303,4	7,1
1983	10 122,6	4 230,7	41,8	3 878,8	2 979,9	351,9	8,3
1984	10 196,7	4 329,8	42,5	3 937,3	3 017,8	392,5	9,1
1985	10 173,4	4 347,9	42,7	3 932,2	3 005,6	415,7	9,6
1986	10 199,2	4 326,6	42,4	3 900,0	2 992,8	426,6	9,9
1987	10 228,0	4 388,9	42,9	4 006,9	3 055,2	382,0	8,7
1988	10 254,3	4 435,6	43,3	4 096,2	3 144,7	339,5	7,7
1989	10 281,4	4 556,9	44,3	4 236,1	3 265,2	320,8	7,0
1990	10 301,7	4 593,2	44,6	4 279,2	3 301,7	313,9	6,8
1991	10 303,6	4 628,9	44,9	4 335,2	3 314,9	293,8	6,3
1992	10 280,2	4 600,6	44,8	4 359,6	3 327,6	241,0	5,2
1993	10 313,2	4 599,7	44,6	4 295,2	3 243,9	304,6	6,6

Quadro 4.9 — População activa por ramos de actividade, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993

Fonte — Pinheiro, 1997.

Unidades — Milhares.

Observações metodológicas no ponto 3 da introdução ao capítulo. Para mais pormenores consulte-se a fonte.

ano	população activa	agricultura silvicultura caça	pesca	indústria extractiva	indústria transformadora	electricidade gás, água
1953	3 143,6	1 490,4	43,4	30,1	576,3	10,1
1954	3 121,5	1 474,7	43,5	28,5	572,4	10,5
1955	3 150,3	1 460,0	42,4	28,2	592,9	11,6
1956	3 199,0	1 445,1	42,2	31,0	616,7	12,2
1957	3 233,2	1 428,6	42,3	31,9	636,4	13,1
1958	3 265,2	1 413,3	44,1	29,2	645,7	14,1
1959	3 278,8	1 397,4	45,8	26,5	654,6	14,5
1960	3 309,0	1 381,3	45,4	25,6	680,7	15,2
1961	3 294,5	1 325,9	48,0	22,5	696,0	15,8
1962	3 298,8	1 281,3	48,2	19,2	722,0	16,3
1963	3 317,6	1 245,6	47,8	19,4	749,6	16,6
1964	3 358,9	1 207,8	48,6	19,2	788,8	16,9
1965	3 440,3	1 166,0	49,7	18,3	842,8	16,9
1966	3 517,7	1 121,6	48,4	18,8	891,6	17,4
1967	3 535,0	1 079,9	45,7	19,0	903,0	18,3
1968	3 549,6	1 042,2	44,8	18,4	902,4	18,6
1969	3 599,4	1 002,8	43,2	18,8	916,8	18,6
1970	3 637,2	960,3	42,8	18,1	920,8	18,1
1971	3 681,8	920,8	42,8	17,2	937,2	18,0
1972	3 747,8	887,9	41,0	17,4	961,1	18,2
1973	3 796,3	859,2	39,6	18,9	989,1	17,9
1974	3 780,9	837,8	39,7	18,9	979,4	18,4

Quadro 4.9 — População activa por ramos de actividade, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993 (continuação)

ano	população activa	agricultura silvicultura caça	pesca	indústria extractiva	indústria transfor-madora	electri-cidade gás, água
1975	3 695,6	820,6	40,3	17,3	944,8	18,5
1976	3 624,4	834,2	37,2	15,5	911,7	18,5
1977	3 671,9	819,9	34,5	15,3	929,9	21,0
1978	3 770,0	764,2	34,5	16,5	973,2	23,4
1979	3 862,4	762,9	33,3	17,7	1 001,1	25,1
1980	3 943,7	725,5	32,9	18,9	1 025,0	27,6
1981	3 939,5	686,0	32,3	18,2	1 000,7	29,2
1982	3 965,3	662,5	30,4	18,4	1 013,1	29,1
1983	3 878,8	627,1	28,2	17,4	992,1	31,0
1984	3 937,3	640,6	28,1	17,4	1 017,0	31,7
1985	3 932,2	643,3	27,9	16,9	1 013,5	32,4
1986	3 900,0	593,0	26,9	16,5	1 013,8	32,5
1987	4 006,9	618,9	24,8	15,7	1 034,7	32,6
1988	4 096,2	593,1	23,4	16,1	1 061,4	32,0
1989	4 236,1	553,1	27,0	17,7	1 114,3	30,7
1990	4 279,2	531,9	27,8	18,4	1 120,0	29,4
1991	4 335,2	536,7	25,7	18,2	1 093,7	28,7
1992	4 359,6	525,3	21,9	17,1	1 067,1	27,3
1993	4 295,2	518,2	19,9	16,3	1 016,3	27,5

ano	população activa	construção obras públicas	comércio	transportes comuni-cações	banca seguros imóveis	serviços diversos
1953	3 143,6	133,6	209,0	109,8	23,2	517,8
1954	3 121,5	133,8	208,9	112,1	24,1	513,1
1955	3 150,3	143,7	226,3	109,5	24,7	511,2
1956	3 199,0	167,4	235,4	110,0	25,5	513,5
1957	3 233,2	179,8	243,8	113,7	26,1	517,5
1958	3 265,2	197,3	253,7	115,6	26,9	525,4
1959	3 278,8	206,4	259,1	117,9	28,1	528,6

Quadro 4.9 — População activa por ramos de actividade, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993 (continuação)

ano	população activa	construção obras públicas	comércio	transportes comuni-cações	banca seguros imóveis	serviços diversos
1960	3 309,0	211,3	271,0	120,5	29,0	529,2
1961	3 294,5	220,2	283,6	125,8	30,0	526,8
1962	3 298,8	215,1	306,8	126,5	31,0	532,5
1963	3 317,6	205,6	327,8	125,8	32,5	546,7
1964	3 358,9	214,3	344,4	128,3	34,8	555,7
1965	3 440,3	242,1	369,7	129,7	37,3	567,7
1966	3 517,7	254,4	399,7	133,0	40,0	592,8
1967	3 535,0	252,2	424,9	136,4	43,3	612,4
1968	3 549,6	251,8	445,6	143,5	48,4	634,1
1969	3 599,4	259,4	463,1	154,1	55,6	667,0
1970	3 637,2	274,5	477,0	158,7	61,9	704,9
1971	3 681,8	309,8	496,3	162,6	66,3	710,8
1972	3 747,8	339,6	521,6	165,9	71,3	723,8
1973	3 796,3	352,8	548,4	166,6	78,4	725,4
1974	3 780,9	333,0	548,4	167,4	82,9	755,1
1975	3 695,6	329,6	529,3	174,7	80,1	740,4
1976	3 624,4	314,8	503,7	176,7	75,8	736,3
1977	3 671,9	316,5	507,3	183,8	78,6	765,1
1978	3 770,0	352,9	534,5	198,0	85,4	787,4
1979	3 862,4	364,3	548,0	201,3	90,5	818,1
1980	3 943,7	415,0	564,5	199,5	97,8	837,1
1981	3 939,5	448,6	574,9	193,9	105,6	850,0
1982	3 965,3	470,7	560,5	199,4	119,2	861,9
1983	3 878,8	438,3	556,6	196,9	123,1	868,0
1984	3 937,3	417,5	560,3	197,2	129,4	898,0
1985	3 932,2	396,5	567,6	192,8	127,3	914,2
1986	3 900,0	393,6	582,3	186,4	126,6	928,5
1987	4 006,9	421,1	596,6	188,2	129,2	945,2
1988	4 096,2	433,1	627,3	192,3	137,8	979,5
1989	4 236,1	434,6	674,5	201,5	156,0	1 026,7

Quadro 4.9 — População activa por ramos de actividade, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993 (continuação)

ano	população activa	construção obras públicas	comércio	transportes comuni-cações	banca seguros imóveis	serviços diversos
1990	4 279,2	429,2	696,7	204,8	162,1	1 058,9
1991	4 335,2	434,9	726,7	208,4	173,9	1 088,3
1992	4 359,6	444,6	765,4	206,0	179,5	1 105,3
1993	4 295,2	438,3	773,0	200,6	181,0	1 104,0

Quadro 4.10 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993

Fonte — Pinheiro, 1997.

Unidades — Milhares.

Observações metodológicas no ponto 3 da introdução ao capítulo. Para mais pormenores consulte-se a fonte.

ano	indústria transfor-madora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário curtumes	madeira cortiça mobiliário	papel tipografia edição	química borracha petróleo
1953	576,3	73,7	223,9	92,8	22,5	47,7
1954	572,4	77,8	210,4	89,5	23,5	49,7
1955	592,9	79,2	212,5	94,2	25,0	53,5
1956	616,7	80,9	208,7	101,2	26,0	58,4
1957	636,4	82,4	206,6	102,6	25,6	63,7
1958	645,7	84,0	205,0	98,2	25,1	72,1
1959	654,6	83,6	202,9	98,1	25,6	75,2
1960	680,7	82,1	207,2	100,5	26,1	80,4
1961	696,0	83,5	211,1	110,2	27,0	73,7
1962	722,0	83,8	212,8	126,6	28,0	72,2
1963	749,6	85,5	223,4	133,3	31,5	72,0
1964	788,8	89,8	248,2	135,9	33,1	73,4
1965	842,8	95,7	275,2	134,5	35,0	76,2
1966	891,6	100,8	290,5	133,4	38,0	75,8
1967	903,0	103,2	294,9	134,4	38,4	73,2
1968	902,4	106,6	297,2	131,7	40,2	72,4
1969	916,8	109,2	301,0	127,2	42,5	72,1
1970	920,8	107,4	298,1	122,2	43,7	74,0
1971	937,2	105,1	303,3	121,5	44,9	75,9
1972	961,1	103,5	314,7	124,9	46,4	75,0
1973	989,1	102,1	329,8	125,0	48,0	75,1

Quadro 4.10 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993 (continuação)

ano	indústria transfor-madora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário curtumes	madeira cortiça mobiliário	papel tipografia edição	química borracha petróleo
1974	979,4	102,0	322,1	120,4	48,2	73,9
1975	944,8	100,9	300,0	116,9	46,8	70,8
1976	911,7	96,5	293,9	111,8	41,0	67,4
1977	929,9	98,9	293,2	111,4	38,1	76,6
1978	973,2	105,5	299,6	116,3	47,6	80,2
1979	1 001,1	108,9	309,4	119,1	55,3	81,1
1980	1 025,0	112,1	315,9	121,5	58,5	84,2
1981	1 000,7	109,3	316,4	116,9	53,0	73,6
1982	1 013,1	114,5	321,5	112,4	54,4	73,7
1983	992,1	113,8	320,5	102,7	53,6	74,9
1984	1 017,0	117,2	342,2	108,7	53,5	72,6
1985	1 013,5	117,5	355,3	106,0	52,8	71,8
1986	1 013,8	116,8	369,7	105,0	52,3	71,4
1987	1 034,7	116,8	393,6	103,2	52,0	69,6
1988	1 061,4	119,1	413,8	103,4	52,3	67,9
1989	1 114,3	124,7	436,6	106,0	54,9	70,2
1990	1 120,0	124,6	445,5	103,6	54,9	64,7
1991	1 093,7	120,9	433,2	99,2	54,5	63,2
1992	1 067,1	118,1	414,8	99,0	53,7	61,2
1993	1 016,3	115,1	385,7	97,5	52,0	57,6

ano	indústria transfor-madora	minerais não metálicos	metalurgia de base	produtos metálicos máquinas	indústrias transformadoras diversas
1953	576,3	27,6	14,7	67,8	5,7
1954	572,4	29,7	11,8	74,1	5,8
1955	592,9	33,4	11,6	77,3	6,1
1956	616,7	37,8	7,4	90,2	6,1
1957	636,4	40,8	3,7	105,0	6,0

Quadro 4.10 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993 (continuação)

ano	indústria transfor-madora	minerais não metálicos	metalurgia de base	produtos metálicos máquinas	indústrias transformadoras diversas
1958	645,7	44,6	5,0	105,2	6,4
1959	654,6	50,3	6,0	106,3	6,6
1960	680,7	56,2	8,9	112,2	7,1
1961	696,0	57,2	10,2	113,8	9,2
1962	722,0	58,0	11,7	119,1	9,7
1963	749,6	58,6	14,0	122,4	8,9
1964	788,8	58,4	15,1	125,6	9,3
1965	842,8	61,8	16,0	138,4	9,8
1966	891,6	65,4	19,2	158,2	10,3
1967	903,0	64,5	19,6	164,3	10,5
1968	902,4	63,3	17,8	162,5	10,6
1969	916,8	62,8	19,9	171,4	10,8
1970	920,8	61,4	22,0	180,8	11,0
1971	937,2	61,1	23,4	190,5	11,5
1972	961,1	62,6	23,9	198,2	12,0
1973	989,1	64,1	24,6	207,8	12,6
1974	979,4	62,5	22,5	215,1	12,6
1975	944,8	62,7	19,1	215,3	12,3
1976	911,7	63,5	18,0	210,4	9,2
1977	929,9	67,9	21,2	209,5	13,1
1978	973,2	70,5	26,1	213,7	13,7
1979	1 001,1	68,6	27,6	217,6	13,4
1980	1 025,0	69,5	29,3	221,0	13,0
1981	1 000,7	69,1	30,1	220,7	11,6
1982	1 013,1	72,3	29,6	223,1	11,5
1983	992,1	69,4	31,3	214,9	11,0
1984	1 017,0	68,3	32,2	211,3	11,0
1985	1 013,5	66,1	31,1	202,1	10,7
1986	1 013,8	64,4	30,3	193,1	11,0
1987	1 034,7	66,3	29,3	192,8	11,1

Quadro 4.10 — População activa na indústria transformadora por sectores, segundo o Banco de Portugal, 1953-1993 (continuação)

ano	indústria transfor-madora	minerais não metálicos	metalurgia de base	produtos metálicos máquinas	indústrias transformadoras diversas
1988	1 061,4	68,5	28,5	196,5	11,5
1989	1 114,3	72,0	28,2	209,2	12,4
1990	1 120,0	75,0	26,2	213,0	12,6
1991	1 093,7	76,1	24,4	209,7	12,5
1992	1 067,1	74,7	22,7	211,3	11,7
1993	1 016,3	71,5	21,1	205,8	10,0

CAPÍTULO 5 — PRODUÇÃO

Devido à heterogeneidade das informações a considerar neste capítulo, ele está dividido em secções, correspondentes às divisões da nomenclatura dos sectores segundo o sistema europeu de contas SEC 1995.

SECÇÃO A — AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA E CAÇA

EVA NUNES (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

1 — Recursos utilizados

Um primeiro aspecto a considerar no estudo estatístico da actividade agrícola em sentido lato é o dos recursos utilizados.

Entre esses recursos, sobressaem, naturalmente, os recursos naturais, e entre eles a terra. Por isso, o primeiro quadro desta secção resume os principais elementos disponíveis relativos à utilização do solo em Portugal.

Não se incluem aqui dados sobre a utilização de recursos humanos, porque a população activa na agricultura é alvo de tratamento no capítulo 4, relativo à actividade económica da população.

No que respeita à utilização de recursos produzidos, as rubricas mais importantes são, evidentemente, as construções, os animais e os instrumentos. Não há dados estatísticos sistemáticos sobre as construções afectas à actividade agrícola em sentido lato, cuja importância é bem visível pela simples observação da paisagem rural, sob formas que vão desde os edifícios de armazenagem (por exemplo, celeiros), até às transformações permanentes do solo (por exemplo, socalcos). O segundo quadro desta secção resume os principais elementos disponíveis relativos aos efectivos pecuários existentes em Portugal. O terceiro quadro desta secção resume os principais elementos disponíveis relativos às máquinas utilizadas na agricultura portuguesa.

2 — Produção agrícola

O conhecimento estatístico da produção agrícola em Portugal atravessou, pode dizer-se, quatro épocas. A primeira, até meados do século 19, caracterizou-se pela quase completa ausência de dados recolhidos e publicados. A segunda, de meados do século 19 aos anos da primeira guerra mundial, caracterizou-se pela recolha e publicação irregulares de dados, freqüentemente incompletos, sobre as principais produções. A terceira, correspondente aos anos da primeira à segunda guerra mundial, caracterizou-se pela regularização e gradual aperfeiçoamento da recolha e publicação de dados sobre as principais produções. A quarta,

desde meados do século 20, tem-se caracterizado pelo alargamento e aperfeiçoamento da recolha e publicação de dados, abrangendo agora um número cada vez maior de produções, na seqüência, aliás, de alterações significativas da própria estrutura da produção agrícola portuguesa.

A apresentação de dados sobre a produção agrícola em sentido lato é feita em três quadros, relativos a três dos quatro sub-sectores que compõem esse sector:

a) Agricultura em sentido estrito — Englobam-se aqui as produções de produtos vegetais cultivados, nomeadamente os cereais, os líquidos, as frutas e os legumes e os vegetais diversos.

b) Pecuária — Englobam-se aqui as produções de produtos de origem animal, nomeadamente a carne, o leite, os ovos e algumas fibras têxteis.

c) Silvicultura — Englobam-se aqui as produções de produtos florestais, nomeadamente a cortiça, a madeira, a lenha e produtos florestais diversos.

Ficou de lado um quarto sub-sector, a caça, porque não existem quaisquer séries oficiais de produção da caça. Trata-se de uma lacuna que não é muito significativa, devido à pequena importância desta actividade económica.

Bibliografia

JUSTINO, David — A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913. (2 volumes) Lisboa: Vega, 1988-1989.

LAÍNS, Pedro; SOUSA, Paulo Silveira e — Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848-1914. Análise Social, 149, 1998.

NEVES, Pedro — A agricultura portuguesa no período entre as guerras. Uma avaliação quantitativa. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1995.

Quadros

5A.1 — Utilização do solo e explorações agrícolas
5A.2 — Efectivos pecuários
5A.3 — Máquinas agrícolas
5A.4 — Produção da agricultura
5A.5 — Produção da pecuária
5A.6 — Produção da silvicultura

Quadro 5A.1 — Utilização do solo e explorações agrícolas

Fonte — Estatísticas Agrícolas.

A — Estimativas e avaliações oficiais da utilização do solo

Observações:

1 — Os valores assinalados com asterisco são estimativas. Os restantes são avaliações oficiais.

2 — Os valores assinalados com C referem-se apenas ao Continente.

3 — A superfície agrícola engloba terras de culturas arvenses e hortícolas, vinhas, olivais e pomares.

4 — A superfície florestal engloba pinhais, montados, soutos, eucaliptais e matas diversas.

5 — A superfície inculta engloba terras de pousio.

6 — A superfície improdutiva engloba afloramentos rochosos, areais, pântanos, rios e linhas de água.

7 — A superfície social engloba áreas ocupadas por construções e infra-estruturas. Os valores da superfície social assinalados com ? estão englobados na superfície improdutiva.

ano	superfície agrícola 10^3 ha	superfície florestal 10^3 ha	superfície inculta 10^3 ha	superfície improdutiva 10^3 ha	superfície social 10^3 ha
1875 C*	1 886	640	2 116	3 961	291
1902 C	3 111	1 957	1 926	1 900	?
1920 C*	3 229	2 058	1 639	1 584	384
1929 C*	3 283	2 332	1 565	1 714	?
1934 C*	3 352	2 520	1 335	1 303	384
1939 C*	3 380	2 467	1 484	1 179	384
1951 C	4 762	2 750	740	490	152

Quadro 5A.1 — Utilização do solo e explorações agrícolas (continuação)

B — Recenseamentos agrícolas

ano	superfície agrícola 10^3 ha	explorações		
		conta própria milhares	arrendamento milhares	outras milhares
1979	5 182	534	68	183
1989	4 006	541	156	38
1993	3 950	450	102	46
1995	3 925	416	90	36

Quadro 5A.2 — Efectivos pecuários

Fonte — Estatísticas Agrícolas.

Unidade — Milhares.

A — Arrolamentos do gado

Observação — Os valores indicados resultam de arrolamentos gerais, salvo indicação em contrário através das notas seguintes:

C — Só Continente.

C* — Só Continente por estimativa dos intendentes de pecuária.

CA — Continente em 1925 + Açores em 1926.

ano	cavalares	muares	asininos	bovinos	ovinos	caprinos	suínos
1852	72	41	132	606	2 576	1 148	934
1870 C	80	51	138	520	2 707	937	777
1906 C*	88	58	144	703	3 073	1 034	1 111
1920 C	?	?	?	741	3 851	1 493	921
1925 CA	84	90	243	852	3 711	1 580	1 156
1934	90	122	275	905	3 274	1 296	1 206
1940	85	123	245	973	3 948	1 244	1 253
1955	74	127	237	1 074	3 642	738	1 516
1972	20	73	158	1 072	2 420	741	1 977
1979	17	56	102	1 173	2 081	733	2 450

B — Arrolamentos de animais de capoeira

ano	galináceos	patos	perús	pombos	coelhos
1934	6 233	114	133	846	1 007
1940	5 807	138	136	658	1 044
1955	8 176	203	217	1 026	2 104

Quadro 5A.2 — Efectivos pecuários (continuação)

C — Inquéritos correntes

ano	galinhas poedeiras	bovinos	ovinos	caprinos	suínos
1967	543	-	-	-	-
1968	836	-	-	-	-
1969	1 237	-	-	-	-
1970	1 358	-	-	-	-
1971	2 039	-	-	-	-
1972	2 122	-	-	-	-
1973	2 453	-	-	-	-
1974	2 523	-	-	-	-
1975	2 388	-	-	-	-
1976	2 724	-	-	-	-
1977	3 583	-	-	-	-
1978	3 335	-	-	-	-
1979	4 091	-	-	-	-
1980	3 513	-	-	-	-
1981	3 133	-	-	-	-
1982	3 136	-	-	-	-
1983	3 538	-	-	-	-
1984	2 993	-	-	-	-
1985	3 034	-	-	-	-
1986	3 112	-	-	-	-
1987	3 100	1 332	3 075	808	2 455
1988	3 352	1 359	3 187	840	2 326
1989	?	1 335	3 347	857	2 598
1990	3 120	1 375	3 360	857	2 664
1991	4 021	1 416	3 380	862	2 564
1992	3 817	1 345	3 348	858	2 547
1993	3 844	1 322	3 305	836	2 664
1994	4 565	1 329	3 416	819	2 416
1995	4 908	1 324	3 428	799	2 412
1996	4 758	1 311	3 380	781	2 344
1997	5 238	1 285	3 414	785	2 365

Quadro 5A.3 — Máquinas agrícolas

Fonte — Estatísticas Agrícolas.

Unidade — Milhares.

ano	debulhadoras	ceifeiras--debulhadoras	tractores
1951	3	+ 0	?
1952	3	+ 0	3
1953	3	+ 0	3
1954	3	+ 0	4
1955	4	+ 0	4
1956	4	+ 0	5
1957	4	+ 0	6
1958	5	+ 0	7
1959	5	+ 0	8
1960	5	+ 0	10
1961	5	+ 0	11
1962	5	1	12
1963	5	1	13
1964	5	1	14
1965	6	1	16
1966	6	1	18
1967	6	1	19
1968	6	2	22
1969	6	2	23
1970	6	3	28
1971	6	3	32
1972	6	3	34
1973	6	3	38
1974	6	4	42
1975	6	4	44
1976	6	4	50
1977	6	4	57

Quadro 5A.3 — Máquinas agrícolas (continuação)

ano	debulhadoras	ceifeiras--debulhadoras	tractores
1978	6	4	61
1979	6	4	66
1980	6	5	73
1981	6	5	77
1982	6	5	81
1983	?	?	83
1984	?	?	81
1985	?	?	79
1986	?	?	76
1987	?	?	79
...			
1989	?	4	109
...			
1993	?	4	119
...			
1995	?	4	121

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura

Fontes — De 1845 a 1915, Lains, Sousa, 1998 e Justino, 1988-1989; de 1916 a 1947, Neves, 1995; de 1948 em diante, Estatísticas Agrícolas.

A — Cereais

ano	trigo 10^3 t	milho 10^3 t	centeio 10^3 t	arroz 10^3 t	aveia 10^3 t	cevada 10^3 t
1845	161	364	127	?	?	?
1846	122	349	100	?	?	?
1847	158	320	123	6	?	?
1848	180	348	127	6	?	?
1849	155	344	120	5	?	?
1850	134	371	96	6	?	?
1851	183	326	137	7	?	?
1852	199	331	157	7	?	?
1853	163	381	113	9	?	?
1854	204	275	120	9	?	?
1855	172	404	155	6	?	?
1856	65	406	73	9	?	?
1857	194	442	149	9	?	?
1858	123	316	128	7	?	?
1859	131	439	108	8	?	?
1860	156	405	120	7	?	?
1861	153	406	117	9	?	?
1862	116	336	110	11	?	?
...						
1865	150	372	122	9	?	?
...						
1867	158	420	148	9	?	?
1868	?	?	?	12	?	?
1869	137	430	85	17	?	?

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	trigo 10^3 t	milho 10^3 t	centeio 10^3 t	arroz 10^3 t	aveia 10^3 t	cevada 10^3 t
…						
1873	167	405	133	9	?	?
…						
1875	?	?	?	9	?	?
…						
1879	?	?	?	9	?	?
…						
1882	162	319	127	?	?	?
1883	155	348	128	?	?	?
1884	155	336	125	?	?	?
1885	137	283	136	9	?	?
…						
1887	146	485	176	?	?	?
…						
1893	155	518	195	?	?	?
1894	156	?	?	?	?	?
…						
1898	202	566	207	?	?	?
1899	150	?	?	?	?	?
1900	177	?	?	?	?	?
1901	272	447	148	8	?	?
1902	343	655	216	10	?	?
1903	295	539	144	12	?	?
1904	247	403	117	10	?	?
1905	216	?	?	12	?	?
1906	266	?	?	27	?	?
1907	196	?	?	13	?	?
1908	168	?	?	14	?	?
1909	263	418	132	14	?	?
1910	271	555	131	16	?	?
1911	325	?	?	13	?	?
1912	123	?	?	?	?	?

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	trigo 10^3 t	milho 10^3 t	centeio 10^3 t	arroz 10^3 t	aveia 10^3 t	cevada 10^3 t
1913	159	?	?	?	?	?
1914	191	272	?	?	?	?
1915	183	277	?	17	?	?
1916	205	263	80	21	57	28
1917	206	250	90	16	68	33
1918	265	236	123	23	68	34
1919	226	246	99	21	69	32
1920	286	295	131	24	92	40
1921	256	280	117	20	84	38
1922	277	290	137	20	87	41
1923	365	261	133	16	121	55
1924	292	294	133	18	94	47
1925	345	365	129	17	94	50
1926	237	309	92	18	71	34
1927	317	381	119	22	82	45
1928	209	361	101	20	76	32
1929	294	376	119	22	84	44
1930	374	421	124	25	117	53
1931	360	446	129	26	95	46
1932	648	364	119	34	95	47
1933	443	312	107	47	64	44
1934	711	308	123	55	115	46
1935	609	288	118	58	102	43
1936	235	305	89	64	86	36
1937	399	349	101	85	104	41
1938	430	319	102	68	98	40
1939	527	391	103	72	101	41
1940	268	391	75	82	26	27
1941	449	414	91	89	85	50
1942	524	388	124	78	136	69
1943	295	361	99	74	70	41
1944	368	418	130	64	77	58

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	trigo 10^3 t	milho 10^3 t	centeio 10^3 t	arroz 10^3 t	aveia 10^3 t	cevada 10^3 t
1945	315	272	122	44	72	50
1946	508	416	147	63	217	108
1947	348	356	151	86	115	76
1948	356	383	124	92	92	71
1949	405	257	149	78	104	81
1950	575	516	170	121	141	111
1951	580	461	194	141	148	117
1952	579	488	175	141	134	102
1953	690	374	182	140	132	105
1954	781	440	195	154	125	104
1955	508	437	155	183	82	72
1956	558	481	171	160	97	78
1957	797	427	202	162	128	101
1958	809	425	209	149	143	102
1959	624	387	175	163	89	66
1960	492	466	138	151	61	50
1961	430	632	119	177	65	52
1962	645	591	171	174	104	72
1963	592	523	216	166	99	61
1964	472	596	167	181	68	46
1965	623	502	209	139	99	72
1966	324	605	145	154	63	49
1967	651	624	175	146	111	74
1968	763	597	199	149	129	94
1969	470	598	167	176	79	55
1970	564	628	156	195	72	54
1971	809	570	168	162	125	85
1972	621	562	164	164	85	63
1973	533	559	134	168	79	57
1974	546	532	143	129	99	75
1975	611	506	146	133	121	87
1976	694	429	165	97	127	117

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	trigo 10^3 t	milho 10^3 t	centeio 10^3 t	arroz 10^3 t	aveia 10^3 t	cevada 10^3 t
1977	229	491	103	102	60	40
1978	265	499	123	135	64	44
1979	252	506	120	145	69	41
1980	433	532	138	155	96	54
1981	319	420	126	112	72	41
1982	426	464	119	143	86	51
1983	329	461	92	109	99	54
1984	468	499	103	134	152	91
1985	397	550	97	147	119	65
1986	502	628	100	149	152	90
1987	534	655	108	144	155	80
1988	396	658	77	146	81	51
1989	616	679	106	147	127	84
1990	296	666	86	159	72	79
1991	618	656	80	170	76	124
1992	362	628	70	110	45	63
1993	422	638	66	69	76	98
1994	462	726	64	132	79	96
1995	360	766	36	125	58	53
1996	406	854	54	172	60	69
1997	325	841	41	164	44	29
1998	150	1 020	32	162	26	26

B — Legumes e líquidos

ano	fava 10^3 t	feijão 10^3 t	grão 10^3 t	batata 10^3 t	vinho 10^3 hl	azeite 10^3 hl
1845	?	?	?	?	3 955	?
...						
1848	?	?	?	172	4 218	150
1849	?	?	?	129	2 787	79

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	fava 10^3 t	feijão 10^3 t	grão 10^3 t	batata 10^3 t	vinho 10^3 hl	azeite 10^3 hl
1850	?	?	?	91	2 908	118
1851	?	?	?	78	3 439	218
1852	?	?	?	116	2 750	97
1853	?	?	?	?	2 990	102
1854	?	?	?	?	1 966	123
1855	?	?	?	?	1 913	584
1856	?	?	?	111	668	344
1857	?	?	?	?	598	230
1858	?	?	?	?	1 663	217
1859	?	?	?	?	655	147
1860	?	?	?	?	758	179
1861	?	?	?	?	1 128	153
1862	?	?	?	129	1 368	360
…						
1866	?	?	?	?	1 291	?
1867	?	?	?	124	?	?
1868	?	?	?	?	1 938	161
1869	?	?	?	135	2 024	111
1870	?	?	?	?	?	191
1871	?	?	?	?	2 070	187
1872	?	?	?	?	1 598	278
1873	?	?	?	100	2 041	128
…						
1880	?	?	?	?	2 452	?
1881	?	?	?	?	2 243	269
1882	?	?	?	?	2 811	381
1883	?	?	?	?	2 556	289
1884	?	?	?	?	3 256	337
1885	?	?	?	?	4 463	262
…						
1887	?	?	?	?	5 256	?
…						

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	fava 10^3 t	feijão 10^3 t	grão 10^3 t	batata 10^3 t	vinho 10^3 hl	azeite 10^3 hl
1892	?	?	?	?	3 523	509
1893	?	?	?	?	3 000	?
1894	?	?	?	?	3 083	?
1895	?	?	?	?	4 500	?
1896	?	?	?	?	5 000	?
1897	?	?	?	?	1 550	?
1898	?	?	?	?	4 269	600
1899	?	?	?	?	5 660	?
1900	?	?	?	?	5 760	?
1901	?	?	?	272	5 705	450
1902	?	?	?	259	4 898	297
1903	?	?	?	284	3 523	290
1904	?	?	?	?	6 200	?
1905	?	?	?	?	5 026	?
1906	?	?	?	?	4 654	?
1907	?	?	?	?	4 078	?
1908	?	?	?	?	7 760	360
1909	?	?	?	166	6 035	272
1910	?	?	?	115	4 335	202
1911	?	?	?	?	5 378	419
1912	?	?	?	?	4 430	?
1913	?	?	?	?	3 923	?
1914	?	?	?	?	4 770	?
1915	?	28	3	?	4 837	292
1916	26	25	5	171	4 583	290
1917	26	23	6	165	4 406	418
1918	28	22	7	152	4 270	299
1919	27	22	6	154	5 133	311
1920	33	26	9	169	3 384	198
1921	27	25	7	175	4 607	257
1922	32	28	8	180	5 794	322
1923	41	18	7	180	6 161	483

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	fava 10^3 t	feijão 10^3 t	grão 10^3 t	batata 10^3 t	vinho 10^3 hl	azeite 10^3 hl
1924	28	27	7	193	5 246	438
1925	33	34	9	339	5 672	427
1926	23	24	6	259	3 666	314
1927	36	35	9	311	9 267	986
1928	25	28	7	262	4 525	286
1929	27	30	6	341	6 600	842
1930	40	38	11	565	5 785	200
1931	30	44	9	607	7 380	716
1932	28	44	8	672	6 150	481
1933	39	39	11	620	9 200	818
1934	46	40	11	556	10 805	240
1935	32	39	12	513	5 924	574
1936	32	43	11	517	3 709	303
1937	41	40	12	596	8 049	1 081
1938	28	29	14	596	10 955	371
1939	35	40	13	606	7 720	842
1940	17	36	11	616	5 187	383
1941	30	43	10	625	7 374	1 003
1942	45	54	13	835	8 259	418
1943	37	37	12	891	13 940	960
1944	25	31	10	896	14 507	397
1945	15	27	6	742	10 167	442
1946	61	41	18	940	6 689	487
1947	30	49	12	1 024	10 111	1 018
1948	42	47	14	1 018	8 176	316
1949	27	28	12	790	7 927	1 074
1950	42	58	19	1 131	8 725	437
1951	45	61	21	1 390	9 490	1 158
1952	51	62	17	1 073	5 802	571
1953	46	40	12	1 120	11 736	1 330
1954	45	41	14	1 073	12 185	529
1955	40	54	15	1 105	11 336	750

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	fava 10^3 t	feijão 10^3 t	grão 10^3 t	batata 10^3 t	vinho 10^3 hl	azeite 10^3 hl
1956	37	47	17	1 102	10 965	1 017
1957	47	45	20	1 196	9 576	1 102
1958	41	46	18	1 087	8 585	673
1959	46	51	24	860	8 924	1 000
1960	28	50	21	1 041	11 458	942
1961	25	69	27	1 056	7 420	1 257
1962	38	58	21	894	15 268	580
1963	41	60	26	1 145	12 979	1 084
1964	29	66	23	1 143	13 595	450
1965	30	51	15	913	14 749	788
1966	27	61	23	991	8 928	414
1967	35	58	30	1 371	9 740	879
1968	39	54	26	1 157	11 690	581
1969	31	54	21	1 201	8 081	790
1970	30	58	20	1 285	11 328	735
1971	37	59	16	1 181	8 835	458
1972	33	54	14	1 198	8 197	588
1973	28	54	15	1 148	11 086	457
1974	31	45	14	1 184	13 994	526
1975	29	39	15	1 098	8 969	539
1976	31	37	15	1 003	9 409	391
1977	18	42	11	1 292	6 792	327
1978	23	47	15	1 225	6 497	439
1979	21	43	13	1 110	14 268	625
1980	23	46	15	1 200	10 175	349
1981	19	35	8	928	8 959	251
1982	20	41	10	1 082	10 135	867
1983	18	43	8	1 007	8 350	96
1984	19	46	14	1 102	8 393	517
1985	19	47	13	1 215	9 567	361
1986	18	47	12	1 122	7 615	557
1987	19	47	12	1 178	10 779	425

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	fava 10^3 t	feijão 10^3 t	grão 10^3 t	batata 10^3 t	vinho 10^3 hl	azeite 10^3 hl
1988	17	48	12	936	3 609	157
1989	19	48	12	1 131	7 495	446
1990	15	43	12	1 120	10 974	263
1991	1	28	3	1 397	9 749	669
1992	0	22	2	1 542	7 517	225
1993	0	17	2	1 214	4 642	351
1994	0	15	2	1 300	6 398	345
1995	?	15	2	1 436	6 400	478
1996	?	15	2	1 326	7 900	516
1997	?	14	2	1 047	5 634	424
1998	?	14	?	1 226	3 457	381

C — Frutos

ano	laranja 10^3 t	maçã 10^3 t	pera 10^3 t	pêssego 10^3 t	ameixa 10^3 t
1950	?	48	19	17	?
1951	?	37	43	27	?
1952	?	38	18	12	?
1953	?	38	30	30	?
1954	?	43	27	26	?
1955	?	58	35	13	?
1956	?	57	13	22	?
1957	?	51	43	35	?
1958	?	62	32	18	?
1959	?	74	37	18	?
1960	?	54	51	17	?
1961	?	70	50	40	?
1962	?	58	42	22	?
1963	?	92	58	31	?
1964	?	84	48	15	?

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	laranja 10^3 t	maçã 10^3 t	pera 10^3 t	pêssego 10^3 t	ameixa 10^3 t
1965	?	96	62	36	?
1966	?	86	43	17	?
1967	?	90	82	38	?
1968	92	71	59	27	12
1969	110	82	47	29	16
1970	98	89	46	35	16
1971	92	95	35	43	14
1972	130	115	58	56	9
1973	130	143	59	51	9
1974	114	122	50	53	8
1975	120	141	62	63	7
1976	104	155	65	79	8
1977	116	94	44	33	4
1978	97	117	45	36	6
1979	114	107	49	31	6
1980	92	128	59	33	6
1981	78	97	50	30	6
1982	117	105	75	33	9
1983	93	115	68	38	8
1984	98	86	71	26	6
1985	96	95	57	29	7
1986	99	76	50	31	7
1987	105	88	46	40	8
1988	92	74	41	36	8
1989	104	202	91	107	8
1990	101	178	94	89	9
1991	162	260	94	95	15
1992	168	277	100	108	16
1993	164	261	95	92	16
1994	180	208	116	92	18
1995	209	235	74	90	18
1996	179	257	101	76	18

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	laranja 10^3 t	maçã 10^3 t	pera 10^3 t	pêssego 10^3 t	ameixa 10^3 t
1997	176	264	164	89	18
1998	271	166	20	67	?

ano	cereja 10^3 t	figo 10^3 t	quivi 10^3 t	banana 10^3 t	ananás 10^3 t
1965	?	?	?	?	3
1966	?	?	?	36	3
1967	?	?	?	35	4
1968	22	106	?	29	4
1969	15	83	?	38	3
1970	21	138	?	34	2
1971	7	155	?	32	2
1972	24	94	?	28	2
1973	16	45	?	26	2
1974	15	88	?	26	2
1975	15	84	?	26	2
1976	21	62	?	23	2
1977	12	48	?	26	0
1978	10	49	?	26	2
1979	12	52	?	23	2
1980	11	51	?	34	2
1981	11	50	?	32	2
1982	13	46	?	34	1
1983	13	45	?	41	1
1984	12	46	?	42	1
1985	13	45	?	43	1
1986	10	30	?	46	1
1987	8	35	?	48	1
1988	4	32	?	50	1
1989	8	20	3	45	1
1990	9	19	2	46	?
1991	14	16	5	?	?

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	cereja 10^3 t	figo 10^3 t	quivi 10^3 t	banana 10^3 t	ananás 10^3 t
1992	13	14	10	?	?
1993	11	12	10	?	?
1994	10	7	9	?	?
1995	8	6	9	?	?
1996	9	6	11	?	?
1997	9	6	10	?	?

D — Frutos secos

ano	amêndoa 10^3 t	avelã 10^3 t	castanha 10^3 t	noz 10^3 t	amendoim 10^3 t
1950	18	?	13	?	?
1951	18	?	12	?	?
1952	19	?	22	?	?
1953	25	?	18	?	?
1954	34	?	24	?	?
1955	41	?	23	?	?
1956	31	?	26	?	?
1957	16	?	26	?	?
1958	12	?	24	?	?
1959	12	?	25	?	?
1960	10	?	21	?	?
1961	21	?	22	?	?
1962	24	?	21	?	?
1963	21	?	16	?	?
1964	15	?	90	?	?
1965	16	?	47	?	0,3
1966	?	?	?	?	0,2
1967	?	?	?	?	0,2
1968	17	1	36	7	0,1
1969	9	1	41	7	0,1

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	amêndoa 10^3 t	avelã 10^3 t	castanha 10^3 t	noz 10^3 t	amendoim 10^3 t
1970	20	0,7	46	4	?
1971	24	1	26	7	?
1972	22	1	46	6	?
1973	24	1	47	7	?
1974	18	0,9	32	6	?
1975	11	1	33	5	?
1976	19	1	33	6	?
1977	12	1	29	8	?
1978	18	1	28	8	?
1979	4	1	22	7	?
1980	6	1	20	7	?
1981	8	1	18	6	?
1982	18	1	17	6	?
1983	21	1	19	6	?
1984	17	1	18	6	0,1
1985	16	1	17	7	0,1
1986	14	2	16	7	0,1
1987	17	2	18	9	0,1
1988	9	2	14	8	0,1
1989	22	2	18	7	0
1990	18	2	17	6	0
1991	21	2	16	6	0
1992	20	2	15	4	0
1993	19	1	13	4	0
1994	10	1	19	3	0
1995	7	0,8	19	3	0
1996	8	0,9	20	3	0
1997	12	0,9	20	4	0

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

E — Culturas industriais

ano	tomate 10^3 t	girassol 10^3 t	tabaco 10^3 t
1966	810	?	14
1967	700	?	22
1968	898	?	23
1969	827	?	12
1970	692	1	10
1971	623	2	?
1972	856	2	?
1973	925	2	?
1974	716	3	?
1975	827	8	?
1976	494	9	0
1977	667	7	0
1978	633	15	1
1979	555	12	1
1980	458	22	1
1981	396	8	1
1982	524	24	1
1983	559	11	2
1984	730	28	7
1985	737	28	8
1986	657	33	4
1987	464	29	4
1988	458	58	4
1989	621	46	5
1990	827	61	5
1991	698	34	5
1992	450	51	4
1993	509	45	3
1994	879	40	5
1995	839	26	5

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	tomate 10^3 t	girassol 10^3 t	tabaco 10^3 t
1996	914	38	6
1997	792	35	6
1998	1 089	36	7

F — Diversos

ano	azeitona 10^3 t	chá 10^3 t	cana-de-açúcar 10^3 t	beterraba 10^3 t	batata doce 10^3 t
1965	?	0,5	?	?	?
1966	?	0,5	50	?	?
1967	?	0.4	53	116	74
1968	22	0,5	46	123	70
1969	22	0,4	49	105	70
1970	20	0,3	52	66	68
1971	21	0,3	46	67	69
1972	18	0,4	48	100	68
1973	22	0,3	31	95	66
1974	21	0,3	42	70	68
1975	20	0,3	30	93	67
1976	19	0,2	28	113	67
1977	21	0,3	35	128	65
1978	20	0,3	28	46	65
1979	20	0,3	24	46	65
1980	21	0,2	22	38	65
1981	21	0,2	22	29	46
1982	20	0,2	15	30	45
1983	19	0,2	9	42	53
1984	21	0,2	7	55	40
1985	21	0,1	7	31	46
1986	21	0,2	6	39	35
1987	19	0,2	6	19	30

Quadro 5A.4 — Produção da agricultura (continuação)

ano	azeitona 10^3 t	chá 10^3 t	cana-de-açúcar 10^3 t	beterraba 10^3 t	batata doce 10^3 t
1988	20	0,2	4	8	27
1989	21	0,2	4	12	4
1990	20	0,2	4	13	3
1991	23	0,1	?	12	3
1992	16	0,1	?	19	3
1993	11	+0	?	32	3
1994	10	+0	?	34	2
1995	8	0,1	?	35	3
1996	9	0,1	?	21	2
1997	9	+0	?	17	2

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária

Fontes — De 1845 a 1915, Lains, Sousa, 1998 e Justino, 1988-1989; de 1916 a 1947, Neves, 1995; de 1948 em diante, Estatísticas Agrícolas.

A — Carne

ano	10^3 t
1848	4
...	
1851	5
...	
1855	5
1856	7
...	
1861	8
...	
1865	10
1866	10
1867	12
1868	12
1869	13
1870	20

ano	10^3 t
1871	13
1872	16
1873	17
1874	21
1875	15
1876	17
1877	15
1878	12
1879	12
1880	19
1881	20
1882	25
1883	21
1884	23
1885	23

ano	10^3 t
1886	23
1887	24
1888	23
1889	26
1890	25
1891	24
1892	26
1893	25
1895	30
1896	31
1897	35
1898	32
1899	28
1900	30
1901	33

ano	10^3 t
1902	31
1903	35
1904	38
1905	31
1906	42
1907	45
1908	39
1909	40
1910	47
1911	47
1912	50
1913	52
1914	44
...	

ano	carne bovino adulto 10^3 t	carne bovino adoles-cente 10^3 t	carne ovino 10^3 t	carne caprino 10^3 t	carne suíno 10^3 t	banha 10^3 t	toucinho 10^3 t	carne equídeo 10^3 t	carne animais de capoeira 10^3 t
1916	18	2	14	4	40	9	26	?	?
1917	12	2	14	3	40	9	26	?	?
1918	20	2	14	4	39	9	26	?	?
1919	14	2	15	4	39	9	26	?	?

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária (continuação)

ano	carne bovino adulto 10^3 t	carne bovino adoles-cente 10^3 t	carne ovino 10^3 t	carne caprino 10^3 t	carne suíno 10^3 t	banha 10^3 t	toucinho 10^3 t	carne equídeo 10^3 t	carne animais de capoeira 10^3 t
1920	12	1	17	4	39	9	26	?	?
1921	14	3	16	4	37	8	24	?	?
1922	21	5	17	4	39	9	26	?	?
1923	16	3	16	5	42	9	27	?	?
1924	11	2	15	5	43	10	28	?	?
1925	19	4	16	4	44	10	29	?	?
1926	21	5	16	5	45	10	29	?	?
1927	19	5	16	5	45	10	29	?	?
1928	17	4	18	5	44	10	29	?	?
1929	18	5	17	4	44	10	29	?	?
1930	19	5	17	4	43	10	28	?	?
1931	17	7	16	4	44	10	29	?	?
1932	21	8	17	5	43	10	28	?	?
1933	19	6	17	4	44	11	30	?	?
1934	18	7	16	4	43	10	29	?	?
1935	18	6	15	4	42	10	28	?	?
1936	18	6	15	4	44	10	29	?	?
1937	17	6	15	4	44	10	29	?	?
1938	20	8	17	4	45	10	30	0,2	11
1939	23	9	18	4	45	10	30	?	?
1940	23	7	18	4	47	10	31	?	?
1941	19	7	19	4	47	10	30	?	?
1942	12	4	18	4	48	10	31	?	?
1943	16	6	19	4	47	10	30	?	?
1944	21	8	21	4	46	10	30	?	?
1945	23	7	20	4	48	10	31	?	?
1946	17	4	20	4	48	10	31	?	?
1947	14	4	19	3	50	11	32	0,3	14
1948	24	8	13	3	46	10	29	0,4	13

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária (continuação)

ano	carne bovino adulto 10^3 t	carne bovino adoles-cente 10^3 t	carne ovino 10^3 t	carne caprino 10^3 t	carne suíno 10^3 t	banha 10^3 t	toucinho 10^3 t	carne equídeo 10^3 t	carne animais de capoeira 10^3 t
1949	25	10	13	3	45	11	29	0,5	14
1950	24	7	16	3	49	13	32	0,6	14
1951	22	7	15	3	48	12	31	0,7	15
1952	22	8	15	3	52	14	35	0,7	15
1953	25	11	16	3	53	12	34	0,8	15
1954	28	13	16	3	48	9	30	1	16
1955	28	12	17	3	50	10	32	2	16
1956	23	10	17	2	50	10	31	2	10
1957	23	10	17	2	51	12	33	3	12
1958	25	13	18	2	47	9	29	2	13
1959	30	14	19	3	48	9	30	2	11
1960	28	13	21	3	52	10	32	3	13
1961	29	16	22	3	52	10	33	2	18
1962	35	16	24	2	54	11	34	2	28
1963	34	14	24	2	51	10	32	3	35
1964	31	12	24	2	50	9	31	3	40
1965	45	13	26	2	47	8	29	2	43
1966	49	11	26	2	48	9	30	2	44
1967	40	10	22	2	52	9	32	2	47
1968	46	12	17	2	58	10	35	1	50
1969	62	17	18	3	62	11	38	2	53
1970	71	17	19	3	57	10	35	2	58
1971	60	14	18	3	59	10	36	2	67
1972	58	15	18	3	64	11	39	2	75
1973	63	18	20	3	69	13	43	1	83
1974	66	19	18	3	70	13	43	1	100
1975	70	28	18	4	81	15	50	1	100
1976	59	20	19	4	78	14	48	1	115
1977	55	22	20	3	87	16	54	0,7	134

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária (continuação)

ano	carne bovino adulto 10^3 t	carne bovino adoles-cente 10^3 t	carne ovino 10^3 t	carne caprino 10^3 t	carne suíno 10^3 t	banha 10^3 t	toucinho 10^3 t	carne equídeo 10^3 t	carne animais de capoeira 10^3 t
1978	64	24	19	4	93	17	58	0,8	137
1979	67	22	18	3	79	14	49	1	133
1980	72	25	20	4	95	18	59	1	170
1981	82	32	20	4	110	21	68	0,9	164
1982	83	34	21	4	110	21	69	1	156
1983	74	28	23	4	108	20	67	1	168
1984	64	28	22	3	113	21	70	2	146
1985	58	33	21	3	108	19	66	1	143
1986	85	6	22	3	108	20	70	1	162
1987	86	4	22	3	126	26	82	1	177
1988	96	5	24	3	116	24	75	1	179
1989	101	5	24	3	128	26	83	1	181
1990	110	7	25	3	170	34	109	0,9	184
1991	121	8	27	3	158	28	105	0,9	188
1992	114	9	24	3	172	29	93	0,8	216
1993	108	9	24	3	200	34	108	0,7	216
1994	88	7	24	3	205	35	110	0,7	234
1995	95	10	24	3	198	34	107	0,6	233
1996	89	11	23	3	211	36	114	0,7	246
1997	91	13	24	3	215	36	116	0,5	267

B — Lacticínios

ano	leite vaca 10^6 l	leite ovelha 10^6 l	leite cabra 10^6 l	queijo vaca 10^3 t	queijo ovelha 10^3 t	queijo cabra 10^3 t	manteiga 10^3 t
1916	58	52	55	?	?	?	?
1917	58	53	57	?	?	?	?
1918	59	54	58	?	?	?	?

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária (continuação)

ano	leite vaca 10^6 l	leite ovelha 10^6 l	leite cabra 10^6 l	queijo vaca 10^3 t	queijo ovelha 10^3 t	queijo cabra 10^3 t	manteiga 10^3 t
1919	60	55	60	?	?	?	?
1920	61	56	61	?	?	?	?
1921	62	55	61	?	?	?	?
1922	63	54	60	?	?	?	?
1923	64	53	60	?	?	?	?
1924	65	52	59	?	?	?	?
1925	66	51	59	?	?	?	?
1926	68	51	58	?	?	?	?
1927	69	51	58	?	?	?	?
1928	71	50	58	?	?	?	?
1929	73	50	57	?	?	?	?
1930	75	50	57	?	?	?	?
1931	77	50	57	?	?	?	?
1932	80	50	56	?	?	?	?
1933	82	49	56	?	?	?	?
1934	84	51	56	?	?	?	?
1935	92	52	56	?	?	?	?
1936	100	54	55	?	?	?	?
1937	109	56	55	?	?	?	?
1938	119	57	55	0,4	9	2	2
1939	130	59	55	?	?	?	?
1940	142	59	55	?	?	?	?
1941	147	59	53	?	?	?	?
1942	153	60	51	?	?	?	?
1943	159	60	50	?	?	?	?
1944	165	60	48	?	?	?	?
1945	172	60	47	?	?	?	?
1946	179	60	45	?	?	?	?
1947	186	61	44	1	10	2	1
1948	220	61	43	1	13	2	2
1949	234	63	41	2	13	2	2

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária (continuação)

ano	leite vaca 10^6 l	leite ovelha 10^6 l	leite cabra 10^6 l	queijo vaca 10^3 t	queijo ovelha 10^3 t	queijo cabra 10^3 t	manteiga 10^3 t
1950	240	81	42	1	13	2	2
1951	246	80	40	2	13	2	2
1952	261	73	37	2	12	2	2
1953	267	73	36	2	12	2	3
1954	284	74	34	2	12	1	3
1955	290	90	35	2	15	1	2
1956	307	95	34	2	16	1	2
1957	308	90	33	2	15	1	3
1958	309	96	32	2	16	1	3
1959	326	99	31	3	17	1	3
1960	329	82	30	3	14	1	3
1961	336	102	31	3	17	1	2
1962	345	104	30	3	17	1	3
1963	351	96	28	3	16	1	2
1964	351	87	27	4	15	1	2
1965	366	108	28	4	18	1	2
1966	357	91	27	3	15	1	2
1967	348	78	26	3	13	1	1
1968	404	77	25	3	13	1	2
1969	444	89	34	4	15	1	2
1970	458	86	35	4	14	1	2
1971	433	81	35	4	13	1	2
1972	447	87	36	7	14	1	1
1973	462	84	36	9	14	1	1
1974	484	80	36	7	13	2	2
1975	515	76	36	8	13	1	1
1976	528	74	35	11	12	1	1
1977	560	78	36	13	13	1	2
1978	569	80	36	16	13	1	3
1979	656	84	36	19	14	2	3
1980	734	82	37	22	14	2	4

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária (continuação)

ano	leite vaca 10^6 l	leite ovelha 10^6 l	leite cabra 10^6 l	queijo vaca 10^3 t	queijo ovelha 10^3 t	queijo cabra 10^3 t	manteiga 10^3 t
1981	791	76	35	22	13	1	4
1982	793	80	36	22	13	2	4
1983	797	82	37	20	14	2	4
1984	793	83	37	21	14	2	3
1985	843	85	37	23	14	2	4
1986	926	81	37	21	14	2	5
1987	998	82	41	23	14	2	5
1988	1034	83	41	25	14	2	6
1989	1059	86	42	28	14	2	7
1990	1177	88	42	28	15	2	10
1991	1189	89	43	34	15	2	11
1992	1334	93	44	33	16	2	12
1993	1216	94	44	33	16	2	11
1994	1239	97	43	34	16	2	11
1995	1697	98	43	47	17	2	19
1996	1731	96	42	49	16	2	19
1997	1770	97	42	47	16	2	21

C — Diversos

ano	ovos 10^6 dúzias	mel 10^3 t	lã 10^3 t
1916	22	?	8
1917	23	?	8
1918	22	?	8
1919	22	?	8
1920	22	?	9
1921	22	?	9
1922	23	?	9
1923	23	?	9

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária (continuação)

ano	ovos 10^6 dúzias	mel 10^3 t	lã 10^3 t
1924	23	?	8
1925	24	?	8
1926	24	?	8
1927	24	?	8
1928	24	?	8
1929	26	?	8
1930	28	?	8
1931	26	?	8
1932	28	?	8
1933	28	?	8
1934	28	?	8
1935	28	?	8
1936	28	?	8
1937	27	?	7
1938	28	2	8
1939	28	?	9
1940	29	?	9
1941	29	?	9
1942	29	?	9
1943	29	?	9
1944	29	?	9
1945	30	?	9
1946	30	?	9
1947	30	2	9
1948	30	2	10
1949	32	2	10
1950	37	2	11
1951	38	2	10
1952	39	2	10
1953	40	2	11
1954	40	2	11
1955	41	2	11

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária (continuação)

ano	ovos 10^6 dúzias	mel 10^3 t	lã 10^3 t
1956	42	2	11
1957	48	2	12
1958	44	2	12
1959	45	2	12
1960	46	2	12
1961	47	2	13
1962	48	2	13
1963	49	2	13
1964	50	2	13
1965	50	2	13
1966	51	2	12
1967	52	3	9
1968	53	3	8
1969	54	3	9
1970	55	3	7
1971	56	3	8
1972	57	3	8
1973	61	3	9
1974	65	3	8
1975	68	3	8
1976	67	3	10
1977	79	3	10
1978	85	3	9
1979	92	3	9
1980	93	3	9
1981	96	3	9
1982	102	3	9
1983	94	3	9
1984	84	3	9
1985	108	3	9
1986	109	3	9
1987	110	3	9

Quadro 5A.5 — Produção da pecuária (continuação)

ano	ovos 10^6 dúzias	mel 10^3 t	lã 10^3 t
1988	113	3	9
1989	118	3	9
1990	135	3	9
1991	133	3	9
1992	139	3	9
1993	139	4	9
1994	147	4	9
1995	136	4	9
1996	129	4	9
1997	129	4	9

Quadro 5A.6 — Produção da silvicultura

Fontes — De 1845 a 1915, Lains, Sousa, 1998 e Justino, 1988-1989; de 1916 a 1947, Neves, 1995; de 1948 em diante, Estatísticas Agrícolas.

ano	cortiça 10^3 t	resina 10^3 t	madeira 10^3 m^3	lenha 10^3 m^3	polpa 10^3 m^3
1848	4	?	?	?	?
…					
1855	5	?	?	?	?
1856	7	?	?	?	?
…					
1861	8	?	?	?	?
…					
1865	10	?	?	?	?
1866	10	?	?	?	?
1867	12	?	?	?	?
1868	12	?	?	?	?
1869	13	?	?	?	?
1870	20	?	?	?	?
1871	13	?	?	?	?
1872	16	?	?	?	?
1873	17	?	?	?	?
1874	21	?	?	?	?
1875	15	?	?	?	?
1876	17	?	?	?	?
1877	15	?	?	?	?
1878	12	?	?	?	?
1879	12	?	?	?	?
1880	19	?	?	?	?
1881	20	?	?	?	?
1882	25	?	?	?	?
1883	21	?	?	?	?
1884	23	?	?	?	?
1885	23	?	?	?	?

Quadro 5A.6 — Produção da silvicultura (continuação)

ano	cortiça 10^3 t	resina 10^3 t	madeira 10^3 m^3	lenha 10^3 m^3	polpa 10^3 m^3
1886	23	?	?	?	?
1887	24	?	?	?	?
1888	23	?	?	?	?
1889	26	?	?	?	?
1890	25	?	?	?	?
1891	24	?	?	?	?
1892	26	?	?	?	?
1893	25	?	?	?	?
1894	25	?	?	?	?
1895	30	?	?	?	?
1896	31	?	?	?	?
1897	35	?	?	?	?
1898	32	?	?	?	?
1899	28	?	?	?	?
1901	33	?	?	?	?
1902	31	?	?	?	?
1903	35	?	?	?	?
1904	38	?	?	?	?
1905	31	?	?	?	?
1906	42	?	?	?	?
1907	45	?	?	?	?
1908	39	?	?	?	?
1909	40	?	?	?	?
1910	47	?	?	?	?
1911	47	?	?	?	?
1912	50	?	?	?	?
1913	52	?	?	?	?
1914	44	?	?	?	?
...					
1938	196	77	7	?	?
1939	?	33	?	?	?
1940	?	55	?	?	?

Quadro 5A.6 — Produção da silvicultura (continuação)

ano	cortiça 10^3 t	resina 10^3 t	madeira 10^3 m^3	lenha 10^3 m^3	polpa 10^3 m^3
1941	170	41	?	?	?
1942	154	61	?	?	?
1943	107	46	?	?	?
1944	128	29	?	?	?
1945	150	34	?	?	?
1946	177	52	?	?	?
1947	178	70	8	?	?
1948	158	49	8	?	?
1949	121	53	7	?	?
1950	203	70	7	?	?
1951	247	92	8	?	?
1952	184	32	8	?	?
1953	165	29	8	?	?
1954	226	49	8	?	?
1955	233	65	8	?	?
1956	208	58	8	?	?
1957	172	66	8	?	?
1958	160	59	9	?	?
1959	220	68	9	?	?
1960	214	76	9	?	?
1961	186	99	9	?	?
1962	195	78	9	?	?
1963	262	76	9	?	?
1964	248	93	10	?	?
1965	219	92	10	?	?
1966	201	89	10	?	?
1967	167	91	10	?	?
1968	235	92	10	?	?
1969	189	94	11	?	?
1970	154	107	11	?	?
1971	175	111	11	?	?
1972	219	121	11	?	?

Quadro 5A.6 — Produção da silvicultura (continuação)

ano	cortiça 10^3 t	resina 10^3 t	madeira 10^3 m^3	lenha 10^3 m^3	polpa 10^3 m^3
1973	217	138	?	?	?
1974	177	147	?	?	?
1975	134	138	?	?	?
1976	107	100	?	?	?
1977	190	124	?	?	?
1978	175	96	10	?	?
1979	134	106	10	?	?
1980	119	134	10	?	?
1981	113	124	?	?	?
1982	125	127	?	?	?
1983	116	102	?	?	?
1984	151	108	?	?	?
1985	108	104	?	?	?
1986	198	108	?	?	?
1987	174	95	?	?	?
1988	145	80	?	?	?
1989	141	41	6	?	6
1990	168	50	6	?	6
1991	175	40	6	?	7
1992	154	25	6	?	7
1993	143	20	5	0,6	7
1994	101	9	6	0,6	6
1995	157	15	5	0,6	6
1996	147	?	5	0,7	5
1997	107	?	4	0,7	5

SECÇÃO B — PESCA E AQUICULTURA

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

1 — Pesca

Foram publicados dados estatísticos oficiais sobre a actividade da pesca em cinco fontes principais:

a) O Anuário Estatístico da Direcção-Geral de Estatística, depois Instituto Nacional de Estatística. A apresentação de dados sobre a actividade da pesca nesta fonte iniciou-se em 1892 e cobre os anos de 1889, 1896 a 1903 e de 1912 em diante com referência à totalidade do país.

b) A Estatística das Pescas Marítimas da Direcção das Pescarias do Ministério da Marinha. A apresentação de dados sobre a actividade da pesca nesta fonte abrangeu os anos de 1896 a 1969 com referência à totalidade do país.

c) As Estatísticas Industriais do Instituto Nacional de Estatística. A apresentação de dados sobre a actividade da pesca nesta fonte iniciou-se com a sua publicação em 1943 e terminou em 1964, cobrindo os anos de 1939 a 1964, mas apenas com referência ao Continente.

d) As Estatísticas Agrícolas do Instituto Nacional de Estatística. A apresentação de dados sobre a actividade da pesca nesta fonte iniciou-se em 1965 e terminou em 1968, cobrindo o ano de 1946 apenas com referência ao Continente e os anos de 1947 a 1968 com referência à totalidade do país.

e) As Estatísticas das Pescas do Instituto Nacional de Estatística. Esta publicação especializada iniciou-se em 1969, apresentando dados para os anos de 1967 em diante com referência à totalidade do país.

Os elementos contidos nestas fontes dizem respeito aos pescadores que se ocupam nesta actividade, às embarcações e instrumentos nela utilizados e às capturas efectuadas. Desses elementos, transcrevem-se aqui os relativos ao tamanho e composição da marinha de pesca (quadro 5B.1) e ao quantitativo e valor da pesca desembarcada (quadro 5B.2).

2 — Aquicultura

Só existem dados estatísticos oficiais sobre a actividade da aquicultura desde 1989. Esses dados foram publicados nas Estatísticas das Pescas. Transcrevem-se aqui os relativos ao quantitativo da produção no quadro 5B.2.

Quadros

5B.1 — Embarcações de pesca
5B.2 — Pesca desembarcada e aquicultura

Quadro 5B.1 — Embarcações de pesca

Fonte — Anuário Estatístico para o ano de 1889, Estatística das Pescas Marítimas para os anos de 1896 a 1969 e Estatísticas da Pesca para os anos de 1970 em diante.

Observação — tab = toneladas de arqueação bruta. 1 tonelada de arqueação bruta = 2,832 m^3.

ano	embarcações		com motor		sem motor	
	milhares	10^3 tab	milhares	10^3 tab	milhares	10^3 tab
1889	10	20	?	?	?	?
...						
1896	8	26	?	?	?	?
1897	8	26	?	?	?	?
1898	9	27	?	?	?	?
1899	9	27	?	?	?	?
1900	9	27	?	?	?	?
1901	9	27	?	?	?	?
1902	11	33	?	?	?	?
1903	10	30	?	?	?	?
1904	10	32	?	?	?	?
1905	10	30	?	?	?	?
1906	10	31	?	?	?	?
1907	11	30	?	?	?	?
1908	10	30	?	?	?	?
1909	12	41	?	?	?	?
1910	11	42	?	?	?	?
1911	11	49	?	?	?	?
1912	11	49	?	?	?	?
1913	12	48	?	?	?	?
1914	12	58	+0	10	12	48
1915	13	52	+0	10	13	40
1916	12	53	+0	9	12	41
1917	12	38	+0	6	12	31
1918	12	38	+0	6	12	31

Quadro 5B.1 — Embarcações de pesca (continuação)

ano	embarcações		com motor		sem motor	
	milhares	10^3 tab	milhares	10^3 tab	milhares	10^3 tab
1919	13	47	+0	11	12	35
1920	13	48	+0	13	13	35
1921	13	49	+0	15	13	35
1922	14	53	+0	15	14	38
1923	15	55	+0	14	15	41
1924	15	61	+0	19	15	41
1925	15	45	+0	10	14	35
1926	15	63	+0	24	14	39
1927	14	61	+0	24	14	38
1928	14	55	+0	24	14	33
1929	14	66	+0	26	13	40
1930	14	61	1	28	14	34
1931	14	59	1	29	14	28
1932	14	65	1	26	14	40
1933	14	55	1	28	13	27
1934	14	54	1	26	13	28
1935	14	54	1	28	14	27
1936	13	58	1	28	12	30
1937	13	57	1	27	12	30
1938	13	71	1	40	12	32
1939	13	68	1	42	12	26
1940	13	66	1	41	12	25
1941	14	68	1	42	13	26
1942	14	67	1	41	13	26
1943	15	82	1	53	14	28
1944	16	82	1	54	15	28
1945	16	87	1	60	15	27
1946	16	89	1	62	15	27
1947	15	93	1	67	14	26
1948	16	104	1	77	15	26
1949	16	113	1	87	15	26
1950	16	132	1	105	15	26

Quadro 5B.1 — Embarcações de pesca (continuação)

ano	embarcações		com motor		sem motor	
	milhares	10^3 tab	milhares	10^3 tab	milhares	10^3 tab
1951	17	118	1	92	15	25
1952	17	121	2	96	15	25
1953	16	124	2	101	15	24
1954	17	129	2	105	15	24
1955	17	134	2	110	15	24
1956	17	139	2	115	15	23
1957	17	139	2	117	15	22
1958	17	146	2	124	15	21
1959	18	152	3	131	15	22
1960	18	154	3	132	15	22
1961	19	163	3	141	16	22
1962	19	160	3	139	15	21
1963	19	162	4	141	15	21
1964	19	166	4	144	15	22
1965	19	167	4	146	15	21
1966	18	172	4	152	15	21
1967	18	183	4	162	14	21
1968	18	187	4	168	14	20
1969	18	189	4	170	14	19
1970	18	194	4	175	13	19
1971	17	187	4	169	13	19
1972	17	190	4	173	13	17
1973	17	197	4	180	13	17
1974	17	194	4	178	13	16
1975	17	196	5	182	12	15
1976	17	195	5	181	12	14
1977	18	216	5	201	12	14
1978	18	221	6	207	12	15
1979	19	220	6	205	13	15
1980	19	220	6	205	13	15
1981	19	225	7	211	12	15
1982	18	220	6	205	13	15

Quadro 5B.1 — Embarcações de pesca (continuação)

ano	embarcações		com motor		sem motor	
	milhares	10^3 tab	milhares	10^3 tab	milhares	10^3 tab
1983	19	223	7	208	12	15
1984	19	209	7	193	12	15
1985	19	211	7	196	12	15
1986	18	209	7	195	11	14
1987	18	210	8	200	10	11
1988	?	?	?	?	?	?
1989	17	196	9	188	8	8
1990	16	186	9	179	7	7
1991	15	176	9	170	6	7
1992	14	162	9	155	6	6
1993	13	145	8	139	5	5
1994	13	132	10	129	3	3
1995	12	124	9	121	3	3
1996	12	120	9	118	3	2

Quadro 5B.2 — Pesca desembarcada e aquicultura

Fonte — Anuário Estatístico para o ano de 1889, Estatística das Pescas Marítimas para os anos de 1896 a 1966 e Estatísticas da Pesca para os anos de 1967 em diante.

Observação — A partir de 1985 foi proibida a pesca de cetáceos.

ano	total	peixes	atum	baca-lhau	sardi-nha	outros peixes	crustá-ceos	molus-cos	valor	preço médio	cetáceos
	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	milhares de contos	esc/kg	unidades
1889	?	?	?	?	?	?	?	?	3,2	?	?
...											
1896	?	?	?	2	?	?	?	?	3,7	?	37
1897	?	?	?	1	?	?	?	?	4,0	?	54
1898	?	?	?	2	?	?	?	?	3,8	?	54
1899	?	?	?	2	?	?	?	?	4,1	?	79
1900	?	?	?	?	?	?	?	?	3,9	?	83
1901	?	?	?	2	?	?	?	?	4,5	?	49
1902	?	?	?	3	?	?	?	?	4,3	?	102
1903	?	?	?	2	?	?	?	?	4,1	?	99
1904	?	?	?	2	?	?	?	?	4,5	?	91
1905	?	?	?	2	?	?	?	?	4,5	?	39
1906	?	?	?	4	?	?	?	?	5,1	?	117
1907	?	?	?	4	?	?	?	?	5,9	?	124
1908	?	?	?	4	?	?	?	?	6,1	?	136
1909	?	?	?	5	?	?	?	?	6,1	?	98
1910	?	?	?	5	?	?	?	?	6,4	?	124
1911	?	?	?	5	?	?	?	?	6,4	?	120
1912	?	?	?	4	?	?	?	?	7,0	?	72
1913	?	?	?	3	?	?	?	?	7,4	?	68
1914	?	?	?	2	?	?	?	?	6,9	?	35
1915	?	?	?	4	?	?	?	?	9,5	?	33
1916	?	?	?	3	?	?	?	?	11,0	?	71
1917	?	?	?	2	?	?	?	?	17,0	?	128
1918	?	?	?	2	?	?	?	?	20	?	183

Quadro 5B.2 — Pesca desembarcada (continuação)

ano	total	peixes	atum	baca-lhau	sardi-nha	outros peixes	crustá-ceos	molus-cos	valor	preço médio	cetáceos
	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	milhares de contos	esc/kg	unidades
1919	?	?	?	1	?	?	?	?	26	?	135
1920	?	?	?	2	?	?	?	?	45	?	124
1921	?	?	?	4	?	?	?	?	58	?	51
1922	?	?	?	4	?	?	?	?	104	?	121
1923	?	?	?	4	?	?	?	?	208	?	177
1924	?	?	?	7	?	?	?	?	297	?	71
1925	?	?	?	5	?	?	?	?	206	?	311
1926	?	?	?	7	?	?	?	?	198	?	451
1927	?	?	?	6	89	?	?	2	218	?	344
1928	?	?	?	6	120	?	?	1	248	?	194
1929	?	?	?	5	76	?	?	1	233	?	219
1930	?	?	?	4	114	?	?	1	239	?	99
1931	?	?	?	4	118	?	?	1	159	?	80
1932	?	?	?	5	112	?	?	2	172	?	179
1933	?	?	?	8	76	?	?	2	188	?	261
1934	?	?	?	9	137	?	?	2	196	?	234
1935	?	?	?	10	142	?	?	2	208	?	379
1936	?	?	?	13	122	?	?	2	201	?	387
1937	?	?	?	16	108	?	?	2	193	?	417
1938	219	203	3	15	114	71	13	3	204	0,93	417
1939	200	179	2	19	88	70	17	4	225	1,12	400
1940	195	185	2	21	98	64	8	2	303	1,55	552
1941	192	177	2	21	77	77	10	5	547	2,85	442
1942	202	183	3	21	83	76	13	4	653	3,23	548
1943	256	237	3	23	134	77	15	4	713	2,79	796
1944	243	224	2	25	128	69	15	4	703	2,89	724
1945	244	221	2	29	109	81	18	5	790	3,24	581
1946	260	239	4	31	108	96	16	5	918	3,53	831
1947	231	220	3	34	98	85	7	4	800	3,46	836
1948	220	209	3	36	79	91	7	5	892	4,05	1 001
1949	215	204	5	45	59	95	7	4	910	4,23	656

Quadro 5B.2 — Pesca desembarcada (continuação)

ano	total	peixes	atum	baca-lhau	sardi-nha	outros peixes	crustá-ceos	molus-cos	valor	preço médio	cetáceos
	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	milhares de contos	esc/kg	unidades
1950	230	224	3	53	83	85	3	3	979	4,26	503
1951	235	229	4	51	79	95	2	4	948	4,03	955
1952	256	249	7	55	90	97	2	4	1 038	4,05	785
1953	296	289	7	69	97	116	3	4	1 078	3,64	635
1954	309	299	5	67	113	114	5	6	1 127	3,65	807
1955	290	282	8	72	92	110	2	7	1 276	4,40	839
1956	325	317	7	79	100	131	2	6	1 395	4,29	705
1957	306	300	10	72	113	105	1	6	1 260	4,12	842
1958	339	332	7	63	132	130	1	6	1 281	3,78	701
1959	323	316	9	57	121	129	1	6	1 322	4,09	572
1960	355	348	9	66	139	134	1	7	1 575	4,44	606
1961	374	366	9	71	139	147	1	7	1 599	4,28	501
1962	377	369	11	77	130	151	1	7	1 531	4,06	583
1963	384	377	9	83	118	167	1	7	1 722	4,48	658
1964	434	427	9	76	164	178	1	7	1 930	4,45	611
1965	425	415	12	71	138	194	1	8	1 846	4,34	530
1966	374	367	6	71	125	165	1	7	1 974	5,28	410
1967	419	406	11	97	115	183	1	12	2 288	5,46	425
1968	366	348	3	79	80	186	1	17	2 140	5,85	149
1969	334	318	8	63	64	183	1	15	2 123	6,36	226
1970	365	356	7	66	69	214	1	9	2 225	6,10	244
1971	348	337	6	57	85	189	1	11	2 686	7,72	353
1972	343	330	6	50	88	186	1	12	2 833	8,26	390
1973	375	363	9	47	101	206	1	11	3 350	8,93	420
1974	297	289	11	49	75	154	1	7	3 952	13,31	259
1975	285	277	8	39	95	135	0	8	4 271	14,99	237
1976	287	278	6	40	79	153	0	9	6 439	22,44	126
1977	291	282	9	35	80	158	0	8	7 891	27,12	152
1978	255	244	5	30	84	125	0	11	9 671	37,93	173
1979	245	238	6	23	91	118	0	6	11 359	46,36	184
1980	272	260	9	19	107	125	1	11	14 433	53,06	198

Quadro 5B.2 — Pesca desembarcada (continuação)

ano	total	peixes	atum	baca-lhau	sardi-nha	outros peixes	crustá-ceos	molus-cos	valor milhares	preço médio	cetáceos
	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	de contos	esc/kg	unidades
1981	264	253	7	15	114	117	0	11	16 652	63,08	236
1982	240	232	8	9	101	114	1	7	16 779	69,91	73
1983	223	214	7	40	86	81	2	8	20 719	92,91	41
1984	243	234	9	14	95	116	2	8	26 391	108,60	63

ano	total	peixes	atum	baca-lhau	sardi-nha	outros peixes	crustá-ceos	molus-cos	valor milhares	preço médio
	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	de contos	esc/kg
1985	274	262	9	17	111	134	2	9	31 940	117
1986	332	318	14	20	104	194	3	11	46 658	141
1987	313	291	14	7	90	194	4	17	50 030	160
1988	314	292	17	13	95	184	4	18	58 056	185

ano	total	peixes	atum	baca-lhau	sardi-nha	outros peixes	crustá-ceos	molus-cos	valor milhares	preço médio	aquacul-tura
	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	10^3 t	de contos	esc/kg	10^3
1989	305	267	13	19	91	157	4	34	67 253	221	8
1990	310	278	13	20	93	165	4	28	73 358	237	4
1991	305	267	15	20	87	160	3	35	79 178	260	6
1992	278	239	15	5	83	151	1	37	65 595	236	6
1993	269	237	17	2	90	145	2	30	60 390	224	6
1994	246	218	13	5	94	119	2	26	58 563	238	7
1995	244	220	22	5	88	127	2	22	61 528	252	5
1996	217	192	17	4	83	105	2	23	56 161	259	?

SECÇÃO C — INDÚSTRIAS EXTRACTIVAS

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

Logo em 1875 o primeiro Anuário Estatístico incluiu informações sobre as concessões mineiras existentes em Portugal e logo em 1884 o segundo Anuário Estatístico iniciou a publicação de dados sobre a sua produção. Porém, só a partir de 1921 a publicação destes dados se tornou regular e só na década de 1930 os elementos passaram a ser relativamente completos (em particular a abranger não só as minas, mas também as pedreiras). A partir de 1942, as Estatísticas Industriais e a partir de 1991 as Estatísticas da Produção Industrial, passaram a ser a publicação onde é possível encontrar a melhor síntese das informações estatísticas sobre a actividade da indústria extractiva.

Deve ainda ser referido o Boletim de Minas, publicado pela respectiva Direcção-Geral, onde se encontram dados ainda mais pormenorizados, sobretudo sobre o enquadramento legal e administrativo da actividade extractiva.

Quadros

5C.1 — Extracção de produtos energéticos
5C.2 — Extracção de minérios metálicos não-radioactivos
5C.3 — Extracção de minerais não-metálicos

Quadro 5C.1 — Extracção de produtos energéticos

Fonte — Até 1942, Anuário Estatístico; de 1943 a 1989, Estatísticas Industriais; de 1991 em diante, Estatísticas da Produção Industrial.

Observação — Dos três tipos de produtos em que é corrente desagregar a extracção de produtos energéticos, um, o petróleo, nunca foi extraído para fins económicos em Portugal, outro, os minérios metálicos radioactivos, só adquiriu significado enquanto produto energético a partir da década de 40 do século 20. Incluiu-se, todavia, a extracção de minérios metálicos radioactivos neste quadro a partir da altura em que o seu registo surge nos dados estatísticos oficiais.

ano	carvão 10^3 t	minérios metálicos radioactivos t
1882	16	-
1883	18	-
1884	12	-
1885	15	-
1886	16	-
1887	18	-
1888	19	-
1889	15	-
1890	16	-
1891	17	-
1892	17	-
1893	23	-
1894	22	-
1895	19	-
1896	17	-
1897	10	-
1898	14	-
1899	21	-
1900	24	-

ano	carvão 10^3 t	minérios metálicos radioactivos t
1901	15	-
1902	17	-
1903	12	-
…		
1911	11	0
1912	15	0
1913	25	0
1914	29	0
1915	60	0
…		
1920	169	0
1921	152	0
1922	143	0
1923	154	0
1924	133	1
1925	125	0
1926	232	0
1927	204	0
1928	228	0

Quadro 5C.1 — Extracção de produtos energéticos (continuação)

ano	carvão	minérios metálicos radioactivos
	10^3 t	t
1929	226	0
1930	247	0
1931	227	0
1932	202	0
1933	220	0
1934	218	0
1935	231	0
1936	237	1
1937	282	1
1938	326	0
1939	335	1
1940	433	1
1941	519	0
1942	606	0
1943	499	0
1944	535	0
1945	599	0
1946	520	0
1947	478	0
1948	490	0
1949	558	0
1950	512	0
1951	502	0
1952	519	0
1953	550	0
1954	497	0
1955	492	0
1956	560	0
1957	682	0
1958	724	0

ano	carvão	minérios metálicos radioactivos
	10^3 t	t
1959	687	0
1960	591	0
1961	628	0
1962	558	0
1963	558	0
1964	545	0
1965	517	0
1966	471	0
1967	481	0
1968	428	0
1969	424	0
1970	271	0
1971	253	0
1972	252	0
1973	221	0
1974	230	0
1975	222	0
1976	193	101
1977	195	111
1978	180	102
1979	179	120
1980	177	80
1981	184	107
1982	179	118
1983	185	109
1984	195	121
1985	238	124
1986	210	117
1987	229	149
1988	205	167

Quadro 5C.1 — Extracção de produtos energéticos (continuação)

ano	carvão 10^3 t	minérios metálicos radioactivos t
1989	184	152
1990	216	131
1991	202	32
1992	221	34
1993	197	38

ano	carvão 10^3 t	minérios metálicos radioactivos t
1994	147	28
1995	0	22
1996	0	17
1997	0	20
1998	0	22

Quadro 5C.2 — Extracção de minérios metálicos não-radioactivos

Fonte — Até 1942, Anuário Estatístico; de 1943 a 1989, Estatísticas Industriais; de 1991 em diante, Estatísticas da Produção Industrial.

Observação — Os dados apresentados são, òbviamente, os oficiais. Isso explica, por exemplo, que não seja perceptível qualquer aumento excepcional da extracção de volfrâmio durante o período da Segunda Guerra Mundial, e a extracção desse metal cesse mesmo a partir de meados de 1944 e até 1946, devido à sua proibição legal.

ano	ferro 10^3 t	cobre 10^3 t	estanho 10^3 t	volfrâmio 10^3 t	ouro kg	prata kg	outros 10^3 t
1882	25	136	0	0	0	0	19
1883	12	399	0	0	0	0	11
1884	7	110	0	0	4	0	12
1885	10	69	0	0	7	0	10
1886	8	84	0	0	3	0	13
1887	13	89	0	0	3	0	16
1888	1	98	0	0	1	0	20
1889	2	81	0	0	3	0	3
1890	22	119	0	0	1	0	8
1891	5	130	0	0	0	0	3
1892	11	111	0	0	0	0	3
1893	0	188	0	0	0	0	5
1894	0	253	0	0	0	0	7
1895	0	210	0	0	0	0	2
1896	0	211	0	0	0	0	2
1897	0	280	0	0	17	0	3
1898	3	263	0	0	7	0	4
1899	15	348	0	0	1	0	3
1900	19	405	0	0	3	0	5
1901	22	446	0	0	2	0	1
1902	20	416	0	0	2	0	1
1903	15	378	0	0	1	0	2

Quadro 5C.2 — Extracção de minérios metálicos não-radioactivos (continuação)

ano	ferro 10^3 t	cobre 10^3 t	estanho 10^3 t	volfrâmio 10^3 t	ouro kg	prata kg	outros 10^3 t
...							
1911	15	15	0	1	3	3 667	1
1912	29	17	0	1	35	4 640	0
1913	49	376	0	1	1	64	1
1914	7	294	0	1	0	88	3
1915	15	182	0	1	0	669	1
...							
1920	13	1	0	0	0	38	1
1921	10	2	0	10	0	0	1
1922	18	14	0	1	0	6	1
1923	9	20	1	0	0	0	1
1924	9	1	1	0	0	0	1
1925	2	1	0	0	0	0	4
1926	2	2	0	0	0	0	1
1927	8	1	1	0	0	0	1
1928	14	1	1	0	0	0	1
1929	9	3	1	0	0	0	1
1930	0	2	1	0	0	0	1
1931	0	1	1	0	0	0	0
1932	0	1	1	0	0	0	0
1933	5	1	1	0	12	0	1
1934	3	1	1	1	1	0	0
1935	1	3	1	1	0	0	0
1936	0	0	1	1	0	0	1
1937	0	0	2	2	1	6	2
1938	1	0	2	3	10	832	2
1939	0	1	1	2	185	866	0
1940	0	1	0	4	296	1 077	1
1941	1	0	2	4	3	1	4
1942	57	0	3	3	35	7	3
1943	0	1	3	3	91	273	5
1944	0	1	1	2	52	156	4

Quadro 5C.2 — Extracção de minérios metálicos não-radioactivos (continuação)

ano	ferro 10^3 t	cobre 10^3 t	estanho 10^3 t	volfrâmio 10^3 t	ouro kg	prata kg	outros 10^3 t
1945	0	2	1	0	20	60	3
1946	0	2	0	0	252	754	2
1947	0	2	0	2	377	1 133	1
1948	0	2	1	2	367	1 100	1
1949	0	3	1	2	323	994	1
1950	0	2	1	2	481	2 123	1
1951	11	3	1	3	571	2 035	6
1952	44	3	1	3	558	2 418	7
1953	72	0	1	3	462	1 849	7
1954	56	2	1	3	686	2 026	6
1955	95	2	1	3	896	1 832	3
1956	119	2	1	3	688	1 790	3
1957	143	2	1	3	724	1 938	4
1958	116	2	1	1	552	1 424	3
1959	121	3	1	1	646	1 684	3
1960	151	3	1	1	682	1 646	2
1961	123	3	1	2	696	1 501	5
1962	134	3	1	2	682	1 646	5
1963	135	3	1	1	681	1 506	6
1964	113	4	1	1	663	1 517	3
1965	96	4	1	1	670	1 950	3
1966	93	4	1	1	584	11 028	5
1967	96	4	1	2	573	11 806	7
1968	200	5	1	2	541	1 284	5
1969	163	4	0	2	508	11 957	6
1970	126	4	0	2	373	8 703	6
1971	99	4	1	2	426	2 046	3
1972	43	1	1	2	520	7 162	3
1973	57	1	1	2	456	3 914	1
1974	53	1	0	2	357	743	0
1975	56	0	0	2	356	774	0
1976	49	0	0	2	312	881	0

Quadro 5C.2 — Extracção de minérios metálicos não-radioactivos (continuação)

ano	ferro 10^3 t	cobre 10^3 t	estanho 10^3 t	volfrâmio 10^3 t	ouro kg	prata kg	outros 10^3 t
1977	53	0	0	1	275	801	0
1978	55	0	0	1	284	703	0
1979	60	1	0	2	320	1 095	0
1980	57	1	0	2	244	861	0
1981	37	1	0	2	244	714	0
1982	27	0	0	2	211	732	0
1983	36	0	0	1	199	631	0
1984	36	0	0	2	193	693	0
1985	73	0	0	2	229	624	0
1986	55	0	0	2	303	714	0
1987	27	0	0	2	320	887	0
1988	23	8	0	2	317	877	0
1989	13	104	0	2	294	815	0
1990	14	160	1	2	276	722	0
1991	16	159	3	1	264	832	2
1992	15	609	7	2	Ag	889	25
1993	16	615	10	1	0	0	5
1994	14	535	8	0	0	0	0
1995	15	537	8	2	0	0	0
1996	19	446	8	1	0	0	0
1997	19	444	7	2	0	0	0
1998	20	469	6	1	0	0	+ 0

Ag — A produção de ouro está somada à de prata.

Quadro 5C.3 — Extracção de minerais não-metálicos

Fonte — Até 1942, Anuário Estatístico; de 1943 a 1989, Estatísticas Industriais; de 1991 em diante, Estatísticas da Produção Industrial.

Observação — As séries sofrem de freqüentes irregularidades por variação da cobertura do universo. Procura-se seguidamente dar indicação da cobertura pretendida e das principais falhas.

Areia — Inclui areia vulgar, marga para cimento e saibro. Os valores precedidos de asterisco não incluem marga.

Argila — Inclui argila para barro, argila refractária, caulino e grés. Os valores precedidos de asterisco não incluem a argila para barro.

Enxofre — A partir de 1972, a fonte apenas indica a quantidade de pirites extraídas. A produção de enxofre foi estimada pela aplicação de um coeficiente de 0,447, indicado nas próprias Estatísticas Industriais..

Pedra — Inclui ardósia, basalto, calcário, granito, mármore, xisto e rochas diversas.

Sal — Inclui sal-gema e sal marinho. Os valores precedidos de asterisco não incluem o sal marinho.

ano	areia 10^3 t	argila 10^3 t	enxofre 10^3 t	gesso 10^3 t	pedra 10^3 m^3	sal 10^3 t
1911	?	?	272	?	?	?
1912	?	?	351	?	?	?
1913	?	?	27	?	?	?
1914	?	?	0	?	?	?
1915	?	?	2	?	?	?
...						
1929	?	?	?	1	23	* + 0
1930	?	?	?	2	22	* + 0
1931	82	?	?	1	96	* + 0
1932	81	36	?	2	356	* + 0
1933	109	42	?	4	368	* + 0
1934	184	142	1	10	582	* + 0
1935	295	66	9	6	471	* + 0
1936	259	72	10	10	832	* + 0

Quadro 5C.3 — Extracção de minerais não-metálicos (continuação)

ano	areia 10^3 t	argila 10^3 t	enxofre 10^3 t	gesso 10^3 t	pedra 10^3 m^3	sal 10^3 t
1937	518	73	10	12	606	* + 0
1938	315	118	12	15	1 050	* + 0
1939	544	117	321	13	675	* + 0
1940	432	592	192	15	1 846	* + 0
1941	498	104	66	15	911	* + 0
1942	335	153	61	18	782	* + 0
1943	368	135	49	4	873	* + 0
1944	397	161	59	29	1 246	* + 0
1945	302	181	77	12	929	* + 0
1946	359	179	142	28	862	* + 0
1947	515	209	175	34	1 491	* + 0
1948	450	218	253	43	1 916	* + 0
1949	802	207	280	43	1 839	* + 0
1950	1 312	204	276	36	2 380	* + 0
1951	732	213	328	30	1 990	* + 0
1952	935	221	340	40	2 138	* + 0
1953	886	274	293	46	1 941	* + 0
1954	864	278	263	58	1 912	* + 0
1955	876	298	302	58	1 858	* + 0
1956	1 188	366	301	55	2 213	* + 0
1957	1 141	307	307	65	2 421	* 28
1958	1 109	379	275	43	2 482	* 59
1959	1 606	400	291	54	2 948	* 62
1960	* 330	444	301	62	1 923	* 70
1961	* 315	595	300	72	2 466	340
1962	* 420	317	295	73	2 767	389
1963	* 359	260	277	60	2 731	347
1964	* 573	612	279	65	2 520	321
1965	* 501	* 71	284	81	3 573	499
1966	* 540	* 129	257	113	4 502	436
1967	* 988	* 42	243	104	5 678	442
1968	* 1 265	* 87	254	106	5 581	414

Quadro 5C.3 — Extracção de minerais não-metálicos (continuação)

ano	areia 10^3 t	argila 10^3 t	enxofre 10^3 t	gesso 10^3 t	pedra 10^3 m^3	sal 10^3 t
1969	* 1 140	* 111	235	95	5 932	308
1970	* 1 642	* 118	213	115	7 718	401
1971	* 2 656	* 106	249	178	8 697	396
1972	* 2 961	* 73	247	135	10 594	498
1973	5 349	* 131	238	100	12 386	523
1974	4 826	* 183	228	143	17157	533
1975	5 761	* 147	207	150	18 684	508
1976	5 463	* 179	186	102	23 496	469
1977	7 035	* 179	161	159	16 391	499
1978	12 312	3 882	140	176	18 040	476
1979	13 768	4 011	156	241	18 300	576
1980	15 664	5 323	159	236	18 439	620
1981	14 615	4 444	137	244	20 103	663
1982	13 723	4 027	117	237	21 435	655
1983	12 894	3 995	125	249	20 526	418
1984	9 340	2 377	149	228	18 349	416
1985	?	?	159	242	?	544
1986	8 939	2 527	474	265	22 900	522
1987	10 089	2 057	428	323	17 862	545
1988	11 077	2 016	433	338	24 575	498
1989	11 578	2 225	204	197	25 622	730
1990	11 309	1 053	44	309	38 171	765
1991	12 135	1 074	5	359	39 373	753
1992	12 628	1 461	0	471	38 014	* 563
1993	14 197	1 712	0	497	41 716	* 525
1994	13 420	* 659	0	521	43 968	* 519
1995	15 204	1 628	0	537	45 737	* 587
1996	16 423	1 288	0	521	47 467	* 604
1997	18 963	3 637	0	566	63 310	* 596

SECÇÃO D — INDÚSTRIA TRANSFORMADORA

MANUEL LISBOA (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas — Universidade Nova de Lisboa)

Introdução

O estudo da evolução da estrutura industrial portuguesa revela-se um processo complexo, a começar pela construção de dados que possam sustentar a análise. A falta de estatísticas credíveis e a quase impossibilidade em atravessar os labirintos e 'alçapões' que as estatísticas existentes colocam têm contribuído para a escassez de trabalhos de natureza quantitativa sobre a indústria transformadora.

No século XIX, os dados são dispersos e dificilmente possibilitam a construção de séries que suportem a análise da evolução da estrutura industrial. Na primeira metade do século XX, a situação é semelhante. Restam-nos as estatísticas da segunda metade do mesmo século, em que, apesar das lacunas, os dados existentes constituem a única informação quantitativa produzida sobre a indústria transformadora, o que, só por si, justifica a atenção dos investigadores. De facto, as suas insuficiências são também um elemento significante do estado da indústria. Contudo, qualquer abordagem implica uma apertada crítica das fontes e a construção de séries que dêem conta dos dados que podem ser homogeneizados e dos que, pela sua natureza ou pelas características dos instrumentos de recolha da informação utilizados, devem ser considerados na sua diversidade.

Face à exiguidade dos dados disponíveis, opta-se também por incluir alguns índices de produção industrial que, apesar de serem construídos segundo critérios diversos, permitem dar uma visão mais ampla da evolução da indústria transformadora de meados do século XIX até aos nossos dias.

Os dados aqui apresentados resultam de uma pesquisa onde esteve presente essa precaução metodológica. A crítica das fontes seguida pretende ajudar a precisar os resultados obtidos e a compreender as opções tomadas na construção dos dados das séries [1].

[1] Os dados beneficiam grandemente das pesquisas realizada pelo autor no âmbito da sua dissertação de doutoramento (Lisboa, 1998), onde é efectuada a análise crítica das Estatísticas das Sociedades e das Estatísticas Industriais, que são segmentadas ao nível dos múltiplos sub-ramos surgidos entre 1945 e 1989.

1 — Breve caracterização da evolução da indústria transformadora ao longo do século XX

Ao longo do século XX, a indústria transformadora cresce, mas segundo um modelo de crescimento lento, com pequenos surtos, sem o heroísmo de um *take-off,* e tardio face aos países mais industrializados [2].

O atraso tecnológico em relação aos países economicamente mais desenvolvidos é particularmente significativo e com tendência para se reproduzir: quando estes estão a viver as crises que antecedem o abandono da liderança de um determinado sistema tecnológico, estamos nós ainda a sentir as dificuldades da sua implantação. Enquanto país semi-periférico, somos apanhados em contra-ciclos tecnológicos cujo controlo nos escapa: hoje, a base da nossa produção industrial ainda assenta no têxtil, na confecção e no calçado, enquanto que nos países mais industrializados predominam a maquinaria e a electrónica.

No entanto, apesar do condicionamento industrial e do relativo isolamento político anterior à década de setenta, a indústria do país vai-se deixando tocar pela crescente internacionalização da economia após a Segunda Guerra Mundial. O crescimento industrial das décadas de cinquenta e sessenta é já marcado por essa influência exterior, mas o investimento estrangeiro vem ainda à procura de mão de obra barata e as exportações, apesar de incorporarem cada vez mais produtos manufacturados, são ainda de fraca qualidade ou têm um baixo nível de transformação.

A estrutura industrial vai mudando assimétrica e desfasadamente nos vários sub-ramos: perdem importância as conservas de peixe, a chapelaria, a produção de fósforos e o têxtil de lanifícios; aumentam de peso os lacticínios, o têxtil de algodão, o vestuário, o calçado, as malhas, a química e, já tardiamente, a siderurgia, as máquinas não-eléctricas e o material e máquinas eléctricas.

Contudo, a estrutura continua a ser piramidal: predominam as empresas de pequena dimensão baseadas em mão de obra, que polarizam com as intensivas em capital e são insuficientes as médias empresas. A estrutura industrial muda a diferentes ritmos, conforme a conjuntura: antes da década de setenta, a renovação é lenta; depois é rápida e faz-se mais à custa de pequenas empresas. O produto industrial bruto cresce com o aumento da *turbulência* e da *fixação* das sociedades industriais. Nas últimas três décadas, apesar de intensa, a renovação do tecido industrial é menor que a dos serviços e do comércio. Surgem sinais claros que o crescimento da indústria transformadora é ultrapassado pelo do terciário.

---

[2] Para o período de 1870 a 1914, ver ainda Lains ,1992 e Reis , 1993.

2 — Para uma crítica das fontes das estatísticas industriais [3]

2.1 — Dois séculos de ambiguidade e falta de precisão

A falta de estatísticas industriais precisas num período tão longo como o que se verifica em Portugal, só por si, poderá ser considerada um indicador do atraso industrial do país. De facto, a história das estatísticas industriais em Portugal é bem reveladora do 'desnorte' por que tem passado a Indústria neste último século. Assim, a constituição de séries completas de dados sobre a indústria transformadora revela-se um tarefa complexa, devido a um conjunto de factores que se prendem com especificidades da implantação daquele tipo de estatísticas no nosso país e com outros problemas mais globais que estão associados à percepção da importância das estatísticas e à sua utilização.

Durante o século XIX está-se ainda num período de introdução das estatísticas económicas em Portugal, pelo que as várias tentativas de realizar inquéritos nacionais revelam limitações que dificultam hoje a utilização da informação recolhida. Em 1814, a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação lança o primeiro inquérito com vista a conhecer o estado da indústria. Com técnicas ainda deficientes, e utilizando os corregedores dos bairros de Lisboa e das restantes comarcas do país, os resultados pouco mais permitem apurar que das 511 fábricas existentes, 7 estão fechadas, 240 em estado decadente, 130 estacionárias e 134 em estado progressivo. O inquérito de 1839 usa já o método directo, mas os resultados continuam a ser parciais e incompletos, pelo que nem chegam a ser reunidos e publicados oficialmente [4]. Em 1845 realiza-se um novo inquérito, sendo conhecidos os resultados através dos Mappas das fábricas existentes no Continente e Ilhas Adjacentes [5]. Em 1852 o país vive um momento de algum dinamismo económico, multiplicando-se a criação de organizações como o Ministério das Obras Públicas, o Conselho Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas, o Instituto Industrial de Lisboa, a Escola Industrial do Porto e a Repartição de Manufacturas. A Repartição de Manufacturas é encarregue de elaborar as estatísticas industriais, tendo sido lançado um inquérito às fábricas que empregam mais de dez operários. Recorre-se ao *método*

[3] Uma parte substancial do texto aqui apresentado sobre a crítica das fontes é extraído de Lisboa, 1998: Vol. I, Parte I, Capítulo 3.

[4] Cf. Introdução ao Volume Geral do Inquérito Industrial de 1957-1959.

[5] Cf. Justino, 1989.

indirecto, através dos governadores civis dos distritos, e o âmbito das questões abrange o número de fábricas, a actividade da indústria, o número de operários — por sexo e com distinção da idade inferior aos 16 anos —, as máquinas a vapor existentes — ano de instalação, sua força motriz e lugar em que são construídas — e a qualidade da fábrica.

Aproveitando o dinamismo de Fradesso da Silveira e do seu corpo de inspectores, em 1860 é lançado um inquérito industrial e comercial. Antes da administração directa do questionário, os funcionários recolhem informações junto dos delegados do Tesouro, dos escrivães da fazenda, dos administradores dos concelhos e consultam todos os documentos que os possam ajudar na visita que irão fazer a todos os estabelecimentos fabris e comerciais. O questionário tem um âmbito mais amplo que o anterior, sendo recolhida informação sobre a data de fundação e história da empresa, a dimensão económico-financeira, a organização da produção, a dimensão comercial e o seu proprietário. Contudo, o âmbito do inquérito não é uniforme, tendo tomado simultaneamente proporções de inquérito nacional e de estudo minucioso de algumas indústrias, pelo que os dados apresentam limitações na análise comparada. Aliás, apesar da sua realização ter demorado sete anos (1860-1867), os volumes publicados não contemplam todos os dados recolhidos.

Com a aproximação do fim do prazo de validade do tratado de comércio celebrado com a França em 1866 e a necessidade de proceder à sua renegociação, o Conselho Geral do Comércio, Indústria e Agricultura sugere que o governo mande proceder a um amplo inquérito industrial. Em 1881 é realizado esse inquérito nacional, recorrendo-se à administração directa e indirecta. O questionário é bastante extenso e contempla várias questões relativas ao comércio externo, particularmente com a França, mas a fraca participação dos inquiridos e a deficiente qualidade das respostas limitam a validade dos dados recolhidos [6].

Em 1890 lança-se outro inquérito nacional abrangendo a pesca, as indústrias extractivas e transformadoras. A indústria transformadora é inquirida primeiro através de um questionário dirigido a cada industrial e depois directamente a fim de completar e rectificar o que havia sido apurado no 'inquérito de gabinete'. A minúcia do questionário não é correspondida pela participação dos industriais, o que leva a própria comissão encarregada do inquérito a questionar a validade dos resultados.

Apesar das deficiências, os inquéritos de 1881 e 1890 são os mais completos e constituem ainda hoje uma das principais fontes estatísticas para aquele período [7].

Já na primeira metade deste século, seguem-se várias tentativas de inquéritos nacionais, mas que ficam por isso mesmo. São disso exemplo as iniciativas de 1907, 1909, 1917, 1924,

---

[6] Cf. Introdução ao Volume Geral do Inquérito Industrial de 1957-1959.

[7] Justino, 1989 refere ainda um inquérito sobre a indústria de tecelagem na cidade do Porto em 1888.

1931 e 1950. Só em 1957 volta a lançar-se um inquérito nacional com vista a recolher dados sobre a indústria transformadora. É certo que desde 1943 já se publicam as Estatísticas Industriais, também baseadas num inquérito anual que é realizado a uma amostra de empresas (que mais adiante serão analisadas em detalhe), mas falta uma visão ampla do estado da indústria em todo o espaço nacional. Com esse objectivo, o inquérito de 1957-1959 é já concebido de acordo com técnicas mais elaboradas, prevendo-se a realização de um inquérito-piloto antes da execução do definitivo. Abrange o Continente e tem como unidade de inquirição o estabelecimento, excepto no ramo da construção em que é utilizada a empresa. Procura-se definir um conjunto de critérios que permitam eliminar as unidades de muito pequena dimensão e aquelas em que é difícil estabelecer uma fronteira clara com o trabalho caseiro e familiar autónomo [8]. Nem sempre tal é claramente conseguido, pois a realidade dos diversos ramos apresenta-se de tal forma diferente que, se em alguns, o trabalho caseiro está praticamente excluído, em outros, ele é maioritário. Por exemplo, em 1958, e tomando o ramo alimentar, enquanto que na indústria de chocolates e cacau são considerados só os estabelecimentos fabris, nas moagem de farinhas em rama são anotadas as fábricas, os moinhos e as azenhas. Ao nível do trabalho de campo, os inquiridores são objecto de uma formação específica e o controlo da administração do questionário procura ser mais rigoroso que os anteriores. Apesar dos cuidados colocados na realização do inquérito, os seus responsáveis não têm ilusões sobre a relatividade da informação recolhida [9]. Desde logo, há limitações ao nível dos dirigentes que ainda receiam que os resultados sejam usados contra eles. Por outro lado, o inquérito desenvolve-se durante três anos, período relativamente longo para um inquérito, pois as transformações da estrutura industrial que possam ter ocorrido, como a formação e desaparecimento de empresas, afectam certamente os resultados. De qualquer modo, o inquérito de 1957-1959 é a primeira grande tentativa deste século para elaborar uma base estatística ampla e nacional sobre a indústria.

Em 1964 faz-se um inquérito do mesmo tipo, mas só em 1972 ocorre um Recenseamento Industrial. Sob proposta do Secretariado das Nações Unidas, que em 1968 sugere a elaboração de um programa mundial de inquéritos industriais aos estados membros, o governo legisla no sentido do Instituto Nacional de Estatística concretizar tal iniciativa. Abrange todo o espaço nacional — Continente e Ilhas. Utilizam-se três instrumentos de notação — boletins 1, 2 e 3 —, são inquiridos todos os estabelecimentos e empresas industriais e da construção com qualquer

[8] O trabalho caseiro e familiar autónomo situa-se na fronteira entre a produção oficinal e industrial. Ver Lisboa, 1992: 283-298, a propósito da importância da distinção destes dois tipos de produção.

[9] Cf. Introdução ao Volume Geral do Inquérito Industrial de 1957-1959: pp. xxi-xxii.

número de pessoas ao serviço (ainda que haja diferenças nas perguntas das empresas com mais e menos de cinco pessoas).

Já num quadro económico e político diferente, em 1984, o Instituto Nacional de Estatística realiza um novo Recenseamento Industrial. A reflectir as mudanças ocorridas em 1974, é nomeado um grupo de trabalho de utilizadores — administração pública, associações patronais e sindicais — que discute previamente o projecto. O Recenseamento cobre igualmente o Continente e Ilhas e, em relação à indústria transformadora, utiliza o estabelecimento como unidade de observação.

A história das estatísticas industriais, nomeadamente neste século, é bem o espelho do ostracismo a que tem sido votada a indústria e da falta de preocupação dos governantes em conhecer com rigor a sua estrutura, medir as mudanças e corrigir os desequilíbrios. De facto, após várias tentativas falhadas até 1957, as realizações mais recentes ocorrem num quadro de influência internacional, nem sempre correspondida pela frequência necessária. Para os governantes parecem bastar as Estatísticas Industriais anuais, algo imprecisas, mas mesmo assim o mais completo instrumento de que se dispõe.

Estas terão um papel importante neste trabalho, já que são as únicas que possibilitam uma análise anual e com um nível suficientemente desagregado para permitir observar a evolução dos sub-ramos industriais. As Estatísticas das Sociedades (com publicação iniciada em 1939, mas logo interrompida em 1941-1949) também têm informação sobre a indústria transformadora, mas a sua utilização como fonte principal não é aconselhável devido a dois inconvenientes: os dados referem-se às sociedades e não aos estabelecimentos, como nas Estatísticas Industriais, o que impossibilita análises sobre dimensão média destes; e os sub-ramos vão sendo agregados em função de critérios que mudam ao longo do tempo, dificultando a constituição desagregada de séries para o período pretendido [10]. A publicação de 1950 dá conta das razões da não "vinda a lume" de resultados pormenorizados das sociedades no período de 1941 a 1949. Na nota introdutória explica-se que da comparação dos apuramentos de 1939 e 1940 "resultou a convicção de que os números respeitantes à actividade das sociedades não assumiam particular interesse quando observados em anos consecutivos, ou mesmo em anos separados". São argumentos vagos e pouco esclarecedores, mas que desaconselham a utilização de informação de uma década que é importante para a indústria transformadora, pois os resumos elaborados não permitem que se vislumbrem os movimentos internos da estrutura industrial. Todavia, e conjuntamente com os dados dos inquéritos de 1957-59 e 1964 e dos recenseamentos de 1972

[10] Por exemplo, em qualquer dos anos, não permitem isolar a produção de cortiça, sempre agregada à madeira e mobiliário, e em 1982 agrega o tabaco à alimentação e bebidas.

e 1984, serão utilizadas para criticar os dados das Estatísticas Industriais e para os completar quando estes forem omissos.

A utilização das Estatísticas Industriais requer uma análise crítica muito cuidada, quer pelo volume da informação nelas contido, quer pela constante mudança dos critérios que presidem à selecção das amostras e ao agrupamento dos dados publicados, como em seguida teremos oportunidade de mostrar.

2.2 — O Anuário Estatístico e as Estatísticas Industriais (1943-1989)

O Anuário Estatístico contém informação sobre a indústria transformadora desde o século XIX, nomeadamente em relação às empresas que pagam contribuição industrial. Contudo, os dados disponíveis reduzem-se ao número de estabelecimentos, de pessoas de algumas profissões e de patentes registadas. A partir da Primeira Guerra Mundial surgem dados sobre os salários e as associações profissionais, mas só em 1929 são fornecidas informações sobre a produção, nomeadamente de adubos e cimento. A partir daí os dados abrangem cada vez mais produtos e começam a incluir o número de estabelecimentos, o pessoal empregue e a força motriz.

Em 1943 surgem as Estatísticas Industriais, que se publicam até 1989, e o Anuário Estatístico passa a conter só o resumo de alguns dados. A partir de 1990, e como consequência da uniformização estatística decorrente da adesão à União Europeia, são utilizados os dados dos inquéritos realizados desde 1986 e as antigas Estatísticas Industriais são substituídas pelas Estatísticas da Produção Industrial e pelas Estatísticas das Empresas – Indústria. De facto, trata-se de um novo instrumento de recolha de dados, com uma amostra e critérios diferentes, o que constitui uma dificuldade acrescida para a análise continuada das séries anteriores [11]. Assim, os

[11] Além da utilização de diferentes ficheiros para a constituição da amostra (o inquérito das antigas Estatísticas Industriais recorria ao do licenciamento da acividade dos estabelecimentos – Ministério da Indústria e Energia —, o novo inquérito recorre ao Ficheiro Central de Empresas e Estabelecimentos, FCEE – INE), o inquérito das antigas Estatísticas Industriais utilizava como base de inquirição o estabelecimento, administrava o questionário a todas as 11 500 unidades do universo contido no ficheiro, cobria 154 actividades e tinha uma desagregação distrital e concelhia, o novo inquérito utiliza a empresa como base de inquirição, administra o questionário a uma amostra de 26 400 unidades de um universo de 65 000, cobre 328 actividades – incluindo as indústrias extractivas, as transformadoras, a electricidade, o gás e a água – e tem uma

anos de 1943 a 1989 correspondem ao maior período possível para a análise da indústria transformadora a partir de uma única fonte, as Estatísticas Industriais.

Como já foi referido, a análise das Estatísticas Industriais coloca problemas metodológicos diversos, pois implica o confronto com outras fontes e a desmontagem do seu processo interno de construção dos dados. Em relação ao primeiro aspecto, faz-se a comparação dos resultados com os do Inquérito de 1957-59, dos recenseamentos de 1972 e 1984 e das Estatísticas das Sociedades. Quanto ao segundo aspecto, abordam-se as várias dimensões, procurando dar uma visão global da evolução das estatísticas e da alteração de critérios ao longo dos anos e abordando um conjunto de problemas relacionados com a definição das variáveis, a construção das séries, os erros de apuramento e incoerências internas dos dados. Apesar de terem sido consultados os relatórios disponíveis que acompanham a execução dos inquéritos, deverá ainda fazer-se uma análise sobre as orientações políticas e a correlação de forças dos agentes responsáveis que podem ter influenciado os critérios adoptados e a produção dos dados.

— Evolução das Estatísticas Industriais e mudança de critérios

A publicação das Estatísticas Industriais inicia-se em 1943 e pretende sistematizar a informação estatística que anualmente é recolhida sobre a indústria. Pensa-se que o número de empresas em observação já é suficiente para coligir os seus dados. Quanto à sua exactidão, os resultados são ainda incertos, mas "animadores" (Estatísticas Industriais, 1943), devendo ficar para um futuro censo a sua avaliação crítica, que só viria a ocorrer catorze anos depois. A informação recolhida é reduzida, apesar de já haver um esforço para desagregar os dados ao nível do concelho e de se procurar inquirir o estabelecimento. Abrange os seguintes aspectos: *estabelecimentos*, em termos de actividade e de força motriz; *produção*, cobrindo os produtos e as matérias primas; *máquinas operatórias*, em que se indaga sobre o seu nível de actividade; *força motriz*, quanto ao tipo, à potência, e outros aspectos de natureza técnica; *pessoal*, distinguindo-se as várias categorias, os *empregados* dos *assalariados* e os *permanentes* dos *adventícios*.

Os dois primeiros anos, 1943 e 1944, são ainda de implementação e afinação dos instrumentos estatísticos, pelo que os dados aí recolhidos apresentam lacunas que só serão resolvidas nos anos seguintes. Por exemplo, o valor em escudos da produção só é apurado a

---

desagregação por NUT II, extensível à NUT III e ao concelho para as empresas com 20 e mais pessoas ao serviço.

partir de 1945. Por razões compreensíveis em termos de rigor, e para efeitos de cálculo, utilizar-se-ão só os dados a partir de 1945.

Em 1945, excepto no valor da produção, não há alterações significativas em relação à estrutura da informação já apurada em 1943, mas o número de ramos industriais inquiridos já é maior — 25 ramos incluindo a produção e distribuição de electricidade. Até 1952, as alterações são sobretudo em relação ao número de ramos industriais abrangidos pelo inquérito, que aumenta ligeiramente: em 1946-48, 26; em 1949, 28 e em 1952, 39.

Seguindo as sugestões da Comissão de Estatística do Conselho Económico e Social das Nações Unidas, em 1953, o Instituto Nacional de Estatística introduz alterações nas estatísticas das indústrias transformadoras: a electricidade deixa de estar incluída e vinte novos ramos passam a ser considerados. Igualmente, nos quadros das estatísticas relativas ao pessoal reduz-se o grau de discriminação do *pessoal empregado* e elimina-se o desdobramento em pessoal *permanente* e *adventício*. Em relação ao pessoal operário, o detalhe aumenta e discriminam-se os *assalariados*, os que têm *vencimento mensal* e os *sem remuneração*. Esta alteração é importante, pois a estrutura industrial é dominada por empresas de pequenas dimensões, onde abundam os trabalhadores familiares que não recebem um pagamento periódico em dinheiro. Igualmente passa a ser considerada a situação do pessoal referente à *mão-de-obra à tarefa*. Em 1956, voltam a verificar-se alterações nos dados do pessoal, não se separando os *remunerados* dos *não remunerados* na desagregação por distrito. Até ao final da década de sessenta, e com implicações para este trabalho, não se verificam alterações significativas na estrutura das estatísticas industriais. Saliente-se só que em 1960 a existência de pessoal deixa de ser feita a 31 de Dezembro, passando a sê-lo na última semana completa de trabalho do mesmo mês, e que o número de ramos industriais continua a aumentar: 73 em 1957 e 119 em 1969. Em 1970, o INE acha por bem inserir uma nota explicativa sobre os conceitos usados, de modo a uma melhor interpretação dos resultados. Mas, no essencial, a estrutura dos dados mantém-se até 1971.

Em 1971 são concretizados os ajustamentos (de variáveis e conceitos) recomendados internacionalmente para as estatísticas industriais. Este ano representa uma alteração importante na produção das estatísticas industriais: é adoptado um novo questionário, é alargada a cobertura a novos ramos (mais 40 que em 1970) e a recolha da informação passa a ser feita directamente pelo INE, ao contrário dos anos anteriores em que é encomendada ao exterior. Além da maior desagregação dos ramos industriais, verifica-se também uma preocupação em autonomizar a indústria transformadora, que passa a ser publicada em volume separado da indústria extractiva, da electricidade e do gás. Mas o âmbito das alterações alarga-se igualmente às variáveis apuradas: o valor bruto da produção, que até 1970 é determinado considerando em algumas indústrias produtos intermédios, o que implica uma relativa sobre-avaliação deste, passa

a sê-lo de uma forma mais selectiva [12] e faz-se o apuramento da formação bruta de capital fixo [13]. No essencial, esta estrutura das estatísticas mantém-se até 1989, verificando-se, no entanto, alterações na forma de publicação em 1983, 1984 e 1985, com os dados agregados num único volume. A partir de 1989, as publicações do INE parecem ter-se aproximado mais dos consumidores finais não especializados e afastar-se das necessidades dos investigadores, tendo-se verificado alterações substanciais no apuramento das variáveis que tornam praticamente impossível reconstituir a informação a partir dos dados publicados de modo a integrá-los em séries contínuas com os anos anteriores. Por isso, a nossa série termina em 1989.

São quarenta e cinco anos de dados sobre a indústria transformadora (1945-1989), nunca antes trabalhados nesta dimensão temporal e com este nível de desagregação.

— Definição das variáveis e construção das séries

A construção de séries completas que abranjam períodos temporais tão longos quanto possível revela-se uma tarefa difícil pelas alterações que a recolha e o apuramento dos dados vão tendo. Por isso, seleccionam-se três conjuntos de variáveis que, tendo revelado suficiente consistência interna, permitem dar uma visão segmentada por ramo de actividade das mudanças ocorridas na indústria transformadora na segunda metade deste século. As variáveis seleccionadas são as habituais em investigações macroeconómicas: o *número de estabelecimentos*, o *número de pessoas ao serviço* e o valor bruto da produção (VBP).

Em relação às variáveis económicas não é necessário compatibilizar os valores por eles serem já apurados de modo a permitir o cálculo. Quanto ao pessoal foi necessário articular as diferentes desagregações seguidas ao longo dos anos, como os *permanentes* e *adventícios*, os *remunerados* e *não remunerados* e os *tarefeiros*. Assim, para o período de 1943 a 1952, é elaborada a seguinte fórmula de agregação:

---

[12] Até 1970, o cálculo fazia-se pelo somatório dos produtos produzidos, mais o valor da electricidade vendida, dos resíduos de laboração vendidos e dos trabalhos executados por conta alheia, enquanto que a partir de 1971, passa a ser calculado pela soma do valor dos produtos acabados, mais o dos bens de capital fixo produzidos para uso próprio, mais o dos trabalhos industriais executados por conta alheia, mais o valor dos produtos em vias de fabrico no final do ano, menos o valor dos produtos em vias de fabrico no início do ano.

[13] Cf. Estatísticas Industriais, vol.II, com a desagregação entre novo e usado e por terrenos, edifícios, arranjos nos terrenos e outras construções, de transporte e máquinas e outro material.

L = A1 + A2 + B1 + B2 +C

onde:

L = total de pessoas ao serviço
A1 = pessoal técnico (administrativo, técnico e de escritório)
A2 = encarregados, capatazes e contramestres
B1 = operários
B2 = trabalhadores adventícios (a partir de 1944 inclui operários e outros assalariados)
C = outros empregados e assalariados não especificados

O somatório de A1 com A2 constitui o que nas estatísticas é designado por *empregados*, enquanto que B1 + B2 corresponde aos *assalariados*. Por outro lado, o valor resultante da diferença entre L e B2 diz respeito ao total de *permanentes* (soma de A1, A2, B1 e C). A partir de 1952 deixa de se fazer a distinção entre *permanentes* e *adventícios*, passando a diferenciar-se os *remunerados* dos *não remunerados*.

A fórmula seguinte mostra a composição do pessoal ao serviço no período 1953-1957:

L = A1 + A2 + B1 + B2 +C

onde:

L = total de pessoas ao serviço
A1 = pessoal administrativo, técnico e de escritório remunerado
A2 = pessoal administrativo, técnico e de escritório não remunerado
B1 = operários remunerados
B2 = operários não remunerados
C = tarefeiros

— Erros de apuramento e resolução das incoerências internas dos dados

Os dois níveis de desagregação mais frequentes nos dados que temos estado a analisar são o ramo de actividade económica e o distrito. De modo a detectar incoerências internas dos dados e com vista a avaliar a consistência dos valores apurados, realiza-se uma bateria de testes a partir das duas desagregações. A esse nível, são detectados dois tipos de erros em vários casos: os valores do Continente não correspondem ao somatório dos distritos e os valores dos

totais são diferentes dos do somatório das actividades económicas. Por vezes, tal resulta claramente de erros no cálculo dos totais, mas em outras deve-se à utilização de diferentes instrumentos para o apuramento dos totais e dos dados das partes. Por exemplo, num determinado ano, sabe-se que o número de estabelecimentos do Continente tem um certo valor, mas em relação à sua distribuição por distritos, só se conhecem os dados de alguns. Nestes casos, quando não previstos no apuramento, é necessário construir uma nova categoria *indiferenciada* correspondente aos outros distritos. O mesmo se passa em relação à Classificação das Actividades Económicas (CAE). Há, igualmente, situações em que o somatório das partes é superior ao valor apurado para o Continente. De qualquer modo, em relação às variáveis *número de estabelecimentos*, *número de pessoas ao serviço* e valor bruto da produção, os cálculos efectuados para todos os anos do período 1945-1989 mostram que a diferença máxima em relação ao apurado para o Continente não é superior a 5 %, e só existe em alguns anos (por exemplo, em relação aos estabelecimentos, em 1945 e 1988). Face a estes valores, e porque o que se pretende com a utilização destes dados é analisar as diferenças regionais e de ramo de actividade do desenvolvimento da indústria transformadora, opta-se por utilizar os valores das partes (distritos e ramos), calculando-se as percentagens em relação ao seu somatório.

— Correcção das séries

Em 1945 Portugal é ainda um país essencialmente rural e com uma indústria artesanal moldada a esse contexto de ruralidade. A par do peso que a agricultura tem no país, nesse ano, o excessivo número de estabelecimentos alimentares, superior a 80 %, reflecte bem o atraso da indústria transformadora, sobretudo se tivermos em conta que o maior número de estabelecimentos pertence à moagem de farinha em rama (59,8 % do total) e que estes são constituídos por moinhos artesanais movidos a água e a vento. Tendo deixado de ser contabilizados em 1951-54, seguem-se vários anos (de 1955 a 1970) em que o peso dos estabelecimentos de moagem aumenta nas estatísticas para valores que chegam a atingir 86 % em 1962. A manutenção destes valores elevados até ao início da década de setenta pode ser interpretada como um indicador do predomínio de elementos artesanais numa estrutura industrial que em outros ramos já dá sinal de se querer modernizar. Só a partir de 1970 o ramo alimentar deixa de desequilibrar a estrutura dos dados estatísticos [14]. A análise da evolução dos estabelecimentos dos restantes ramos industriais numa estrutura desequilibrada pela moagem de farinha em rama torna-se difícil, tendo-se optado por retirá-los da alimentação, tanto mais que as estatísticas são omissas em relação aos valores das pessoas ao serviço e da produção.

[14] Cf. Lisboa, 1998.

Igualmente, em 1969 e 1970 são contabilizadas as azenhas de produção de azeite, essencialmente artesanais e maioritariamente inseridas numa lógica de auto-consumo (por vezes de utilização 'comunitária') das aldeias a Norte do Tejo, o que ajuda a distorcer a estrutura naqueles anos, já que elas representam 66 % e 64 % do total dos estabelecimentos [15]. Mesmo que seja de reter o quanto é pouco desenvolvida a transformação industrial deste sub-ramo da alimentação, opta-se por não a considerar nos cálculos da série.

São ainda feitos outros ajustamentos nos sub-ramos, de modo a construir séries o mais extensas e homogéneas possível. O critério adoptado consiste em agrupar os sub-ramos ao longo de todo o período segundo a classificação mais actual [16].

— Os casos particulares

De 1945 a 1952, os dados da indústria transformadora integram a produção e a comercialização de electricidade, mas o apuramento é feito de modo diferente: o total de pessoas ao serviço no Continente abrange as empresas de *serviço público* e as *distribuidoras*, enquanto que os dados dos distritos só contemplam as de *serviço público*. Nos anos seguintes e até 1989, a electricidade passa a ser apurada fora da indústria transformadora. Assim, opta-se por retirar a electricidade do período 1945-1952, de modo a construir uma série homogénea até 1989.

Em alguns anos, e para certas indústrias, os dados são registados pelo concelho, ou por *centros industriais,* como são designados de 1960 a 1971, onde estão implantados os estabelecimentos e não pelo distrito, como passa a ocorrer a partir de 1971. Por exemplo, em 1945, as conservas de peixe são apuradas em Lagos, Portimão, Olhão, Vila Real de S. António,

---

[15] Cf. Lisboa, 1998.

[16] A clarificação e refinação de azeite e outros óleos comestíveis e os alimentos para animais, que até 1960 fazem parte da química, a partir daí passam para as alimentares. Até 1970, a produção de álcool surge com a designação de *industrial* e aparece junto das químicas. A partir desse ano, passa a chamar-se de *etílico* e é incluído nas bebidas. Uniformiza-se com a integração nas bebidas. Até 1976, o mobiliário metálico vem junto do mobiliário de madeira. Em 1977 e anos seguintes passa para os produtos metálicos. Uniformiza-se a classificação com a inclusão nos produtos metálicos. Em 1961, as balanças e aparelhos de peso são incluídas nas outras indústrias, sendo a partir daí classificadas nas máquinas não eléctricas. O gelo, em outras indústrias entre 1953 e 1957, passa para as alimentares. A trefilaria, que está incluída na metalurgia básica de 1961 a 1975, passa a integrar os produtos metálicos. Finalmente, os chapéus de chuva e sol que até 1975 estão associados ao vestuário, passam para as outras indústrias transformadoras.

Peniche e Matosinhos. Nestes casos, faz-se o agrupamento pelos respectivos distritos, de modo a poder-se efectuar a comparação com os restantes anos da série.

Em 1948 e 1950, os totais de estabelecimentos da salsicharia e da confeitaria englobam os do regime industrial e os do regime caseiro, ainda que a avaliar pelos dados dos anos anteriores e dos anos posteriores tal parece não ter afectado significativamente os resultados. Em 1949 verifica-se o mesmo problema em relação à salsicharia, enquanto que para as confecções não há qualquer notação (por deficiências ocorridas na elaboração dos quadros). Em 1951 ocorre a mesma agregação em relação à salsicharia e ao têxtil de algodão e outras fibras (em que o sector fabril foi designado por *condicionado*) e não há notação para a moagem de farinhas de trigo em rama (por deficiências na elaboração dos quadros). Em 1953 e 1954, a agregação dos estabelecimentos caseiros e fabris dá-se para a salsicharia e conservas de carne e para o têxtil de algodão e outras fibras. Em 1954, a agregação já só se verifica em relação ao têxtil de algodão.

Em 1950, 1951 e 1952 os valores relativos ao número de estabelecimentos da borracha não englobam algumas unidades por não possuírem certos equipamentos (misturadores). Assim, em 1950, além dos 29 estabelecimentos contabilizados, ficam de fora mais 8, situados em Lisboa (2), Castelo de Vide (1), Porto (4) e Vila Nova de Gaia (1). Em 1951, além dos 31, há 11 exclusões, referentes a Lisboa (2), Castelo de Vide (1), Porto (4) e Vila Nova de Gaia (4). Em 1952, na borracha, além dos 34, não são anotados 13 em Lisboa (2), Portalegre (1) e Porto (10) e no vidro, além das 33, ficaram de fora 22, em Aveiro (1), Leiria (7), Lisboa (6) e Porto (7), por não possuírem fornos de fusão e utilizarem tubo de vidro como matéria-prima. No mesmo ano e em 1953 e 1954, por deficiente notação, não é incluída a moagem de farinhas de trigo em rama. Em 1953 e 1954, ainda a fabricação de artigos de borracha tem uma anotação de menos 12 estabelecimentos — em Lisboa (2), Portalegre (1) e Porto (9) —, também por não possuírem misturadores. Em 1955, 1956 e 1957, pelas mesmas razões, a fabricação de artigos de borracha tem menos 7 estabelecimentos — Lisboa (2) e Porto (5). Neste último ano, na fabricação de vidro e de artigos de vidro, não são anotados 11 estabelecimentos por não possuírem fornos de fusão — Leiria (4), Lisboa (5) e Porto (2).

Em 1964, em relação aos artigos de borracha, os dados relativos ao valor bruto da produção não desagregavam o Funchal e Ponta Delgada. Todavia, comparando com os restantes anos, o peso destes distritos é reduzido, não afectando as análises feitas para o Continente.

2.3 — As Estatísticas das Sociedades (1947-1993)

A partir da utilização de várias fontes é possível construir séries sobre as sociedades económicas com a duração de cinquenta e seis anos (1947-1993); período suficientemente amplo para se poder compreender a dinâmica das empresas portuguesas no pós Segunda Guerra Mundial. A homogeneização das séries, para o máximo de variáveis possível em função das múltiplas grelhas de recolha necessárias, obriga à análise comparada de todos os items ano ano a ano, bem como a uma crítica das fontes, em que se procura reconstruir os processos e os constrangimentos legais utilizados na produção dos dados.

Recorre-se essencialmente a duas fontes: as Estatísticas das Sociedades e as Estatísticas Monetárias e Financeiras. As primeiras começam a ser editadas em 1939, mas contêm informação mais completa sobre a constituição e dissolução das sociedades de 1955 a 1985; são publicadas um ano depois das segundas (por exemplo, as Estatísticas das Sociedades publicam os dados de 1974 em Março de 1976, enquanto que as Estatísticas Monetárias e Financeiras saem logo em Junho de 1975). Elas são também mais exactas que as segundas, na medida em que contêm todos os dados já corrigidos pois, em relação às sociedades constituídas, por vezes, as Estatísticas Monetárias e Financeiras são omissas em alguns casos que não são apurados atempadamente para serem incluídos na publicação. Todavia, as diferenças são desprezíveis [17], sendo possível a utilização de qualquer das séries.

As Estatísticas Monetárias e Financeiras, tal como hoje são conhecidas, derivam da Situação Bancária (que sai a público pela primeira vez através do Ministério das Finanças em 1923 e contém já dados de 1920 e 1922 sobre bancos, caixas e companhias de crédito) e mantém o nome até 1947, ano em que começa a ser publicada pelo INE com a designação de Estatísticas Financeiras. Ao contrário das publicações anteriores, inclui dados sobre outras sociedades que não as de crédito, nomeadamente as agrícolas, industriais, comerciais e outros serviços. Em 1969, as Estatísticas Financeiras dividem-se em duas publicações, as Estatísticas das Finanças Públicas e as Estatísticas Monetárias e Financeiras, que perduram até aos dias de hoje. Os dados desta publicação são muito semelhantes aos das Estatísticas das Sociedades, mas de 1947 a 1958 têm informação sobre a constituição e dissolução de sociedades, que prolongam após 1985. No entanto, falta-lhe a indicação das sociedades existentes por ramos industriais, pelo que se opta por utilizá-las só em relação à constituição e dissolução, ficando para

[17] No Continente, nas constituídas, as diferenças em 1975, 1976, 1977, 1978, 1980, 1981, 1982, 1983, 1984 e 1985 são respectivamente de: 2 (em 4739), 1 (6554), 2 (8614), 1 (7804), 6 (7730), 3 (9895), 4 (9452), 1 (6520), 1 (7035) e 4 (8537). Nas dissolvidas, só há diferenças em 1975 e 1981, que são: 1 (em 673) e 1 (979).

as Estatísticas das Sociedades os outros indicadores, apesar de nem sempre se conseguir o nível de desagregação das actividades desejável [18].

Um outro aspecto que deverá merecer alguma atenção crítica prende-se com a natureza das variáveis usadas nas estatísticas. Em primeiro lugar, a desagregação obtida na indústria transformadora não atinge o nível das Estatísticas Industriais, perdendo-se as particularidades inerentes aos dinamismos das diferentes actividades.

Em segundo lugar, há que ter em atenção que as estatísticas agora tratadas referem-se a sociedades e não a empresas ou estabelecimentos. De facto, cobrem universos económicos e sociais diferentes que, mesmo não constituindo qualquer obstáculo para a análise da renovação da estrutura industrial e do seu dinamismo, dificulta comparações mais pormenorizadas com os dados das Estatísticas Industriais.

Finalmente, uma referência ao significado de constituição e dissolução de sociedades. A constituição de uma sociedade pode não representar exactamente a formação de uma nova: pode ser a passagem de uma forma de sociedade para outra — mudando ou mantendo a natureza jurídica —, ou ainda o resultado da fusão de várias sociedades. Deste modo, a dissolução também pode não traduzir-se na falência, mas sim na passagem para outra forma de sociedade.

[18] Os dados relativos às sociedades existentes só serão utilizados até 1982, pois em 1983 são introduzidas alterações nos apuramentos que enviesariam a série: em 1983 e 1984, os dados publicados para o Continente referem-se às sociedades do grupo A da contribuição industrial e aos grupos A e B nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores; em 1985, último ano da publicação das Estatísticas das Sociedades, os dados resultam já de um inquérito, que no Continente abrange só um "painel de empresas que pela sua natureza [...] foram consideradas como fundamentais, tendo em conta nomeadamente a salvaguarda das necessidades das Contas Nacionais", enquanto que nas Ilhas, a administração do questionário é exaustiva para todas.

2.4 — Validação dos dados: análise comparada das Estatísticas Industriais com o inquérito de 1957-1959, os recenseamentos de 1972 e 1984 e as Estatísticas das Sociedades

Comparando os dados das Estatísticas Industriais com os do Inquérito de 1957-59, verifica-se que só alguns ramos têm diferenças significativas e, nestes casos, tal deve-se mais aos critérios como são agrupadas as actividades do ramo do que a alterações resultantes da estrutura. Por exemplo, as Estatísticas Industriais sobre-avaliam os têxteis e sub-avaliam o vestuário, já que grande parte das empresas deste sub-ramo são contabilizadas nos têxteis em geral. Tal é particularmente visível em relação ao *número de estabelecimentos* e às *pessoas ao serviço*, que são os indicadores onde mais se faz sentir o peso das pequenas unidades do vestuário. Também na madeira, mobiliário e cortiça se verificam diferenças que estão associadas à forma como as actividades são agregadas; todavia, no seu conjunto, os valores equivalem-se. Em relação aos restantes ramos não se verificam grandes diferenças, excepto na química (sobre-avaliada nas Estatísticas Industriais) e nos produtos metálicos (sub-avaliados)

O Recenseamento Industrial de 1971-72 é o primeiro apuramento completo da indústria transformadora deste século, pelo que a sua comparação com as Estatísticas Industriais é importante para avaliar o rigor dos dados desta. Continua a verificar-se o mesmo fenómeno em relação aos têxteis e ao vestuário e a alimentação tem agora uma relativa sobre-avaliação nos indicadores pessoas ao serviço e produção; os restantes ramos também não apresentam diferenças em relação à comparação anterior. Refira-se, no entanto, o facto dos produtos metálicos continuarem a estar sub-avaliados nas Estatísticas Industriais.

Os resultados da comparação com os dados do recenseamento de 1984 também não revelam alterações significativas em relação ao censo anterior, excepto um acentuar da sub-avaliação dos produtos metálicos (para todos os indicadores) e da alimentação, madeira e mobiliário (para as pessoas ao serviço e a produção). As diferenças verificadas no têxtil, química e petróleo e carvão devem ser interpretadas como deficiências do próprio recenseamento, como se pode verificar pela análise dos dados das Estatísticas das Sociedades.

Desta primeira análise comparada entre fontes, em três momentos do período seleccionado, ressalta que há uma relativa sub-avaliação dos produtos metálicos nas Estatísticas Industriais. Este facto deverá ser tido em consideração na análise que se fizer dos dados [19].

[19] Cf. Lisboa, 1998; a desagregação por sub-ramo permite uma crítica mais fina da sub-avaliação.

Atendendo à forma como os dados são desagregados, as Estatísticas das Sociedades só permitem a comparação dos indicadores relativos às pessoas e à produção. Desde logo, a observação destes dados revela a omissão de alguns ramos nas Estatísticas Industriais (como seja as máquinas não eléctricas, cujos primeiros valores começam a ser contabilizados em 1961), confirmando assim a observação de Moura, 1957: 30 quanto à sub-avaliação das metalomecânicas, como se pode verificar se estendermos a comparação aos outros produtos metálicos e às máquinas eléctricas. Todavia, nos restantes ramos, não se notam alterações significativas. À medida que as Estatísticas Industriais vão integrando mais actividades, sobretudo a partir de 1971, as diferenças com as Estatísticas da Sociedades vão sendo cada vez mais insignificantes.

2.5 — Os índices de produção industrial

A ausência de estatísticas sobre a produção industrial, relativas a séries homogéneas que cubram um período mais amplo do que o já referido para as Estatísticas Industriais, constitui uma limitação para a análise da evolução da estrutura industrial. Alguns autores, Reis, 1986, Lains, 1990, Lains, 1992 e Baptista et alii, 1972, recorrem a variáveis de aproximação, geralmente relacionadas com o comércio externo de matérias-primas e produtos, e constroem índices de produção industrial, que cobrem o período de 1851 a 1958. A partir de 1976, o Instituto Nacional de Estatística passa a publicar índices de produção industrial que abrangem as três ultimas décadas do século XX.

Todavia, o facto da construção dos índices se basear em dados de fontes diversas, bem como na existência de diferenças quanto à agregação das actividades, às variáveis utilizadas e aos critérios de ponderação seguidos, aconselha que se tenha sempre presente a sua falibilidade e a ausência de continuidade temporal entre eles.

Em seguida far-se-á uma breve nota síntese, com algumas informações que ajudem a esclarecer os critérios utilizados na construção dos índices.

O índice proposto por Pedro Lains para o período de 1851 a 1914 (com base em 1900) corresponde à extensão de outro elaborado por Jaime Reis para os anos de 1870 a 1914, pelo que a sua análise deve ser feita em conjunto. Iniciada em 1851, a série sofre uma interrupção nos anos de 1852-1853, 1857-1860 e 1862-1864. São contempladas as conservas de peixe, o tabaco, os lanifícios, o têxtil de algodão, o têxtil de linho, a cortiça, o papel e os metais. Em cada

ramo são seleccionadas amostras específicas, em função das suas características, e utilizam-se critérios diferentes para a ponderação da produção [20].

O índice de produção industrial construído por Dina Baptista, Carlos Martins, Maximiano Pinheiro e Jaime Reis cobre o período de 1910 a 1958 (com base em 1958) e, em relação ao anterior, contempla um conjunto mais amplo de ramos, nomeadamente: a alimentação, as bebidas, os têxteis, o vestuário e calçado, o couro, a madeira, cortiça e mobiliário, o papel, a tipografia, a química básica, os minerais não metálicos, as máquinas e material eléctrico e o material de transporte. As principais fontes utilizadas são as Estatísticas Industriais, o Anuário Estatístico e o Inquérito Industrial de 1957-1959. Todavia, para o período anterior à publicação das Estatísticas Industriais, ou sempre que estas não têm dados para calcular a produção, recorre-se a informação sobre o comércio externo ou a outras fontes consideradas pertinentes para o produto em causa. Como exemplo, refiram-se dois casos: o da construção das máquinas não eléctricas, cujo cálculo é feito com base nos dados das importações de produtos de metalurgia base que lhe servem de matéria-prima, já que as exportações não são relevantes; e o do material de transporte, que inclui a construção naval e a reparação de veículos com e sem motor. Para estimar a construção de barcos utilizam-se os dados do Anuário Estatístico relativos ao total da tonelagem de barcos registados nos portos do Continente. Quanto à reparação de veículos, recorre-se ao indicador do número de veículos existentes em cada ano e registados na Direcção-Geral dos Serviços de Viação.

A partir de 1976, o Instituto Nacional de Estatística começa a publicar índices de produção industrial anuais e mensais, com dados retrospectivos até 1970. Apresentar-se-ão aqui só os anuais. A primeira série abrange o período de 1970 a 1985 (com base em 1970) e tem já um maior nível de desagregação do que o dos índices anteriores. Considera-se um valor global para a indústria transformadora, assim como para a alimentação, bebidas, tabaco, têxteis, papel, edição, petróleo e carvão, química, borracha, plásticos, minerais não metálicos, metalurgia de base, produtos metálicos, material de transporte, diversas e, agora já desagregados, o vestuário,

---

[20] Alguns exemplos mostram as diferenças nos critérios de cálculo: a produção dos lanifícios é estimada da seguinte forma: produção = 1,83 x valor da lã em rama importada + 1,19 do valor do fio de lã importado + 0,6 x (2500 - peso da lã lavada exportada - 0,5 x peso da lã suja exportada); no têxtil de algodão, a produção é dada por 2,1 x valor do algodão em rama + 1,1 x valor do fio de algodão importado incluindo direitos; na metalurgia, a produção é calculada através de 2,8 x (valor da importação de ferro em bruto e em obra + valor da importação de aço em bruto e em obra + valor da importação de outros metais em bruto e em obra); na cortiça, produção = valor da exportação total de cortiça + 0,25 x 0,40 x peso da cortiça exportada x preço da rolha.

o couro, o calçado, a madeira, o mobiliário, as máquinas não eléctricas e as máquinas e material eléctrico.

Os dados do inquérito mensal à indústria que servem de base aos cálculos são complementados com os de inquéritos adicionais que permitem alargar a base de cobertura da amostra. O cálculo dos índices faz-se segundo um índice de quantidades, ponderado segundo os valores de produção no ano base. Nas agregações sucessivas utiliza-se o VAC (valor acrescentado de censo, que é igual ao valor bruto da produção menos os materiais e energia consumidos). Quando não é possível dispor de séries quantitativas, calculam-se os valores de produção deflacionados por um índice de preços e na impossibilidade de obter este constroem-se índices simples de horas trabalhadas, não corrigidas pela produtividade.

Em 1986 há uma mudança da base de referência, que passa para 1980, construindo-se uma série de 1980 a 1989. São introduzidas algumas alterações que visam ampliar a base de cobertura (passa de 63 % do VAC no ano base de 1970, para 90% do VABcf [21] no ano base de 1980) e aumentar o número de séries e de produtos. Nas agregações sucessivas passa a ser utilizado o VABcf em vez do VAC .

Em 1990 há uma nova mudança da base de referência para 1985 e considera-se o período de 1985 a 1993. O número de séries a construir é aumentado, assim como o número de produtos para agregação. Quanto aos sistemas de ponderação, passa-se a utilizar só o VABcf e quando não há dados recorre-se ao valor bruto da produção.

Em 1994 muda-se novamente a base de referência, agora para 1990, e a série abrange os anos de 1990 a 1998. As modificações introduzidas visam adequar este instrumento estatístico às recomendações comunitárias, ampliando e melhorando a base da recolha de dados e afinando os inquéritos de modo a dar corpo ao que o INE designa por *novo sistema integrado de inquéritos à indústria*.

3 — Apresentação e análise dos dados

Segue-se uma breve análise dos dados relativos às fontes referidas anteriormente. No caso das Estatísticas Industriais e dos índices de produção industrial há uma sobreposição de uma parte dos períodos abrangidos pelas duas fontes. Assim, na primeira, os comentários dirigir-

[21] Valor acrescentado bruto a custo de factores no ano base e é calculado através do valor bruto da produção menos as despesas intermédias mais os subsídios de produção menos os impostos indirectos.

se-ão para a análise do peso relativo dos ramos na estrutura e na segunda, para a evolução nos períodos considerados em cada índice.

3.1 — Dados das Estatísticas Industriais

Seleccionam-se sete anos (1945, 1953, 1959, 1966, 1973, 1980 e 1989) para caracterizar a evolução da estrutura da indústria transformadora.

1945-1953

A primeira fotografia a dar conta do atraso da indústria portuguesa pode ser tirada logo no findar da Segunda Guerra Mundial. Apesar de retirados os estabelecimentos de moagem de farinha em rama, em 1945 a alimentação tem 54 % dos estabelecimentos e 25 % das pessoas ao serviço. Segue-se-lhe o têxtil (20 %), a cortiça (13 %), o couro (5 %), os minerais não metálicos (3 %), a química (2 %), o papel (1,4 %) e, com valores inferiores a 1 %, as bebidas, o tabaco e a borracha. Se tomarmos como indicador as pessoas ao serviço, excepto os minerais não metálicos, as alterações na hierarquia dos pesos dos ramos são pouco significativas. Os valores da produção só surgem em 1953 e agora o têxtil e a alimentação representam 60 % da produção (31,5 % e 28,7 %). Segue-se-lhe a química (12 %), os minerais não metálicos (6 %), o tabaco (6 %), o couro (3 %) e o papel (2 %). Com valores inferiores a 2 %, a borracha, a metalurgia de base, o material eléctrico, os produtos metálicos, as bebidas, os plásticos, o vestuário e as madeiras e mobiliário. À excepção da química, onde já é possível detectar os efeitos da concentração industrial, com empresas capital-intensivas modernas para a época, no essencial, a estrutura apresenta poucas alterações em relação a 1945.

Em síntese, neste período, a estrutura é claramente dominada por ramos como o têxtil, a alimentação e a cortiça. Excepto a química, os pesos dos ramos que poderiam ser considerados 'tecnologicamente de ponta' na época, como a metalurgia, os produtos metálicos, as máquinas não eléctricas e o material eléctrico são ainda pouco significativos. Em relação às máquinas não eléctricas nem sequer há valores estatísticos até 1962 [22] e, quanto aos restantes, em 1953, todos somados representam 6,3 % de estabelecimentos, 5,6 % das pessoas ao serviço e 4,5 %

[22] Nas Estatísticas das Sociedades há registo das máquinas não eléctricas desde 1939, mas em 1963 elas ainda só representam 2,9 % das pessoas ao serviço e 1,6 % da produção da indústria transformadora.

de volume de vendas. Ou seja, além dos pesos na estrutura serem baixos, revelam ainda que as empresas são mais intensivas em mão-de-obra do que em capital.

1959

Em relação ao período anterior, a alimentação, nos estabelecimentos, e os têxteis, nas pessoas ao serviço, continuam a dominar na estrutura industrial. Seguem-se-lhe os minerais não metálicos, a química e a cortiça. Também em relação ao valor da produção, o têxtil [23] tem o maior peso, seguido da alimentação, da química e da cortiça. Nos têxteis, o desnível entre os pesos das pessoas ao serviço, dos estabelecimentos e do volume de vendas continua a revelar a maior intensidade da mão-de-obra em relação ao capital, pelo que, se é de admitir que há algum reforço deste ramo de 1945 a 1958, ele faz-se sobretudo à custa de empresas intensivas em mão-de-obra [24].

1966

Começando pelos estabelecimentos industriais, a alimentação tem agora o maior peso, seguida dos têxteis, da cortiça, dos minerais não metálicos, da química, do couro, do papel, da borracha e do plástico. Os restantes ramos têm todos valores inferiores a 2 %. Em relação às pessoas ao serviço, a situação é semelhante a 1959.

Quanto ao valor bruto da produção, o têxtil continua a ter o maior peso, seguido das alimentares, da química, dos minerais não metálicos, do papel e da cortiça. Há, no entanto, um aumento do peso da metalurgia de base na estrutura. Todavia, à excepção da química, que mantém o peso de 1959, o conjunto das indústrias mais avançadas para a época continua a ter pesos modestos em qualquer dos indicadores: o conjunto das máquinas eléctricas e não eléctricas e dos produtos metálicos representa 2,6 % de estabelecimentos, 4,2 % de pessoas ao serviço e 3,4 % do valor bruto da produção.

---

[23] De acordo com o que é referido na crítica das fontes, deverá considerar-se que os têxteis englobam também a maior parte do vestuário, pelo que os dados apurados devem ser relativizados.

[24] Mesmo o Inquérito Industrial de 1957-1959 dá conta de 20,1 % de mão-de-obra no têxtil, o que, além de ser o valor mais elevado de toda a indústria transformadora, é superior ao peso do valor da produção, de 17,3 %.

Os dados analisados mostram que até meados da década de sessenta, a estrutura industrial não muda tanto como seria de supor. Predomina o têxtil e são escassas as máquinas e o material eléctrico.

1973

Os dados relativos a 1973 permitem uma primeira avaliação do ciclo de crescimento anterior. Terá a indústria transformadora no seu conjunto 'arrancado' do seu tradicionalismo na década de sessenta ? Ainda que inscritos dentro do mesmo ciclo de crescimento, os três primeiros anos da década de setenta são já apontados por vários autores como de algum abrandamento, em parte, devido à concorrência vinda do exterior [25].

O ano de 1973 marca também um ponto de viragem política no país, cujas consequências em termos do desenvolvimento industrial são ainda pouco conhecidas. Os dados mostram que os estabelecimentos da alimentação continuam a duplicar os do têxtil (24 % e 10 %), mas agora a madeira e o mobiliário surgem em segundo lugar (20 %) [26]. Seguem-se os minerais não metálicos (9 %), as artes gráficas (7 %), a química (5 %), a cortiça (4 %), os produtos metálicos (4 %), o calçado (4 %), o vestuário (2 %) e a metalurgia de base (2 %).

Em relação às pessoas ao serviço, os têxteis atingem agora 23 %, duplicando o peso da alimentação (12 %), que parece ter perdido alguma importância assim como os minerais não metálicos (9 %). As madeiras e mobiliário contribuem com 7 %, seguidas do material eléctrico (5 %), da química (5 %), dos produtos metálicos (5 %), das artes gráficas (4 %), da cortiça (3 %), da metalurgia base (3 %), das máquinas não eléctricas (2 %) e dos plásticos (2 %).

O valor bruto da produção também revela a primazia da alimentação (19 %) e dos têxteis, com 17 %, seguidos da química (10 %), material de transporte (8 %), minerais não metálicos (5 %), metalurgia base, madeira e mobiliário e material eléctrico, todos com 4 %, e artes gráficas, cortiça, papel e máquinas não eléctricas, com menos de 4 %.

---

[25] Ver Confraria, 1995 e Lopes, 1996.

[26] Em relação às estatísticas em geral, note-se que em 1971 há alterações na produção das Estatísticas Industriais, o que dificulta a realização de comparações longitudinais com os valores dos anos anteriores. Assim, os pesos dos ramos de 1973 só devem ser comparados com os de 1966 ao nível das suas posições relativas. Em relação ao ramo alimentar, em análise, deve salientar-se que só a partir de 1971 são contabilizadas de uma forma mais sistemática as suas empresas.

Há melhorias em relação ao período anterior, mas são ainda pouco significativas. Agora, o peso dos ramos como as máquinas não eléctricas, o material eléctrico e os produtos metálicos já representa 5 % dos estabelecimentos, 12 % das pessoas ao serviço e 10 % do valor bruto da produção. Também o vestuário e o calçado surgem com valores mais significativos ao nível da intensificação do capital e da mão-de-obra, já que o peso dos estabelecimentos diminui e o daqueles indicadores não.

Globalmente, é possível fazer uma primeira avaliação de 1945 a 1973: nas permanências e nas alterações da estrutura industrial. Nas permanências, é notória a predominância crescente dos têxteis e a manutenção das alimentares. A década de sessenta é, antes de mais, a década dos têxteis. Nas alterações, verificam-se dois fenómenos aparentemente contraditórios em termos de modernização da estrutura industrial. Por um lado, o reforço acentuado do peso de ramos como a química (ao longo de toda a década de sessenta e princípios da de setenta) e, ainda que mais lentamente, da maquinaria, do material eléctrico, dos produtos metálicos e da metalurgia de base (sobretudo no início da década de setenta). Por outro lado, o crescimento do peso de indústrias como os minerais não metálicos e a madeira e mobiliário. Para o crescimento destes ramos, assim como para o de uma parte da metalurgia de base, certamente, contribui a 'explosão' da construção civil que acompanha toda a década de sessenta, tornando estes ramos particularmente sensíveis aos movimentos, também especulativos, que acompanham a actividade naquele período. Os ramos portadores de tecnologia mais avançada para a época, apesar de aumentarem de peso, ainda são minoritários na estrutura industrial [27].

1980

Em 1980 já a indústria transformadora pode fazer um balanço das profundas alterações introduzidas da segunda metade da década anterior. Os dados revelam alterações significativas da estrutura, já que as nacionalizações de 1975 atingem sobretudo as grandes empresas (Viegas, 1996).

[27] Quando se referem os conceitos de 'tecnologia avançada' ou de 'tecnologia de ponta', por oposição à 'tecnologia tradicional' ou mais 'atrasada' pretende-se significar que há uma escala internacional de desenvolvimento tecnológico para cada época que ultrapassa as dinâmicas internas de cada actividade económica específica. Deverá ter-se em consideração que no interior de um ramo industrial que ocupa uma posição baixa da escala há empresas que podem usar a tecnologia mais avançada para esse ramo. Todavia, isso não invalida que, globalmente, em relação a outros ramos, elas continuem a ser menos avançadas.

Comparando com os dados de 1973, não se notam diferenças significativas nos pesos dos estabelecimentos dos diferentes ramos. Em relação aos ramos tecnologicamente mais avançados, pode mesmo assinalar-se um ligeiro aumento do seu peso. Quanto às pessoas ao serviço, a posição relativa na estrutura não sofre também alterações marcantes [28]. Aumentam ou mantém-se os pesos das máquinas não eléctricas de 2 % para 3,2 %, dos produtos metálicos de 5,2 % para 5,9 %, da química em 5,3 % e do material eléctrico em 4,5 %. É certo que são alterações sem grande expressão numérica, cuja amplitude pode estar coberta pela própria margem de erro das estatísticas oficiais, pelo que poderá ser precipitado tirar conclusões de aumento só a partir destas observações, mas tudo indica que elas revelam uma alteração na estrutura industrial.

1989

A década de oitenta é marcada pela adesão de Portugal à CEE. Se uma parte da economia ainda procura adaptar-se às novas condições balizadas pela abertura de 1974 e às privatizações do início da década de oitenta, o quadro de fundo pelo qual a indústria passa a ter que orientar-se é o de um mercado europeu aberto à concorrência com empresas tecnológica e organizacionalmente melhor apetrechadas que as nossas. Em cerca de dez anos, veja-se o que muda.

Para o indicador estabelecimentos, a estrutura industrial de 1989 não apresenta alterações significativas em relação a 1980 (ainda que haja um ligeiro reforço do vestuário, do calçado, dos plásticos e das indústrias metálicas e eléctricas), o mesmo se passando para as pessoas ao serviço (no entanto, nota-se que, excepto nos transportes, há um recuo das indústrias tecnologicamente mais desenvolvidas e que, nas tradicionais, só o vestuário e o calçado aumentam de forma significativa). Em relação ao valor bruto da produção, a estrutura também se mantém.

Em síntese, comparando com 1980, a estrutura industrial não conhece grandes alterações, excepto no papel (pasta) e no material de transporte [29]. No entanto, há a especialização em ramos de forte intensidade de mão-de-obra, como os têxteis, o calçado e o vestuário.

---

[28] Os têxteis continuam a ter o maior peso com 21 %, ainda que diminuam em relação a 1973 (23 %).

[29] No aumento do peso do papel e dos transportes deverão ter-se em conta as multinacionais que produzem para exportar.

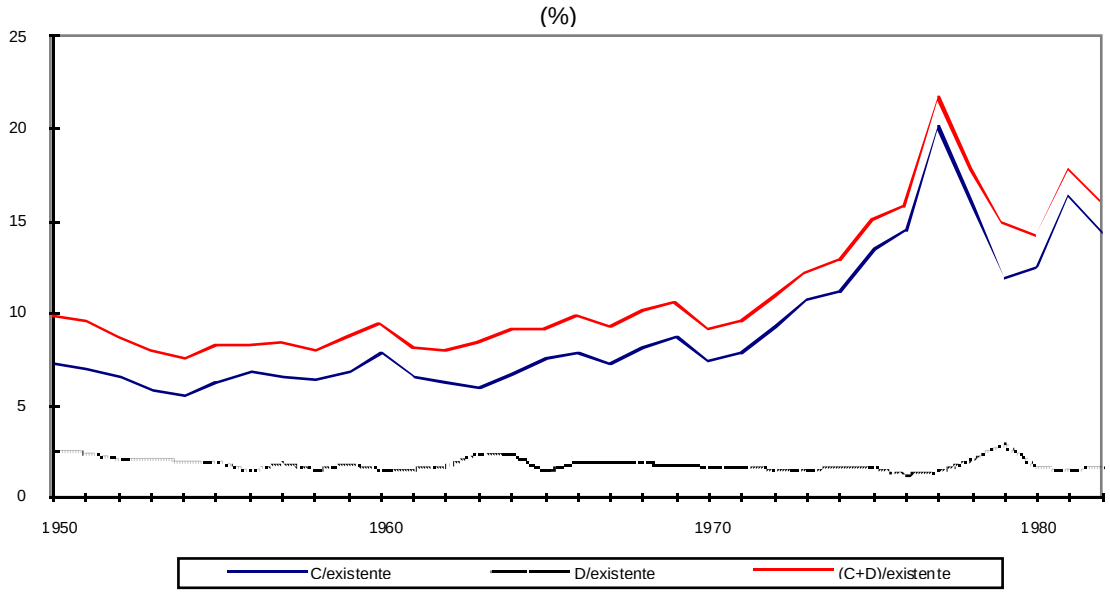
3.2 — Os dados das Estatísticas das Sociedades

Os grandes períodos de renovação da estrutura industrial na segunda metade do século XX são as décadas de setenta e de oitenta. Nas décadas de cinquenta e sessenta, as mudanças são mais lentas.

Gráfico 5DA — Indicadores de turbulência na indústria transformadora 1950-1982

Fonte — Lisboa, 1998: 264.

C — constituídas D — dissolvidas



As condicionantes políticas da década de cinquenta favorecem inicialmente a formação de sociedades de pequena dimensão, mas depois, já na década de sessenta, a dimensão média sobe consideravelmente até limites difíceis de avaliar, ainda que se saiba que o condicionamento industrial protege as grandes empresas já existentes do surgimento de concorrentes. Nas décadas de setenta e oitenta, libertas das restrições anteriores, é grande a renovação do tecido industrial a partir de pequenas sociedades.

Todavia, a intensificação da renovação a partir da década de setenta, quanto vista só no quadro da indústria transformadora, é menos significativa que a do comércio e dos serviços. Também em relação à construção civil e obras públicas, há um menor dinamismo na formação de sociedades, apesar do 'poder de arraste' que alguns autores lhe atribuem em relação à indústria.

A perda de importância relativa da indústria transformadora, ao nível da constituição de sociedades, pode não significar atraso se, por exemplo, as que sobrevivem aumentarem de dimensão. Contudo, o caso português revela uma fraca propensão para a formação de dinastias industriais que sustentem esse crescimento (Lisboa, 1998).

Em Portugal, a partir da década de setenta, liberta a indústria de constrangimentos políticos e económicos vários, deu-se uma 'explosão' na constituição de sociedades. É como se o modelo industrial seguido anteriormente fosse 'contra-natura' para o seu desenvolvimento e, finalmente, num contexto favorável, ela pudesse expressar-se a partir das suas características estruturais desta fase de desenvolvimento. Dificilmente poderia pensar-se no 'arranque' a partir de um 'modelo controlado' de sociedades que tendem a dissolver-se ao fim de uma ou duas gerações.

A análise dos sub-ramos da indústria transformadora revela que a *turbulência* e a fixação de sociedades é mais acentuada nos conjuntos têxtil — vestuário — calçado — couro, madeira — cortiça — mobiliário e produtos metálicos — máquinas — material de transporte, pelo que são os ramos que mais contribuem para a renovação da estrutura.

3.3 — Os dados dos índices de produção industrial

Os comentários que se seguem referem-se ao período considerado para cada índice.

1851-1914

As conservas de peixe e os metais são os ramos industriais que mais crescem neste período. Os lanifícios, depois de um relativo recuo de 1851 a 1870 (Lains, 1990), conhecem um crescimento considerável nas décadas seguintes. Já a produção do têxtil de algodão cresce até ao final do século e depois diminui nos anos seguintes. O papel e a cortiça só aumentam significativamente a produção a partir da década de oitenta.

1910-1958

Durante este período é de assinalar o aumento da produção de vários ramos, com destaque para os minerais não metálicos, os têxteis, as bebidas, o couro, a química básica, o papel e, nas últimas duas décadas do período, as máquinas e material eléctrico.

1970-1985

Face a um crescimento global da produção indústria transformadora, mais assinalável até ao início da década de oitenta, os ramos que mais se evidenciam nesse crescimento são o calçado, o vestuário, as máquinas e material eléctrico, o papel, os plásticos, as bebidas, os minerais não metálicos, os produtos metálicos, a química e as máquinas não eléctricas. Nos restantes ramos é de assinalar a diminuição do material de transporte.

1980-1989

Em relação à série analisada anteriormente, neste novo período é de assinalar o recuo da produção do vestuário, das máquinas e material eléctrico e da madeira.

1985-1993

De 1990 a 1993, o índice da produção da indústria transformadora revela uma quebra, que se reflecte em quase todos os ramos, excepto nos minerais não metálicos e na madeira. Os

têxteis, a borracha, a química, o couro, as máquinas não eléctricas, o vestuário e o material de transporte são os que revelam a maior quebra.

1990-1998

Após 1993, num quadro geral de uma certa recuperação da produção da indústria transformadora, ela é mais visível nos ramos da borracha, dos metais não ferrosos, das máquinas e material eléctrico, dos produtos metálicos, do petróleo e carvão, dos plásticos, da madeira, do papel, da metalurgia base, das bebidas e da alimentação. Os outros ramos parecem revelar mais dificuldades em recuperar.

Bibliografia

1 — Estatísticas sobre a indústria transformadora

Banco de Portugal — Relatório do Conselho de Administração. 1969-1994.

Centro de Estudos e de Planeamento — Índices de Produção Industrial.

Imprensa Nacional — Situação Bancária. 1920-1946.

Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas Industriais. 1943-1989.

Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas da Produção Industrial. 1990-1998.

Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas das Empresas — Indústria. 1990-1998.

Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas Financeiras. 1947-1968.

Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas Monetárias e Financeiras. 1969-1993.

Instituto Nacional de Estatística — Estatísticas das Sociedades. 1939-1985.

Instituto Nacional de Estatística — Inquérito Industrial.1957-1959.

Instituto Nacional de Estatística — Recenseamento Industrial. 1972.

Instituto Nacional de Estatística — II Recenseamento Industrial. 1984.

Instituto Nacional de Estatística — Boletim Mensal das Estatísticas Industriais.

Instituto Nacional de Estatística — Índices de Produção Industrial. 1976-1999.

Instituto Nacional de Estatística — Anuário Estatístico de Portugal.

Instituto Nacional de Estatística — Inquérito Trimestral de Conjuntura à Indústria Transformadora.

European Commission — Panorama of EU Industry 94. 1994.

Ministério da Indústria e Energia — PEDIP - Relatório de Execução (1988-1992). 3 volumes.

Ministério para a Qualificação e Emprego — Quadros de Pessoal. 1986-1994.

OCDE — Main Economic indicators — Historical Statistics, 1960-1979. Paris: OCDE, 1980.

OCDE — Main Economic indicators. Paris: OCDE, 1990.

OCDE — Études Économiques de l´OCDE 1993-1994, Portugal. Paris: OCDE, 1994.

I Plano de Fomento (1953-1958)

II Plano de Fomento (1958-1964)

Plano Intercalar de Fomento (1965-1967)

III Plano de Fomento (1968-1973)

2 — Fontes secundárias

ALVES, Jorge — O emergir das associações industriais no Porto (meados do século XIX). Análise Social, nº 136-137, 1996.

BAPTISTA, Dina; MARTINS, Carlos; PINHEIRO, Maximiano; REIS, Jaime — New Estimates for Portugal's GDP 1910-1958. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

BAROSA, José — Os Burnay no vidro, ou um monopólio que não chegou a existir. Análise Social, nº 136-137, 1996.

BERNARDO, Hernâni — A Indústria Corticeira em Portugal. Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, XIV, 1946.

BRITO, José M. Brandão — A industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965) — O Condicionamento Industrial. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

BRITO, José M. Brandão — Sobre as ideias económicas de Salazar. In Silva et alii, 1989.

BRITO, José M. Brandão — O Sistema Produtivo, Distributivo e as Contas Externas. In Ferreira, Rato, 1995.

BRITO, José M. Brandão; ROLLO, Maria F. — Ferreira Dias e a constituição da Companhia de Electricidade. Análise Social, nº 136-137, 1996.

CABRAL, Manuel Villaverde — O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal no século XIX. Porto: A Regra do Jogo, 1976.

CASTRO, Armando — A Revolução Industrial em Portugal no Século XIX. Lisboa: Limiar, 1978.

CASTRO, Armando — A Economia Portuguesa do Século XIX. Lisboa: Edições 70, 1979.

CONFRARIA, João — Condicionamento Industrial — Uma Análise Económica. Lisboa: Direcção-Geral da Indústria, 1992.

CONFRARIA, João — Desenvolvimento Económico e Política Industrial. Lisboa: Univsersidade Católica Editora, 1995.

DIAS Jr, José N. Ferreira — Linha de Rumo I e II e Outros Escritos Económicos. 3 tomos, 1º tomo reedição de original de 1944. Lisboa, Banco de Portugal, 1998.

DOMINGUES, Álvaro; MARQUES, Teresa — Produção Industrial, Reprodução Social e Território — Materiais para uma tentativa de abordagem no Médio Ave. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, 1987.

FERRÃO, João — Indústria e Valorização do Capital - Uma Análise Geográfica. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos — Instituto Nacional de Investigação Científica, 1985.

FERREIRA, Eduardo Sousa; RATO, Helena — Portugal Hoje. Lisboa, Instituto Nacional de Administração, 1995

FORTUNA, Carlos — O Fio da Meada — O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960). Porto: Afrontamento, 1993.

GAMA, António — Indústria e Produção de um Espaço Peri-Urbano. Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 22, Coimbra, 1987.

GODINHO, Vitorino M. — Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa. 4ª edição. Lisboa: Arcádia, 1980.

JUSTINO, David — A Formação do Espaço Económico Nacional (Portugal 1810-1913). 2 volumes. Lisboa: Vega, 1988-1989.

LAINS, Pedro — A Evolução da Agricultura e da Indústria em Portugal (1850-1913). Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

LAINS, Pedro — Foreign Trade and Economic Growth in the European Periphery: Portugal, 1851-1913. Dissertação de doutoramento, Instituto Universitário Europeu, 1992.

LAINS, Pedro — A Industrialização em Portugal (1950-1985). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Working Paper, 1993.

LAINS, Pedro — O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990. Análise Social, nº 128, Lisboa, 1994.

LAINS, Pedro — A Economia Portuguesa no Século XIX. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995.

LISBOA, Manuel — Atitudes e Condutas dos Dirigentes da Indústria Face às Inovações Tecnológicas e Organizacionais — A Indústria Transformadora privada do distrito de Setúbal na actualidade. 2 volumes. Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1989.

LISBOA, Manuel — Trabalho Caseiro e Familiar Autónomo — Uma contribuição para a compreensão da política industrial do Estado Novo. Revista Crítica das Ciências Sociais, nº 34, 1992.

LISBOA, Manuel — Inovação Tecnológica e Organizacional, Actores de um Processo: os Dirigentes da Indústria Transformadora Privada. Organização e Trabalho, 7/8, 1992.

LISBOA, Manuel; PIRES, Iva — Notas sobre a indústria transformadora em Portugal (1986). Finisterra, Vol. XXIX , nº 58, 1994.

LISBOA, Manuel — A Indústria Portuguesa e os seus Dirigentes — crescimento na 2ª metade do século XX e potencial de inovação das funções capitalista, empresarial e de gestão. 3 volumes. Dissertação de doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1998.

LOIO, Duarte Sampaio — Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos: subsídios para a sua história — 1917-1967. In Análise Social, nº 136-137, 1996.

LOUREIRO, João Adolfo — Economia e Sociedade — A indústria no Após Guerra, anos 50 e 60. Lisboa: Cosmos, 1991.

MACEDO, Jorge Borges de — Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII. 2ª edição. Lisboa: Querco, 1982.

MARTINS, Oliveira — A situação da indústria portuense: embaraços da indústria portuguesa. In Serrão, Martins, 1978.

MARTINS, Maria Belmira — As multinacionais em Portugal. Lisboa: Estampa, 1976.

MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno — História Económica de Portugal, uma perspectiva global. Lisboa: Presença, 1994.

MATA, José — Small firms in Portuguese manufacturing industries. In Zoltan, Audretsch, 1993.

MATEUS, Augusto; BRITO, José M. Brandão; MARTINS, Victor — Portugal XXI — Cenários de desenvolvimento. Lisboa: Bertrand, 1995.

MATOS, Ana — Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial. Análise Social, nº 136-137, 1996.

MATOS, Ana — Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Industrial no Portugal Oitocentista — O Caso dos Lanifícios do Alentejo. Lisboa: Estampa, 1998.

MOURA, Francisco Pereira de; DUBRAZ, M.; DORES, M.; GONÇALVES, M.; CHAVES, J.; OLIVEIRA, J. — Estudo Sobre a Indústria Portuguesa. Lisboa: Associação Industrial Portuguesa, 1957.

MOURA, Francisco Pereira de — Por Onde Vai a Economia Portuguesa ?. Lisboa: Dom Quixote, 1969.

NEVES, José Acúrcio das — Apologia da Indústria. In Serrão, Martins, 1978.

NEVES, José Acúrcio das — Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa, considerada nos seus diferentes ramos. Reedição de original de 1820. Lisboa: 1983.

NEVES, João César — The Portuguese Economy, a picture in figures — XIX and XX centuries. Lisboa: Universidade Católica, 1994.

NEVES, João César — O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global. Análise Social, nº 128, 1994.

OCDE — A Indústria em Portugal: Desenvolvimento, Reestruturação e Política Industrial. Parte I, Resumo e propostas. Paris: OCDE, 1984.

PEDREIRA, Jorge — Estrutura Industrial e Mercado Colonial — Portugal e Brasil (1780-1830. Lisboa: Difel, 1994.

PEREIRA, João Martins — Indústria, Ideologia e Quotidiano. Porto: Afrontamento, 1974.

PIRES, Artur — Industrialização difusa e modelos de desenvolvimento: um estudo no distrito de Aveiro. Finisterra, vol. XXI, nº 42, 1986.

PIRES, Iva — Génese e evolução de um centro produtor têxtil. A indústria de lanifícios em Castanheira de Pêra. Finisterra, vol. XXI, nº 42, 1986.

PIRES, Iva — A teia e a trama na geografia das indústrias têxtil e do vestuário. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, 1994.

REIS, Jaime — A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice. Análise Social, nº 94, 1986.

REIS, Jaime — O Atraso Económico Português, 1850-1930. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1993.

REIS, José — Os Espaços da Indústria — A Regulação Económica e o Desenvolvimento Local em Portugal. Porto: Afrontamento, 1992.

RENDEIRO, João Oliveira — Estratégia Industrial na Integração Europeia. Lisboa: Banco de Fomento Nacional, 1984.

RIBEIRO, Félix; FERNANDES, Lino; RAMOS, Maria Manuel — Grande indústria, banca e grupos financeiro (1953-1973). Análise Social, nº 99, 1987.

RODRIGUES, Manuel F. — Os industriais de cerâmica: Aveiro, 1892-1923. Análise Social, nº 136-137, 1996.

RODRIGUES, Manuel Ferreira; MENDES, José M. Amado — História da Indústria Portuguesa da Idade Média aos Nossos Dias. Lisboa: Europa América, 1999.

ROLO, J. M. — A importância da tecnologia estrangeira nas empresas industriais portuguesas de maior dimensão. Análise Social, nº 81-82, 1984.

ROLO, Maria F. — Indústria / Industrialização. In ROSAS, Fernando; BRITO, José M. Brandão (organizadores) — Dicionário de História de Portugal. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

SERRA, João B. — Arte e indústria na transição para o século XX: a fábrica dos Bordalos. Análise Social, nº 100, 1988.

SERRA, João B. — Arte e indústria na cerâmica caldense: 1853-1977. Caldas da Rainha: Gráfica da Ponte, 1991.

SERRÃO, Joel; MARTINS, Gabriela (organizadores) — Da indústria portuguesa — do antigo regime ao capitalismo. Lisboa: Horizonte, 1978.

SILVA, A.; PINTO, A.C.; OLIVEIRA, C.; ROLO, F.; ROSAS, F.; Ó, J. do; BRITO, J.M.B.; CRUZ, M. — Salazar e o Salazarismo. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

ZOLTAN, Acs; AUDRETSCH, David (organizadores) — Small firms and entrepreneurship: an East-West perspective. Cambridge, Cambridge University Press, 1993.

Quadros [30]

5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989

5D.2 — Índices de produção industrial

[30] Dados adicionais sobre indicadores físicos da produção das diversas indústrias transformadoras podem ser encontrados no documento de trabalho nº 18 do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989

Fonte — Estatísticas Industriais.

ano	alimentação			bebidas		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945	2 932	25 158	234 093	4	1 089	
1946	3 053	25 670	209 460	6	949	
1947	2 918	25 195	542 084	6	905	
1948	3 069	28 046	598 312	6	976	
1949	2 422	24 339	434 454	6	915	
1950	3 297	25 418	577 110	6	906	
1951	3 532	24 826	650 366	6	813	
1952	3 052	25 414	1 649 704	197	902	161 748
1953	3 514	33 586	3 518 074	303	4 119	260 928
1954	3 739	40 736	4 594 537	252	3 798	251 780
1955	2 773	41 553	4 422 286	238	3 840	251 139
1956	2 794	42 092	5 254 357	251	2 994	252 955
1957	2 782	41 216	5 650 400	244	3 079	286 342
1958	1 990	43 945	6 093 192	246	3 030	318 981
1959	2 258	44 509	6 054 047	231	3 144	365 010
1960	2 255	45 187	6 922 164	213	3 404	425 224
1961	2 744	45 251	7 420 216	202	3 545	460 553
1962	1 530	33 053	6 396 368	196	3 521	439 895
1963	2 975	43 206	8 000 996	200	3 904	524 983
1964	3 040	44 539	8 574 077	197	4 021	616 748
1965	2 966	43 505	9 427 458	139	2 669	673 842
1966	3 366	50 162	11 329 381	122	2 607	738 238
1967	3 336	50 678	12 602 706	115	2 919	777 061
1968	1 436	50 700	13 767 337	222	5 147	1 217 218
1969	2 734	48 875	15 437 067	226	5 538	1 331 949
1970	2 672	47 833	16 343 420	239	6 225	1 775 549
1971	3 641	69 806	20 974 511	237	7 014	2 001 650

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	alimentação			bebidas		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1972	3 667	71 049	25 046 423	249	7 600	2 122 908
1973	3 558	72 833	28 507 576	251	8 332	3 273 953
1974	3 556	73 643	37 114 370	244	8 780	3 939 676
1975	3 602	77 430	48 309 396	246	8 806	4 299 169
1976	3 527	79 040	54 878 723	251	9 688	5 138 758
1977	3 568	79 121	72 099 068	264	9 981	6 095 544
1978	3 556	80 989	90 096 816	260	9 569	8 717 877
1979	3 416	78 127	112 267 334	263	9 707	10 869 261
1980	3 319	78 769	137 989 546	237	9 430	13 045 255
1981	3 290	79 872	177 410 213	244	9 382	18 077 445
1982	3 202	78 684	217 631 290	238	9 162	20 453 698
1983	3 196	76 714	295 384 124	243	8 901	26 339 139
1984	3 185	73 286	384 592 881	231	8 659	32 577 542
1985	2 993	70 978	459 661 488	219	8 492	40 079 554
1986	3 011	70 104	527 853 755	202	8 384	49 398 449
1987	2 843	68 608	586 165 438	187	8 388	57 744 402
1988	2 774	70 958	705 140 537	173	8 561	69 827 433
1989	2 487	65 417	732 794 182	170	8 781	88 603 417

ano	tabaco			têxteis		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945	6	3 124		1 104	17 735	
1946	9	3 491		1 177	19 999	
1947	9	3 308		1 357	19 837	
1948	9	3 331		1 604	20 576	
1949	9	3 286		1 665	83 118	
1950	9	3 333		1 588	81 826	
1951	9	3 010		1 746	66 348	
1952	9	3 369	792 727	1 787	65 275	6 227

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	tabaco			têxteis		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1953	9	3 425	724 903	1 916	105 619	3 854 879
1954	9	3 738	712 803	1 868	99 619	4 811 216
1955	9	3 697	742 351	1 746	100 765	5 729 135
1956	9	3 528	795 070	1 484	96 354	5 892 845
1957	9	3 581	764 042	1 523	100 296	6 305 873
1958	9	3 214	837 492	1 518	99 838	6 411 784
1959	9	3 096	930 724	1 501	100 130	6 369 048
1960	9	2 947	1 017 026	1 534	109 114	7 279 111
1961	9	2 740	1 034 203	1 492	107 848	4 728 126
1962	9	2 584	1 044 058	1 437	106 494	8 408 933
1963	9	2 371	1 098 599	1 386	113 699	9 573 094
1964	8	2 210	1 126 261	1 390	120 547	10 727 963
1965	8	2 187	1 224 273	962	109 728	10 502 612
1966	8	2 034	1 330 954	1 443	134 012	12 456 932
1967	8	2 099	1 375 957	1 459	135 463	12 415 553
1968	8	2 105	1 480 256	1 371	134 121	13 654 382
1969	8	2 019	1 467 819	1 377	154 860	15 035 984
1970	8	1 871	1 533 043	1 425	136 489	16 385 150
1971	8	1 896	1 571 258	1 322	121 158	16 039 429
1972	8	1 793	1 633 447	1 410	129 970	19 444 459
1973	8	2 008	1 885 508	1 470	140 290	26 204 854
1974	8	1 836	2 145 797	1 415	138 033	34 215 595
1975	8	2 072	2 447 013	1 323	134 445	29 637 897
1976	8	2 141	3 309 970	1 254	132 277	37 135 803
1977	8	2 242	4 238 555	1 252	132 298	49 143 446
1978	8	2 363	4 182 067	1 273	137 563	62 245 662
1979	8	2 389	4 809 763	1 306	110 323	73 694 589
1980	7	2 517	5 963 030	1 267	144 528	121 916 482
1981	8	1 936	7 367 782	1 240	145 716	132 785 542
1982	8	1 915	10 951 118	1 201	141 313	154 207 587

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	tabaco			têxteis		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1983	8	1 896	14 967 552	1 167	139 703	202 349 581
1984	8	2 166	18 517 549	1 148	137 487	274 836 199
1985	9	1 984	24 441 355	1 079	134 263	336 494 654
1986	8	1 908	25 983 956	1 088	138 082	384 851 752
1987	8	1 915	31 114 348	1 058	139 768	440 249 928
1988	7	1 780	31 005 997	1 044	135 727	463 599 890
1989	6	1 779	35 373 539	1 029	132 366	485 882 348

ano	vestuário			couro		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945	27	1 794		270	4 173	
1946	22	1 775		249	3 045	
1947	22	1 710		249		302 325
1948	22	1 661		218		405 613
1949	23	1 616		307	3 281	313 001
1950	21	1 511		335	3 454	305 400
1951	20	1 463		357	3 316	382 848
1952	20	1 412	23 986	379	3 487	402 113
1953	21	1 312	49 496	375	3 710	381 911
1954	21	1 290	49 669	425	2 891	406 988
1955	21	1 279	45 797	411	4 775	411 652
1956	22	1 046	45 886	385	3 236	414 694
1957	19	953	44 175	378	3 463	424 888
1958	18	980	30 635	378	3 478	462 957
1959	18	999	30 286	398	3 793	494 899
1960	18	971	33 159	382	3 700	531 552
1961	18	984	35 231	361	3 704	511 446
1962	13	893	34 578	352	3 590	504 984
1963	14	951	32 009	351	3 439	527 638

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	vestuário			couro		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1964	17	1 027	38 596	328	3 273	597 239
1965	17	642	55 713	331	3 673	568 230
1966	16	842	50 032	328	2 893	515 463
1967	16	840	47 828	301	2 659	432 295
1968	16	781	48 725	272	2 753	556 878
1969	10	541	38 333	256	3 358	629 920
1970	13	662	42 586	239	4 420	722 880
1971	177	16 890	2 144 874	228	4 672	908 826
1972	228	21 909	2 881 351	225	4 793	1096 569
1973	291	27 314	3 936 798	215	4 722	1361 725
1974	320	28 108	5 391 189	193	4 425	1322 602
1975	322	29 747	5 903 029	185	4 264	1395 681
1976	347	30 576	7 604 150	176	4 710	2025 063
1977	415	32 872	10 386 972	179	4 685	3039 494
1978	455	37 634	13 620 688	183	4 862	4103 439
1979	476	41 367	21 559 548	200	5 374	6637 303
1980	458	41 551	26 899 750	193	5 284	7016 025
1981	464	40 946	30 822 883	182	5 206	8050 809
1982	475	41 368	38 554 244	178	5 094	10263 939
1983	500	43 773	50 170 739	186	4 999	15094 137
1984	516	45 545	67 712 821	174	5 069	21818 121
1985	498	46 596	87 936 408	176	5 356	28606 077
1986	474	47 127	109 640 210	172	5 550	35453 140
1987	518	51 206	131 287 388	161	5 833	42830 979
1988	533	53 935	149 246 924	163	5 828	45239 069
1989	525	55 909	168 890 299	160	5 643	49829 620

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	calçado			madeira e mobiliário		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945						
1946						
1947						
1948						
1949				6	258	
1950				6	354	
1951				6	499	
1952				6	504	39 648
1953				6	236	22 802
1954				8	273	18 309
1955				8	313	46 666
1956				8	347	73 049
1957				8	360	42 831
1958				7	556	54 315
1959				7	697	58 638
1960				11	1 138	107 520
1961				13	1 055	115 502
1962				9	1 144	122 319
1963				9	1 211	152 768
1964				9	1 298	193 629
1965				9	1 411	235 895
1966				9	1 514	267 166
1967				10	1 664	308 884
1968				10	1 702	354 016
1969	3		2 765	10	1 740	377 302
1970	3		2 324	10	1 761	408 057
1971	400	11 745	1 103 031	2 683	35 358	3 383 554
1972	438	14 050	1 444 464	2 875	42 297	4 630 654
1973	426	14 068	1 861 605	2 938	42 733	6 098 182
1974	417	14 586	2 309 203	2 893	44 039	8 375 336

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	calçado			madeira e mobiliário		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1975	413	15 242	2 919 419	2 747	44 569	8 566 819
1976	389	15 515	3 482 309	2 825	45 090	11 169 086
1977	399	15 065	4 249 554	2 938	48 766	14 326 422
1978	377	14 601	5 102 996	2 920	45 292	16 581 419
1979	383	16 157	8 772 979	3 099	45 589	21 902 786
1980	417	17 920	11 958 438	2 935	44 078	31 156 803
1981	420	18 564	14 188 804	2 713	42 384	33 540 275
1982	410	18 623	16 961 387	2 695	40 460	35 229 570
1983	417	20 044	23 275 439	2 624	39 287	42 706 955
1984	421	21 463	35 988 085	2 577	38 169	51 049 907
1985	410	22 250	47 416 018	2 355	36 610	62 516 220
1986	413	24 216	66 271 036	2 118	36 232	76 938 639
1987	399	25 081	74 281 222	2 082	36 316	97 183 121
1988	388	25 680	82 292 853	2 097	35 676	114 234 512
1989	382	28 059	101 477 992	2 033	34 641	128 713 683

ano	cortiça			papel		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945	699	18 953		75	3 508	
1946	619			77	3 756	
1947	601			80	3 844	
1948	529			80	3 986	
1949	493			81	3 988	
1950	513	19 704		92	4 047	
1951	624	21 674		94	4 015	
1952	634	18 256		199	4 066	323 563
1953	611	20 331		257	4 542	302 917
1954	739	21 682	1 892 303	265	7 701	356 824
1955	695	21 100	1 991 003	209	8 417	452 069

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	cortiça			papel		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1956	698	21 127	1 789 816	220	8 144	543 139
1957	678	20 081	1 645 420	243	7 841	589 531
1958	675	18 835	1 417 105	233	8 598	906 390
1959	669	18 319	1 721 091	218	8 325	968 795
1960	701	19 259	1 972 444	226	10 371	1 243 856
1961	693	18 189	1 921 439	233	10 888	1 326 726
1962	658	18 081	2 015 519	212	10 462	1 375 764
1963	717	19 142	2 152 505	211	10 460	1 451 188
1964	735	20 131	2 332 259	222	12 377	1 848 785
1965	706	20 318	2 689 053	169	12 662	1 315 010
1966	646	18 421	2 373 672	213	12 601	2 392 223
1967	643	17 547	2 370 660	213	12 345	2 561 186
1968	654	19 374	2 426 352	218	13 474	2 909 701
1969	619	19 982	2 670 448	227	13 696	3 437 943
1970	566	18 358	2 460 554	215	14 830	4 479 790
1971	503	13 670	1 949 536	195	12 785	4 496 453
1972	504	15 935	2 835 156	225	14 007	4 951 355
1973	519	16 715	3 874 791	231	13 968	5 872 490
1974	484	16 888	4 815 227	227	13 943	8 644 115
1975	444	15 843	3 377 843	228	15 801	8 907 596
1976	424	16 159	4 290 952	226	16 663	10 888 747
1977	431	15 913	6 210 746	232	17 243	16 271 681
1978	411	15 223	8 790 576	231	16 990	17 436 689
1979	430	15 946	12 793 090	238	17 680	24 168 566
1980	416	15 193	20 288 180	230	18 014	35 651 302
1981	395	14 324	18 256 783	230	18 695	45 356 930
1982	367	13 250	18 181 278	238	18 529	51 005 677
1983	358	13 888	22 614 498	237	18 112	67 965 885
1984	355	14 361	30 457 933	230	18 413	107 881 991
1985	341	12 590	34 789 256	235	17 680	133 426 936

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	cortiça			papel		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1986	326	12 192	37 460 511	223	17 364	153 905 062
1987	309	12 227	43 392 958	215	16 777	192 337 698
1988	308	11 280	53 282 549	209	16 701	230 108 614
1989	285	10 544	74 853 633	202	16 701	264 451 451

ano	artes gráficas e edição			química		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945				111	2 354	
1946				122	2 199	
1947				114	2 157	
1948				108	2 197	261 555
1949				98	2 085	148 898
1950				90	1 999	156 704
1951				88	2 001	238 244
1952				199	2 032	1 087 583
1953				512	9 505	1 449 572
1954				782	10 543	1 584 283
1955				585	11 972	1 915 836
1956				590	11 950	2 242 355
1957				591	9 874	2 202 154
1958				578	10 097	2 177 935
1959				551	9 266	2 267 466
1960				499	9 793	2 471 159
1961				494	10 522	2 793 809
1962				558	11 329	2 948 973
1963				542	13 119	3 435 049
1964				531	13 630	3 787 229
1965				553	15 031	4 916 732
1966				552	15 499	5 354 418

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	artes gráficas e edição			química		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1967				563	15 850	5 786 593
1968				553	16 665	6 421 937
1969				657	24 031	8 217 002
1970				737	25 326	10 026 673
1971	842	15 913	1 723 813	688	26 359	10 344 954
1972	1 068	25 613	3 528 217	698	28 979	11 723 622
1973	1 076	26 005	4 286 116	733	31 865	14 678 110
1974	1 060	25 803	5 394 327	705	31 894	20 440 113
1975	1 062	25 229	5 322 750	693	31 543	21 241 231
1976	1 033	23 395	5 922 663	688	32 727	23 922 296
1977	1 041	23 198	8 095 562	714	34 667	33 620 393
1978	1 033	23 397	10 409 505	688	35 696	43 650 374
1979	1 029	24 914	13 845 388	674	36 516	61 073 513
1980	1 022	24 934	18 519 646	680	36 482	80 146 847
1981	1 000	25 143	24 653 477	703	37 027	99 449 442
1982	968	25 970	30 201 359	669	36 396	153 005 540
1983	980	25 483	35 480 416	668	35 248	209 875 797
1984	966	24 345	42 780 801	662	33 728	301 845 997
1985	944	23 362	51 294 312	622	33 087	359 328 059
1986	907	22 839	61 244 853	601	32 842	350 674 446
1987	874	22 557	76 896 744	582	33 768	414 440 685
1988	885	23 624	95 563 313	546	32 185	516 516 879
1989	862	23 947	114 232 280	530	30 454	492 721 151

ano	petróleo e carvão			borracha		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945				28	2 095	
1946				29	2 596	
1947				30	2 594	

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	petróleo e carvão			borracha		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1948				32	2 469	
1949				28	2 392	
1950				29	2 402	
1951				31	2 547	
1952				34	2 829	193 246
1953				30	2 729	218 644
1954				30	2 839	250 780
1955				29	3 000	237 364
1956				28	3 154	285 893
1957				27	3 226	354 671
1958				34	3 418	308 730
1959	1	1 334	788 661	33	3 863	403 110
1960	1	1 245	760 414	33	4 527	778 652
1961	9	1 282	1 227 122	35	4 889	1 063 854
1962	9	1 441	1 178 829	203	5 932	985 594
1963	9	1 497	1 330 508	213	6 504	1 090 944
1964	9	1 087	1 395 008	213	7 136	1 327 853
1965	7	1 127	1 401 630	217	7 440	1 492 965
1966	7	1 211	1 423 649	196	7 801	1 615 872
1967	7	1 270	1 622 160	189	7 536	1 559 206
1968	6	1 316	1 730 552	196	7 827	1 528 863
1969	8	1 642	1 890 124	196	8 052	2 014 900
1970	8	1 796	3 190 394	197	8 170	2 088 148
1971	5	1 636	2 534 978	207	7 508	1 803 908
1972	4	1 563	3 057 151	211	7 265	1 854 464
1973	4	2 088	2 618 684	199	7 517	2 035 578
1974	3	2 082	9 199 341	186	7 404	2 308 715
1975	3	2 237	10 570 998	186	7 842	2 497 145
1976	3	2 498	12 890 667	193	7 510	2 820 635
1977	3	1 979	21 216 255	179	8 046	4 332 957

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	petróleo e carvão			borracha		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1978	4	2 198	31 418 352	169	8 110	5 414 401
1979	4	2 278	65 767 503	177	7 677	6 351 889
1980	4	2 268	105 139 430	167	7 486	7 794 553
1981	5	2 181	158 380 189	165	7 561	9 780 695
1982	4	2 236	198 711 110	164	7 463	10 644 630
1983	4	2 255	260 559 701	156	7 255	12 948 063
1984	5	2 255	289 532 671	149	7 012	18 375 028
1985	5	2 219	336 294 970	142	6 817	23 151 415
1986	5	2 211	269 997 663	140	6 753	24 898 710
1987	4	2 205	230 094 719	125	6 777	28 240 133
1988	4	2 259	263 131 703	102	6 295	31 757 390
1989	3	2 157	323 392 550	95	6 151	32 228 758

ano	plásticos			minerais não metálicos		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945				163	21 565	
1946				180	22 546	
1947				176	23 246	
1948				192	22 641	
1949				236	24 026	
1950				242	22 477	
1951				264	21 581	265 749
1952				289	22 723	1 307 470
1953				290	31 108	923 091
1954	44		53 411	396	27 924	940 041
1955	45	1 506	67 217	356	29 674	1 025 131
1956	45	1 776	75 821	372	29 829	1 202 319
1957	57	1 702	95 524	383	30 808	1 198 823
1958	86	2 496	163 504	380	29 863	1 336 463

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	plásticos			minerais não metálicos		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1959	79	2 666	193 189	395	29 599	1 408 692
1960	128	4 588	261 335	416	31 444	1 551 308
1961	127	4 789	285 242	523	33 738	1 779 972
1962	134	4 704	310 559	554	35 163	2 009 463
1963	155	5 316	362 394	553	34 554	2 050 477
1964	183	6 412	469 409	548	34 703	2 651 412
1965	180	7 148	588 637	577	36 724	2 748 156
1966	169	7 677	742 745	564	34 801	2 932 398
1967	169	8 485	848 083	562	37 924	3 215 886
1968	173	8 944	1 512 469	514	38 882	3 504 125
1969	163	9 316	1 134 013	675	40 050	3 811 400
1970	168	11 736	1 438 428	850	43 200	4 567 015
1971	162	9 210	1 562 317	1 067	48 163	6 045 552
1972	180	10 527	2 043 686	1 119	50 575	7 144 034
1973	201	12 537	3 078 334	1 270	52 872	8 935 376
1974	198	12 605	4 309 798	1 211	51 581	10 753 042
1975	200	12 175	3 887 221	1 205	53 459	11 514 456
1976	207	13 624	5 869 338	1 213	53 775	15 224 850
1977	222	14 480	8 698 435	1 298	56 755	23 404 542
1978	256	14 529	9 650 272	1 281	57 627	31 831 316
1979	285	15 724	14 589 858	1 280	58 023	38 334 953
1980	276	15 440	19 074 539	1 268	58 946	52 716 914
1981	285	15 713	22 207 722	1 285	59 169	67 400 064
1982	286	15 191	23 024 314	1 274	58 580	81 870 144
1983	299	15 648	30 684 794	1 253	56 223	100 607 490
1984	297	14 537	37 855 837	1 202	53 368	117 469 708
1985	289	13 778	42 779 026	1 107	50 639	129 736 946
1986	278	13 790	49 747 398	1 049	49 499	150 287 287
1987	268	13 624	62 056 518	994	49 471	181 205 394
1988	258	13 230	71 574 281	949	48 927	219 549 359

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	plásticos			minerais não metálicos		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1989	252	12 903	85 106 023	947	47 853	252 769 948

ano	metalurgia de base			produtos metálicos		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945						
1946						
1947						
1948						
1949						
1950						
1951						
1952	336		258 419	46		75 175
1953	313	7 087	236 739	145	6 055	183 010
1954	294	7 189	234 397	136	5 734	203 724
1955	310	7 382	309 132	133	6 001	210 990
1956	303	7 438	348 653	129	6 018	236 830
1957	338	7 321	319 743	130	5 767	256 086
1958				134	6 236	464 309
1959				129	6 457	613 609
1960				124	6 800	591 685
1961				140	8 508	731 391
1962	8	4 299	988 735	150	8 626	740 592
1963	8	4 313	1 255 405	145	9 211	812 087
1964	12	3 876	1 412 422	140	9 829	1 102 382
1965	16	4 823	2 095 284	139	9 612	897 121
1966	16	4 743	2 068 884	133	9 043	908 489
1967	16	4 894	2 145 210	126	9 269	904 138
1968	15	4 723	2 966 321	144	10 365	1 027 000
1969	13	4 038	3 256 864	139	9 893	1 091 450

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	metalurgia de base			produtos metálicos		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1970	13	4 499	3 370 768	147	10 287	1 290 332
1971	32	5 297	3 106 381	575	24 243	3 591 074
1972	220	15 130	4 631 537	621	27 891	4 720 003
1973	216	16 261	5 924 219	620	31 294	6 230 253
1974	203	16 471	7 086 102	614	31 936	8 051 707
1975	199	16 943	6 604 975	627	34 843	9 238 345
1976	194	17 606	8 110 557	610	33 652	11 440 568
1977	193	18 081	13 342 224	630	35 225	16 145 717
1978	191	19 574	23 130 938	637	36 162	20 240 104
1979	204	20 952	32 097 324	635	38 260	27 487 651
1980	208	21 739	41 841 904	674	40 712	37 526 964
1981	218	21 673	42 767 454	694	41 508	43 738 865
1982	215	21 293	58 194 062	716	41 061	51 854 277
1983	200	20 336	67 103 231	693	39 941	60 580 797
1984	206	19 182	78 196 251	695	37 371	68 401 949
1985	192	19 159	87 516 165	654	35 613	86 263 421
1986	179	17 830	83 638 282	628	34 444	92 444 846
1987	172	16 202	86 801 608	600	32 944	109 986 964
1988	167	15 866	102 747 000	584	32 134	123 564 417
1989	161	14 104	115 597 070	570	31 212	140 765 120

ano	máquinas não eléctricas			máquinas e material eléctrico		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945						
1946						
1947						
1948						
1949						
1950						

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	máquinas não eléctricas			máquinas e material eléctrico		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1951						
1952						
1953				73	736	91 152
1954				65	1 288	120 216
1955				51	1 271	152 505
1956				52	1 384	175 634
1957				48	1 514	223 667
1958				42	1 700	217 213
1959				41	1 667	242 840
1960				40	1 708	256 779
1961	29	609	27 594	39	1 824	375 393
1962	28	649	25 832	41	2 458	519 633
1963	28	637	25 514	39	2 510	592 275
1964	43	1 341	58 993	41	2 535	549 797
1965	46	2 092	116 819	39	2 769	738 324
1966	44	2 201	113 990	35	2 808	709 995
1967	40	2 154	123 191	33	2 860	707 417
1968	41	2 122	115 474	31	2 979	869 583
1969	46	1 869	233 061	51	3 266	2 334 892
1970	44	2 026	147 717	56	3 442	2 676 815
1971	120	7 692	1 069 689	62	18 378	3 497 094
1972	148	9 500	1 806 444	89	23 436	4 373 286
1973	172	12 188	2 585 065	93	26 852	5 856 347
1974	173	14 521	3 915 182	90	25 640	8 692 662
1975	165	13 313	4 065 504	93	25 373	8 203 563
1976	191	16 214	5 119 206	101	26 188	9 953 480
1977	225	17 877	7 626 764	119	27 684	15 081 376
1978	245	18 084	9 458 934	134	28 668	20 519 561
1979	256	19 248	12 382 114	159	30 897	27 883 015
1980	286	21 749	18 244 670	172	30 979	40 554 982

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	máquinas não eléctricas			máquinas e material eléctrico		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1981	332	22 963	23 631 888	175	31 462	48 851 379
1982	352	25 148	33 729 378	196	33 020	62 558 838
1983	341	23 623	40 750 733	203	32 935	87 187 638
1984	326	19 990	39 512 217	200	32 369	113 114 101
1985	301	19 608	57 941 034	177	28 849	121 573 654
1986	288	20 093	58 859 659	171	28 532	130 234 885
1987	276	19 021	68 205 027	168	28 004	158 248 938
1988	272	17 331	71 341 556	162	28 784	191 140 478
1989	268	16 989	79 649 198	164	29 770	229 560 584

ano	material de transporte			outras indústrias transformadoras		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945						
1946						
1947						
1948						
1949						
1950						
1951						
1952						
1953				51	1 688	18 499
1954				64	1 316	24 070
1955				52	1 380	24 789
1956				52	1 112	23 905
1957				52	1 087	28 689
1958	17	13 316	1 001 760	50	1 133	30 819
1959	18	12 451	595 072	45	1 014	27 989
1960	18	11 481	711 191	42	1 087	35 204
1961	46	13 412	845 585	42	1 092	37 682

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	material de transporte			outras indústrias transformadoras		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1962	45	13 843	928 117	40	965	37 881
1963	49	13 603	873 177	51	1 480	69 709
1964	108	19 127	2 150 063	51	1 770	79 532
1965	112	21 796	2 839 220	69	1 933	94 525
1966	113	23 490	3 302 345	61	1 952	111 210
1967	127	23 477	3 607 880	66	2 039	117 626
1968	120	24 174	4 145 074	67	2 397	152 534
1969	138	24 621	5 431 352	69	2 450	176 042
1970	133	26 354	6 058 928	78	2 777	249 965
1971	129	28 423	7 624 434	129	4 516	477 037
1972	215	32 448	10 257 266	142	4 684	537 378
1973	216	34 338	11 356 774	88	3 585	611 501
1974	201	38 259	13 614 194	141	6 057	1 159 797
1975	203	40 671	13 685 101	135	5 510	1 043 244
1976	214	22 058	17 883 508	122	5 212	1 279 019
1977	226	45 246	26 242 770	125	5 383	1 811 293
1978	246	46 697	31 217 118	125	5 242	2 135 844
1979	263	49 135	41 220 520	123	5 463	2 905 948
1980	265	46 814	54 707 740	114	4 933	2 620 128
1981	254	45 444	68 983 510	110	4 867	3 410 486
1982	275	45 081	74 496 035	108	5 397	4 449 672
1983	272	41 186	83 355 191	107	5 221	6 061 165
1984	254	37 744	87 597 441	96	5 115	8 048 601
1985	243	33 619	112 013 866	86	4 354	8 414 285
1986	233	33 408	138 455 425	79	4 182	9 840 831
1987	246	32 118	169 904 539	80	4 053	11 394 632
1988	214	32 106	213 084 381	81	4 051	12 625 582
1989	211	33 285	258 324 750	77	4 294	15 430 295

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	total da indústria transformadora		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1945	5 419	101 548	234 093
1946	5 543	86 026	209 460
1947	5 562	82 796	844 409
1948	5 869	85 883	1 265 480
1949	5 374	149 304	896 353
1950	6 228	167 431	1 039 214
1951	6 777	152 093	1 537 207
1952	7 187	150 269	6 321 609
1953	8 426	235 788	12 236 617
1954	9 137	238 561	16 505 351
1955	7 671	247 925	18 035 062
1956	7 442	241 529	19 653 221
1957	7 510	242 169	20 432 859
1958	6 395	250 733	22 233 584
1959	6 601	251 329	23 533 166
1960	6 650	268 764	26 949 783
1961	7 249	274 869	26 721 086
1962	6 186	269 231	31 016 626
1963	7 664	291 127	35 411 319
1964	7 825	310 869	41 039 657
1965	7 262	307 290	44 621 499
1966	8 041	336 312	50 738 056
1967	7 999	341 972	53 529 520
1968	6 067	350 551	60 388 797
1969	7 625	379 837	70 020 630
1970	7 821	372 062	79 258 536
1971	13 412	492 332	97 954 353
1972	14 544	561 014	121 763 874
1973	14 795	600 385	151 073 839
1974	14 542	608 534	203 198 090

Quadro 5D.1 — Estabelecimentos, pessoal ao serviço e valor bruto de produção 1945-1989 (continuação)

ano	total da indústria transformadora		
	estabeleci-mentos	pessoal ao serviço	valor bruto de produção (contos)
1975	14 289	617 357	213 638 395
1976	14 196	606 318	260 360 348
1977	14 661	646 807	365 679 770
1978	14 683	661 070	469 954 948
1979	14 908	651 746	641 414 895
1980	14 615	689 766	890 773 128
1981	14 412	691 736	1 099 112 637
1982	14 239	685 234	1 356 179 147
1983	14 112	672 671	1 756 063 065
1984	13 903	651 634	2 228 163 631
1985	13 077	627 903	2 671 675 119
1986	12 593	627 582	2 888 080 795
1987	12 169	626 863	3 294 063 383
1988	11 920	622 918	3 856 574 717
1989	11 419	612 959	4 270 647 891

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial

A — 1851-1914

Fonte — Lains, 1990 e Lains, 1992.

Unidade — Base 1900 = 100.

ano	conservas de peixe	tabaco	têxtil de lã	têxtil de algodão	têxtil de linho	cortiça	papel	metais
1851		19	8	21	75	4	51	18
...								
1854		23	10	28	69	10	51	22
1855		23	11	27	75	8	51	23
1856		13	11	27	71	10	51	22
...								
1861	0	56	13	29	75	12	51	33
...								
1865	0	84	14	25	80	14	51	21
1866	0	78	19	26	74	15	51	21
1867	1	71	14	32	90	18	51	25
1868	0	90	13	32	73	17	51	19
1869	0	71	15	31	80	18	51	21
1870	1	87	14	35	86	18	51	21
1871	1	73	14	26	82	21	51	24
1872	1	72	15	38	74	28	51	38
1873	2	142	16	43	83	35	51	38
1874	1	72	15	49	80	33	51	40
1875	1	76	17	55	84	30	51	41
1876	1	90	14	45	78	28	51	30
1877	1	125	16	51	81	34	51	29
1878	1	109	18	50	81	34	51	32
1879	3	132	18	44	79	34	51	23
1880	8	37	21	40	79	78	52	34

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1900 = 100

ano	conservas de peixe	tabaco	têxtil de lã	têxtil de algodão	têxtil de linho	cortiça	papel	metais
1881	11	60	20	56	79	60	53	35
1882	26	69	20	47	78	75	51	35
1883	25	74	23	47	75	71	52	34
1884	29	90	21	52	77	78	52	35
1885	31	79	23	55	80	80	56	37
1886	57	88	26	80	83	79	54	36
1887	71	113	26	61	85	80	60	44
1888	71	124	29	61	87	77	60	46
1889	54	105	29	62	92	94	64	56
1890	77	70	44	78	88	92	65	54
1891	90	50	39	61	82	84	62	50
1892	82	52	37	60	82	86	60	49
1893	74	60	59	85	89	88	70	54
1894	61	70	55	72	92	89	66	46
1895	86	115	60	72	89	106	76	49
1896	92	90	50	70	96	107	61	50
1897	106	69	66	71	90	109	76	53
1898	118	82	81	78	93	96	85	71
1899	88	103	80	99	97	92	86	77
1900	100	100	100	100	100	100	100	100
1901	107	84	88	90	103	104	104	96
1902	119	83	90	97	102	102	104	93
1903	134	105	89	99	103	111	97	98
1904	122	134	106	84	100	121	105	102
1905	131	102	82	70	94	112	122	92
1906	161	79	71	66	94	129	112	96
1907	145	109	100	79	92	133	118	99
1908	140	123	99	73	93	120	128	106
1909	142	158	91	73	102	126	136	97
1910	149	127	122	89	108	144	144	112

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1900 = 100

ano	conservas de peixe	tabaco	têxtil de lã	têxtil de algodão	têxtil de linho	cortiça	papel	metais
1911	185	139	131	92	110	141	142	117
1912	200	140	113	99	117	150	152	149
1913	197	149	122	104	114	162	165	150
1914	149	163	105	74	100	134	149	103

B — 1910-1958

Fonte — Baptista et alii, 1997.

Unidade — Base 1958 = 100.

ano	indústrias alimentares	indústria das bebidas	indústrias têxteis	vestuário e calçado	indústria do couro	madeira cortiça mobiliário
1910	42	33	36	65	44	69
1911	41	35	38	73	48	70
1912	42	36	40	76	48	76
1913	42	37	38	70	45	81
1914	43	35	36	60	44	79
1915	44	32	37	57	46	78
1916	44	29	35	64	46	73
1917	44	26	32	60	34	60
1918	43	25	28	55	39	52
1919	48	26	23	55	36	56
1920	53	26	25	62	42	61
1921	57	30	30	63	49	69
1922	65	35	32	70	62	87
1923	66	36	32	69	52	90
1924	68	35	31	62	42	79
1925	60	35	31	72	56	76

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1958 = 100

ano	indústrias alimentares	indústria das bebidas	indústrias têxteis	vestuário e calçado	indústria do couro	madeira cortiça mobiliário
1926	64	39	34	82	62	80
1927	65	46	35	77	55	81
1928	68	42	36	72	57	83
1929	67	40	37	75	62	83
1930	65	41	37	73	58	75
1931	73	39	38	68	57	67
1932	70	39	43	72	67	69
1933	78	44	45	71	68	76
1934	75	45	46	71	67	78
1935	70	37	48	74	67	74
1936	62	35	52	72	63	72
1937	59	43	59	75	64	71
1938	68	47	58	78	72	70
1939	66	41	51	66	71	71
1940	69	41	48	50	68	69
1941	69	48	48	48	70	69
1942	70	63	45	47	50	68
1943	72	73	47	57	48	64
1944	67	82	56	76	66	66
1945	66	85	63	76	53	76
1946	63	85	70	102	59	87
1947	66	78	68	130	84	88
1948	70	83	70	115	85	88
1949	73	80	73	87	74	89
1950	78	75	72	70	66	94
1951	75	75	76	76	73	104
1952	81	79	84	87	71	96
1953	84	83	86	86	73	92
1954	91	88	89	86	82	95

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1958 = 100

ano	indústrias alimentares	indústria das bebidas	indústrias têxteis	vestuário e calçado	indústria do couro	madeira cortiça mobiliário
1955	88	95	92	91	87	100
1956	99	93	89	90	92	100
1957	97	98	94	93	94	104
1958	100	100	100	100	100	100

ano	inústria do papel	tipografia	química básica	minerais não metálicos	máquinas e material eléctrico	material de transporte
1910	14	17	19	4	0	3
1911	15	18	21	4	1	4
1912	17	19	30	4	1	4
1913	16	18	31	5	1	5
1914	15	17	30	5	1	6
1915	16	17	31	5	2	6
1916	14	16	29	5	2	7
1917	9	12	24	5	2	9
1918	5	8	14	4	2	10
1919	7	10	13	4	3	12
1920	9	14	16	4	3	14
1921	7	15	25	6	3	16
1922	7	17	20	9	3	18
1923	10	20	21	13	4	20
1924	9	24	23	13	4	22
1925	8	28	28	13	4	25
1926	10	32	31	14	4	27
1927	10	35	26	16	5	29
1928	9	38	28	16	5	27
1929	9	41	35	18	5	26
1930	10	42	30	20	5	31
1931	10	39	31	18	6	34

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1958 = 100

ano	inústria do papel	tipografia	química básica	minerais não metálicos	máquinas e material eléctrico	material de transporte
1932	12	37	33	18	6	34
1933	15	40	33	22	6	34
1934	16	45	44	20	6	35
1935	18	48	37	22	7	36
1936	21	52	31	24	7	37
1937	23	51	51	28	7	37
1938	22	50	53	27	7	37
1939	26	50	43	31	8	38
1940	29	44	50	31	8	38
1941	28	41	47	34	8	38
1942	29	43	49	41	8	38
1943	33	46	42	44	7	38
1944	35	55	55	45	12	37
1945	34	58	47	50	16	36
1946	39	57	50	60	19	40
1947	39	60	62	60	25	47
1948	40	60	76	63	27	55
1949	38	58	67	59	28	59
1950	40	58	68	61	25	60
1951	39	62	87	58	31	67
1952	40	68	92	70	32	74
1953	40	68	76	73	46	74
1954	64	74	77	71	52	74
1955	84	89	83	81	61	78
1956	96	102	89	93	72	82
1957	103	104	89	92	94	90
1958	100	100	100	100	100	100

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

C — 1970-1985

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas Industriais.

Unidade — Base 1970 = 100.

ano	indústrias transformadoras	alimentação	bebidas	tabaco	têxteis	vestuário
1970	100	100	100	100	100	100
1971	104	102	104	102	101	127
1972	117	108	111	106	115	148
1973	134	118	160	121	131	187
1974	140	120	188	132	138	202
1975	128	141	198	141	114	175
1976	138	145	198	141	122	170
1977	157	157	203	149	126	177
1978	164	162	235	153	132	197
1979	178	165	240	152	151	228
1980	193	175	254	150	162	238
1981	196	184	273	157	165	232
1982	196	176	251	169	166	255
1983	197	187	264	179	169	272
1984	198	177	248	170	188	278
1985	200	171	240	170	185	315

ano	indústrias transformadoras	couro	calçado	madeira	mobiliário	papel	edição
1970	100	100	100	100	100	100	100
1971	104	96	93	102	118	101	94
1972	117	103	107	108	156	112	92
1973	134	97	109	114	194	123	96
1974	140	94	121	121	203	144	114
1975	128	96	102	87	218	127	80
1976	138	106	108	89	260	138	81

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1970 = 100

ano	indústrias transformadoras	couro	calçado	madeira	mobiliário	papel	edição
1977	157	110	127	101	277	161	111
1978	164	118	133	110	233	160	109
1979	178	127	171	121	213	174	126
1980	193	129	183	134	224	198	140
1981	196	134	186	125	209	206	139
1982	196	147	200	112	187	216	145
1983	197	166	240	127	194	225	131
1984	198	175	325	144	170	241	143
1985	200	163	374	144	173	263	139

ano	indústrias transformadoras	petróleo e carvão	química	borracha	plásticos	minerais não metálicos
1970	100	100	100	100	100	100
1971	104	104	105	108	99	102
1972	117	117	119	110	132	118
1973	134	114	140	115	175	142
1974	140	147	142	116	167	156
1975	128	148	136	108	145	150
1976	138	152	151	111	173	175
1977	157	155	167	123	243	226
1978	164	158	169	126	243	234
1979	178	222	186	126	296	230
1980	193	203	191	132	321	259
1981	196	225	189	136	322	281
1982	196	233	204	133	270	283
1983	197	239	194	150	310	245
1984	198	221	204	172	244	230
1985	200	226	209	166	244	227

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1970 = 100

ano	indústrias transformadoras	metalurgia de base	produtos metálicos	máquinas não eléctr.	máq. e mat. eléctrico	material de transporte	diversas
1970	100	100	100	100	100	100	100
1971	104	116	106	119	106	97	113
1972	117	145	122	153	109	115	144
1973	134	163	144	187	154	118	160
1974	140	151	148	193	183	105	200
1975	128	120	144	179	154	84	121
1976	138	134	153	195	167	85	105
1977	157	164	176	219	190	100	120
1978	164	197	190	234	202	103	120
1979	178	200	210	285	218	112	152
1980	193	234	243	317	238	118	144
1981	196	239	216	346	245	110	139
1982	196	254	231	317	263	87	113
1983	197	245	238	294	284	87	125
1984	198	240	215	217	287	82	115
1985	200	226	235	230	288	81	115

D — 1985-1989

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas Industriais.

Unidade — Base 1980 = 100.

ano	indústrias transformadoras	alimentação	bebidas	tabaco	têxteis	vestuário
1980	100	100	100	100	100	100
1985	107	107	105	129	114	109
1986	125	112	110	129	121	132
1987	128	116	129	137	120	121

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1980 = 100

ano	indústrias transformadoras	alimentação	bebidas	tabaco	têxteis	vestuário
1988	136	126	142	131	121	120
1989	139	130	165	140	119	112

ano	indústrias transformadoras	couro	calçado	madeira	papel	petróleo e carvão	química
1980	100	100	100	100	100	100	100
1985	107	125	194	71	153	106	190
1986	125	142	214	69	161	133	212
1987	128	172	203	73	163	122	216
1988	136	169	209	80	169	135	230
1989	139	188	244	74	175	156	237

ano	indústrias transformadoras	borracha	plásticos	minerais não metálicos	metalurgia de base	metais não ferrosos
1980	100	100	100	100	100	100
1985	107	109	109	120	101	103
1986	125	118	123	128	103	104
1987	128	124	137	145	107	118
1988	136	143	140	158	117	127
1989	139	142	148	165	118	111

ano	indústrias transformadoras	produtos metálicos	máquinas não eléctr.	máq. e mat. eléctrico	material de transporte
1980	100	100	100	100	100
1985	107	99	93	155	71
1986	125	118	95	131	75
1987	128	113	101	132	82
1988	136	116	108	146	88
1989	139	118	110	146	83

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

E — 1989-1993

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas Industriais.

Unidade — Base 1985 = 100.

ano	indústrias transformadoras	alimentação	bebidas	tabaco	têxteis	vestuário
1985	100	100	100	100	100	100
1989	120	125	153	107	108	103
1990	127	134	164	108	115	113
1991	125	135	168	113	112	114
1992	120	124	160	107	103	111
1993	113	127	161	104	90	99

ano	indústrias transformadoras	couro	calçado	madeira	papel	petróleo e carvão	química
1985	100	100	100	100	100	100	100
1989	120	114	130	101	122	142	115
1990	127	118	138	97	123	154	122
1991	125	103	137	105	136	138	102
1992	120	95	137	110	130	156	92
1993	113	86	133	120	126	150	84

ano	indústrias transformadoras	borracha	plásticos	minerais não metálicos	metalurgia de base	metais não ferrosos
1985	100	100	100	100	100	100
1989	120	124	144	139	125	114
1990	127	118	157	149	122	123
1991	125	102	154	148	108	110
1992	120	72	158	152	121	114
1993	113	65	145	158	113	106

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1985 = 100

ano	indústrias transformadoras	produtos metálicos	máquinas não eléctr.	máq. e mat. eléctrico	material de transporte
1985	100	100	100	100	100
1989	120	131	115	127	116
1990	127	143	123	141	110
1991	125	142	109	146	107
1992	120	134	98	149	102
1993	113	125	88	138	85

F — 1990-1998

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas Industriais.

Unidade — Base 1990 = 100.

ano	indústrias transformadoras	alimentação	bebidas	tabaco	têxteis	vestuário
1990	100	100	100	100	100	100
1991	100	102	106	102	104	101
1992	98	96	100	98	98	99
1993	92	99	100	95	86	89
1994	93	98	94	87	90	79
1995	96	101	91	82	89	86
1996	97	102	101	78	83	85
1997	102	105	105	82	85	77
1998	104	107	111	103	84	75

ano	indústrias transformadoras	couro	calçado	madeira	papel	petróleo e carvão	química
1990	100	100	100	100	100	100	100
1991	100	91	100	109	110	92	88
1992	98	88	99	111	108	98	82

Quadro 5D.2 — Índices de produção industrial (continuação)

Base 1990 = 100

ano	indústrias transformadoras	couro	calçado	madeira	papel	petróleo e carvão	química
1993	92	82	97	115	100	93	73
1994	93	90	102	97	106	113	74
1995	96	87	92	104	111	120	72
1996	97	78	94	110	109	108	73
1997	102	74	95	119	117	120	75
1998	104	62	85	120	120	128	74

ano	indústrias transformadoras	borracha	plásticos	minerais não metálicos	metalurgia de base	metais não ferrosos
1990	100	100	100	100	100	100
1991	100	91	102	98	92	91
1992	98	64	105	102	102	96
1993	92	66	97	106	98	90
1994	93	89	98	107	99	108
1995	96	109	102	111	104	111
1996	97	138	109	114	97	125
1997	102	162	116	126	110	146
1998	104	169	124	132	112	149

ano	indústrias transformadoras	produtos metálicos	máquinas não eléctr.	máq. e mat. eléctrico	material de transporte
1990	100	100	100	100	100
1991	100	102	93	104	99
1992	98	96	85	109	90
1993	92	93	76	103	77
1994	93	99	76	105	70
1995	96	101	78	124	74
1996	97	112	87	129	88
1997	102	122	93	136	92
1998	104	132	87	150	103

SECÇÃO E — ELECTRICIDADE, GÁS, ÁGUA E SANEAMENTO

ISABEL LOUÇÃO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

1 — Energia

Os dados estatísticos sobre o sub-sector da produção, transporte e distribuição de energia provêm da Direcção-Geral da Energia nas publicações O Sector Energético Metropolitano, Balanços Energéticos Nacionais e Informação Energia e do Instituto Nacional de Estatística no Anuário Estatístico.

O balanço energético é o instrumento privilegiado do diagnóstico e da análise do sistema energético, o ponto de partida dos estudos de planeamento. Descreve e contabiliza exaustivamente os fluxos das várias formas de energia, as transformações a que cada uma é sujeita e a utilização das formas finais pelos consumidores identificados com o maior nível de detalhe possível.

Em 1971 elaborou-se o primeiro balanço energético relativamente a 1970. Os critérios que presidiram à sua elaboração encontram-se descritos em O Sector Energético Metropolitano – Combustíveis, edição da Direcção-Geral dos Combustíveis, 1971. As formas de energia consideradas são o carvão, o petróleo, a electricidade e outros produtos (gás de cidade, gás de coque e de alto forno, lenhas e resíduos vegetais, licores provenientes do recozimento de madeira e produtos como casca de arroz e bagaço de azeitona).

Os movimentos contabilizados no balanço energético agrupam-se em três grandes blocos: disponibilidades, transformação e utilização. Nas disponibilidades é englobado o movimento cujo resultado final é a quantidade de energia primária colocada ao dispor das necessidades globais do país. Na transformação incluem-se os movimentos de transformação das várias formas energéticas primárias, contabilizando-se por um lado as quantidades sujeitas a transformação e por outro as saídas que lhe estão associadas. O bloco utilização engloba todas as utilizações de energia necessárias aos vários processos económicos incluindo, por um lado, os consumos do próprio sector energético e, por outro, todas as utilizações finais dos vários sectores da actividade económica.

No Anuário Estatístico, editado pelo INE, são apresentados indicadores gerais sobre produção, transporte e distribuição de energia, evidenciando o total das empresas, pessoal ao serviço, custos, proveitos, aumento do imobilizado corpóreo e valor acrescentado. Ainda nesta

fonte existem dados sobre produção e vendas de combustíveis e de electricidade (fornecimentos da EDP — Electricidade de Portugal), por concelho e tipo de consumidor.

2 — Água

Ao sub-sector da produção, transporte e distribuição de energia é habitual agregar, para fins estatísticos, o sub-sector do abastecimento de água. A principal razão para o facto é o carácter de serviços colectivos com situação de monopólio natural que ambos tradicionalmente têm.

No Anuário Estatístico e nas Estatísticas Industriais encontram-se dados sobre o consumo em volume, sendo este repartido em doméstico, industrial e outro, e também sobre o número de contadores domésticos de água.

3 — Saneamento

Também as actividades de saneamento eram tradicionalmente agregadas às relacionadas com a electricidade e o abastecimento de água para fins estatísticos, por se tratar de um serviço público tecnològicamente muito ligado à distribuição de água.

Quanto ao saneamento básico, apenas se encontra disponível informação recente sobre: (i) as despesas das Câmaras Municipais com o ambiente, classificadas por finalidades (protecção do recurso água, gestão de resíduos, gestão da biodiversidade e das paisagens) e também classificadas em despesas correntes e de capital; (ii) volume de vendas e outros dados sobre empresas ligadas a este sector.

Quadros

5E.1 — Produção de electricidade e gás
5E.2 — Balanços energéticos
5E.3 — Abastecimento de água
5E.4 — Saneamento

Quadro 5E.1 — Produção de electricidade e gás

Fonte — De 1927 a 1940, Anuário Estatístico; de 1941 em diante, Estatísticas Industriais.

Âmbito geográfico — Continente.

ano	electricidade 10^6 kWh	gás 10^6 m3
1927	188	?
1928	217	?
1929	240	?
1930	260	?
1931	268	?
1932	286	?
1933	303	?
1934	325	12
1935	355	12
1936	370	13
1937	406	13
1938	426	13
1939	448	14
1940	460	16
1941	479	16
1942	465	18
1943	477	21
1944	505	25
1945	545	28
1946	638	29
1947	722	33
1948	811	35
1949	836	38
1950	941	39
1951	1 043	44
1952	1 339	48
1953	1 380	50

ano	electricidade 10^6 kWh	gás 10^6 m3
1954	1 659	56
1955	1 890	58
1956	2 176	64
1957	2 169	65
1958	2 667	68
1959	2 994	71
1960	3 263	77
1961	3 611	78
1962	3 833	80
1963	4 302	84
1964	4 760	89
1965	4 635	91
1966	5 792	94
1967	5 938	103
1968	6 215	108
1969	6 838	114
1970	7 488	118
1971	7 933	125
1972	8 905	129
1973	9 821	133
1974	10 745	129
1975	10 728	128
1976	10 145	137
1977	13 818	136
1978	14 653	137
1979	16 153	137
1980	15 263	141

Quadro 5E.1 — Produção de electricidade e gás (continuação)

ano	electricidade 10^6 kWh	gás 10^6 m3
1981	13 900	135
1982	15 418	139
1983	18 158	145
1984	19 470	146
1985	19 103	147
1986	20 355	145
1987	20 185	147
1988	22 490	156

ano	electricidade 10^6 kWh	gás 10^6 m3
1989	25 820	165
1990	28 510	163
1991	29 885	165
1992	29 545	?
1993	29 452	?
1994	29 070	?
1995	32 068	?
1996	32 307	?

Quadro 5E.2 — Balanços energéticos

Fonte — Balanços Energéticos Nacionais.

Unidade — Toneladas de equivalente petróleo.

ano	importação	produção nacional	variação de existências	consumo de energia primária	consumo final de energia
1971	6 110 274	1 378 538	+ 15 394	6 274 092	5 449 312
1972	6 407 492	1 418 543	- 81 294	6 725 926	5 841 937
1973	6 799 652	1 388 877	- 156 606	7 238 304	6 259 191
1974	7 398 795	1 419 506	+ 82 917	7 471 671	6 379 770
1975	7 179 984	1 316 386	- 236 843	7 956 816	6 575 885
1976	7 985 515	1 163 853	+ 272 264	8 241723	6 817 977
1977	7 916 237	1 623 337	+ 271 744	8 530 588	7 309 224
1978	8 035 686	1 715 401	- 80 470	8 859 952	7 551 602
1979	10 347 089	1 733 427	+ 1 004 806	9 475 761	7 950 079
1980	10 287 792	1 505 167	+ 766 612	10 020 284	8 271 181
1981	9 719 487	1 293 148	- 563 491	10 378 846	8 313 112
1982	10 436 060	1 489 791	- 89 904	11 247 512	8 999 670
1983	10 741 816	1 627 830	- 108 378	11 249 781	8 883 535
1984	10 986 358	1 775 475	+ 342 961	11 391 756	9 203 831
1985	10 457 435	1 945 915	- 26 431	11 275 287	9 362 847
1986	12 448 505	1 898 173	- 51 635	12 653 315	10 084812
1987	12 671 137	1 998 874	+ 394 611	13 054 588	10 587 161
1988	13 125 472	2 270 341	- 272 293	13 987 390	11 539 267
1989	16 974 875	1 741 473	- 76 366	16 032 219	12 084 658
1990	18 152 081	2 038 825	+ 450 513	16 417 749	12 608 720
1991	17 826 509	2 044 076	+ 182 139	16 613 967	12 747 583
1992	20 205 783	1 658 644	- 111 800	17 781 023	13 203 846
1993	19 630 222	1 973 054	+ 71 656	17 528 808	13 307 589
1994	21 153 147	2 101 796	- 228 409	18 082 743	12 607 221
1995	22 290 072	1 834 173	+ 297 724	19 165 037	14 307 469
1996	19 801 641	2 413 867	- 257 754	19 068 637	15 033 761

Quadro 5E.3 — Abastecimento de água

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas Industriais.

ano	localidades	consumo 10^6 m3
1939	116	32
1940	127	33
1941	137	34
1942	146	35
1943	149	38
1944	156	41
1945	164	44
1946	173	47
1947	184	54
1948	203	57
1949	224	58
1950	245	57
1951	* 238	60
1952	253	63

ano	localidades	consumo 10^6 m3
1953	280	68
1954	305	72
1955	328	77
1956	363	79
1957	414	84
1958	435	84
1959	465	92
1960	513	97
1961	545	106
1962	629	110
1963	638	115
1964	658	125
1965	687	127

* A partir de 1951, só localidades com mais de 50 fogos. O valor com o mesmo âmbito em 1950 seria 210.

ano	consumo 10^6 m3
1966	141
1967	156
1968	166
1969	180
1970	186
1971	199
1972	210
1973	231

ano	consumo 10^6 m3
1974	239
1975	250
1976	251
1977	256
1978	275
1979	290
1980	303
1981	312

ano	consumo 10^6 m3
1982	322
1983	328
1984	326
1985	344
1986	358
1987	387
1988	396
1989	422

Quadro 5E.3 — Abastecimento de água (continuação)

ano	índice do consumo base 1990 = 100
1990	100,0
1991	103,5
1992	107,1
1993	105,8
1994	101,1
1995	100,5
1996	99,7

Quadro 5E.4 — Saneamento

A — Despesas das Câmaras Municipais com o ambiente

Fonte — Anuário Estatístico.

Unidade — Milhares de contos.

ano	sistemas de tratamento de águas residuais	gestão de resíduos	total ambiente
1994	8 643	30 813	74 973
1995	12 568	33 330	79 293
1996	13 688	40 377	92 973
1997	20 439	42 156	101 208

B — Indicadores de actividade das empresas de saneamento

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas das Empresas — Comércio e Outros Serviços.

Observação — O índice foi calculado deflacionando o volume de vendas com o índice de preços do quadro 8.1.

ano	volume de vendas milhares de contos	índice base 1995 = 100
1993	29	71
1994	38	88
1995	45	100
1996	10	22
1997	12	25

SECÇÃO F — CONSTRUÇÃO

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

O sector da construção leva a cabo dois tipos de actividades principais — a construção de edifícios e as obras públicas — e vários tipos de actividades complementares de menor importância (de que se destacam as demolições).

Os mais antigos dados estatísticos existentes sobre o sector são os arrolamentos de fogos. Na verdade, a um fogo corresponde, em princípio, um edifício ou parte de um edifício habitado por uma família. É essa a noção explícita nos recenseamentos gerais da população até 1930, dando origem aos valores reproduzidos no primeiro quadro desta secção.

A partir de cerca de 1940, começaram a ser publicados elementos sobre o licenciamento e a conclusão de obras em edifícios. Durante cerca de uma década, o âmbito geográfico desses elementos foi apresentado como 'sedes de concelho e zonas turísticas' (nunca sendo claramente delimitado o que se entendia por estas — provàvelmente sobretudo a chamada linha do Estoril). A partir de finais da década de 1940, o âmbito geográfico começou a ser, em princípio, todo o país. O segundo quadro desta secção reproduz as informações fundamentais sobre a conclusão de obras, extraídas desses elementos.

Também em 1940 e a partir de 1960, os recenseamentos gerais da população começaram a envolver um recenseamento formal simultâneo da habitação. Os principais elementos colhidos nesses recenseamentos sobre os edifícios existentes estão também incluídos no primeiro quadro desta secção.

Na década de 1980, começaram a ser realizados inquéritos de conjuntura às empresas de construção. Esses inquéritos fornecem elementos qualitativos sobre as variações da actividade do sector, estão publicados em folhas informativas próprias e um resumo dos seus resultados consta do Anuário Estatístico. No final da mesma década, começaram finalmente a ser apurados elementos quantitativos sobre a actividade global das empresas do sector. Desses elementos, os relativos ao valor total dos trabalhos realizados estão resumidos no terceiro quadro desta secção.

Quadros

5F.1 — Edifícios existentes
5F.2 — Construção de edifícios
5F.3 — Indicadores globais de actividade da construção

Quadro 5F.1 — Edifícios existentes

Fonte — Recenseamento Geral da População.

Unidade — Milhares.

ano	edifícios	residenciais	outros	fogos
1864	?	?	?	1 041
1878	?	?	?	1 133
1890	?	?	?	1 246
1900	?	?	?	1 300
1911	?	?	?	1 411
1920	?	?	?	1 426
1930	?	?	?	1 664
1940	2 118	1 703	415	1 980
1950	2 563	?	?	2 274
1960	2 990	?	?	2 592
...				
1981	2 508	2 344	163	3 436
1991	2 862	2 621	241	4 183

Quadro 5F.2 — Construção de edifícios

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas da Construção de Edifícios.

Unidade — Milhares.

Observação — Até 1948, o âmbito geográfico refere-se apenas a sedes de concelho e zonas de turismo. Os valores com o mesmo âmbito em 1949 seriam 8 para as obras concluídas e 11 para os fogos.

ano	obras concluídas	construções novas	fogos
1939	2	?	3
1940	2	?	2
1941	2	?	2
1942	2	?	3
1943	2	?	3
1944	2	?	3
1945	3	?	3
1946	3	?	4
1947	3	?	4
1948	4	?	4
1949	11	?	14
1950	11	?	13
1951	12	?	13
1952	14	?	14
1953	14	?	17
1954	14	?	17
1955	15	?	18
1956	16	?	21
1957	19	?	23
1958	21	?	26
1959	21	?	26
1960	21	?	27
1961	22	?	30
1962	21	?	30

Quadro 5F.2 — Construção de edifícios (continuação)

ano	obras concluídas	construções novas	fogos
1963	20	?	30
1964	28	?	35
1965	27	?	34
1966	29	?	36
1967	33	?	41
...			
1970	28	20	28
1971	33	24	36
1972	34	25	41
1973	37	27	42
1974	36	27	43
1975	31	22	32
1976	30	22	30
1977	33	26	35
1978	37	27	34
1979	36	27	36
1980	39	28	38
1981	34	25	39
1982	36	27	40
1983	33	25	38
1984	33	25	41
1985	31	23	36
1986	34	24	37
1987	34	25	39
1988	38	28	46
1989	41	30	58
1990	41	30	62
1991	42	30	63
1992	34	25	52
1993	35	27	63
1994	40	30	62
1995	45	35	68
1996	42	33	68

Quadro 5F.2 — Construção de edifícios (continuação)

ano	obras concluídas	construções novas	fogos
1997	42	36	72
1998	54	43	89

Quadro 5F.3 — Indicadores globais de actividade da construção

Fonte — Anuário Estatístico.

Observação — O índice foi calculado deflacionando o valor dos trabalhos realizados com o índice de preços do quadro 8.1.

ano	trabalhos realizados milhares de contos	índice base 1995 = 100
1987	364 338	52
1988	551 297	71
1989	753 995	88
1990	788 753	76
1991	998 128	87
1992	1 178 194	94
1993	1 253 389	94
1994	1 340 534	95
1995	1 463 888	100
1996	1 439 646	95

SECÇÃO G — COMÉRCIO, REPARAÇÃO DE AUTOMÓVEIS E DE ARTIGOS DOMÉSTICOS

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

O sector do comércio interno começou a ser alvo de preocupação estatística enquanto tal na época da Primeira Guerra Mundial. Isso foi conseqüência do surto inflacionista então ocorrido, e os dados recolhidos e publicados tinham a ver com a evolução dos preços, a qual é tratada no capítulo 8 desta obra.

A partir de 1979 começou a realizar-se um Inquérito de Conjuntura ao Comércio, de periodicidade trimestral, cujos resultados têm sido regularmente divulgados como publicação própria e incluídos em resumo no Anuário Estatístico desde 1983. Este Inquérito limita-se, entretanto, a obter informações qualitativas sobre as variações das vendas do sector.

Só a partir de 1990 começaram a ser publicados no Anuário Estatístico e nas Estatísticas das Empresas — Comércio e Outros Serviços dados estatísticos sobre a actividade pròpriamente dita do sector do comércio interno. É uma selecção desses dados que é apresentada no primeiro quadro desta secção.

Ao sector do comércio, é habitual agregar alguns serviços que não é possível classificar como serviços colectivos, sociais, pessoais ou domésticos, nomeadamente os serviços de reparação. Também o tratamento estatístico sistemático deste sub-sector é extremamente recente, mais recente até do que o do sub-sector do comércio pròpriamente dito. De qualquer forma, uma selecção dos dados disponíveis é apresentada no segundo quadro desta secção.

Quadros

5G.1 — Indicadores de actividade do comércio
5G.2 — Indicadores de actividade dos serviços de reparação e similares

Quadro 5G.1 — Indicadores de actividade do comércio

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas das Empresas — Comércio e Outros Serviços.

A — Volume de vendas

Unidade — Milhares de contos.

ano	comércio por grosso	comércio a retalho	comércio de veículos
1990	4 789	3 732	-
1991	5 182	4 442	-
1992	6 027	4 787	-
1993	6 326	4 986	-
1994	6 981	5 465	-
1995	7 231	5 425	-
1996	9 368	5 383	3 963
1997	9 784	5 512	4 363

B — Indicador de actividade

Unidade — Índice base 1995 = 100.

Observação — O índice foi calculado deflacionando o volume de vendas com o índice de preços do quadro 8.1. Para esse efeito, o comércio de veículos foi agregado ao comércio a retalho.

ano	comércio por grosso	comércio a retalho
1990	94	97
1991	91	104
1992	97	103
1993	96	101

ano	comércio por grosso	comércio a retalho
1994	100	105
1995	100	100
1996	126	167
1997	128	173

Quadro 5G.2 — Indicadores de actividade dos serviços de reparação e similares

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas das Empresas — Comércio e Outros Serviços.

Observação — O índice de actividade foi calculado deflacionando o volume de vendas com o índice de preços do quadro 8.1.

ano	reparações		lavandarias e tinturarias	
	volume de vendas milhares de contos	índice base 1995 = 100	volume de vendas milhares de contos	índice base 1995 = 100
1993	226	106	8	88
1994	226	101	10	104
1995	233	100	10	100

SECÇÃO H — HOTELARIA E RESTAURAÇÃO — TURISMO

ANA MARIA SIMÃO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

O fornecimento, fora do contexto de convivências, de alojamento — hotelaria em sentido lato — e de alimentos e bebidas prontos a consumir — restauração em sentido lato — são actividades claramente tradicionais. Porém, só o desenvolvimento da permanência fora do contexto de convivências para fins de lazer — turismo — e sobretudo do turismo de não-residentes levou à produção de informação estatística específica sobre este tipo de actividades.

As fontes de dados estatísticos oficiais para este sector são:

a) O Anuário Estatístico do Instituto Nacional de Estatística. Nesta fonte foram sendo publicados dados estatísticos sobre o turismo desde 1936.

b) As Estatísticas do Turismo do Instituto Nacional de Estatística. Esta fonte existe desde 1969.

c) As Estatísticas das Empresas: comércio e outros serviços do Instituto Nacional de Estatística. A informação publicada nesta fonte já existe desde 1990 em diversas publicações, mas foi apenas agrupada a partir de 1996.

d) As Estatísticas das Empresas: hotéis, restaurantes e agências de viagens e turismo do Instituto Nacional de Estatística. Esta fonte existiu de 1990 a 1995, passando depois a ser integrada na fonte imediatamente acima referida.

e) As folhas de informação rápida do Instituto Nacional de Estatística sobre Viagens Turísticas dos Residentes, com publicação desde 1998 (trimestral), e Actividade Turística, publicado desde 1998 (trimestral).

f) Os Gastos dos Estrangeiros Não Residentes do Instituto Nacional de Estatística com publicação irregular desde 1992.

g) Os Inquérito às Férias dos Portugueses do Instituto Nacional de Estatística, com início em 1988, publicação irregular e cessação em 1994/5.

h) Os Índices de preços turísticos do Instituto Nacional de Estatística, publicados desde 1996 (trimestral).

i) A publicação O turismo em ... da Direcção-Geral do Turismo, publicado anualmente desde 1970.

j) A Análise de Conjuntura da Direcção-Geral do Turismo, com publicação desde 1993 (bimestral).

l) As Férias dos Portugueses em... da Direcção-Geral do Turismo, com publicação desde 1977 (anual).

m) O Turismo Internacional e as Férias dos Portugueses da Direcção-Geral do Turismo, publicado anualmente desde 1996.

n) Os seguintes livros da Direcção-Geral do Turismo: 10 Anos de Inquérito de Fronteira 1979/88 e Inquérito ao Turismo Estrangeiro ....

o) O Boletim Informativo da AHETA (Associação dos Hotéis e Estabelecimentos de Turismo do Algarve), publicado desde 1995 (mensal).

Mais especificamente, segundo os principais temas, temos:

i) Sobre os movimentos turísticos, a Análise de Conjuntura da DGT e as Estatísticas do Turismo do INE.

ii) Sobre as despesas turísticas, a Análise de Conjuntura da DGT e as Estatísticas do Turismo do INE.

iii) Sobre as receitas turísticas, a Análise de Conjuntura da DGT, as Estatísticas do Turismo do INE e O turismo em ... da DGT.

iv) Sobre a caracterização do turismo interno, as Férias dos Portugueses da DGT, as Viagens Turísticas dos residentes do INE, o Inquérito às Férias dos Portugueses do INE e as Estatísticas do Turismo do INE (desde 1987).

v) Sobre o turismo internacional, o Turismo Internacional e as Férias dos Portugueses da DGT e os Gastos dos Estrangeiros Não Residentes do INE.

vi) Sobre as entradas de estrangeiros, o Anuário Estatístico do INE (desde 1936), as Estatísticas do Turismo do INE e O turismo em ... da DGT.

vii) Sobre a capacidade de alojamento, as Estatísticas do Turismo do INE, O turismo em... da DGT e o Anuário Estatístico do INE (desde 1962).

viii) Sobre o movimento de hóspedes, o Anuário Estatístico do INE (desde 1939), as Estatísticas do Turismo do INE e O turismo em ... da DGT.

ix) Sobre as dormidas de hóspedes, o Anuário Estatístico do INE (desde 1939), as Estatísticas do Turismo do INE, O turismo em... da DGT e o Boletim Informativo da AHETA.

x) Sobre o pessoal ao serviço, as Estatísticas do Turismo do INE e o Anuário Estatístico do INE (desde 1966).

xi) Sobre parques de campismo, as Estatísticas do Turismo do INE, o Anuário Estatístico do INE (desde 1965) e O turismo em ... da DGT.

xii) Sobre colónias de férias, O turismo em ... da DGT, as Estatísticas do Turismo do INE e o Anuário Estatístico do INE (desde 1966).

xiii) Sobre o turismo de espaço rural, as Estatísticas do Turismo do INE (desde 1987).

xiv) Sobre as pousadas da juventude, as Estatísticas do Turismo do INE (desde 1997).

xv) Sobre as casas de hóspedes, as Estatísticas do Turismo do INE (entre 1969 e 1988).

xvi) Sobre a taxa de ocupação, o Boletim Informativo da AHETA, as Estatísticas do Turismo do INE e O turismo em ... da DGT.

xvii) Sobre a estadia média, as Estatísticas do Turismo do INE.

xviii) Sobre o investimento, Anuário Estatístico do INE (desde 1966) e as Estatísticas do Turismo do INE.

xix) Sobre termas, O turismo em ... da DGT.

xx) Sobre preços turísticos, os Índices de preços turísticos do INE e a Actividade turística do INE.

xxi) Sobre oferta turística e procura turística, a Actividade turística do INE.

xxii) Sobre restauração, as Estatísticas das Empresas: hotéis, restaurantes e agências de viagens e turismo do INE, publicado entre 1990 e 1995, as Estatísticas das Empresas: comércio e outros serviços do INE, com publicação desde 1996, o Anuário Estatístico do INE (desde 1993 — inquérito anual às empresas) e o Estudo da GIRASIC de 1995, disponibilizado pela ARESP (Associação da Restauração e Similares Portuguesa).

xxiii) Sobre a evolução da actividade turística, as Estatísticas do Turismo do INE (desde 1988).

xxiv) Sobre a análise dos principais resultados do turismo, as Estatísticas do Turismo do INE, apenas desde 1994.

xxv) Sobre receitas e despesas cambiais atribuidas ao turismo, as Estatísticas do Turismo do INE (desde 1990).

Quadros

5H1 — Hotelaria

5H2 — Restauração

5H3 — Turismo

Quadro 5H.1 — Hotelaria

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas do Turismo.

Unidade — Milhares.

A — Dormidas de estrangeiros

ano	dormidas
1939	(a) 206
1940	531
1941	608
1942	501
1943	434
1944	214
1945	242
1946	250
1947	357

ano	dormidas
1948	321
1949	351
1950	429
1951	509
1952	578
1953	612
1954	748
1955	833

ano	dormidas
1956	946
1957	1 023
1958	1 071
1959	1 110
1960	1 246
1961	1 334
1962	1 358
1963	1 850

(a) Só hotéis. Em 1940, o valor com o mesmo âmbito seria 354.

B — Total de dormidas

ano	dormidas
1964	(a) 5 833
1965	(b) 7 027
1966	8 315
1967	8 818
1968	8 709
1969	9 436
1970	10 490
1971	11 369
1972	11 962

ano	dormidas
1973	12 946
1974	10 585
1975	13 267
1976	20 745
1977	22 441
1978	19 553
1979	22 763
1980	24 874
1981	24 427

ano	dormidas
1982	25 462
1983	22 550
1984	22 322
1985	23 968
1986	24 191
1987	24 603
1988	25 317
1989	26 081
1990	27 469

Quadro 5H.1 — Hotelaria (continuação)

ano	dormidas
1991	29 019
1992	27 619
1993	26 727

ano	dormidas
1994	28 843
1995	30 288
1996	30 606

ano	dormidas
1997	30 268
1998	33 160

(a) Não inclui parques de campismo. O valor com o mesmo âmbito em 1965 seria 6 271.

(b) Não inclui colónias de férias. O valor com o mesmo âmbito em 1966 seria 7 567.

Quadro 5H.2 — Restauração

A — Média de refeições diárias no mês de Janeiro

Fonte — Estatísticas das Empresas. Hotéis, Restaurantes, Agências de Viagens e Turismo.

Unidade — Milhares.

Observação — Quando esta fonte passa em 1996 a ser agregada nas Estatísticas das Empresas: comércio e outros serviços do INE perde-se a publicação desta informação.

ano	total	restaurantes (a)	cafés (b)	outros (c)
1993	721	553	150	17
1994	673	554	93	26
1995	761	628	105	28

B — Volume de vendas

Fonte — Até 1995, Anuário Estatístico; a partir de 1996, Estatísticas das Empresas: comércio e outros serviços.

Unidade — Milhares de contos.

ano	total	restaurantes (a)	cafés (b)	outros (c)
1990	348 280	174 837	152 110	21 333
1991	401 783	214 502	165 501	21 779
1992	430 310	236 360	169 935	24 015
1993	453 258	249 567	184 408	19 283
1994	496 448	283 099	190 983	22 366
1995	495 782	280 357	191 922	23 482

Quadro 5H.2 — Restauração (continuação)

ano	total	restaurantes	estabelecimentos de bebidas	cantinas (d)
1996	943 256	454 114	445 043	44 098
1997	915 269	487 919	378 263	49 087

(a) Inclui restaurantes, snack-bars, self-services e similares.

(b) Inclui cafés, bares, cervejarias, casas de chá, pastelarias e confeitarias.

(c) Inclui outros estabelecimentos de comidas e bebidas.

(d) Inclui cantinas e fornecimento de refeições ao domicílio.

Quadro 5H.3 — Turismo

Fontes — De 1936 a 1968, Anuário Estatístico; de 1967 em diante, Estatísticas do Turismo.

Unidade — Milhares.

ano	turistas
1936	51
1937	33
1938	27
1939	28
1940	39
1941	42
1942	32
1943	34
1944	26
1945	28
1946	44
1947	61
1948	54
1949	55
1950	76
1951	87
1952	110
1953	153
1954	165
1955	202
1956	232

ano	turistas
1957	251
1958	264
1959	296
1960	353
1961	380
1962	463
1963	516
1964	1 032
1965	1 505
1966	1 720
1967	* 1 025
1968	1 102
1969	1 185
1970	1 586
1971	1 963
1972	2 173
1973	2 323
1974	1 384
1975	920
1976	958
1977	1 410

ano	turistas
1978	1 681
1979	2 255
1980	2 708
1981	3 021
1982	3 164
1983	3 714
1984	4 119
1985	4 989
1986	5 409
1987	6 102
1988	6 624
1989	7 116
1990	8 020
1991	8 657
1992	8 921
1993	8 434
1994	9 169
1995	9 512
1996	9 730
1997	10 172
1998	11 200

* Até 1966, entradas de estrangeiros, incluindo turistas, excursionistas e em trânsito. A partir de 1967, apenas turistas (isto é, visitantes que permanecem pelo menos uma noite num alojamento no local visitado). O valor para 1967 com o mesmo âmbito de 1966 seria 2 517.

SECÇÃO I — TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Devido à heterogeneidade das informações a considerar nesta secção, ela está dividida em duas sub-secções, uma relativa aos transportes, outra às comunicações.

SUB-SECÇÃO IA — TRANSPORTES

MAGDA PINHEIRO (Centro de Estudos de História Contemporânea Portuguesa — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa)

A aceitarmos, com François Caron, que no período que vai do fim do século XVIII até meados do século XX se sucederam três sistemas técnicos de transportes, o primeiro estender-se-ia até 1840 e seria marcado pela dupla mania das estradas e dos canais. O segundo seria o do caminho-de-ferro utilizando a energia do vapor e o terceiro seria marcado pela expansão da tracção eléctrica no caminho-de-ferro, pelo renascimento das vias fluviais e dos transportes por estrada, sendo estes últimos relacionáveis com a difusão do motor de explosão. Claro está que os progressos da navegação marítima, e mais recentemente do transporte aéreo, foram também muito importantes, tanto no que concerne as deslocações de pessoas, como para o comércio interno e externo dos diferentes países.

Os efeitos a jusante e a montante das vagas de investimentos relacionáveis com estas transformações nos sistemas técnicos de transporte, aparecem-nos como resultando do desenvolvimento científico e de escolhas de política económica, elas próprias tendo como determinantes as pressões, ou constrições, da economia e a crença na sua utilidade e rentabilidade.

Reflexo e condicionante do atraso económico português, o volume de mercadorias e passageiros transportado no país foi, quando comparado com o dos outros países europeus ao longo destes três períodos, medíocre. A pequena circulação de mercadorias e pessoas foi, no período que antecede 1850, considerada um reflexo da carência de investimentos no sector.

Os estados continentais da Europa não esperaram pela era do caminho-de-ferro para encetarem uma política de construção de estradas e canais. A geografia dos transportes na Europa pré-ferroviária foi fortemente condicionada por condições naturais e por heranças plurisseculares, mas a maior ou menor importância dos esforços de investimento realizados no 'século das Luzes' e na primeira metade do século XIX para desenvolver um sistema de trocas coerente foi um elemento determinante [1].

Se a importância da costa marítima, a presença das duas maiores cidades na embocadura dos dois rios mais navegáveis e o forte relevo interior foram condicionantes naturais e históricas de peso, a longa transição financeira do Estado, ao impedir por muitos anos o investimento, teve

[1] Caron, François — L'évolution des transports terrestres en Europe. 10th International Economic History Congress — Debates and controversies in economic history, Leuven: 1990, pág. 85.

também um papel determinante no atraso da construção de vias de comunicação terrestre no país [2].

Portugal, que encetou com grande atraso a construção das suas vias férreas, fê-lo para ultrapassar um atraso e não para fazer face a estrangulamentos verificados em meios de transporte em evolução, como aconteceu nos países centrais da Europa. O facto de o novo meio de transporte ter de criar o seu tráfico dificultou a sua rentabilização e tornou problemáticos novos investimentos. A fraca procura foi, de forma permanente, um dos elementos do atraso deste sector no país.

Sector com forte influência estatal, desde o século XIX, deveria ser dos mais cobertos por dados estatísticos fiáveis. O atraso, porém, também aqui se encontra mau grado os relatórios de engenheiros e ministros. Com efeito, as estatísticas não são documentos inocentes. Publicadas e compiladas, até muito tarde, quase exclusivamente pelo Estado, elas seguem as suas vicissitudes. A instabilidade política ou social traduzir-se-á em interrupções na compilação e publicação de dados. Pressupostos de índole económica, política, ou social, que presidem à sua produção, determinam alterações de compilação e apresentação que dificultam a constituição de séries com dados comparáveis.

As alterações institucionais têm também incidência sobre as estatísticas. Se as carreiras de transporte rodoviário intra-urbano são consideradas separadamente, a elevação de uma vila a cidade em termos legais fará mudar os números sem que a realidade apresente uma grande alteração. O crescimento dos transportes urbanos tem assim uma expressão estatística difícil. Convém, porém, não esquecer que, em 1970, 47% do total do tráfico de passageiros na CP era suburbano e que em 1990 essa quota subiu para 62% [3].

Realidades em mutação acelerada complicam necessariamente o trabalho dos técnicos apostados em traduzir em números as transformações. Para o historiador as dificuldades crescem, já que as opções se fazem no sentido de abandonar certas informações para introduzir outras. A entrada de Portugal na CEE, ao determinar mutações de política económica e classificação da informação, teve grandes consequências nas nossas séries.

Os povos suspeitaram da estatística pela sua associação à fiscalidade e a relação existe em muitos casos. Um elemento aparecerá quando gulosamente o governo pensar em extrair dele rendimento. Desaparecerá quando deixar de representar uma fonte fiscal apetecível. O subsídio,

---

[2] Sobre o tema, ver o artigo de Maria Fernanda Alegria, “Análise geográfica do transporte de mercadorias nos caminhos-de-ferro portugueses no século XIX”, Análise Social, 101-102, 1988, e, da mesma autora, A organização dos transportes em Portugal (1850-1910) — as vias e o tráfego, 1987.

[3] Oliveira Martins, João Maria — A questão ferroviária. Lisboa: 1996.

através de garantia de juro aos investimentos realizados, foi muitas vezes contabilizado através dos quilómetros de via férrea construídos. As discrepâncias aparecerão entre os números correspondentes aos caminho-de-ferro abertos à circulação até 31 de Dezembro e o número médio de quilómetros construídos no ano.

Todos estes factores complicaram o nosso trabalho de compilação. Procurámos dados que permitissem comparações longas. Em certos casos tivemos de optar por dados referentes ao Continente e noutros, para ultrapassar absurdas alterações de apresentação, fomos obrigados a proceder a algumas simples somas. No que concerne os caminho-de-ferro construídos até 1877, utilizámos as autorizações de abertura à circulação para construir a série.

Muitas vezes encontrámos pequenas diferenças entre diversas fontes. Sempre que encontrámos discrepâncias, entre autores ou fontes, optámos pelos dados que permitiam obter séries mais longas e homogéneas. Esta opção significa de forma genérica escolher os dados dos Anuários Estatísticos de Portugal e de um ou outro relatório departamental. O próprio anuário contém correcções de dados passados. Penso que as teremos integrado.

Bibliografia

— Anuários Estatísticos de Portugal, 1875, 1884, 1885, 1886, 1892 a 1991.

— Elementos estatísticos dos caminhos de ferro, 1887-1902, Lisboa, 1904.

— Elementos estatísticos dos caminhos de ferro, 1887-1903, Lisboa, 1905.

— Estatísticas dos Transportes do Continente e Ilhas, 1970 a 1991, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

— Estatísticas dos Transportes e do Trânsito, Direcção Geral dos Transportes Terrestres, 1951-55 a 1968.

— Gazeta dos caminhos de ferro de Portugal e Espanha, 1904 a 1916.

— Pimentel, Frederico de Serpa — A Influencia da Viação na Riqueza Publica. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

— Relatórios da Direcção Fiscal dos Caminhos de Ferro, 1901. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904.

— Relatórios da Direcção Geral dos Serviços de Viação. Lisboa: Imprensa Nacional, 1937 e 1938.

— Resumos Estatísticos dos Caminhos de Ferro. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.

Quadros

5IA.1 — Estradas
5IA.2 — Meios de transporte rodoviário
5IA.3 — Transportes públicos rodoviários
5IA.4 — Caminhos-de-ferro
5IA.5 — Movimento dos portos
5IA.6 — Marinha mercante e sua actividade
5IA.7 — Movimento dos aeroportos
5IA.8 — Actividade das companhias aéreas
5IA.9 — Transportes urbanos

Quadro 5IA.1 — Estradas

Fonte — De 1852 a 1883, Pimentel, 1891; de 1884 a 1969, Anuário Estatístico; de 1970 a 1975, Estatísticas dos Transportes; a partir de 1976, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

Unidade — km.

Área geográfica de referência — De 1884 a 1903, Portugal, com excepção dos dados relativos às estradas municipais entre 1897 e 1900, os quais se referem ao Continente. De 1915 a 1952, Continente. De 1953 a 1980, Portugal. A partir de 1981, Continente, com excepção dos dados relativos às estradas municipais entre 1988 e 1993, os quais se referem a Portugal. Os dados referidos ao Continente estão precedidos de um asterisco.

Observações:

Total — A coluna apenas está preenchida quando se dispõe do total das estradas de todas as categorias para Portugal.

Auto-estradas — Trata-se de uma parcela das estradas nacionais, definida de acordo com as classificações oficiais.

Vias rápidas — Trata-se de uma parcela das estradas nacionais, definida de acordo com as classificações oficiais.

Estradas europeias — Trata-se de uma parcela das estradas nacionais, definida de acordo com as classificações oficiais.

Estradas nacionais — Inclui as estradas classificadas como reais, distritais e nacionais.

Estradas municipais — Inclui as estradas classificadas como municipais.

ano	total	auto--estradas	vias rápidas	estradas europeias	estradas nacionais	estradas municipais
1852	218	-	-	-	?	?
1853	437	-	-	-	?	?
1854	562	-	-	-	?	?
1855	713	-	-	-	?	?
1856	838	-	-	-	?	?
1857	983	-	-	-	?	?
1858	1 107	-	-	-	?	?

Quadro 5IA.1 — Estradas (continuação)

ano	total	auto--estradas	vias rápidas	estradas europeias	estradas nacionais	estradas municipais
1859	1 240	-	-	-	?	?
1860	1 350	-	-	-	?	?
1861	1 464	-	-	-	?	?
1862	1 636	-	-	-	?	?
1863	1 859	-	-	-	?	?
1864	2 092	-	-	-	?	?
1865	2 195	-	-	-	?	?
1866	2 431	-	-	-	?	?
1867	2 681	-	-	-	?	?
1868	2 863	-	-	-	?	?
1869	3 084	-	-	-	?	?
1870	3 223	-	-	-	?	?
1871	3 395	-	-	-	?	?
1872	3 505	-	-	-	?	?
1873	3 679	-	-	-	?	?
1874	3 884	-	-	-	?	?
1875	4 083	-	-	-	?	?
1876	4 258	-	-	-	?	?
1877	4 449	-	-	-	?	?
1878	4 558	-	-	-	?	?
1879	4 745	-	-	-	?	?
...						
1881	7 684	-	-	-	?	?
1882	8 280	-	-	-	?	?
1883	8 797	-	-	-	?	?
1884	9 708	-	-	-	7 177	2 531
1885	10 301	-	-	-	7 586	2 715
1886	10 897	-	-	-	7 985	2 913
1887	10 968	-	-	-	8 161	2 787
1888	11 214	-	-	-	8 380	2 834
1889	11 578	-	-	-	8 942	2 636
1890	11 870	-	-	-	9 138	2 732

Quadro 5IA.1 — Estradas (continuação)

ano	total	auto--estradas	vias rápidas	estradas europeias	estradas nacionais	estradas municipais
1891	12 116	-	-	-	9 270	2 846
1892	12 494	-	-	-	9 567	2 927
1893	12 932	-	-	-	9 930	3 002
1894	13 287	-	-	-	10 223	3 064
1895	13 497	-	-	-	10 381	3 116
1896	13 797	-	-	-	10 571	3 226
1897	?	-	-	-	10 782	* 3 171
1898	?	-	-	-	10 911	* 3 275
1899	?	-	-	-	10 987	* 3 461
1900	?	-	-	-	11 104	* 3 646
1901	15 615	-	-	-	11 234	4 381
1902	15 767	-	-	-	11 337	4 429
1903	16 039	-	-	-	11 541	4 498
...						
1915	?	-	-	-	* 12 332	?
1916	?	-	-	-	* 12 695	?
1917	?	-	-	-	* 12 807	?
1918	?	-	-	-	* 12 993	?
1919	?	-	-	-	* 13 053	?
1920	?	-	-	-	* 13 178	?
1921	?	-	-	-	* 13 229	?
1922	?	-	-	-	* 13 292	?
1923	?	-	-	-	* 13 314	?
1924	?	-	-	-	* 13 328	?
1925	?	-	-	-	* 13 388	?
1926	?	-	-	-	* 13 391	?
1927	?	-	-	-	* 13 401	?
1928	?	-	-	-	* 13 436	?
1929	?	-	-	-	* 13 500	?
1930	?	-	-	-	* 14 045	?
1931	?	-	-	-	* 14 304	?
1932	?	-	-	-	* 14 392	?

Quadro 5IA.1 — Estradas (continuação)

ano	total	auto--estradas	vias rápidas	estradas europeias	estradas nacionais	estradas municipais
1933	?	-	-	-	* 13 969	?
1934	?	-	-	-	* 14 154	?
1935	?	-	-	-	* 14 182	* 9 231
1936	?	-	-	-	* 14 214	* 8 748
1937	?	-	-	-	* 14 263	* 7 864
1938	?	-	-	-	* 14 360	* 7 923
1939	?	-	-	-	* 14 579	* 9 415
1940	?	-	-	-	* 14 611	* 9 543
1941	?	-	-	-	* 14 745	* 8 347
1942	?	-	-	-	* 14 787	* 8 447
1943	?	-	-	-	* 14 915	* 8 811
1944	?	-	-	-	* 15 018	* 8 958
1945	?	-	-	-	* 15 149	* 9 010
1946	?	-	-	-	* 16 200	* 9 047
1947	?	?	-	-	* 16 500	* 9 121
1948	?	?	-	-	* 16 630	* 9 261
1949	?	?	-	-	* 16 661	* 9 411
1950	?	?	-	-	* 16 746	* 9 446
1951	?	?	-	-	* 16 884	* 9 504
1952	?	?	-	-	* 16 929	* 9 555
1953	?	?	-	-	18 335	?
1954	29 779	?	-	-	18 428	11 351
1955	30 047	?	-	-	18 621	11 426
1956	30 199	?	-	-	18 670	11 529
1957	30 437	?	-	-	18 797	11 641
1958	30 628	?	-	-	18 906	11 722
1959	28 912	?	-	-	19 016	9 869
1960	29 684	?	-	-	19 170	10 514
1961	29 967	?	-	-	19 145	10 822
1962	30 409	?	-	-	19 196	11 213
1963	30 776	?	-	-	19 237	11 539
1964	31 106	?	-	-	19 232	11 874

Quadro 5IA.1 — Estradas (continuação)

ano	total	auto--estradas	vias rápidas	estradas europeias	estradas nacionais	estradas municipais
1965	31 523	?	-	-	19 428	12 095
1966	31 382	?	-	-	19 520	11 862
1967	31 582	?	-	-	19 557	12 028
1968	32 046	?	-	-	19 795	12 251
1969	32 109	?	-	-	19 651	12 458
1970	32 337	?	-	-	19 661	12 676
1971	32 674	?	-	-	19 690	12 984
1972	33 003	?	-	-	19 746	13 257
1973	33 915	?	-	-	19 838	14 077
1974	34 085	?	-	-	19 831	14 254
1975	34 064	?	-	-	20 215	13 849
1976	34 288	?	-	-	20 128	14 160
1977	34 682	74	25	1245	20 246	14 436
1978	35 812	74	25	1235	20 306	15 506
1979	36 085	74	25	1430	20 361	15 724
1980	36 162	132	54	1430	20 437	15 724
1981	?	* 132	* 66	*1407	* 18 793	?
1982	?	* 169	* 44	*1411	* 18 849	?
1983	?	* 169	* 44	*1411	* 18 882	?
1984	?	* 195	* 41	*1382	* 18 864	?
1985	?	* 196	* 37	*2451	* 18 815	?
1986	?	* 196	* 45	?	* 18 879	?
1987	?	* 215	* 598	* 2 109	* 9 961	?
1988	?	* 223	* 598	* 2 109	* 9 342	19 325
1989	?	* 258	* 560	* 2 044	* 9 330	26 375
1990	?	* 318	* 547	* 2 047	* 9 514	28 233
1991	?	* 454	* 590	* 2 044	* 9 643	29 565
1992	?	* 519	* 590	* 2 045	* 9 628	33 303
1993	?	* 579	* 680	* 2 037	* 9 648	35 880
1994	?	* 587	* 685	* 2 045	* 9 678	?
1995	?	* 687	* 844	* 2 378	* 9 742	?
1996	?	* 710	* 709	* 2 382	* 9 742	?

Quadro 5IA.2 — Meios de transporte rodoviário

Fonte:

a) Para os animais e veículos não motorizados: de 1920 a 1966, Anuário Estatístico; de 1967 a 1974, Estatísticas dos Transportes; a partir de 1975, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

b) Para os veículos motorizados: de 1920 a 1968, Anuário Estatístico; de 1969 a 1975, Estatísticas dos Transportes; a partir de 1976, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

Unidade — Milhares.

Área geográfica de referência:

a) Para os animais e veículos não motorizados: de 1920 a 1940, Portugal, a partir de 1941, Continente.

b) Para os veículos motorizados: Portugal.

Os dados referidos ao Continente estão precedidos de um asterisco.

Observação — Os valores da coluna 'automóveis' incluem os motociclos até 1929.

ano	animais	tracção animal	bicicletas	motociclos	automóveis	dos quais ligeiros	reboques	tractores
...								
1920	?	107	7	?	5	?	?	?
1921	?	119	9	?	6	?	?	?
1922	?	119	10	?	6	5	?	?
1923	?	134	12	?	7	6	?	?
1924	?	148	11	?	8	7	?	?
1925	?	147	15	?	11	9	?	?
1926	?	152	18	?	14	12	?	?
1927	?	150	23	?	16	13	?	?
1928	?	129	17	?	20	16	?	?
1929	?	164	29	?	24	20	?	?
1930	?	155	32	?	?	?	?	?
1931	?	148	36	4	34	25	?	?
1932	?	142	36	4	33	24	?	?
1933	?	134	38	4	34	25	?	?

Quadro 5IA.2 — Meios de transporte rodoviário (continuação)

ano	animais	tracção animal	bicicletas	motociclos	automóveis	dos quais ligeiros	reboques	tractores
1934	?	147	47	4	38	28	?	?
1935	?	145	50	4	41	31	?	?
1936	41	146	54	4	44	33	?	?
1937	40	144	65	5	47	36	?	?
1938	?	129	80	5	50	38	?	?
1939	?	133	93	5	50	39	?	?
1940	?	133	108	5	61	?	?	?
1941	?	* 136	* 118	5	62	?	?	?
1942	?	* 156	* 130	5	52	?	?	?
1943	* 56	* 146	* 141	4	48	?	?	?
1944	* 49	* 139	* 142	4	47	?	?	?
1945	* 50	* 164	* 153	5	47	36	?	?
1946	* 50	* 148	* 161	5	45	34	?	?
1947	* 49	* 145	* 177	6	62	47	?	0
1948	* 55	* 144	* 215	5	76	59	?	0
1949	* 58	* 213	* 238	6	86	68	?	0
1950	* 57	* 167	* 258	7	92	73	?	0
1951	* 54	* 153	* 276	7	100	81	?	2
1952	* 53	* 147	* 289	9	107	87	?	2
1953	* 52	* 149	* 317	10	119	96	?	3
1954	* 47	* 143	* 341	13	131	107	?	4
1955	* 52	* 146	* 369	18	144	121	?	4
1956	* 50	* 150	* 369	22	158	134	?	5
1957	* 51	* 149	* 402	24	171	146	?	6
1958	* 52	* 146	* 424	25	189	163	?	7
1959	* 48	* 141	* 446	26	206	180	4	9
1960	* 45	* 141	* 459	27	221	194	5	10
1961	* 44	* 130	* 462	27	236	208	7	12
1962	* 38	* 129	* 484	27	254	226	8	13
1963	* 37	* 127	* 489	38	327	?	9	14
1964	* 38	* 119	* 508	40	350	?	11	16
1965	* 35	* 120	* 499	42	391	?	12	18

Quadro 5IA.2 — Meios de transporte rodoviário (continuação)

ano	animais	tracção animal	bicicletas	motociclos	automóveis	dos quais ligeiros	reboques	tractores
1966	* 31	* 113	* 487	45	435	?	15	22
1967	* 30	* 116	* 497	49	481	?	18	25
1968	* 29	* 106	* 522	53	534	?	22	28
1969	* 27	*104	* 520	57	602	?	27	33
1970	* 25	* 96	?	60	674	?	31	38
1971	?	?	?	64	757	?	36	42
1972	?	?	?	68	852	?	40	46
1973	?	?	?	72	948	?	45	50
1974	?	?	?	76	1 052	?	52	55
1975	?	?	?	81	1 151	?	58	60
1976	?	?	?	88	1 270	?	66	69
1977	?	?	?	90	1 377	?	77	82
1978	?	?	?	92	1 457	?	88	90
1979	?	?	?	94	1 540	?	99	98
1980	?	?	?	96	1 643	?	111	110
1981	?	?	?	97	1 773	?	122	121
1982	?	?	?	100	1 909	?	134	129
1983	?	?	?	102	2 025	?	145	136
1984	?	?	?	103	2 128	?	154	141
1985	?	?	?	105	2 252	?	163	147
1986	?	?	?	109	2 394	?	172	154
1987	?	?	?	115	2 571	?	184	166
1988	?	?	?	121	2 839	?	197	177
1989	?	?	?	127	3 099	?	209	187
1990	?	?	?	135	3 381	?	223	197
1991	?	?	?	145	3 671	?	234	206
1992	?	?	?	162	4 029	?	246	213
1993	?	?	?	180	4 360	?	258	220
1994	?	?	?	195	4 706	?	268	226
1995	?	?	?	219	4 984	?	280	233
1996	?	?	?	244	5 309	?	291	243

Quadro 5IA.3 — Transportes públicos rodoviários

Fonte — De 1930 a 1969, Anuário Estatístico; de 1970 a 1975, Estatísticas dos Transportes; de 1976 a 1991, Estatísticas dos Transportes e Comunicações; a partir de 1992, Anuário Estatístico.

Área geográfica de referência: Continente.

Observação — Os valores assinalados com asterisco não incluem o tráfego da Rodoviária Nacional.

ano	quilómetros servidos	veículos utilizados	passageiros milhões	passageiros x km milhões
...				
1930	7 963	?	?	?
1931	9 198	?	?	?
1932	8 262	?	?	?
1933	8 234	?	?	?
1934	8 770	1 177	?	?
1935	9 817	1 300	11	175
1936	10 206	1 387	13	205
1937	10 666	1 412	14	228
1938	10 663	1 485	20	366
1939	11 043	1 477	22	391
1940	11 749	1 451	22	410
1941	11 992	1 485	23	435
1942	12 051	1 439	18	369
1943	12 044	1 382	17	326
1944	12 311	1 372	18	363
1945	12 333	1 398	19	363
1946	12 327	1 413	22	400
1947	12 308	1 469	24	448
1948	12 245	1 668	27	497
1949	12 199	1 809	30	529
1950	12 783	1 876	31	526

Quadro 5IA.3 — Transportes públicos rodoviários (continuação)

ano	quilómetros servidos	veículos utilizados	passageiros milhões	passageiros x km milhões
1951	13 682	1 829	35	570
1952	14 587	1 950	39	606
1953	16 284	2 070	43	650
1954	17 070	2 205	51	717
1955	17 837	2 318	57	775
1956	18 659	2 450	64	784
1957	19 086	2 555	70	849
1958	19 560	2 628	82	946
1959	19 843	2 669	89	954
1960	20 063	2 717	89	975
1961	20 251	2 786	95	1 009
1962	20 462	2 807	97	1 036
1963	20 639	2 862	101	1 054
1964	21 092	2 960	107	1 077
1965	21 509	3 131	104	1 125
1966	21 759	3 341	112	1 192
1967	22 294	3 549	134	1 334
1968	22 780	3 741	148	1 442
1969	23 726	3 739	216	2 022
1970	25 035	3 966	253	2 267
1971	25 567	4 179	284	2 416
1972	26 036	4 318	303	2 577
1973	26 253	4 466	319	2 759
1974	26 634	4 698	326	2 936
1975	27 237	4 690	354	3 025
1976	27 637	4 676	354	3 088
1977	28 454	4 122	279	2 616
1978	29 109	* 2 607	449	* 1 599
1979	29 646	* 2 554	500	* 1 680
1980	30 072	* 2 587	518	* 1 732
1981	30 313	* 2 580	517	* 1 741
1982	30 763	* 2 920	* 195	* 2 012

Quadro 5IA.3 — Transportes públicos rodoviários (continuação)

ano	quilómetros servidos	veículos utilizados	passageiros milhões	passageiros x km milhões
1983	31 003	* 2 762	* 179	* 1 837
1984	31 980	* 2 860	* 176	* 1 814
1985	32 702	5 454	503	4 414
1986	?	?	?	?
1987	35 043	?	?	?
1988	36 196	?	?	?
1989	36 823	?	?	?
1990	37 585	?	?	?
1991	41 256	?	?	?
1992	44 353	?	614	11 967
1993	50 206	?	632	10 080
1994	58 707	?	600	9 683
1995	?	?	562	9 086
1996	?	?	568	8 982

Quadro 5IA.4 — Caminhos-de-ferro

Fonte — De 1856 a 1876, autorizações de abertura à circulação; de 1877 a 1904, Elementos Estatísticos dos Caminhos-de-Ferro; para 1910, Gazeta dos Caminhos-de-Ferro; de 1914 a 1969, Anuário Estatístico; de 1970 a 1975, Estatísticas dos Transportes; a partir de 1976, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

Observação — A área geográfica de referência é o Continente, porque nunca existiram caminhos-de-ferro na Madeira e nos Açores.

ano	linhas km	passageiros milhões	passageiros x km milhões	mercadorias 10^3 t	toneladas x km milhões
1856	36	0,3	?	?	?
1857	50	0,4	?	?	?
1858	60	?	?	?	?
1859	68	?	?	?	?
1860	68	?	?	?	?
1861	132	?	?	?	?
1862	144	?	?	?	?
1863	399	?	?	?	?
1864	691	?	?	?	?
1865	694	?	?	?	?
1866	701	?	?	?	?
1867	711	?	?	?	?
1868	714	?	?	181	?
1869	714	?	?	227	?
1870	719	1	?	278	?
1871	766	1	?	297	?
1872	791	1	?	338	?
1873	819	1	?	?	?
1874	819	?	?	?	?
1875	911	?	?	?	?
1876	933	?	?	?	?
1877	952	2	?	467	?
1878	1 014	2	?	458	?

Quadro 5IA.4 — Caminhos-de-ferro (continuação)

ano	linhas km	passageiros milhões	passageiros x km milhões	mercadorias 10^3 t	toneladas x km milhões
1879	1 099	2	?	544	?
1880	1 177	2	?	649	?
1881	1 234	2	?	732	?
1882	1 356	2	?	839	?
1883	1 486	2	?	844	?
1884	1 525	3	?	889	?
1885	1 529	3	?	962	?
1886	1 530	3	?	1 050	?
1887	1 689	4	?	1 102	?
1888	1 875	4	?	1 316	?
1889	1 996	5	?	1 561	?
1890	2 071	6	?	2 316	?
1891	2 175	6	?	1 977	?
1892	2 288	6	?	1 568	?
1893	2 323	6	?	1 482	?
1894	2 342	7	?	1 564	?
1895	2 343	7	?	1 725	?
1896	2 344	8	?	1 899	?
1897	2 347	10	?	1 954	?
1898	2 346	11	?	2 035	?
1899	2 346	11	?	2 431	?
1900	2 356	12	?	2 706	?
1901	2 359	13	?	2 831	?
1902	2 381	13	?	3 445	?
1903	2 389	14	?	3 752	?
1904	2 483	14	?	3 773	?
...					
1910	2 898	17	?	5 148	?
...					
1914	3 115	19	?	5 809	?
1915	3 149	20	?	5 881	?
1916	3 161	22	?	6 551	?

Quadro 5IA.4 — Caminhos-de-ferro (continuação)

ano	linhas km	passageiros milhões	passageiros x km milhões	mercadorias 10^3 t	toneladas x km milhões
1917	3 185	18	?	5 996	?
1918	3 207	17	?	5 547	?
1919	3 220	19	?	4 597	?
1920	3 268	23	?	4 952	?
1921	3 269	24	?	5 749	?
1922	2 461	27	?	6 966	?
1923	2 412	27	?	6 483	?
1924	2 412	25	?	6 714	?
1925	2 412	27	?	5 648	?
1926	?	?	?	?	?
1927	3 367	30	?	5 959	?
1928	3 370	33	?	7 022	?
1929	3 380	33	?	7 347	?
1930	3 424	33	?	8 084	?
1931	3 424	30	?	6 649	?
1932	3 459	28	?	7 038	?
1933	3 459	28	?	7 182	?
1934	3 474	30	?	7 757	?
1935	3 475	25	?	4 076	?
1936	3 491	26	848	4 258	588
1937	3 521	26	742	4 197	586
1938	3 581	31	714	6 178	522
1939	3 582	31	705	6 869	591
1940	3 586	32	768	7 507	611
1941	3 586	25	738	4 464	657
1942	3 586	29	891	5 040	710
1943	3 586	34	1 274	5 132	711
1944	3 586	39	1 418	5 300	729
1945	3 584	42	1 233	5 199	688
1946	3 584	45	1 318	5 712	784
1947	3 561	68	1 677	4 599	733
1948	3 561	69	1 699	4 076	644

Quadro 5IA.4 — Caminhos-de-ferro (continuação)

ano	linhas km	passageiros milhões	passageiros x km milhões	mercadorias 10^3 t	toneladas x km milhões
1949	3 589	62	1 476	3 609	569
1950	3 589	44	1 062	3 344	571
1951	3 589	57	1 443	3 512	585
1952	3 597	62	1 551	3 795	678
1953	3 597	64	1 574	3 536	642
1954	3 597	67	1 628	3 708	685
1955	3 597	70	1 673	3 889	723
1956	3 597	72	1 715	4 011	761
1957	3 597	78	1 840	3 987	773
1958	3 597	85	1 933	3 771	738
1959	3 597	92	2 037	3 768	751
1960	3 597	99	2 156	3 730	762
1961	3 597	104	2 307	3 673	736
1962	3 597	108	2 439	3 664	730
1963	3 597	114	2 606	3 825	766
1964	3 597	120	2 780	3 803	763
1965	3 597	127	2 970	3 721	755
1966	3 592	132	3 125	3 302	677
1967	3 592	138	3 266	3 434	727
1968	3 592	142	3 309	3 609	771
1969	3 592	145	3 441	3 519	737
1970	3 563	145	3 546	3 953	777
1971	3 563	146	3 569	4 021	813
1972	3 563	154	3 761	4 119	797
1973	3 563	166	4 106	4 344	819
1974	3 563	179	4 552	4 198	867
1975	3 563	183	4 856	3 331	754
1976	3 591	192	5 235	3 432	855
1977	3 592	196	5 235	3 663	885
1978	3 588	205	5 514	3 861	933
1979	3 588	211	5 635	3 378	872
1980	3 588	224	6 077	3 736	1 001

Quadro 5IA.4 — Caminhos-de-ferro (continuação)

ano	linhas km	passageiros milhões	passageiros x km milhões	mercadorias 10^3 t	toneladas x km milhões
1981	3 611	213	5 856	3 672	1 003
1982	3 616	211	5 414	3 944	1 060
1983	3 614	208	5 195	4 474	1 044
1984	3 614	215	5 456	5 480	1 239
1985	3 607	222	5 725	5 262	1 306
1986	3 607	224	5 803	5 939	1 448
1987	3 607	228	5 907	6 425	1 615
1988	3 126	231	6 036	6 598	1 708
1989	3 216	229	5 908	6 980	1 719
1990	3 601	226	5 664	6 683	1 588
1991	3 117	224	5 692	7 724	1 784
1992	3 054	225	5 694	7 981	1 867
1993	3 063	209	5 397	7 852	1 786
1994	3 070	201	5 149	7 961	1 826
1995	3 065	188	4 840	9 610	2 342
1996	3 071	177	4 503	9 064	2 178

Quadro 5IA.5 — Movimento dos portos

Fonte — Para 1861 e de 1865 a 1920, estatísticas do comércio externo e da navegação; de 1921 a 1969, Anuário Estatístico; de 1970 a 1975, Estatísticas dos Transportes; a partir de 1976, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

Observações:

1 — Os dados relativos ao movimento de navios referem-se à totalidade dos portos, excepto entre 1921 e 1924 (valores precedidos de asterisco), anos em que se referem apenas ao porto de Lisboa. Em 1925, entraram no porto de Lisboa 4 373 navios com 9 611 milhares de toneladas de arqueação bruta. A partir de 1989, os dados relativos ao movimento de navios referem-se apenas a navios a motor. Em 1988, entraram nos portos portugueses 13 528 navios a motor com 73 570 milhares de toneladas de arqueação bruta.

2 — Os dados relativos ao movimento de mercadorias referem-se:

a) De 1921 a 1961, apenas ao porto de Lisboa (valores precedidos de asterisco). Em 1920, foram carregadas 267 X 10^3 t e descarregadas 704 X 10^3 t nesse porto. Em 1962, foram carregadas 3 142 X 10^3 t e descarregadas 4 747 X 10^3 t nesse porto.

b) De 1962 a 1964, apenas aos portos de Lisboa, Douro e Leixões (valores precedidos de asterisco). Em 1966 (não há dados para 1965), foram carregadas 4 887 X 10^3 t e descarregadas 9 301 X 10^3 t nesses portos.

c) De 1966 a 1970, apenas aos portos de Lisboa, Douro, Leixões e Setúbal (valores precedidos de asterisco). Em 1971, foram carregadas 5 181 X 10^3 t e descarregadas 11 672 X 10^3 t nesses portos.

d) De 1971 a 1977, apenas aos portos do Continente, a saber, Lisboa, Douro, Leixões, Setúbal, Viana do Castelo, Aveiro, Figueira da Foz, Portimão, Faro/Olhão e Vila Real de Santo António, ao porto do Funchal na Madeira, ao porto de Angra do Heroísmo na Terceira e ao porto de Ponta Delgada em São Miguel.

e) De 1905 a 1920 e a partir de 1978, à totalidade dos portos, isto é, além dos portos mencionados na alínea anterior, ao porto de Sines no Continente e aos portos da Horta no Faial, de Praia e Santa Cruz na Graciosa e de Calheta e Velas em São Jorge, com as seguintes lacunas:

— em 1979, não há dados para o porto de Ponta Delgada;

— em 1982 e 1984, não há dados para o porto da Calheta;

— em 1983, não há dados para os portos da Calheta e do Funchal;

— em 1985, não há dados para os portos da Calheta e de Ponta Delgada;

— em 1986, só há dados para os portos do Continente;

Quadro 5IA.5 — Movimento dos portos (continuação)

— em 1987, não há dados para os portos da Horta, da Praia, de Santa Cruz, da Calheta e de Velas.

3 — Os dados relativos ao movimento de passageiros referem-se à totalidade dos portos.

4 — tab = toneladas de arqueação bruta. 1 tonelada de arqueação bruta = 2,832 m^3.

ano	navios entrados	navios entrados 10^3 tab	mercadorias carregadas 10^3 t	mercadorias descarreg. 10^3 t	passageiros embarc. milhares	passageiros desembarc. milhares	passageiros em trânsito milhares
...							
1861	10 214	1 009	?	?	?	?	?
...							
1865	9 404	1 033	?	?	?	?	?
1866	10 205	1 357	?	?	?	?	?
1867	10 000	1 121	?	?	?	?	?
1868	9 299	1 222	?	?	?	?	?
1869	10 127	1 380	?	?	?	?	?
1870	10 009	1 625	?	?	?	?	?
1871	10 077	1 961	?	?	?	?	?
1872	10 867	2 358	?	?	?	?	?
1873	11 117	2 744	?	?	?	?	?
1874	11 452	2 764	?	?	?	?	?
1875	11 638	3 005	?	?	?	?	?
1876	10 665	2 869	?	?	?	?	?
1877	10 637	3 034	?	?	?	?	?
1878	10 434	3 138	?	?	?	?	?
1879	10 397	3 403	?	?	?	?	?
1880	10 480	3 546	?	?	?	?	?
1881	10 533	3 526	?	?	?	?	?
1882	11 325	3 802	?	?	?	?	?
1883	11 200	4 207	?	?	?	?	?
1884	11 803	4 502	?	?	?	?	?
1885	10 920	4 353	?	?	?	?	?
1886	11 323	4 398	?	?	?	?	?
1887	11 833	4 701	?	?	?	?	?

Quadro 5IA.5 — Movimento dos portos (continuação)

ano	navios entrados	navios entrados 10^3 tab	mercadorias carregadas 10^3 t	mercadorias descarreg. 10^3 t	passageiros embarc. milhares	passageiros desembarc. milhares	passageiros em trânsito milhares
1888	11 725	4 838	?	?	?	?	?
1889	12 043	5 989	?	?	?	?	?
1890	11 449	6 294	?	?	?	?	?
1891	11 134	6 558	?	?	?	?	?
1892	10 479	6 628	?	?	?	?	?
1893	10 324	7 028	?	?	?	?	?
1894	10 623	7 204	?	?	?	?	?
1895	10 330	7 414	?	?	?	?	?
1896	10 323	8 511	?	?	?	?	?
1897	10 413	9 249	?	?	?	?	?
1898	10 834	10 286	?	?	?	?	?
1899	9 812	9 779	?	?	?	?	?
1900	10 437	11 284	?	?	?	?	?
1901	10 657	11 737	?	?	?	?	?
1902	11 264	13 074	?	?	?	?	?
1903	10 932	14 043	?	?	?	?	?
1904	10 693	13 956	?	?	?	?	?
1905	10 746	14 798	1 172	1 954	?	?	?
1906	11 244	16 480	1 287	2 062	?	?	?
1907	11 145	18 006	1 284	2 109	?	?	?
1908	11 045	19 355	1 269	2 234	?	?	?
1909	10 794	20 092	1 310	2 279	?	?	?
1910	11 559	20 596	1 384	2 300	?	?	?
1911	10 370	19 154	1 335	2 239	?	?	?
1912	11 134	23 197	1 418	2 614	?	?	?
1913	10 638	24 568	1 547	2 810	?	?	?
1914	9 107	20 505	1 329	2 345	?	?	?
1915	7 555	13 046	1 305	1 968	?	?	?
1916	7 284	9 778	1 367	1 952	?	?	?
1917	5 860	4 907	757	931	?	?	?
1918	5 566	3 286	584	604	?	?	?

Quadro 5IA.5 — Movimento dos portos (continuação)

ano	navios entrados	navios entrados 10^3 tab	mercadorias carregadas 10^3 t	mercadorias descarreg. 10^3 t	passageiros embarc. milhares	passageiros desembarc. milhares	passageiros em trânsito milhares
1919	8 472	10 641	843	1 664	?	?	?
1920	9 909	16 102	1 098	1 738	?	?	?
1921	* 3 368	* 7 244	* 296	* 668	?	?	?
1922	* 3 614	* 8 004	* 366	* 707	?	?	?
1923	* 3 706	* 8 606	* 321	* 668	?	?	?
1924	* 4 109	* 9 077	* 328	* 631	?	?	?
1925	7 891	21 265	* 284	* 639	?	?	?
1926	8 229	22 643	* 290	* 701	?	?	?
1927	8 929	24 703	* 284	* 817	?	?	?
1928	9 549	26 132	* 295	* 763	73	64	586
1929	9 014	27 643	* 468	* 909	80	63	418
1930	9 163	27 624	* 436	* 917	63	69	405
1931	8 332	25 497	* 429	* 805	40	62	268
1932	10 609	25 686	* 578	* 813	74	91	285
1933	10 768	27 815	* 591	* 1 051	81	87	328
1934	9 437	29 009	* 630	* 1 077	52	58	342
1935	9 687	28 292	* 572	* 1 120	53	56	324
1936	9 515	29 412	* 1 059	* 2 036	59	62	366
1937	10 142	31 054	* 666	* 1 325	73	63	345
1938	10 178	30 568	* 1 463	* 2 517	70	66	325
1939	9 186	25 193	* 1 542	* 2 541	69	57	239
1940	7 235	11 545	* 1 585	* 2 307	57	41	74
1941	5 976	7 674	* 1 712	* 2 535	49	38	57
1942	5 677	6 500	* 1 620	* 2 245	23	38	54
1943	5 732	6 555	* 1 502	* 2 380	?	48	68
1944	6 011	7 564	* 1 224	* 2 420	33	63	68
1945	6 748	9 023	* 1 465	* 2 224	34	52	62
1946	8 157	11 529	?	?	57	55	66
1947	9 935	17 466	?	?	44	57	80
1948	10 067	18 937	?	?	52	60	93
1949	10 183	20 059	?	?	65	61	89

Quadro 5IA.5 — Movimento dos portos (continuação)

ano	navios entrados	navios entrados 10^3 tab	mercadorias carregadas 10^3 t	mercadorias descarreg. 10^3 t	passageiros embarc. milhares	passageiros desembarc. milhares	passageiros em trânsito milhares
1950	10 792	22 586	?	?	102	81	317
1951	10 515	24 224	?	?	119	85	324
1952	11 103	26 769	?	* 3 166	151	95	364
1953	12 119	27 800	* 2 420	* 3 163	150	107	391
1954	12 274	29 419	* 2 582	* 3 479	151	108	404
1955	12 938	31 083	* 2 575	* 3 620	154	124	390
1956	14 654	32 042	* 2 852	* 3 839	158	133	364
1957	14 724	33 165	* 2 624	* 3 968	166	137	389
1958	15 117	34 816	* 2 920	* 3 909	170	135	410
1959	14 810	35 147	* 2 818	* 3 912	176	146	401
1960	14 766	35 802	* 3 088	* 4 476	179	156	381
1961	15 410	38 889	* 3 176	* 5 068	173	166	428
1962	15 459	40 972	* 4 030	* 6 113	195	165	446
1963	16 228	43 379	* 4 357	* 6 702	216	201	493
1964	16 150	44 536	* 4 849	* 7 295	204	190	486
1965	16 124	45 159	?	?	189	170	498
1966	16 185	47 038	* 5 691	* 9 701	186	191	564
1967	16 319	50 039	* 3 993	* 7 805	174	185	560
1968	16 295	52 868	* 3 975	* 8 255	189	176	624
1969	16 283	55 517	* 4 218	* 9 280	187	177	632
1970	16 314	56 078	* 5 188	* 11 302	188	173	657
1971	17 482	60 743	5 496	12 245	180	176	519
1972	17 573	65 043	5 410	13 344	158	153	457
1973	16 974	63 217	5 769	14 444	152	158	407
1974	15 293	60 305	6 533	17 096	140	147	373
1975	14 247	53 696	5 503	15 096	117	132	320
1976	13 527	61 454	5 655	17 351	99	97	253
1977	13 728	59 850	5 602	18 580	90	95	224
1978	12 471	61 916	5 605	18 237	86	89	206
1979	13 659	69 474	10 744	24 789	77	78	197
1980	14 437	63 692	11 233	27 210	96	98	202

Quadro 5IA.5 — Movimento dos portos (continuação)

ano	navios entrados	navios entrados 10^3 tab	mercadorias carregadas 10^3 t	mercadorias descarreg. 10^3 t	passageiros embarc. milhares	passageiros desembarc. milhares	passageiros em trânsito milhares
1981	14 309	63 751	12 392	27 425	89	83	196
1982	13 609	54 910	11 718	26 787	94	93	148
1983	11 709	51 501	13 947	25 243	103	100	148
1984	11 953	56 158	12 132	25 281	127	124	135
1985	12 539	57 624	12 763	24 979	117	111	128
1986	12 669	68 338	14 073	26 857	115	115	116
1987	12 909	75 153	14 151	29 688	114	109	117
1988	13 601	73 580	15 193	32 627	129	129	113
1989	14 206	75 995	16 740	36 443	117	116	149
1990	14 190	83 231	18 343	39 267	127	127	156
1991	13 899	81 629	14 848	35 936	136	137	174
1992	14 763	87 378	16 611	40 225	138	141	173
1993	13 946	79 552	14 724	37 267	137	139	174
1994	14 190	85 443	16 941	40 922	152	150	179
1995	14 313	91 516	16 802	44 095	175	175	206
1996	14 873	96 453	15 301	40 571	182	181	228

Quadro 5IA.6 — Marinha mercante e sua actividade

Fonte — Para 1861 e de 1865 a 1920, estatísticas do comércio externo e da navegação; de 1921 a 1969, Anuário Estatístico; de 1970 a 1975, Estatísticas dos Transportes; a partir de 1976, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

Observações:

1 — Até 1961, com excepção dos anos de 1939, 1941 e 1943, e de 1973 a 1976, os dados relativos aos navios registados excluem as embarcações utilizadas no tráfego local (valores precedidos de asterisco).

2 — Os dados relativos ao movimento de navios referem-se à totalidade dos portos, excepto em 1923 e 1924, anos em que se referem apenas ao porto de Lisboa (valores precedidos de asterisco). Em 1925, entraram nesse porto 2 287 navios portugueses, correspondentes a 984 milhares de toneladas de arqueação bruta. A partir de 1989, os dados relativos ao movimento dos navios referem-se apenas a navios a motor. Em 1988, as entradas de navios a motor tinham sido 4 699, correspondentes a 16 822 milhares de toneladas de arqueação bruta.

3 — tab = toneladas de arqueação bruta. 1 tonelada de arqueação bruta = 2,832 m^3.

ano	embarcações registadas		entradas em portos portugueses	
	número	10^3 tab	número	10^3 tab
...				
1861	?	?	6 734	480
...				
1865	?	?	6 133	437
1866	?	?	6 209	458
1867	?	?	6 424	458
1868	?	?	5 899	399
1869	?	?	5 907	435
1870	?	?	5 937	424
1871	?	?	5 838	484
1872	?	?	6 226	627
1873	?	?	6 177	595
1874	?	?	6 095	627
1875	?	?	6 906	827

Quadro 5IA.6 — Marinha mercante e sua actividade (continuação)

ano	embarcações registadas		entradas em portos portugueses	
	número	10^3 tab	número	10^3 tab
1876	?	?	6 333	759
1877	?	?	6 186	767
1878	?	?	6 007	808
1879	?	?	5 813	806
1880	?	?	5 944	842
1881	?	?	6 240	789
1882	?	?	6 799	825
1883	?	?	6 227	840
1884	* 402	?	6 773	963
1885	* 414	?	6 177	1 010
1886	* 413	?	6 271	1 063
1887	* 400	?	6 560	1 431
1888	* 376	?	6 108	1 087
1889	* 375	?	6 049	1 156
1890	* 382	?	5 954	1 373
1891	* 383	?	5 567	1 417
1892	* 387	?	5 191	1 573
1893	* 385	?	5 121	1 883
1894	* 400	?	5 194	1 743
1895	* 370	?	4 886	1 591
1896	* 398	?	4 754	1 714
1897	* 358	?	4 904	1 885
1898	* 359	?	4 923	2 015
1899	* 370	?	4 685	1 831
1900	* 370	?	4 623	1 819
1901	* 327	* 106	4 598	1 735
1902	* 332	* 105	4 721	1 743
1903	* 322	* 100	4 383	1 860
1904	?	?	4 446	1 678
1905	?	?	4 280	1 858
1906	?	?	4 316	2 040
1907	?	?	4 267	2 208

Quadro 5IA.6 — Marinha mercante e sua actividade (continuação)

ano	embarcações registadas		entradas em portos portugueses	
	número	10^3 tab	número	10^3 tab
1908	?	?	4 027	2 060
1909	?	?	3 570	1 873
1910	?	?	3 892	1 904
1911	?	?	3 748	1 773
1912	?	?	3 868	1 854
1913	?	?	3 569	1 833
1914	?	?	3 359	1 735
1915	?	?	3 387	1 647
1916	?	?	3 515	1 795
1917	?	?	4 074	1 538
1918	?	?	3 961	1 288
1919	?	?	4 363	1 818
1920	?	?	4 901	2 252
...				
1923	?	?	* 1 498	* 784
1924	?	?	* 2 039	* 878
1925	?	?	2 945	2 148
1926	?	?	3 418	2 883
1927	* 193	* 210	3 672	2 904
1928	* 197	* 214	4 296	3 118
1929	* 186	* 229	4 000	3 311
1930	* 188	* 233	4 189	4 620
1931	* 173	* 238	4 114	4 924
1932	* 181	* 241	6 355	4 228
1933	?	?	6 083	4 257
1934	* 174	* 230	4 549	4 275
1935	?	?	4 876	4 389
1936	?	?	4 518	4 340
1937	?	?	4 852	4 375
1938	* 280	* 219	5 166	4 269
1939	786	234	5 097	4 303
1940	?	?	5 150	4 284

Quadro 5IA.6 — Marinha mercante e sua actividade (continuação)

ano	embarcações registadas		entradas em portos portugueses	
	número	10^3 tab	número	10^3 tab
1941	790	233	4 826	4 238
1942	?	?	4 683	4 025
1943	857	283	4 920	4 561
1944	?	?	5 029	4 475
1945	?	?	5 487	4 317
1946	* 232	* 290	5 569	4 637
1947	* 251	* 262	6 416	5 889
1948	* 270	* 432	6 564	6 183
1949	* 249	* 439	6 724	7 069
1950	* 216	* 386	7 060	7 346
1951	* 221	* 415	6 482	7 624
1952	* 216	* 438	6 954	8 596
1953	* 206	* 445	7 544	9 402
1954	* 205	* 458	7 633	9 856
1955	* 199	* 428	7 851	10 471
1956	* 189	* 435	9 323	11 207
1957	* 190	* 447	8 691	10 611
1958	* 185	* 464	8 886	11 352
1959	* 180	* 459	8 767	11 774
1960	* 178	* 480	8 518	11 563
1961	* 175	* 527	8 801	12 431
1962	1 205	576	9 012	13 911
1963	2 256	604	9 532	14 724
1964	2 190	609	9 054	14 659
1965	1 166	602	8 740	15 142
1966	1 149	656	8 137	14 604
1967	1 014	680	7 603	15 008
1968	1 022	720	7 655	15 536
1969	1 000	776	7 518	15 888
1970	934	782	7 108	15 303
1971	1 008	934	7 447	16 308
1972	1 000	974	7 797	16 224

Quadro 5IA.6 — Marinha mercante e sua actividade (continuação)

ano	embarcações registadas		entradas em portos portugueses	
	número	10^3 tab	número	10^3 tab
1973	* 163	* 863	7 466	16 209
1974	* 153	* 978	6 465	14 697
1975	* 153	* 1 040	6 455	14 835
1976	* 139	* 1 005	6 050	14 660
1977	1 037	1 325	5 806	12 890
1978	1 041	1 330	4 693	11 058
1979	992	1 304	5 522	14 598
1980	918	1 306	6 228	13 825
1981	944	1 437	5 793	13 687
1982	995	1 475	5 722	14 326
1983	1 078	1 550	4 060	16 789
1984	1 087	1 549	4 445	16 432
1985	1 098	1 553	3 971	14 215
1986	1 095	1 771	4 035	15 541
1987	?	?	4 667	20 999
1988	897	1 090	4 772	16 831
1989	967	818	4 842	14 243
1990	989	943	5 018	16 257
1991	787	811	4 909	15 752
1992	816	1 143	5 340	17 145
1993	832	965	5 449	15 092
1994	?	?	5 597	14 930
1995	850	1 013	5 236	15 209
1996	?	?	5 152	14 540

Quadro 5IA.7 — Movimento dos aeroportos

Fonte — De 1941 a 1969, Anuário Estatístico; de 1970 a 1975, Estatísticas dos Transportes; a partir de 1976, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

ano	aviões total número	passageiros embarcados milhares	passageiros desembarc milhares	passageiros em trânsito milhares	mercadorias carregadas 10^3 t	mercadorias descarreg 10^3 t
...						
1941	?	12	?	?	98	?
1942	1 345	10	8	?	82	324
1943	1 604	8	5	?	98	365
1944	1 607	7	6	?	130	433
1945	1 462	8	10	?	58	210
1946	5 053	39	36	?	92	151
1947	4 467	35	34	?	72	219
1948	7 078	41	37	?	128	331
1949	7 883	38	36	?	179	317
1950	7 946	49	48	114	224	385
1951	7 338	48	47	38	230	407
1952	6 649	54	51	101	317	500
1953	6 868	56	54	105	351	498
1954	8 614	68	68	141	350	505
1955	8 999	78	77	161	340	583
1956	10 424	99	96	188	418	715
1957	10 654	125	120	191	494	766
1958	11 387	150	148	200	554	907
1959	13 218	156	153	235	635	983
1960	13 087	192	186	236	766	1 173
1961	12 872	226	224	250	926	1 516
1962	11 513	262	255	?	1 151	1 519
1963	12 299	333	321	?	1 322	1 913
1964	14 090	437	426	?	1 947	2 697
1965	14 957	537	524	?	2 560	3 059
1966	17 508	685	656	?	3 238	4 305

Quadro 5IA.7 — Movimento dos aeroportos (continuação)

ano	aviões total número	passageiros embarcados milhares	passageiros desembarc milhares	passageiros em trânsito milhares	mercadorias carregadas 10^3 t	mercadorias descarreg 10^3 t
1967	19 865	802	778	343	4 976	5 180
1968	21 691	905	879	386	6 820	7 099
1969	24 186	1 118	1 084	431	8 954	9 085
1970	27 924	1 386	1 356	616	11 402	10 780
1971	31 143	1 609	1 582	643	14 272	13 204
1972	34 675	1 897	1 873	729	17 557	15 683
1973	37 653	2 135	2 103	770	23 762	23 455
1974	36 210	1 946	2 033	652	26 485	27 803
1975	32 723	1 746	2 031	612	27 783	21 974
1976	34 203	1 964	2 014	674	29 366	25 167
1977	39 124	2 358	2 359	848	32 307	29 681
1978	40 118	2 551	2 523	821	40 347	32 924
1979	40 034	2 779	2 759	853	44 971	34 309
1980	42 156	2 704	2 693	777	39 312	31 708
1981	41 890	2 814	2 821	732	36 235	29 975
1982	42 727	2 939	2 952	679	38 197	31 403
1983	43 152	2 968	2 983	638	42 948	29 641
1984	39 334	3 090	3 103	543	50 169	30 884
1985	45 073	3 474	3 474	594	58 502	34 603
1986	48 957	3 829	3 822	631	51 493	35 779
1987	51 526	4 216	4 208	698	50 394	38 064
1988	61 172	4 585	4 581	721	51 741	42 407
1989	66 032	4 906	4 917	789	62 069	46 837
1990	70 295	5 110	5 127	718	58 360	48 865
1991	65 761	5 215	5 237	603	55 112	50 607
1992	80 556	6 205	6 210	705	57 390	58 266
1993	79 217	6 070	6 072	788	55 556	56 084
1994	81 683	6 594	6 585	783	63 030	57 637
1995	85 872	7 042	7 025	822	65 693	63 546
1996	87 530	7 197	7 175	739	67 391	67 036

Quadro 5IA.8 — Actividade das companhias aéreas

Fonte — De 1927 a 1930 e de 1946 a 1969, Anuário Estatístico; de 1970 a 1975, Estatísticas dos Transportes; a partir de 1976, Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

Observação — Os valores de 1927 a 1930 referem-se aos Serviços Aéreos Portugueses, que iniciaram a sua actividade em 10 de Junho de 1927. Os valores de 1946 em diante referem-se à totalidade das companhias aéreas portuguesas.

ano	passageiros milhares	passageiros x km milhões	mercadorias 10^3 t	toneladas x km milhares
1927	0,875	?	0,011	?
1928	0,443	?	0,016	?
1929	0,079	?	0,003	?
1930	0,2	?	0	?
...				
1946	13	4	0	15
1947	14	10	0	42
1948	17	10	0,1	54
1949	20	9	0,1	99
1950	24	15	0,2	119
1951	29	22	0,2	192
1952	25	20	0,2	165
1953	26	22	0,2	160
1954	34	35	0,2	282
1955	39	52	0,3	380
1956	51	79	0,3	646
1957	56	89	0,4	713
1958	78	124	0,4	780
1959	93	166	0,5	1 080
1960	114	196	0,7	1 354
1961	148	303	0,9	2 215
1962	183	344	0,9	1 716
1963	219	414	1,1	2 267
1964	287	495	1,5	2 692

Quadro 5IA.8 — Actividade das companhias aéreas (continuação)

ano	passageiros milhares	passageiros x km milhões	mercadorias 10^3 t	toneladas x km milhares
1965	364	633	1,9	4 098
1966	472	837	2,7	6 174
1967	577	1 055	4,2	9 617
1968	708	1 365	6,7	16 952
1969	890	1 772	9,5	25 547
1970	1 105	2 274	11,9	32 452
1971	1 278	2 782	15,1	43 462
1972	1 536	3 168	18,4	50 006
1973	1 751	3 639	28,8	84 707
1974	1 718	3 899	32,7	98 189
1975	1 485	3 012	26,2	60 506
1976	1 650	2 846	29,9	68 043
1977	1 833	3 036	34,8	85 643
1978	2 014	3 410	41,9	105 718
1979	2 265	3 959	42,2	116 823
1980	1 978	3 459	37,3	105 776
1981	2 169	4 040	35,1	100 788
1982	2 272	4 169	36,8	97 976
1983	2 218	3 993	35,8	96 692
1984	2 312	4 310	40,7	116 839
1985	2 315	4 278	45,5	133 834
1986	2 423	4 512	44,2	123 137
1987	2 786	5 016	46,9	124 969
1988	3 025	5 680	52,0	141 053
1989	3 168	6 272	57,5	160 301
1990	4 302	7 673	?	?
1991	5 077	8 983	55,8	163 215
1992	4 093	7 725	56,9	166 879
1993	4 456	8 485	55,7	171 091
1994	4 346	8 126	60,8	182 658
1995	4 705	8 767	66,6	206 132
1996	5 022	9 225	69,2	220 888

Quadro 5IA.9 — Transportes urbanos

Fonte — De 1941 a 1969, Anuário Estatístico; de 1970 a 1975, Estatísticas dos Transportes; a partir de 1976, Estatísticas dos Transportes e Comunicações; a partir de 1994, para os autocarros, Anuário Estatístico.

Observações:

Eléctricos — As séries podem considerar-se homogéneas e completas a partir do ano de 1941, com excepção do ano de 1967 (em relação ao qual apenas existem dados para Lisboa, embora continuassem a existir transportes por carro eléctrico em três localidades). As localidades onde existiu transporte por carro eléctrico foram:

5 — Braga, Coimbra, Lisboa, Porto e Sintra.

4 — Braga, Coimbra, Lisboa e Porto.

3 — Coimbra, Lisboa e Porto.

2 — Lisboa e Porto.

Autocarros — As séries não podem considerar-se nem homogéneas nem completas, por deficiência da informação estatística de base. Todavia, dada a pequena importância das localidades para as quais não existe informação, é possível considerá-las aproximadamente homogéneas e completas a partir do ano de 1948 e até 1993. Neste ano, os valores do número de passageiros e de passageiros x quilómetro para Lisboa e Porto, únicas localidades para as quais existem dados nos anos subsequentes, foram, respectivamente, de 574 e 2 070. As localidades onde existiu transporte urbano por autocarro mencionado em algum ano nas estatísticas foram: Abrantes, Algés, Almada, Amadora-Alfragide, Angra do Heroísmo, Aveiro, Barreiro, Beja, Braga, Cacém-Queluz, Caldas da Raínha, Cascais, Castelo Branco, Coimbra, Costa da Caparica, Elvas, Espinho, Évora, Faro, Figueira da Foz, Funchal, Gaia, Gondomar, Guarda, Guimarães, Horta, Ílhavo, Lagos, Leiria, Lisboa, Maia, Montijo, Palmela, Peniche, Ponta Delgada, Portalegre, Porto, Póvoa de Varzim, Santarém, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Torreira, Viana do Castelo, Vila do Conde, Vila do Porto e Viseu.

Trólei-carros — As séries podem considerar-se homogéneas e completas a partir do ano de 1959, com excepção dos anos de 1967 (em relação ao qual não existem dados, embora continuassem a existir transportes por trólei-carro em três localidades) e de 1968 (em relação ao qual apenas existem dados para Coimbra e Porto, embora continuassem a existir transportes por trólei-carro em três localidades). As localidades onde existiu transporte por trólei-carro foram:

3 — Braga, Coimbra e Porto.

2 — Coimbra e Porto.

1 — Coimbra.

Quadro 5IA.9 — Transportes urbanos (continuação)

Metropolitano — As séries podem considerar-se homogéneas e completas a partir do ano de 1960. Apenas existiu transporte por comboio metropolitano em Lisboa.

Transportes fluviais — As séries dizem respeito apenas aos transportes fluvais no Rio Tejo, na região de Lisboa. Com esta limitação, podem considerar-se homogéneas e completas.

ano	eléctricos			autocarros		
	localidades	10^6 passag.	10^6 pass. x km	localidades	10^6 passag.	10^6 pass. x km
...						
1941	5	188	655	-	-	-
1942	5	228	862	-	-	-
1943	5	261	1 042	-	-	-
1944	5	287	1 143	?	?	?
1945	5	318	1 215	?	?	?
1946	5	341	1 398	?	?	?
1947	5	359	1 450	?	?	?
1948	5	362	1 484	2	15	67
1949	5	366	1 493	2	28	125
1950	5	372	1 523	3	37	158
1951	5	366	1 516	6	46	195
1952	5	373	1 541	6	55	232
1953	5	375	1 543	6	62	264
1954	5	377	1 550	6	70	297
1955	5	384	1 585	6	82	358
1956	5	382	1 594	9	90	398
1957	5	381	1 600	11	100	450
1958	5	385	1 604	11	110	487
1959	5	377	1 528	11	119	522
1960	5	352	1 390	11	135	587
1961	5	341	1 353	10	152	677
1962	5	331	1 469	11	170	749
1963	5	319	1 470	13	186	814
1964	5	321	1 480	13	208	956
1965	4	316	1 449	10	229	1 081
1966	3	313	1 433	10	241	1 141

Quadro 5IA.9 — Transportes urbanos (continuação)

ano	eléctricos			autocarros		
	localidades	10^6 passag.	10^6 pass. x km	localidades	10^6 passag.	10^6 pass. x km
1967	1	194	878	12	288	1 396
1968	3	232	991	12	317	1 525
1969	3	214	760	29	326	1 446
1970	3	205	727	33	325	1 458
1971	3	187	663	33	330	1 515
1972	3	176	626	35	338	1 565
1973	3	152	541	36	347	1 603
1974	3	128	465	36	357	1 662
1975	3	122	460	36	362	1 722
1976	3	125	494	37	393	1 889
1977	3	128	424	33	476	2 132
1978	3	120	385	21	493	2 250
1979	3	127	398	22	568	2 602
1980	2	118	353	21	614	2 817
1981	2	120	210	23	632	3 018
1982	2	112	258	29	698	2 957
1983	2	102	242	36	729	2 903
1984	2	103	235	36	753	3 084
1985	2	93	203	36	756	2 999
1986	2	88	191	36	740	2 936
1987	2	93	204	44	826	3 222
1988	2	91	197	44	833	3 276
1989	2	87	188	44	825	3 162
1990	2	84	181	37	826	3 139
1991	2	71	153	37	818	3 048
1992	2	59	126	37	792	3 002
1993	2	48	104	36	747	2 805
1994	2	38	81	2	561	2 028
1995	2	30	58	2	595	2 160
1996	2	27	57	2	595	2 160

Quadro 5IA.9 — Transportes urbanos (continuação)

ano	trólei-carros			metropolitano			fluviais
	localidades	10^6 passag.	10^6 pass. x km	km	10^6 passag.	10^6 pass. x km	10^6 passag.
...							
1948	?	?	?	-	-	-	10
1949	?	?	?	-	-	-	?
1950	?	?	?	-	-	-	?
1951	?	?	?	-	-	-	11
1952	?	?	?	-	-	-	12
1953	?	?	?	-	-	-	14
1954	1	4	12	-	-	-	14
1955	1	5	13	-	-	-	15
1956	1	5	14	-	-	-	16
1957	1	5	14	-	-	-	18
1958	1	5	14	-	-	-	19
1959	2	13	37	?	?	?	20
1960	2	16	46	6,6	16	60	21
1961	2	16	48	6,6	17	66	24
1962	2	16	55	6,6	17	64	25
1963	2	17	62	7,0	20	84	25
1964	2	19	61	7,0	21	89	27
1965	2	20	64	7,0	22	95	28
1966	3	23	77	8,5	26	118	32
1967	?	?	?	8,5	34	195	32
1968	2	32	127	8,5	37	213	35
1969	3	38	171	8,5	50	180	36
1970	3	40	175	8,5	56	201	38
1971	3	37	168	8,5	59	212	39
1972	3	38	171	11,9	70	266	39
1973	3	40	181	11,9	78	265	38
1974	3	41	193	11,9	85	288	40
1975	3	41	191	11,9	86	293	37
1976	3	40	173	11,9	75	256	37
1977	3	48	204	11,9	92	305	38
1978	3	46	208	11,9	98	325	39

Quadro 5IA.9 — Transportes urbanos (continuação)

ano	trólei-carros			metropolitano			fluviais
	localidades	10^6 passag.	10^6 pass. x km	km	10^6 passag.	10^6 pass. x km	10^6 passag.
1979	3	51	229	11,9	112	357	43
1980	2	53	226	11,9	120	386	48
1981	2	62	270	11,9	128	416	51
1982	2	52	205	11,9	132	430	53
1983	2	55	222	11,9	129	420	47
1984	2	60	207	11,9	134	436	27
1985	2	59	184	11,9	134	434	28
1986	2	61	184	11,9	133	431	29
1987	2	61	183	11,9	140	451	30
1988	2	52	157	15,7	136	441	29
1989	2	52	157	15,7	137	464	30
1990	2	51	155	15,7	142	485	46
1991	2	52	154	15,7	144	497	45
1992	2	52	154	15,7	136	482	46
1993	2	44	134	18,9	147	525	45
1994	2	34	106	18,9	136	501	44
1995	2	8	22	18,9	124	475	42
1996	2	6	14	18,9	128	472	47

SUB-SECÇÃO IB — COMUNICAÇÕES

NUNO VALÉRIO (GHES — ISEG — UTL)

O sub-sector das comunicações engloba duas actividades:

a) O correio, isto é, o encaminhamento de mensagens escritas e objectos. Trata-se de uma actividade estabelecida como serviço público em Portugal desde o século 16, mas cuja organização moderna se pode datar da década de 1840, marcada pela introdução do selo postal. A este serviço tradicional, naturalmente aperfeiçoado desde então, graças ao progresso dos transportes e às articulações organizativas internacionais, juntou-se posteriormente a prestação de serviços financeiros, isto é, a emissão e pagamento de vales e a realização de cobranças.

b) As telecomunicações, isto é, a transmissão por meios eléctricos ou de ondas de rádio de mensagens escritas ou orais. Trata-se de uma actividade que surgiu, em Portugal como na maior parte do mundo, na segunda metade do século 19, primeiro com o aparecimento do telégrafo eléctrico na década de 1850, depois com o aparecimento do telefone na década de 1880. Sob o ponto de vista organizativo, telégrafo e telefone estiveram inicialmente dependentes do mesmo serviço público que o correio, embora tivessem sido estabelecidas empresas privadas com a concessão do serviço telefónico em certas regiões do país. A mais importante foi, sem dúvida, a Anglo-Portuguese Telephones, concessionária nas regiões de Lisboa e do Porto, que na década de 1960 se transformou na Telefones de Lisboa e Porto.

O último quartel do século 20 assistiu a algumas transformações profundas nas actividades das telecomunicações, quer sob o ponto de vista tecnológico, quer sob o ponto de vista organizativo.

Sob o ponto de vista tecnológico, verificou-se, em primeiro lugar, a obsolescência do telégrafo, face ao embaratecimento do telefone e ao aparecimento de meios de telecomunicação alternativos. Desses meios de telecomunicação alternativos, importa destacar antes do mais o telex, que conheceu um ciclo de ascenção e obsolescência bastante rápido. Sucederam-lhe o fax e outros sistemas de transmissão de dados, particularmente entre computadores, de que se destaca a chamada internet. Também há que mencionar o aparecimento de redes de telefones celulares ou móveis, ao lado da tradicional rede de telefones fixos.

Sob o ponto de vista organizativo, a principal novidade foi a separação dos serviços de telecomunicações em relação aos serviços de correio e a sua gradual concentração no que veio a ser a Portugal Telecom, nas vésperas de um processo de liberalização do mercado, iniciado com a existência de várias empresas de telefones celulares e aprofundado pelo arranque da

actividade de várias empresas de telecomunicações, em particular no mercado dos telefones fixos, em 2000.

Sobre a interpretação dos quadros que a seguir se apresentam, vale a pena sublinhar que o principal indicador da expansão da utilização de novos meios de telecomunicação, como o fax, ou a internet, é o crescimento do quantitativo de mensagens telefónicas enviadas, visto que é essa a via pela qual tais meios de telecomunicação são, em geral, encaminhados.

Quadros

5IB.1 — Correio
5IB.2 — Telecomunicações

Quadro 5IB.1 — Correio

Fonte — Anuário Estatístico. A partir de 1976, também Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

ano	correio estações número ver nota *	correio objectos milhões	correio vales milhões	vales de correio mil contos ver nota **
...				
1872	?	?	0,1	0,9
1873	?	?	0,1	0,9
1874	?	?	0,1	1,0
1875	?	?	0,1	0,9
1876	?	?	0,1	0,9
1877	?	?	?	?
1878	738	24	?	?
1879	747	26	0,1	1
1880	755	28	0,1	2
1881	905	33	0,1	2
1882	974	32	0,2	2
1883	1 028	35	0,2	2
1884	1 035	36	0,2	3
1885	1 043	38	0,2	3
1886	1 038	41	0,2	3
1887	1 024	44	0,2	3
1888	1 084	45	0,3	4
1889	1 134	52	0,3	4
1890	1 172	57	0,3	4
1891	1 210	59	0,3	3
1892	1 242	59	0,2	3
1893	1 269	57	0,2	3
1894	1 264	55	0,2	3
1895	1 158	64	0,2	3

Quadro 5IB.1 — Correio (continuação)

ano	correio estações número ver nota *	correio objectos milhões	correio vales milhões	vales de correio mil contos ver nota **
1896	1 280	62	0,2	3
1897	1 283	61	0,2	3
1898	1 317	65	0,3	3
1899	1 327	64	0,2	4
1900	1 362	67	0,2	4
1901	1 400	72	0,3	4
1902	1 422	75	0,3	5
1903	1 427	84	0,3	7
...				
1912	?	?	?	?
1913	?	96	?	?
1914	?	102	?	?
1915	?	110	1	17
1916	?	?	1	19
1917	?	?	1	23
1918	?	?	1	30
1919	?	119	1	29
1920	?	?	1	36
1921	?	126	1	52
1922	?	151	1	74
1923	?	135	1	106
1924	?	?	1	136
1925	?	?	1	178
1926	?	?	1	205
1927	?	?	1	233
1928	?	148	1	259
1929	?	165	1	258
1930	?	178	1	264
1931	?	166	1	300
1932	?	181	2	342

Quadro 5IB.1 — Correio (continuação)

ano	correio estações número ver nota *	correio objectos milhões	correio vales milhões	vales de correio mil contos ver nota **
1933	?	156	2	375
1934	?	176	2	404
1935	?	177	2	433
1936	?	183	2	532
1937	?	182	2	584
1938	?	213	3	610
1939	?	?	3	662
1940	?	149	3	728
1941	?	167	3	850
1942	?	158	3	1 079
1943	?	172	3	1 249
1944	?	?	3	1 489
1945	?	?	4	1 710
1946	?	?	4	1 967
1947	?	236	4	2 072
1948	?	238	4	2 169
1949	?	243	4	2 151
1950	8 719	265	4	2 188
1951	8 902	264	4	2 367
1952	9 052	289	5	2 563
1953	9 161	312	5	2 683
1954	9 360	329	5	2 810
1955	9 594	365	5	3 003
1956	9 821	403	5	3 184
1957	9 997	426	6	3 392
1958	10 131	446	6	3 524
1959	10 200	463	6	3 745
1960	10 303	483	7	4 016
1961	10 433	488	7	4 219
1962	10 749	499	7	4 443

Quadro 5IB.1 — Correio (continuação)

ano	correio estações número ver nota *	correio objectos milhões	correio vales milhões	vales de correio mil contos ver nota **
1963	10 846	509	7	4 657
1964	11 030	524	8	5 100
1965	11 277	537	8	5 983
1966	11 450	549	8	6 731
1967	11 583	554	8	7 354
1968	11 813	562	8	5 600
1969	11 867	572	8	5 534
1970	11 971	641	8	5 813
1971	12 056	592	9	9 987
1972	12 100	660	9	10 592
1973	12 164	707	9	10 921
1974	12 122	713	10	12 534
1975	12 028	553	11	15 852
1976	12 096	533	12	19 446
1977	12 075	557	12	23 510
1978	12 308	521	16	31 939
1979	11 975	511	23	51 552
1980	11 517	525	26	77 694
1981	11 298	454	27	98 725
1982	10 572	464	29	109 524
1983	9 454	480	27	147 563
1984	8 418	470	25	172 334
1985	7 876	472	25	195 913
1986	7 775	496	26	272 874
1987	7 405	530	27	?
1988	7 218	575	28	523 000
1989	7 008	631	29	702 000
1990	7 125	689	31	1 022 000
1991	7 609	785	31	1 299 000
1992	7 359	849	30	1 580 000

Quadro 5IB.1 — Correio (continuação)

ano	correio estações número ver nota *	correio objectos milhões	correio vales milhões	vales de correio mil contos ver nota **
1993	7 094	891	?	1 645 000
1994	7 030	921	?	1 695 000
1995	6 622	974	?	1 742 000
1996	3 632	1 030	?	1 763 000

Notas:

* Estações de correio — A série sofreu uma quebra por mudança de critério em 1996. A nova série apresentada nesse ano recua até 1993, com os seguintes valores: 1993 — 3704; 1994 — 3665; 1995 — 3279.

** Valor dos vales de correio — A partir de 1988, a série engloba o valor de todos os serviços financeiros postais, tendo como unidade na fonte o milhão de contos.

Quadro 5IB.2 — Telecomunicações

Fonte — Anuário Estatístico. A partir de 1976, também Estatísticas dos Transportes e Comunicações.

ano	telégrafo postos número	telegramas milhares	telefones milhares ver nota *	telefonemas milhões ver nota **	telemóveis milhares	faxes milhares	mensagens de fax milhões
...							
1872	?	?	-	-	-	-	-
1873	?	?	-	-	-	-	-
1874	136	355	-	-	-	-	-
1875	147	410	-	-	-	-	-
1876	?	?	-	-	-	-	-
1877	?	?	-	-	-	-	-
1878	185	?	-	-	-	-	-
1879	196	533	-	-	-	-	-
1880	196	526	-	-	-	-	-
1881	202	529	-	-	-	-	-
1882	218	540	?	?	-	-	-
1883	237	561	?	?	-	-	-
1884	244	548	?	?	-	-	-
1885	275	571	?	?	-	-	-
1886	298	679	?	?	-	-	-
1887	326	745	?	?	-	-	-
1888	343	833	?	?	-	-	-
1889	366	894	?	?	-	-	-
1890	395	1005	?	?	-	-	-
1891	401	986	?	?	-	-	-
1892	409	997	?	?	-	-	-
1893	402	885	?	?	-	-	-
1894	413	920	?	?	-	-	-
1895	415	984	?	?	-	-	-
1896	421	945	?	?	-	-	-
1897	425	986	?	?	-	-	-

Quadro 5IB.2 — Telecomunicações (continuação)

ano	telégrafo postos número	telegramas milhares	telefones milhares ver nota *	telefonemas milhões ver nota **	telemóveis milhares	faxes milhares	mensagens de fax milhões
1898	429	1 057	?	?	-	-	-
1899	430	1 142	?	?	-	-	-
1900	443	1 172	?	?	-	-	-
1901	456	1 190	3	2	-	-	-
1902	461	1 244	3	2	-	-	-
1903	472	1 287	3	2	-	-	-
...							
1912	?	1 682	?	?	-	-	-
1913	599	1 717	?	?	-	-	-
1914	616	1 747	8	27	-	-	-
1915	628	1 824	10	30	-	-	-
1916	635	2 103	11	34	-	-	-
1917	633	2 323	11	35	-	-	-
1918	638	2 732	12	35	-	-	-
1919	642	2 906	13	39	-	-	-
1920	643	3 319	14	28	-	-	-
1921	648	3 086	15	30	-	-	-
1922	660	3 288	12	40	-	-	-
1923	673	2 164	13	39	-	-	-
1924	641	1 901	13	44	-	-	-
1925	684	2 331	18	44	-	-	-
1926	686	2 468	20	45	-	-	-
1927	689	2 567	21	46	-	-	-
1928	732	2 638	30	53	-	-	-
1929	708	2 479	34	59	-	-	-
1930	730	2 395	29	70	-	-	-
1931	?	2 217	30	80	-	-	-
1932	739	2 013	35	91	-	-	-
1933	741	1 973	36	94	-	-	-
1934	794	1 998	39	129	-	-	-
1935	787	2 060	41	114	-	-	-

Quadro 5IB.2 — Telecomunicações (continuação)

ano	telégrafo postos número	telegramas milhares	telefones milhares ver nota *	telefonemas milhões ver nota **	telemóveis milhares	faxes milhares	mensagens de fax milhões
1936	787	2 152	43	120	-	-	-
1937	790	2 217	50	110	-	-	-
1938	792	2 201	54	108	-	-	-
1939	793	2 281	58	111	-	-	-
1940	828	2 433	59	118	-	-	-
1941	?	?	64	129	-	-	-
1942	887	3 182	68	142	-	-	-
1943	899	3 700	62	134	-	-	-
1944	888	4 191	65	118	-	-	-
1945	901	4 830	67	127	-	-	-
1946	926	5 492	75	139	-	-	-
1947	902	5 336	83	154	-	-	-
1948	916	4 710	113	164	-	-	-
1949	932	3 117	96	186	-	-	-
1950	952	2 776	114	173	-	-	-
1951	1 022	3 643	126	190	-	-	-
1952	1 080	3 501	141	216	-	-	-
1953	1 113	3 459	159	234	-	-	-
1954	1 149	3 419	178	256	-	-	-
1955	1 208	3 536	198	285	-	-	-
1956	1 269	3 651	215	316	-	-	-
1957	1 313	3 677	234	340	-	-	-
1958	1 454	3 739	255	365	-	-	-
1959	1 521	3 795	279	447	-	-	-
1960	1 526	3 887	301	492	-	-	-
1961	1 584	4 009	324	541	-	-	-
1962	1 594	4 048	345	608	-	-	-
1963	1 618	4 197	367	697	-	-	-
1964	1 637	4 337	393	819	-	-	-
1965	1 671	4 591	410	838	-	-	-
1966	1 703	4 737	428	933	-	?	2

Quadro 5IB.2 — Telecomunicações (continuação)

ano	telégrafo postos número	telegramas milhares	telefones milhares ver nota *	telefonemas milhões ver nota **	telemóveis milhares	faxes milhares	mensagens de fax milhões
1967	1 712	4 893	450	1 018	-	?	2
1968	1 721	4 977	476	1 145	-	?	2
1969	1 719	5 113	507	1 348	-	?	2
1970	1 715	5 090	542	1 578	-	?	4
1971	1 702	5 078	583	1 838	-	?	4
1972	1 703	4 925	626	2 103	-	?	5
1973	1 695	4 891	675	2 597	-	?	8
1974	1 693	4 542	716	2 604	-	?	9
1975	1 718	3 582	756	2 657	-	?	9
1976	1 719	3 053	798	2 776	-	?	9
1977	1 716	2 615	840	3 093	-	?	10
1978	1 735	2 224	904	3 296	-	?	13
1979	1 649	2 205	940	3 518	-	?	18
1980	1 626	2 134	989	4 037	-	?	23
1981	1 590	1 869	1 057	4 467	-	?	34
1982	1 558	1 849	1 149	5 248	-	?	43
1983	1 574	1 701	1 249	5 450	-	?	57
1984	1 556	1 475	1 325	5 780	-	17	64
1985	1 564	1 427	1 400	6 370	-	18	71
1986	1 553	1 246	1 512	7 062	-	21	77
1987	1 547	1 087	1 655	8 069	-	24	85
1988	1 537	1 114	1 849	9 226	-	28	92
1989	1 550	?	2 077	10 843	-	28	90
1990	?	1 166	2 379	12 724	7	26	76
1991	?	1 122	2 694	14 710	13	21	52
1992	?	890	3 014	17 151	37	15	32
1993	?	837	3 271	19 489	101	9	18
1994	?	769	3 474	20 757	174	6	9
1995	?	771	3 643	21 306	341	4	6
1996	?	852	3 822	21 910	664	3	4

Quadro 5IB.2 — Telecomunicações (continuação)

Notas:

* Telefones — Até 1927, a série abrange apenas os postos da Anglo-Portuguese Telephones. Em 1928, esses postos eram 23 mil. A partir de 1950, a série abrange apenas os postos principais.

** Telefonemas — Até 1927, a série abrange apenas as conversações da Anglo-Portuguese Telephones. Em 1928, essas conversações foram 52 mil. Até 1951, a série corresponde ao número de chamadas. De 1952 a 1984, a série corresponde a uma estimativa do número de impulsos obtida através da fórmula: total de impulsos = impulsos nas conversações automáticas nacionais + número de conversações manuais nacionais + número de conversações internacionais X 24. A partir de 1985, a série corresponde ao número de impulsos.

SECÇÃO J — ACTIVIDADES FINANCEIRAS

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

No sector das actividades ou operações financeiras é possível distinguir três sub-sectores: a intermediação financeira, os seguros e as outras actividades financeiras.

1 — A intermediação financeira

A intermediação financeira correspondia tradicionalmente aos bancos em sentido lato, isto é, empresas cujos negócios consistem fundamentalmente na recepção de depósitos e na concessão de créditos

— Novos tipos de intermediários financeiros

O decreto-lei 46302 de 27 de Abril de 1965 regulou a criação de instituições parabancárias, a saber:

a) As sociedades gestoras de fundos de investimentos mobiliários ou imobiliários.

b) As sociedades de gestão de carteira de títulos.

c) As sociedades de financiamento de vendas a prazo.

d) As sociedades de cobrança de créditos de terceiros.

As sociedades gestoras de fundos de investimentos mobiliários ou imobiliário foram mais tarde reguladas pelo decreto-lei 134/85 de 2 de Maio, pelo decreto-lei 246/85 de 12 de Julho e pelo decreto-lei 229-C/88 de 4 de Julho.

As sociedades de gestão de carteira de títulos foram mais tarde reguladas pelo decreto-lei 271/72 de 2 de Agosto e pelo decreto-lei 495/88 de 30 de Dezembro.

As sociedades de financiamento de vendas a prazo foram mais tarde reguladas, com a designação de sociedades financeiras para aquisições a crédito, pelo decreto-lei 49/89 de 22 de Fevereiro.

As sociedades de cobrança de créditos de terceiros foram mais tarde reguladas, com a designação de sociedades de factoring, pelo decreto-lei 56/86 de 18 de Março.

Foi ainda depois autorizada a criação de outros novos tipos de intermediários financeiros, a saber:

a) As sociedades de locação financeira, que foram autorizadas pelo decreto-lei 135/79 de 18 de Maio e mais tarde reguladas pelo decreto-lei 103/86 de 19 de Maio.

b) As sociedades de desenvolvimento regional, que foram autorizadas pelo decreto-lei 499/80 de 20 de Outubro.

c) As sociedades de capital de risco, que foram autorizadas pelo decreto-lei 17/86 de 5 de Fevereiro.

d) As sociedades de investimento, que foram autorizadas pelo decreto-lei 77/86 de 2 de Maio.

e) As sociedades administradoras de compras em grupo, que foram autorizadas pelo decreto-lei 393/87 de 31 de Dezembro.

f) As sociedades de fomento empresarial, que foram autorizadas pelo decreto-lei 248/88 de 15 de Julho.

— Sintese da tipologia dos intermediários financeiros actualmente existentes

Assim, a actual legislação portuguesa distingue a seguinte gama de tipos de intermediários financeiros:

a) Os intermediários monetários, entre os quais se distinguem:

— o banco central, isto é, o Banco de Portugal, empresa pública cuja lei orgânica foi aprovada pelo decreto-lei 337/90 de 30 de Outubro e que está hoje integrado no sistema europeu de bancos centrais;

— os bancos em sentido estrito, sociedades anónimas cuja actividade está regulada pelo decreto-lei 298/92 de 31 de Dezembro;

— a Caixa Geral de Depósitos, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos nos termos do decreto-lei 287/93 de 20 de Agosto;

— as caixas económicas, cuja actividade está regulada pelos decretos-lei 136/79 de 18 de Maio, 231/79 de 24 de Julho, 281/80 de 14 de Agosto, 79/81 de 20 de Abril e 319/97 de 25 de Novembro;

— e as caixas de crédito agrícola mútuo, cuja actividade está regulada pelos decretos-lei 24/91 de 11 de Janeiro e 320/97 de 25 de Novembro.

b) Os outros intermediários financeiros, entre os quais se distinguem:

— as sociedades de locação financeira, cuja actividade está regulada pelo decreto-lei 72/95 de 15 de Abril de 1995;

— as sociedades de investimento, cuja actividade está regulada pelo decreto-lei 260/94 de 22 de Outubro;

— as sociedades de factoring, cuja actividade está regulada pelo decreto-lei 171/95 de 18 de Julho;

— as sociedades de desenvolvimento regional, cuja actividade está regulada pelos decretos-lei 25/91 de 11 de Janeiro e 247/94 de 7 de Outubro;

— as sociedades financeiras para aquisições a crédito cuja actividade está regulada pelo decreto-lei 206/95 de 14 de Agosto;

— os fundos de investimento, cuja actividade está regulada pelos decretos-lei 276/94 de 2 de Novembro e 294/95 de 17 de Novembro;

— as sociedades de capital de risco, cuja actividade está regulada pelos decretos-lei 433/91 de 7 de Novembro e 175/94 de 27 de Junho;

— as sociedades de fomento empresarial, cujo regime jurídico foi uniformizado com o das sociedades de capital de risco pelo decreto-lei 433/91 de 7 de Novembro;

— as sociedades gestoras de participações sociais, cuja actividade está regulada pelos decretos-lei 495/88 de 30 de Dezembro e 318/94 de 24 de Dezembro;

— as sociedades administradoras de compras em grupo, cuja actividade está regulada pelos decretos-lei 237/91 de 2 de Julho e 22/94 de 27 de Janeiro.

*

Não se apresentam aqui dados sobre a actividade dos intermediários monetários, pois eles já estão cobertos por quadros do capítulo 7. O quadro 5J.1 apresenta os dados fundamentais disponíveis sobre a actividades dos outros intermediários financeiros. O quadro 5J.2 apresenta os dados fundamentais disponíveis sobre uma das actividades financeiras mais importantes: o desconto (e protesto) de efeitos comerciais.

2 — Os seguros

O sector dos seguros correspondia tradicionalmente às companhias de seguros, sociedades anónimas, cujo negócio é a recepção de determinadas quantias (vulgarmente denominadas prémios), em troca do compromisso do pagamento de outras quantias (vulgarmente denominadas indemnizações) no caso de ocorrência de determinados factos (vulgarmente denominados sinistros).

A história da actividade seguradora em Portugal, tradicionalmente pouco cultivada, tem beneficiado em anos recentes de algum desenvolvimento, de que são exemplo o 1º Encontro de História dos Seguros em Portugal (recenseado em Valério, 1998) e publicações como Magalhães, 1997 e Caetano, 2000.

As companhias de seguros estão hoje reguladas pelo decreto-lei 94-B/98 de 17 de Abril.

Às actividades tradicionais deste sub-sector têm-se juntado recentemente as actividades de gestão de fundos de pensões e outras actividades complementares de segurança social.

O quadro 5J.3 apresenta os dados fundamentais disponíveis sobre a actividade dos seguros e dos fundos de pensões.

3 — Actividades auxiliares de intermediação financeira

As actividades auxiliares de intermediação financeira correspondiam tradicionalmente aos chamados cambistas, isto é, a empresas cujo negócio é a compra e venda de metais preciosos e moedas de acordo com a oferta e a procura dos agentes económicos em geral.

A lei 1894 de 11 de Abril de 1935 atribuia funções subsidiárias de crédito às bolsas, aos correctores de fundos e câmbios e às casas de câmbios.

Actualmente, a legislação portuguesa distingue a seguinte gama de tipos de auxiliares de intermediação financeira:

— sociedades correctoras e sociedades financeiras de corretagem, cuja actividade está regulada pelos decretos-lei 229-I/88 de 4 de Julho e 417/91 de 26 de Outubro;

— sociedades mediadoras do mercado monetário e do mercado de câmbios, cuja actividade está regulada pelo decreto-lei 110/94 de 26 de Abril;

— sociedades gestoras de patrimónios, cuja actividade está regulada pelo decreto-lei 163/94 de 4 de Junho;

— agências de câmbios, cuja actividade está regulada pelos decretos-lei 3/94 de 11 de Janeiro e 298/95 de 18 de Novembro.

Justino, 1994 constitui o início de uma história da bolsa portuguesa.

Os quadros 5J.4 e 5J.5 apresentam os dados disponíveis, respectivamente, sobre a constituição e dissolução de sociedades e sobre a actividade de emissão de acções e obrigações e o volume e o valor das suas transacções, particularmente em bolsa.

Referências

CAETANO, António Alves — A Companhia Fidelidade e os seguros na Lisboa oitocentista. Lisboa: edição do autor, 2000.

JUSTINO, David — História da Bolsa de Lisboa. Lisboa: Bolsa de Valores de Lisboa, 1994.

MAGALHÃES, Joaquim Romero — Tranquilidade — história de uma companhia de seguros. Lisboa: Companhia de Seguros Tranquilidade, 1997.

VALÉRIO, Nuno — 1º Encontro de história dos seguros em Portugal. Estudos de Economia, vol. XVIII, nº 1, 1998.

Quadros

5J.1 —Outros intermediários financeiros
5J.2 — Desconto e protesto de letras
5J.3 — Seguros e fundos de pensões
5J.4 — Constituição e dissolução de sociedades
5J.5 — Emissão e transacção de títulos

Quadro 5J.1 — Outros intermediários financeiros

Fonte — Estatísticas Monetárias e Financeiras

A — Sociedades de locação financeira

Observação — Embora as sociedades de locação financeira tenham sido autorizadas em 1979, as séries estatísticas a elas relativas só começaram a ser publicadas em 1983.

ano	sociedades de locação financeira número	estabelecimentos número	activo 10^3 contos	crédito 10^3 contos
...				
1983	?	?	6 485	153
1984	?	?	12 605	504
1985	?	12	21 587	918
1986	7	13	33 014	1 234
1987	8	16	69 271	1 877
1988	8	19	155 432	3 566
1989	16	34	249 522	7 822
1990	21	49	368 880	13 363
1991	27	71	481 404	15 025
1992	33	98	603 945	15 540
1993	35	108	666 752	13 764
1994	35	120	604 400	546 548
1995	35	112	590 910	542 895
1996	33	106	710 696	657 022
1997	29	106	725 524	671 148
1998	24	98	896 951	840 898

B — Sociedades de investimento

Observação — A existência de sociedades de investimento só foi autorizada em 1986.

Quadro 5J.1 — Outros intermediários financeiros (continuação)

ano	sociedades de investimento número	estabelecimentos número	activo 10^3 contos	crédito 10^3 contos
1986	5	6	14 777	8 634
1987	6	8	50 087	20 418
1988	10	11	89 430	51 250
1989	16	18	130 244	79 023
1990	16	21	153 326	97 660
1991	14	22	192 426	90 408
1992	14	21	225 695	120 009
1993	7	9	39 770	10 152
1994	6	7	35 936	5 510
1995	5	5	19 726	50
1996	3	3	8 307	427
1997	3	3	9 065	1 515
1998	3	3	13 508	1 877

C — Sociedades de factoring

Observação — A existência de sociedades de factoring só foi autorizada em 1986.

ano	sociedades de factoring número	estabelecimentos número	activo 10^3 contos	crédito 10^3 contos
1986	2	3	2 917	2 594
1987	3	4	4 625	3 853
1988	4	5	12 094	10 792
1989	4	6	22 993	22 041
1990	5	10	39 521	38 372
1991	7	12	62 954	60 257
1992	10	15	93 377	88 304
1993	12	19	118 332	110 892
1994	11	19	131 272	119 297
1995	11	17	166 907	160 600
1996	11	20	191 855	183 698

Quadro 5J.1 — Outros intermediários financeiros (continuação)

ano	sociedades de factoring número	estabelecimentos número	activo 10^3 contos	crédito 10^3 contos
1997	10	18	229 881	225 523
1998	9	16	240 462	209 289

D — Sociedades financeiras para aquisições a crédito

Observação — Embora as sociedades financeiras para aquisições a crédito tenham sido autorizadas em 1965, as séries estatísticas a elas relativas só começaram a ser publicadas em 1991.

ano	sociedades financeiras para aquisições a crédito número	estabelecimentos número	activo 10^3 contos	crédito 10^3 contos
...				
1991	16	29	66 329	57 883
1992	19	35	85 827	72 401
1993	24	44	75 385	60 009
1994	26	54	113 307	99 765
1995	25	54	171 473	154 533
1996	27	60	233 086	217 729
1997	26	54	267 917	247 685
1998	26	55	340 201	316 289

E — Outras sociedades financeiras

Observação — As séries estatísticas relativas a outras sociedades financeiras apenas se iniciaram em 1982 e deixaram de ser publicadas a partir de 1991.

ano	outras sociedades financeiras número	estabelecimentos número	activo 10^3 contos	crédito 10^3 contos
...				
1982	1	?	39 343	23 840

Quadro 5J.1 — Outros intermediários financeiros (continuação)

ano	outras sociedades financeiras número	estabelecimentos número	activo 10^3 contos	crédito 10^3 contos
1983	1	?	49 065	21 511
1984	1	?	52 046	27 412
1985	1	?	48 317	25 295
1986	6	8	74 413	37 388
1987	6	4	73 039	36 532
1988	6	8	70 422	35 996
1989	5	7	66 442	30 777
1990	5	7	43 792	19 306
...				

Quadro 5J.2 — Desconto e protesto de letras

Fonte — Estatísticas Monetárias e Financeiras

ano	desconto		protesto	
	10^3 letras	10^3 contos	10^3 letras	10^3 contos
1930	1 750	6 801	71	255
1931	1 524	5 401	78	296
1932	?	?	47	145
1933	?	?	35	103
1934	?	?	32	94
1935	1 932	6 284	30	82
1936	2 118	6 521	32	80
1937	2 288	6 958	35	125
1938	2 434	7 531	38	91
1939	2 566	7 671	40	84
1940	2 662	8 632	33	79
1941	2 666	8 338	29	68
1942	2 363	8 414	15	50
1943	2 271	8 973	14	44
1944	2 444	11 131	17	74
1945	2 646	13 290	24	91
1946	3 207	17 108	26	95
1947	3 696	20 914	40	181
1948	4 149	22 537	47	208
1949	4 407	22 774	67	309
1950	4 485	23 640	65	276
1951	4 494	25 639	52	232
1952	4 944	28 523	47	219
1953	5 200	29 341	54	238
1954	5 558	32 255	49	205
1955	6 148	37 506	52	196
1956	6 599	41 654	62	291
1957	6 982	47 043	65	319
1958	7 297	51 748	69	344

Quadro 5J.2 — Desconto e protesto de letras (continuação)

ano	desconto		protesto	
	10^3 letras	10^3 contos	10^3 letras	10^3 contos
1959	7 935	56 193	70	278
1960	8 680	62 778	75	337
1961	9 024	71 082	87	420
1962	8 847	76 458	92	464
1963	8 731	82 135	74	387
1964	9 187	93 065	62	380
1965	10 186	112 842	57	349
1966	11 158	127 117	67	469
1967	11 984	135 201	80	806
1968	12 993	146 784	86	841
1969	14 156	169 333	83	643
1970	14 708	201 881	91	848
1971	13 930	242 319	110	1 142
1972	14 476	280 594	98	988
1973	14 982	377 821	72	727
1974	14 600	494 982	91	2 364
1975	12 123	534 501	182	12 600
1976	11 216	602 282	127	6 151
1977	11 471	786 864	78	4 276
1978	9 261	890 715	91	5 698
1979	9 554	1 169 577	112	8 951
1980	8 875	1 324 318	91	8 320
1981	9 989	1 825 188	86	9 464
1982	9 711	2 175 939	124	19 281
1983	8 679	2 461 592	136	30 639
1984	7 888	2 614 955	121	30 328
1985	7 404	2 640 190	96	28 277
1986	6 948	2 463 781	61	21 792
1987	6 716	2 406 827	46	20 016
1988	6 614	2 554 679	40	19 785
1989	6 052	2 816 800	40	21 803
1990	5 912	3 450 356	40	24 824

Quadro 5J.2 — Desconto e protesto de letras (continuação)

ano	desconto		protesto	
	10^3 letras	10^3 contos	10^3 letras	10^3 contos
1991	6 326	4 392 319	48	49 796
1992	6 883	5 128 528	66	74 864
1993	6 678	5 233 470	86	97 756
1994	6 190	4 662 992	74	72 446
1995	?	?	54	58 963
1996	?	?	21	39 832
1997	4 264	3 679 659	32	30 383
1998	3 926	3 427 153	26	60 374

Quadro 5J.3 — Seguros e fundos de pensões

Fonte — De 1918 a 1959 e de 1969 a 1974, Anuário Estatístico; de 1960 a 1968, Anuário do Grémio dos Seguradores e Boletim de Seguros; de 1975 a 1982, Actividade seguradora em Portugal — elementos estatísticos, publicação periódica do Instituto dos Seguros de Portugal; a partir de 1983, Estatísticas Monetárias e Financeiras.

A — Seguros

ano	companhias de seguros número	estabele-cimentos número	capitais seguros 10^3 contos	prémios cobrados 10^3 contos	indemnizações pagas 10^3 contos
1918	?	?	?	36	10
1919	?	?	?	29	30
1920	?	?	?	24	7
1921	?	?	6 599	28	6
1922	?	?	8 795	38	10
1923	?	?	12 580	54	14
1924	?	?	16 875	60	11
1925	?	?	17 849	64	14
1926	?	?	17 864	66	19
1927	?	?	20 235	71	20
1928	?	?	22 724	(a) 50	(a) 16
1929	?	?	25 867	(a) 67	(a) 16
1930	?	?	22 190	70	28
1931	?	?	23 098	65	37
1932	?	?	17 700	97	27
1933	?	?	26 321	121	43
1934	?	?	29 551	132	51
1935	?	?	32 061	144	60
1936	?	?	33 044	151	56
1937	75	?	36 293	174	66
1938	75	?	38 396	188	73
1939	75	?	40 996	217	67

Quadro 5J.3 — Seguros e fundos de pensões (continuação)

ano	companhias de seguros número	estabele-cimentos número	capitais seguros 10^3 contos	prémios cobrados 10^3 contos	indemnizações pagas 10^3 contos
1940	74	?	45 138	267	79
1941	75	?	49 398	323	129
1942	80	?	57 935	424	101
1943	85	?	66 338	483	169
1944	85	?	75 742	529	185
1945	86	?	84 293	510	225
1946	87	?	99 675	613	289
1947	86	?	117 667	710	373
1948	88	?	137 190	767	364
1949	86	?	127 541	803	357
1950	86	?	139 154	818	354
1951	85	?	149 051	876	329
1952	87	?	160 343	954	467
1953	86	?	167 261	983	410
1954	86	?	177 311	1 040	438
1955	86	?	195 190	1 112	457
1956	86	?	215 000	1 232	528
1957	86	?	225 032	1 313	588
1958	86	?	249 810	1 397	672
1959	86	?	270 079	1 475	668
1960	86	?	279 479	1 585	755
1961	86	?	314 162	1 634	821
1962	86	?	322 505	1 742	833
1963	86	?	355 493	1 870	963
1964	86	?	394 492	1 992	1 156
1965	86	?	438 684	2 231	1 333
1966	86	?	488 573	2 523	1 463
1967	86	?	531 973	2 899	1 456
1968	86	?	586 900	3 246	1 617
1969	87	?	690 554	3 929	1 643
1970	87	?	771 896	4 619	1 949

Quadro 5J.3 — Seguros e fundos de pensões (continuação)

ano	companhias de seguros número	estabele-cimentos número	capitais seguros 10^3 contos	prémios cobrados 10^3 contos	indemnizações pagas 10^3 contos
1971	85	?	900 288	5 403	2 395
1972	82	?	1 215 643	6 573	3 008
1973	77	?	1 860 869	7 918	3 403
1974	75	?	2 131 315	9 493	4 301

(a) Não inclui o ramo vida.

ano	companhias de seguros número	estabele-cimentos número	activos totais 10^3 contos	prémios cobrados 10^3 contos	indemnizações pagas 10^3 contos
1974	75	?	28 207	9 493	4 301
1975	81	?	31 673	11 898	6 757
1976	72	?	33 323	14 099	7 197
1977	70	?	38 714	17 125	9 780
1978	70	?	54 464	21 211	11 817
1979	68	?	63 798	26 749	16 169
1980	51	?	84 745	35 709	19 832
1981	50	?	98 038	43 511	25 346
1982	50	?	117 587	53 791	33 773
1983	50	632	139 359	66 221	39 693
1984	49	672	166 492	80 120	43 384
1985	50	669	191 137	95 947	52 186
1986	49	656	236 430	118 717	63 766
1987	55	666	308 563	140 737	83 847
1988	62	699	383 469	177 386	107 890
1989	66	738	519 538	224 945	133 758
1990	70	787	686 144	295 897	180 331
1991	81	819	907 801	356 099	223 038
1992	88	923	1 090 089	434 654	267 536
1993	89	923	1 361 460	533 737	297 746
1994	92	985	1 671 276	637 127	353 848
1995	93	993	2 115 075	793 947	345 341

Quadro 5J.3 — Seguros e fundos de pensões (continuação)

ano	companhias de seguros número	estabele-cimentos número	activos totais 10^3 contos	prémios cobrados 10^3 contos	indemnizações pagas 10^3 contos
1996	94	1007	2 673 127	942 123	406 390
1997	93	1031	3 289 664	985 379	460 582
1998	96	1071	3 941 400	1 168 525	551 131

B — Sociedades gestoras de fundos de pensões

ano	sociedades gestoras	fundos de pensões	capital 10^3 contos
1990	23	190	169 424
1991	27	200	291 136
1992	28	216	452 614
1993	26	219	789 291
1994	27	209	986 870
1995	28	226	1 384 610
1996	31	237	1 650 347
1997	29	237	2 016 929
1998	29	233	2 321 446

Quadro 5J.4 — Constituição e dissolução de sociedades

Fonte — Estatísticas Monetárias e Financeiras

ano	constituição de sociedades		dissolução de sociedades		aumentos de capital
	número	10^3 contos	número	10^3 contos	10^3 contos
1930	1 135	86	555	47	?
1931	1 052	76	513	49	?
1932	1 226	79	511	45	?
1933	1 243	94	478	57	?
1934	1 258	77	410	36	?
1935	1 244	98	390	30	?
1936	1 275	91	369	29	?
1937	1 284	60	408	27	?
1938	1 258	98	337	52	?
1939	1 169	67	294	41	?
1940	1 176	102	310	37	?
1941	1 740	188	326	43	?
1942	1 831	305	385	44	?
1943	2 073	287	397	28	?
1944	2 563	395	372	36	?
1945	2 599	610	444	44	?
1946	3 266	367	491	38	?
1947	3 000	628	480	53	?
1948	2 611	312	537	71	?
1949	2 167	192	610	130	?
1950	1 850	182	602	52	?
1951	1 849	194	519	51	?
1952	1 832	200	482	103	?
1953	1 796	506	487	77	?
1954	1 864	397	472	56	?
1955	1 754	215	425	77	?
1956	1 994	256	390	57	?
1957	1 987	298	426	44	?
1958	2 112	462	383	116	?

Quadro 5J.4 — Constitutição e dissolução de sociedades (continuação)

ano	constituição de sociedades		dissolução de sociedades		aumentos de capital
	número	10^3 contos	número	10^3 contos	10^3 contos
1959	2 256	1 327	374	94	?
1960	2 320	366	445	56	?
1961	2 056	512	409	167	?
1962	1 836	456	447	85	?
1963	1 795	1 071	666	268	?
1964	2 073	1 559	695	216	?
1965	2 293	2 001	567	182	?
1966	2 404	1 947	568	601	?
1967	3 381	2 266	577	318	?
1968	6 374	1 791	590	261	?
1969	3 123	9 083	597	6 400	?
1970	3 055	2 036	652	305	?
1971	3 558	3 183	596	513	?
1972	3 793	5 595	626	883	?
1973	4 650	7 952	637	821	?
1974	4 526	6 656	636	1 968	?
1975	4 847	3 215	677	1 348	?
1976	6 712	3 458	610	1 051	?
1977	8 862	5 761	692	819	?
1978	8 007	5 991	1 252	903	?
1979	6 963	7 474	1 931	901	?
1980	7 968	11 202	1 103	560	?
1981	10 145	17 568	1 003	770	?
1982	9 929	14 931	1 121	691	?
1983	6 667	15 586	1 099	1 150	?
1984	7 209	19 432	998	1 265	?
1985	8 732	23 445	1 266	3 317	?
1986	12 003	36 595	1 242	5 005	?
1987	12 360	45 538	970	1 680	?
1988	15 549	98 042	1 111	2 009	381 708
1989	17 478	112 116	1 169	2 352	371 815
1990	19 320	129 911	1 076	3 541	548 353

Quadro 5J.4 — Constitutição e dissolução de sociedades (continuação)

ano	constituição de sociedades		dissolução de sociedades		aumentos de capital
	número	10^3 contos	número	10^3 contos	10^3 contos
1991	18 195	156 176	1 031	4 763	?
1992	22 339	94 530	1 128	8 438	864 520
1993	21 493	183 685	1 314	21 193	761 999
1994	21 484	140 190	1 551	22 039	714 647
1995	23 094	174 953	1 869	65 168	842 584
1996	24 170	193 918	1 970	31 496	946 039
1997	25 377	151 023	2 626	86 532	1 400 530
1998	28 462	243 625	6 745	65 317	1 230 878

Quadro 5J.5 — Emissão e transacção de títulos

Fonte: Estatísticas Monetárias e Financeiras

Unidade — Milhares de contos

ano	emissão de acções	emissão de obrigações privadas	emissão de obrigações públicas	transacções de títulos
1936	?	11	?	?
1937	?	191	?	?
1938	59	2	?	?
1939	54	6	?	?
1940	155	38	?	?
1941	126	77	?	?
1942	269	102	?	?
1943	367	28	?	?
1944	522	128	?	?
1945	806	84	?	?
1946	570	351	?	?
1947	696	58	?	?
1948	318	303	?	?
1949	332	158	?	?
1950	610	52	?	?
1951	385	520	?	?
1952	801	61	?	?
1953	1 591	166	?	?
1954	665	912	?	?
1955	479	510	?	?
1956	709	471	?	?
1957	1 478	715	?	1 377
1958	1 344	528	?	1 241
1959	2 052	1 070	?	1 362
1960	956	993	?	1 443
1961	1 191	579	?	1 171
1962	931	313	?	847

Quadro 5J.5 — Emissão e transacção de títulos (continuação)

ano	emissão de acções	emissão de obrigações privadas	emissão de obrigações públicas	transacções de títulos
1963	2 701	930	?	931
1964	3 158	318	?	1 220
1965	5 782	315	?	1 502
1966	4 365	959	?	2 116
1967	3 407	1 611	?	1 580
1968	1 791	796	?	1 879
1969	8 553	490	1 957	4 114
1970	858	528	2 089	3 340
1971	1 220	340	2 118	4 258
1972	3 752	650	4 076	8 517
1973	4 606	700	5 299	17 446
1974	3 402	475	8 033	3 868
1975	515	0	38 329	0
1976	346	0	46 894	199
1977	4 317	0	55 522	255
1978	3 496	864	53 176	368
1979	8 081	317	109 530	327
1980	24 685	0	206 855	619
1981	22 457	5 700	203 417	689
1982	16 031	20 511	172 417	605
1983	29 547	9 922	202 587	?
1984	52 898	21 518	299 000	2 168
1985	60 505	70 478	395 059	10 256
1986	112 470	27 960	173 055	35 474
1987	261 282	158 654	320 670	267 509
1988	261 876	106 390	589 323	223 970
1989	299 356	177 245	742 127	434 821
1990	505 220	310 085	1 016 948	732 450
1991	526 211	285 270	1 707 342	1 707 308
1992	654 411	364 344	1 569 156	1 172 972
1993	693 345	367 245	1 286 981	3 449 925
1994	582 072	452 952	966 509	3 780 879

Quadro 5J.5 — Emissão e transacção de títulos (continuação)

ano	emissão de acções	emissão de obrigações privadas	emissão de obrigações públicas	transacções de títulos
1995	778 931	973 986	1 730 591	2 788 464
1996	517 283	1 462 548	1 720 591	3 602 851
1997	370 700	1 482 600	1 477 300	6 450 409
1998	851 600	1 451 000	1 420 100	10 629 046

SECÇÃO K — IMOBILIÁRIO, ALUGUER E SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

São reunidos neste sector da vida económica três tipos de actividades cuja importância relativa tem variado significativamente ao longo do tempo.

As operações imobiliárias — transacções e hipotecas de prédios — são, òbviamente, actividades muito antigas, que se devem ter expandido no século 19 com a desamortização de uma parte significativa da propriedade. Porém, a publicação de dados estatísticos sistemáticos sobre estas operações apenas se iniciou na década de 30 do século 20. São as séries correspondentes que são apresentadas no primeiro quadro desta secção.

O aluguer de imóveis, particularmente para habitação, é também uma actividade muito antiga, que se deve ter expandido igualmente a partir do século 19 com o crescimento absoluto e relativo da população urbana. Nunca foram, todavia, publicados dados estatísticos sistemáticos sobre ela, a não ser na óptica dos preços (neste caso, mais precisamente, das rendas). É de crer que no último quartel do século 20 tenha havido uma regressão desta actividade, por duas razões: o desincentivo à actividade de aluguer resultante do congelamento por largo período das rendas da habitação; o incentivo à aquisição de habitação própria resultante de condições de crédito especialmente favoráveis para o efeito (política levada a cabo em parte como meio de estímulo à actividade da construção civil, em parte como meio de aliviar certas tensões sociais, algumas resultantes do referido congelamento das rendas e dos seus efeitos no mercado e na conservação das habitações).

A prestação de serviços às empresas é, pelo contrário, uma actividade tradicionalmente com pouco significado. Apenas adquiriu verdadeira importância em finais do século 20, com o desenvolvimento de actividades, habitualmente denominadas liberais, não só em domínios, onde já tinham algum peso, embora sobretudo como serviços pessoais — é o caso da advocacia, da engenharia e da medicina —, mas também em múltiplos domínios onde quase não existiam (ou não existiam mesmo) — é o caso da arquitectura, da consultadoria de gestão, dos serviços informáticos, da investigação e desenvolvimento, etc.. O próprio facto de a publicação de informação estatística sistemática sobre estas actividades se ter iniciado já durante os anos 90 do século 20 e ainda não ter adquirido uma forma estabilizada é extermamente significativo. De qualquer forma, o segundo quadro desta secção tenta sintetizar a informação existente sobre estas actividades.

Quadros

5K.1 — Transacções e hipotecas de prédios
5K.2 — Indicadores de actividade dos serviços prestados às empresas

Quadro 5K.1 — Transacções e hipotecas de prédios

Fonte — Estatísticas Financeiras

ano	transacções		hipotecas		crédito hipotecário
	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos	10^3 contos
1936	?	?	23	?	272
1937	?	?	23	?	326
1938	?	?	23	?	356
1939	?	?	23	?	341
1940	?	?	20	?	301
1941	?	?	19	?	274
1942	?	?	15	?	361
1943	?	?	14	?	437
1944	?	?	14	?	538
1945	?	?	17	?	638
1946	?	?	19	?	896
1947	?	?	18	?	1 281
1948	?	?	23	?	1 530
1949	?	?	19	?	1 259
1950	?	?	20	?	814
1951	?	?	19	?	817
1952	?	?	18	?	865
1953	?	?	19	?	1 022
1954	?	?	20	?	1 124
1955	?	?	20	?	1 292
1956	?	?	21	?	1 651
1957	?	?	21	?	1 740
1958	?	?	20	?	2 158
1959	?	?	20	?	2 170
1960	?	?	19	?	2 421
1961	?	?	19	7 125	2 664
1962	?	?	16	6 750	2 644
1963	?	?	16	8 339	2 917

Quadro 5K.1 — Transacções e hipotecas de prédios (continuação)

ano	transacções		hipotecas		crédito hipotecário
	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos	10^3 contos
1964	?	?	15	8 315	3 179
1965	?	?	15	8 860	3 449
1966	?	?	15	11 804	4 601
1967	?	?	19	14 351	5 213
1968	141	9 612	21	15 034	5 751
1969	148	11 024	21	19 239	7 206
1970	161	12 895	21	19 240	7 960
1971	165	15 612	22	32 044	13 697
1972	175	20 412	23	31 331	14 169
1973	180	28 842	20	30 376	14 772
1974	175	28 886	22	35 732	17 167
1975	174	21 868	18	36 131	18 365
1976	185	25 187	20	28 343	14 797
1977	202	37 247	?	?	?
1978	205	50 295	43	68 187	38 949
1979	213	63 366	45	92 200	56 109
1980	217	92 301	53	125 912	79 239
1981	241	140 338	70	222 041	140 446
1982	242	168 241	62	237 156	153 701
1983	235	201 823	55	260 702	156 885
1984	210	222 103	61	321 366	196 612
1985	191	284 264	64	321 908	190 382
1986	207	365 516	63	336 493	233 467
1987	236	545 037	77	505 050	360 547
1988	250	744 504	66	536 753	371 380
1989	225	762 353	58	598 285	399 925
1990	170	918 116	51	628 400	418 165
1991	235	1 200 637	57	810 256	511 139
1992	248	1 314 653	65	1 032 829	725 302
1993	258	1 455 686	75	1 193 998	704 863
1994	263	1 556 816	97	1 307 662	924 954

Quadro 5K.1 — Transacções e hipotecas de prédios (continuação)

ano	transacções		hipotecas		crédito hipotecário
	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos	10^3 contos
1995	266	1 733 607	101	1 451 877	1 088 476
1996	275	1 837 548	120	1 712 368	1 408 083
1997	305	2 315 455	151	2 265 556	1 794 148
1998	345	3 072 817	216	3 371 336	2 733 223

Quadro 5K.2 — Indicadores de actividade dos serviços prestados às empresas

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas das Empresas — Comércio e Outros Serviços.

A — Volume de vendas

Unidade — Milhares de contos

ano	actividades imobiliárias	aluguer de máquinas e equipamentos	serviços informáticos	investigação e desenvol-vimento	outros serviços prestados às empresas
1991	136	13	-	-	463
1992	134	17	-	-	502
1993	243	19	-	-	712
1994	282	31	-	-	761
1995	266	31	-	-	994
1996	1 291	193	117	0,5	2 204
1997	2 808	192	167	1,3	1 602

Quadro 5K.2 — Indicadores de actividade dos serviços prestados às empresas (continuação)

B — Índices de actividade

Unidade — Base 1995 = 100

Observação — O índice foi calculado deflacionando o volume de vendas com o índice de preços do quadro 8.1. Não foram consideradas as actividades de serviços informáticos e de investigação e desenvolvimento por não estar disponível o valor do volume de vendas em 1995.

ano	actividades imobiliárias	aluguer de máquinas e equipamentos	outros serviços prestados às empresas
1991	65	53	59
1992	59	64	59
1993	100	67	78
1994	110	104	80
1995	100	100	100
1996	471	604	215
1997	1 002	588	153

SECÇÃO L — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

EUGÉNIA MATA (Faculdade de Economia — Universidade Nova de Lisboa)

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

1 — Aspectos gerais

Em termos institucionais, a administração pública engloba três sub-sectores: a administração central, a administração local e a segurança social.

No sub-sector da administração central, há que distinguir, sob o ponto de vista funcional, uma pluralidade de actividades, de que se destacam a administração em sentido estrito, a segurança, a justiça, a defesa, o apoio à actividade económica, a educação e a saúde.

No sub-sector da administração local, encontra-se, sob o ponto de vista funcional, igualmente um leque de actividades diversas, embora não tão vasto como na administração central (em particular, não há actividade de defesa).

O sub-sector da segurança social pode, em rigor, considerar-se um serviço autónomo da administração central, especificamente dedicado a essa função particular.

Muitos dos dados referentes às actividades da administração pública encontram-se, por razões de classificação recomendada pelos organismos estatísticos, ou de conveniência de arrumação, em diversos outros capítulos e secções desta colectânea. Assim:

a) O capítulo 4 contém os elementos fundamentais sobre o número de activos empregues no sector da administração pública.

b) O capítulo 9 contém os elementos fundamentais sobre a vida financeira da administração central.

c) A secção M deste capítulo 5 contém os elementos fundamentais sobre a prossecução das funções da educação e da investigação científica.

d) A secção N deste capítulo 5 contém os elementos fundamentais sobre a prossecução das funções da saúde e da segurança social.

A presente secção L do capítulo 5 concentra-se, por isso, em parte dos elementos relativos às funções civis da administração e à função militar da defesa.

2 — Justiça

Destas funções, apenas a da justiça foi alvo de um tratamento sistemático desde as primeiras publicações estatísticas portuguesas. Entre 1878 e 1880, foram publicados volumes de Estatística da Justiça Criminal, mas não tiveram continuidade. Entretanto, o Anuário Estatístico foi englobando informações cada vez mais pormenorizadas sobre o tema. Em 1936, foi retomada uma publicação especializada sobre a justiça com a designação de Estatística Judiciária. Essa publicação manteve-se até hoje, ainda que sem periodicidade rigorosamente anual, tendo adoptado desde 1969 a denominação de Estatísticas da Justiça. Uma síntese das suas informações continuou, entretanto, a ser incluída no Anuário Estatístico.

As séries que constam destas publicações sofrem de frequentes quebras de continuidade. É, de qualquer modo, possível apresentar um resumo do seu conteúdo no quadro 5L.1.

3 — Finanças da administração local

Sobre a administração local, apenas é possível encontrar publicadas com regularidade informações relativas à vida financeira desde os finais da década de 1920. Um resumo dos elementos mais relevantes é apresentado no quadro 5L.2. Tais elementos sofrem, ainda assim, de duas lacunas:

a) Ausência de dados para as freguesias, o que pode considerar-se pouco importante, devido ao seu reduzido significado financeiro.

b) Ausência de dados para as regiões autónomas a partir de 1977, o que pode considerar-se relativamente importante, devido ao seu relevante significado financeiro, que tudo leva a supôr ser superior ao que já era o dos distritos autónomos das Ilhas Adjacentes.

4 — Indicadores de actividade

Como síntese da secção, procurou-se construir indicadores globais de actividade do sector, distinguindo entre a administração pública em sentido estrito e a defesa.

O índice nominal de actividade do sub-sector da administração pública em sentido estrito foi obtido adicionando as despesas públicas das rubricas ‘administração’, ‘ultramar’ e ‘economia’, do quadro 9.5 e as despesas da administração local do quadro 5L.2. Há, obviamente, uma sub-estimação dos valores efectivos até 1927-1928, devido à ausência de dados relativos à

administração local, e a partir de 1978, devido à ausência da dados relativos à administração regional.

O índice nominal da actividade do sub-sector da defesa coincide com as despesas públicas da rubrica ‘defesa’ do quadro 9.5.

Não foram consideradas para a construção destes índices as despesas públicas:

a) Da rubrica ‘dívida pública’, por não se tratar de despesas com o funcionamento corrente dos serviços.

b) Da rubrica ‘educação’, por se tratar de despesas relativas ao sector ‘educação’ e não ao sector ‘administração pública’.

c) Da rubrica ‘despesas sociais’, por se tratar de despesas relativas ao sector ‘saúde e segurança social’ e não ao sector ‘administração pública’.

Os índices reais de actividade dos sub-sectores da administração pública em sentido estrito e da defesa foram obtidos dividindo os respectivos índices nominais pelo índice de preços do quadro 8.1.

Quadros

5L.1 — Justiça
5L.2 — Finanças da administração local
5L.3 — Indicadores de actividade da administração pública e defesa

Quadro 5L.1 — Justiça

Fonte — Estatística Judiciária, Estatísticas da Justiça e Anuário Estatístico.

Unidade — Milhares.

ano	processos findos	argüídos julgados	réus condenados	presos existentes
1878		13	8	
1879		12	8	
1880		12	8	
1881		12	8	
...				
1886		16	11	
1887		24	17	
1888		27	20	
1889		29	21	
1890		20	14	
1891		23	16	
...				
1897			18	
...				
1900			18	
...				
1903			16	
1904			17	
1905			18	
1906			18	
1907			18	
1908			18	
1909			19	
1910			15	
1911			13	
1912			13	
1913			13	

Quadro 5L.1 — Justiça (continuação)

ano	processos findos	argüídos julgados	réus condenados	presos existentes
1914			13	
1915			13	
1916			14	
1917			13	
1918			12	
1919			12	
1920			11	
1921			12	
1922			11	
1923			11	
1924			10	
1925			12	
1926			11	
1927			11	
1928			10	
1929			11	
1930			11	
1931			10	
1932			11	
1933			12	
1934			13	
1935			14	
1936		17	10	
1937		19	11	
1938		22	12	
1939		24	13	
1940		24	12	
1941		25	13	
1942		24	14	9
1943				9
1944	179	25	15	10
1945	127			11

Quadro 5L.1 — Justiça (continuação)

ano	processos findos	argüídos julgados	réus condenados	presos existentes
1946	178			11
1947	177			10
1948	193	34	20	10
1949	200			11
1950	211	41	25	12
1951	221	39	24	12
1952	222	42	26	13
1953	240	43	26	13
1954	223	45	28	13
1955	224	50	31	12
1956	270	52	33	12
1957	269	49	28	11
1958	272	41	24	11
1959	321	37	22	11
1960	287	38	22	10
1961	272	37	22	11
1962	285	38	22	11
1963	360	38	24	11
1964	359	36	22	11
1965	336	38	23	10
1966	286	34	21	10
1967	262	33	19	9
1968	265	30	18	9
1969	269	31	18	8
1970	316	30	15	7
1971	305	27	15	7
1972	291	26	14	6
1973	285	27	13	6
1974	273	18	10	5
1975	292	17	10	6
1976	427	30	13	5
1977	472	29	15	6

Quadro 5L.1 — Justiça (continuação)

ano	processos findos	argüídos julgados	réus condenados	presos existentes
1978	530	31	16	6
1979	529	32	16	6
1980	585	30	14	5
1981	640	39	12	5
1982	767	37	13	5
1983	777	35	14	6
1984	771	39	16	8
1985	815	50	19	9
1986	834	61	18	8
1987	570	54	19	8
1988	579	54	20	8
1989	607	53	22	8
1990	594	56	22	9
1991	710	72	23	8
1992	739	83	30	9
1993	793	74	37	11
1994	961	95	34	10
1995	523	90	36	12
1996	545	90	37	14
1997	584	91	38	15
1998	620	120	41	14

Quadro 5L.2 — Finanças das autarquias locais

Fonte — Orçamento Geral do Estado e Anuário Estatístico.

Unidade — Milhares de contos.

A — Orçamento e dívida dos municípios

ano	receitas	despesas	dívida
1927-1928			126
1928-1929	222	253	136
1929-1930	231	244	171
1930-1931	258	290	195
1931-1932	276	284	215
1932-1933	267	273	239
1933-1934	365	378	240
1934-1935	618	642	258
1936	428	442	259
1937	453	474	264
1938	465	480	276
1939	527	640	328
1940	481	582	368
1941	485	569	384
1942	492	566	384
1943	525	590	388
1944	579	644	381
1945	631	721	319
1946	795	887	409
1947	1 069	1 305	447
1948	1 176	1 443	593
1949	1 321	1 535	820
1950	1 306	1 442	916
1951	1 266	1 353	898
1952	1 308	1 367	928

Quadro 5L.2 — Finanças das autarquias locais (continuação)

A — Orçamento e dívida dos municípios (continuação)

ano	receitas	despesas	dívida
1953	1 365	1 413	937
1954	1 415	1 455	930
1955	1 476	1 513	926
1956	1 582	1 640	964
1957	1 726	1 807	993
1958	1 879	2 001	1 043
1959	2 082	2 160	1 080
1960	2 326	2 441	1 130
1961	2 446	2 628	1 158
1962	2 730	2 897	1 181
1963	3 043	3 168	1 230
1964	3 226	3 321	2 121
1965	3 613	3 781	1 241
1966	5 200	5 440	1 302
1967	5 997	6 232	1 379
1968	6 771	6 568	1 473
1969	7 738	7 431	1 705
1970	7 922	8 435	1 896
1971	9 136	9 587	2 068
1972	10 402	10 402	2 318
1973	11 142	12 131	2 474
1974	13 768	14 491	3 160
1975	14 797	15 263	3 298
1976	23 615	24 450	3 350
1977	32 560	32 997	3 372
1978	56 118	56 856	3 159
1979	65 524	66 298	3 525
1980	62 992	65 126	4 513
1981	86 907	94 458	10 262
1982	96 445	107 454	15 147
1983	100 997	109 966	21 217

Quadro 5L.2 — Finanças das autarquias locais (continuação)

A — Orçamento e dívida dos municípios (continuação)

ano	receitas	despesas	dívida
1984	123 903	128 625	22 471
1985	133 958	137 597	23 687
1986	147 395	151 830	36 936
1987	234 002	241 188	36 133
1988	272 265	283 199	47 745
1989	362 476	378 436	59 377
1990	394 918	411 765	161 429
1991	610 052	636 279	76 502
1992	745 249	771 848	297 308
1993	900 665	934 450	141 475
1994	878 451	914 472	160 667
1995	928 895	965 565	185 292
1996	1 050 080	1 097 877	184 171
1997	1 232 877	1 295 976	188 338
1998	1 062 203	1 117 023	

B — Orçamento e dívida dos distritos e províncias do Continente

ano	receitas	despesas	dívida
1927-1928			2
1928-1929	8	8	1
1929-1930	12	11	1
1930-1931	12	12	1
1931-1932	11	11	1
1932-1933	10	10	1
1933-1934	11	11	1
1934-1935	15	15	1
1936	12	12	1
1937	11	11	+ 0
1938	13	13	+ 0

Quadro 5L.2 — Finanças das autarquias locais (continuação)

B — Orçamento e dívida dos distritos e províncias do Continente (continuação)

ano	receitas	despesas	dívida
1939	11	11	+ 0
1940	12	12	1
1941	11	12	1
1942	12	12	1
1943	12	12	2
1944	13	14	2
1945	13	14	3
1946	14	15	2
1947	16	17	3
1948	20	20	3
1949	24	24	3
1950	26	26	2
1951	27	27	2
1952	31	31	2
1953	29	29	2
1954	31	31	1
1955	33	33	1
1956	34	34	1
1957	36	36	2
1958	38	38	2
1959	41	41	2
1960	36	36	1
1961	42	42	1
1962	43	43	1
1963	48	48	1
1964	48	48	1
1965	56	56	1
1966	67	67	1
1967	73	73	2
1968	135	80	3
1969	154	91	3

Quadro 5L.2 — Finanças das autarquias locais (continuação)

B — Orçamento e dívida dos distritos e províncias do Continente (continuação)

ano	receitas	despesas	dívida
1970	103	103	3
1971	121	122	3
1972	132	132	3
1973	138	138	3
1974	164	164	3
1975	173	173	2
1976	209	209	2
1977	260	260	4
1978	462	462	3
1979	649	649	3
1980	583	583	3
1981	750	750	3
1982	757	757	2
1983	766	766	2
1984	688	688	2
1985	876	876	1
1986	825	825	1
1987	389	389	1
1988	247	247	+ 0
1989	1 591	1 591	+ 0
1990	1 460	1 460	+ 0
1991	2 317	2 317	+ 0
1992	2 763	2 763	+ 0
1993	298	298	

Quadro 5L.2 — Finanças das autarquias locais (continuação)

C — Orçamento e dívida dos distritos autónomos das Ilhas Adjacentes

Observação — Os distritos autónomos das Ilhas Adjacentes foram extintos em 1977 e substituídos pelas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, cujas contas nunca foram publicadas em sínteses estatísticas nacionais ou regionais.

ano	receitas	despesas	dívida
1928-1929			2
1929-1930	27	28	2
1930-1931	26	27	2
1931-1932	26	26	2
1932-1933	24	37	6
1933-1934	26	38	18
1934-1935	36	45	16
1936	22	25	18
1937	26	26	17
1938	26	26	17
1939	34	35	17
1940	37	40	18
1941	40	46	21
1942	41	44	24
1943	48	48	24
1944	58	58	24
1945	64	64	28
1946	76	76	30
1947	94	95	33
1948	92	98	37
1949	87	95	41
1950	91	98	50
1951	98	98	52
1952	105	109	57
1953	122	126	70
1954	98	107	78

Quadro 5L.2 — Finanças das autarquias locais (continuação)

C — Orçamento e dívida dos distritos autónomos das Ilhas Adjacentes (continuação)

Ano	receitas	despesas	dívida
1955	116	116	75
1956	112	112	71
1957	126	129	72
1961	144	164	91
1962	152	152	85
1963	159	159	79
1964	183	183	73
1965	193	193	66
1966	208	208	60
1967	216	216	52
1968	224	224	45
1969	262	262	38
1970	293	293	102
1971	323	326	38
1972	348	365	49
1973	472	492	52
1974	610	620	59
1975	784	786	53
1976	1 198	1 201	

Quadro 5L.3 — Indicadores de actividade da administração pública e defesa

Fonte — Cálculo conforme explicado no texto de introdução da secção.

ano	administração pública		defesa	
	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)
1852-1853	5	36	5	65
...				
1855-1856	6	30	3	30
1856-1857	?	?	4	32
...				
1859-1860	?	?	4	37
1860-1861	6	31	4	37
1861-1862	11	52	4	34
1862-1863	11	54	4	37
1863-1864	9	47	4	37
1864-1865	9	44	5	43
1865-1866	9	43	4	39
1866-1867	8	37	5	47
1867-1868	15	69	5	48
1868-1869	7	36	5	43
1869-1870	16	81	5	44
1870-1871	7	37	6	56
1871-1872	7	40	5	51
1872-1873	8	36	5	45
1873-1874	9	40	6	51
1874-1875	10	52	7	66
1875-1876	12	59	8	69
1876-1877	16	74	6	52
1877-1878	14	59	6	50
1878-1879	13	60	7	59
1879-1880	11	50	6	55
1880-1881	12	58	7	59

Quadro 5L.3 — Indicadores de actividade da administração pública e defesa (continuação)

ano	administração pública		defesa	
	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)
1881-1882	12	59	6	57
1882-1883	12	59	6	55
1883-1884	12	61	7	67
1884-1885	13	71	8	79
1885-1886	14	76	9	94
1886-1887	15	83	8	79
1887-1888	16	91	8	81
1888-1889	22	121	7	74
1889-1890	24	114	8	75
1890-1891	21	96	8	72
1891-1892	23	107	9	75
1892-1893	19	86	9	73
1893-1894	15	68	8	68
1894-1895	17	77	8	69
1895-1896	19	86	11	98
1896-1897	20	89	12	96
1897-1898	20	83	12	90
1898-1899	17	71	11	81
1899-1900	22	95	11	85
1900-1901	17	72	10	83
1901-1902	17	75	11	92
1902-1903	18	79	11	93
1903-1904	19	79	12	92
1904-1905	17	70	13	99
1905-1906	20	83	12	93
1906-1907	19	77	13	99
1907-1908	27	112	15	115
1908-1909	26	105	13	97
1909-1910	28	114	13	96
1910-1911	22	91	13	97
1911-1912	19	76	15	113

Quadro 5L.3 — Indicadores de actividade da administração pública e defesa (continuação)

ano	administração pública		defesa	
	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)
1912-1913	30	120	15	109
1913-1914	25	100	14	100
1914-1915	37	137	31	216
1915-1916	50	157	50	294
1916-1917	48	127	64	313
1917-1918	57	97	88	282
1918-1919	69	86	168	389
1919-1920	119	102	178	283
1920-1921	195	103	123	120
1921-1922	204	80	128	93
1922-1923	696	193	184	95
1923-1924	417	79	289	102
1924-1925	581	97	367	113
1925-1926	571	99	385	124
1926-1927	788	135	498	158
1927-1928	644	109	450	141
1928-1929	1 063	180	443	139
1929-1930	1 085	185	493	156
1930-1931	1 106	205	467	161
1931-1932	1 206	240	458	169
1932-1933	1 192	240	567	212
1933-1934	1 271	255	601	223
1934-1935	1 996	398	779	288
1936	1 406	273	528	190
1937	1 407	263	607	210
1938	1 579	304	661	236
1939	1 835	375	645	245
1940	1 726	337	738	267
1941	1 688	293	1 154	372
1942	1 718	244	1 201	317
1943	1 838	231	1 738	406

Quadro 5L.3 — Indicadores de actividade da administração pública e defesa (continuação)

ano	administração pública		defesa	
	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)
1944	2 086	255	1 338	303
1945	2 531	284	1 304	271
1946	3 092	305	1 348	246
1947	4 580	438	1 373	244
1948	4 739	550	1 287	277
1949	4 831	483	1 230	228
1950	4 165	428	1 240	236
1951	4 498	456	1 285	242
1952	4 534	459	1 354	254
1953	4 630	464	1 687	314
1954	4 746	472	1 891	349
1955	5 136	494	1 994	356
1956	5 361	494	2 025	346
1957	6 038	556	2 033	348
1958	6 390	581	2 135	360
1959	7 108	637	2 449	407
1960	8 397	737	2 812	458
1961	8 630	759	4 776	779
1962	9 267	815	5 673	926
1963	10 044	861	5 813	925
1964	10 826	885	6 508	987
1965	10 718	849	7 227	1 061
1966	12 766	986	7 957	1 140
1967	14 702	1 090	9 751	1 341
1968	15 614	1 135	10 673	1 439
1969	17 774	1 258	11 332	1 488
1970	19 946	1 344	12 963	1 620
1971	23 327	1 463	14 555	1 694
1972	26 968	1 561	14 373	1 543
1973	31 964	1 718	16 518	1 647
1974	40 121	1 564	21 244	1 536

Quadro 5L.3 — Indicadores de actividade da administração pública e defesa (continuação)

ano	administração pública		defesa	
	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)	10^3 contos	índice (base 1913-1914 = 100)
1975	55 274	1 818	17 465	1 065
1976	88 086	2 401	15 461	782
1977	116 421	2 387	17 339	659
1978	159 708	2 583	20 742	622
1979	191 649	2 497	26 576	642
1980	243 477	2 680	34 383	702
1981	317 965	3 015	40995	721
1982	365 746	2 833	49 068	705
1983	418 844	2 585	59 037	676
1984	488 473	2 341	67 932	604
1985	635 460	2 546	81 552	606
1986	698 027	2 502	104 566	695
1987	845 429	2 770	124 484	757
1988	953 586	2 848	148 375	822
1989	1 216 189	3 226	170 728	840
1990	1 471 958	3 443	189 666	823
1991	1 834 369	3 851	211 865	825
1992	2 284 410	4 404	227 798	815
1993	2 375 091	4 299	238 121	800
1994	2 463 273	4 239	259 893	830
1995	2 484 158	4 106	290 069	890
1996	2 643 586	4 238	295 688	879
1997	2 883 495	4 524	274 370	799
1998	2 365 579	3 610	278 108	787

SECÇÃO M — EDUCAÇÃO E INVESTIGAÇÃO

ALDA DOMINGOS (Escola Superior de Tecnologia e Gestão — Instituto Politécnico da Guarda) *

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa) **

* Resposável pela parte relativa à educação

** Responsável pela parte relativa à investigação

1 — Educação

A educação foi das actividades que ocupou a atenção dos serviços de estatística de Portugal desde os seus primórdios no século 19. Para além de dados apresentados com regularidade no Anuário Estatístico, logo desde 1875, foram publicados:

a) Um volume dos Anais de Estatística, com dados sobre o ensino comercial e industrial de 1854 a 1893.

b) Um volume sobre o ensino secundário de 1895 a 1903.

c) Volumes sobre o ensino primário de 1902 a 1919.

d) Volumes gerais sobre a instrução pública para os anos lectivos de 1919-1920 e 1920-1921.

Este esforço de organização de estatísticas autónomas para o sector só teve, porém, continuidade a partir de 1940, com o início da publicação das Estatísticas da Educação, publicação que se manteve até hoje, ainda que com algumas lacunas em termos de anos lectivos.

O quadro apresentado nesta secção relativo à educação está organizado com referência aos seguintes níveis e tipos de ensino:

a) Ensino primário — O ensino primário constituiu o primeiro nível da educação escolar desde o século 19. A sua duração total variou conforme as épocas, acabando por se fixar nos quatro anos já no século 20. Os três primeiros anos de escolaridade foram declarados obrigatórios e gratuitos desde o século 19. Os quatro primeiros anos de escolaridade foram declarados obrigatórios e gratuitos em 1959. As conclusões do 1º grau correspondem à escolaridade obrigatória de três anos. As conclusões do 2º grau correspondem a quatro ou cinco anos de escolaridade, conforme as épocas. O ensino primário foi transformado no primeiro ciclo do ensino básico em 1987.

b) Ensino liceal — O ensino liceal constituiu um segundo nível alternativo da educação escolar desde o século 19. A sua duração total fixou-se, desde finais do século 19, em sete anos, repartidos por três ciclos. O primeiro ciclo, de três, depois dois, anos, fundiu-se na década de 1960 com o ciclo preparatório do ensino técnico para constituir o ensino preparatório, que depois se transformou no segundo ciclo do ensino básico. O segundo ciclo, de dois, depois três, anos, fundiu-se na década de 1970 com o segundo ciclo do ensino técnico para constituir o ensino secundário unificado, que depois se transformou no terceiro ciclo do ensino básico. O terceiro ciclo, de dois anos, foi ampliado para três anos no ano lectivo de 1979-1980 e fundiu-se na década de 1980 com o terceiro ciclo do ensino técnico para constituir o ensino secundário. Antes destas transformações, nenhum dos ciclos do ensino liceal era obrigatório ou gratuito.

c) Ensino técnico — O ensino técnico constituiu um segundo nível alternativo da educação escolar desde o século 19. A sua duração total variou com as épocas e especializações, podendo, entretanto, dizer-se que existiram, como regra, três ciclos. O primeiro ciclo (também chamado ciclo preparatório), de dois anos, fundiu-se na década de 1960 com o ciclo preparatório do ensino liceal para constituir o ensino preparatório, que depois se transformou no segundo ciclo do ensino básico. O segundo ciclo, de duração variável, fundiu-se na década de 1970 com o segundo ciclo do ensino liceal para constituir o ensino secundário unificado, que depois se transformou no terceiro ciclo do ensino básico. O terceiro ciclo, de duração variável, fundiu-se na década de 1980 com o terceiro ciclo do ensino liceal para constituir o ensino secundário. Antes destas transformações, nenhum dos ciclos do ensino técnico era obrigatório ou gratuito.

d) Ensino preparatório — No ano lectivo de 1968-1969, os primeiros ciclos dos ensinos liceal e técnico foram fundidos no ensino preparatório, correspondente aos quinto e sexto anos de escolaridade. O ensino preparatório era gratuito e obrigatório. O ensino preparatório foi transformado no segundo ciclo do ensino básico em 1987.

e) Ensino básico — No ano lectivo de 1975-1976, os segundos ciclos dos ensinos liceal e técnico foram fundidos no ensino secundário unificado, correspondente aos sétimo, oitavo e nono anos de escolaridade. A partir do ano lectivo de 1986-1987, passou a existir o ensino básico, formado por três ciclos, o primeiro correspondente aos quatro primeiros anos de escolaridade, que anteriormente constituíam o ensino primário, o segundo correspondente aos quinto e sexto anos de escolaridade, que anteriormente constituíam o ensino preparatório, e o terceiro correspondente aos sétimo, oitavo e nono anos de escolaridade, que anteriormente constituíam o ensino secundário unificado. O ensino básico é gratuito e obrigatório.

f) Ensino secundário — A expressão ‘ensino secundário’ englobava tradicionalmente o ensino liceal e o ensino técnico. Na década de 1960, deixou de englobar os respectivos primeiros ciclos, transformados no ensino preparatório, mais tarde transformado no segundo ciclo do ensino básico. Na década de 1970, os respectivos segundos ciclos transformaram-se no ensino secundário unificado, mais tarde transformado no terceiro ciclo do ensino básico. Finalmente, os

respectivos terceiros ciclos foram transformados, no ano lectivo de 1986-1987, num segundo nível da educação escolar, denominado simplesmente ensino secundário e que se segue ao ensino básico. O ensino secundário tem duas vias, uma via escolar e uma via profissionalizante, e não é obrigatório, nem gratuito.

g) Ensino médio — O ensino médio consituiu um terceiro nível alternativo da educação escolar desde o século 19. Correspondia a uma formação técnica especializada. No último quartel do século 20, evoluiu no sentido de se transformar em ensino politécnico.

h) Ensino superior — O ensino superior constitui um terceiro nível alternativo da educação escolar desde o século 19. Engloba o ensino universitário e o ensino politécnico.

Importa ainda chamar a atenção para:

a) Os dados sobre a evolução da alfabetização da população portuguesa contidos em Nunes, 1993.

b) Os dados sobre aquisição de habilitações escolares e sobre qualificações escolares da população portuguesa contidos em Domingos, 1997 e que são parcialmente transcritos no quadro 11.3.

Não pode deixar de ser assinalado o facto de a qualidade das estatísticas disponíveis sobre a educação ter tendido a baixar ao longo dos anos 90 do século 20, particularmente pelo facto de existirem muitas vezes apenas dados para o Continente.

2 — Investigação

A existência de elementos estatísticos relativos à investigação é reduzida e relativamente recente. Isso reflecte porventura a fraqueza tradicional do sector em Portugal, fraqueza que pode ser ilustrada através de um facto significativo: foram atribuídos ao longo do século 20 Prémios Nobel em áreas científicas (Fisiologia e Medicina, Física, Química e Economia) por trezentas e trinta e duas vezes; só uma vez o prémio foi atribuído a um cientista português (Egas Moniz, que partilhou o prémio de Fisiologia e Medicina em 1949) [1].

Existem elementos no Anuário Estatístico sobre bolsas concedidas pelo Instituto de Alta Cultura, fundado em 1941 e transformado em 1975 no Instituto Nacional de Investigação

[1] Refira-se, a propósito, que, dos cem Prémios Nobel de natureza artística (Literatura), um foi atribuído a um português (José Saramago em 1998) e, dos cem Prémios Nobel de natureza política (Paz), um foi partilhado por dois timorenses a quem Portugal reconhecia então direito à cidadania portuguesa no contexto explicado nos quadros 1.1 e 12.8 (Carlos Ximenes Belo e José Ramos Horta em 1997).

Científica, extinto em 1991; e existem, desde 1982, inquéritos ao potencial científico e tecnológico nacional, inicalmente levados a cabo pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, criada em 1967, e hoje conduzidos pelo Observatório da Ciência e Tecnologia, um dos organismos em que a Junta se dividiu em 1997 (os outros são a Fundação para a Ciência e a Tecnologia e o Instituto de Cooperação Científica e Tecnológica Externa). É uma síntese dos resultados desses inquéritos que é apresentada no quadro 5M.2.

Bibliografia

— Domingos, Alda — Educação e crescimento económico moderno — o caso português (período pós II guerra mundial). Dissertação de mestrado apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1997.

— Nunes, Ana Bela — Education and economic growth in Portugal: a simple regression approach. Estudos de Economia, vol. XIII, nº 2, 1993.

Quadros

5M.1 — Educação — conclusões dos vários graus de ensino
5M.2 — Investigação

Quadro 5M.1 — Educação — conclusões dos vários graus de ensino

Fonte — Domingos, 1997 e Anuário Estatístico.

Unidade — Milhares.

Observação — Sobre o significado dos vários graus de ensino, veja-se o texto de introdução à secção.

ano lectivo	primário 1º grau	primário 2º grau básico 1º ciclo	liceal/técnico 1º ciclo preparatório básico 2º ciclo	liceal/técnico 2º ciclo sec. unificado básico 3º ciclo	liceal/técnico 3º ciclo secundário	médio	superior
1870-1871							0,1
1871-1872							0,1
1872-1873	2	1					0,1
...							
1878-1879							0,1
1879-1880							0,1
1880-1881							0,1
1881-1882							0,1
1882-1883							0,1
1883-1884		2					0,1
1884-1885		3					0,1
1885-1886		3					0,1
1886-1887		4					0,1
1887-1888		5					0,1
1888-1889		5					0,1
1889-1890							0,1
1890-1891							0,1
1891-1892							0,1
1892-1893							0,1
1893-1894							0,1
1894-1895							0,1

Quadro 5M.1 — Educação — conclusões dos vários graus de ensino (continuação)

ano lectivo	primário 1º grau	primário 2º grau básico 1º ciclo	liceal/técnico 1º ciclo preparatório básico 2º ciclo	liceal/técnico 2º ciclo sec. unificado básico 3º ciclo	liceal/técnico 3º ciclo secundário	médio	superior
1895-1896							0,1
1896-1897							0,1
1897-1898							0,1
1898-1899		7					0,1
1899-1900							0,1
1900-1901							0,1
1901-1902							0,1
1902-1903	23	7					0,1
1903-1904	24	7					0,2
1904-1905	24	11					0,1
1905-1906	24	11	0,7	0,5	0,3		0,1
1906-1907	25	11	0,7	0,5	0,4		0,2
1907-1908	27	13	0,7	0,6	0,4		0,2
1908-1909	27	14	0,8	0,6	0,4		0,2
1909-1910	28	14	0,9	0,7	0,4		0,2
1910-1911			1,0	0,8	0,5		
1911-1912	30	13	1,0	0,7	0,5		
1912-1913	36	15	0,9	0,8	0,5		
1913-1914	38	18	1,2	0,8	0,5		
1914-1915	43	18	1,2	0,8	0,5		0,1
1915-1916	37	21	1,0	0,8	0,5		0,2
1916-1917	38	18	0,1	0,8	0,5		0,1
1917-1918	35	18					0,2
1918-1919	25	15					0,3
1919-1920			1,1	0,5	0,4	+ 0	0,4
1920-1921			1,1	0,9	0,6	0,1	0,4
1921-1922						+ 0	0,4
1922-1923						+ 0	0,4
1923-1924		12				+ 0	0,4
1924-1925		18				+ 0	0,4

Quadro 5M.1 — Educação — conclusões dos vários graus de ensino (continuação)

ano lectivo	primário 1º grau	primário 2º grau básico 1º ciclo	liceal/técnico 1º ciclo preparatório básico 2º ciclo	liceal/técnico 2º ciclo sec. unificado básico 3º ciclo	liceal/técnico 3º ciclo secundário	médio	superior
1925-1926		21				0,1	0,4
1926-1927		22				0,1	0,5
1927-1928	31	15				0,1	0,7
1928-1929	34	21				+ 0	0,8
1929-1930	36	28				0,1	0,8
1930-1931	51	27				0,2	0,8
1931-1932	57	36				+ 0	0,8
1932-1933	58	40				+ 0	0,8
1933-1934	56	42				0,1	0,8
1934-1935	57	39				0,1	0,8
1935-1936	61	41				0,2	0,9
1936-1937	56	42	2	2	1	0,2	0,8
1937-1938	65	29	2	2	1	0,3	0,8
1938-1939	76	30	2	2	1	0,2	0,9
1939-1940	74	38	3	2	4	0,4	1,0
1940-1941	75	39	4	2	4	0,5	1,0
1941-1942	78	41	4	3	5	0,3	0,9
1942-1943	76	41	4	2	4	0,5	1,1
1943-1944	78	42	4	3	5	0,7	1,0
1944-1945	77	44	5	3	5	0,7	1,0
1945-1946	81	47	4	3	5	1,1	1,1
1946-1947	84	48	3	3	4	1,2	1,2
1947-1948	88	52	6	6	5	1,0	1,2
1948-1949	92	56	8	5	6	1,0	1,2
1949-1950	96	60	9	5	7	1,5	1,3
1950-1951	99	62	10	4	6	1,6	1,4
1951-1952	108	67	10	5	5	1,4	1,5
1952-1953	144	75	12	5	6	1,4	1,5
1953-1954	207	85	14	5	5	1,3	1,3
1954-1955	154	82	14	6	6	1,5	2,0

Quadro 5M.1 — Educação — conclusões dos vários graus de ensino (continuação)

ano lectivo	primário 1º grau	primário 2º grau básico 1º ciclo	liceal/técnico 1º ciclo preparatório básico 2º ciclo	liceal/técnico 2º ciclo sec. unificado básico 3º ciclo	liceal/técnico 3º ciclo secundário	médio	superior
1955-1956	164	88	16	7	6	1,6	2,0
1956-1957	154	94	17	7	7	1,9	2,1
1957-1958	163	109	19	7	7	1,8	2,3
1958-1959	158	140	22	8	8	1,9	2,1
1959-1960		172	26	8	7	2,1	2,1
1960-1961		162	30	12	7	2,5	2,1
1961-1962		168	32	13	7	2,6	2,1
1962-1963		166	35	14	8	2,6	2,4
1963-1964		168	35	15	7	2,3	2,3
1964-1965		167	37	16	10	1,9	2,8
1965-1966		170	37	16	9	2,2	2,6
1966-1967		165	38	16	10	2,0	3,0
1967-1968		161	40	18	11	2,0	2,8
1968-1969		174	62	20	12	2,0	2,5
1969-1970		165	63	23	13	2,2	3,6
1970-1971		172	76	20	15	3,2	3,4
1971-1972		178	85	24	16	3,4	4,6
1972-1973		182	89	27	19	3,6	4,8
1973-1974		178	118	60	27	4,3	7,4
1974-1975		207	98	49	23	5,9	5,7
1975-1976		195	104	49	27	6,0	8,1
1976-1977		194	110	46	35	2,1	8,2
1977-1978		176	98	68	51	5,9	10,3
1978-1979		161	104	65	32	3,8	9,3
1979-1980		165	102	64	36	2,9	8,9
1980-1981		174	108	57	23	2,2	10,0
1981-1982		172	124	54	23	2,9	6,7
1982-1983		175	140	58	34	2,7	7,0
1983-1984		181	143	57	45	2,5	8,5
1984-1985		181	145	66	38	3,4	9,3

Quadro 5M.1 — Educação — conclusões dos vários graus de ensino (continuação)

ano lectivo	primário 1º grau	primário 2º grau básico 1º ciclo	liceal/técnico 1º ciclo preparatório básico 2º ciclo	liceal/técnico 2º ciclo sec. unificado básico 3º ciclo	liceal/técnico 3º ciclo secundário	médio	superior
1985-1986		175	153	71	39	3,6	9,2
1986-1987		183	154	75	44	4,3	11,0
1987-1988		177	159	67	51	1,9	11,5
1988-1989		168	155	90	59	2,5	10,4
1989-1990		160	155	96	65	3,6	14,4
1990-1991		150	152	102	74	3,4	14,0
1991-1992		145	136	111	89	4,3	21,4
1992-1993		146	135	120	91	5,2	24,0

Quadro 5M.2 — Investigação

Fonte — Anuário Estatístico.

ano	despesas I&D		investigadores
	valor nominal 10^3 contos	valor real índice base 1995 = 100	milhares equivalente tempo integral
1982	6 541	33	3,0
1984	11 308	36	3,5
1986	19 868	47	4,5
1988	29 911	59	5,0
1990	52 032	80	5,9
1992	80 398	102	9,5
1995	92 229	100	11,6
1997	115 655	119	13,6

SECÇÃO N — SAÚDE, SERVIÇOS VETERINÁRIOS E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PATRÍCIA LAVOS (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa) *

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa) **

* Responsável pela parte relativa à saúde.

** Responsável pela parte relativa aos serviços veterinários e à assistência social.

1 — Saúde

Foram publicados dados estatísticos oficiais sobre a saúde nas seguintes fontes:

(i) Anuário Estatístico da Direcção-Geral de Estatística, depois Instituto Nacional de Estatística. Esta fonte permite a recolha de dados para os anos de 1880 a 1959 e de 1969 a 1997.

(ii) Estatísticas da Saúde do Instituto Nacional de Estatística. Esta fonte permite a recolha de dados para os anos de de 1960 a 1997.

Os elementos contidos nestas fontes e aqui transcritos dizem respeito a alguns indicadores ilustrativos do estado da saúde em Portugal: o pessoal (médicos e profissionais de farmácia inscritos nas respectivas Ordens); o número de estabelecimentos de saúde existentes e de camas nos estabelecimentos de saúde com internamento; o movimento de doentes internados; o número de intervenções cirúrgicas realizadas; e a mortalidade infantil, como principal indicador da condição sanitária geralmente utilizado.

2 — Serviços veterinários

Foi durante o século 19 que os serviços veterinários deixaram de ser fundamentalmente um serviço auxiliar do exército para se tornarem, pelo menos com igual importância, um serviço de apoio à pecuária. O século 20, por sua vez, assistiu à gradual perda de importância relativa dos serviços veterinários militares e ao gradual crescimento dos serviços da assistência aos animais de companhia.

Face a este enquadramento, é fácil de compreender que os (parcos) elementos estatísticos relativos a serviços veterinários incluídos no Anuário Estatístico e nas Estatísticas Agrícolas, o sejam nas rubricas relativas às forças armadas e à pecuária. Nunca foram publicados dados específicos sobre o valor ou o volume dos serviços veterinários enquanto tal.

Assim, os únicos valores que tem interesse reproduzir aqui são os relativos ao número de veterinários inscritos na respectiva Ordem, os quais, por comodidade de arrumação, vão juntos com os relativos às Ordens dos Médicos e dos Farmacêuticos.

3 — Assistência social

As manifestações tradicionais da assistência social eram constituídas fundamentalmente pelo apoio dado por instituições caritativas, em especial pelas Misericórdias, surgidas a partir dos finais do século 15 sob o impulso inicial da raínha Leonor, viúva de João II, e por associações de socorros mútuos. A elas se juntou, em Portugal já durante o século 20, a previdência ou segurança social organizada pelo estado.

É certo que, pode dizer-se que desde sempre, o estado tinha procurado assegurar o sustento na invalidez ou na velhice dos seus servidores, particularmente dos mais meritórios, através de tenças reais e dos chamados pagamentos às classes inactivas. E já na segunda metade do século 19 tinha constituído um Montepio dos Servidores do Estado, subsidiado pelos cofres públicos. O projecto de um esquema cobrindo a generalidade da população só foi, porém, tornado lei com a criação do Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral em 1919. Na década de 1930, o Instituto foi substituído pela organização corporativa do Estado Novo e na de 1970 tomou o seu lugar a organização da segurança social tal como existe em finais do século 20.

Embora já desde os finais do século 19 o Anuário Estatístico inserisse dados sobre a assistência social, foi com o início da publicação das Estatísticas da Organização Corporativa em relação aos anos de 1938-1939 que o tratamento desta área se autonomizou. Desde então, sucederam-lhe as Estatísticas da Organização Corporativa e Previdência Social em 1950, as Estatísticas das Associações Sindicais, Patronais e Previdência em 1974, as Estatísticas da Segurança Social, Associações Sindicais e Patronais em 1982, as Estatísticas de Protecção Social, Associações Sindicais e Patronais em 1985 e as Estatísticas de Protecção Social em 1996, sem que, naturalmente, o Anuário Estatístico tenha deixado de inserir uma síntese dos dados sobre o tema.

Os dois últimos quadros desta secção apresentam um resumo dos principais elementos sobre a evolução das associações de socorros mútuos e da segurança social em Portugal. O

primeiro apresenta dados de natureza financeira. O segundo apresenta dados de natureza física: número de beneficiários, número de pensionistas e volume do subsídio de desemprego. Deve sublinhar-se que, para além destas prestações, a segurança social assegurou o acesso a serviços de saúde, prestações diversas nos domínios da natalidade e da família e, desde a segunda metade da década de 1990, a existência do rendimento mínimo garantido.

Quadros

5N.1 — Médicos, farmacêuticos e veterinários inscritos nas respectivas Ordens
5N.2 — Equipamentos de saúde
5N.3 — Serviços de saúde e indicadores gerais sobre a saúde
5N.4 — Receitas e despesas da protecção social
5N.5 — Beneficiários e pensionistas da protecção social e subsídio de desemprego

Quadro 5N.1 — Médicos, farmacêuticos e veterinários inscritos nas respectivas Ordens

Fontes — Anuário Estatístico e Estatísticas da Saúde.

Observação — Até 1985, os dentistas estão incluídos nos médicos.

anos	médicos	dentistas	farmacêuticos	veterinários
1945	5 187			
1946	5 334			
1947	5 590			
1948	5 675			236
1949	5 684		1 818	241
1950	5 845		1 828	267
1951	6 017		1 836	281
1952	6 249		1 852	294
1953	6 216		1 900	313
1954	6 275		1 931	315
1955	6 470		1 951	348
1956	6 410		2 002	349
1957	6 456		2 022	348
1958	6 627		2 074	361
1959	6 844		2 152	374
1960	7 075		2 178	391
1961	7 368		2 266	384
1962	7 673		2 273	375
1963	7 541		2 308	360
1964	7 561		2 334	373
1965	7 820		2 338	379
1966	7 619		2 403	346
1967	7 838		2 458	346
1968	?		2 512	354
1969	8 019		2 571	372
1970	8 156		2 641	378
1971	8 410		2 663	392

Quadro 5N.1 — Médicos, farmacêuticos e veterinários inscritos nas respectivas Ordens (continuação)

anos	médicos	dentistas	farmacêuticos	veterinários
1972	8 972		2 787	407
1973	9 111		3 221	?
1974	10 312		2 905	436
1975	11 101		3 043	873
1976	11 863		3 650	839
1977	13 816		3 781	872
1978	15 968		4 068	875
1979	18 088		4 327	956
1980	19 332		4 768	1 047
1981	20 997		5 006	1 115
1982	22 009		5 061	1 082
1983	22 917		4 853	1 122
1984	24 095		5 053	1 152
1985	24 629		4 807	1 215
1986	24 696	312	4 285	1 185
1987	26 381	392	5 728	1 269
1988	26 869	431	5 010	1 313
1989	27 608	591	5 311	1 386
1990	28 016	667	5 438	1 395
1991	28 326	675	5 912	1 334
1992	28 604	811	5 950	1 499
1993	28 769	973	6 030	1 491
1994	29 031	1 197	6 319	1 566
1995	29 353	1 411	6 432	1 488
1996	29 902	1 653	6 781	1 813
1997	30 431	1 904	7 334	1 997

Quadro 5N.2 — Equipamentos de saúde

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas da Saúde.

Observações:

1 — Até 1984, os valores das colunas ‘hospitais’ referem-se a todos os estabelecimentos de saúde com internamento.

2 — Até 1984, os valores da coluna ‘centros de saúde’ referem-se a todos os estabelecimentos de saúde sem internamento, dos quais os postos médicos são uma parcela.

3 — Até 1985, os valores da coluna ‘farmácias’ incluem os postos de medicamentos.

ano	hospitais		centros de saúde	postos médicos	farmácias	postos de medica-mentos
	número	camas milhares				
1893	200					
1894	201					
1895	203					
1896	204					
1897	206					
1898	211					
1899	215					
1900	220					
1901	222					
1902	223					
1903	223					
1904	222					
1905	231					
1906	236					
1907	240					
1908	237					
1909	241					
1910	243					
…						
1912	245					
1913	244					
1914	235					

Quadro 5N.2 — Equipamentos de saúde (continuação)

ano	hospitais		centros de saúde	postos médicos	farmácias	postos de medicamentos
	número	camas milhares				
1915	238					
1916	238					
1917	231					
1918	231					
1919	237					
...						
1926	190					
1927	209					
1928	224					
1929	339					
1930	330					
1931	329					
1932	339					
1933	338					
1934	338					
1935	344					
1936	352					
1937	361					
1938	421		230	122		
1939	462	22	317	192		
1940	486	20	443	290		
1941	496	21	443	288		
1942	504	23	461	304		
1943	507	24	436	279		
1944	533	26	488	376		
1945	557	28	791	674		
1946	569	27	806	691		
1947	579	29	908	790		
1948	581	30	853	737		
1949	587	31	856	730		
1950	625	31	867	739		

Quadro 5N.2 — Equipamentos de saúde (continuação)

ano	hospitais		centros de saúde	postos médicos	farmácias	postos de medicamentos
	número	camas milhares				
1951	624	38	1 505	823		
1952	632	39	1 022	895		
1953	642	39	1 023	891		
1954	663	41	1 103	951		
1955	690	43	1 166	986		
1956	723	44	1 223	1 028		
1957	578	46	1 413	1 202		
1958	537	45	1 605	1 450		
1959	563	47	1 766	1 608		
1960	564	48	1 776	1 613		
1961	559	49	1 812	1 658		
1962	560	49	1 846	1 403		
1963	605	52	2 419	1 918		
1964	638	54	2 417	1 929		
1965	630	54	2 427	1 936		
1966	623	55	2 397	1 918		
1967	663	56	2 398	1 924		
1968	656	55	2 392	1 927		
1969	643	54	2 369	1 899		
1970	634	55	2 405	1 935	2 119	
1971	619	54	2 850	2 378	2 108	
1972	587	54	2 503	2 028	2 116	
1973	593	54	3 084	2 620	2 130	
1974	581	53	2 854	2 280	2 141	
1975	548	52	2 874	2 297	2 150	
1976	522	52	2 865	2 276	2 076	
1977	495	51	2 615	2 018	2 206	
1978	502	52	2 632	2 069	2 235	
1979	494	52	2 717	2 163	2 252	
1980	493	51	2 759	2 195	2 308	
1981	496	51	2 730	2 213	2 318	

Quadro 5N.2 — Equipamentos de saúde (continuação)

ano	hospitais		centros de saúde	postos médicos	farmácias	postos de medicamentos
	número	camas milhares				
1982	491	51	2 718	2 259	2 424	
1983	495	51	2 481		2 465	
1984	481	50	2 403	291	2 512	
1985	232	39	335		2 542	
1986	227	39	336	289	2 285	213
1987	213	40	338	298	2 327	221
1988	210	40	343	288	2 377	236
1989	239	40	382	317	2 489	265
1990	240		382	348	2 503	288
1991	237	39	384	421	2 502	299
1992	215	39	384	386	2 510	304
1993	207	39	383	463	2 515	310
1994	202	38	388	432	2 520	326
1995	200	38	383	463	2 528	331
1996	211	39	382	508	2 532	336
1997	215	39	386	525	2 539	343

Quadro 5N.3 — Serviços de saúde e indicadores gerais sobre a saúde

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas da Saúde. A mortalidade infantil até 1971 foi obtida nas Estatísticas Demográficas.

Observação — Os valores de 'doentes internados' de 1880 referem-se apenas aos hospitais civis de Lisboa e do Porto; os de 1881 referem-se apenas aos hospitais civis de Lisboa e do Porto e aos hospitais da Universidade de Coimbra; os de 1882 a 1886 referem-se apenas aos hospitais dos concelhos cabeças de distrito; e os de 1887 em diante referem-se, em princípio, à totalidade dos estabelecimentos de saúde com internamento contados no quadro 5N.2, embora haja, por vezes, na fonte, menção de lacunas, que se supõe serem de pequena importância.

anos	doentes internados		intervenções cirúrgicas milhares	mortalidade infantil permilagem
	no início do ano milhares	durante o ano milhares		
1880	2	25		
1881	3	22		
1882	4	37		
1883	4	36		
1884	4	36		
1885	4	37		
1886	5	41		
1887	5	67		
1888	5	67		
1889	5	69		
1890	5	74		
1891	6	71		
1892	5	67		
1893	5	73		
1894	5	71		
1895	5	75		
1896	5	77		
1897	5	77		

Quadro 5N.3 — Serviços de saúde e indicadores gerais sobre a saúde (continuação)

anos	doentes internados		intervenções cirúrgicas milhares	mortalidade infantil permilagem
	no início do ano milhares	durante o ano milhares		
1898	6	75		
1899	6	74		
1900	6	77		
1901	6	72		
1902	6	68		
1903	6	66		
1904	6	69		
1905	5	74		
1906	6	75		
1907	6	70		
1908	6	71		
1909	6	74		
1910	7	73		133,8
...				
1912	7	78		
1913	7	77		159,6
1914	7	80		148,5
1915	8	83		148,2
1916	8	81		153.6
1917	9	99		148,4
1918	8	117		209,1
1919	7	104		181,7
1920	6	78		164,1
1921	5	66		147,7
1922	5	61		144,0
1923	5	62		164,1
1924	5	58		143,8
1925	5	55		132,1
1926	7	70	10	144,2
1927	10	94	15	141,5
1928	13	99	18	

Quadro 5N.3 — Serviços de saúde e indicadores gerais sobre a saúde (continuação)

anos	doentes internados		intervenções cirúrgicas milhares	mortalidade infantil permilagem
	no início do ano milhares	durante o ano milhares		
1929	9	113	19	151,2
1930	9	116	31	143,6
1931	9	123	35	140,6
1932	9	121	35	146,5
1933	9	130	41	148,5
1934	11	135	33	144,0
1935	11	146	43	148,7
1936	11	152	38	139,7
1937	12	164	37	151,4
1938	13	159	37	137,2
1939	13	150	41	119,9
1940	12	161	56	126,1
1941	13	175	62	150,8
1942	14	179	58	131,4
1943	19	191	63	132,6
1944	21	208	69	122,2
1945	23	212	99	114,9
1946	24	234	83	119,4
1947	24	245	87	107,3
1948	27	269	87	100,2
1949	28	264	87	114,5
1950	31	263	86	94,1
1951	33	289	87	89,1
1952	34	282	90	94,3
1953	31	305	86	95,5
1954	32	325	99	85,5
1955	31	341	98	90,2
1956	30	343	91	87,8
1957	31	387	73	88,0
1958	30	384	92	84,0
1959	32	375	70	88,6

Quadro 5N.3 — Serviços de saúde e indicadores gerais sobre a saúde (continuação)

anos	doentes internados		intervenções cirúrgicas milhares	mortalidade infantil permilagem
	no início do ano milhares	durante o ano milhares		
1960	33	436	94	77,5
1961	34	465	88	88,8
1962	36	478	83	78,6
1963	37	508	90	73,1
1964	39	533	102	69,0
1965	39	524	110	64,9
1966	39	540	116	64,7
1967	38	552	104	59,2
1968	38	578	97	61,1
1969	37	595	113	55,8
1970	37	619	117	58,0
1971	35	657	133	51,3
1972	35	663	140	41,4
1973	35	704	151	44,8
1974	38	732	158	37,9
1975	38	779	205	38,9
1976	34	811	221	33,4
1977	34	842	240	30,3
1978	33	854	273	29,2
1979	32	862	294	26,0
1980	32	878	306	24,3
1981	31	886	328	21,8
1982	30	894	316	19,8
1983	29	939	245	19,2
1984	29	962	253	16,7
1985	27	835	418	17,8
1986	27	863	424	15,8
1987	27	908	445	14,2
1988	26	1 066	461	13,1
1989	27	1 045	509	12,1
1990	28	1 058	?	10,9

Quadro 5N.3 — Serviços de saúde e indicadores gerais sobre a saúde (continuação)

anos	doentes internados		intervenções cirúrgicas milhares	mortalidade infantil permilagem
	no início do ano milhares	durante o ano milhares		
1991	27	1 072	547	10,8
1992	26	1 094	570	9,1
1993	24	1 132	567	8,6
1994	26	1 118	569	7,9
1995	26	1 124	587	7,5
1996	25	1 157	603	7,5
1997	25	1 170	636	6,4

Quadro 5N.4 — Receitas e despesas da protecção social

Fonte — Anuário Estatístico.

Unidade — Milhares de contos.

ano	receitas	despesas
1957	2 660	1 674
1958	2 802	1 788
1959	3 035	1 967
1960	3 202	2 379
1961	3 497	2 446
1962	4 115	2 835
1963	4 633	3 260
1964	5 426	3 908
1965	6 113	4 411
1966	7 141	4 784
1967	8 859	5 401
1968	9 023	6 456
1969	10 281	7 447
1970	11 760	8 735
1971	13 644	10 346
1972	16 379	14 068
1973	17 307	18 082
1974	21 250	23 823
1975	32 682	33 196
1976	47 609	46 012
1977	58 398	60 008

ano	receitas	despesas
1978	66 902	66 078
1979	72 627	72 308
1980	186 037	180 435
1981	237 411	235 065
1982	287 566	289 186
1983	356 581	352 819
1984	454 445	429 149
1985	580 885	545 578
1986	784 641	722 076
1987	904 517	839 899
1988	1 095 533	1 029 832
1989	1 279 552	1 184 813
1990	1 577 805	1 443 562
1991	2 188 296	2 099 743
1992	2 651 379	2 618 593
1993	2 910 571	2 970 482
1994	3 159 804	3 217 445
1995	3 535 704	3 529 984
1996	3 873 737	3 750 574
1997	4 064 804	4 168 255

Quadro 5N.5 — Beneficiários e pensionistas da protecção social e subsídio de desemprego

Fonte — Anuário Estatístico.

Observações:

1 — Apenas se incluíram os valores das colunas ‘membros de associações de socorros mútuos’, ‘beneficiários da segurança social do sector privado’ e ‘pensionistas da segurança social do sector privado’ quando os respectivos dados se apresentavam completos.

2 — Até 1956, os valores das colunas ‘beneficiários da segurança social do sector público’ e ‘pensionistas da segurança social do sector público’ apenas englobam o Montepio dos Servidores do Estado.

3 — Até 1977, não existia subsídio de desemprego.

ano	membros de associações de socorros mútuos milhares	beneficiários da segurança social do sector privado milhares	beneficiários da segurança social do sector público milhares	pensionistas da segurança social do sector privado milhares	pensionistas da segurança social do sector público milhares	dias de subsídio de desemprego pagos milhões
1882			2		1	
1883			2		1	
1884			2		1	
1885			2		2	
1886			2		2	
1887			2		2	
1888			2		2	
1889			2		2	
1890			3		2	
1891			3		2	
1892			3		2	
1893			3		2	
1894			3		2	
1895			3		2	
1896			3		2	
1897			3		2	

Quadro 5N.5 — Beneficiários e pensionistas da protecção social e subsídio de desemprego (continuação)

ano	membros de associações de socorros mútuos milhares	beneficiários da segurança social do sector privado milhares	beneficiários da segurança social do sector público milhares	pensionistas da segurança social do sector privado milhares	pensionistas da segurança social do sector público milhares	dias de subsídio de desemprego pagos milhões
1898			3		2	
1899			3		3	
1900			3		3	
1901			3		3	
1902			4		3	
1903			4		3	
1904			4		3	
1905			4		3	
1906			4		3	
1907			5		3	
1908			5		3	
1909	363		5		3	
1910			5		3	
1911			5		3	
1912			6		3	
1913			6		3	
1914			6		3	
1915	451		6		3	
1916			6		3	
1917			7		3	
1918			8		4	
1919			8		4	
1920			9		4	
1921			9		4	
1922			9		4	
1923	558		9		4	
1924			10		4	
1925			11		4	

Quadro 5N.5 — Beneficiários e pensionistas da protecção social e subsídio de desemprego (continuação)

ano	membros de associações de socorros mútuos milhares	beneficiários da segurança social do sector privado milhares	beneficiários da segurança social do sector público milhares	pensionistas da segurança social do sector privado milhares	pensionistas da segurança social do sector público milhares	dias de subsídio de desemprego pagos milhões
1926	473		11		5	
1927	539		12		5	
1928	558		12		5	
1929	576		12		5	
1930	590		13		5	
1931	566		13		5	
1932	561		13		6	
1933	483		14		6	
1934	521		14		6	
1935	518		47		13	
1936	515		47		13	
1937	?		48		14	
1938	468		48	6	15	
1939	484		48	9	15	
1940	472		49	10	16	
1941	464		49	12	16	
1942	436		49	12	17	
1943	458	97	50	12	17	
1944	462	152		13		
1945	462	219		12		
1946	466			13		
1947	469	464	55	16	20	
1948	488	572	58	17	19	
1949	489		60	17	19	
1950	492		61	15	20	
1951	491	648	63	15	20	
1952	494		63	17	20	
1953	488		60		20	

Quadro 5N.5 — Beneficiários e pensionistas da protecção social e subsídio de desemprego (continuação)

ano	membros de associações de socorros mútuos milhares	beneficiários da segurança social do sector privado milhares	beneficiários da segurança social do sector público milhares	pensionistas da segurança social do sector privado milhares	pensionistas da segurança social do sector público milhares	dias de subsídio de desemprego pagos milhões
1954	483		61		20	
1955	488		62		21	
1956	497		62		21	
1957	502	780	234		61	
1958	506	822	244		62	
1959	511	864	253		62	
1960	518	878	263		63	
1961	522	927	275			
1962	524	995	289			
1963	542	1042	300			
1964	546	1651	362			
1965	554	1792	247			
1966	* 617	1923	270			
1967	618	1986	278			
1968	633	1991	383			
1969	638	2193	299			
1970	674	2382	311			
1971	675	2469	327			
1972	655	2551	346			
1973	701	3066	376			
1974	689	3322	400			
1975	724	3289	430			
1976	785	3386	469			
1977	724	3463	508			
1978	867	3579	533			27
1979	591	3642	562	564	76	24
1980	607	3733	626	617	80	23
1981	587	3749	668	663	86	22

Quadro 5N.5 — Beneficiários e pensionistas da protecção social e subsídio de desemprego (continuação)

ano	membros de associações de socorros mútuos milhares	beneficiários da segurança social do sector privado milhares	beneficiários da segurança social do sector público milhares	pensionistas da segurança social do sector privado milhares	pensionistas da segurança social do sector público milhares	dias de subsídio de desemprego pagos milhões
1982	523	3827	703	716	101	22
1983	597	3727	742	759	107	14
1984	623	3778	762	805	115	23
1985	638	3528	776	843	125	19
1986	645	3633	792	876	132	29
1987	661	3718	802	923	141	28
1988	685	4057	818	973	149	24
1989	677	4068	842	1053	153	23
1990	607	4109	869	1072	159	24
1991	655	3913	884	1099	221	31
1992	664	3964	669	1129	188	43
1993	824	3866	661	1167	203	63
1994	869	4018	638	1196	237	72
1995	855	4192	638	1226	258	72
1996	769	4148	648	1264	273	71
1997	840	4205	654	1301	285	63

* Alteração de âmbito. O valor com o mesmo âmbito do ano anterior seria 565.

SECÇÃO O — SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

1 — Os serviços colectivos

O sub-sector dos serviços colectivos inclui actividades que, como a própria designação indica, têm o carácter de serviços colectivos, mas não de bens públicos, nomeadamente:

a) Serviços culturais, tais como bibliotecas, museus, etc..

b) Espectáculos e actividades recreativas, tais como o teatro, o circo, a tauromaquia, o cinema, o desporto profissional, etc..

c) Meios de comunicação audiovisuais — rádio e televisão.

— Serviços culturais

Desde a década de 1880 que o Anuário Estatístico insere informações sobre o funcionamento de bibliotecas, a princípio apenas da Biblioteca Nacional de Lisboa, depois de um universo progressivamente alargado, ainda que as séries estejam sujeitas a algumas interrupções e variações significativas de âmbito até, pelo menos, à década de 1920. É por essa altura que surgem as primeiras informações a respeito de museus.

A partir de 1940, as informações mais completas sobre este tipo de serviços passaram a constar das Estatísticas da Educação, das quais se autonomizaram como publicação separada, as Estatísticas da Cultura, Recreio e Desporto, a partir de 1979.

— Espectáculos

Foi já na década de 1930 que o Anuário Estatístico iniciou a publicação de informações sobre os espectáculos realizados em Portugal. A princípio, a cobertura era relativamente pobre em termos qualitativos, apenas abrangendo o teatro em Lisboa e no Porto, o circo em Lisboa e o cinema em várias localidades. Depressa, porém, a cobertura se tornou pràticamente completa.

Aliás, o peso esmagador do espectáculo do cinema e das principais localidades no conjunto faz com que as deficiências iniciais de cobertura não tenham a importância que poderia supôr-se.

As estatísticas relativas aos espectáculos tiveram uma evolução em tudo semelhante às relativas aos serviços culturais.

— Rádio

A rádio como meio de comunicação social sugiu em Portugal no período entre as duas guerras mundiais. Até à década de 70 do século 20, coexistiram uma emissora pública — a Emissora Nacional — e várias emissoras privadas, algumas de grande tomo, tais como o Rádio Clube Português e a Rádio Renascença (esta propriedade da Igreja Católica). Em 1975, as emissoras privadas, com excepção da Rádio Renascença, foram nacionalizadas, tendo sido posteriormente fundidas com a Emissora Nacional numa empresa pública denominada Radiodifusão Portuguesa (RDP). A década de 1980 assistiu ao aparecimento de um grande número de novas emissoras privadas, em geral de âmbito local e a princípio ilegais. Seguiu-se um processo de legalização e ordenamento, de que resultou uma situação curiosamente parecida com a que existia antes de 1975: ao lado de uma emissora pública — a RDP — duas emissoras privadas de grande tomo — a Rádio Renascença e a TSF — e algumas emissoras privadas de âmbito local.

A publicação de informação estatística sobre a actividade da rádio acompanhou ràpidamente o aparecimento desta. Durante muito tempo restringiu-se, porém, à Emissora Nacional.

— Televisão

Data de 1957 o início das emissões de televisão como meio de comunicação social em Portugal. Até 1990, a Radiotelevisão Portuguesa (PTP), empresa privada com grande participação do estado e nacionalizada em 1975, foi a única emissora. Em 1990, foram licenciados mais dois canais a empresas privadas: a Sociedade Independente de Comunicação (SIC) e a Televisão Independente (TVI), esta última inicialmente controlada pela Igreja Católica, mas depois vendida a um grupo empresarial. O final da década de 1990 foi marcado pelo aparecimento da TVCabo, distribuidora de um grande número de canais, através de cabo e não de sinal electromagnético livre, como o próprio nome indica.

A evolução da publicação de informação estatística sobre a actividade da televisão apresenta as mesmas características da da informação estatística sobre a actividade da rádio.

2 — Os serviços sociais

O sub-sector dos serviços sociais inclui actividades que juntam ao carácter de serviços colectivos o de bem público. Para além dos serviços de saneamento, já tratados na secção E deste capítulo, o principal caso a considerar é o dos serviços religiosos.

No capítulo 11 (mais precisamente no quadro 11.2) são apresentados dados sobre as convicções religiosas da população de Portugal. Vale a pena ainda lembrar que uma parte (muito pequena) das despesas públicas tratadas no capítulo 9 (em particular no quadro 9.4, valores do Ministério da Justiça) corresponde a despesas com o clero católico, no contexto das sucessivas formas que assumiram as relações entre o Estado e a Igreja Católica (sobre o assunto, veja-se a introdução ao capítulo 11).

Não há quaisquer estatísticas disponíveis sobre o número de actos religiosos realizados, pelo que os dados que é possível apresentar sobre serviços religiosos correspondem ao número de pessoas que são sacerdotes das várias confissões religiosas, ou se encontram na vida religiosa católica, para os Recenseamentos Gerais da População desde 1930.

3 — Os serviços pessoais

O sub-sector dos serviços pessoais inclui actividades que, como a própria designação indica, não têm o carácter de serviços colectivos.

Em relação a este sub-sector, a produção oficial de informação estatística data da década de 90 do século 20 e não existem estudos que importe citar sobre períodos anteriores. Por isso, os dados que é possível coligir no terceiro quadro desta secção limitam-se ao número de pessoas com profissões e ocupações ligadas aos serviços pessoais segundo os Recenseamentos Gerais da População a partir de 1940 e aos poucos valores do volume de vendas de empresas do sector existentes para anos muito recentes.

Num breve comentário sobre a primeira parte desse quadro, vale a pena notar que os serviços pessoais ocupavam em meados do século 20 cerca de 20 mil pessoas, número que cresceu até cerca de 30 mil ao longo da segunda metade do século. A esmagadora maioria destes trabalhadores dedicava-se (e dedica-se) ao único serviço pessoal que parece ter algum dia ocupado mais de um milésimo da população activa (e ter mantido ao longo do tempo uma

importância da ordem de 0,5 % da população activa) — o serviço de barbearia e cabeleireiro, a que se associam para fins estatísticos os serviços de beleza em geral. É de crer que se tratasse tradicionalmente sobretudo do serviço de barbearia (de clientela tìpicamente masculina), crescendo ao longo do tempo o peso do serviço de cabeleireiro e dos serviços de beleza em geral (de clientela predominantemente feminina). Em meados do século 20, dois outros serviços pessoais ocupavam mais de mil trabalhadores: os serviços sexuais (de clientela tìpicamente masculina) e os serviços de tratamento do calçado (de clientela provàvelmente também sobretudo masculina). Na verdade, o Recenseamento Geral da População de 1940 registou 1 139 meretrizes e 1 115 engraxadores. A proibição legal da prestação de serviços sexuais remunerados entre 1949 e 1995 não permite que se conheçam dados a seu respeito para recenseamentos posteriores (embora seja claro que a actividade não desapareceu apesar da proibição). Quanto ao número de engraxadores baixou para valores quase irrelevantes ao longo da segunda metade do século.

Quadros

5O.1 — Serviços colectivos
5O.2 — Serviços sociais — serviços religiosos
5O.3 — Serviços pessoais

Quadro 5O.1 — Serviços colectivos

A — Bibliotecas, museus e espectáculos

Fonte — Anuário Estatístico, Estatísticas da Educação e Estatísticas da Cultura, Recreio e Desporto.

ano	bibliotecas		museus		espectáculos	
	número	leitores milhares	número	visitantes milhares	milhares	espectadores milhares
…						
1888		49				
1889		48				
1890		45				
1891		52				
1892	12	55				
1893		89				
1894		97				
1895		98				
1896		88				
1897		76				
1898		81				
1899		74				
1900	12	72				
…						
1902		49				
1903		53				
1904		65				
1905	12	66				
1906		72				
1907	13	74				
1908		85				
1909		103				
1910	13	102				

Quadro 5O.1 — Serviços colectivos (continuação)

ano	bibliotecas		museus		espectáculos	
	número	leitores milhares	número	visitantes milhares	milhares	espectadores milhares
...						
1917	29	112				
1918	40	62				
1919	40	76				
1920		69				
1921	31	70				
1922		61				
1923	20	73				
1924	27	76				
1925	50	144				
1926	54	165				
1927	55	143				
1928	54	177				
1929	53	160	42	182		
1930	52	161	41	151		
1931	51	174	45	113	17	5 194
1932	49	186	47	219	17	5 909
1933	49	212	46	190	19	5 675
1934	50	277	49	245	20	6 583
1935	52	345	49	235	20	6 853
1936	53	372	51	263	25	8 569
1937	62	448	52	228	27	8 631
1938		491	52	245	28	9 570
1939		488	52	251	28	9 638
1940		524	50	318	39	12 356
1941		594		184	43	13 334
1942		593		234	47	17 699
1943				248	53	19 684
1944		410		227	60	22 626
1945		565		266	60	22 887
1946		603		295	59	20 567

Quadro 5O.1 — Serviços colectivos (continuação)

ano	bibliotecas		museus		espectáculos	
	número	leitores milhares	número	visitantes milhares	milhares	espectadores milhares
1947		627		312	64	23 244
1948		650		468	66	23 232
1949		824	88	446	65	21 556
1950	162	817	88	442	69	22 889
1951	143	875	82	521	68	23 146
1952	137	915	83	546	73	25 062
1953	153	889	87	557	75	24 545
1954	156	923	86	675	76	26 304
1955	530	1 048	73	696	79	28 335
1956	590	925	79	695	80	29 738
1957	507	995	69	702	83	30 167
1958	563	1 157	109	836	83	28 912
1959	252	1 264	90	785	84	28 586
1960	89	957			83	28 419
1961	105	1 098	109	1 313	84	28 042
1962	200	1 260	109	1 450	86	27 395
1963	220	2 032	105	1 919	86	26 702
1964	228	2 219	118	1 880	86	26 436
1965	234	2 287	123	1 984	88	27 902
1966	218	2 415	118	2 302	90	28 341
1967	258	2 567	121	2 366	101	29 749
1968	285	2 596	123	2 438	102	28 859
1969	284	2 574	119	2 489	105	28 398
1970	288	2 762	122	2 750	107	30 312
1971	301	2 791	124	2 686	106	29 171
1972	301	2 857	121	2 772	111	30 203
1973	257	3 201	121	2 790	116	30 869
1974	264	2 974	114	2 546	125	37 730
1975	519	3 103	121	2 077	141	43 586
1976	954	3 958	123	2 150	153	44 577
1977	1 185	3 854	123	2 438	159	41 027

Quadro 5O.1 — Serviços colectivos (continuação)

ano	bibliotecas		museus		espectáculos	
	número	leitores milhares	número	visitantes milhares	milhares	espectadores milhares
1978	1 193	4 238	125	2 605	157	35 556
1979	1 169	4 281	121	2 908	168	34 200
1980	1 169	4 175	123	2 989	175	31 911
1981	1 217	4 292	121	2 980	190	31 729
1982	1 244		122	2 790	194	28 607
1983	1 102		125	3 047	202	25 358
1984	1 106		139	3 800	193	19 753
1985	1 279		229	5 178	189	19 792
1986	1 399		228	5 675	193	19 086
1987	1 243		231	5 613	220	17 816
1988	1 290		229	6 859	218	14 516
1989	1 511		255	6 283	193	12 546
1990	1 345		330	6 317	172	10 293
1991	1 391	5 019	320	6 577	146	8 900
1992	1 534	5 998	330	6 596	143	8 687
1993	1 598	6 545	328	7 202	134	8 553
1994	1 600	8 066	287	8 292	130	8 112
1995	1 614	9 561	303	8 667	151	8 352
1996	1 621	10 791	309	8 395	198	11 382
1997	1 647	12 612	323	8 286	280	14 869

Quadro 5O.1 — Serviços colectivos (continuação)

B — Volume de vendas

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas das Empresas — Comércio e Outros Serviços.

Unidade — Milhares de contos

Observação — Até 1995, o cinema, a rádio e a televisão estão englobados nos espectáculos.

ano	serviços culturais	cinema	espec-táculos	desporto	serviços recreativos	rádio televisão	notícias
1993	3	-	93	-	47	-	-
1994	2	-	102	-	47	-	-
1995	2	-	111	-	44	-	-
1996	3	43	16	28	64	112	9
1997	0,4	58	17	17	57	76	6

C — Índices de actividade

Unidade — Base 1995 = 100

Observação — O índice foi calculado deflacionando o volume de vendas com o índice de preços do quadro 8.1. Para esse fim, o cinema, a rádio e a televisão foram agregados aos espectáculos.

ano	serviços culturais	espec-táculos	serviços recreativos
1993	164	92	117
1994	104	96	111
1995	100	100	100
1996	145	149	141
1997	19	129	123

Quadro 5O.2 — Serviços sociais — serviços religiosos

Fonte — Recenseamento Geral da População para os respectivos anos.

ano	clero secular católico	religiosos regulares católicos	religiosas regulares católicas	sacerdotes de outras religiões	total
1930	?	?	?	?	* 4 293
1940	4 354	544	3 166	137	8 201
1950	3 992	536	5 155	419	10 102
1960	?	?	?	?	10 855
1970	?	?	?	?	* 3 490
1981	?	?	?	?	** 4 668
1991	?	?	?	?	** 4 069

* Estes valores não incluem os religiosos e religiosas regulares.

** Embora nenhuma indicação conste da fonte, é de crer que estes valores não incluam os religiosos e religiosas regulares.

Quadro 5O.3 — Serviços pessoais

A — Pessoas ocupadas em serviços pessoais

Fonte — Recenseamento Geral da População para os respectivos anos.

Unidade — Milhares.

ano	barbeiros e cabeleireiros	total
1940	16	19
1950	16	18
1960	19	?
1970	17	?
1981	19	?
1991	?	29

B — Indicadores da actividade das empresas de serviços pessoais

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas das Empresas — Comércio e Outros Serviços.

Observação — O índice foi calculado deflacionando o volume de vendas com o índice de preços do quadro 8.1.

ano	volume de vendas milhares de contos	índice base 1995 = 100
1993	98	106
1994	92	95
1995	101	100

SECÇÃO P — SERVIÇOS DOMÉSTICOS

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

A prestação de serviços domésticos é, provàvelmente, a actividade económica menos coberta por dados estatísticos. Esse facto é, em grande medida, conseqüência do carácter freqüentemente informal assumido por estes serviços e mesmo do estatuto extra-económico que lhes é socialmente atribuído. Na verdade, a própria metodologia da contabilidade nacional exclui a imputação desses serviços quando eles não assumem carácter mercantil, com resultados claramente perversos, na medida em que a variação do grau de mercantilização dos serviços domésticos pode provocar uma variação do rendimento nacional computado, sem qualquer variação do bem-estar efectivo.

Só na década de 1990 começaram a ser publicados dados estatísticos sistemáticos sobre as empresas deste sector de actividade, no Anuário Estatístico e na Estatística das Empresas — Sector dos Serviços. Reproduzem-se no segundo quadro desta secção alguns elementos a elas relativos. Vale a pena, entretanto, sublinhar que eles ignoram a maior parte do universo de mulheres domésticas, criados e criadas empregues em serviços domésticos, mulheres-a-dias, etc., que levam a cabo o essencial da prestação destes serviços.

O primeiro quadro desta secção procura apreender um pouco do tamanho dessa mão-de-obra a partir da contagem, nos Recenseamentos Gerais da População, das pessoas (exclusivamente) ocupadas em serviços domésticos. Note-se que estes dados não duplicam, pelo menos na sua maior parte, os apresentados no capítulo 4 — sinal da informalidade e do estatuto extra-económico deste sector já referidos. É interessante observar que as pessoas exclusivamente ocupadas em serviços domésticos eram cerca de um quarto da população antes da Primeira Guerra Mundial, cresceram em termos relativos até 1960, atingindo então mais de um terço da população e diminuiram significativamente ao longo das últimas décadas do século 20, sendo de crer que já não ultrapassem um décimo da população no seu final. É claro que isso apenas significa um maior grau de acumulação de tarefas domésticas com actividades profissionais pròpriamente ditas, por parte de uma fracção significativa da população.

Quadros

5P.1 — Pessoas ocupadas em serviços domésticos
5P.2 — Indicadores da actividade das empresas de serviços domésticos

Quadro 5P.1 — Pessoas ocupadas em serviços domésticos

Fonte — Recenseamento Geral da População para os respectivos anos.

Unidade — Milhares.

Observação — Nos dados sobre a actividade económica da população apresentados no capítulo 4, as mulheres domésticas são excluídas da população activa e os criados e criadas são incluídos na população activa. Recordam-se aqui a população activa (capítulo 4) e a população total (capítulo 2), a fim da facilitar comparações.

ano	mulheres domésticas	criados e criadas	serviços domésticos	população activa	população total
1890	913	125	1 038	2 530	5 050
1900	1 321	107	1 428	2 457	5 423
1911	1 426	159	1 585	2 545	5 960
1930	1 662	188	1 850	2 517	6 826
1940	2 277	226	2 503	2 775	7 722
1950	2 525	234	2 759	3 196	8 441
1960	2 894	184	3 078	3 316	8 851
1970	2 245	115	2 360	3 061	8 569
1981	(a) 1 388	104	1 492	3 849	9 852
1991	(b) 888	210	1 098	4 128	9 863

(a) Inclui 6 milhares do sexo masculino.

(b) Inclui 9 milhares do sexo masculino.

Quadro 5P.2 — Indicadores da actividade das empresas de serviços domésticos

Fonte — Anuário Estatístico e Estatísticas das Empresas — Comércio e Outros Serviços.

Observação — O índice foi calculado deflacionando o volume de vendas com o índice de preços do quadro 8.1.

ano	volume de vendas milhares de contos	índice base 1995 = 100
1993	0,9	99
1994	0,8	83
1995	1,0	100

CAPÍTULO 6 — CONTAS NACIONAIS

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

1 — As séries do Instituto Nacional de Estatística

Existem três séries de contas nacionais publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística:

a) A primeira, referente aos anos de 1938 e de 1947 a 1975 e ao território do Continente, organizada segundo o Sistema Normalizado de Contas Nacionais da OCDE.

b) A segunda, referente aos anos de 1977 a 1985 e ao território do Continente, organizada segundo o Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas.

c) A terceira, referente aos anos de 1986 em diante e ao território de Portugal, organizada segundo o Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas.

As diferenças de critérios entre estas três séries e a ausência de anos comuns que permitam uma comparação fundamentada entre elas fazem com que as duas primeiras tenham hoje um interesse puramente histórico. Por isso apenas se reproduzem neste volume elementos da terceira destas séries (partes A dos vários quadros). As séries anteriores podem ser consultadas nos Anuários Estatísticos e em publicações especiais do Instituto Nacional de Estatística (particularmente os nºs 34 e 46 da série Estudos).

2 — As séries do Banco de Portugal

O Banco de Portugal publicou em Pinheiro et alii, 1997 séries das contas nacionais, referentes aos anos de 1953 a 1993 e ao território de Portugal, organizadas segundo o Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas. Reproduzem-se neste volume elementos destas estimativas (partes B dos vários quadros, com excepção do quadro 6.3, para o qual não existem os respectivos dados disponíveis).

3 — As séries de contabilidade nacional retrospectiva

Tentativas para construir contas nacionais retrospectivas para a economia portuguesa datam, a bem dizer, apenas da década de 1980, na seqüência do desafio implìcitamente

lançado por Bairoch, 1976. Valério, 1983, Valério, 1986, Mata, 1987, Justino, 1987, Nunes, 1989 e Nunes, Mata, Valério, 1989 foram as principais etapas dessas tentativas.

Os valores propostos em Nunes, Mata, Valério, 1989 foram alvo de alguma controvérsia. Lains, 199 , Lains, Reis, 1991, Nunes, Mata, Valério, 1991, Nunes, Mata, Valério, 1992, Esteves, 1993 e Marques, Esteves, 1994 são as principais referências desse debate.

Na seqüência desse debate e da publicação das séries referentes aos anos de 1953 a 1993 contidas em Pinheiro et alii, 1997, foram produzidas novas estimativas retrospectivas das contas nacionais para a economia portuguesa, publicadas em Valério, 1998. São essas estimativas que são reproduzidas neste volume (parte C do quadro 6.6). A série apenas se prolonga até 1953, pois daí em diante duplicaria os dados das partes A e B do mesmo quadro.

Notas técnicas aos quadros

Os quadros 6.1 a 6.3 apresentam a decomposição do valor acrescentado bruto a preços correntes do produtor na óptica da produção. É a seguinte a composição dos sectores considerados de acordo com a nomenclatura de produtos da contabilidade nacional (NCN) utilizada pelo INE e com a classificação por ramos da actividade económica (CAE) utilizada pelo Banco de Portugal:

sectores	NCN	CAE
agricultura + pecuária + caça + silvicultura	01 + 02	11 + 12
pesca	03	13
indústria extractiva	04 + 08	2
indústria transformadora		
alimentação + bebidas + tabaco	17+18+19+20+21+22+23+24	31
têxteis + vestuário + couro	25 + 26	32
madeira + cortiça	27	33
papel + artes gráficas + edição	28	34
química + petróleo + borracha	05 + 12 + 29	35
minerais não-metálicos	09 + 10 + 11	36
metalurgia de base	07	37
produtos metálicos + máquinas +		
+ material eléctrico e de transporte	13 + 14 + 15 + 16	38
outras indústrias transformadoras	30	39

sectores	NCN	CAE
electricidade + gás + água	06	4
construção	31	5
comércio + restauração + hotelaria	33 + 34	6
transportes + comunicações	35 + 36 + 37 + 38	7
bancos + seguros + imóveis +		
+ serviços prestados às empresas	39 + 40 + 41 + 42 - PIBS	8 - PIBS
serviços	9	
administração pública + defesa	46	
educação + investigação	43 + 47	
saúde + veterinária	44 + 48	
outros serviços	32 + 45 + 49	

PIBS — produto imputado de serviços bancários

As principais diferenças entre as duas classificações residem no facto de os produtos 04, 05, 07 e 08 da NCN englobarem uma fracção de indústria extractiva (CAE 2) e uma fracção de indústria transformadora (respectivamente CAE 35, CAE 35, CAE 37 e CAE 36). Optou-se por incluir esses produtos no sector onde se situa a maior parte da sua actividade (ou a totalidade da sua actividade no caso do produto 05, visto não existir extracção de petróleo em Portugal).

As diferenças existentes entre os valores das séries de valor acrescentado bruto por sectores do Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Portugal não resultam apenas destas diferenças entre as classificações utilizadas, mas também, e sobretudo, do facto de os valores produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística se referirem a produtos (de acordo com as regras estritas do Sistema Europeu de Contas Económicas Integradas) e de os valores produzidos pelo Banco de Portugal se referirem a unidades produtivas (procedimento que se torna indispensável para períodos recuados, devido à organização tradicional da informação estatística de base).

O quadro 6.4 apresenta a relação entre o valor acrescentado bruto a preços correntes do produtor e o produto interno bruto a preços correntes de mercado e a decomposição deste segundo a óptica da despesa de acordo com as seguintes fórmulas:

valor acrescentado bruto + impostos indirectos líquidos = produto interno bruto

produto interno bruto = consumo privado + consumo público + formação bruta de capital fixo privada + formação bruta de capital fixo pública + variação de existências + exportações - importações

O quadro 6.5 apresenta a relação entre o produto interno bruto e o rendimento disponível da nação ambos a preços correntes de mercado e a decomposição de ambos segundo a óptica do rendimento de acordo com as seguintes fórmulas:

produto interno bruto = remunerações do trabalho + excedente bruto de exploração + impostos indirectos líquidos

produto interno bruto + rendimentos e transferências líquidas do exterior = rendimento disponível da nação

rendimento disponível da nação = rendimento das famílias e administrações privadas + rendimento da administração pública + rendimento das sociedades e das empresas financeiras

Note-se que os impostos indirectos líquidos considerados nos quadros 6.4 e 6.5 não coincidem porque os primeiros englobam apenas os direitos de importação e os impostos sobre as transacções ou o valor acrescentado e os segundos englobam também os impostos sobre a produção.

O quadro 6.6 apresenta o confronto entre as variações nominais, reais e por habitante do produto interno bruto.

Referências

BAIROCH, Paul — Europe's gross national product: 1800-1975. The Journal of European economic history, volume 5, no. 2, 1976.

ESTEVES, Paulo — Portuguese prices before 1947: inconsistency between the observed cost of living index and the gdp price estimation of Nunes, Mata, Valério, 1989. Lisboa: Banco de Portugal, working paper no. 19/93, 1993.

JUSTINO, David — Àcerca da evolução do PNB em Portugal 1850-1910. Análise Social, nº 97, 1987.

LAÍNS, Pedro — A evolução da agricultura e da indústria em Portugal, 1850-1913 — Interpretação quantitativa. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

LAÍNS, Pedro; REIS, Jaime — Portuguese economic growth 1835-1985: some doubts. The Journal of European Economic History, volume 20, no. 2, 1991.

MARQUES, Carlos; ESTEVES, Paulo — Portuguese gdp and its deflator before 1947: a revision of the data produced by Nunes, Mata, Valério, 1989. Lisboa: Banco de Portugal, working paper no. 4/94, 1994.

MATA, Eugénia — Câmbios e política cambial na economia portuguesa 1891-1931. Lisboa: Sá da Costa, 1987.

NUNES, Ana Bela — População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade — uma contribuição para o estudo do crescimento económico português. Dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia, Universidade Técnica de Lisboa, 1989.

NUNES, Ana Bela; MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno — Portuguese economic growth 1835-1985. The Journal of European Economic History, volume 18, no. 2, 1989.

NUNES, Ana Bela; MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno — Portuguese economic growth 1835-1985: some comments on Jaime Reis' and Pedro Lains' doubts. The Journal of European Economic History, volume 20, no. 2, 1991.

NUNES, Ana Bela; MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno — O que sabemos sobre o crescimento económico português entre meados do século XIX e meados do século XX ?. Estudos de Economia, volume XII, nº 2, 1992.

PINHEIRO, Maximiano; et allii — Séries longas para a economia portuguesa. Lisboa: Banco de Portugal,1997.

VALÉRIO, Nuno — O produto nacional de Portugal entre 1913 e 1947 — uma primeira aproximação. Revista de História Económica e Social nº 11, 1983.

VALÉRIO, Nuno — The role of the government in Portuguese economic growth. Estudos de Economia, volume VII, nº 1, 1986.

VALÉRIO, Nuno — Recent developments on Portuguese retrospective national accounts. Documento de Trabalho nº 12 do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1998.

Quadros

6.1 — Origem sectorial do produto

6.2 — Origem sectorial do produto da indústria transformadora
6.3 — Origem sectorial do produto dos serviços diversos
6.4 — Despesa nacional
6.5 — Rendimento disponível da nação
6.6 — Produto interno bruto e suas variações

Quadro 6.1 — Origem sectorial do produto

Unidade — Milhares de contos

A — Segundo o Instituto Nacional de Estatística

ano	valor acrescentado bruto	agricultura pecuária caça	pesca	indústria extractiva	indústria transformadora	electricidade, gás água
1986	4 735 119	323 533	37 528	28 254	1 427 466	186 583
1987	5 515 054	394 098	39 251	37 654	1 585 654	227 502
1988	6 440 086	344 150	42 410	44 349	1 897 712	280 520
1989	7 579 760	444 445	48 010	50 112	2 211 901	294 037
1990	8 922 408	540 926	53 758	59 691	2 460 224	366 252
1991	10 250 709	500 755	61 652	63 335	2 705 569	449 545
1992	11 442 720	464 157	64 746	66 589	2 911 390	502 362
1993	12 263 092	434 331	55 145	63 053	3 093 635	551 164
1994	13 461 829	525 256	54 416	63 919	3 273 137	574 691
1995	14 506 946	565 008	56 587	62 984	3 493 424	591 448

ano	valor acrescentado bruto	construção	comércio restauração hotelaria	transportes comunicações	bancos seguros imóveis	serviços diversos
1986	4 735 119	255 196	990 612	347 447	274 592	863 908
1987	5 515 054	319 529	1 140 749	397 106	349 838	1 023 673
1988	6 440 086	388 331	1 335 491	448 931	396 318	1 261 874
1989	7 579 760	431 497	1 524 416	523 941	478 523	1 572 878
1990	8 922 408	508 171	1 810 898	603 796	573 947	1 944 745
1991	10 250 709	575 176	2 130 773	717 729	613 346	2 432 829
1992	11 442 720	652 833	2 365 238	783 940	687 564	2 943 901
1993	12 263 092	699 267	2 474 801	825 319	802 292	3 264 085
1994	13 461 829	856 129	2 360 231	839 879	1 414 502	3 499 669
1995	14 506 946	972 874	2 520 421	936 170	1 488 378	3 819 652

Quadro 6.1 — Origem sectorial do produto (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal

ano	valor acrescentado bruto	agricultura pecuária caça	pesca	indústria extractiva	indústria transformadora	electricidade, gás água
1953	57 731	15 660	1 032	427	14 620	751
1954	61 142	16 752	1 087	397	15 272	945
1955	63 863	17 649	1 231	404	15 510	1 004
1956	68 266	15 996	1 346	465	18 197	1 104
1957	72 462	18 025	1 366	515	18 405	1 129
1958	77 372	18 609	1 251	437	20 354	1 396
1959	82 105	17 364	1 282	496	21 990	1 525
1960	86 771	17 900	1 531	500	23 281	1 700
1961	90 149	18 219	1 550	400	23 719	1 935
1962	101 727	21 225	1 497	349	27 419	2 022
1963	105 073	19 061	1 684	410	29 544	2 182
1964	114 440	18 817	1 892	450	32 787	2 367
1965	132 844	20 686	1 808	501	41 567	2 521
1966	141 618	20 732	1 946	637	43 994	2 706
1967	157 230	21 226	2 278	669	47 794	3 134
1968	169 970	22 416	2 178	645	49 833	3 336
1969	182 079	22 854	2 158	720	55 201	3 531
1970	205 108	24 322	2 165	919	60 506	4 122
1971	237 622	29 288	2 608	889	66 126	4 671
1972	280 556	36 920	2 670	948	77 053	5 078
1973	331 977	36 689	3 105	1 461	92 147	5 611
1974	392 555	42 906	3 671	2 027	116 904	5 760
1975	454 544	50 627	3 933	1 832	117 485	5 560
1976	539 191	61 664	5 865	2 556	140 815	5 740
1977	687 744	80 330	7 212	3 381	183 146	10 737
1978	852 730	92 365	8 993	4 099	226 355	18 829
1979	1 088 919	114 361	10 604	6 431	300 114	22 504
1980	1 408 454	139 087	13 640	8 180	408 833	28 318
1981	1 689 421	173 183	15 615	9 982	455 238	29 157

Quadro 6.1 — Origem sectorial do produto (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal (continuação)

ano	valor acrescentado bruto	agricultura pecuária caça	pesca	indústria extractiva	indústria transformadora	electricidade, gás água
1982	2 041 570	218 235	15 712	11 267	515 445	46 706
1983	2 624 531	278 057	19 477	13 695	672 243	89 593
1984	3 234 118	319 440	24 761	16 469	883 762	140 039
1985	3 984 806	387 659	31 648	20 992	1 092 392	187 464
1986	4 720 776	426 603	42 549	24 979	1 313 255	205 972
1987	5 533 978	462 803	46 512	29 798	1 608 841	237 460
1988	6 583 568	475 424	54 408	40 033	1 942 292	298 748
1989	7 781 858	676 048	67 620	84 143	2 175 312	295 603
1990	9 371 629	781 898	68 309	114 035	2 553 350	364 309
1991	10 751 390	732 602	74 859	124 662	2 692 995	463 178
1992	11 966 479	666 761	62 977	127 889	2 838 368	509 646
1993	12 599 386	615 258	57 852	134 018	2 883 111	541 798

ano	valor acrescentado bruto	construção	comércio restauração hotelaria	transportes comunicações	bancos seguros imóveis	serviços diversos
1953	57 731	3 367	7 455	2 124	5 803	6 491
1954	61 142	3 339	8 216	2 572	6 072	6 490
1955	63 863	3 726	8 075	2 770	6 439	7 056
1956	68 266	4 488	9 967	2 837	6 751	7 114
1957	72 462	4 934	10 204	2 862	7 173	7 850
1958	77 372	5 377	11 187	2 910	7 605	8 247
1959	82 105	5 942	12 101	3 246	8 057	10 103
1960	86 771	6 041	13 198	3 442	8 593	10 586
1961	90 149	6 813	12 854	3 987	9 080	11 592
1962	101 727	7 130	15 829	4 158	9 680	12 416
1963	105 073	7 286	16 779	4 863	10 479	12 784
1964	114 440	7 799	19 360	5 435	11 406	14 127
1965	132 844	9 616	20 965	6 052	12 295	16 830
1966	141 618	11 544	21 708	6 619	13 377	18 358

Quadro 6.1 — Origem sectorial do produto (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal (continuação)

ano	valor acrescentado bruto	construção	comércio restauração hotelaria	transportes comunicações	bancos seguros imóveis	serviços diversos
1967	157 230	13 088	26 372	7 196	14 687	20 789
1968	169 970	14 055	29 862	7 525	17 272	22 848
1969	182 079	15 943	30 003	9 400	18 784	23 486
1970	205 108	18 633	34 822	9 934	21 524	28 162
1971	237 622	25 041	41 193	11 621	24 356	31 829
1972	280 556	32 551	45 938	13 630	27 761	38 006
1973	331 977	37 396	60 192	16 849	33 674	44 853
1974	392 555	45 092	61 444	20 915	37 540	56 297
1975	454 544	55 077	81 748	25 296	39 136	73 850
1976	539 191	58 328	96 039	31 501	46 358	90 324
1977	687 744	74 548	116 337	41 518	52 964	117 571
1978	852 730	93 328	150 265	52 591	62 144	143 763
1979	1 088 919	121 093	196 509	66 498	73 994	176 812
1980	1 408 454	134 440	273 990	79 470	87 035	235 460
1981	1 689 421	182 755	332 468	101 030	101 675	288 318
1982	2 041 570	225 112	396 281	131 399	128 105	353 304
1983	2 624 531	264 547	514 859	180 661	154 087	437 310
1984	3 234 118	254 358	644 987	233 053	191 318	525 933
1985	3 984 806	276 429	798 128	309 575	227 922	652 597
1986	4 720 776	302 385	958 078	352 495	273 872	820 587
1987	5 533 978	375 329	1 053 551	413 144	325 622	980 917
1988	6 583 568	439 226	1 221 738	459 309	424 550	1 227 840
1989	7 781 858	475 942	1 442 757	511 219	523 782	1 529 434
1990	9 371 629	598 625	1 699 785	605 121	689 162	1 897 034
1991	10 751 390	721 068	2 025 254	742 179	833 154	2 341 440
1992	11 966 479	867 552	2 324 434	835 342	925 047	2 808 462
1993	12 599 386	846 558	2 562 607	863 766	1 023 021	3 071 398

Quadro 6.2 — Origem sectorial do produto da indústria transformadora

Unidade — Milhares de contos.

A — Segundo o Instituto Nacional de Estatística

ano	indústria transformadora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário couro	madeira cortiça	papel artes gráficas edição	química petróleo borracha
1986	1 427 466	311 299	323 030	48 820	87 307	256 740
1987	1 585 654	360 114	374 288	60 586	110 728	227 570
1988	1 897 712	435 229	437 392	60 130	147 257	284 661
1989	2 211 901	529 233	501 688	78 285	165 049	300 969
1990	2 460 224	626 623	568 410	105 076	160 702	246 779
1991	2 705 569	705 434	654 634	116 168	163 528	262 680
1992	2 911 390	781 763	720 035	124 483	181 086	262 556
1993	3 093 635	857 751	784 260	124 927	164 123	277 036
1994	3 273 137	887 909	814 780	136 525	197 066	282 818
1995	3 493 424	885 670	822 427	142 893	232 763	304 107

ano	indústria transformadora	minerais não-metálicos	metalurgia de base	produtos metálicos, máquinas, material eléctrico e de transporte	outras indústrias transformadoras
1986	1 427 466	77 692	51 593	253 351	17 634
1987	1 585 654	89 991	51 482	290 018	20 877
1988	1 897 712	103 283	46 924	357 260	25 576
1989	2 211 901	115 541	87 834	404 505	28 797
1990	2 460 224	133 499	96 902	488 618	33 615
1991	2 705 569	147 823	63 264	549 393	42 645
1992	2 911 390	171 242	45 993	579 366	44 866
1993	3 093 635	177 565	45 809	606 697	55 467
1994	3 273 137	186 591	58 397	646 593	62 458
1995	3 493 424	195 985	58 312	786 876	64 391

Quadro 6.2 — Origem sectorial do produto da indústria transformadora (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal

ano	indústria transfor-madora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário couro	madeira cortiça	papel artes gráficas edição	química petróleo borracha
1953	14 620	2 773	4 764	1 685	483	2 721
1954	15 272	3 385	4 653	1 707	636	2 729
1955	15 510	3 257	4 564	2 170	633	2 769
1956	18 197	3 593	4 853	2 435	772	3 652
1957	18 405	3 320	4 648	2 739	941	3 393
1958	20 354	3 560	4 761	2 407	944	4 263
1959	21 990	3 929	4 761	2 363	936	5 214
1960	23 281	3 801	5 239	2 504	1 003	6 260
1961	23 719	4 082	4 990	2 711	1 017	5 551
1962	27 419	4 917	5 587	3 458	1 132	5 832
1963	29 544	5 108	5 784	3 563	1 136	6 919
1964	32 787	5 361	6 838	3 880	1 547	7 085
1965	41 567	5 932	9 215	4 485	2 487	8 919
1966	43 994	6 573	8 962	4 810	2 871	8 122
1967	47 794	7 016	9 717	5 273	3 322	8 849
1968	49 833	8 249	9 118	4 585	3 714	10 213
1969	55 201	9 217	10 297	4 818	3 857	10 391
1970	60 506	9 835	11 035	4 719	4 188	11 316
1971	66 126	10 039	13 795	4 961	4 283	10 845
1972	77 053	10 909	16 235	6 359	4 568	11 132
1973	92 147	12 938	20 220	8 204	5 501	12 434
1974	116 904	16 162	26 780	10 070	8 130	15 165
1975	117 485	18 741	24 833	10 586	7 959	14 467
1976	140 815	23 946	32 492	12 403	7 642	15 303
1977	183 146	30 974	41 495	14 529	9 835	19 229
1978	226 355	38 318	46 933	21 044	13 007	20 609
1979	300 114	47 528	67 298	28 761	20 274	32 253
1980	408 833	63 272	86 731	47 483	30 476	46 584
1981	455 238	80 164	98 526	41 724	34 549	40 104

Quadro 6.2 — Origem sectorial do produto da indústria transformadora (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal (continuação)

ano	indústria transformadora	alimentação bebidas tabaco	têxteis vestuário couro	madeira cortiça	papel artes gráficas edição	química petróleo borracha
1982	515 445	93 875	121 354	36 701	36 264	44 088
1983	672 243	130 044	156 276	46 582	45 812	66 841
1984	883 762	171 518	224 906	54 642	70 644	89 878
1985	1 092 392	207 127	286 088	62 371	81 047	135 405
1986	1 313 255	242 969	373 837	74 959	103 308	146 331
1987	1 608 841	299 694	417 847	91 641	144 171	186 194
1988	1 942 292	343 756	491 565	111 621	171 534	244 352
1989	2 175 312	416 012	529 268	124 261	195 756	229 499
1990	2 553 350	478 741	682 611	140 508	177 401	258 873
1991	2 692 995	571 069	679 866	146 561	186 414	293 635
1992	2 838 368	631 324	691 798	178 502	196 407	312 726
1993	2 883 111	651 082	737 218	171 844	179 558	320 904

ano	indústria transformadora	minerais não-metálicos	metalurgia de base	produtos metálicos, máquinas, material eléctrico e de transporte	outras indústrias transformadoras
1953	14 620	587	208	1 298	101
1954	15 272	671	138	1 252	101
1955	15 510	720	113	1 182	102
1956	18 197	874	56	1 844	118
1957	18 405	945	29	2 279	111
1958	20 354	1 209	113	2 969	128
1959	21 990	1 336	100	3 216	135
1960	23 281	1 549	169	2 604	152
1961	23 719	1 681	216	3 286	185
1962	27 419	1 780	274	4 225	214
1963	29 544	1 895	357	4 572	210
1964	32 787	2 059	563	5 270	184
1965	41 567	3 116	814	6 358	241
1966	43 994	3 783	977	7 647	249

Quadro 6.2 — Origem sectorial do produto da indústria transformadora (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal (continuação)

ano	indústria transformadora	minerais não-metálicos	metalurgia de base	produtos metálicos, máquinas, material eléctrico e de transporte	outras indústrias transformadoras
1967	47 794	3 851	906	8 583	277
1968	49 833	3 835	1 477	8 354	288
1969	55 201	4 125	1 901	10 248	347
1970	60 506	4 249	1 978	12 750	436
1971	66 126	4 392	2 270	15 087	454
1972	77 053	4 845	2 637	19 883	485
1973	92 147	5 940	2 956	23 255	699
1974	116 904	6 731	2 612	30 318	936
1975	117 485	7 338	2 196	30 325	1 040
1976	140 815	9 857	2 737	35 493	942
1977	183 146	14 837	5 359	45 067	1 821
1978	226 355	20 506	11 124	52 632	2 182
1979	300 114	21 850	12 889	66 595	2 666
1980	408 833	27 745	13 994	89 144	3 404
1981	455 238	34 086	17 045	106 127	2 913
1982	515 445	41 608	24 225	113 378	3 952
1983	672 243	52 461	27 982	141 757	4 488
1984	883 762	67 271	31 325	166 346	7 232
1985	1 092 392	70 847	34 699	206 358	8 450
1986	1 313 255	93 532	41 967	226 404	9 948
1987	1 608 841	122 718	56 172	278 298	12 106
1988	1 942 292	151 456	64 295	350 684	13 029
1989	2 175 312	182 663	70 821	411 255	15 777
1990	2 553 350	226 306	74 942	492 657	21 311
1991	2 692 995	251 008	66 277	474 836	23 329
1992	2 838 368	281 814	58 780	460 147	26 870
1993	2 883 111	294 772	59 513	439 215	29 005

Quadro 6.3 — Origem sectorial do produto dos serviços diversos

Unidade — Milhares de contos.

A — Segundo o Instituto Nacional de Estatística

ano	serviços diversos	administração e defesa	educação e investigação	saúde e veterinária	outros serviços
1986	863 908	298 146	213 758	134 486	217 518
1987	1 023 673	350 102	260 395	153 757	259 419
1988	1 261 874	417 223	324 497	207 420	312 734
1989	1 572 878	505 376	412 153	241 837	413 512
1990	1 944 745	615 654	490 761	304 396	533 934
1991	2 432 829	744 580	657 823	369 986	660 440
1992	2 943 901	876 776	782 249	450 155	834 721
1993	3 264 085	976 901	845 503	507 999	933 682
1994	3 499 669	998 175	939 986	548 149	1 013 359
1995	3 819 652	1 059 520	1 062 177	601 421	1 096 534

Quadro 6.4 — Despesa nacional

Unidade — Milhares de contos

A — Segundo o Instituto Nacional de Estatística

ano	valor acrescentado bruto	impostos indirectos líquidos	produto interno bruto
1986	4 735 119	326 516	5 061 635
1987	5 515 054	413 259	5 928 313
1988	6 440 086	515 376	6 955 462
1989	7 579 760	604 938	8 184 698
1990	8 922 408	698 703	9 621 111
1991	10 250 709	781 020	11 031 729
1992	11 442 720	984 522	12 427 242
1993	12 263 092	946 468	13 209 560
1994	13 461 829	1 166 993	14 628 822
1995	14 506 946	1 310 745	15 817 691

ano	valor acrescentado bruto	consumo privado	consumo público	formação bruta de cap. fixo privada	formação bruta de cap. fixo pública	variação de existências	exportações	importações
1986	4 735 119	3 415 750	762 360	1 071 491	155 548	- 49 269	1 297 917	1 592 162
1987	5 515 054	4 000 912	879 743	1 397 739	192 869	+ 39 232	1 567 212	2 149 394
1988	6 440 086	4 701 138	1 080 179	1 701 743	247 877	+ 144 926	1 878 548	2 798 949
1989	7 579 760	5 452 345	1 303 059	1 953 762	283 210	+ 104 261	2 364 604	3 276 543
1990	8 922 408	6 479 555	1 588 984	2 283 307	329 062	+ 105 573	2 733 566	3 898 936
1991	10 250 709	7 500 754	2 037 374	2 443 149	388 283	+ 66 126	2 792 696	4 196 653
1992	11 442 720	8 516 800	2 306 665	2 551 918	491 352	+ 59 684	2 929 448	4 428 625
1993	12 263 092	9 079 809	2 517 389	2 438 025	551 213	- 13 256	3 048 864	4 412 484
1994	13 461 829	9 963 452	2 705 082	2 909 394	522 833	+ 56 450	3 582 658	5 111 047
1995	14 506 946	10 560 207	2 938 927	3 150 443	583 968	+ 114 941	4 167 507	5 698 302

Quadro 6.4 — Despesa nacional (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal

ano	valor acrescentado bruto	impostos indirectos líquidos	produto interno bruto
1953	57 731	1 262	58 993
1954	61 142	1 422	62 564
1955	63 863	1 583	65 447
1956	68 266	1 676	69 943
1957	72 462	1 788	74 250
1958	77 372	1 818	79 191
1959	82 105	1 937	84 042
1960	86 771	2 223	88 994
1961	90 149	2 499	92 648
1962	101 727	2 259	103 987
1963	105 073	2 365	107 438
1964	114 440	2 186	116 626
1965	132 844	2 838	135 681
1966	141 618	3 194	144 812
1967	157 230	4 988	162 217
1968	169 970	5 461	175 432
1969	182 079	6 149	188 229
1970	205 108	7 250	212 358
1971	237 622	8 146	245 768
1972	280 556	9 398	289 955
1973	331 977	10 840	342 817
1974	392 555	13 189	405 744
1975	454 544	15 232	469 776
1976	539 191	22 756	561 947
1977	687 744	34 513	722 257
1978	852 730	40 634	893 364
1979	1 088 919	46 986	1 135 905
1980	1 408 454	67 862	1 476 316
1981	1 689 421	84 305	1 773 726

Quadro 6.4 — Despesa nacional (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal (continuação)

ano	valor acrescentado bruto	impostos indirectos líquidos	produto interno bruto
1982	2 041 570	103 251	2 144 820
1983	2 624 531	115 808	2 740 339
1984	3 234 118	130 980	3 365 099
1985	3 984 806	146 208	4 131 014
1986	4 720 776	327 725	5 048 501
1987	5 533 978	414 454	5 948 432
1988	6 583 568	516 789	7 100 357
1989	7 781 858	606 571	8 388 429
1990	9 371 629	700 434	10 072 063
1991	10 751 390	782 800	11 534 190
1992	11 966 479	984 522	12 951 001
1993	12 599 386	946 468	13 545 854

ano	valor acrescentado bruto	consumo privado	consumo público	formação bruta de capital fixo	variação de existências	exportações	importações
1953	57 731	46 432	5 025	10 210	+ 579	8 280	11 532
1954	61 142	48 612	5 693	10 440	+ 769	9 468	12 418
1955	63 863	51 295	5 871	11 626	+ 78	10 477	13 900
1956	68 266	52 878	5 899	13 534	+ 1 098	11 613	15 079
1957	72 462	56 994	6 333	15 184	+ 957	11 691	16 908
1958	77 372	58 287	6 570	17 113	+ 1 232	12 615	16 627
1959	82 105	62 151	7 414	18 350	+ 686	11 825	16 384
1960	86 771	66 820	7 990	18 840	+ 766	13 540	18 962
1961	90 149	68 952	10 092	23 193	+ 1 444	13 776	24 809
1962	101 727	74 187	11 018	24 272	+ 399	16 420	22 308
1963	105 073	77 458	11 430	23 218	+ 2 416	17 383	24 466
1964	114 440	83 173	12 353	26 049	+ 2 726	21 309	28 983
1965	132 844	96 987	13 416	29 922	+ 5 312	23 978	33 934

Quadro 6.4 — Despesa nacional (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal (continuação)

ano	valor acrescentado bruto	consumo privado	consumo público	formação bruta de capital fixo	variação de existências	exportações	importações
1966	141 618	102 445	14 849	36 939	+ 2 464	25 329	37 213
1967	157 230	114 492	17 918	40 124	+ 1 565	28 500	40 383
1968	169 970	124 458	19 819	42 283	+ 3 728	30 785	45 642
1969	182 079	126 984	21 557	48 433	+ 3 969	35 271	47 986
1970	205 108	144 082	25 687	53 602	+ 7 615	38 824	57 452
1971	237 622	162 470	28 170	68 739	+ 9 136	44 121	66 868
1972	280 556	183 124	32 376	86 467	+ 12 031	51 668	75 710
1973	331 977	222 781	37 370	105 774	+ 7 344	64 213	94 667
1974	392 555	284 165	49 435	139 219	- 5 934	80 956	142 096
1975	454 544	328 618	60 289	133 278	- 611	70 386	122 183
1976	539 191	392 113	71 164	148 356	+ 22 208	75 149	147 043
1977	687 744	480 008	93 408	227 869	+ 27 340	104 519	210 887
1978	852 730	592 443	117 442	263 521	+ 360 92	139 750	255 884
1979	1 088 919	752 287	148 629	376 952	- 94	227 654	369 524
1980	1 408 454	988 077	198 704	441 170	+ 89 533	308 794	549 960
1981	1 689 421	1 222 504	246 827	605 067	+ 64 302	350 585	715 559
1982	2 041 570	1 471 778	300 954	721 313	+ 89 209	430 634	869 068
1983	2 624 531	1 850 363	380 485	872 700	+ 18 033	647 154	1 028 395
1984	3 234 118	2 348 083	463 248	942 575	- 12 063	943 477	1 320 222
1985	3 984 806	2 778 780	586 003	1 085 702	+ 9 931	1 191 752	1 521 155
1986	4 720 776	3 334 801	713 882	1 282 438	+ 22 232	1 338 967	1 643 820
1987	5 533 978	3 921 392	827 074	1 699 486	+ 108 291	1 610 523	2 218 334
1988	6 583 568	4 768 412	1 019 742	2 170 152	+ 109 830	1 919 189	2 886 968
1989	7 781 858	5 540 270	1 252 124	2 494 553	+ 54 862	2 432 662	3 386 041
1990	9 371 629	6 709 069	1 524 696	2 905 781	+ 103 495	2 857 865	4 028 842
1991	10 751 390	7 806 026	1 949 042	3 162 255	+ 66 057	2 903 565	4 352 754
1992	11 966 479	8 736 979	2 209 933	3 495 288	+ 81 442	3 003 456	4 576 097
1993	12 599 386	9 251 220	2 403 211	3 291 674	+ 28 290	3 094 288	4 522 829

Quadro 6.5 — Rendimento disponível da nação

Unidade — Milhares de contos

A — Segundo o Instituto Nacional de Estatística

ano	produto interno bruto	remune-rações do trabalho	excedente bruto de exploração	impostos indirectos líquidos	rendimentos e transfer. do exterior	rendimento disponível da nação
1986	5 061 635	2 225 899	2 229 204	606 532	204 232	5 265 867
1987	5 928 313	2 588 732	2 625 177	714 404	330 259	6 258 572
1988	6 955 462	3 014 030	3 024 332	917 100	368 463	7 323 925
1989	8 184 698	3 556 597	3 575 178	1 052 923	426 336	8 611 034
1990	9 621 111	4 313 437	4 081 283	1 226 391	506 013	10 127 124
1991	11 031 729	5 215 352	4 415 391	1 400 986	562 474	11 594 203
1992	12 427 242	5 972 184	4 750 910	1 704 148	663 252	13 090 494
1993	13 209 560	6 272 500	5 274 035	1 663 025	684 519	13 894 079
1994	14 628 822	6 497 578	6 233 940	1 897 304	449 517	15 078 339
1995	15 817 691	6 888 832	6 871 851	2 057 008	364 136	16 181 827

ano	rendimento disponível da nação	famílias e administr. privadas	adminis-tração pública	sociedades e empresas financeiras
1986	5 265 867	4 157 268	599 668	508 931
1987	6 258 572	4 811 210	702 488	744 874
1988	7 323 925	5 395 396	1 025 607	902 922
1989	8 611 034	6 139 721	1 332 225	1 139 088
1990	10 127 124	7 427 306	1 338 229	1 361 589
1991	11 594 203	8 659 603	1 597 197	1 337 403
1992	13 090 494	9 719 987	2 227 467	1 143 040
1993	13 894 079	10 165 931	2 040 829	1 687 319
1994	15 078 339	10 817 685	2 154 817	2 105 837
1995	16 181 827	11 527 736	2 419 445	2 234 646

Quadro 6.5 — Rendimento disponível da nação (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal

ano	produto interno bruto	remune-rações do trabalho	excedente bruto de exploração	impostos indirectos líquidos	rendimentos e transfer. do exterior	rendimento disponível da nação
1953	58 993	29 443	26 221	3 330	1 466	60 459
1954	62 564	31 620	27 438	3 505	1 549	64 112
1955	65 447	32 927	28 645	3 875	1 741	67 188
1956	69 943	34 679	31 148	4 115	2 093	72 036
1957	74 250	35 916	33 975	4 360	2 769	77 019
1958	79 191	36 402	38 240	4 549	2 870	82 061
1959	84 042	39 240	39 788	5 014	3 062	87 104
1960	88 994	41 949	41 494	5 550	3 191	92 185
1961	92 648	45 756	40 612	6 280	2 473	95 121
1962	103 987	48 679	48 600	6 708	3 470	107 456
1963	107 438	53 296	46 987	7 155	3 841	111 279
1964	116 626	58 515	50 102	8 009	4 526	121 152
1965	135 681	65 643	61 118	8 920	5 404	141 086
1966	144 812	72 983	61 871	9 958	6 398	151 211
1967	162 217	84 081	65 490	12 647	8 910	171 127
1968	175 432	91 329	70 450	13 653	10 088	185 520
1969	188 229	101 754	70 906	15 569	12 943	201 172
1970	212 358	117 965	75 813	18 580	14 504	226 863
1971	245 768	135 695	90 427	19 647	18 169	263 937
1972	289 955	158 991	108 319	22 645	22 715	312 670
1973	342 817	188 153	127 325	27 339	25 704	368 520
1974	405 744	247 302	129 401	29 041	27 903	433 647
1975	469 776	321 150	113 966	34 660	24 482	494 258
1976	561 947	373 076	144 720	44 151	19 806	581 754
1977	722 257	438 386	224 808	59 063	31 635	753 891
1978	893 364	513 285	318 697	61 383	54 549	947 913
1979	1 135 905	606 789	454 052	75 064	97 354	1 233 258
1980	1 476 316	772 260	611 415	92 640	114 672	1 590 988
1981	1 773 726	949 962	737 143	86 621	108 879	1 882 604

Quadro 6.5 — Rendimento disponível da nação (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal (continuação)

ano	produto interno bruto	remunerações do trabalho	excedente bruto de exploração	impostos indirectos líquidos	rendimentos e transfer. do exterior	rendimento disponível da nação
1982	2 144 820	1 177 843	791 417	175 560	94 664	2 239 484
1983	2 740 339	1 402 427	1 112 860	225 051	93 828	2 834 167
1984	3 365 099	1 573 773	1 627 892	163 464	110 973	3 476 072
1985	4 131 014	1 894 891	1 949 013	287 110	150 601	4 281 615
1986	5 048 501	2 273 020	2 178 085	597 396	219 829	5 268 329
1987	5 948 432	2 674 019	2 574 834	699 579	353 879	6 302 311
1988	7 100 357	3 114 115	3 087 122	899 120	405 968	7 506 325
1989	8 388 429	3 782 646	3 560 456	1 045 327	500 760	8 889 189
1990	10 072 063	4 505 870	4 342 916	1 223 277	573 801	10 645 865
1991	11 534 190	5 380 395	4 747 643	1 406 153	585 500	12 119 690
1992	12 951 001	6 312 394	4 939 703	1 698 903	671 604	13 622 605
1993	13 545 854	6 698 000	5 181 790	1 666 064	677 076	14 222 930

ano	rendimento disponível da nação	famílias e administr. privadas	administração pública	sociedades e empresas financeiras
1953	60 459	47 959	6 819	5 682
1954	64 112	51 997	7 075	5 039
1955	67 188	54 096	7 671	5 421
1956	72 036	58 120	8 272	5 643
1957	77 019	59 892	8 818	8 309
1958	82 061	62 154	9 318	10 588
1959	87 104	66 098	10 016	10 991
1960	92 185	70 427	10 717	11 042
1961	95 121	73 407	11 890	9 824
1962	107 456	80 358	13 449	13 649
1963	111 279	86 030	14 190	11 059
1964	121 152	93 154	15 597	12 401
1965	141 086	104 022	17 849	19 215
1966	151 211	113 934	20 001	17 275

Quadro 6.5 — Rendimento disponível da nação (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal (continuação)

ano	rendimento disponível da nação	famílias e administr. privadas	adminis-tração pública	sociedades e empresas financeiras
1967	171 127	131 413	23 195	16 520
1968	185 520	143 289	25 898	16 332
1969	201 172	157 004	29 845	14 324
1970	226 863	177 871	36 202	12 790
1971	263 937	208 061	38 773	17 104
1972	312 670	248 590	42 385	21 695
1973	368 520	292 005	50 879	25 637
1974	433 647	354 894	55 423	23 329
1975	494 258	444 767	58 072	- 8 581
1976	581 754	520 325	63 215	- 1 786
1977	753 891	583 226	91 938	78 727
1978	947 913	736 443	99 420	112 050
1979	1 233 258	932 624	135 142	165 493
1980	1 590 988	1 204 924	146 425	239 639
1981	1 882 604	1 523 729	125 549	233 326
1982	2 239 484	1 915 810	244 403	79 271
1983	2 834 167	2 356 920	330 704	146 543
1984	3 476 072	2 872 204	255 428	348 440
1985	4 281 615	3 448 087	335 219	498 309
1986	5 268 329	4 048 218	622 726	597 386
1987	6 302 311	4 762 457	702 060	837 794
1988	7 506 325	5 332 682	1 055 560	1 118 084
1989	8 889 189	6 402 907	1 359 432	1 126 850
1990	10 645 865	7 663 184	1 380 401	1 602 280
1991	12 119 690	8 999 431	1 650 399	1 469 860
1992	13 622 605	10 058 532	2 313 308	1 250 764
1993	14 222 930	10 584 800	2 117 849	1 520 280

Quadro 6.6 — Produto interno bruto e suas variações

A — Segundo o Instituto Nacional de Estatística

ano	produto interno bruto preços correntes 10^3 contos	produto interno bruto preços ano anterior 10^3 contos	variação real produto interno bruto %	população 10^3 habit.	variação população %	variação real produto por habitante %
1986	5 061 635	?	?	10 007	?	?
1987	5 928 313	5 361 544	+ 5,9	9 981	- 0,3	+ 6,2
1988	6 955 462	6 255 875	+ 5,5	9 955	- 0,3	+ 5,8
1989	8 184 698	7 324 914	+ 5,3	9 920	- 0,4	+ 5,7
1990	9 621 111	8 562 301	+ 4,6	9 877	- 0,4	+ 5,1
1991	11 031 729	9 843 787	+ 2,3	9 865	- 0,1	+ 2,4
1992	12 427 242	11 238 796	+ 1,9	9 869	+ 0,0	+ 1,8
1993	13 209 560	12 361 283	- 0,5	9 892	+ 0,2	- 0,8
1994	14 628 822	13 790 890	+ 4,4	9 902	+ 0,1	+ 4,3
1995	15 817 691	15 059 858	+ 2,9	9 916	+ 0,1	+ 2,8
1996	16 803 489					
1997	17 905 228					

Quadro 6.6 — Produto interno bruto e suas variações (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal

ano	produto interno bruto preços correntes 10^3 contos	produto interno bruto preços ano anterior 10^3 contos	variação real produto interno bruto %	população 10^3 habit.	variação população %	variação real produto por habitante %
1953	58 993	?	?	8 579	?	?
1954	62 564	62 048	+ 5,2	8 632	+ 0,6	+ 4,5
1955	65 447	64 498	+ 3,1	8 693	+ 0,7	+ 2,4
1956	69 943	67 806	+ 3,6	8 756	+ 0,7	+ 2,9
1957	74 250	73 172	+ 4,6	8 818	+ 0,7	+ 3,9
1958	79 191	78 750	+ 6,1	8 889	+ 0,8	+ 5,2
1959	84 042	82 352	+ 4,0	8 962	+ 0,8	+ 3,1
1960	88 994	88 069	+ 4,8	9 037	+ 0,8	+ 3,9
1961	92 648	92 180	+ 3,6	9 031	- 0,1	+ 3,6
1962	103 987	102 407	+ 0,5	9 020	- 0,1	+ 0,7
1963	107 438	108 010	+ 3,9	9 082	+ 0,7	+ 3,2
1964	116 626	113 969	+ 6,1	9 122	+ 0,4	+ 5,6
1965	135 681	127 642	+ 9,4	9 129	+ 0,1	+ 9,4
1966	144 812	141 936	+ 4,6	9 109	- 0,2	+ 4,8
1967	162 217	150 916	+ 4,2	9 103	- 0,1	+ 4,3
1968	175 432	170 545	+ 5,1	9 115	+ 0,1	+ 5,0
1969	188 229	179 838	+ 2,5	9 097	- 0,2	+ 2,7
1970	212 358	204 340	+ 8,6	9 044	- 0,6	+ 9,2
1971	245 768	234 835	+ 0,6	8 990	- 0,6	+ 11,2
1972	289 955	271 528	+ 0,5	8 970	- 0,2	+ 10,7
1973	342 817	304 595	+ 5,0	8 976	+ 0,1	+ 5,0
1974	405 744	353 307	+ 3,1	9 098	+ 1,4	+ 1,7
1975	469 776	385 800	- 4,9	9 426	+ 3,6	- 8,2
1976	561 947	481 949	+ 2,6	9 665	+ 2,5	+ 0,1
1977	722 257	598 066	+ 6,4	9 736	+ 0,7	+ 5,7
1978	893 364	769 374	+ 6,5	9 801	+ 0,7	+ 5,8

Quadro 6.6 — Produto interno bruto e suas variações (continuação)

B — Segundo o Banco de Portugal (continuação)

ano	produto interno bruto preços correntes 10^3 contos	produto interno bruto preços ano anterior 10^3 contos	variação real produto interno bruto %	população 10^3 habit.	variação população %	variação real produto por habitante %
1979	1 135 905	959 957	+ 7,5	9 856	+ 0,6	+ 6,9
1980	1 476 316	1 195 420	+ 5,2	9 909	+ 0,5	+ 4,7
1981	1 773 726	1 518 784	+ 2,9	9 957	+ 0,5	+ 2,4
1982	2 144 820	1 826 000	+ 2,9	10 059	+ 1,0	+ 1,9
1983	2 740 339	2 185 440	+ 1,9	10 123	+ 0,6	+ 1,2
1984	3 365 099	2 732 695	- 0,3	10 197	+ 0,7	- 1,0
1985	4 131 014	3 439 056	+ 2,2	10 173	- 0,2	+ 2,4
1986	5 048 501	4 282 064	+ 3,7	10 199	+ 0,3	+ 3,4
1987	5 948 432	5 445 499	+ 7,9	10 228	+ 0,3	+ 7,6
1988	7 100 357	6 289 696	+ 5,7	10 254	+ 0,3	+ 5,5
1989	8 388 429	7 605 241	+ 7,1	10 281	+ 0,3	+ 6,8
1990	10 072 063	9 083 616	+ 8,3	10 302	+ 0,2	+ 8,1
1991	11 534 190	10 418 786	+ 3,4	10 304	+ 0,0	+ 3,4
1992	12 951 001	11 948 232	+ 3,6	10 280	- 0,2	+ 3,8
1993	13 545 854	12 926 953	- 0,2	10 313	+ 0,3	- 0,5

Quadro 6.6 — Produto interno bruto e suas variações (continuação)

C — Dados retrospectivos

ano	produto interno bruto preços correntes 10^3 contos	produto interno bruto preços ano anterior 10^3 contos	variação real produto interno bruto %	população 10^3 habit.	variação população %	variação real produto por habitante %
1837	204	251	?	3 665	+ 0,7	?
1838	198	198	- 2,9	3 689	+ 0,7	- 3,6
1839	198	192	- 3,2	3 713	+ 0,7	- 3,9
1840	200	180	- 9,2	3 737	+ 0,6	- 9,7
1841	223	214	+ 7,0	3 748	+ 0,3	+ 6,6
1842	243	268	+ 20,3	3 759	+ 0,3	+ 20,0
1843	250	266	+ 9,7	3 771	+ 0,3	+ 9,3
1844	257	297	+ 18,8	3 782	+ 0,3	+ 18,5
1845	?	?	?	3 793	+ 0,3	?
1846	?	?	?	3 804	+ 0,3	?
1847	?	?	?	3 816	+ 0,3	?
1848	247	274	?	3 827	+ 0,3	?
1849	?	?	?	3 838	+ 0,3	?
1850	?	?	?	3 850	+ 0,3	?
1851	255	276	?	3 861	+ 0,3	?
1852	300	305	+ 19,6	3 873	+ 0,3	+ 19,3
1853	296	244	- 18,7	3 884	+ 0,3	- 19,0
1854	295	249	- 15,7	3 892	+ 0,2	- 15,9
1855	308	315	+ 6,8	3 901	+ 0,2	+ 6,5
1856	324	269	- 12,9	3 909	+ 0,2	- 13,0
1857	335	391	+ 20,7	3 923	+ 0,4	+ 20,3
1858	341	369	+ 10,1	3 960	+ 0,9	+ 9,1
1859	344	315	- 7,7	3 998	+ 1,0	- 8,6
1860	346	357	+ 3,9	4 035	+ 0,9	+ 2,9
1861	366	347	+ 0,4	4 110	+ 1,9	- 1,4
1862	388	384	+ 4,8	4 149	+ 0,9	+ 3,8

Quadro 6.6 — Produto interno bruto e suas variações (continuação)

C — Dados retrospectivos (continuação)

ano	produto interno bruto preços correntes 10^3 contos	produto interno bruto preços ano anterior 10^3 contos	variação real produto interno bruto %	população 10^3 habit.	variação população %	variação real produto por habitante %
1863	402	419	+ 8,0	4 188	+ 0,9	+ 7,0
1864	428	415	+ 3,2	4 213	+ 0,6	+ 2,6
1865	429	443	+ 3,5	4 238	+ 0,6	+ 2,9
1866	415	402	- 6,3	4 264	+ 0,6	- 6,8
1867	430	405	- 2,4	4 289	+ 0,6	- 3,0
1868	441	468	+ 8,8	4 314	+ 0,6	+ 8,1
1869	455	460	+ 4,2	4 340	+ 0,6	+ 3,6
1870	470	496	+ 9,0	4 366	+ 0,6	+ 8,3
1871	469	480	+ 2,2	4 392	+ 0,6	+ 1,6
1872	497	497	+ 5,8	4 418	+ 0,6	+ 5,2
1873	528	420	- 15,4	4 444	+ 0,6	- 15,9
1874	563	662	+ 25,4	4 471	+ 0,6	+ 24,6
1875	595	589	+ 4,6	4 497	+ 0,6	+ 4,0
1876	599	593	- 0,3	4 524	+ 0,6	- 0,9
1877	613	551	- 8,0	4 551	+ 0,6	- 8,6
1878	612	618	+ 0,8	4 591	+ 0,9	- 0,1
1879	596	619	+ 1,1	4 632	+ 0,9	+ 0,2
1880	608	645	+ 8,2	4 673	+ 0,9	+ 7,3
1881	634	621	+ 2,2	4 715	+ 0,9	+ 1,3
1882	650	644	+ 1,5	4 757	+ 0,9	+ 0,6
1883	649	676	+ 4,0	4 799	+ 0,9	+ 3,1
1884	678	724	+ 11,4	4 842	+ 0,9	+ 10,5
1885	700	725	+ 6,9	4 885	+ 0,9	+ 6,0
1886	737	720	+ 2,9	4 929	+ 0,9	+ 1,9
1887	754	771	+ 4,7	4 973	+ 0,9	+ 3,7
1888	798	798	+ 5,9	5 017	+ 0,9	+ 5,0
1889	813	759	- 4,9	5 062	+ 0,9	- 5,7

Quadro 6.6 — Produto interno bruto e suas variações (continuação)

C — Dados retrospectivos (continuação)

ano	produto interno bruto preços correntes 10^3 contos	produto interno bruto preços ano anterior 10^3 contos	variação real produto interno bruto %	população 10^3 habit.	variação população %	variação real produto por habitante %
1890	810	731	- 10,0	5 105	+ 0,8	- 10,8
1891	811	835	+ 3,2	5 138	+ 0,7	+ 2,5
1892	841	825	+ 1,7	5 182	+ 0,9	+ 0,8
1893	860	844	+ 0,3	5 220	+ 0,7	- 0,4
1894	880	863	+ 0,4	5 251	+ 0,6	- 0,2
1895	931	976	+ 11,0	5 275	+ 0,4	+ 10,5
1896	953	944	+ 1,4	5 297	+ 0,4	+ 0,9
1897	946	886	- 7,0	5 331	+ 0,6	- 7,5
1898	967	933	- 1,3	5 365	+ 0,6	- 2,0
1899	988	1 005	+ 3,9	5 407	+ 0,8	+ 3,1
1900	1 019	1 047	+ 6,0	5 450	+ 0,8	+ 5,2
1901	994	1 003	- 1,6	5 497	+ 0,8	- 2,4
1902	998	1 027	+ 3,3	5 552	+ 1,0	+ 2,2
1903	1 033	1 004	+ 0,6	5 613	+ 1,1	- 0,5
1904	1 053	998	- 3,3	5 670	+ 1,0	- 4,3
1905	1 059	1 068	+ 1,4	5 720	+ 0,9	+0,6
1906	1 068	1 068	+ 0,9	5 758	+ 0,7	+0,2
1907	1 096	1 096	+ 2,6	5 800	+ 0,7	+1,9
1908	1 120	1 110	+ 1,3	5 840	+ 0,7	+0,6
1909	1 137	1 128	+ 0,7	5 883	+ 0,7	+ 0,0
1910	1 150	1 191	+ 4,7	5 937	+ 0,9	+ 3,7
1911	1 133	1 076	- 6,5	6 004	+ 1,1	- 7,5
1912	1 191	1 201	+ 6,1	6 008	+ 0,1	+ 6,0
1913	1 209	1 179	- 1,0	6 004	- 0,1	- 1,0
1914	1 129	1 138	- 5,8	6 053	+ 0,8	- 6,6
1915	1 208	1 100	- 2,5	6 107	+ 0,9	- 3,4
1916	1 383	1 171	- 3,1	6 147	+ 0,6	- 3,7

Quadro 6.6 — Produto interno bruto e suas variações (continuação)

C — Dados retrospectivos (continuação)

ano	produto interno bruto preços correntes 10^3 contos	produto interno bruto preços ano anterior 10^3 contos	variação real produto interno bruto %	população 10^3 habit.	variação população %	variação real produto por habitante %
1917	1 431	1 246	- 9,9	6 186	+ 0,6	- 10,4
1918	1 737	1 065	- 25,6	6 104	- 1,3	- 24,6
1919	2 227	1 994	+ 14,8	6 082	- 0,4	+ 15,2
1920	3 119	1 983	- 11,0	6 084	+ 0,0	- 11,0
1921	3 870	2 671	- 14,4	6 148	+ 1,1	- 15,2
1922	6 131	5 242	+ 35,5	6 216	+ 1,1	+ 34,0
1923	9 299	6 408	+ 4,5	6 271	+ 0,9	+ 3,6
1924	12 133	9 247	- 0,6	6 344	+ 1,2	- 1,7
1925	13 450	13 896	+ 14,5	6 429	+ 1,3	+ 13,0
1926	14 203	14 721	+ 9,4	6 507	+ 1,2	+ 8,1
1927	15 344	14 468	+ 1,9	6 580	+ 1,1	+ 0,7
1928	18 249	18 923	+ 23,3	6 658	+ 1,2	+ 21,9
1929	20 304	19 649	+ 7,7	6 729	+ 1,1	+ 6,5
1930	19 877	20 736	+ 2,1	6 812	+ 1,2	+ 0,9
1931	19 191	21 183	+ 6,6	6 908	+ 1,4	+ 5,1
1932	19 508	19 846	+ 3,4	7 003	+ 1,4	+ 2,0
1933	19 892	19 901	+ 2,0	7 096	+ 1,3	+ 0,7
1934	20 668	20 495	+ 3,0	7 189	+ 1,3	+ 1,7
1935	20 890	20 855	+ 0,9	7 279	+ 1,3	- 0,4
1936	21 322	20 886	+ 0,0	7 379	+ 1,4	- 1,4
1937	22 288	21 586	+ 1,2	7 476	+ 1,3	- 0,1
1938	23 149	23 757	+ 6,6	7 575	+ 1,3	+ 5,2
1939	23 414	24 606	+ 6,3	7 677	+ 1,3	+ 4,9
1940	24 454	23 536	+ 0,5	7 758	+ 1,1	- 0,5
1941	29 039	26 370	+ 7,8	7 800	+ 0,5	+ 7,2
1942	34 111	28 922	- 0,4	7 859	+ 0,8	- 1,1
1943	36 282	32 790	- 3,9	7 934	+ 1,0	- 4,8

Quadro 6.6 — Produto interno bruto e suas variações (continuação)

C — Dados retrospectivos (continuação)

ano	produto interno bruto preços correntes 10^3 contos	produto interno bruto preços ano anterior 10^3 contos	variação real produto interno bruto %	população 10^3 habit.	variação população %	variação real produto por habitante %
1944	35 228	34 410	- 5,2	8 013	+ 1,0	- 6,1
1945	36 351	34 203	- 2,9	8 101	+ 1,1	- 4,0
1946	42 294	37 625	+ 3,5	8 182	+ 1,0	+ 2,5
1947	46 930	45 767	+ 8,2	8 258	+ 0,9	+ 7,2
1948	47 693	55 950	+ 19,2	8 358	+ 1,2	+ 17,8
1949	48 599	43 016	- 9,8	8 434	+ 0,9	- 10,6
1950	50 664	51 767	+ 6,5	8 512	+ 0,9	+ 5,5
1951	57 360	56 711	+ 11,9	8 547	+ 0,4	+ 11,5
1952	58 678	58 603	+ 2,2	8 563	+ 0,2	+ 2,0
1953	58 993	58 557	- 0,2	8 579	+ 0,2	- 0,4

CAPÍTULO 7 — MOEDA E CRÉDITO *

JAIME REIS (Instituto Universitário Europeu)

* À Sandra Sequeira é devido um agradecimento pela excelente colaboração prestada.

A moeda e o crédito são dois pilares do desenvolvimento das economias de mercado na época contemporânea. A origem deste seu papel remonta às épocas mais remotas e tem vindo claramente a crescer, no Ocidente, com avanços e recuos, ao longo das Idades Média e Moderna até desembocar na enorme expansão dos últimos duzentos anos. Efectivamente, foi apenas nos século XIX e XX que a monetarização destas economias se completou plenamente, acabando por invadir todas as actividades passíveis de troca. Do mesmo modo, foi só durante este período que a actividade creditícia (ou financeira) se tornou num dos sectores de maior peso em todas as economias então em rápido desenvolvimento, levando por isso tantos historiadores — entre os quais, Gerschenkron e Cameron são os mais famosos — a considerá-la como um dos factores primordiais para explicar as transformações estruturais entretanto ocorridas e ainda hoje a ter lugar.

Do ponto de vista teórico, este papel tem várias facetas que convém aqui recordar. No caso da moeda, ele resulta directamente dos seus três aspectos definitórios — o de unidade de conta, o de reserva de valor e o de meio de pagamento. Sem eles, a existência de mercados activos e mais ou menos eficientes para bens e serviços e para factores de produção não seria possível e as trocas comerciais seriam custosas e difíceis. A divisão do trabalho e a especialização produtiva, que são a base de qualquer processo de elevação sustentada da produtividade e do progresso técnico, seriam seriamente inibidas e não haveria crescimento económico no longo prazo.

Em Portugal, embora o estudo histórico da moeda propriamente dita nunca tenha tido grande importância, esta, no entanto, tem sido implicitamente reconhecida pelos estudiosos de um dos temas centrais da actual bibliografia histórico-económica, o do desenvolvimento do capitalismo ou da penetração da economia portuguesa pelas forças de mercado, sobretudo durante o século passado. Uma perspectiva quantitativa do problema, alicerçada em estatísticas razoavelmente seguras, parece, por conseguinte, um passo indispensável a dar no sentido de um aprofundamento de tão magna questão, mas essencialmente ainda por dar. Iguais considerações se poderiam tecer sobre o tema relativamente inexplorado da relação entre o desempenho da economia e a evolução monetária, particularmente no que toca ao século actual,

palco de fenómenos de inflação e de recessão com ligações não insignificantes à realidade monetária [1].

No caso do crédito, a vasta literatura sobre mercados financeiros e as instituições que neles participam aponta os principais aspectos a ter em mente quando se analisa a sua influência sobre a economia. O crédito é a entidade que permite fazer o encontro entre agentes económicos que divergem no que respeita às suas preferências de consumo e de poupança, facilitando que se harmonizem as intenções daqueles que dispõem de recursos, mas que não pretendem consumi-los imediatamente, com as daqueles que têm possibilidades de aplicação de recursos, mas não os possuem em quantidade suficiente para os seus projectos. O aparecimento de um vasto movimento de criação de instituições dedicadas à intermediação destas operações de harmonização durante o século XIX e continuada pelo século XX afora, bem como a inovação institucional a isto associada, sob a forma da sociedade anónima e da responsabilidade limitada, veio dar um impulso marcante à redução nos custos das transacções financeiras. Geraram-se assim importantes economias, o que fez crescer o papel do crédito na actividade económica em geral e estimulou de um modo altamente significativo o progresso tecnológico e organizativo nas actividades produtivas, com os resultados consequentes no campo da produtividade. As perspectivas mais recentes sublinham a importância da assimetria de informação entre credores e devedores, com vantagens para os segundos, e a possibilidade que os bancos e instituições equiparadas vieram oferecer aos primeiros, facilitando-lhes a identificação e a monitorização a baixo custo dos segundos, o que reduz os riscos e os custos do crédito e cria estímulos para a sua progressiva expansão (Levine, 1997).

Também a actividade financeira portuguesa tem sido geralmente pouco estudada de um ponto de vista histórico, sobretudo como um todo, mas é evidente, do pouco que se sabe, que o desenvolvimento deste sector e o impulso que terá conferido à economia real foram relativamente fracos e tardios. Disso é ilustração sugestiva o facto de apenas na década de 1950 ter começado a haver sucursais bancárias espalhadas pelo território nacional em número significativo (Sérgio, 1990), ou de o total de activos financeiros per capita ter sido cronicamente baixo em termos comparativos internacionais. A quantificação de séries temporais devidamente organizadas e facilmente acessíveis que de seguida se oferece pode, mais uma vez, ser um factor de impulso na direcção de um alargamento deste exíguo conhecimento de um domínio indispensável para a compreensão do desenvolvimento económico português no longo prazo.

Com tantas implicações políticas e macro-económicas que tiveram, é natural que o poder político se tenha sempre preocupado com estas duas realidades — a moeda e o crédito — e que isso tenha conduzido a esforços oficiais de quantificação sobre elas mais ou menos vigorosos,

[1] Ver, no entanto, o estudo pioneiro neste campo de Santos, 1994.

para melhor as conhecer, compreender e controlar. Em particular, o domínio monetário, para além de ter sido perenemente um símbolo do poder dos reis e da autonomia do Estado nacional, foi sempre para este também um meio importante de obter receita, através da sua cunhagem e da manipulação posterior do seu valor. A 'invenção' e difusão cada vez mais alargada da moeda fiduciária, que era muito mais lucrativa para quem a produzia do que a metálica, viria expandir extraordinariamente as possibilidades neste campo, do século XIX em diante, aumentando ao mesmo tempo as repercussões potenciais sobre a economia e a política que a emissão monetária ligada à vontade estatal agora pode ter.

Durante a era do mercantilismo, estas recolhas de informação económica e estatística não eram feitas tendo em vista a sua divulgação pública, antes eram de carácter reservado, segredos de Estado postos ao serviço do reforço da sua capacidade económica e militar [2]. Em contraste, no período que aqui nos ocupa, as estatísticas tinham passado a desempenhar outras funções na sociedade. Já não imperavam os preceitos mercantilistas, antes defendia-se por toda a parte na Europa e no mundo europeizado, a necessidade que a sociedade civil tinha de ser informada, para que o mercado melhor pudesse desenvolver as suas funções. Em simultâneo, reconhecia-se que não podia haver bom governo sem boa informação e a Estatística era, em consequência, apelidada de 'bússola' da governação, porque permitia delinear as melhores políticas, quando fossem necessárias, e aplicá-las do modo mais eficaz.

Foi deste afã que nasceu nos primeiros decénios do século passado, e viria a perpetuar-se até hoje, o impulso caracteristicamente oitocentista para recolher e publicar quantidades cada vez maiores de estatísticas sobre a vida política, social e económica nacional, tal como em todos os países então considerados como civilizados. No caso da moeda e do crédito, acresceu (e acresce ainda) um segundo tipo de razões para o florescer destas elaborações quantitativas cujo produto em grande parte serve de base, neste capítulo, à construção das séries temporais apresentadas. O conhecimento de realidades sociais como estas, sintetizadas através da expressão numérica, servia não só para informar mas também para controlar e evitar *ipso facto* as irregularidades a que qualquer sociedade livre se encontra exposta. Por exemplo, a obrigação de o Estado dar publicidade à sua produção de moeda ou à sua obtenção de crédito servia de barreira à tentação, sempre presente, de cunhar maior quantidade de moeda ou de contrair maiores débitos do que aquilo a que estava autorizado pela lei e pelo Parlamento.

A opinião pública, neste conceito, é que era o freio principal, mas o freio apenas poderia funcionar se ela estivesse informada. A obrigação de as instituições bancárias publicitarem dados

---

[2] O que não impede, evidentemente, que, se disponíveis, possam ser usadas em tentativas de quantificação segundo critérios modernos. Um exemplo desse tipo é uma dissertação recentemente apresentada, Sousa, 1999, a qual apresenta uma estimativa da circulação monetária portuguesa entre finais do século XVII e finais do século XVIII.

quantitativos acerca da sua actividade, algo que relutavam em fazer por "o segredo ser a alma do negócio", servia uma finalidade semelhante. Neste caso, o objectivo era impedir que os bancos que tinham o poder, conferido pela lei, de emissão excedessem os limites permitidos. A todos os outros, que eram a maioria, esta obrigação de publicidade visava incentivá-los, através da pressão da opinião pública mais uma vez, a comportarem-se com a prudência devida e o respeito pelas regras formais e informais que deviam governar uma sã actividade bancária. O contrário teriam sido os riscos de abuso da situação de privilégio que o Estado lhes conferia (sobretudo no caso da emissão monetária), de pôr em risco os haveres que lhes tinham sido confiados e de injectar instabilidade numa economia que cada vez mais dependia deles. Para o historiador quantitativo, a grande vantagem do esforço que de tudo isto resultou é que lhe proporcionou um copioso caudal de informação numérica como a que vem resumida a seguir.

Como foi dito acima, a ajuizar pela exiguidade da bibliografia científica actual sobre a matéria, os dois temas de que este capítulo se ocupa estão longe de ter tido um lugar saliente nas lucubrações da moderna historiografia portuguesa. Este facto reflecte-se naturalmente na fraca disponibilidade de fontes modernas, contendo séries elaboradas segundo critérios actualizados e claros, que auxiliem eficazmente a elaboração dos dados numéricos de que carecemos para este trabalho. Explica igualmente que tenham sido raras as controvérsias de índole científica, tanto sobre a quantificação como sobre a interpretação das variáveis em questão, o que também terá contribuído para limitar a quantidade de elementos fiáveis preparados para fins analíticos actuais por especialistas com uma preparação adequada. Em consequência, tivemos frequentemente de recorrer a estatísticas sobre a moeda e o crédito recolhidas e publicadas há tempo mais ou menos dilatado, com objectivos diversos dos nossos, de acordo com critérios frequentemente variáveis e por vezes pouco explícitos e não sujeitos a uma elaboração crítica posterior feita por historiadores.

No decurso da compilação das séries que compõem este capítulo e em resultado desta situação, surgiram numerosos problemas causados pela inconstância das autoridades encarregadas da definição de critérios de recolha e organização dos dados, pelo modo pouco claro pelo qual estas normas foram por vezes aplicadas, e ainda pela presença de incongruências explicáveis apenas pela existência de simples erros de elaboração ou mesmo de tipografia. Por todos estes motivos, procurou-se ajudar o leitor na medida do possível, descrevendo, com bastante minúcia e talvez mesmo alguma prolixidade, as principais dificuldades e dúvidas encontradas, acompanhando os quadros que seguem com as notas de rodapé consideradas indispensáveis à sua compreensão e, nesta introdução, com uma secção de comentários mais extensos e por vezes de carácter conceptual dirigidos à compreensão dos mesmos.

Neste capítulo, moeda e crédito recebem um tratamento separado, em duas partes distintas, embora existam, como se verá, vários pontos importantes de contacto entre as duas

áreas, que mais não são afinal senão faces diferentes duma mesma realidade macroeconómica. Na primeira, apresentam-se, para começar, as diversas formas de moeda, que circularam em Portugal desde cedo no século XIX até 1993, de acordo com a sua natureza física — metálica, fiduciária e escritural. Segue-se-lhe uma compilação desses mesmos meios de pagamento elaborada desta vez em conformidade com os conceitos teóricos comummente aceites pela análise monetária contemporânea, ou seja distribuídos pelos agregados M0, M1 e M2. Na segunda parte, partiu-se cronologicamente dos primórdios da actividade bancária organizada sob a forma de sociedade anónima (início da década de 1820) e procurou-se mostrar a evolução do sector também até data recente, deixando de fora, por falta de informação, quase inteiramente a parte das entidades financeiras não incorporadas, não obstante a sua relativa importância pelo menos até à Primeira Guerra Mundial. A abordagem contemplou tanto os aspectos globais da actividade bancária, como alguns aspectos particulares mais significativos, expressos através das respectivas contas dos balanços anuais, como sejam os depósitos, a carteira comercial e as reservas. Para maior clareza e facilidade de manuseamento, fez-se a separação, no conjunto destas instituições, de três grandes categorias, segundo a sua índole e funções dentro do sistema financeiro, a saber, o banco central, os bancos comerciais e equiparados e as instituições de poupança sem fins lucrativos privados, como por exemplo o Montepio Geral ou as Caixas Económicas.

*

Os quadros foram exclusivamente extraídos, sem qualquer alteração, de fontes publicadas e poderão portanto conter erros de origem. Os valores vêm todos expressos nas unidades de conta de origem, geralmente o conto ou os seus múltiplos. Nem todos os agregados monetários ou bancários são aqui descritos, mas nalguns casos é possível estimá-los a partir dos dados que ora se publicam, como, por exemplo, no caso do multiplicador monetário (b), que pode ser obtido dividindo pela base monetária (B ou H) (quadro 1.3) qualquer das medidas de oferta monetária presentes (M) no quadro 1.4 (M = b. B ou H).

1 — A moeda

O âmbito geográfico a que correspondem as estatísticas monetárias é o nacional, mas com algumas restrições relacionadas com o estatuto particular gozado durante algum tempo no passado pela Madeira e os Açores. Efectivamente, durante uma parte do período em apreço a moeda naquelas duas partes do território português foi diferente da que circulava no Continente.

No caso da Madeira, a uniformização pela bitola nacional terá tido início em 1879 e deveria ter sido completada em 1887, embora haja sinais de ter continuado a persistir alguma moeda antiga para lá desta data. No caso dos Açores, esta uniformização ocorreu mais tarde, em 1932. As estatísticas 'nacionais' apresentadas nos quadros que seguem e anteriores a estas datas não compreendem a moeda especial das Ilhas.

— Moeda metálica (quadro 7.1)

Este quadro contém os vários tipos de moeda metálica legalmente autorizada a circular no País, classificados segundo a sua natureza material, bem como os respectivos totais. É de salientar que, em certos períodos, nem toda esta moeda tinha poder liberatório absoluto. É o caso, por exemplo, da prata, a qual durante os anos 1854 a 1891 não era de aceitação obrigatória em qualquer transacção que excedesse os 5$000. Chama-se também a atenção para o facto de a maior parte da moeda de ouro com circulação legalmente estatuída não ser de cunhagem nacional, sendo na sua maior parte inglesa e composta por soberanos e meios-soberanos. Esta circunstância tem tornado difícil aos historiadores uma quantificação rigorosa do total da moeda de ouro existente em Portugal em cada momento, dada a liberdade de entrada e saída dos metais preciosos, cunhados ou não durante o período em questão. A metodologia empregada para contornar este problema está descrita em Sousa, 1991 e Reis, 1990. Existindo algumas divergências entre as quantificações de moeda metálica publicadas por estes dois autores no que respeita ao período até 1890, estas são apresentadas separadamente (secções A e B do quadro 7.1). A partir daí, não existem séries paralelas. De notar ainda que a série produzida por Reis, 1990 tem sido objecto de crítica (ver Valério, 1991) por se considerar inválido que depois do abandono do padrão ouro, em 1891, a moeda desta espécie possa ser incluída nesta quantificação. O argumento gira em torno de saber se, entre 1891 e 1914, a moeda de ouro teria sido completamente entesourada, em consequência da depreciação sofrida pela moeda fiduciária, e deixado de ser utilizada em pagamentos (embora com um prémio relativamente à moeda fiduciária dominante); ou se, pelo contrário, continuaria a circular, para além das suas outras funções de reserva de valor e unidade de valor. Segundo este último autor, a moeda de ouro deveria ser abatida ao total da circulação monetária compilada na secção B do quadro 7.1. Esta questão, como se verá em relação ao quadro 7.4, tem repercussões sobre a quantificação das várias formas de oferta monetária aí apresentadas.

— Moeda fiduciária (quadro 7.2)

Este quadro mostra, em primeiro lugar, séries das notas convertíveis emitidas e postas a circular pelos bancos portugueses para isso autorizados entre 1821 e 1891. É importante notar que os valores apresentados referem-se às notas em circulação e não ao total da emissão, que lhe é superior, visto uma parte desta ficar normalmente retida em cofre pela entidade emissora. Inicialmente (1822-1846), estas notas pertenceram unicamente ao Banco de Lisboa e continuaram a circular entre 1846 e 1857, depois do encerramento desta instituição, embora com um valor depreciado e variável segundo o seu desconto no mercado. Não foi possível contabilizar esta espécie para este último período. Em 1846, esta função emissora passou para o Banco de Portugal, que a teve de repartir com um número crescente de bancos (um destes, o Banco Comercial do Porto, emitia pequenas quantidades já desde 1835) também autorizados como emissores, até que, em 1891, ela lhe ficou a competir em exclusivo. Chama-se a atenção para a ausência, nestas séries, do papel-moeda emitido pelo Estado, a partir de 1797, para fazer face a problemas financeiros graves. Este circulou durante decénios, embora com fraca aceitação por parte do público, o que lhe valeu uma acentuada depreciação, mas não dispomos de uma série anual que o represente. A partir de 1891, o quadro compila as notas inconvertíveis do Banco de Portugal. Começando durante a Primeira Guerra Mundial, acrescentam-se-lhe, temporariamente, as cédulas legais e ilegais que entraram em circulação a partir de 1917, em período de acentuada inflação, a fim de satisfazer as necessidade monetárias ocasionadas pelo desaparecimento entretanto ocorrido de alguma moeda metálica.

— Moeda escritural (quadro 7.3)

Neste quadro apresentam-se os totais da moeda criada pelas instituições financeiras sob a forma de depósitos e desde o momento em que esses valores possam ser considerados como forma de pagamento. Distinguem-se dois tipos neste contexto — os depósitos à ordem e os depósitos a prazo. Esta separação nem sempre é fácil de fazer, por falta de informação nas estatísticas oficiais ou mesmo de indicação apropriada nos relatórios e contas anuais das instituições financeiras. Para o período de 1854 a 1912 não se faz geralmente qualquer distinção entre os dois tipos, assumindo-se portanto que a maioria seria à ordem. Tão pouco se incluíram nesta série os depósitos nas caixas económicas, Caixa Geral de Depósitos ou outras instituições de poupança, pela sua natureza incerta, mas aparente, de depósitos a prazo. Por outro lado, assumiu-se que os depósitos recebidos pelo Banco de Portugal não deviam ser excluídos da composição desta variável, uma vez que eram maioritariamente do público e não de outras

instituições financeiras. As fontes empregadas a partir de 1913 permitiram distinguir entre os dois tipo de depósito. Ao mesmo tempo, optou-se agora por excluir, justificadamente, todos os depósitos feitos no Banco de Portugal, tendo em consideração o papel cada vez mais marcado deste como banco central e a predominância e depois exclusividade dos depósitos feitos nele por bancos e equiparados.

— Oferta monetária (quadro 7.4)

A arrumação dada à informação contida no quadro 7.4 corresponde às diversas noções de oferta desenvolvidas há várias décadas pela economia monetária e geralmente atribuídas a Cagan e Friedman. O mais restrito destes conceitos é o de 'circulação monetária' ou M0, e constitui a matéria da parte A do quadro. Os seus valores são obtidos subtraindo à totalidade da moeda metálica e das notas em circulação o total das mesmas espécies existente como reserva na caixa das instituições bancárias do País. A primeira coluna do quadro foi construída seguindo um critério um pouco diferente uma vez que neste caso apenas se subtraiu a moeda e notas em caixa no Banco de Portugal e não nas demais instituições financeiras. Salienta-se que para o período 1891-1912, a divergência entre esta e a segunda coluna do quadro se deve em grande medida ao que foi notado acima para o quadro 7.1 e resultante da diversidade de critérios quanto à inclusão, ou não, da moeda de ouro nos meios de pagamento daquela época. O conceito de M1 ou de 'meios imediatos de pagamento', que ocupa a parte B do quadro, é mais lato do que o anterior porque incorpora os depósitos à ordem. Estes são agora entendidos como um instrumento monetário, visto que servem para fazer pagamentos através de cheque. Define-se M1 por conseguinte como o conjunto de todos os meios de pagamento, quer tenham poder liberatório legal quer não e portanto inclui as notas e moedas em poder do público assim como os depósitos à ordem no sistema bancário. Como foi apontado acima, a propósito do quadro 7.3, há alguma dificuldade em discernir se todos os depósitos do período 1854-1912 eram ou não à ordem, dúvida essa que levou Mata, Valério, 1993 a excluir essa possibilidade e a preferir a designação de M para estes anos, aplicando-se a de M1 somente a partir de então. Esta perspectiva contradiz a de Reis, 1990, que assumiu que estes depósitos podiam ser considerados como meios de pagamento antes de 1912 [3]. A secção C do quadro completa este conjunto de conceitos de oferta monetária com o de M2, 'moeda no sentido lato' ou 'total dos meios de pagamento'. Este alarga o anterior, acrescentando-lhe os demais depósitos do sistema,

[3] Os argumentos das duas posições podem ser consultados em Reis, 1990, Valério, 1991 e Reis, 1994.

essencialmente os a prazo. Mata, Valério, 1993, a partir de 1985, seguiram um conceito ligeiramente mais alargado do que o do M2 usado em Pinheiro et alii, 1997, ou seja o de 'activos líquidos na posse do sector residente não financeiro' (L). Este inclui, além de M2, os bilhetes do Tesouro e os CLIPs cedidos ao público não financeiro. Ao apresentarmos as duas fontes, preferimos usar o valor de M2 de Pinheiro et alii, 1997 por uma questão de consistência e também para permitir a comparação entre os dois conceitos ao longo de todo o período considerado.

— Base monetária (quadro 7.5)

A base monetária é um conceito central na análise dos factores que determinam a oferta monetária numa economia moderna. Os seus valores apresentados no quadro 7.5 correspondem à definição derivada mais uma vez dos trabalhos de Cagan e Friedman. Segundo este último, base monetária, ou H, é a totalidade de formas de dinheiro que podem ser usadas ou como meios de pagamento imediato [currency], ou como reservas dos bancos. No caso presente, a base monetária deveria ser obtida subtraindo ao total das moedas e das notas emitidas, as reservas de caixa do banco emissor, o que foi feito nas colunas que apenas tratam do século XX. A aplicação deste critério a qualquer período anterior a 1891, quando o Banco de Portugal se tornou emissor único, é, porém, menos fácil. Antes desta data, havendo vários emissores que também eram bancos comerciais (o que sucedia igualmente no caso do Banco de Portugal), haveria que destrinçar nas suas reservas qual era a parte que cobria a emissão de notas e qual a que correspondia à sua actividade comercial. Claramente isto não é praticável e optou-se, nesta instância, somente entre 1854 e 1912, por subtrair apenas as reservas de caixa do Banco de Portugal e não o fazer para os restantes bancos emissores (Reis, 1990).

2 — O crédito e as instituições financeiras

— Banco de Portugal (quadro 7.6)

O Banco de Portugal, dado o seu lugar de destaque no sistema financeiro português, na sua qualidade de banco central, é considerado aqui à parte das demais instituições de crédito. Deve salientar-se que as suas funções actuais foram-lhe confirmadas clara e formalmente apenas no século XX e particularmente a partir de 1931, havendo antes disso um longo período desde a

sua fundação (1846) em que se poderia somente falar de um proto- ou pré-banco central. As contas cujas estatísticas constituem o quadro 7.6 são apenas as mais importantes e uma fracção do seu número total. Com efeito, têm sido por vezes numerosas estas contas, tanto no activo como no passivo do balanço de fim de ano do Banco, mas razões de espaço e de facilidade de leitura levaram a fazer esta selecção. A maioria dos dados aqui compilados têm a sua origem directa nos Relatórios e Contas desta instituição, o que não impediu que os critérios usados por ela na sua elaboração variassem ocasionalmente. Para evitar confusão quanto ao seu conteúdo preciso, convirá fazer portanto algumas precisões quanto ao significado das designações empregadas. Em primeiro lugar, no passivo, 'notas em circulação' descreve justamente essa situação e exclui por conseguinte as notas emitidas mas conservadas em caixa. Em segundo lugar, deve-se atentar para o facto de que 'bancos e banqueiros' é um conceito moderno correspondente a um tempo em que os depósitos recebidos pelo Banco de Portugal provinham apenas das instituições de crédito. Por razões de comodidade, este título foi mantido ao longo de todo o período coberto pelo quadro, mas na realidade estão aqui incorporados também depósitos de particulares, os quais pelo menos até à Primeira Guerra Mundial terão tido um peso considerável, tendo deixado, por razões legais, de ser aceites pelo Banco apenas a partir de 1975. 'Capital' é o capital efectivamente subscrito, mas nos anos em que o Banco deteve acções próprias e logo representadas no seu activo, estas não foram abatidas a esta rubrica. Os 'fundos de reserva' têm início apenas em 1881 por ser nesta época que a assembleia geral do Banco tomou a decisão de começar a constitui-los. Passando ao activo, a primeira rubrica a levantar dificuldades pela diversidade de critérios de que foi alvo é 'reservas', onde até 1845 figuram somente as espécies metálicas. De 1846 a 1886, juntam-se-lhe o papel moeda e de 1846 a 1857 as notas do banco de Lisboa em caixa. A partir de 1887 e até 1930, 'reservas' também inclui as notas emitidas pelo Banco de Portugal e conservadas em caixa. Em 1931, esta variável transforma-se em 'ouro em barra e amoedado e disponibilidades em moeda estrangeira', uma norma que se mantém até 1980. Em 1981, são adicionados ainda os direitos de saque sobre o Fundo Monetário Internacional e outros créditos ao Estado em ouro e moeda estrangeira, assim como 'outras reservas cambiais', situação que se manteve até 1993. A conta 'operações com o Governo' compreende também uma grande variedade de movimentos, começando em 1888 com um conjunto formado por 'contratos especiais com o Estado e suas dependências' e 'contas correntes com o Tesouro Público' (incluindo a respeitante ao crédito agrícola). Em 1945, esta composição seria alterada para 'dívida do estado, títulos da dívida pública e promissórias do Fomento Nacional', o que duraria até 1960, quando passaria a integrar as entregas realizadas pelo Banco ao Fundo Monetário Internacional por conta do Estado, a conta de compensação das Províncias Ultramarinas e os títulos de obrigações do Fundo Monetário da Zona do Escudo. A partir de 1984, a adição mais importante a estas verbas seria os empréstimos às regiões autónomas de conta do Estado.

— Bancos, banqueiros e casas bancárias (quadro 7.7)

O quadro 7.7 contém, à semelhança do anterior, os agregados das principais contas do balanço das instituições privadas de crédito no Continente e Ilhas. A principal dificuldade que surge com as fontes empregadas neste caso resulta da identificação das entidades que a cada momento estão compreendidas, sendo de novo bastante variável o critério que orientou a recolha estatística realizada pelas autoridades competentes. De 1858 a 1892, os valores apresentados referem-se aos bancos comerciais do Continente e Ilhas, o Banco de Portugal inclusive (o que sucede aliás ao longo de todo o quadro 7.7 até 1990), ficando portanto de fora banqueiros e casa bancárias, nalguns casos, infelizmente, empresas de grande vulto no sector. As casas bancárias e os banqueiros apenas passaram a estar incluídas a partir de 1930, data em que as estatísticas respectivas passam a ter uma qualidade idêntica à dos bancos. Os bancos com actuação nas colónias — caso do Banco Nacional Ultramarino (BNU) e do Banco de Angola — merecem uma atenção especial visto que o seu tratamento se modificou sucessivamente nas publicações especializadas oficiais. Até 1892, o BNU está incluído nos agregados, mas de 1919 a 1946 deixa de o estar, figurando os seus movimentos, tanto ultramarinos como metropolitanos, na rubrica 'Ultramar' do quadro 7.7. O Banco de Angola, por seu lado, está entretanto incluído no conjunto dos bancos do Continente. De 1947 a 1974, a mesma rubrica contém apenas os saldos metropolitanos do BNU e do Banco de Angola, enquanto a rubrica 'Ultramar' representa até 1956 os saldos ultramarinos do BNU e, de 1957 a 1959, os saldo ultramarinos deste banco e também os do Banco de Angola. Ambos estes valores deixam de estar representados nas estatísticas financeiras portuguesas a partir de 1960. Depois de 1974 estes bancos são tratados como bancos do Continente. Por outro lado, na categoria de bancos do Continente e Ilhas, começam a incluir-se, em 1968, as 'instituições equiparadas' (Caixa Geral de Depósitos, Crédito Predial Português e Banco de Fomento), o que dura até 1978. Desde então, as 'instituições equiparadas' deixam de contribuir para este agregado. No que toca às fontes, o quadro 7.7 foi construído a partir de três fontes estatísticas oficiais, uma das quais — as Situações Bancárias — oferece duas possibilidades. Uma são os dados publicados anualmente, outra é uma retrospectiva publicada em 1946 e que cobre os anos 1930-46. Das duas, preferimos a primeira, visto que a retrospectiva foi feita segundo critérios desconhecidos e porque o seu emprego não seria coerente com o da outra versão, utilizada durante os anos 1919-1930. Finalmente, chama-se a atenção para o facto de não haver qualquer informação disponível para os anos 1928 e 1929 para todos as instituições compreendidas no quadro e de 1927 a 1938 no caso do BNU, este último pelo seu relatório e contas não ter sido publicado durante este intervalo.

— Caixas económicas e companhias de crédito (quadro 7.8)

O quadro 7.8 apresenta dados referentes às instituições de fins não-lucrativos e em geral orientadas para a pequena poupança. Como único indicador utilizou-se, como é habitual, o total dos depósitos recebidos. O âmbito geográfico é o do Continente e Ilhas, embora no que respeita a estas, o termo 'Ilhas' denote a Madeira e os Açores entre 1919 e 1965 e somente os Açores entre 1966 e 1968. A partir daí, as Ilhas deixam de figurar em separado nas estatísticas oficiais. As instituições compreendidas nos agregados da primeira parte do quadro variam segundo as épocas. Para o período de 1919 a 1927, são elas as caixas e companhias de crédito sob a forma de caixas de crédito, caixas económicas, companhias e sociedades por quotas, estando por isso excluída a Caixa Geral de Depósitos, mas não o Montepio Geral. Durante este período, a designação 'estabelecimentos do Estado' refere-se à Caixa Geral de Depósitos e à Caixa Económica Postal. No período de 1930 a 1968 já todas estas instituições passam a ser englobadas neste agregado, deixando de o ser, entre 1969 e 1990. Na segunda parte do quadro, torna-se possível ter conhecimento da evolução individual no longo prazo de algumas destas instituições, em parte graças a trabalhos de qualidade científica a elas dedicados e que facultam com precisão essa informação. Inclui-se neste grupo a série das obrigações de crédito hipotecário emitidas pela Companhia do Crédito Predial Português, que não sendo vocacionada para a poupança, tão pouco cabe, como banco, no quadro anterior.

— Número de instituições financeiras (quadro 7.9)

O quadro 7.9 apenas procura evidenciar o número total de instituições dos vários tipos encontradas nos quadros 7.6 a 7.8. Para tal emprega as mesmas fontes que as dos quadros 7.7 e 7.8, sendo de esclarecer que a designação de 'estabelecimentos do Estado' se refere à Caixa Geral de Depósitos e à Caixa Económica Postal. A partir de 1953 deixa de ser possível contar o número de bancos comerciais no País por este meio porque as Estatísticas Financeiras passa a ocupar-se, sob esta designação, do número de sucursais e não do das corporações.

— Taxas de desconto do Banco de Portugal (quadro 7.10)

O quadro 7.10 mostra a taxa oficial fixada pelo Banco de Portugal e que se foi tornando ao longo do período considerado um instrumento de política creditícia e monetária cada vez mais importante.

— Compensação bancária (quadro 7.11)

A compensação bancária foi criada oficialmente em 1926, mas apenas começou a funcionar em 1929. As fontes estatísticas apenas começam a apresentar os dados que lhe dizem respeito a partir de 1933 e na forma que aqui se apresenta.

Referências

— Anais de Estatística. Volume I. Série I — Finanças. nº 1 — Estatística Bancária (1858 a 1892). Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

— Estatísticas Financeiras (diversos anos).

— LEVINE, Ross — Financial Development and Economic Growth: Views and Agenda. Journal of Economic Literature, XXXV, 1997.

— MARQUES, A.H. de Oliveira — Companhia de Crédito Predial Português. 125 Anos de História. Lisboa: 1989.

— MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno — História Económica de Portugal. Uma Perspectiva Global. Lisboa: Presença, 1993.

— NUNES, Ana Bela; BASTIEN, Carlos; VALÉRIO, Nuno — Caixa Económica Montepio Geral. 150 Anos de História 1844-1994. Lisboa: Montepio Geral, 1994.

— PERES, Damião — História do Banco de Portugal 1821-1846, vol. 1. Lisboa: Banco de Portugal, 1971.

— PINHEIRO, Maximiano; et alii — Séries Longas para a Economia Portuguesa Pós II Guerra Mundial. Lisboa: Banco de Portugal, 1997.

— REIS, Jaime — A Evolução da Oferta Monetária Portuguesa 1854-1912. Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

— REIS, Jaime — Aspectos da História Monetária Portuguesa da Segunda Metade do Século XIX. Análise Social , XXIX, 1994.

— REIS, Jaime — O Banco de Portugal das Origens a 1914. Lisboa: Banco de Portugal, 1996 (vol. 1).

— Relatórios da Caixa Geral de Depósitos (diversos anos).

— Relatórios do Banco de Portugal (diversos anos).

— SANTOS, Fernando Teixeira dos — Stock Monetário e Desempenho Macroeconómico durante o Estado Novo. Análise Social, XXIX, 1994.

— SÉRGIO, Anabela — O Sistema Bancário e a Expansão da Economia Portuguesa (1947-1959). Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

— Situação Bancária no Ano de ... Bancos, Caixas e Companhias de Crédito (Lisboa, vários anos).

— SOUSA, Rita — Money Supply in Portugal 1834-1890. Estudos de Economia, vol. XII, nº 1, 1991.

— SOUSA, Rita — Moeda e metais preciosos no Portugal setecentista. Dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa: 1999.

— VALÉRIO, Nuno — A Moeda em Portugal 1913-1947. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

— VALÉRIO, Nuno — Recensão (a Reis, 1990). Estudos de Economia, vol. XII, nº 1, 1991.

Quadros

7.1 — Moeda metálica, 1834-1947
7.2 — Moeda fiduciária, 1822-1947
7.3 — Moeda escritural, 1822-1993
7.4 — Oferta monetária, 1834-1993
7.5 — Base monetária, 1854-1912, 1932-1993
7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993
7.7 — Bancos, banqueiros e casas bancárias, 1858-1892, 1919-1990
7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito, 1919-1993
7.9 — Número de instituições financeiras, 1919-1927, 1930-1956, 1984-1990
7.10 — Taxas de desconto do Banco de Portugal, 1891-1997
7.11 — Compensação bancária, 1933-1990

Quadro 7.1 — Moeda metálica, 1834-1947

A — Estimativa de Sousa, 1991 (1834-1890)

Unidade — Milhares de contos.

ano	portuguesa de ouro	estrangeira de ouro (1) (2)	de prata (3)	de cobre e bronze	total
1834	5	16	8	2	31
1835	5	16	8	2	31
1836	5	16	8	2	31
1837	5	16	8	2	31
1838	5	16	8	2	31
1839	5	16	8	2	31
1840	5	16	8	2	31
1841	5	16	8	2	31
1842	5	16	8	2	31
1843	5	16	8	2	31
1844	5	16	8	2	31
1845	5	16	8	2	31
1846	5	17	8	2	32
1847	5	17	8	2	32
1848	5	17	8	2	32
1849	5	17	8	2	32
1850	5	17	8	2	32
1851	6	18	8	2	34
1852	6	21	8	2	37
1853	6	23	8	2	39
1854	5	22	8	2	37
1855	5	25	8	2	40
1856	5	26	8	2	41
1857	5	27	8	2	42
1858	5	29	8	2	44
1859	5	30	8	2	45
1860	6	33	8	2	49

Quadro 7.1 — Moeda metálica, 1834-1947 (continuação)

A — Estimativa de Sousa, 1991 (1834-1890) (continuação)

ano	portuguesa de ouro	estrangeira de ouro (1) (2)	de prata (3)	de cobre e bronze	total
1861	6	35	8	2	51
1862	6	39	8	2	55
1863	6	41	8	2	57
1864	6	41	8	2	57
1865	6	38	8	2	54
1866	6	38	8	2	54
1867	6	37	8	2	53
1868	6	36	8	2	52
1869	6	36	8	2	52
1870	6	37	8	2	53
1871	6	41	8	2	57
1872	6	43	8	2	59
1873	6	47	8	2	63
1874	6	48	8	2	64
1875	6	50	8	2	66
1876	6	53	8	2	69
1877	6	52	8	2	68
1878	6	54	8	2	70
1879	6	53	9	2	70
1880	6	56	9	2	73
1881	6	59	9	2	76
1882	6	59	9	2	76
1883	6	63	9	2	80
1884	7	65	9	2	83
1885	7	68	9	2	86
1886	7	77	9	2	95
1887	7	82	10	2	101
1888	7	87	12	2	108
1889	7	95	12	2	116
1890	8	99	13	2	122

Quadro 7.1 — Moeda metálica, 1834-1947 (continuação)

(1) A partir de 1851, tiveram curso legal em Portugal, além da moeda portuguesa, os soberanos e os meios soberanos ingleses. Os primeiros tinham um valor oficial de 4$500 réis cada. Durante a primeira metade do século, os soberanos ingleses circularam também, embora nem sempre gozando do curso legal, e entre 1846 e 1851, juntou-se-lhe uma variedade considerável de moedas de ouro estrangeiras — trinta e seis ao todo — de diferentes procedências, às quais foi concedido igualmente o curso legal.

(2) Até 1854 inclui também a moeda de prata estrangeira. Desta data em diante refere-se unicamente a moeda de ouro.

(3) A partir de 1854, presume-se que a moeda de prata estrangeira tenha saído de circulação, sendo exportada ou derretida, ficando somente em circulação, por conseguinte, a moeda portuguesa cunhada neste metal. Durante o período anterior circularam, juntamente com esta última vários tipos de moeda de prata estrangeira, por exemplo, as patacas espanholas, sendo o seu valor total, em 1853, estimado em 4 mil contos. Para os anos 1834-53, no entanto, a fonte deste quadro (Sousa, 1991) não distingue em termos de valores, no caso das moedas estrangeiras, a de ouro da de prata, pelo que, antes de 1854, estes são apresentados conjuntamente na coluna 'moeda de ouro estrangeira'. Mata, Valério, 1993 fornecem valores para a moeda de prata estrangeira existente no país entre 1834 e 1853, mas não descrevem a metodologia utilizada.

B — Estimativa de Reis, 1990 (1854-1912)

Unidade — Contos.

ano	portuguesa de ouro	estrangeira de ouro (4) (5)	de prata	de cobre e bronze	total
1854	3 000	25 710	17 099	1 614	47 423
1855	3 006	27 840	14 970	1 614	47 430
1856	3 143	28 720	14 089	1 614	47 566
1857	3 232	29 817	12 993	1 614	47 656
1858	3 257	30 665	12 145	1 614	47 681
1859	3 515	32 360	11 723	1 614	49 212
1860	3 699	34 888	10 865	1 614	51 066
1861	3 993	36 634	10 525	1 614	52 766
1862	4 661	41 085	10 149	1 614	57 509
1863	5 254	43 374	9 802	1 614	60 044

Quadro 7.1 — Moeda metálica, 1834-1947 (continuação)

B — Estimativa de Reis, 1990 (1854-1912) (continuação)

ano	portuguesa de ouro	estrangeira de ouro (4) (5)	de prata	de cobre e bronze	total
1864	5 507	43 197	10 200	1 614	60 518
1865	5 711	40 003	10 020	1 614	57 348
1866	5 893	40 146	9 779	1 614	57 432
1867	6 123	39 112	9 601	1 614	56 450
1868	6 505	37 971	9 482	1 614	55 572
1869	6 928	38 145	9 263	1 614	55 950
1870	7 248	39 218	9 071	1 614	57 151
1871	7 544	42 765	9 109	1 614	61 032
1872	7 724	44 485	9 085	1 614	62 908
1873	7 856	48 359	9 077	1 614	66 906
1874	7 932	49 737	9 132	1 614	68 415
1875	7 986	52 225	9 153	1 614	70 978
1876	8 044	54 896	9 296	1 614	73 850
1877	8 140	54 208	9 239	1 614	73 201
1878	8 344	55 756	9 459	1 614	75 173
1879	8 586	55 026	8 994	1 614	74 220
1880	9 007	57 573	8 996	1 614	77 190
1881	9 265	60 421	9 011	1 614	80 311
1882	9 426	61 219	9 027	1 614	81 286
1883	9 621	64 650	9 047	1 614	84 932
1884	9 778	67 093	9 079	1 614	87 564
1885	10 003	70 337	9 151	1614	91 105
1886	10 166	79 082	10 024	1 614	100 886
1887	10 450	83 489	11 271	1 614	106 824
1888	10 584	89 136	12 721	1 614	114 055
1889	10 673	97 289	13 556	1 614	123 132
1890	10 906	101 200	14 092	1 614	127 812
1891	11 170	74 947	21 600	3 307	111 024
1892	11 170	65 989	24 086	3 875	105 120
1893	11 170	60 252	25 332	3 861	100 615
1894	11 170	56 653	25 671	4 106	97 600

Quadro 7.1 — Moeda metálica, 1834-1947 (continuação)

B — Estimativa de Reis, 1990 (1854-1912) (continuação)

ano	portuguesa de ouro	estrangeira de ouro (4) (5)	de prata	de cobre e bronze	total
1895	11 170	54 558	25 661	3 897	95 286
1896	11 170	51 388	27 016	3 807	93 381
1897	11 170	49 722	27 324	3 842	92 058
1898	11 170	48 645	28 694	4 037	92 546
1899	11 170	47 715	31 044	3 739	93 668
1900	11 170	46 732	30 586	4 604	93 092
1901	11 170	45 616	30 777	4 318	91 881
1902	11 170	44 928	30 498	4 259	90 855
1903	11 170	43 935	30 641	4 200	89 946
1904	11 170	43 526	30 666	4 141	89 503
1905	11 170	43 511	30 338	4 082	89 101
1906	11 170	43 598	30 216	4 023	89 007
1907	11 170	43 200	28 949	3 961	87 280
1908	11 170	41 859	29 480	3 902	86 411
1909	11 170	41 486	31 238	3 771	87 665
1910	11 170	41 697	31 455	3 766	88 088
1911	11 170	41 775	31 401	3 696	88 042
1912	11 170	41 468	31 924	3 696	88 258

(4) Segundo esta fonte, a moeda de ouro continuou a ser um meio de pagamento durante todo o período contemplado neste quadro. Sobre este ponto, ver a introdução ao capítulo.

(5) Exclusivamente soberanos e meios soberanos ingleses.

Quadro 7.1 — Moeda metálica, 1834-1947 (continuação)

C — Estimativa de Valério, 1984 (1913-1947)

Unidade — Milhares de contos.

ano	valor (6)
1913	38
1914	38
1915	38
1916	38
1917	31
1918	23
1919	23
1920	20
1921	20
1922	19
1923	6
1924	5

ano	valor (6)
1925	13
1926	25
1927	32
1928	42
1929	43
1930	42
1931	42
1932	80
1933	138
1934	158
1935	159
1936	160

ano	valor (6)
1937	176
1938	176
1939	177
1940	202
1941	203
1942	226
1943	258
1944	285
1945	305
1946	321
1947	344

(6) Inclui moeda de prata, cupro-níquel, bronze, bronze-alumínio, alpaca e ferro. A partir de 1947 não foi possível prolongar a série com outras fontes.

Quadro 7.2 — Moeda fiduciária, 1822-1947

Fontes — De 1822 a 1846, Peres,1974; de 1854 a 1912, Reis, 1990; de 1913 a 1947, Valério, 1984.

Data de referência — 31 de Dezembro de cada ano.

ano	notas (contos)
1822	428
1823	829
1824	1 671
1825	2 353
1826	1 750
1827	1 841
1828	358
1829	507
1830	640
1831	761
1832	696
1833	827
1834	1 184
1835	2 124
1836	2 063
1837	1 745
1838	2 416
1839	2 559
1840	3 213
1841	2 742
1842	2 739
1843	3 077
1844	3 438
1845	3 669
1846	* 3 428
...	
1854	1 071

ano	notas (contos)
1855	1 367
1856	1 455
1857	1 664
1858	1 854
1859	2 385
1860	2 433
1861	2 128
1862	2 640
1863	2 492
1864	2 261
1865	2 483
1866	2 319
1867	2 117
1868	2 248
1869	2 434
1870	2 599
1871	2 923
1872	3 259
1873	3 365
1874	3 551
1875	4 654
1876	3 971
1877	4 715
1878	4 651
1879	5 573
1880	6 003
1881	7 286

ano	notas (contos)
1882	5 837
1883	6 275
1884	6 579
1885	7 076
1886	7 829
1887	9 646
1888	11 681
1889	12 110
1890	10 504
1891	37 903
1892	53 360
1893	52 253
1894	53 132
1895	55 922
1896	58 934
1897	65 060
1898	69 655
1899	68 568
1900	68 137
1901	68 757
1902	69 022
1903	69 478
1904	67 807
1905	67 814
1906	68 602
1907	70 967
1908	70 162

Quadro 7.2 — Moeda fiduciária, 1822-1947 (continuação)

ano	notas (contos)
1909	70 032
1910	78 072

ano	notas (contos)
1911	82 422

ano	notas (contos)
1912	84 603

* Excepcionalmente, este valor respeita a 20 de Agosto de 1846.

ano	notas (10^3 contos)	cédulas (10^3 contos)
1913	87	—
1914	96	—
1915	115	—
1916	140	—
1917	193	11
1918	274	12
1919	371	13
1920	611	14
1921	737	14
1922	1 054	16
1923	1 420	18
1924	1 763	10
1925	1 821	12
1926	1 854	13
1927	1 857	12
1928	1 990	—
1929	2 046	—
1930	1 994	—

ano	notas (10^3 contos)	cédulas (10^3 contos)
1931	2 062	—
1932	2 001	—
1933	1 989	—
1934	2 137	—
1935	2 205	—
1936	2 257	—
1937	2 224	—
1938	2 279	—
1939	2 550	—
1940	2 903	—
1941	4 488	—
1942	5 481	—
1943	6 910	—
1944	7 642	—
1945	8 166	—
1946	8 793	—
1947	8 752	—

Quadro 7.3 — Moeda escritural, 1822-1993

Fontes — De 1822 a 1846, Peres, 1971; de 1856 a 1912, Reis, 1990; de 1913 a 1947, Valério, 1984; de 1947 a 1993, Pinheiro et alii, 1997.

Data de referência — 31 de Dezembro de cada ano.

ano	depósitos à ordem (contos)
1822	333
1823	1 018
1824	1 119
1825	1 078
1826	1 304
1827	1 115
1828	519
1829	594
1830	646
1831	515
1832	342
1833	524
1834	1 223
1835	1 851
1836	1 587
1837	1 287
1838	1 503
1839	1 249
1840	1 661
1841	1 449
1842	1 538
1843	1 547
1844	1 626
1845	1 283
1846	* 660
...	

ano	depósitos à ordem (contos)
1854	1 420
1855	1 758
1856	1 927
1857	2 316
1858	2 833
1859	2 772
1860	3 433
1861	3 371
1862	3 744
1863	4 496
1864	5 333
1865	5 513
1866	5 172
1867	5 997
1868	4 914
1869	6 208
1870	6 847
1871	8 531
1872	11 410
1873	15 487
1874	17 109
1875	24 102
1876	14 824
1877	14 440
1878	13 682
1879	13 588

ano	depósitos à ordem (contos)
1880	14 298
1881	16 524
1882	16 450
1883	16 333
1884	17 784
1885	17 740
1886	24 140
1887	17 931
1888	33 534
1889	36 691
1890	30 577
1891	20 836
1892	18 455
1893	12 017
1894	13 025
1895	13 728
1896	16 191
1897	12 967
1898	16 487
1899	17 948
1900	18 312
1901	19 515
1902	20 368
1903	19 183
1904	20 309
1905	22 156

Quadro 7.3 — Moeda escritural, 1822-1993 (continuação)

ano	depósitos à ordem (contos)
1906	20 411
1907	18 325
1908	21 046

ano	depósitos à ordem (contos)
1909	18 470
1910	21 001

ano	depósitos à ordem (contos)
1911	22 180
1912	24 787

* Excepcionalmente, este valor refere-se a 20 de Novembro de 1846

ano	depósitos à ordem (10^3 contos)	outros depósitos (1) (10^3 contos)
1913	30	14
1914	37	14
1915	34	16
1916	38	18
1917	49	24
1918	66	38
1919	191	90
1920	204	131
1921	312	230
1922	460	345
1923	534	401
1924	643	412
1925	656	421
1926	692	533
1927	811	649
1928	943	768
1929	1 247	1 023
1930	1 638	916

ano	depósitos à ordem (10^3 contos)	outros depósitos (1) (10^3 contos)
1931	1 743	876
1932	2 181	968
1933	2 307	992
1934	2 839	1 030
1935	3 169	1 023
1936	3 367	980
1937	3 452	1 081
1938	3 640	1 069
1939	3 729	1 110
1940	4 536	1 109
1941	6 300	1 124
1942	10 492	1 305
1943	12 261	1 345
1944	15 332	1 179
1945	17 844	1 066
1946	19 195	1 044
1947	17 592	1 009

ano	depósitos à ordem (10^3 contos)	outros depósitos (1) (10^3 contos)
1947	13 275	1 590
1948	12 871	1 563
1949	11 945	1 399

ano	depósitos à ordem (10^3 contos)	outros depósitos (1) (10^3 contos)
1950	12 892	1 459
1951	14 625	1 641
1952	14 885	1 916

Quadro 7.3 — Moeda escritural, 1822-1993 (continuação)

ano	depósitos à ordem (10^3 contos)	outros depósitos (1) (10^3 contos)
1953	16 054	2 227
1954	17 868	2 535
1955	18 442	2 982
1956	19 869	3 374
1957	21 692	3 921
1958	23 271	4 626
1959	24 628	5 226
1960	25 725	6 782
1961	23 966	7 167
1962	26 591	9 157
1963	31 241	10 814
1964	37 843	13 609
1965	38 185	19 094
1966	45 625	21 188
1967	52 561	27 608
1968	58 187	37 442
1969	64 577	48 508
1970	66 616	66 455
1971	74 602	88 769
1972	84 263	118 913
1973	126 278	143 331
1974	111 181	168 665
1975	111 419	168 195
1976	136 559	211 254
1977	160 915	256 879
1978	191 094	329 952
1979	254 438	445 258
1980	316 264	607 398
1981	336 142	826 116
1982	391 022	1 067 620
1983	426 146	1 283 031
1984	504 971	1 648 990
1985	661 577	2 011 255
1986	934 898	2 226 883
1987	1 153 928	2 521 554
1988	1 441 654	2 832 105
1989	1 665 210	3 150 995
1990	1 728 346	3 492 345
1991	2 021 603	4 484 535
1992	2 455 543	5 597 224
1993	2 639 668	6 107 390

(1) Inclui depósitos a prazo, com pré-aviso e de poupança.

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993

Data de referência — 31 de Dezembro de cada ano.

A — Circulação monetária (M0)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (1) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1834	36			
1835	36			
1836	36			
1837	36			
1838	36			
1839	37			
1840	37			
1841	38			
1842	38			
1843	39			
1844	39			
1845	40			
1846	37			
1847	36			
1848	36			
1849	35			
1850	35			
1851	37			
1852	40			
1853	41			
1854	37	47 698		
1855	39	47 273		
1856	41	48 023		
1857	43	48 137		
1858	44	47 948		

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

A — Circulação monetária (M0) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (1) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1859	44	48 680		
1860	49	51 358		
1861	51	53 317		
1862	55	57 507		
1863	57	60 094		
1864	55	59 259		
1865	53	56 908		
1866	53	56 811		
1867	52	55 742		
1868	51	55 214		
1869	51	54 991		
1870	53	56 470		
1871	56	60 299		
1872	58	62 029		
1873	60	63 921		
1874	61	65 436		
1875	63	67 240		
1876	63	67 474		
1877	66	70 445		
1878	70	74 366		
1879	69	72 999		
1880	72	75 892		
1881	75	79 327		
1882	75	80 356		
1883	80	84 871		
1884	83	86 997		
1885	87	92 361		
1886	92	97 456		
1887	99	104 638		

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

A — Circulação monetária (M0) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (1) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1888	106	111 335		
1889	114	120 771		
1890	121	125 831		
1891	50	138 663		
1892	68	147 526		
1893	69	142 135		
1894	71	140 631		
1895	74	140 821		
1896	75	139 707		
1897	82	144 744		
1898	89	149 096		
1899	90	149 094		
1900	90	148 058		
1901	92	148 793		
1902	93	149 315		
1903	94	148 114		
1904	93	146 713		
1905	91	144 258		
1906	95	147 248		
1907	98	149 260		
1908	98	147 827		
1909	95	146 385		
1910	105	156 121		
1911	109	159 651		
1912	109	159 114		
1913	104			
1914	114			
1915	132			
1916	158			

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

A — Circulação monetária (M0) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (1) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1917	195			
1918	257			
1919	276			
1920	539			
1921	648			
1922	957			
1923	1 292			
1924	1 586			
1925	1 701			
1926	1 757			
1927	1 772			
1928	1 885			
1929	1 892			
1930	1 893			
1931	1 638			
1932	1 490		1 758	
1933	1 205		1 803	
1934	1 221		1 893	
1935	1 228		1 987	
1936	1 339		1 997	
1937	1 311		2 019	
1938	1 339		2 019	
1939	1 546		2 128	
1940	1 573		2 487	
1941	2 950		3 174	
1942	3 874		4 489	
1943	5 255		5 574	
1944	6 616		6 689	
1945	6 302		7 220	

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

A — Circulação monetária (M0) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (1) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1946	8 026		7 633	
1947	8 031		7 879	8 371
1948	7 966		7 960	8 323
1949	7 765		7 736	8 104
1950	7 764		7 454	8 096
1951	8 753		7 903	8 849
1952	8 899		8 407	8 994
1953	9 145		8 463	9 236
1954	9 703		9 033	9 747
1955	10 244		9 439	10 274
1956	10 649		9 918	10 677
1957	11 240		10 387	11 267
1958	11 816		11 104	11 842
1959	12 481		11 367	12 507
1960	13 114		12 418	13 151
1961	15 213		14 161	15 246
1962	16 045		15 204	16 119
1963	16 992		15 962	17 505
1964	17 901		17 315	17 994
1965	22 095		18 795	22 126
1966	23 519		20 111	23 577
1967	24 296		22 310	24 363
1968	25 337		23 512	25 402
1969	26 669		24 962	26 772
1970	29 711		27 041	29 848
1971	31 903		29 309	32 061
1972	36 103		32 429	36 269
1973	38 265		36 221	38 418
1974	69 703		50 478	69 881

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

A — Circulação monetária (M0) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (1) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1975	109 781			109 944
1976	110 426			109 107
1977	113 579			113 208
1978	121 995			121 280
1979	142 140			142 119
1980	165 162			165 162
1981	188 372			188 372
1982	219 457			219 457
1983	240 051			240 051
1984	267 349			267 349
1985	318 982			318 982
1986	399 256			399 256
1987	457 686			457 686
1988	509 544			509 544
1989	577 349			577 349
1990	623 876			623 876
1991				683 079
1992				708 190
1993				752 931

(1) Contém moeda de ouro até 1912.

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

B — Meios imediatos de pagamento (M1)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (2) (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (3) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1854	38	49 118		
1855	41	49 031		
1856	43	49 950		
1857	45	50 453		
1858	47	50 781		
1859	47	51 453		
1860	52	54 790		
1861	54	56 688		
1862	59	61 251		
1863	61	64 590		
1864	60	64 592		
1865	59	62 421		
1866	58	61 983		
1867	58	61 738		
1868	56	60 127		
1869	57	61 199		
1870	60	63 318		
1871	65	68 830		
1872	69	73 439		
1873	75	79 408		
1874	78	82 545		
1875	87	91 342		
1876	78	82 298		
1877	80	84 886		
1878	84	88 047		
1879	83	86 587		
1880	86	90 191		
1881	92	95 850		

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

B — Meios imediatos de pagamento (M1) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (2) (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (3) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1882	91	96 806		
1883	96	101 204		
1884	101	104 781		
1885	105	110 101		
1886	116	121 596		
1887	127	132 569		
1888	140	144 870		
1889	151	157 462		
1890	152	156 408		
1891	71	159 500		
1892	86	165 981		
1893	81	154 152		
1894	84	153 656		
1895	88	154 548		
1896	91	155 898		
1897	95	157 711		
1898	105	165 583		
1899	108	167 041		
1900	108	166 371		
1901	112	168 308		
1902	113	169 683		
1903	113	167 297		
1904	113	167 022		
1905	113	166 414		
1906	115	167 660		
1907	116	167 585		
1908	119	168 873		
1909	113	164 855		
1910	126	177 122		

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

B — Meios imediatos de pagamento (M1) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (2) (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (3) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1911	131	181 831		
1912	134	183 901		
1913	146			
1914	165			
1915	183			
1916	213			
1917	271			
1918	358			
1919	587			
1920	840			
1921	1 083			
1922	1 555			
1923	1 986			
1924	2 438			
1925	2 438			
1926	2 499			
1927	2 565			
1928	2 808			
1929	3 142			
1930	3 529			
1931	3 503			
1932	3 758		3 336	
1933	3 717		3 655	
1934	4 302		4 080	
1935	4 757		4 451	
1936	4 994		4 619	
1937	4 966		4 924	
1938	5 128		4 843	
1939	5 740		5 104	

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

B — Meios imediatos de pagamento (M1) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (2) (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (3) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1940	6 435		5 840	
1941	9 673		7 449	
1942	14 728		10 426	
1943	18 032		13 163	
1944	22 716		16 430	
1945	24 973		18 817	
1946	27 736		20 986	
1947	26 207		21 178	21 646
1948	24 754		21 147	21 194
1949	23 090		20 530	20 049
1950	23 947		20 361	20 988
1951	27 501		21 722	23 474
1952	28 508		22 727	23 879
1953	29 777		23 224	25 290
1954	32 862		25 061	27 615
1955	34 366		26 630	28 716
1956	36 440		28 192	30 546
1957	38 670		29 444	32 958
1958	41 803		31 106	35 113
1959	45 069		33 469	37 135
1960	48 204		36 288	38 877
1961	47 975		38 201	39 212
1962	51 937		39 600	42 710
1963	59 039		43 631	48 746
1964	67 208		50 180	55 837
1965	74 181		55 428	60 311
1966	82 839		58 376	69 202
1967	88 583		65 258	76 924
1968	94 673		66 897	83 589

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

B — Meios imediatos de pagamento (M1) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (2) (10^3 contos)	segundo Reis, 1990 (3) (contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1969	107 014		74 109	91 349
1970	111 164		79 441	96 464
1971	126 630		83 720	106 663
1972	149 346		95 436	120 532
1973	191 506		119 971	164 696
1974	209 467		146 678	181 062
1975	260 456			221 363
1976	246 319			245 666
1977	274 807			274 123
1978	314 878			312 374
1979	395 171			396 557
1980	488 012			481 426
1981	531 576			524 514
1982	618 907			610 479
1983	675 622			666 197
1984	783 872			772 320
1985	991 979			980 559
1986	1 345 219			1 334 154
1987	1 547 943			1 611 614
1988	1 754 394			1 951 198
1989	1 861 439			2 242 559
1990	2 408 791			2 352 222
1991				2 704 682
1992				3 163 733
1993				3 392 599

(2) Os valores entre 1854 e 1912, nesta fonte (Mata e Valério, 1993), não são considerados como estritamente ‘meios imediatos de pagamento’ e apenas a partir de 1913 o são. A designação empregada para o primeiro sub-período é a de M, para distinguir da de M1 no segundo, embora a construção das duas séries seja a mesma.

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

(3) Contém moeda de ouro até 1912.

C — Moeda em sentido lato (M2) ou total dos meios de pagamento (L)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (10^3 contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1913	160		
1914	179		
1915	199		
1916	231		
1917	295		
1918	396		
1919	657		
1920	931		
1921	1 242		
1922	1 787		
1923	2 271		
1924	2 748		
1925	2 747		
1926	2 870		
1927	3 008		
1928	3 400		
1929	4 122		
1930	4 472		
1931	4 349		
1932	4 555	4 133	
1933	4 565	4 536	
1934	5 226	5 055	
1935	5 635	5 444	
1936	5 833	5 611	
1937	5 818	5 903	
1938	5 965	5 805	

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

C — Moeda em sentido lato (M2) ou total dos meios de pagamento (L) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (10^3 contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1939	6 850	6 088	
1940	7 544	6 881	
1941	10 797	8 526	
1942	16 033	11 549	
1943	19 377	14 429	
1944	23 895	17 657	
1945	26 039	19 869	
1946	28 775	22 003	
1947	27 216	22 151	24 654
1948	25 718	22 085	24 029
1949	23 950	21 417	22 954
1950	24 857	21 210	24 029
1951	28 496	22 646	26 775
1952	29 678	23 790	27 278
1953	31 225	24 534	29 183
1954	34 613	26 669	31 767
1955	36 545	28 590	33 558
1956	39 001	30 494	35 820
1957	41 580	32 332	38 787
1958	45 419	34 863	41 764
1959	49 490	37 984	44 628
1960	54 233	41 960	47 378
1961	54 874	44 550	48 418
1962	61 054	47 440	54 480
1963	70 173	54 460	61 888
1964	81 156	63 121	72 287
1965	93 506	72 220	79 681
1966	104 053	81 224	90 649
1967	115 588	92 166	104 643

Quadro 7.4 — Oferta monetária, 1834-1993 (continuação)

C — Moeda em sentido lato (M2) ou total dos meios de pagamento (L) (continuação)

ano	segundo Mata, Valério, 1993 (10^3 contos)	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1968	130 980	102 252	121 076
1969	153 670	119 363	139 887
1970	172 262	138 846	163 017
1971	203 102	161 801	195 601
1972	245 106	197 369	239 568
1973	302 648	248 675	308 520
1974	334 668	301 445	350 495
1975	357 229		390 217
1976	460 835		459 163
1977	567 448		534 817
1978	726 573		645 888
1979	1 111 524		851 779
1980	1 347 420		1 093 506
1981	1 736 453		1 356 367
1982	2 198 396		1 683 896
1983	2 649 902		1 969 213
1984	3 385 042		2 458 328
1985	4 201 001		3 056 227
1986	4 922 512		3 656 960
1987	5 518 550		4 280 151
1988	6 226 944		5 059 103
1989	6 847 249		5 717 246
1990	8 051 978		6 229 915
1991			7 801 571
1992			9 106 545
1993			9 758 933

Quadro 7.5 — Base monetária, 1854-1912, 1932-1993

ano	segundo Reis, 1990 (contos)
1854	47 236
1855	46 918
1856	47 565
1857	48 106
1858	46 826
1859	49 744
1860	50 761
1861	53 135
1862	58 887
1863	60 967
1864	60 539
1865	58 066
1866	58 400
1867	57 488
1868	56 660
1869	57 522
1870	58 255
1871	62 901
1872	64 455
1873	68 823

ano	segundo Reis, 1990 (contos)
1874	70 197
1875	74 275
1876	76 271
1877	74 082
1878	78 295
1879	78 173
1880	81 369
1881	84 527
1882	84 818
1883	89 305
1884	92 184
1885	95 846
1886	107 288
1887	114 045
1888	120 281
1889	129 687
1890	133 532
1891	144 435
1892	151 520
1893	143 954

ano	segundo Reis, 1990 (contos)
1894	139 933
1895	139 104
1896	139 000
1897	143 979
1898	148 515
1899	148 540
1900	147 979
1901	148 338
1902	148 965
1903	147 902
1904	146 323
1905	144 992
1906	146 313
1907	148 345
1908	147 154
1909	145 410
1910	155 110
1911	157 763
1912	157 362

ano	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1932	2 170	
1933	2 281	
1934	2 434	
1935	2 438	
1936	2 528	
1937	2 808	

ano	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1938	2 806	
1939	2 957	
1940	3 310	
1941	5 090	
1942	8 325	
1943	10 710	

Quadro 7.5 — Base monetária, 1854-1912, 1932-1993 (continuação)

ano	segundo Santos, 1994 (10^3 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^3 contos)
1944	13 555	
1945	15 309	
1946	16 284	
1947	15 505	15 391
1948	14 006	13 265
1949	11 746	11 949
1950	11 427	12 692
1951	13 399	15 058
1952	14 836	15 699
1953	15 687	17 229

ano	segundo Santos, 1994 (10^4 contos)	segundo Pinheiro et alii, 1997 (10^4 contos)
1954	1 719	1 843
1955	1 776	1 890
1956	1 856	1 992
1957	1 892	2 021
1958	1 952	2 103
1959	2 026	2 184
1960	2 065	2 225
1961	2 140	2 266
1962	2 245	2 396
1963	2 428	2 549
1964	2 708	2 837
1965	2 953	3 082
1966	3 191	3 223
1967	3 376	3 518
1968	3 701	3 886
1969	4 005	4 124
1970	4 382	4 569
1971	4 875	5 217
1972	5 571	6 224
1973	6 703	7 020
1974	7 618	9 435
1975		13 019
1976		14 139
1977		14 942
1978		17 440
1979		22 820
1980		27 496
1981		37 637
1982		48 624
1983		55 271
1984		57 754
1985		60 933
1986		68 625
1987		87 549
1988		99 026
1989		189 302
1990		205 260
1991		251 497
1992		278 163
1993		303 109

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993

Fontes — De 1822 a 1846, Peres, 1971; de 1847 a 1857, Relatórios do Banco de Portugal; de 1857 a 1892, Anais de Estatística; de 1893 a 1953, Relatórios do Banco de Portugal; de 1954 a 1989, Estatísticas Financeiras; de 1990 a 1993, Pinheiro et alii, 1997; os dados sobre capital, operações com o Governo e total do activo e do passivo até 1846 foram extraídos de Reis, 1996.

Data de referência — 31 de Dezembro de cada ano, excepto em 1846 em que a data de referência é 20 de Novembro.

Observação — Os valores referentes aos anos de 1822 a 1846 correspondem ao Banco de Lisboa, instituição antecessora do Banco de Portugal. O Banco de Portugal resultou da junção, em fins de 1846, do Banco de Lisboa com a Companhia Confiança Nacional, cada um deles representado por 5 000 contos de capital, do que resultou uma nova entidade com um capital de 10 000 contos. Durante os primeiros anos da sua existência, o Banco de Portugal teve responsabilidade por notas em circulação, tanto próprias, como do Banco de Lisboa, que ainda não tinham sido amortizadas e retiradas de circulação. Estas só deixaram de circular em 1856.

A — Passivo

ano	notas em circulação (contos)	operações com o Governo (contos)	bancos e banqueiros (1) (contos)	capital (contos)	fundos de reserva (contos)	passivo (contos)
1822	428		333	1 751		
1823	829		1 018	2 400		6 746
1824	1 671		1 119	2 400		7 636
1825	2 353		1 078	2 400		10 491
1826	1 750		1 304	2 400		10 421
1827	1 841		1 115	3 444		11 636
1828	359		519	3 448		9 665
1829	508		594	3 452		9 558
1830	640		646	3 456		9 589

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	notas em circulação (contos)	operações com o Governo (contos)	bancos e banqueiros (1) (contos)	capital (contos)	fundos de reserva (contos)	passivo (contos)
1831	761		515	3 456		9 415
1832	696		342	3 456		9 120
1833	827		524	5 000		9 518
1834	1 184		1 223	5 000		12 699
1835	2 124		1 851	5 000		12 236
1836	2 063		1 587	5 000		11 907
1837	1 745		1 287	5 000		11 781
1838	2 416		1 503	5 000		13 020
1839	2 559		1 249	5 000		12 882
1840	3 214		1 661	5 000		14 899
1841	2 742		1 449	5 000		14 990
1842	2 739		1 538	5 000		15 732
1843	3 077		1 547	5 000		16 688
1844	3 438		1 626	5 000		17 041
1845	3 670		1 238	5 000		17 734
1846	3 429		660	5 000		
1847	4 596		727	10 000		20 773
1848	4 178		589	10 000		19 080
1849	3 547		663	10 000		21 221
1850	2 102		1 028	8 000		17 189
1851	2 212		1 169	8 000		15 052
1852	2 395		778	8 000		12 675
1853	1 315		1 343	8 000		13 671
1854	904		1 233	8 000		11 619
1855	1 145		1 549	8 000		13 409
1856	1 286		1 693	8 000		15 043
1857	1 474		1 890	8 000		
1858	1 469		1 848	8 000		15 411
1859	1 605		2 147	8 000		18 088
1860	1 860		2 314	8 000		18 862

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	notas em circulação (contos)	operações com o Governo (contos)	bancos e banqueiros (1) (contos)	capital (contos)	fundos de reserva (contos)	passivo (contos)
1861	1 509		2 363	8 000		22 574
1862	1 819		2 478	8 000		20 786
1863	1 689		2 455	8 000		21 013
1864	1 444		2 051	8 000		19 620
1865	1 486		1 368	8 000		19 530
1866	1 428		1 227	8 000		18 656
1867	1 576		1 828	8 000		18 994
1868	1 513		1 237	8 000		19 422
1869	1 693		1 482	8 000		18 736
1870	1 791		1 400	8 000		19 593
1871	1 992		1 430	8 000		21 541
1872	2 248		1 691	8 000		21 720
1873	2 318		3 876	8 000		20 409
1874	2 531		2 743	8 000		17 597
1875	3 426		2 184	8 000		17 121
1876	3 590		3 074	8 000		20 058
1877	4 080		2 108	8 000		21 253
1878	3 949		1 971	8 000		22 309
1879	4 466		1 900	8 000		23 657
1880	4 564		2 881	8 000		27 566
1881	5 423		1 788	8 000	20	27 112
1882	4 207		1 757	8 000	60	29 012
1883	4 658		1 552	8 000	110	29 927
1884	4 778		1 740	8 000	126	29 357
1885	5 498		1 195	8 000	180	29 000
1886	5 812		3 545	8 000	200	32 373
1887	7 361		3 005	8 000	220	31 307
1888	9 508		1 856	13 500	1 257	43 364
1889	10 083		2 979	13 500	1 279	44 082
1890	8 605		1 904	13 500	1 454	52 169

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	notas em circulação (contos)	operações com o Governo (contos)	bancos e banqueiros (1) (contos)	capital (contos)	fundos de reserva (contos)	passivo (contos)
1891	34 761		2 254	13 500	1 473	77 709
1892	50 218		2 062	13 500	1 573	124 243
1893	52 253	643	2 268	13 500	1 368	142 195
1894	53 132	1 103	2 550	13 500	1 455	140 332
1895	55 922	1 000	1 604	13 500	1 633	139 052
1896	58 934	966	2 470	13 500	1 620	151 374
1897	65 060	1 072	2 289	13 500	1 697	149 195
1898	69 655	1 122	2 897	13 500	1 782	158 157
1899	68 568	1 505	3 152	13 500	1 867	191 445
1900	68 137	1 333	3 365	13 500	1 929	191 851
1901	68 757	1 674	2 257	13 500	2 033	198 560
1902	69 022	1 899	2 451	13 500	2 264	188 693
1903	69 478	2 598	1 583	13 500	2 447	210 885
1904	67 807	1 317	1 757	13 500	2 665	197 700
1905	67 814	1 822	2 257	13 500	2 860	186 739
1906	68 602	2 602	2 243	13 500	2 871	195 755
1907	70 967	1 580	1 601	13 500	3 032	212 817
1908	70 162	1 639	2 565	13 500	2 936	179 188
1909	70 032	2 161	1 708	13 500	2 939	176 558
1910	78 072	2 279	2 407	13 500	3 049	196 165
1911	82 422	2 383	3 818	13 500	3 273	200 700
1912	84 603	2 519	5 202	13 500	3 467	210 978
1913	86 559	2 715	4 705	13 500	3 633	208 682

ano	notas em circulação (10^3 contos)	operações com o Governo (10^3 contos)	bancos e banqueiros (1) (10^3 contos)	capital (10^3 contos)	fundos de reserva (10^3 contos)	passivo (10^3 contos)
1914	96	2	6	14	4	209
1915	115	2	5	14	4	236

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	notas em circulação (10^3 contos)	operações com o Governo (10^3 contos)	bancos e banqueiros (1) (10^3 contos)	capital (10^3 contos)	fundos de reserva (10^3 contos)	passivo (10^3 contos)
1916	140	7	6	14	4	271
1917	193	9	8	14	4	327
1918	274	10	17	14	3	574
1919	371	8	23	14	4	789
1920	611	7	25	14	4	1 297
1921	737	7	54	14	4	1 547
1922	1 054	6	59	14	4	2 227
1923	1 420	171	52	14	4	3 298
1924	1 763	13	84	14	3	4 001
1925	1 821	31	80	14	3	4 150
1926	1 854	58	86	14	3	4 128
1927	1 857	37	98	14	3	4 408
1928	1 990	41	77	14	3	4 565
1929	2 046	73	94	14	3	4 443
1930	1 994	12	140	14	3	4 594
1931	2 062	3	248	100	73	4 601
1932	2 001	210	311	100	73	3 510
1933	1 989	193	305	100	75	3 424
1934	2 137	329	398	100	76	3 930
1935	2 205	487	268	100	77	4 315
1936	2 257	416	473	100	79	4 750
1937	2 224	317	710	100	80	5 024
1938	2 279	385	645	100	82	5 158
1939	2 550	199	603	100	84	5 295
1940	2 903	311	851	100	83	6 054
1941	4 488	400	2 433	100	86	9 021
1942	5 481	2 019	4 189	100	87	13 492
1943	6 910	2 342	5 258	100	88	17 144
1944	7 642	2 662	6 776	100	90	19 460
1945	8 166	2 798	7 985	100	91	20 783

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	notas em circulação (10^3 contos)	operações com o Governo (10^3 contos)	bancos e banqueiros (1) (10^3 contos)	capital (10^3 contos)	fundos de reserva (10^3 contos)	passivo (10^3 contos)
1946	8 793	2 976	7 619	100	93	21 316
1947	8 752	1 612	6 299	100	94	19 716
1948	8 696	526	4 214	100	96	16 234
1949	8 456	356	3 151	100	97	16 222
1950	8 526	752	3 832	100	99	17 674
1951	9 362	1 046	5 354	100	100	20 585
1952	9 528	1 427	5 821	100	102	21 276
1953	9 842	1 402	7 033	100	104	22 951

ano	notas em circulação (10^4 contos)	operações com o Governo (10^4 contos)	bancos e banqueiros (1) (10^4 contos)	capital (10^4 contos)	fundos de reserva (10^4 contos)	passivo (10^4 contos)
1954	1 051	168	758	10	11	2 481
1955	1 107	160	747	10	11	2 562
1956	1 164	156	793	10	11	2 725
1957	1 236	173	747	10	11	2 791
1958	1 299	215	764	10	11	2 800
1959	1 388	187	756	10	12	3 049
1960	1 478	239	704	10	12	3 151
1961	1 711	159	511	10	12	3 169
1962	1 788	214	563	13	13	3 643
1963	1 931	298	569	18	13	3 998
1964	2 121	259	660	19	14	4 475
1965	2 364	421	656	19	14	5 017
1966	2 532	520	638	19	15	5 673
1967	2 650	572	809	19	16	6 283
1968	2 845	522	975	19	17	6 829
1969	3 086	537	960	19	18	7 238
1970	3 376	544	1 120	19	20	8 322
1971	3 637	657	1 497	19	21	9 648

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	notas em circulação (10^4 contos)	operações com o Governo (10^4 contos)	bancos e banqueiros (1) (10^4 contos)	capital (10^4 contos)	fundos de reserva (10^4 contos)	passivo (10^4 contos)
1972	4 146	634	1 983	19	23	10 448
1973	4 937	702	1 976	19	25	11 261
1974	7 461	408	1 852	19	27	14 093
1975	11 500	99	1 390	20	28	19 325
1976	11 328	1 218	2 671	20	48	25 980
1977	11 789	2 179	2 978	20	68	34 459
1978	12 749	1 067	4 473	20	100	44 937
1979	15 176	2 331	7 386	20	158	40 931
1980	17 675	3 553	9 496	20	175	63 941
1981	20 147	5 129	17 126	20	177	86 965
1982	23 625	4 290	24 168	20	181	117 185
1983	25 685	7 800	28 738	20	219	173 812
1984	29 501	6 928	27 702	20	380	233 197
1985	35 127	10 126	25 145	20	388	290 780
1986	43 535	2 191	24 278	20	432	437 564
1987	49 667	9 167	33 413	20	512	440 674
1988	54 761	14 585	42 973	20	592	456 242
1989	61 627	25 497	126 461	20	597	579 438
1990	69 371	35 609	135 888	20	1 477	422 601
1991	76 528	84 857	174 968	20		392 465
1992	79 778	57 396	198 385	20		394 401
1993	84 623	53 982	218 486	20		431 633

(1) Os depósitos aceites pelo Banco de Lisboa eram somente de particulares, visto não existirem então outros bancos. Durante largo tempo, o Banco de Portugal recebeu tanto depósitos de particulares como de bancos e banqueiros, tendo restringido essa operação a estes últimos apenas a partir de 1975.

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

B — Activo

ano	reservas (contos)	empréstimos e suprimentos (contos)	carteira de títulos (contos)	operações com o Governo (2) (contos)	carteira comercial (contos)	activo (contos)
1822	478					
1823	510					6 746
1824	590					7 636
1825	211					10 491
1826	595					10 421
1827	.					11 636
1828	173					9 665
1829	336					9 558
1830	586					9 589
1831	394					9 415
1832	178					9 120
1833	67					9 518
1834	621					12 699
1835	590					12 236
1836	453					11 907
1837	326					11 781
1838	1 119					13 020
1839	1 219					12 882
1840	1 344			4 879		14 899
1841	586			5 493		14 990
1842	624			5 144		15 732
1843	624			4 919		16 688
1844	1 296			4 593		17 041
1845	643			4 854		17 734
1846	198					
1847	1 176	823			652	20 773
1848	1 638	239			451	19 080
1849	2 295	215			515	21 221

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	reservas (contos)	empréstimos e suprimentos (contos)	carteira de títulos (contos)	operações com o Governo (2) (contos)	carteira comercial (contos)	activo (contos)
1850	2 233	243			208	17 189
1851	2 018	301			298	15 052
1852	1 751	241			285	12 675
1853	1 976	251			611	13 671
1854	1 731	289			928	11 619
1855	2 279	435			1 044	13 409
1856	2 457	778			1 917	15 043
1857	1 984	1 327			2 581	
1858	2 315	2 100			2 794	15 411
1859	2 753	1 994	536		3 694	18 088
1860	1 843	2 227	552		4 693	18 862
1861	1 894	2 202	527		4 755	22 574
1862	2 319	2 033	972		5 295	20 786
1863	2 206	1 528	547		6 075	21 013
1864	2 327	1 753			5 058	19 620
1865	1 193	2 201	640		5 095	19 530
1866	2 307	2 013	840		4 794	18 656
1867	2 431	2 161	1 722		4 691	18 994
1868	2 938	2 064	2 275		4 069	19 422
1869	3 582	1 874	2 277		3 857	18 736
1870	3 517	2 011	2 279		3 455	19 593
1871	3 671	1 830	2 348		3 856	21 541
1872	2 435	2 040	2 280		4 349	21 720
1873	2 497	1 879	3 269		5 507	20 409
1874	2 334	1 602	1 958		5 279	17 597
1875	1 674	2 054	1 177		5 540	17 121
1876	4 656	2 024	1 137		5 773	20 058
1877	3 238	2 057	1 553		4 674	21 253
1878	4 973	1 682	3 925		4 453	22 309
1879	5 603	1 225	3 680		4 546	23 657

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	reservas (contos)	empréstimos e suprimentos (contos)	carteira de títulos (contos)	operações com o Governo (2) (contos)	carteira comercial (contos)	activo (contos)
1880	6 811	1 063	3 400		4 636	27 566
1881	7 383	1 084	4 463		4 752	27 112
1882	5 992	1 126	3 812		5 239	29 012
1883	6 303	1 156	5 780		4 316	29 927
1884	6 991	1 063	5 587		4 215	29 357
1885	4 805	1 420	6 558		4 217	29 000
1886	8 938	947	6 914		3 499	32 373
1887	8 881	1 267	6 760		3 588	31 307
1888	10 362	1 395	5 588	4 403	7 326	43 364
1889	10 080	3 249	3 501	6 008	9 746	44 082
1890	12 637	4 262	3 512	8 016	8 549	52 169
1891	9 962	7 756	5 796	19 577	13 526	77 709
1892	25 907	7 033	5 911	28 681	15 043	124 243
1893	32 957	6 719	4 956	34 923	11 610	142 195
1894	34 212	5 294	2 631	37 611	12 258	140 332
1895	38 903	5 033	3 352	38 026	12 921	139 052
1896	42 645	3 051	3 426	39 964	14 773	151 374
1897	33 811	4 247	3 141	46 504	12 623	149 195
1898	34 828	3 576	3 513	50 460	14 858	158 157
1899	53 704	4 340	4 667	51 045	15 548	191 445
1900	52 948	3 967	4 654	51 312	16 983	191 851
1901	58 654	4 594	4 595	50 866	18 345	198 560
1902	44 940	5 846	4 748	50 560	19 545	188 693
1903	58 774	6 721	4 679	50 034	19 341	210 885
1904	51 369	5 846	4 478	49 405	18 730	197 700
1905	46 112	4 083	4 860	48 774	20 860	186 739
1906	47 125	4 037	4 923	48 890	22 888	195 755
1907	47 781	6 833	5 044	47 392	23 284	212 817
1908	20 753	11 435	4 948	47 739	18 943	179 188
1909	27 204	9 502	5 205	46 676	17 696	176 558

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	reservas (contos)	empréstimos e suprimentos (contos)	carteira de títulos (contos)	operações com o Governo (2) (contos)	carteira comercial (contos)	activo (contos)
1910	29 828	18 010	3 669	46 327	22 308	196 165
1911	27 512	21 355	3 832	45 873	23 183	200 700
1912	34 678	22 862	4 007	44 858	22 658	210 978
1913	33 815	21 494	3 656	44 876	23 862	208 682

ano	reservas (10^3 contos)	empréstimos e suprimentos (10^3 contos)	carteira de títulos (10^3 contos)	operações com o Governo (2) (10^3 contos)	carteira comercial (10^3 contos)	activo (10^3 contos)
1914	14	37	6	43	22	209
1915	12	43	7	42	36	236
1916	12	44	7	38	67	271
1917	21	43	7	40	110	327
1918	26	2	5	226	52	574
1919	27	2	5	318	72	789
1920	28	6	5	501	145	1 297
1921	27	5	4	644	139	1 547
1922	27	1	4	930	158	2 227
1923	13	4	4	1 332	159	3 298
1924	10	12	4	1 684	165	4 001
1925	10	9	3	1 683	151	4 150
1926	10	5	4	1 650	220	4 128
1927	9	2	4	1 614	274	4 408
1928	9	1	4	1 735	246	4 565
1929	9	1	3	1 761	380	4 443
1930	9	1	5	1 541	435	4 594
1931	954	0	5	1 070	345	4 601
1932	1 172	0	77	1 055	343	3 510
1933	1 097	0	50	1 052	332	3 424
1934	1 359	0	72	1 049	318	3 930
1935	1 369	12	71	1 047	340	4 315

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	reservas (10^3 contos)	empréstimos e suprimentos (10^3 contos)	carteira de títulos (10^3 contos)	operações com o Governo (2) (10^3 contos)	carteira comercial (10^3 contos)	activo (10^3 contos)
1936	1 482	8	127	1 044	342	4 750
1937	1 488	15	121	1 042	334	5 024
1938	1 437	7	118	1 038	487	5 158
1939	1 457	32	116	1 036	420	5 295
1940	1 873	56	330	1 033	386	6 054
1941	2 879	24	355	1 031	312	9 021
1942	4 534	9	399	1 028	236	13 492
1943	5 593	0	397	1 025	238	17 144
1944	6 982	0	410	1 023	261	19 460
1945	8 271	1	408	1 020	298	20 783
1946	10 961	4	137	1 319	376	21 316
1947	9 222	2	152	1 286	397	19 716
1948	7 429	8	152	1 276	439	16 234
1949	6 411	9	146	1 247	480	16 222
1950	7 124	9	194	1 247	582	17 674
1951	8 800	60	219	1 253	718	20 585
1952	9 119	69	226	1 430	919	21 276
1953	10 166	60	222	1 421	718	22 951

ano	reservas (10^4 contos)	empréstimos e suprimentos (10^4 contos)	carteira de títulos (10^4 contos)	operações com o Governo (2) (10^4 contos)	carteira comercial (10^4 contos)	activo (10^4 contos)
1954	1 121	6	22	140	96	2 481
1955	1 140	15	21	138	94	2 562
1956	1 198	27	21	138	125	2 725
1957	1 227	27	20	136	195	2 791
1958	1 294	33	19	176	204	2 800
1959	1 385	53	19	173	200	3 049
1960	1 394	94	28	172	248	3 151
1961	1 349	109	52	206	440	3 169

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	reservas (10^4 contos)	empréstimos e suprimentos (10^4 contos)	carteira de títulos (10^4 contos)	operações com o Governo (2) (10^4 contos)	carteira comercial (10^4 contos)	activo (10^4 contos)
1962	1 529	113	66	114	372	3 643
1963	1 646	117	93	170	400	3 998
1964	1 788	136	107	160	329	4 475
1965	1 975	176	120	164	539	5 017
1966	2 143	165	126	154	531	5 673
1967	2 347	158	129	175	475	6 283
1968	2 541	174	125	161	468	6 829
1969	2 614	611	138	150	601	7 238
1970	2 889	215	161	158	925	8 322
1971	3 360	188	159	171	928	9 648
1972	3 924	199	161	195	965	10 448
1973	4 420	223	198	197	1 156	11 261
1974	5 047	368	827	262	4 417	14 093
1975	3 966	230	8	860	8 753	19 325
1976	4 047	226	8	7 117	10 479	25 980
1977	5 385	155	8	13 369	9 717	34 459
1978	8 148	93	8	16 705	7 615	44 937
1979	8 553	0	8	25 851	2 845	40 931
1980	33 156	0	+ 0	13 078	2 236	63 941
1981	39 428	0	0	22 113	3 363	86 965
1982	53 455	342	0	32 543	3 145	117 185
1983	72 470	1 663	0	48 496	5 096	173 812
1984	94 354	1 538	0	43 293	4 667	233 197
1985	106 187	2 315	8 231	23 669	6 193	290780
1986	98 996	3 847	16 604	102 842	5 984	437 564
1987	113 157	2 023	16 604	100 942	3 816	440 674
1988	155 700	8 313	16 604	92 435	1 414	456 242
1989	233 844	10 028	15 764	92 965	1 352	579 438
1990	262 028	80 544	16 845	99 307	.	422 601
1991	344 744	.	.	30 420	.	392 465

Quadro 7.6 — Banco de Portugal, 1822-1993 (continuação)

ano	reservas (10^4 contos)	empréstimos e suprimentos (10^4 contos)	carteira de títulos (10^4 contos)	operações com o Governo (2) (10^4 contos)	carteira comercial (10^4 contos)	activo (10^4 contos)
1992	356 597	.	.	33 624	.	394 401
1993	370 380	.	.	31 303	.	431 633

(2) Inclui ‘crédito ao sector público administrativo’ e ‘títulos de dívida pública’.

Quadro 7.7 — Bancos, banqueiros e casas bancárias, 1858-1892, 1919-1990

Fonte — De 1858 a 1892, Anais de Estatística (1894); de 1919 a 1946, Situação Bancária; de 1947 a 1990, Estatísticas Financeiras.

Data de referência — 31 de Dezembro de cada ano.

Observações — Inclui o Banco de Portugal.

A — Continente e Ilhas, 1858-1892

ano	dinheiro em caixa (contos)	letras em carteira (contos)	empréstimos (contos)	depósitos (contos)	notas em circulação (contos)
1858	1 846	4 335	2 520	2 807	1 855
1859	3 217	5 017	2 529	3 051	2 295
1860	2 436	6 316	2 726	3 719	2 433
1861	1 896	6 740	2 755	3 657	2 128
1862	2 961	7 485	2 707	4 055	2 640
1863	2 767	11 486	2 435	4 824	2 493
1864	3 841	14 424	3 269	5 671	2 261
1865	3 239	16 557	4 452	5 864	2 483
1866	3 259	15 297	8 811	5 527	2 319
1867	3 133	15 503	10 030	6 369	2 117
1868	2 916	14 232	11 674	5 283	2 249
1869	3 704	13 153	13 338	6 607	2 434
1870	3 597	12 509	12 482	7 268	2 599
1871	3 968	14 721	12 585	8 989	2 921
1872	4 432	15 922	13 115	11 927	3 259
1873	6 667	17 325	12 203	16 095	3 415
1874	6 869	22 634	12 900	17 768	3 660
1875	8 632	30 661	16 417	25 099	4 772
1876	10 707	24 594	16 938	15 904	3 972

Quadro 7.7 — Bancos, banqueiros e casas bancárias, 1858-1892, 1919-1990 (continuação)

ano	dinheiro em caixa (contos)	letras em carteira (contos)	empréstimos (contos)	depósitos (contos)	notas em circulação (contos)
1877	8 713	22 818	16 062	17 340	4 715
1878	6 621	21 405	16 951	17 627	4 641
1879	8 142	22 217	16 841	18 390	5 573
1880	8 451	22 311	17 354	20 853	6 003
1881	9 888	23 446	19 348	24 403	7 286
1882	7 907	23 453	22 253	24 500	5 837
1883	7 499	22 191	24 996	24 853	6 275
1884	8 665	21 465	26 849	26 852	6 579
1885	7 204	20 744	28 462	26 124	7 066
1886	13 720	22 767	28 673	36 780	7 829
1887	14 952	24 205	30 683	40 467	9 646
1888	17 449	29 053	33 893	49 411	11 681
1889	20 955	36 111	33 081	53 899	12 109
1890	17 841	31 121	35 323	47 006	10 504
1891	13 501	28 519	36 137	33 808	37 903
1892	14 337	26 424	28 911	31 684	53 360

B — Continente, Ilhas e Ultramar, 1919-1990

ano	reservas (10^3 contos)			carteira de títulos (10^3 contos)			carteira comercial (10^3 contos)			contas correntes e empréstimos caucionados (10^3 contos)		
	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar
1919	87	2	52	15	-	8	132	-	156	29	-	163
1920	83	1	29	23	-	6	244	1	152	46	1	93
1921	125	4	34	34	-	9	273	2	155	51	2	57
1922	114	3	51	39	2	49	379	3	203	69	5	62
1923	119	1	40	67	2	141	633	2	7	165	5	8
1924	161	2	61	89	2	182	846	4	1	195	5	-
1925	152	2	49	96	2	180	878	4	-	175	8	-

Quadro 7.7 — Bancos, banqueiros e casas bancárias, 1858-1892, 1919-1990 (continuação)

ano	reservas (10^3 contos)			carteira de títulos (10^3 contos)			carteira comercial (10^3 contos)			contas correntes e empréstimos caucionados (10^3 contos)		
	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar
1926	137	1	71	113	2	40	789	3	273	119	7	66
1927	162	1	49	117	2	47	1046	3	-	219	9	-
...												
1930	229	4	nd	139	3	nd	1058	11	nd	244	14	nd
1931	414	4	nd	433	3	nd	897	11	nd	247	16	nd
1932	737	4	nd	512	2	nd	932	12	nd	223	17	nd
1933	1 094	15	nd	580	6	nd	934	20	nd	463	34	nd
1934	1 230	16	nd	673	4	nd	1 023	26	nd	427	30	nd
1935	1 190	12	nd	678	3	nd	1 123	19	nd	446	16	nd
1936	1 266	13	nd	801	6	nd	1 174	19	nd	518	28	nd
1937	1 257	11	nd	772	5	nd	1 227	22	nd	506	28	nd
1938	1 253	11	nd	725	4	nd	1 419	19	nd	503	27	nd
1939	1 440	12	115	681	4	39	1 386	20	525	535	25	308
1940	2 093	12	127	643	4	73	1 437	20	504	530	24	333
1941	3 449	22	314	833	3	91	1 403	22	514	541	23	331
1942	4 097	35	716	1 405	4	246	1 389	24	537	896	23	359
1943	4 811	27	717	1 406	4	293	1 717	32	664	826	27	470
1944	5245	40	953	1 717	4	415	2 222	38	842	914	31	495
1945	5 895	44	1096	1 880	5	392	2 422	43	1 066	1 012	37	524
1946	4 369	22	972	1 947	1	505	3 244	41	1 413	2 147	32	687
1947	4 932	34	834	1 973	2	232	4 467	42	1 152	1 898	32	441
1948	4 415	32	626	1 902	4	227	4 667	41	1 240	2 102	39	447
1949	4 108	36	532	1 772	3	193	4 849	42	1 221	2 187	41	460
1950	4 683	33	596	1 828	3	155	5 207	49	1 267	2 341	39	484
1951	5 473	39	726	2 125	2	164	6 350	43	1 496	2 038	37	473
1952	5 064	39	636	2 259	2	172	7 230	50	1 475	2 228	40	539
1953	6 436	52	853	2 323	4	197	7 310	57	1 572	2 570	43	567

Quadro 7.7 — Bancos, banqueiros e casas bancárias, 1858-1892, 1919-1990 (continuação)

ano	reservas (10^4 contos)			carteira de títulos (10^4 contos)			carteira comercial (10^4 contos)			contas correntes e empréstimos caucionados (10^4 contos)		
	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar
1954	694	6	121	254	6	23	879	7	142	267	4	58
1955	667	6	116	264	9	21	1 024	8	211	294	5	65
1956	723	7	122	260	11	20	1 142	10	223	337	5	74
1957	660	8	174	254	13	6	1 339	13	69	350	5	199
1958	676	11	171	252	14	7	1 536	17	82	349	5	227
1959	650	13	151	318	22	7	1 668	20	86	430	4	274
1960	724	18	.	489	21	.	1 868	23	.	860	4	.
1961	595	15	.	507	18	.	1 995	25	.	971	4	.
1962	759	9	.	497	14	.	2 170	31	.	505	5	.
1963	822	10	.	602	19	.	2 542	39	.	585	6	.
1964	1 003	11	.	754	15	.	3 039	40	.	656	8	.
1965	1 104	9	.	788	15	.	3 715	43	.	752	10	.
1966	953	2	.	820	-	.	4 070	59	.	789	3	.
1967	1 772	2	.	897	-	.	4 874	70	.	1 552	3	.
1968	1 471	3	.	777	-	.	5 385	85	.	1 108	29	.
1969	1 792	.	.	742	.	.	6 669	.	.	1 894	.	.
1970	3 028	.	.	723	.	.	7 539	.	.	1 703	.	.
1971	3 616	.	.	670	.	.	8 820	.	.	1 371	.	.
1972	4 647	.	.	1 173	.	.	11 157	.	.	1 586	.	.
1973	4 389	.	.	2 325	.	.	15 423	.	.	1 790	.	.
1974	3 117	.	.	1 775	.	.	14 049	.	.	1 445	.	.
1975	2 101	.	.	1 664	.	.	11 778	.	.	1 134	.	.
1976	2 641	.	.	2 020	.	.	14 739	.	.	1 427	.	.
1977	4 050	.	.	3 430	.	.	23 229	.	.	1 724	.	.
1978	5 740	.	.	3 610	.	.	31 263	.	.	2 599	.	.
1979	5 557	.	.	4 528	.	.	41 870	.	.	5 038	.	.
1980	8 085	.	.	5 448	.	.	.	.	.	66 570	.	.
1981	13 552	.	.	10 572	.	.	.	.	.	82 334	.	.
1982	18 934	.	.	14 774	.	.	.	.	.	134 446	.	.

Quadro 7.7 — Bancos, banqueiros e casas bancárias, 1858-1892, 1919-1990 (continuação)

ano	reservas (10^4 contos)			carteira de títulos (10^4 contos)			carteira comercial (10^4 contos)			contas correntes e empréstimos caucionados (10^4 contos)		
	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar
1983	21 992	.	.	16 473	.	.	.	.	.	169 984	.	.
1984	22 157	.	.	15 254	.	.	.	.	.	145 949	.	.
1985	21 769	.	.	23 214	.	.	.	.	.	160 655	.	.
1986	18 063	.	.	23 566	.	.	.	.	.	179 822	.	.
1987	28 361	.	.	58 422	.	.	.	.	.	224 991	.	.
1988	35 442	.	.	89 650	.	.	.	.	.	244 213	.	.
1989	89 148	.	.	113 875	.	.	.	.	.	272 861	.	.
1990	95 119	.	.	182 176	.	.	.	.	.	331 452	.	.

ano	capital realizado (10^3 contos)			depósitos (10^3 contos)			total do activo e do passivo (10^3 contos)		
	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar	Continente	Ilhas	Ultramar
1919	57	-	24	121	3	201	nd	nd	nd
1920	77	-	24	173	7	145	1 727	8	879
1921	83	-	24	275	11	209	2 123	14	940
1922	119	2	24	381	14	279	3 231	22	1 382
1923	152	1	24	430	12	292	4 391	23	1 790
1924	166	1	24	567	13	320	5 223	26	2 001
1925	140	1	30	580	15	292	5 370	32	2 107
1926	182	1	30	663	13	282	5 578	31	1 941
1927	182	1	50	740	12	307	6 011	30	2 053
...									
1930	262	10	nd	823	33	nd	7.651	79	nd
1931	368	15	nd	983	47	nd	7 551	98	nd
1932	383	14	nd	1 283	50	nd	6 756	97	nd
1933	477	19	nd	1 832	80	nd	8 383	209	nd
1934	436	19	nd	2 249	81	nd	9 156	198	nd
1935	434	16	nd	2 310	59	nd	9 412	159	nd

Quadro 7.7 — Bancos, banqueiros e casas bancárias, 1858-1892, 1919-1990 (continuação)

ano	capital realizado (10^3 contos)			depósitos (10^3 contos)			total do activo e do passivo (10^3 contos)		
	Conti-nente	Ilhas	Ultramar	Conti-nente	Ilhas	Ultramar	Conti-nente	Ilhas	Ultramar
1936	414	29	nd	2 687	46	nd	10 408	192	nd
1937	403	29	nd	2 857	46	nd	10 712	184	nd
1938	404	29	nd	2 917	43	nd	10 943	169	nd
1939	396	29	40	2 995	41	600	11 735	169	6 172
1940	405	29	40	3 959	41	978	13 506	167	6 188
1941	425	29	40	6 959	48	1 229	18 413	182	6 693
1942	424	29	40	11 661	66	1 602	25 684	197	7 299
1943	440	29	40	14 158	70	1 907	30 976	218	8 544
1944	540	29	40	17 356	84	2 297	35 832	237	9 415
1945	596	29	40	19 885	116	2 551	40 101	284	10 508
1946	651	24	40	20 770	77	2 812	43 687	252	12 714
1947	757	24	40	18 865	78	1 700	48 684	240	7 624
1948	758	24	40	15 350	89	1 643	45 856	266	9 184
1949	762	24	40	13 112	89	1 563	43 826	266	7 530
1950	897	24	40	15 035	93	1 604	48 795	277	7 777
1951	913	24	40	18 300	104	1 747	54 707	297	8 206
1952	1 120	24	40	19 345	114	1 858	56 453	292	8 540
1953	1 286	24	150	21 868	135	1 995	62 764	317	10 340

ano	capital realizado (10^4 contos)			depósitos (10^4 contos)			total do activo e do passivo (10^4 contos)		
	Conti-nente	Ilhas	Ultramar	Conti-nente	Ilhas	Ultramar	Conti-nente	Ilhas	Ultramar
1954	131	2	15	2 472	16	228	7 232	34	1 315
1955	136	2	15	2 528	18	232	7 564	39	1 390
1956	144	2	20	2 727	22	253	8 388	43	1 504
1957	144	2	.	2 788	26	334	8 728	49	1 674
1958	188	2	.	3 067	37	315	6 402	60	1 838
1959	158	3	.	3 259	49	296	7 455	72	1 916
1960	264	3	.	3 605	58	.	12 251	85	.

Quadro 7.7 — Bancos, banqueiros e casas bancárias, 1858-1892, 1919-1990 (continuação)

ano	capital realizado (10^4 contos)			depósitos (10^4 contos)			total do activo e do passivo (10^4 contos)		
	Conti-nente	Ilhas	Ultramar	Conti-nente	Ilhas	Ultramar	Conti-nente	Ilhas	Ultramar
1961	272	3	.	3 231	54	.	13 281	81	.
1962	277	3	.	3 784	59	.	14 926	86	.
1963	321	3	.	4 446	70	.	16 920	105	.
1964	390	5	.	5 421	82	.	19 716	124	.
1965	395	5	.	6 355	87	.	22 560	140	.
1966	453	1	.	7 241	96	.	25 319	198	.
1967	467	1	.	9 138	101	.	33 558	206	.
1968	531	1	.	10 392	125	.	33 844	232	.
1969	425	.	.	11 463	.	.	37 288	.	.
1970	470	.	.	12 562	.	.	41 471	.	.
1971	565	.	.	14 910	.	.	44 570	.	.
1972	873	.	.	18 814	.	.	54 460	.	.
1973	963	.	.	23 456	.	.	73 958	.	.
1974	864	.	.	20 674	.	.	72 700	.	.
1975	711	.	.	18 234	.	.	71 035	.	.
1976	966	.	.	22 349	.	.	84 889	.	.
1977	983	.	.	36 606	.	.	98 432	.	.
1978	929	.	.	47 735	.	.	65 925	.	.
1979	1 018	.	.	65 388	.	.	83 265	.	.
1980	1 071	.	.	92 098	.	.	111 723	.	.
1981	2 404	.	.	121 821	.	.	144 842	.	.
1982	2 466	.	.	154 780	.	.	236 496	.	.
1983	3 523	.	.	214 004	.	.	291 022	.	.
1984	3 738	.	.	230 870	.	.	360 127	.	.
1985	6 900	.	.	279 680	.	.	433 023	.	.
1986	8 133	.	.	318 358	.	.	494 421	.	.
1987	11 340	.	.	363 296	.	.	545 439	.	.
1988	18 508	.	.	476 519	.	.	660 291	.	.
1989	27 820	.	.	573 965	.	.	799 600	.	.
1990	37 294	.	.	738 027	.	.	903 073	.	.

Quadro 7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito, 1919-1993

A — Depósitos

Fonte — Situação Bancária e Estatísticas Financeiras.

ano	Continente (10^3 contos)	Madeira (10^3 contos)	Açores (10^3 contos)	estabelecimentos do Estado (10^3 contos)
1919	43	1	13	119
1920	46	3	22	160
1921	90	4	35	212
1922	114	4	44	267
1923	118	4	58	353
1924	133	3	64	347
1925	168	4	79	530
1926	221	4	96	746
1927	264	4	113	1 018

ano	Continente (10^3 contos)	Ilhas (10^3 contos)
1930	2 006	177
1931	2 170	159
1932	2 518	216
1933	2 209	109
1934	2 422	95
1935	2 465	86
1936	2 550	61
1937	2 578	59
1938	2 695	55
1939	2 903	50
1940	3 167	48
1941	3 803	47

ano	Continente (10^3 contos)	Ilhas (10^3 contos)
1942	5 318	48
1943	5 773	50
1944	7 018	54
1945	7 863	67
1946	8 101	66
1947	8 079	60
1948	7 981	58
1949	7 334	59
1950	7 360	59
1951	8 269	61
1952	8 989	64
1953	9 520	67

Quadro 7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito, 1919-1993 (continuação)

A — Depósitos (continuação)

ano	Continente (10^3 contos)	Ilhas (10^3 contos)
1954	989	7
1955	1 043	8
1956	1 092	9
1957	1 153	9
1958	1 220	10
1959	1 288	12
1960	1 335	12
1961	1 323	12
1962	1 423	12
1963	1 515	14
1964	1 704	18
1965	1 831	19
1966	1 908	7
1967	1 978	30
1968	2 273	27
1969	432	.
1970	534	.
1971	719	.
1972	875	.

ano	Continente (10^3 contos)	Ilhas (10^3 contos)
1973	1 016	.
1974	1 225	.
1975	1 374	.
1976	1 651	.
1977	1 937	.
1978	520	.
1979	778	.
1980	1 250	.
1981	1 762	.
1982	2 409	.
1983	3 086	.
1984	4 373	.
1985	2 222	.
1986	2 883	.
1987	8 068	.
1988	4 692	.
1989	4 757	.
1990	5 783	.

Quadro 7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito, 1919-1993 (continuação)

B — Caixa Económica do Montepio Geral e Companhia Geral do Crédito Predial Português (CGCPP)

Fontes — Para a Caixa Económica do Montepio Geral, Nunes et alii, 1994; para a Companhia Geral do Crédito Predial Português, Marques, 1989.

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (contos)	depósitos (contos)	obrigações em circulação (contos)
1844	28	2	
1845	.	.	
1846	27	2	
1847	30	3	
1848	33	3	
1849	38	4	
1850	49	10	
1851	60	15	
1852	83	28	
1853	93	31	
1854	111	37	
1855	131	40	
1856	153	47	
1857	164	39	
1858	180	36	
1859	206	40	
1860	243	51	
1861	261	44	
1862	290	47	
1863	329	54	
1864	369	59	
1865	425	73	1 350

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (contos)	depósitos (contos)	obrigações em circulação (contos)
1866	486	90	1 128
1867	567	102	3 107
1868	619	114	4 887
1869	658	122	6 055
1870	715	137	6 454
1871	802	180	6 630
1872	918	243	6 669
1873	1 030	301	6 581
1874	1 141	361	6 381
1875	1 597	708	6 205
1876	1 951	843	6 492
1877	2 485	1 445	6 850
1878	2 743	1 619	7 731
1879	3 309	2 086	8 359
1880	3 999	2 674	8 900
1881	5 606	4 177	9 575
1882	5 719	4 143	11 830
1883	6 561	4 807	13 947
1884	6 982	5 077	.
1885	6 339	4 263	16 954
1886	9 990	7 731	14 700
1887	11 239	8 810	14 759

Quadro 7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito, 1919-1993 (continuação)

B — Caixa Económica do Montepio Geral e Companhia Geral do Crédito Predial Português (CGCPP) (continuação)

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (contos)	depósitos (contos)	obrigações em circulação (contos)
1888	11 795	9 144	15 228
1889	12 512	9 611	15 316
1890	11 938	8 720	16 310
1891	9 282	5 735	17 281
1892	9 587	5 796	17 546
1893	10 372	6 345	18 019
1894	11 364	7 193	18 563
1895	12 051	7 745	18 454
1896	12 673	8 307	18 337
1897	13 290	8 845	17 940
1898	14 263	9 712	17 745
1899	15 066	10 395	17 808
1900	16 617	11 568	18 266

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (contos)	depósitos (contos)	obrigações em circulação (contos)
1901	17 783	12 291	19 158
1902	19 385	13 384	18 988
1903	20 079	13 539	19 742
1904	21 310	14 244	19 657
1905	22 301	14 719	20 999
1906	22 604	14 526	21 448
1907	23 312	14 701	21 421
1908	24 290	15 121	22 009
1909	25 485	15 783	21 901
1910	25 330	15 034	19 719
1911	25 968	15 038	18 321
1912	26 745	15 180	17 334
1913	27 898	15 643	16 824

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (10^3 contos)	depósitos (10^3 contos)	obrigações em circulação (10^3 contos)
1914	28	15	16
1915	32	18	16
1916	33	19	17
1917	37	22	16
1918	42	26	12
1919	47	30	10
1920	52	33	12
1921	68	45	15

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (10^3 contos)	depósitos (10^3 contos)	obrigações em circulação (10^3 contos)
1922	78	50	17
1923	99	62	34
1924	128	86	37
1925	162	114	56
1926	181	125	66
1927	205	143	92
1928	222	151	127
1929	257	175	134

Quadro 7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito, 1919-1993 (continuação)

B — Caixa Económica do Montepio Geral e Companhia Geral do Crédito Predial Português (CGCPP) (continuação)

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (10^3 contos)	depósitos (10^3 contos)	obrigações em circulação (10^3 contos)
1930	283	191	165
1931	309	214	181
1932	329	228	178
1933	246	236	139
1934	259	243	128
1935	265	249	154
1936	265	248	152
1937	278	264	156
1938	285	265	136
1939	288	268	109
1940	283	264	103
1941	311	284	90

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (10^3 contos)	depósitos (10^3 contos)	obrigações em circulação (10^3 contos)
1942	340	314	73
1943	382	356	55
1944	459	433	23
1945	518	485	48
1946	557	529	45
1947	533	499	44
1948	550	519	44
1949	547	511	44
1950	553	518	61
1951	585	553	61
1952	620	586	61
1953	649	610	61

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (10^4 contos)	depósitos (10^4 contos)	obrigações em circulação (10^4 contos)
1954	69	65	7
1955	74	70	7
1956	74	69	7
1957	76	71	7
1958	101	95	7
1959	109	102	7
1960	118	110	8
1961	117	108	8
1962	134	124	10

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (10^4 contos)	depósitos (10^4 contos)	obrigações em circulação (10^4 contos)
1963	156	145	10
1964	183	170	10
1965	209	193	9
1966	247	230	9
1967	284	263	8
1968	324	301	8
1969	396	370	7
1970	482	455	7
1971	638	609	6

Quadro 7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito, 1919-1993 (continuação)

B — Caixa Económica do Montepio Geral e Companhia Geral do Crédito Predial Português (CGCPP) (continuação)

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (10^4 contos)	depósitos (10^4 contos)	obrigações em circulação (10^4 contos)
1972	763	731	6
1973	872	835	6
1974	1 054	1 006	5
1975	1 164	1 107	5
1976	1 416	1 312	5
1977	1 669	1 523	4
1978	2 111	1 785	4
1979	2 542	2 218	4
1980	3 360	2 963	3
1981	4 747	3 911	3
1982	6 417	5 193	3

ano	Montepio Geral		CGCPP
	activo total (10^4 contos)	depósitos (10^4 contos)	obrigações em circulação (10^4 contos)
1983	7 855	6 465	2
1984	9 433	8 231	2
1985	11 331	9 937	479
1986	12 971	11 375	478
1987	15 416	11 965	425
1988	16 195	13 774	
1989	19 649	15 985	
1990	20 531	17 487	
1991	25 489	19 619	
1992	27 026	22 835	
1993	32 680	27 188	

Quadro 7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito, 1919-1993 (continuação)

C — Caixa Geral de Depósitos

Fonte — Até 1942, Relatório da Caixa Geral de Depósitos; a partir de 1946, Estátísticas Financeiras.

Data de referência — Até 1934, 30 de Junho de cada ano; a partir de 1935, 31 de Dezembro de cada ano.

ano	depósitos (contos)
1920	158 903
1921	210 072
1922	265 207
1923	350 566
1924	344 734
1925	526 603
1926	740 836
1927	1 013 393

ano	depósitos (contos)
1928	1 055 675
1929	1 095 587
1930	1 288 314
1931	1 503 018
1932	1 801 488
1933	1 921 275
1934	2 131 101
1935	2 159 472

ano	depósitos (contos)
1936	2 265 380
1937	2 275 601
1938	2 389 745
1939	2 591 525
1940	2 854 442
1941	3 466 765
1942	4 927 539

ano	depósitos (10^3 contos)
1943	5 326
1944	6 466
1945	7 249
1946	7 419

ano	depósitos (10^3 contos)
1947	7 445
1948	7 312
1949	6 671
1950	6 680

ano	depósitos (10^3 contos)
1951	7 549
1952	8 232
1953	8 732

ano	depósitos (10^4 contos)
1954	904
1955	953
1956	1 002
1957	1 059
1958	1 117
1959	1 177

ano	depósitos (10^4 contos)
1960	1 216
1961	1 206
1962	1 289
1963	1 359
1964	1 522
1965	1 625

ano	depósitos (10^4 contos)
1966	1 661
1967	1 696
1968	1 952
1969	2 242
1970	2 765
1971	3 367

Quadro 7.8 — Caixas económicas e companhias de crédito, 1919-1993 (continuação)

C — Caixa Geral de Depósitos (continuação)

ano	depósitos (10^4 contos)
1972	4 010
1973	4 744
1974	6 031
1975	7 518
1976	10 213

ano	depósitos (10^4 contos)
1977	12 704
1978	15 901
1979	21 125
1980	11 654

ano	depósitos (10^4 contos)
1981	32 490
1982	42 859
1983	53 998
1984	72 171

Quadro 7.9 — Número de instituições financeiras, 1919-1927, 1930-1956, 1984-1990

Fonte — Situação Bancária e Estatísticas Financeiras.

ano	bancos e casas bancárias		caixas económicas e companhias de crédito			estabeleci-mentos do Estado
	Continente	Ilhas	Continente	Madeira	Açores	
1919	22	1	16	2	9	2
1920	27	1	15	2	10	2
1921	28	1	16	2	10	2
1922	29	2	16	2	10	2
1923	30	1	18	2	11	2
1924	26	1	17	2	11	2
1925	23	1	18	2	11	2
1926	23	1	18	2	11	2
1927	23	1	18	2	11	2
...						
1930	23	3	14		14	
1931	23	4	13		14	
1932	20	4	13		14	
1933	20	3	12		12	
1934	20	3	12		12	
1935	20	2	12		12	
1936	21	4	11		15	
1937	22	4	11		15	
1938	22	4	11		15	
1939	21	4	11		15	
1940	21	4	11		15	
1941	21	4	11		15	
1942	22	4	11		14	
1943	23	4	11		14	
1944	23	4	11		14	
1945	23	4	11		14	
1946	23	3	11		14	

Quadro 7.9 — Número de instituições financeiras, 1919-1927, 1930-1956, 1984-1990 (continuação)

ano	bancos e casas bancárias		caixas económicas e companhias de crédito			estabeleci-mentos do Estado
	Continente	Ilhas	Continente	Madeira	Açores	
1947	23	4	11		14	
1948	23	3	11		14	
1949	23	3	11		13	
1950	22	3	11		13	
1951	22	4	11		13	
1952	22	4	11		13	
1953	23	4	11		13	
1954	.	4	11		13	
1955	.	4	12		13	
1956	.	4	12		13	
...						
1984	.	.	43		.	
1985	.	.	20		.	
1986	.	.	23		.	
1987	.	.	41		.	
1988	.	.	25		.	
1989	.	.	26		.	
1990	.	.	28		.	

Quadro 7.10 — Taxas de desconto do Banco de Portugal, 1891-1997

Fonte — Mata, Valério, 1993 e relatórios do Banco de Portugal.

Unidade — Percentagem.

Observação — A taxa indicada é a mais baixa praticada em cada momento pelo Banco de Portugal em operações de redesconto a outros bancos na sede em Lisboa e na filial no Porto. Estavam eventualmente em vigor taxas mais elevadas para operações de desconto directo, para operações nas agências e para operações para além de determinados montantes.

data da alteração	taxa de desconto
1891-01-13	6
1896 *	5,5
1908-01-09	6
1913-06-23	5,5
1920-07-03	6
1920-07-15	6,5
1920-09-03	7
1923-05-01	8
1923-09-12	9
1926-07-27	8
1930-06-02	7,5
1931-08-10	7
1932-04-04	6,5
1933-03-13	6
1933-12-11	5,5
1934-12-13	5
1936-05-11	4,5
1937-08-11	4
1941-03-31	3,5
1943-04-08	3
1943-08-16	2,5
1944-01-12	2
1965-09-01	2,5

Quadro 7.10 — Taxas de desconto do Banco de Portugal, 1891-1997 (continuação)

data da alteração	taxa de desconto
1969-01-06	2,75
1970-04-25	3,5
1971-02-05	3,75
1972-12-18	4
1973-12-21	5
1974-07-10	6,5
1974-12-21	7,5
1975-12-19	6,5
1977-02-28	8
1977-08-26	13
1981-07-16	18
1982-04-20	19
1983-03-23	23
1983-08-08	25
1985-08-03	23
1985-11-26	19
1986-04-09	17,5
1986-06-28	16
1987-01-06	15,5
1987-03-20	15
1987-10-15	14,5
1988-02-05	14
1988-05-05	13,5
1989-03-18	14,5
1993-05-20	13,5
1994-01-20	12
1994-09-30	10,5
1996-02-01	8,75
1996-04-23	8,25
1996-12-12	7
1997-05-06	6

* A data de alteração não está indicada no Relatório do Banco de Portugal.

Quadro 7.11 — Compensação bancária, 1933-1990

Fonte — Situação Bancária e Estatísticas Financeiras.

ano	cheques apresentados				cheques admitidos				saldos apurados	
	Lisboa		Porto		Lisboa		Porto		Lisboa	Porto
	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos	10^3 contos	10^3 contos
1933	456	6 197	73	507	454	6 179	72	506	2 624	172
1934	517	6 673	109	743	516	6 664	109	741	2 429	205
1935	565	6 522	158	1 044	563	6 516	158	1 044	2 088	248
1936	604	7 723	159	1 097	603	7 719	159	1 096	2 729	283
1937	649	8 033	169	1 264	648	8 029	169	1 262	2 237	303
1938	669	7 533	174	1 258	668	7 530	174	1 257	2 253	279
1939	713	8 355	173	1 215	713	8 344	173	1 214	2 622	265
1940	753	11 127	175	1 318	753	11 124	175	1 317	3 491	328
1941	851	18 073	212	1 921	850	18 069	212	1 920	6 099	426
1942	880	24 884	250	3 344	879	24 879	250	3 343	8 822	1 022
1943	926	24 785	312	4 283	925	24 778	312	4 281	8 765	1 303
1944	1 040	24 831	380	5 479	1 039	24 823	380	5 478	8 275	1 506
1945	1 129	26 413	435	5 680	1 129	26 405	435	5 679	8 449	1 457
1946	1 301	32 309	554	7 617	1 300	32 296	554	7 616	9 325	1 828
1947	1 359	35 063	568	8 156	1 358	35 054	568	8 153	10 356	1 989
1948	1 418	33 938	597	8 410	1 417	33 924	597	8 410	9 624	1 980
1949	1 376	30 492	565	8 150	1 375	30 482	565	8 150	7 847	2 018
1950	1 405	33 146	570	7 566	1 405	33 129	570	7 565	8 929	2 088
1951	1 522	40 118	622	8 934	1 521	40 110	622	8 934	10 846	2 431
1952	1 614	40 150	676	10 007	1 614	40 144	676	10 007	10 783	2 599
1953	1 705	41 972	700	9 576	1 704	41 961	700	9 576	11 128	2 429
1954	1 871	48 259	758	11 511	1 870	48 247	758	11 511	12 970	2 836
1955	2 009	50 411	821	12 422	2 008	50 389	821	12 421	12 627	3 017
1956	2 209	55 636	886	13 763	2 209	55 624	886	13 756	13 588	3 209
1957	2 419	61 603	942	15 556	2 418	61 591	942	15 556	15 369	3 500
1958	2 624	65 930	1 008	17 058	2 624	65 920	1 008	17 058	16 932	3 947
1959	2 841	72 788	1 107	17 489	2 841	72 781	1 107	17 489	19 119	4 123

Quadro 7.11 — Compensação bancária, 1933-1990 (continuação)

ano	cheques apresentados				cheques admitidos				saldos apurados	
	Lisboa		Porto		Lisboa		Porto		Lisboa	Porto
	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos	10^3 contos	10^3 contos
1960	3 100	80 794	1 217	19 766	3 100	80 787	1 217	19 766	21 150	4 640
1961	3 432	90 022	1 273	21 900	3 432	90 017	1 273	21 900	24 032	5 282
1962	3 692	95 300	1 330	23 815	3 691	95 295	1 330	23 814	25 286	6 089
1963	3 977	100 400	1 406	28 501	3 977	100 393	1 406	28 501	26 180	8 175
1964	4 406	112 299	1 479	33 277	4 405	112 290	1 479	33 271	28 311	9 657
1965	4 996	136 398	1 601	39 833	4 996	136 378	1 601	39 833	32 531	11 641
1966	5 543	153 678	1 704	42 886	5 542	153 668	1 704	42 886	35 977	11 675
1967	6 066	165 813	1 751	45 441	6 066	165 803	1 751	45 441	39 774	13 772
1968	6 736	196 546	1 926	49 695	6 736	196 522	1 927	49 695	49 410	15 600

ano	Lisboa			Porto		
	efeitos liquidados		saldos apurados	efeitos liquidados		saldos apurados
	milhares	10^3 contos	10^3 contos	milhares	10^3 contos	10^3 contos
1969	7 600	235 431	56 135	2 131	58 854	20 085
1970	8 438	291 273	66 769	2 324	64 603	19 894
1971	9 665	361 773	80 825	3 159	73 408	21 286
1972	11 354	437 110	98 053	4 128	104 074	31 264
1973	13 518	577 066	116 221	4 872	154 715	38 894
1974	16 207	653 379	122 011	6 458	189 752	36 767
1975	17 745	626 609	117 208	7 916	198 750	30 706
1976	20 884	812 723	169 284	9 215	253 801	39 264
1977	24 166	1 109 513	228 274	11 654	373 629	53 776
1978	53 320	1 874 370	307 769	729	22 260	5 650
1979	54 005	2 560 417	433 510	1 823	63 173	16 417
1980	63 320	3 682 288	630 668	2 354	103 685	26 722
1981	75 388	5 183 293	842 282	2 992	150 903	40 840
1982	80 793	6 378 572	995 426	3 331	195 280	47 519
1983	84 608	7 881 195	1 308 255	3 131	220 162	45 038
1984	90 740	9 522 726	1 653 684	3 493	280 911	53 441

Quadro 7.11 — Compensação bancária, 1933-1990 (continuação)

ano	Lisboa			Porto		
	efeitos liquidados		saldos apurados	efeitos liquidados		saldos apurados
	milhares	10^3 contos	10^3 contos	milhares	10^3 contos	10^3 contos
1985	99 389	12 207 938	2 183 717	3 996	355 076	73 385
1986	112 091	16 658 189	2 968 197	4 456	430 246	92 963
1987	127 771	23 480 132	4 003 169	5 028	551 223	117 730
1988	143 610	31 642 597	4 710 942	5 484	675 169	148 309
1989	158 796	55 002 507	9 037 663	6 019	804 548	146 412

1990	efeitos liquidados		efeitos devolvidos	
	milhares	10^3 contos	milhares	10^3 contos
total	186 102	81 864 229	2 738	645 858
Lisboa	110 115	67 671 355	-	-
Porto	61 903	12 070 126	-	-
outros distritos	14 084	2 122 748	-	-

CAPÍTULO 8 — PREÇOS E SALÁRIOS

CARLOS BASTIEN (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

1 — Preços

Existem múltiplas séries de preços em Portugal referentes ao mais variados períodos, mercadorias e locais. Já relativamente a índices gerais de preços — o tipo de informação que aqui mais importa considerar — a situação é significativamente diferente. Tais índices são em pequeno número, de elaboração tardia quando comparados com os da generalidade dos países europeus, e, num ou noutro caso, de difícil controlo quanto à forma como foram construídos.

O registo e a publicação de preços começaram em Portugal, pelo menos de forma minimamente centralizada, regular e sistemática, em meados do século 19. No entanto, os índices produzidos pelo aparelho estatístico oficial, designadamente os relativos aos preços por grosso, são omissos relativamente a todo aquele século e cobrem incompletamente o século 20. Um primeiro índice desse tipo foi construído pelo Banco de Portugal para o período 1914 a 1930, com base fixa em 1914, seguindo-se-lhe um outro índice, ainda construído pelo Banco de Portugal, em 1932, com base fixa em 1927. Ambos foram publicados no Boletim do Banco de Portugal e nos Relatórios do Conselho de Administração do referido banco. Um terceiro índice foi construído pelo Instituto Nacional de Estatística e publicado regularmente no Boletim Mensal a partir de Abril de 1953, embora com uma série retrospectiva para o período 1948 a 1952.

As séries de índices do custo de vida começaram por ser publicadas pelo Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios, no seu Boletim de Previdência Social, e pela Direcção-Geral de Estatística, irregularmente a partir de 1914 e regularmente a partir de 1929 (então sob a designação de índice de preços de retalho), quando aquela direcção-geral passou a publicar mensalmente o referido índice no seu Boletim Mensal. Um índice de preços no consumidor para Lisboa (depois também para outras cidades) começou a ser publicado em 1948, no Boletim Mensal, surgindo por fim um índice de preços no consumidor para o Continente em 1977, índice que tem sido periodicamente actualizado e renovado. Também algumas organizações internacionais, designadamente a OCDE, publicaram dados sobre índices de preços em Portugal.

Para além dos dados oficiais e para-oficiais referidos, há que referir os resultados obtidos por estudos de história dos preços, designadamente sob a forma de séries de índices agregados de preços para diversos períodos produzidas pela investigação universitária. De entre esses estudos é necessário mencionar, pelo pioneirismo, Godinho, 1954, ainda que sem apresentar indicadores agregados e com dados limitados ao período anterior a 1850, e, bem assim, Pimenta,

1983, que apresenta séries de índices de preços no consumidor de 'alimentação popular' e de produtos industriais na cidade do Porto entre 1844 e 1913, Justino, 1987-1988, que contém um primeiro índice geral de preços por grosso para o período de 1810 a 1912, Madureira, 1997, que apresenta um índice geral de preços de Lisboa para o período de 1766 a 1829, Nunes, Mata, Valério, 1989, que apresenta um índice do custo de vida para os anos de 1833 a 1985, Valério, 1997, que contém um indicador da evolução dos preços em Portugal nos séculos 13 a 20, e Valério,1998, que apresenta um índice do custo de vida para o período de 1776 a 1981.

Ante esta diversidade, optámos por incluir neste capítulo um quadro contendo os preços dos metais preciosos desde o século 13, um indicador agregado da evolução dos preços para o período de 1500 a 1997 e os factores legais de correcção monetária, estabelecidos por decisão real nos séculos 14 e 15 e por decisão governamental no século 20. Tal quadro incorpora o essencial dos resultados alcançados pela investigação acima referida, procurando não justapor mas antes integrar tais resultados, homogeneizando tanto quanto possível as diversas séries.

2 — Salários

A literatura sobre salários em Portugal numa perspectiva histórica é escassa. São raras e em geral pouco fiáveis as séries longas publicadas, como raras são as tentativas de construção de indicadores sintéticos do movimento dos salários em geral. Para além da escassez absoluta de fontes, ou, ao menos, das já trabalhadas pelos investigadores portugueses, há insuperadas dificuldades na homogeneização das séries estatísticas que limitam fortemente a sua comparabilidade. Prova das dificuldades não superadas é o facto de as obras internacionais de referência não incluirem por regra informações sobre salários portugueses, designadamente para o período anterior à Segunda Guerra Mundial. O próprio Mitchell, 1998, porventura a principal referência neste campo, apenas inclui uma série de salários agrícolas iniciada em 1929 e outra de salários industriais, que não recua além de 1953.

Dispomos sobretudo de séries de âmbito local ou regional, não raro descontínuas ou de limitado alcance temporal, e, por regra, respeitando a um número limitado de profissões. Vejam-se, designadamente: Cabral, 1976, para salários rurais em alguns distritos do Continente nas décadas de 1860 e 1870; Justino, 1990, para salários de algumas profissões agrícolas e industriais em diversas regiões do país entre 1850 e 1912; Martins, 1997, para salários de algumas profissões agrícolas e industriais em diversas localidades entre meados do século XIX e a Primeira Guerra Mundial; e Madureira, 1997, para salários de algumas profissões industriais na cidade de Lisboa no decurso das primeiras três décadas do século XIX.

Ainda mais raras foram as tentativas de construir um índice geral de salários do país. Dos estudos mencionados, só o de David Justino inclui um índice geral de salários para o século 19. Já para o século 20 é possível encontrar algumas estimativas, ainda que de âmbito sectorial e temporal limitado. É o caso, designadamente, de Alarcão, 1948, embora o respectivo índice respeite unicamente a salários operários em dois anos (1918 e 1944), e de Pimenta, 1985, para o período entre guerras.

Os próprios serviços oficiais e para-oficiais vocacionados para a produção de dados estatísticos sobre a economia portuguesa raramente tentaram a construção de um índice geral de salários, ainda que respeitante apenas a parte do século 20. O Instituto dos Seguros Sociais Obrigatórios publicou pioneiramente no seu Boletim da Previdência Social um índice de salários nominais médios da população operária para o período 1914 a 1934 e o Banco de Portugal publicou nos seus Relatórios do Conselho de Administração e no Boletim do Banco de Portugal índices gerais de salários para o período que medeia entre 1914 e 1947, ainda que com interrupções. Pelo seu lado, o Instituto Nacional de Estatística iniciou em 1940 a publicação regular de dados relativos a salários pagos em algumas das mais importantes actividades industriais do Continente (como elementos subsidiários das Estatísticas Industriais) e iniciou em 1943 a publicação regular de dados relativos a salários médios pagos aos trabalhadores rurais, embora existam elementos semelhantes desde 1912 com algumas interrupções. Em 1955 dedicou pela primeira vez um dos volumes da série 'Estudos' (Instituto Nacional de Estatística, 1955) à análise estatística dos salários profissionais — trabalho que teve continuidade na publicação regular de tal tipo de dados no Boletim Mensal de Estatistica e na publicação de alguns volumes posteriores da série 'Estudos' — muito embora, nem então, nem em qualquer momento posterior, tenha publicado um índice salarial agregado para Portugal.

Apesar das dificuldades apontadas, e tendo em consideração que o objectivo das presentes séries estatísticas é o de reunir uma informação tanto quanto possível representativa do comportamento da economia portuguesa tomada no seu conjunto, optámos pela não inclusão neste volume de séries salariais respeitantes apenas a determinados locais e profissões, ainda quando tais séries se reportem a salários relativos a profissões de sectores de grande significado na estrutura industrial portuguesa, nomeadamente a profissões dos sectores dos têxteis ou dos tabacos.

Assim, de acordo com o critério apontado, reproduzimos aqui apenas séries salariais respeitantes a dois grandes sectores da vida económica nacional, genericamente a agricultura e a indústria, e, evidentemente, toda a informação relevante disponível sobre índices gerais de salários.

Estas últimas séries têm especial interesse para a investigação historiográfica, designadamente para estudos que visem o funcionamento dos mercados de trabalho ou a

evolução dos níveis de vida. Há no entanto que ter presente que elas contêm importantes imperfeições resultantes das limitações da informação a partir da qual foram construídas, não sendo em bom rigor, séries verdadeiramente 'gerais' já que, ainda quando respeitando ao Continente ou ao Continente e Ilhas, apenas abrangem um número limitado de condições económicas, de profissões e de locais. Para além disso, é preciso não perder de vista uma outra limitação do significado de tais séries. É que, em especial no século XIX, a economia portuguesa compunha-se ainda em boa medida de um conjunto de mercados locais e regionais pouco integrados que só dificilmente pulsavam ao ritmo dos indicadores agregados. Tais disparidades afectavam genericamente os movimentos dos preços e especificamente os dos salários, tendo em conta que a mobilidade e a integração dos diversos mercados de trabalho é garantidamente inferior às dos mercados dos demais bens e serviços.

A excepção ao acima mencionado critério de exclusão das séries salariais relativas a profissões específicas é a inclusão de duas séries — uma em números indice e outra em réis — relativas aos salários dos trabalhadores de obras públicas ao serviço das Câmaras Municipais do Porto e de Leiria. Estando estabelecida para diversos casos nacionais uma elevada correlação entre a evolução dos salários de alguns tipos de trabalhadores da construção em cidades de média dimensão e a evolução do nível da actividade económica (Bairoch 1977) e tratando-se de séries relativamente extensas e homogéneas, julgamos ter todo o interesse dispor de tais séries. Além disso, elas podem constituir igualmente uma forma de aproximação, ainda que indirecta, ao movimento geral de salários [1].

Incluímos também uma série relativa ao salário mínimo nacional já que ela pode ser de grande interesse para estudos historiográficos, designadamente por considerarmos que tal indicador é também dado relevante para a caracterização da evolução do nível de vida da população portuguesa.

Há que notar que todas as séries incluídas neste capítulo, as expressas em unidades monetárias como as expressas em números índice, se reportam a salários correntes. Nos vários estudos repertoriados, designadamente naqueles de que extraímos os dados referentes a salários que aqui se reproduzem, as séries de salários correntes surgem frequentemente acompanhadas de séries relativas a salários reais. No entanto, como os índices de custo de vida e deflatores usados pelos diversos autores são muito díspares, as comparações entre as várias séries de salários reais assim obtidas carecem de relevância para o nosso propósito de fornecer uma base tão ampla e homogénea quanto possível para a investigação histórica,

[1] Pimenta, 1985: 213 estimou para o caso português um coeficiente de determinação de 0,853 entre as variações dos salários dos pedreiros / trabalhadores de obras públicas e as do índice geral.

designadamente para a que se ocupe de comparações internacionais. Eis a razão porque não se incluíram neste capítulo séries de salários reais.

*

As informações mais relevantes relativas às fontes e ao modo como foram construídas as séries que integram este capítulo surgem, sempre que disponíveis, em notas anexas aos quadros.

Referências

ALARCÃO, Jorge — Estimativa do nível de vida da população operária portuguesa. Revista de Economia, vol. 1(1), 1948.

ANTUNES, A. Roque — Alguns indicadores de salários: fontes, conceitos e evolução. Lisboa: Ministério do Emprego e Segurança Social, 1991.

BAIROCH, Paul — Estimations du revenu national dans les societés occidentales prè-industrielles et au dix-neuvième siècle. Propositions d'approches indirectes. Revue Economique, nº 2, 1977.

BARRETO, António (organizador) — A situação social em Portugal, 1960-1995. Lisboa: 1996.

BERNARDES, Joaquim de Oliveira da Silva — Leiria no século XIX — aspectos económicos. Leiria: 1981.

BRANCO, Carlos de Barros Soares — Aspectos da questão monetária portuguesa. Lisboa: Banco de Portugal, 1950.

CABRAL, M. Vilaverde — O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX. Porto: 1976.

GODINHO, Vitorino Magalhães — Prix et monnaies au Portugal. Paris: Armand Colin, 1954.

GODINHO, Vitorino Magalhães — Os descobrimentos e a economia mundial. (4 volumes) Lisboa: Presença, 1981-1983.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Índices de salários por profissões — para a cidade de Lisboa. Lisboa: 1955.

JUSTINO, David — A evolução do produto nacional bruto em Portugal, 1850–1910 — algumas estimativas provisórias. Análise Social, nº 97, 1987.

JUSTINO, David — A formação do espaço económico nacional — Portugal 1810-1912. Lisboa: Vega, 1987-1988.

JUSTINO, David — Preços e salários em Portugal (1850-1912). Lisboa: Banco de Portugal, 1990.

MARTINS, Conceição Andrade — Trabalho e condições de vida em Portugal. Análise Social, nº 142, 1997.

MADUREIRA, Nuno L. — Mercado e privilégios. A indústria portuguesa entre 1750 e 1834. Lisboa: 1997.

MITCHELL, R. B. — International historical statistics. Europe 1750 – 1993. Basingstoke: MacMillan, 1998.

NUNES, Ana Bela; MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno — Portuguese economic growth 1833-1985. The Journal of European Economic History, volume 18, nº 2, 1989.

PIMENTA, Carlos — Salários e preços em Portugal no século XIX – análise económica. Boletim de Ciências Económicas, volume 26, 1983.

PIMENTA, Carlos — Contributos para a caracterização e explicação da inflação em Portugal. (Volume 1) Lisboa: 1985.

VALÉRIO, Nuno — A moeda em Portugal 1913-1947. Lisboa: Sá da Costa, 1984.

VALÉRIO, Nuno — Periodização da história monetária de Portugal. Estudos de Economia, volume XII, nº 1, 1991.

VALÉRIO, Nuno — Os preços em Portugal (séculos 13 a 20). In: REIS, Jaime; DIAS, Fátima Sequeira; FONSECA, Helder — História do crescimento económico em Portugal. Ponta Delgada: Associação Portuguesa de História Económica e Social, 1997.

VALÉRIO, Nuno — Recent developments on Portuguese retrospective national accounts. Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, documento de trabalho nº 12, Lisboa, 1998.

Quadros

8.1 — Preços

8.2 — Salários

Quadro 8.1 — Preços

Fontes:

Preço legal do ouro — calculado com base em Valério, 1991.

Preço de mercado do ouro — Banco de Portugal, Relatório do Conselho de Administração, vários anos.

Preço legal da prata — calculado com base em Valério, 1991.

Índice de preços — Valério, 1997, prolongado com o índice de preços no consumidor do Instituto Nacional de Estatística.

Factor legal de correcção — De 1369 a 1473, Godinho, 1981-1983. De 1900 a 1997, Portaria 393/99 de 29 de Maio da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais.

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1253	0,011	?	0,001	?	-
...					
1329	0,011	?	0,001	?	-
1330	0,019	?	0,002	?	-
...					
1359	0,019	?	0,002	?	-
1360	0,026	?	0,003	?	-
...					
1366	0,026	?	0,003	?	-
1367	0,026	?	0,004	?	-
1368	0,026	?	0,004	?	-
1369	0,053	?	0,026	?	1
1370	0,053	?	0,031	?	1
1371	0,038	?	0,022	?	1
1372	0,038	?	0,004	?	1
...					
1382	0,038	?	0,004	?	1
1383	?	?	0,006	?	1
1384	?	?	0,006	?	1

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1385	?	?	0,013	?	1
1386	?	?	0,013	?	1
1387	?	?	0,022	?	1
1388	?	?	0,022	?	1
1389	?	?	0,045	?	5
1390	?	?	0,067	?	5
1391	?	?	0,275	?	5
...					
1397	?	?	0,275	?	5
1398	?	?	0,157	?	5
1399	?	?	0,157	?	15
1400	?	?	0,157	?	15
1401	?	?	0,314	?	15
...					
1403	?	?	0,314	?	15
1404	?	?	0,468	?	15
...					
1407	?	?	0,468	?	15
1408	?	?	0,314	?	15
1409	?	?	0,314	?	50
...					
1414	?	?	0,314	?	50
1415	?	?	1,242	?	50
1416	4,082	?	1,242	?	50
1417	?	?	1,242	?	250
...					
1421	?	?	1,242	?	250
1422	?	?	1,242	?	500
...					
1429	?	?	1,242	?	500
1430	?	?	3,765	?	500

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
…					
1432	?	?	3,765	?	500
1433	40,816	?	3,765	?	500
1434	40,816	?	3,765	?	500
1435	34,864	?	3,803	?	500
1436	34,864	?	3,803	?	700
…					
1440	34,864	?	3,803	?	700
1441	40,675	?	4,564	?	700
…					
1450	40,675	?	4,564	?	700
1451	53,749	?	6,466	?	700
…					
1456	53,749	?	6,466	?	700
1457	63,416	?	6,466	?	700
…					
1459	63,416	?	6,466	?	700
1460	71,870	?	6,466	?	700
…					
1471	71,870	?	6,466	?	700
1472	91,316	?	9,052	?	700
1473	91,316	?	9,052	?	980
…					
1488	91,316	?	9,052	?	-
1489	107,101	?	10,840	?	-
…					
1498	107,101	?	10,840	?	-
1499	107,101	?	10,982	?	-
…					
1503	107,101	?	10,982	?	-
1504	109,914	?	10,982	?	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
...					
1516	109,914	?	10,982	?	-
1517	112,740	?	11,410	?	-
...					
1519	112,740	?	11,410	?	-
1520	112,740	?	11,410	6	-
1521	112,740	?	11,410	6	-
...					
1523	112,740	?	11,410	?	-
1524	112,740	?	11,410	8	-
1525	112,740	?	11,410	3	-
...					
1527	112,740	?	11,410	?	-
1528	112,740	?	11,410	6	-
1529	112,740	?	11,410	8	-
1530	112,740	?	11,410	?	-
1531	112,740	?	11,410	9	-
...					
1533	112,740	?	11,410	?	-
1534	112,740	?	11,410	6	-
...					
1536	112,740	?	11,410	?	-
1537	119,574	?	11,410	?	-
1538	121,966	?	11,410	?	-
1539	121,966	?	11,885	?	-
1540	121,966	?	11,885	9	-
...					
1542	121,966	?	11,885	?	-
1543	121,966	?	11,885	10	-
...					
1548	121,966	?	11,885	?	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1549	121,966	?	11,885	9	-
1550	121,966	?	11,885	?	-
1551	121,966	?	11,885	12	-
1552	121,966	?	11,885	?	-
1553	121,966	?	11,885	8	-
1554	121,966	?	11,885	?	-
1555	141,824	?	12,361	?	-
1556	141,824	?	12,361	14	-
1557	141,824	?	12,361	?	-
1558	141,824	?	11,410	?	-
1559	141,824	?	11,410	?	-
1560	141,824	?	11,695	8	-
1561	141,824	?	11,695	14	-
...					
1563	141,824	?	11,695	?	-
1564	141,824	?	11,695	12	-
1565	141,824	?	11,695	11	-
1566	141,824	?	11,695	15	-
1567	141,824	?	11,695	14	-
1568	141,824	?	11,695	11	-
1569	141,824	?	11,695	11	-
1570	141,824	?	11,695	14	-
1571	141,824	?	11,695	14	-
1572	141,824	?	11,695	13	-
1573	141,824	?	12,599	13	-
...					
1576	141,824	?	12,599	?	-
1577	141,824	?	12,599	16	-
1578	141,824	?	12,599	20	-
1579	141,824	?	12,599	20	-
1580	141,824	?	12,599	13	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1581	141,824	?	12,599	?	-
1582	141,824	?	12,741	20	-
1583	141,824	?	12,741	23	-
1584	141,824	?	12,741	20	-
1585	141,824	?	12,741	17	-
1586	141,824	?	12,741	17	-
1587	141,824	?	12,741	22	-
1588	141,824	?	13,312	26	-
1589	141,824	?	13,312	25	-
1590	141,824	?	13,312	?	-
1591	141,824	?	13,312	22	-
1592	141,824	?	13,312	22	-
1593	141,824	?	13,312	23	-
1594	141,824	?	13,312	19	-
1595	141,824	?	13,312	27	-
1596	141,824	?	13,312	28	-
1597	141,824	?	13,312	29	-
1598	141,824	?	13,312	32	-
1599	141,824	?	13,312	29	-
1600	141,824	?	13,312	27	-
1601	141,824	?	13,312	?	-
1602	141,824	?	13,312	24	-
1603	141,824	?	13,312	?	-
1604	141,824	?	13,312	35	-
1605	141,824	?	13,312	?	-
1606	141,824	?	13,312	34	-
1607	141,824	?	13,312	30	-
1608	141,824	?	13,312	31	-
...					
1611	141,824	?	13,312	?	-
1612	141,824	?	13,312	23	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1613	141,824	?	13,312	25	-
1614	141,824	?	13,312	22	-
1615	141,824	?	13,312	22	-
1616	141,824	?	13,312	23	-
1617	141,824	?	13,312	28	-
1618	141,824	?	13,312	33	-
1619	141,824	?	13,312	25	-
1620	141,824	?	13,312	26	-
1621	141,824	?	13,312	27	-
1622	141,824	?	13,312	?	-
1623	141,824	?	13,312	18	-
1624	141,824	?	13,312	17	-
1625	141,824	?	13,312	21	-
1626	141,824	?	13,312	32	-
1627	141,824	?	13,312	28	-
...					
1629	141,824	?	13,312	?	-
1630	141,824	?	13,312	34	-
1631	141,824	?	13,312	39	-
1632	141,824	?	13,312	36	-
1633	141,824	?	13,312	22	-
1634	141,824	?	13,312	26	-
1635	141,824	?	13,312	39	-
1636	141,824	?	13,312	43	-
1637	141,824	?	13,312	41	-
1638	141,824	?	13,312	27	-
1639	141,824	?	13,312	20	-
1640	141,824	?	13,312	?	-
1641	141,824	?	16,164	19	-
1642	267,451	?	16,237	23	-
1643	267,451	?	19,016	30	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1644	267,451	?	19,016	?	-
1645	267,451	?	19,016	26	-
1646	312,012	?	19,016	27	-
1647	312,012	?	19,016	25	-
...					
1650	312,012	?	19,016	?	-
1651	312,012	?	19,016	45	-
1652	312,012	?	19,016	33	-
1653	312,012	?	19,016	36	-
1654	312,012	?	19,016	26	-
1655	312,012	?	19,016	26	-
1656	312,012	?	19,016	?	-
1657	312,012	?	19,016	24	-
1658	312,012	?	19,016	36	-
1659	312,012	?	19,016	38	-
1660	312,012	?	19,016	32	-
1661	312,012	?	19,016	?	-
1662	356,506	?	19,016	31	-
1663	356,506	?	23,771	49	-
1664	356,506	?	23,771	40	-
1665	356,506	?	23,771	?	-
1666	356,506	?	23,771	33	-
1667	356,506	?	23,771	?	-
1668	392,157	?	23,771	19	-
1669	392,157	?	23,771	19	-
...					
1671	392,157	?	23,771	?	-
1672	392,157	?	23,771	18	-
1673	392,157	?	23,771	22	-
1674	392,157	?	23,771	24	-
1675	392,157	?	23,771	22	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1676	392,157	?	25,197	21	-
1677	405,680	?	25,197	24	-
1678	405,680	?	25,197	28	-
1679	405,680	?	25,197	22	-
1680	405,680	?	25,197	31	-
1681	405,680	?	25,197	27	-
1682	405,680	?	25,197	24	-
1683	405,680	?	25,197	26	-
1684	405,680	?	25,197	28	-
1685	405,680	?	25,197	32	-
1686	405,680	?	25,197	22	-
1687	405,680	?	25,197	18	-
1688	486,855	?	31,496	19	-
1689	486,855	?	31,496	20	-
1690	486,855	?	31,496	25	-
1691	486,855	?	31,496	27	-
1692	486,855	?	31,496	29	-
1693	486,855	?	31,496	29	-
1694	486,855	?	31,496	39	-
1695	486,855	?	31,496	38	-
1696	486,855	?	31,496	34	-
1697	486,855	?	31,496	33	-
1698	486,855	?	31,496	43	-
1699	486,855	?	31,496	45	-
1700	486,855	?	31,496	37	-
1701	486,855	?	31,496	31	-
1702	486,855	?	31,496	40	-
1703	486,855	?	31,496	57	-
1704	486,855	?	31,496	50	-
1705	486,855	?	31,496	34	-
1706	486,855	?	31,496	32	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1707	486,855	?	31,496	38	-
1708	486,855	?	31,496	38	-
1709	486,855	?	31,496	56	-
1710	486,855	?	31,496	65	-
1711	486,855	?	31,496	69	-
1712	486,855	?	31,496	74	-
1713	486,855	?	31,496	47	-
1714	486,855	?	31,496	49	-
1715	486,855	?	31,496	43	-
1716	486,855	?	31,496	39	-
1717	486,855	?	31,496	30	-
1718	486,855	?	31,496	24	-
1719	486,855	?	31,496	30	-
1720	486,855	?	31,496	37	-
1721	486,855	?	31,496	38	-
1722	486,855	?	31,496	35	-
1723	486,855	?	31,496	30	-
1724	486,855	?	31,496	33	-
1725	486,855	?	31,496	35	-
1726	486,855	?	31,496	38	-
1727	486,855	?	31,496	32	-
1728	486,855	?	31,496	34	-
1729	486,855	?	31,496	32	-
1730	486,855	?	31,496	36	-
1731	486,855	?	31,496	35	-
1732	486,855	?	31,496	39	-
1733	486,855	?	31,496	39	-
1734	486,855	?	33,279	41	-
1735	486,855	?	33,279	41	-
1736	486,855	?	33,279	43	-
1737	486,855	?	33,279	70	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1738	486,855	?	33,279	53	-
1739	486,855	?	33,279	35	-
1740	486,855	?	33,279	43	-
1741	486,855	?	33,279	44	-
1742	486,855	?	33,279	37	-
1743	486,855	?	33,279	41	-
1744	486,855	?	33,279	45	-
1745	486,855	?	33,279	41	-
1746	486,855	?	33,279	42	-
1747	486,855	?	35,656	43	-
1748	486,855	?	35,656	39	-
1749	486,855	?	35,656	39	-
1750	486,855	?	35,656	44	-
1751	486,855	?	35,656	44	-
1752	486,855	?	35,656	43	-
1753	486,855	?	35,656	45	-
1754	486,855	?	35,656	42	-
1755	486,855	?	35,656	44	-
1756	486,855	?	35,656	40	-
1757	486,855	?	35,656	44	-
1758	486,855	?	35,656	46	-
1759	486,855	?	35,656	42	-
1760	486,855	?	35,656	40	-
1761	486,855	?	35,656	41	-
1762	486,855	?	35,656	43	-
1763	486,855	?	35,656	43	-
1764	486,855	?	35,656	49	-
1765	486,855	?	35,656	45	-
1766	486,855	?	35,656	41	-
1767	486,855	?	35,656	41	-
1768	486,855	?	35,656	45	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1769	486,855	?	35,656	49	-
1770	486,855	?	35,656	43	-
1771	486,855	?	35,656	41	-
1772	486,855	?	35,656	43	-
1773	486,855	?	35,656	41	-
1774	486,855	?	35,656	45	-
1775	486,855	?	35,656	45	-
1776	486,855	?	35,656	44	-
1777	486,855	?	35,656	47	-
1778	486,855	?	35,656	49	-
1779	486,855	?	35,656	46	-
1780	486,855	?	35,656	53	-
1781	486,855	?	35,656	49	-
1782	486,855	?	35,656	47	-
1783	486,855	?	35,656	52	-
1784	486,855	?	35,656	54	-
1785	486,855	?	35,656	50	-
1786	486,855	?	35,656	53	-
1787	486,855	?	35,656	52	-
1788	486,855	?	35,656	51	-
1789	486,855	?	35,656	61	-
1790	486,855	?	35,656	66	-
1791	486,855	?	35,656	60	-
1792	486,855	?	35,656	60	-
1793	486,855	?	35,656	67	-
1794	486,855	?	35,656	63	-
1795	486,855	?	35,656	62	-
1796	486,855	?	35,656	64	-
1797	486,855	?	35,656	69	-
1798	486,855	?	35,656	80	-
1799	486,855	?	35,656	79	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1800	486,855	?	35,656	103	-
1801	486,855	?	35,656	97	-
1802	486,855	?	35,656	93	-
1803	486,855	?	35,656	101	-
1804	486,855	?	35,656	115	-
1805	486,855	?	35,656	98	-
1806	486,855	?	35,656	92	-
1807	486,855	?	35,656	91	-
1808	486,855	?	35,656	98	-
1809	486,855	?	35,656	101	-
1810	486,855	?	35,656	130	-
1811	486,855	?	35,656	156	-
1812	486,855	?	35,656	134	-
1813	486,855	?	35,656	112	-
1814	486,855	?	35,656	96	-
1815	486,855	?	35,656	96	-
1816	486,855	?	35,656	91	-
1817	486,855	?	35,656	102	-
1818	486,855	?	35,656	85	-
1819	486,855	?	35,656	65	-
1820	486,855	?	35,656	52	-
1821	486,855	?	35,656	55	-
1822	570,451	?	35,656	64	-
1823	570,451	?	35,656	68	-
1824	570,451	?	35,656	70	-
1825	570,451	?	35,656	63	-
1826	570,451	?	35,656	63	-
1827	570,451	?	35,656	59	-
1828	570,451	?	35,656	54	-
1829	570,451	?	35,656	58	-
1830	570,451	?	35,656	52	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1831	570,451	?	35,656	58	-
1832	570,451	?	35,656	53	-
1833	570,451	?	35,656	46	-
1834	570,451	?	35,656	56	-
1835	570,451	?	36,845	70	-
1836	570,451	?	36,845	63	-
1837	570,451	?	36,845	49	-
1838	570,451	?	36,845	49	-
1839	570,451	?	36,845	51	-
1840	570,451	?	36,845	58	-
1841	570,451	?	36,845	61	-
1842	570,451	?	36,845	54	-
1843	570,451	?	36,845	50	-
1844	570,451	?	36,845	42	-
1845	570,451	?	36,845	42	-
1846	570,451	?	36,845	54	-
1847	608,643	?	36,845	51	-
1848	608,643	?	36,845	45	-
1849	608,643	?	36,845	48	-
1850	608,643	?	36,845	55	-
1851	608,643	?	36,845	50	-
1852	608,643	?	36,845	49	-
1853	608,643	?	36,845	62	-
1854	615,063	?	-	76	-
1855	615,063	?	-	74	-
1856	615,063	?	-	93	-
1857	615,063	?	-	77	-
1858	615,063	?	-	70	-
1859	615,063	?	-	78	-
1860	615,063	?	-	75	-
1861	615,063	?	-	80	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1862	615,063	?	-	81	-
1863	615,063	?	-	77	-
1864	615,063	?	-	80	-
1865	615,063	?	-	77	-
1866	615,063	?	-	80	-
1867	615,063	?	-	86	-
1868	615,063	?	-	80	-
1869	615,063	?	-	79	-
1870	615,063	?	-	74	-
1871	615,063	?	-	72	-
1872	615,063	?	-	72	-
1873	615,063	?	-	95	-
1874	615,063	?	-	78	-
1875	615,063	?	-	79	-
1876	615,063	?	-	80	-
1877	615,063	?	-	91	-
1878	615,063	?	-	90	-
1879	615,063	?	-	86	-
1880	615,063	?	-	80	-
1881	615,063	?	-	82	-
1882	615,063	?	-	83	-
1883	615,063	?	-	79	-
1884	615,063	?	-	73	-
1885	615,063	?	-	70	-
1886	615,063	?	-	72	-
1887	615,063	?	-	70	-
1888	615,063	?	-	70	-
1889	615,063	?	-	76	-
1890	615,063	?	-	86	-
1891	615,063	693	-	83	-
1892	615,063	784	-	85	-

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1893	615,063	766	-	87	-
1894	615,063	792	-	89	-
1895	615,063	779	-	84	-
1896	615,063	801	-	85	-
1897	615,063	899	-	92	-
1898	615,063	980	-	96	-
1899	615,063	878	-	94	-
1900	615,063	864	-	91	91
1901	615,063	873	-	90	89
1902	615,063	782	-	87	89
1903	615,063	763	-	90	89
1904	615,063	740	-	96	96
1905	615,063	656	-	95	96
1906	615,063	626	-	95	96
1907	615,063	635	-	95	96
1908	615,063	712	-	96	96
1909	615,063	710	-	97	96
1910	615,063	669	-	93	96
1911	615,063	668	-	99	100
1912	615,063	680	-	98	100
1913	615,063	718	-	101	100
1914	615,063	768	-	100	100
1915	615,063	924	-	112	112
1916	615,063	963	-	137	137
1917	615,063	1 056	-	162	172
1918	615,063	1 119	-	293	241
1919	615,063	1 287	-	335	315
1920	615,063	3 819	-	580	476
1921	615,063	7 128	-	909	730
1922	615,063	10 559	-	1 099	985
1923	615,063	15 926	-	1 726	1 610

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1924	615,063	20 336	-	2 399	1 913
1925	615,063	13 448	-	2 306	2 219
1926	615,063	12 896	-	2 208	2 219
1927	615,063	12 558	-	2 371	2 219
1928	615,063	14 807	-	2 269	2 219
1929	615,063	14 844	-	2 361	2 219
1930	615,063	14 813	-	2 243	2 219
1931	15 035,333	16 318	-	1 990	2 219
1932	15 035,333	20 466	-	1 949	2 219
1933	15 035,333	21 683	-	1 948	2 219
1934	15 035,333	24 223	-	1 968	2 219
1935	15 035,333	25 022	-	1 972	2 219
1936	15 035,333	24 698	-	2 022	2 219
1937	15 035,333	24 408	-	2 102	2 285
1938	15 035,333	25 175	-	2 037	2 285
1939	15 035,333	27 419	-	1 918	2 285
1940	15 035,333	28 402	-	2 009	2 716
1941	15 035,333	27 701	-	2 258	3 058
1942	15 035,333	27 948	-	2 758	3 542
1943	15 035,333	28 024	-	3 118	4 159
1944	15 035,333	28 024	-	3 208	4 899
1945	15 035,333	28 024	-	3 497	4 899
1946	15 035,333	28 024	-	3 980	4 899
1947	15 035,333	28 024	-	4 103	4 899
1948	15 035,333	28 024	-	3 381	4 899
1949	15 035,333	29 239	-	3 920	4 899
1950	15 035,333	32 378	-	3 819	4 899
1951	15 035,333	32 378	-	3 872	5 342
1952	15 035,333	32 378	-	3 878	5 342
1953	15 035,333	32 378	-	3 913	5 342
1954	15 035,333	32 378	-	3 944	5 342

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1955	15 035,333	33 865	-	4 077	5 342
1956	15 035,333	33 626	-	4 256	5 342
1957	15 035,333	33 395	-	4 257	5 342
1958	15 035,333	33 472	-	4 318	5 680
1959	15 035,333	33 278	-	4 375	5 680
1960	15 035,333	33 449	-	4 472	5 680
1961	32 351,990	34 749	-	4 461	5 680
1962	32 351,990	33 453	-	4 459	5 680
1963	32 351,990	33 127	-	4 575	5 680
1964	32 351,990	33 204	-	4 799	5 945
1965	32 351,990	33 572	-	4 955	6 168
1966	32 351,990	33 605	-	5 081	6 458
1967	32 351,990	33 978	-	5 293	6 905
1968	32 351,990	37 656	-	5 398	6 905
1969	32 351,990	39 390	-	5 543	6 905
1970	32 351,990	37 691	-	5 822	7 457
1971	33 292,273	39 691	-	6 253	7 834
1972	33 292,273	53 553	-	6 778	8 380
1973	34 614,053	82 850	-	7 299	9 219
1974	-	151 394	-	10 064	12 022
1975	-	181 385	-	11 929	14 071
1976	-	146 660	-	14 391	16 803
1977	-	189 920	-	19 136	21 876
1978	-	287 250	-	24 257	27 951
1979	-	505 710	-	30 103	35 478
1980	-	968 750	-	35 641	39 329
1981	-	925 290	-	41 372	48 149
1982	-	1 038 600	-	50 639	57 855
1983	-	1 594 710	-	63 552	72 645
1984	-	1 856 200	-	81 855	93 201
1985	-	1 810 650	-	97 899	111 913

Quadro 8.1 — Preços (continuação)

ano	preço legal do ouro (escudos/kg)	preço de mercado do ouro (escudos/kg)	preço legal da prata (escudos/kg)	índice de preços (base 1914 = 100)	factor legal de correcção (ver nota)
1986	-	1 836 360	-	109 451	123 343
1987	-	2 108 700	-	119 470	134 816
1988	-	2 172 050	-	131 354	148 644
1989	-	2 070 210	-	147 905	167 546
1990	-	1 878 180	-	167 724	187 003
1991	-	?	-	186 845	210 040
1992	-	?	-	203 474	226 449
1993	-	?	-	216 700	243 576
1994	-	?	-	227 968	256 509
1995	-	?	-	237 315	268 384
1996	-	?	-	244 672	276 052
1997	-	?	-	250 055	281 413

Nota — De 1369 a 1473, base 1369 = 1. De 1900 a 1997, base 1914 = 100. As duas secções da série não estão encadeadas.

Quadro 8.2 — Salários

A — Índices de salários rurais e agrícolas

ano	base 1863-86 = 100 (a)	base 1913 = 100 (b)	base 1938 = 100 (c)	base 1948 = 100 (d)	base 1958 = 100 (e)	base 1968 = 100 (f)
1850	58,7	32				
1851	58,7	35				
1852	58,7	34				
1853	58,7	33				
1854	63,7	41				
1855	69,9	56				
1856	81,2	59				
1857	78,1	62				
1858	81,4	62				
1859	69,7	66				
1860	80,9	68				
1861	90,0	74				
1862	107,3	82				
1863	95,9	90				
1864	92,5	75				
1865	103,0	76				
1866	101,0	76				
1867	107,9	67				
1868	89,9	60				
1869	90,7	62				
1870	91,9	60				
1871	90,7	61				
1872	98,3	67				
1873	99,0	72				
1874	103,8	71				
1875	97,1	72				
1876	100,2	73				
1877	99,0	73				

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

A — Índices de salários rurais e agrícolas (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (a)	base 1913 = 100 (b)	base 1938 = 100 (c)	base 1948 = 100 (d)	base 1958 = 100 (e)	base 1968 = 100 (f)
1878	99,6	75				
1879	102,3	76				
1880	105,5	74				
1881	102,4	75				
1882	105,1	73				
1883	102,2	75				
1884	105,7	77				
1885	107,3	78				
1886	107,3	79				
1887	104,8	74				
1888	104,8	73				
1889	104,8	73				
1890	104,8	70				
1891	111,2	73				
1892	117,4	78				
1893	117,4	74				
1894	117,4	73				
1895	117,4	78				
1896	116,0	70				
1897	117,4	72				
1898	164,9	79				
1899	164,9	83				
1900	164,9	91				
1901	169,7	85				
1902	173,1	81				
1903	174,7	88				
1904	171,5	84				
1905	171,5	83				
1906	171,5	86				
1907	180,0	82				

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

A — Índices de salários rurais e agrícolas (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (a)	base 1913 = 100 (b)	base 1938 = 100 (c)	base 1948 = 100 (d)	base 1958 = 100 (e)	base 1968 = 100 (f)
1908	171,5	87				
1909	180,0	82				
1910	171,5	83				
1911		94				
1912		94				
1913		100				
...						
1938			100,0			
1939			97,4			
1940			100,0			
1941			109,0			
1942			134,6			
1943			164,1			
1944			188,5			
1945			197,4			
1946			233,3			
1947			261,5			
1948			253,8	100		
1949			251,3			
1950			248,7			
1951			251,3			
1952			253,8			
1953			256,4			
1954			257,7	101		
1955			257,7	101		
1956			262,8	103		
1957			267,9	104		
1958			282,1	109	100,0	
1959				115	105,4	
1960				125	114,4	

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

A — Índices de salários rurais e agrícolas (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (a)	base 1913 = 100 (b)	base 1938 = 100 (c)	base 1948 = 100 (d)	base 1958 = 100 (e)	base 1968 = 100 (f)
1961				130	119,3	
1962					140,4	
1963					148,3	
1964					166,3	
1965					177,1	
1966					206,8	
1967					227,2	
1968					268,6	100,0
1969					288,0	110,8
1970					327,3	123,3
1971					375,9	139,4
1972					418,6	156,5
1973						176,5
1974						234,5
1975						291,4
1976						333,6
1977						382,8
1978						450,0
1979						546,8
1980						652,0
1981						882,2
1982						1 098,0
1983						1 285,6
1984						1 406,8

(a) Fonte: Justino, 1990: 24. Índice constituído por uma média aritmética simples de salários referentes a oito tipos de actividades rurais e agrícolas realizadas em quatro pontos do país.

(b) Fonte: Martins, 1997:523. Índice constituído por uma média aritmética simples de salários agrícolas masculinos respeitantes a quinze tarefas agrícolas realizadas em diversas regiões do país,

(c) Fonte: Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal. Índice constituído por uma média aritmética simples de todos os salários rurais masculinos publicados pelo Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística.

(d) Fonte: Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal. Índice constituído por uma média ponderada de todos os salários rurais masculinos publicados pelo Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística.

(e) Fonte: Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal. Indice constituído por uma média ponderada de todos os salários rurais masculinos publicados pelo Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística.

(f) Fonte: Anuário Estatístico. Índice dos salários diários médios ponderados respeitantes a trabalhos agrícolas gerais.

B — Índices de salários urbanos e industriais

ano	base 1863-86 = 100 (g)	base 1913 = 100 (h)	base 1938 = 100 (i)	base 1948 = 100 (j)	base 1948 = 100 (l)	base 1961 = 100 (m)	base 1968 = 100 (n)
1850	66,8	55					
1851	69,8	57					
1852	69,5	57					
1853	69,1	56					
1854	71,6	57					
1855	76,8	60					
1856	74,3	59					
1857	80,8	62					
1858	83,7	64					
1859	81,9	64					
1860	83,0	64					
1861	85,1	64					
1862	95,1	69					
1963	92,4	69					
1864	90,9	70					
1865	95,7	71					
1866	94,4	71					
1867	92,0	72					

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

B — Índices de salários urbanos e industriais (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (g)	base 1913 = 100 (h)	base 1938 = 100 (i)	base 1948 = 100 (j)	base 1948 = 100 (l)	base 1961 = 100 (m)	base 1968 = 100 (n)
1868	84,3	70					
1869	83,4	68					
1870	81,5	67					
1871	82,7	69					
1872	91,1	71					
1873	91,8	76					
1874	96,8	77					
1875	97,4	80					
1876	100,4	79					
1877	102,1	82					
1878	103,4	79					
1879	102,7	74					
1880	109,2	75					
1881	105,1	75					
1882	104,8	77					
1883	112,4	86					
1884	115,3	76					
1885	117,5	88					
1886	114,3	88					
1887	111,8	86					
1888	112,6	87					
1889	110,2	84					
1890	110,8	84					
1891	110,2	84					
1892	114,4	90					
1893	107,0	81					
1894	108,6	84					
1895	113,5	90					
1896	110,5	86					
1897	112,1	88					

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

B — Índices de salários urbanos e industriais (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (g)	base 1913 = 100 (h)	base 1938 = 100 (i)	base 1948 = 100 (j)	base 1948 = 100 (l)	base 1961 = 100 (m)	base 1968 = 100 (n)
1898	112,0	87					
1899	140,3	108					
1900	139,3	107					
1901	125,0	80					
1902	125,0	80					
1903	125,0	80					
1904	125,0	84					
1905	125,0	92					
1906	125,0	94					
1907	125,0	97					
1908	125,0	98					
1909	125,0	90					
1910	125,0	98					
1911	125,0	95					
1912	125,0	100					
1913		100					
...							
1938			100				
1939			100				
1940			101				
1941			104				
1942			108				
1943			121				
1944			135				
1945			152				
1946			176				
1947			195				
1948			201	100	100,0		
1949			212	106			
1950			213	105			

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

B — Índices de salários urbanos e industriais (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (g)	base 1913 = 100 (h)	base 1938 = 100 (i)	base 1948 = 100 (j)	base 1948 = 100 (l)	base 1961 = 100 (m)	base 1968 = 100 (n)
1951			214	105			
1952			214	106			
1953			216	106			
1954			219	108	110,3		
1955				110	113,1		
1956				115	117,6		
1957				121	123,5		
1958				123	125,0		
1959				126	130,1		
1960				129	132,2		
1961				135	138,0	100,0	63
1962				146	147,6	106,9	68
1963				154	155,0	112,4	71
1964				162		117,6	74
1965						124,3	79
1966						134,3	85
1967						145,7	92
1968						158,4	100
1969						176,5	111
1970						197,4	125
1971						218,6	138
1972						237,3	150
1973						270,3	170
1974						357,5	226
1975						403,3	268
1976							300
1977							336
1978							373
1979							424
1980							518

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

B — Índices de salários urbanos e industriais (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (g)	base 1913 = 100 (h)	base 1938 = 100 (i)	base 1948 = 100 (j)	base 1948 = 100 (l)	base 1961 = 100 (m)	base 1968 = 100 (n)
1981							630
1982							767
1983							895

(g) Justino, 1990: 24. Índice constituído por uma média aritmética simples de salários referentes a quatro tipos de actividades urbanas e industriais realizadas em quatro pontos do país.

(h) Martins, 1997: 523. Índice constituído por uma média aritmética simples de salários industriais masculinos respeitantes a catorze tarefas realizadas em diversas regiões do país,

(i) Pimenta, 1985: 215. Esta série assenta na média ponderada de índices de salários de vinte e cinco profissões em Lisboa, publicados no Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística. O índice anual consiste na média aritmética simples de índices trimestrais.

(j) Pimenta, 1985: 216. Esta série assenta numa média ponderada de índices de salários industriais em Lisboa. O índice anual consiste numa média aritmética simples de índices trimestrais publicados no Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística. Ela traduz uma rotura parcial com a expressa em (c), já que os indices de salários que lhe deram origem resultam de amostra mais ampla que a utilizada na construção de (c).

(l) Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal. Índice ponderado por profissões de Lisboa.

(m) Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal. Índice por profissões da indústria e dos transportes de Lisboa.

(n) Pimenta, 1985: 217-218. Este índice refere-se a salários da indústria e dos transportes em Lisboa. O índice anual consiste numa média aritmética simples dos índices trimestrais publicados no Boletim Mensal do INE,

C — Índices de salários de obras públicas

ano	base 1867 = 100 (o)	réis (p)
1844	74	?
1845	75	?

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

C — Índices de salários de obras públicas (continuação)

ano	base 1867 = 100 (o)	réis (p)
...		
1849	73	?
1850	73	114
1851	74	132
1852	75	128
1853	76	123
1854	79	144
1855	80	171
1856	77	156
1857	90	163
1858	92	174
1859	94	165
1860	93	164
1861	99	160
1862	99	203
1863	95	190
1864	102	196
1865	104	182
1866	100	185
1867	100	173
1868	96	162
1869	93	150
1870	94	140
1871	95	150
1872	99	?
1873	106	192
1874	118	180
1875	120	192
1876	127	200
1877	127	224
1878	128	233

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

C — Índices de salários de obras públicas (continuação)

ano	base 1867 = 100 (o)	réis (p)
1879	120	186
1880	120	204
1881	120	200
1882	120	200
1883	119	265
1884	116	293
1885	112	285
1886	121	276
1887	116	265
1888	115	272
1889	117	250
1890	118	253
1891	119	246
1892	108	300
1893	110	235
1894	111	228
1895	116	252
1896	114	235
1897	114	245
1898	117	240
1899	?	320
1900	?	316

(o) Pimenta, 1983: 233-234. O índice assenta no salário diário obtido a partir de uma média aritmética ponderada dos salários dos pedreiros ao serviço da Câmara Municipal do Porto que trabalharam em dias determinados ao longo do ano. Note-se que em 1864 esta categoria profissional restringe-se; alguns trabalhadores mais especializados, como os canteiros, deixam desde então de integrar a categoria de pedreiros. Para confronto com a coluna (b), note-se que o salário tomado para base corresponde a 310,3 réis.

(p) Bernardes, 1981: 56. Apesar da designação 'trabalhadores de enxada', trata-se de trabalhadores de obras públicas, contratados em parte do ano pela Câmara para execução de obras públicas.

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

D — Índices gerais de salários

ano	base 1863-86 = 100 (q)	base 1914 = 100 (r)	base 1914 = 100 (s)	base 1914 = 100 (t)	base 1918 = 100 (u)	base 1938 = 100 (v)	base 1984 = 100 (x)
1850	62,8						
1851	64,3						
1852	64,1						
1853	63,9						
1854	67,6						
1855	73,4						
1856	77,8						
1857	79,7						
1858	82,6						
1859	75,8						
1860	81,9						
1861	87,6						
1862	101,2						
1863	94,2						
1864	91,7						
1865	99,4						
1866	97,7						
1867	100,0						
1868	87,1						
1869	87,1						
1870	86,7						
1871	86,7						
1872	94,7						
1873	95,4						
1874	100,3						
1875	97,3						
1876	100,3						
1877	100,6						
1878	101,5						
1879	102,5						

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

D — Índices gerais de salários (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (q)	base 1914 = 100 (r)	base 1914 = 100 (s)	base 1914 = 100 (t)	base 1918 = 100 (u)	base 1938 = 100 (v)	base 1984 = 100 (x)
1880	107,4						
1881	103,8						
1882	105,0						
1883	107,3						
1884	110,5						
1885	110,4						
1886	110,8						
1887	108,3						
1888	108,7						
1889	107,5						
1890	107,8						
1891	110,7						
1892	115,9						
1893	112,2						
1894	113,0						
1895	115,5						
1896	113,3						
1897	114,8						
1898	138,5						
1899	152,6						
1900	152,1						
1901	147,4						
1902	149,1						
1903	150,0						
1904	148,3						
1905	148,3						
1906	148,3						
1907	152,5						
1908	148,3						
1909	152,5						

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

D — Índices gerais de salários (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (q)	base 1914 = 100 (r)	base 1914 = 100 (s)	base 1914 = 100 (t)	base 1918 = 100 (u)	base 1938 = 100 (v)	base 1984 = 100 (x)
1910	148,3						
...							
1914		100	100	100			
1915			107				
1916			124				
1917			145				
1918			148		100		
1919		317	292				
1920		400	447	420			
1921		750	615	675			
1922		900	1 001	885			
1923		1 650	1 568	1 575			
1924		2 241	2 369	2 420			
1925		2 330	2 452	2 205			
1926		2 096	2 485	2 140			
1927		2 183	2 501	2 185			
1928		2 111	2 582	2 110			
1929		2 272	2 587	2 210			
1930		2 279	2 452	2 280			
1931		2 116		2 120			
1932		2 002		2 005			
1933		1 995		1 995			
1934		1 954		1 954			
...							
1938						100	
1939						96	
1940						99	
1941						108	
1942						135	
1943						165	

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

D — Índices gerais de salários (continuação)

ano	base 1863-86 = 100 (q)	base 1914 = 100 (r)	base 1914 = 100 (s)	base 1914 = 100 (t)	base 1918 = 100 (u)	base 1938 = 100 (v)	base 1984 = 100 (x)
1944					896	188	
1945						201	
1946						238	
1947						262	
...							
1984							100,0
1985							119,6
1986							141,0
1987							157,2
1988							171,4
1989							188,0

(q) Fonte: Justino, 1990: 24. Este índice resulta de uma média simples dos índices dos salários rurais e agrícolas — secção A deste quadro — e dos salários urbanos e industriais — secção B deste quadro.

(r) Fonte: Pimenta, 1985: 214. Não há informação precisa acerca da forma como foi construído este índice. Sugere-se, no entanto, ter ele sido construído a partir de dados do Instituto Nacional de Estatística publicados no Anuário Estatístico relativos a 'salários no Continente para vinte e sete ramos de actividade' (vd. ob. cit. p. 210).

(s) Fonte: Branco, 1950: 68. Não há informação disponível acerca da forma como foi construído este índice.

(t) Fonte: Boletim de Previdência Social. Trata-se de um índice de salários médios no Continente e Ilhas. Abrange vinte e sete ramos de actividade.

(u) Fonte: Alarcão, 1948: 21. Calculado a partir dos dados do inquérito às condições de vida do operariado português realizado em 1918 a 396 famílias de todo o Portugal Continental e Ilhas pelo Instituto de Seguros Sociais Obrigatórios e Previdência Geral e de dados do Instituto Nacional de Estatística relativos ao pessoal operário de quinze ramos industriais em 1944.

(v) Fonte: Valério, 1984:102. Série reunindo dados constantes dos Relatórios do Conselho de Administração do Banco de Portugal. Não há informação precisa acerca da forma como foi construído este índice.

Quadro 8.2 — Salários (continuação)

(x) Fonte: Antunes, 1991: 43. Índice referente a salários convencionais. As fontes utilizadas foram os contratos de trabalho publicados e os quadros de pessoal.

E — Salário mínimo nacional para a indústria e serviços

ano	escudos/mês (z)
1974 (a')	3 300
1975	4 000
1976	4 000
1977	4 500
1978	5 700
1979	7 500
1980	9 000
1981	10 700
1982	10 700
1983	13 000
1984	15 600
1985	19 200
1986	22 500
1987	25 200
1988	27 200
1989 (b')	30 000
1990	35 000
1991	40 100
1992	44 500
1993	47 400
1994	49 300
1995	52 000

(z) Fonte: Barreto, 1996. Salvo indicação em contrário, valor vigente durante o ano civil.

(a') Salário mínimo apenas estabelecido em Maio de 1974.

(b') A partir de Agosto de 1989 o salário mínimo aumentou para 31 500$00.

CAPÍTULO 9 — FINANÇAS PÚBLICAS E DÍVIDA PÚBLICA

EUGÉNIA MATA (Faculdade de Economia — Universidade Nova de Lisboa)

1 — A estrutura organizativa

As finanças públicas medievais portuguesas caracterizaram-se, como é normal para uma tal época, pela ausência de uma clara distinção entre as finanças do estado e as finanças pessoais do soberano e pela ausência de um aparelho centralizado de execução dos fluxos e de contabilidade.

Datam do século 14 as primeiras medidas de centralização das finanças públicas portuguesas, as quais consistiram na sobreposição aos serviços dispersos de arrecadação de receitas e realização de despesas, denominados, na sequência da tradição muçulmana, almoxarifados, de um corpo de fiscalização, a Casa dos Contos, constituida pelos vedores da fazenda. Foi na Casa dos Contos que, a partir do século 15, se começaram a elaborar, com intervalos irregulares, sínteses retrospectivas das contas públicas, então denominadas orçamentos.

A lei de 22 de Dezembro de 1761 deu um passo adicional na centralização das finanças públicas portuguesas ao criar o Erário Régio, serviço do Estado encarregado de toda a arrecadação de receitas, realização de despesas e elaboração da contabilidade anual, é claro que em grande parte através de repartições dispersas pelo território. Seguiu-se, em 15 de Dezembro de 1788, a criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Visava-se assim separar as funções de gestão e execução dos fluxos financeiros, cometidas à Secretaria de Estado, das funções de contabilidade e fiscalização, cometidas ao Erário Régio.

Com as reformas liberais, triunfou o princípio da publicidade das finanças públicas, pelo que passaram a existir dois documentos anuais de síntese das finanças do Estado: um prospectivo — o orçamento —, outro retrospectivo — a conta. Além disso, em 1832 o Erário Régio recebeu a nova designação de Tesouro Público, acabando na década de 1840 por se transformar no Tribunal de Contas, cujas funções se restringiam à fiscalização, passando as funções de contabilidade para a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

Esta estrutura organizativa perdurou até hoje, apenas havendo a assinalar algumas mudanças de designação dos serviços. A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda passou a ser correntemente designada ao longo da segunda metade do século 19 por Ministério da Fazenda e a partir de 1910 tomou o nome de Ministério das Finanças. O Tribunal de Contas chamou-se Conselho Superior da Administração Financeira do Estado entre 1911 e 1919 e

Conselho Superior de Finanças entre 1919 e 1930, retomando depois a sua designação tradicional.

*

Para maiores desenvolvimentos sobre a estrutura organizativa de enquadramento das finanças públicas portuguesas, consultem-se, em particular, Godinho, 1978, Mata, Valério, 1978, Martins, 1988 e Franco, Paixão, 1995.

2 — Dados quantitativos disponíveis

Não existem, como seria de esperar, dados quantitativos fiáveis sobre as finanças públicas portuguesas da época medieval. Apenas é possível mencionar duas avaliações das receitas para anos do final dessa época.

Para a época da segunda metade do século 15 à fundação do Erário Régio, foram produzidos os já citados orçamentos retrospectivos.

Para a época da existência do Erário Régio (1761-1832), foram produzidas contas anuais. Tomás 1988 para os anos de 1762 a 1776 e Silveira, 1987 para o período de 1800 a 1827 são os dois principais estudos disponíveis sobre este período.

Para a época posterior à implementação do estado liberal, deveriam estar, em princípio, publicados orçamentos e contas anuais. Porém, a publicação foi irregular até meados do século 19, existindo em particular uma lacuna quase total para os anos de 1845-1846 a 1850-1851. A partir de 1851-1852 as lacunas são poucas, mas deve ser referida a ausência de contas definitivas para os anos de 1896-1897 a 1906-1907.

Encontram-se em Mata, 1993 e em Valério, 1994 estudos desenvolvidos sobre, respectivamente, o período da Regeneração à Primeira Guerra Mundial e o período entre as duas guerras mundiais. Importa ainda citar, entre outros estudos, Pinheiro, 1983 sobre o século 19, Santos, 1984 e Santos, 1986 sobre a lei de Wagner e Carreira, 1986 sobre o sistema fiscal.

3 — Dívida pública

Data do último ano do século 15 a primeira emissão conhecida de dívida pública portuguesa, a qual assumiu desde o princípio duas formas: dívida flutuante, representada por

letras de câmbio, e dívida fundada, representada por títulos denominados padrões de juro. A sua administração ficou a cargo dos serviços que superintendiam nas finanças públicas.

A partir de 1797, foram introduzidos novos tipos de títulos de dívida fundada e criado um novo serviço, a Junta dos Juros dos Reais Empréstimos, para os administrar. Com as reformas liberais, este serviço veio a denominar-se Direcção-Geral da Dívida Pública e a administrar toda a dívida fundada, sob a fiscalização de uma Junta do Crédito Público que incluia representantes dos credores do Estado. Entretanto, surgiu igualmente um terceiro tipo de dívida, a dívida especial, resultante de contratos de empréstimo a médio e longo prazo, administrada em geral, tal como a dívida flutuante, pelo Ministério da Fazenda, depois Ministério das Finanças. Além disso, a dívida flutuante passou a incluir também dívida resultante de contratos a curto prazo e titulos denominados bilhetes do Tesouro. Esta estrutura institucional perdurou até 1997. Foi então criado o Instituto de Gestão do Crédito Público, que passou a gerir toda a dívida pública.

No que respeita a dados quantitativos a situação é muito mais difícil do que para as finanças públicas. Só existem sínteses oficiais da dívida pública a partir de finais da década de 1920. Nos já referidos estudos Mata, 1993 e Valério, 1994 encontram-se reconstruções e análises retrospectivas que recuam até meados do século 19. Para elementos adicionais sobre a dívida pública externa, podem consultar-se Mata, 1986 sobre o período da guerra civil de 1832-1834 à Regeneração, Valério, 1988 sobre o período de 1890 a 1950 e Mata, Valério, 1990 para uma síntese geral desde a década de 1830 à de 1980.

Nota sobre os anos económicos

Nos termos da lei de 22 de Dezembro de 1761, que criou o Erário Régio, os anos económicos de 1762 a 1834 iniciaram-se em 10 de Janeiro de cada ano civil e terminaram em 9 de Janeiro do ano civil seguinte. Note-se que a contabilidade do Erário Régio do governo absolutista do rei Miguel I se manteve organizada de acordo com a lei de 22 de Dezembro de 1761 até ao desaparecimento desse governo em Maio de 1834.

Nos termos do decreto com força de lei 22 de 16 de Maio de 1832 da regência constitucional, que substituiu o Erário Régio pelo Tesouro Público, os anos económicos de 1834-1835 a 1933-1934 iniciaram-se em 1 de Julho de cada ano civil e terminaram em 30 de Junho do ano civil seguinte. Para transição, o ano económico de 1832 coincidiu com o período em que a regência constitucional se manteve em Angra, o ano económico de 1832-1833 coincidiu com o período em que a regência constitucional se manteve no Porto e o ano económico de 1833-1834 iniciou-se com o estabelecimento da regência constitucional em Lisboa.

Nos termos do decreto-lei 25 299 de 6 de Maio de 1935, os anos económicos de 1936 em diante coincidiram com os anos civis. Para transição, o ano económico de 1934-1935 iniciou-se em 1 de Janeiro de 1934 e terminou em 31 de Dezembro de 1935, nos termos do mesmo decreto-lei.

Referências

CARREIRA, Henrique Medina — A fiscalidade em Portugal: aspectos sociais, económicos e financeiros. Análise Social, nº 90, 1986.

FRANCO, António Sousa; PAIXÃO, Judite Cavaleiro — Magistrados, dirigentes e contadores do Tribunal de Contas e instituições que o precederam. Lisboa: Tribunal de Contas, 1995.

GODINHO, Vitorino Magalhães Godinho — Finanças públicas e estrutura do Estado. In Serrão, Joel (organizador) — Dicionário de História de Portugal — volume III. (2ª edição) Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1979; reproduzido em Ensaios — volume II. (2ª edição) Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

MARTINS, Guilherme d'Oliveira — O Ministério das Finanças: subsídios para a sua história no bicentenário da criação da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda. Lisboa: Ministério das Finanças, 1988.

MATA, Maria Eugénia — A dívida pública externa fundada de Portugal da Guerra Civil à Regeneração. Revista de História Económica e Social, nº 3, 1986.

MATA, Maria Eugénia — As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial. Lisboa: Banco de Portugal (colecção História Económica, nº 4), 1993.

MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno — Normas de direito financeiro nas constituições portuguesas. Revista de História Económica e Social, nº 3, 1979.

MATA, Eugénia; VALÉRIO, Nuno — Foreign public debt and economic growth in Portugal 1830-1986. Estudos de Economia, volume XI, nº 4, 1991.

PINHEIRO, Magda — Reflexões sobre a história das finanças públicas portuguesas no século XIX. Ler História, nº 1, 1983.

SANTOS, Albano — A evolução das despesas públicas em Portugal — aspectos de longo prazo. Estudos de Economia, volume IV, nº 4, 1984.

SANTOS, Albano — A lei de Wagner e a realidade das despesas públicas. Estudos de Economia, volume VI, nº 2, 1986.

SILVEIRA, Luís Espinha da — Aspectos da evolução das finanças públicas portuguesas (1800-1827). Análise Social, nº 97, 1987.

TOMÁS, Fernando — As finanças do Estado Pombalino 1762-1776. In Estudos e ensaios em homenagem a Vitorino Magalhães Godinho. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1988.

VALÉRIO, Nuno — A dívida pública externa de Portugal 1890-1950. Estudos de Economia, volume IX, nº 1, 1988.

VALÉRIO, Nuno — As finanças públicas portuguesas entre as duas guerras mundiais. Lisboa, Cosmos, 1994.

Quadros

9.1 — Avaliações e orçamentos das receitas públicas, séculos 14 a 18
9.2 — Receitas e despesas públicas, 1762-1833
9.3 — Síntese das contas públicas, 1833-1998
9.4 — Composição das despesas públicas por ministérios, 1833-1998
9.5 — Composição funcional das despesas públicas, 1851-1998
9.6 — Receitas fiscais, 1833-1998
9.7 — Dívida pública, 1851-1998

Quadro 9.1 — Avaliações e orçamentos das receitas públicas, séculos 14 a 18

Fonte — Godinho, 1978.

A — Avaliações das receitas públicas

ano	milhões de libras	equivalência em contos
1367	1	0,028 5
1402	7,5	0,212

B — Receitas públicas segundo os orçamentos retrospectivos anteriores à criação do Erário Régio

ano	contos
1477	43
1506	200
1518-1519	309
1588	1 111
1607	1 440
1619	1 556
1681	1 665
1716	3 792

Quadro 9.2 — Receitas e despesas públicas, 1762-1833

Fonte — Tomás, 1988 e Silveira, 1987.

Unidade: contos.

ano	receitas	despesas
1762	3 745	3 435
1763	5 881	4 624
1764	5 917	5 003
1765	5 667	5 308
1766	6 783	6 096
1767	5 760	5 214
1768	6 295	5 747
1769	5 884	5 327
1770	5 731	5 408
1771	5 237	4 990
1772	5 278	4 977
1773	5 220	4 928
1774	5 829	5 195
1775	5 883	5 409
1776	6 684	6 047
…		
1800	10 627	11 967
1801	9 859	13 011
1802	9 511	10 082
…		
1812	8 121	8 018
…		
1817	10 436	11 533
…		
1821	6 820	7 038
…		
1827	6 660	8 996

Quadro 9.3 — Síntese das contas públicas, 1833-1998

Fonte — De 1833-1834 a 1882-1883, Conta da Receita e Despesa do Tesouro Público; de 1883-1884 a 1919-1920, Conta Geral da Administração Financeira do Estado; de 1920-1921 em diante, Conta Geral do Estado. A partir de 1964, valores apresentados pela própria fonte. Para os anos até 1963, valores construídos a partir da fonte com os mesmos critérios.

Unidade — Milhares de contos.

Observações:

1 — A conta de 1833-1834 refere-se apenas aos fluxos relativos ao governo constitucional de Lisboa, excluindo, portanto, os fluxos relativos ao governo absolutista de Santarém.

2 — Este quadro indica como as despesas efectivas do estado português foram financiadas por:

a) Receitas fiscais.

b) Outras receitas efectivas (não-fiscais) — basicamente rendimentos da propriedade e da empresa, taxas, reposições não abatidas aos pagamentos e venda de bens nacionais.

c) Recurso à dívida pública — o qual é o simétrico do saldo efectivo indicado para cada ano.

3 — As despesas efectivas apresentadas neste quadro relacionam-se com as despesas totais apresentadas no quadro 9.4 (e no quadro 9.5 a partir de 1883-1884) através da seguinte igualdade:

despesas efectivas = despesas totais - amortizações da dívida pública - juros da dívida fictícia

As receitas fiscais apresentadas neste quadro correspondem ao total das receitas fiscais apresentado no quadro 9.6.

O recurso à dívida pública apresentado neste quadro não corresponde às variações da dívida pública implícitas no quadro 9.7, devido a ganhos e perdas de natureza financeira em operações sobre a dívida pública e a alterações de valor de certos segmentos da dívida pública (por exemplo os segmentos da dívida pública expressos em unidades monetárias estrangeiras, devido a flutuações cambiais).

Quadro 9.3 — Síntese das contas públicas, 1833-1998 (continuação)

ano	despesas efectivas	receitas fiscais	outras receitas efectivas	saldo das contas públicas
1833-1834	10	3	3	- 4
1834-1835	14	6	2	- 6
1835-1836	12	7	1	- 5
1836-1837	10	6	3	- 1
1837-1838	8	6	1	- 1
1838-1839	7	7	+ 0	+ 0
1839-1840	8	7	+ 0	- 1
1840-1841	8	6	1	- 2
1841-1842	14	7	2	- 5
1842-1843	14	7	1	- 6
1843-1844	12	8	2	- 2
1844-1845	11	8	1	- 2
…				
1851-1852	10	9	1	+ 0
1852-1853	13	10	1	- 2
1853-1854	11	9	1	- 0
1854-1855	13	10	1	- 3
1855-1856	13	10	1	- 2
1856-1857	14	10	1	- 3
1857-1858	17	10	3	- 5
1858-1859	17	11	2	- 5
1859-1860	15	10	1	- 3
1860-1861	15	11	1	- 3
1861-1862	20	12	1	- 7
1862-1863	21	13	1	- 7
1863-1864	20	13	2	- 5
1864-1865	20	15	2	- 3
1865-1866	20	13	2	- 5
1866-1867	22	13	2	- 7
1867-1868	29	14	2	- 13
1868-1869	20	14	2	- 5
1869-1870	31	15	2	- 15

Quadro 9.3 — Síntese das contas públicas, 1833-1998 (continuação)

ano	despesas efectivas	receitas fiscais	outras receitas efectivas	saldo das contas públicas
1870-1871	21	15	2	- 4
1871-1872	24	16	2	- 6
1872-1873	23	17	3	- 3
1873-1874	27	19	4	- 4
1874-1875	29	20	3	- 5
1875-1876	31	21	4	- 6
1876-1877	36	21	5	- 10
1877-1878	34	22	4	- 8
1878-1879	34	24	3	- 7
1879-1880	31	20	3	- 8
1880-1881	33	22	3	- 8
1881-1882	36	25	4	- 7
1882-1883	33	23	4	- 6
1883-1884	34	25	4	- 5
1884-1885	39	26	4	- 8
1885-1886	40	27	4	- 9
1886-1887	40	29	5	- 7
1887-1888	43	32	5	- 7
1888-1889	49	32	6	- 12
1889-1890	52	32	6	- 14
1890-1891	49	33	6	- 11
1891-1892	53	32	5	- 15
1892-1893	46	35	5	- 5
1893-1894	44	39	5	+ 0
1894-1895	45	38	5	- 1
1895-1896	48	43	7	+ 2
1896-1897	54	40	7	- 7
1897-1898	54	40	7	- 7
1898-1899	52	41	7	- 4
1899-1900	57	44	5	- 7
1900-1901	51	45	7	+ 1
1901-1902	52	43	6	- 3

Quadro 9.3 — Síntese das contas públicas, 1833-1998 (continuação)

ano	despesas efectivas	receitas fiscais	outras receitas efectivas	saldo das contas públicas
1902-1903	54	45	6	- 3
1903-1904	55	47	6	- 2
1904-1905	55	48	8	+ 0
1905-1906	57	48	8	- 0
1906-1907	57	47	8	- 1
1907-1908	70	50	17	- 4
1908-1909	68	50	15	- 2
1909-1910	69	51	18	- 1
1910-1911	63	50	15	+ 2
1911-1912	64	51	10	- 3
1912-1913	76	56	23	+ 4
1913-1914	62	53	16	+ 7
1914-1915	95	46	22	- 27
1915-1916	134	47	39	- 48
1916-1917	144	50	39	- 56
1917-1918	179	49	43	- 87
1918-1919	271	64	37	- 170
1919-1920	347	88	71	- 188
1920-1921	418	131	88	- 199
1921-1922	550	173	147	- 230
1922-1923	1 187	321	216	- 649
1923-1924	1 171	555	215	- 401
1924-1925	1 428	734	428	- 266
1925-1926	1 508	815	284	- 409
1926-1927	1 821	907	280	- 634
1927-1928	1 667	1 069	442	- 155
1928-1929	1 757	1 444	604	+ 291
1929-1930	1 862	1 549	396	+ 83
1930-1931	1 730	1 439	481	+ 190
1931-1932	1 845	1 482	412	+ 49
1932-1933	1 931	1 497	423	- 11
1933-1934	1 973	1 548	435	+ 10

Quadro 9.3 — Síntese das contas públicas, 1833-1998 (continuação)

ano	despesas efectivas	receitas fiscais	outras receitas efectivas	saldo das contas públicas
1934-1935	2 879	2 426	610	+ 157
1936	1 984	1 612	401	+ 29
1937	2 035	1 663	475	+ 104
1938	2 257	1 752	498	- 7
1939	2 357	1 684	485	- 188
1940	2 382	1 727	491	- 164
1941	2 786	1 911	532	- 343
1942	2 928	2 364	603	+ 39
1943	3 619	2 453	806	- 359
1944	3 456	2 526	847	- 83
1945	3 835	2 570	763	- 502
1946	4 394	2 968	932	- 494
1947	5 621	3 386	918	- 1 317
1948	5 631	3 494	939	- 1 198
1949	5 581	3 687	1 003	- 891
1950	5 024	3 842	983	- 198
1951	5 493	4 280	1 280	+ 67
1952	5 701	4 548	1 332	+ 179
1953	6 238	4 539	1 722	+ 23
1954	6 520	4 777	1 594	- 149
1955	7 156	5 134	1 716	- 306
1956	7 389	5 465	1 897	- 27
1957	8 009	5 790	2 238	+ 19
1958	8 453	6 256	2 221	+ 24
1959	9 494	6 637	2 264	- 593
1960	11 057	7 269	2 426	- 1 362
1961	13 158	8 247	2 694	- 2 217
1962	14 542	8 680	3 406	- 2 456
1963	15 355	9 428	3 124	- 2 803
1964	16 789	9 750	3 922	- 3 117
1965	17 241	11 527	4 469	- 1 245
1966	18 647	12 631	5 109	- 907

Quadro 9.3 — Síntese das contas públicas, 1833-1998 (continuação)

ano	despesas efectivas	receitas fiscais	outras receitas efectivas	saldo das contas públicas
1967	21 982	14 928	5 848	- 1 206
1968	24 051	16 409	6 259	- 1 383
1969	26 842	18 873	6 897	- 1 072
1970	30 811	23 011	8 097	+ 297
1971	35 651	24 798	9 033	- 1 820
1972	39 756	29 658	8 689	- 1 409
1973	47 609	35 498	9 684	- 2 427
1974	61 865	42 878	9 295	- 9 692
1975	84 850	48 235	10 161	- 26 454
1976	122 387	65 884	11 800	- 44 703
1977	155 582	91 297	18 607	- 45 678
1978	210 548	110 655	23 055	- 76 838
1979	273 312	139 896	30 624	- 102 792
1980	364 740	192 868	46 195	- 125 677
1981	481 708	257 171	73 287	- 151 250
1982	582 141	323 628	78 986	- 179 527
1983	737 019	434 492	120 050	- 182 477
1984	913 647	511 125	144 980	- 257 542
1985	1 202 886	629 366	149 748	- 423 772
1986	1 456 744	760 617	241 775	- 454 352
1987	1 637 359	1 008 140	204 061	- 425 158
1988	1 911 442	1 313 692	176 013	- 421 737
1989	2 296 570	1 621 140	321 367	- 354 063
1990	2 836 654	1 891 002	443 524	- 502 128
1991	3 356 655	2 295 918	479 643	- 581 094
1992	4 124 947	2 845 346	750 794	- 528 807
1993	4 218 861	2 786 209	507 033	- 925 619
1994	4 465 535	3 160 372	496 339	- 808 824
1995	4 865 022	3 396 930	719 547	- 748 545
1996	5 247 879	3 651 423	890 293	- 706 163
1997	5 933 355	3 992 462	1 461 024	- 489 869
1998	5 918 724	4 397 031	1 133 610	- 388 083

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1833-1998

Fonte — De 1836-1837 a 1882-1883, Conta da Receita e Despesa do Tesouro Público; de 1883-1884 a 1919-1920, Conta Geral da Administração Financeira do Estado; de 1920-1921 em diante, Conta Geral do Estado. De 1915-1916 a 1936, os valores apresentados pela fonte foram corrigidos conforme explicado em Valério, 1994.

Unidade — Milhares de contos.

Observações:

1 — A conta de 1833-1834 refere-se apenas aos fluxos relativos ao governo constitucional de Lisboa, excluindo, portanto, os fluxos relativos ao governo absolutista de Santarém.

2 — Na organização das séries da composição das despesas públicas por ministérios procurou atender-se à continuidade da organização dos serviços independentemente das mudanças de designação dos ministérios. As designações atribuidas às rubricas correspondem, em geral, às designações mais modernas ou mais duradouras do ministério.

As despesas totais apresentadas neste quadro relacionam-se com as despesas efectivas apresentadas no quadro 9.3 através da seguinte igualdade:

despesas totais = despesas efectivas + amortizações da dívida pública + juros da dívida fictícia

As despesas totais apresentadas neste quadro coincidem com as despesas totais apresentadas no quadro 9.5 a partir do ano económico de 1883-1884. Até ao ano económico de 1882-1883 as despesas totais apresentadas neste quadro correspondem aos valores apresentados nas Conta do Tesouro Público e as despesas totais apresentadas no quadro 9.5 correspondem aos valores apresentados nas contas dos ministérios, valores que podem não coincidir devido a imperfeições contabilísticas.

3 — Foram as seguintes as mudanças ocorridas nas designações dos ministérios:

Finanças

A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda foi criada pelo alvará de 15 de Dezembro de 1788. Passou a designar-se correntemente Ministério da Fazenda durante a

segunda metade do século 19 e recebeu o nome de Ministério das Finanças pelo decreto com força de lei de 8 de Outubro de 1910.

O Ministério das Finanças e o Ministério da Economia foram fundidos sob a designação de Ministério da Coordenação Económica pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974 e separados pelo decreto-lei 337/74 de 17 de Julho de 1974. O Ministério das Finanças e o Ministério do Planeamento e Coordenação Económica foram fundidos sob a designação de Ministério das Finanças pelo decreto-lei 507/75 de 19 de Setembro de 1975 e separados pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976. O MInistério das Finanças e o Ministério da Coordenação Económica e do Plano foram fundidos sob a designação de Ministério das Finanças e Plano pelo decreto-lei 15/78 de 30 de Janeiro de 1978, separados pelo decreto-lei 77/79 de 31 de Julho de 1979, fundidos de novo sob a mesma designação pelo decreto-lei 4/80 de 3 de Janeiro de 1980 e separados de novo pelo decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985.

As despesas atribuidas à rubrica 'Finanças' incluem, além das despesas dos ministérios que acabam de ser referidos: os encargos da dívida pública (até 1957); os encargos gerais (até 1853-1854 e entre 1883-1884 e 1957); as despesas extraordinárias não classificadas por ministérios (até 1857-1858); as despesas com o Fundo Especial de Amortização (em 1851-1852 e 1852-1853); as despesas com a amortização das notas do Banco de Lisboa (entre 1851-1852 e 1878-1879); as despesas de serviços autónomos não classificadas por ministérios (mais precisamente da Caixa Geral de Depósitos e Económica Portuguesa entre 1884-1885 e 1917-1918); as despesas com diferenças de câmbios (entre 1891-1892 e 1910-1911); os encargos da dívida pública a cargo do Tesouro (entre 1906-1907 e 1910-1911); as despesas excepcionais resultantes da guerra não classificadas por ministérios (entre 1922-1923 e 1926-1927); e os encargos gerais da nação (a partir de 1958).

Interior

A Secretaria de Estado dos Negócios do Reino foi criada pelo alvará de 28 de Julho de 1736. Passou a designar-se correntemente Ministério do Reino durante a segunda metade do século 19 e recebeu os nomes de Ministério do Interior pelo decreto com força de lei de 8 de Outubro de 1910 e de Ministério da Administração Interna pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974.

Foi deste ministério que foram separados: em 1821 o Ministério da Justiça; em 1852 o Ministério das Obras Públicas; efemeramente em 1870 e entre 1890 e 1892 e definitivamente a partir de 1913 o Ministério da Educação; e em 1958 o Ministério da Saúde.

Parte significativa dos serviços deste ministério foi transferida para o Ministério do Plano e Administração do Território em 1985.

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

Justiça

A Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça foi criada pela lei de 23 de Agosto de 1821. Passou a designar-se correntemente Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça durante a segunda metade do século 19 e recebeu os nomes de Ministério da Justiça pelo decreto com força de lei de 8 de Outubro de 1910, de Ministério da Justiça e Cultos pelo decreto com força de lei 1 105 de 26 de Novembro de 1914 e de novo de Ministério da Justiça pelo decreto-lei 22 708 de 20 de Junho de 1933.

Exército

A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra foi desdobrada pelo decreto de 23 de Setembro de 1823 da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criada pelo alvará de 28 de Julho de 1736. Passou a designar-se correntemente Ministério da Guerra durante a segunda metade do século 19 e recebeu o nome de Ministério do Exército pelo decreto-lei 37 930 de 2 de Agosto de 1951. Este Ministério foi extinto pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974, sendo as suas funções desempenhadas pelo Estado-Maior do Exército até à criação do Ministério da Defesa pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976.

Marinha

A Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar foi criada pelo alvará de 28 de Julho de 1736. Passou a designar-se correntemente Ministério da Marinha e Ultramar durante a segunda metade do século 19 e recebeu os nomes de Ministério da Marinha e Colónias pelo decreto com força de lei de 8 de Outubro de 1910 e de Ministério da Marinha aquando da separação do Ministério das Colónias pelo decreto com força de lei de 23 de Agosto de 1911. Este Ministério foi extinto pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974, sendo as suas funções desempenhadas pelo Estado-Maior da Marinha até à criação do Ministério da Defesa pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976.

Note-se que, entre 1883-1884 e 1910-1911, apenas estão atribuídas à rubrica 'Marinha' as depesas da Direcção-Geral da Marinha do Ministério da Marinha e Ultramar, depois Ministério da Marinha e Colónias.

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

Negócios Estrangeiros

A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros foi desdobrada pelo decreto de 23 de Setembro de 1823 da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, criada pelo alvará de 28 de Julho de 1736. Passou a designar-se correntemente Ministério dos Negócios Estrangeiros durante a segunda metade do século 19.

Obras Públicas

O Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria foi criado pelo decreto com força de lei de 30 de Agosto de 1852. Recebeu o nome de Ministério do Fomento pelo decreto com força de lei de 8 de Outubro de 1910, e foi transformado no Ministério do Comércio, Comunicações e Obras Públicas (ou abreviadamente Ministério do Comércio) pelo decreto com força de lei 3 511 de 5 de Novembro de 1917, no Ministério do Comércio pelo decreto com força de lei 3 902 de 9 de Março de 1918, no Ministério das Obras Públicas e Comunicações pelo decreto com força de lei 21 454 de 24 de Julho de 1932, no Ministério das Obras Públicas pelo decreto-lei 36 061 de 27 de Dezembro de 1946, no Ministério do Equipamento Social e Ambiente pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974, no Ministério do Equipamento Social pelo decreto-lei 158-A/75 de 26 de Março de 1975, no Ministério das Obras Públicas pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976, no Ministério da Habitação e Obras Públicas pelo decreto-lei 15/78 de 30 de Janeiro de 1978, no Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes pelo decreto-lei 113/81 de 4 de Setembro de 1981, no Ministério do Equipamento Social pelo decreto-lei 15/83 de 9 de Junho de 1983, no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações pelo decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985 e no Ministério do Equipamento Social pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995. O Ministério do Equipamento Social e o Ministério do Planeamento e Administração do Território foram fundidos no Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território pelo decreto-lei 23/96 de 20 de Março de 1996 e separados de novo pelo decreto-lei 474-A/99 de 8 de Novembro de 1999.

Deste ministério foram separados: entre 1916 e 1925 o Ministério do Trabalho; em 1918 o Ministério da Agricultura; em 1918, entre 1918 e 1919, entre 1946 e 1974 e entre 1975 e 1981 o Ministério dos Transportes; em 1932 o Ministério do Comércio e Indústria; e entre 1976 e 1978 o Ministério da Habitação.

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

Educação

O Ministério da Instrução Pública e Belas-Artes foi criado pelo decreto com força de lei de 22 de Junho de 1870, extinto pela lei de 27 de Dezembro de 1870, criado de novo pelo decreto com força de lei de 5 de Abril de 1890 e extinto de novo pelo decreto com força de lei de 3 de Março de 1892.

O Ministério da Instrução Pública foi criado pela lei 12 de 7 de Julho de 1913 e recebeu os nomes de Ministério da Educação Nacional pela lei 1 941 de 11 de Abril de 1936, de Ministério da Educação e Cultura pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974, de Ministério da Educação e Investigação Científica pelo decreto 507/75 de 19 de Setembro de 1975, de Ministério da Educação e Cultura pelo decreto-lei 15/78 de 30 de Janeiro de 1978, de Ministério da Educação e Investigação Científica pelo decreto-lei 138/78 de 22 de Novembro de 1978, de Ministério da Educação pelo decreto-lei 77/79 de 31 de Julho de 1979, de Ministério da Educação e Ciência pelo decreto-lei 4/80 de 3 de Janeiro de 1980, de Ministério da Educação e Universidades pelo decreto-lei 113/81 de 4 de Setembro de 1981, de Ministério da Educação e Cultura pelo decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985 e de Ministério da Educação pelo decreto-lei 27/87 de 17 de Agosto de 1987.

Ultramar

O Ministério das Colónias foi separado do Ministério da Marinha e Colónias pelo decreto com força de lei de 23 de Agosto de 1911 e recebeu os nomes de Ministério do Ultramar pelo decreto-lei 38 300 de 15 de Junho de 1951 e de Ministério da Coordenação Interterritorial pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974. Este ministério foi extinto pelo decreto-lei 417/75 de 8 de Agosto de 1975.

O decreto-lei 532-A/75 de 25 de Setembro de 1975 criou o Ministério da Cooperação, o qual foi extinto pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976.

As despesas atribuidas à rubrica 'Ultramar' incluem, além das despesas dos ministérios que acabam de ser referidos, os gastos da Direcção-Geral do Ultramar do Ministério da Marinha e Ultramar e da Direcção-Geral das Colónias do Ministério da Marinha e Colónias entre 1883-1884 e 1910-1911.

Trabalho

O Ministério do Trabalho e Previdência Social foi criado pela lei 494 de 16 de Março de 1916, transformado no Ministério da Agricultura, Indústria, Trabalho e Previdência Social (ou

abreviadamente Ministério do Trabalho) pelo decreto com força de lei 3 511 de 5 de Novembro de 1917 e no Ministério do Trabalho pelo decreto com força de lei 3 902 de 9 de Março de 1918 e extinto pelo decreto com força de lei 11 267 de 25 de Novembro de 1925.

O Ministério das Corporações e Previdência Social foi criado pelo decreto-lei 37 909 de 1 de Agosto de 1950 e recebeu os nomes de Ministério do Trabalho pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974, de Ministério do Trabalho e Segurança Social pelo decreto-lei 15/83 de 9 de Junho de 1983, de Ministério do Emprego e Segurança Social pelo decreto-lei 27/87 de 17 de Agosto de 1987, de Ministério da Solidariedade e Segurança Social pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995 e de Ministério do Trabalho e Solidariedade pelo decreto-lei 55/98 de 16 de Março de 1998.

Agricultura

O Ministério da Agricultura foi criado pelo decreto com força de lei 3 902 de 9 de Março de 1918, extinto pelo decreto com força de lei 21 454 de 24 de Julho de 1932, criado de novo pelo decreto-lei 22 873 de 24 de Julho de 1933 e extinto de novo pelo decreto-lei 30 692 de 27 de Agosto de 1940.

O Ministério da Agricultura e Pescas foi criado pelo decreto-lei 158-A/75 de 26 de Março de 1975. O Ministério da Agricultura e Pescas e o Ministério do Comércio foram fundidos no Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas pelo decreto-lei 113/81 de 4 de Setembro de 1981 e separados pelo decreto-lei 15/83 de 9 de Junho de 1983. O mesmo decreto-lei 15/83 de 9 de Junho de 1983 deu ao Ministério da Agricultura e Pescas a designação de Ministério da Agricultura, Florestas e Alimentação, que o decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985 mudou para MInistério da Agricultura, Pescas e Alimentação, o decreto-lei 451/91 de 4 de Dezembro de 1991 para Ministério da Agricultura e o decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995 para Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

Transportes

O Ministério das Subsistências e Transportes foi criado pelo decreto com força de lei 3 902 de 9 de Março de 1918 e extinto pelo decreto com força de lei 4 639 de 14 de Julho de 1918.

O Ministério dos Abastecimentos e Transportes foi criado pelo decreto com força de lei 4 879 de 10 de Outubro de 1918 e extinto pela lei 882 de 17 de Setembro de 1919.

O Ministério das Comunicações foi criado pelo decreto-lei 36 061 de 27 de Dezembro de 1946 e extinto pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974.

O Ministério dos Transportes e Comunicações foi criado pelo decreto-lei 158-A/75 de 26 de Março de 1975 e extinto pelo decreto-lei 113/81 de 4 de Setembro de 1981.

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

Economia

O Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura foi criado pelo decreto com força de lei 21 454 de 24 de Julho de 1932 e extinto pelo decreto-lei 22 873 de 24 de Julho de 1933.

O Ministério da Economia foi criado pelo decreto-lei 30 692 de 27 de Agosto de 1940 e recebeu os nomes de Ministério do Planeamento e Coordenação Económica pelo decreto-lei 158-A/75 de 26 de Março de 1975, de Ministério do Plano e Coordenação Económica pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976, de Ministério da Coordenação Económica e do Plano pelo decreto-lei 77/79 de 31 de Julho de 1979, de Ministério do Plano e Administração do Território pelo decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985, de Ministério do Planeamento e Administração do Território pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995 e de Ministério do Planeamento pelo decreto-lei 474-A/99 de 8 de Novembro de 1999.

O Ministério das Finanças e o Ministério da Economia foram fundidos sob a designação de Ministério da Coordenação Económica pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974 e separados pelo decreto-lei 337/74 de 17 de Julho de 1974. O Ministério das Finanças e o Ministério do Planeamento e Coordenação Económica foram fundidos sob a designação de Ministério das Finanças pelo decreto-lei 507/75 de 19 de Setembro de 1975 e separados pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976. O MInistério das Finanças e o Ministério da Coordenação Económica e do Plano foram fundidos sob a designação de Ministério das Finanças e Plano pelo decreto-lei 15/78 de 30 de Janeiro de 1978, separados pelo decreto-lei 77/79 de 31 de Julho de 1979, fundidos de novo sob a mesma designação pelo decreto-lei 4/80 de 3 de Janeiro de 1980 e separados de novo pelo decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985. O Ministério do Planeamento e Administração do Território foi fundido com o Ministério do Equipamento Social no Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território pelo decreto-lei 23/96 de 20 de Março de 1996. O Ministério do Planeamento foi separado do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território pelo decreto-lei 474-A/99 de 8 de Novembro de 1999.

Comércio

O Ministério do Comércio e Indústria foi criado pelo decreto-lei 22 873 de 24 de Julho de 1933 e extinto pelo decreto-lei 30 692 de 27 de Agosto de 1940.

O Ministério do Comércio Interno foi criado pelo decreto-lei 417/75 de 8 de Agosto de 1975 e recebeu o nome de Ministério do Comércio e Turismo pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976.

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

O Ministério do Comércio e Turismo esteve fundido com o Ministério da Agricultura entre 1981 e 1983 e com o Ministério da Indústria entre 1985 e 1987 e de novo a partir de 1995.

Saúde

O Ministério da Saúde e Assistência foi criado pelo decreto-lei 41 828 de 14 de Agosto de 1958 e recebeu os nomes de Ministério dos Assuntos Sociais pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974 e de Ministério da Saúde pelo decreto-lei 15/83 de 9 de Junho de 1983.

Defesa

O Ministério da Defesa foi criado pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976 (existira anteriormente o cargo de Ministro da Defesa Nacional, criado pelo decreto-lei 37 930 de 2 de Agosto de 1950 e extinto pelo decreto-lei 498-D/74 de 30 de Setembro de 1974 que cometeu as suas funções ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, mas não um Ministério da Defesa Nacional). Recebeu o nome de Ministério da Defesa Nacional pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995.

Entretanto, desde 1975 que as despesas do que veio a ser o Ministério da Defesa estavam reunidas numa rubrica sob a epígrafe 'defesa'. Essas despesas estavam até então incluidas nos encargos gerais e depois nos encargos gerais da nação, no caso das despesas do Estado-Maior-General das Forças Armadas e da Força Aérea, e nos anteriores Ministérios do Exército e da Marinha, no caso das despesas dos respectivos ramos das forças armadas.

Comunicação Social

O Ministério da Comunicação Social foi criado pelo decreto-lei 205/74 de 15 de Maio de 1974, extinto pelo decreto-lei 498-D/74 de 30 de Setembro de 1974, criado de novo pelo decreto-lei 507/75 de 19 de Setembro de 1975, extinto de novo pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976, criado uma vez mais pelo decreto-lei 77/79 de 31 de Julho de 1979 e extinto uma vez mais pelo decreto-lei 4/80 de 3 de Janeiro de 1980.

Indústria

O Ministério da Indústria e Tecnologia foi criado pelo decreto-lei 158-A/75 de 26 de Março de 1975 e recebeu os nomes de Ministério da Indústria pelo decreto-lei 77/79 de 31 de Julho de 1979, de Ministério da Indústria e Energia pelo decreto-lei 4/80 de 3 de Janeiro de 1980, de

Ministério da Indústria, Energia e Exportação pelo decreto-lei 113/81 de 4 de Setembro de 1981 e de Ministério da Indústria e Energia pelo decreto-lei 15/83 de 9 de Junho de 1983.

O Ministério da Indústria e Energia e o Ministério do Comércio e Turismo foram fundidos sob a designação de Ministério da Indústria e Comércio pelo decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985, separados pelo decreto-lei 27/87 de 17 de Agosto de 1987 e fundidos de novo sob a designação de Ministério da Economia pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995.

Comércio Externo

O Ministério do Comércio Externo foi criado pelo decreto-lei 158-A/75 de 26 de Março de 1975 e extinto pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976.

Habitação

O Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção foi criado pelo decreto-lei 603-B/76 de 23 de Julho de 1976 e extinto pelo decreto-lei 15/78 de 30 de Janeiro de 1978.

Reforma Administrativa

O Ministério da Reforma Administrativa foi criado pelo decreto-lei 15/78 de 30 de Janeiro de 1978, extinto pelo decreto-lei 86/78 de 29 de Agosto de 1978, criado de novo pelo decreto-lei 24/81 de 9 de Janeiro de 1981, extinto de novo pelo decreto-lei 15/83 de 9 de Junho de 1983 e criado uma vez mais com a designação de Ministério da Reforma do Estado e Administração Pública pelo decreto-lei 474-A/99 de 8 de Novembro de 1999.

Ambiente

O Ministério da Qualidade de Vida foi criado pelo decreto-lei 24/81 de 9 de Janeiro de 1981 e extinto pelo decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985.

O Ministério do Ambiente e Recursos Naturais foi criado pelo decreto-lei 3/90 de 5 de Janeiro de 1990 e recebeu o nome de Ministério do Ambiente pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995 e de Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território pelo decreto-lei 474-A/99 de 8 de Novembro de 1999.

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

Integração Europeia

O Ministério da Integração Europeia foi criado pelo decreto-lei 24/81 de 9 de Janeiro de 1981 e extinto pelo decreto-lei 113/81 de 4 de Setembro de 1981.

Cultura

O MInistério da Cultura e Ciência foi criado pelo decreto-lei 77/79 de 31 de Julho de 1979 e extinto pelo decreto-lei 4/80 de 3 de Janeiro de 1980.

O Ministério da Cultura e Coordenação Científica foi criado pelo decreto-lei 113/81 de 4 de Setembro de 1981, recebeu o nome de Ministério da Cultura pelo decreto-lei 15/83 de 9 de Junho de 1983, foi extinto pelo decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985 e foi criado de novo pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995.

Mar

O Ministério do Mar foi criado pelo decreto-lei 15/83 de 9 de Junho de 1983, extinto pelo decreto-lei 54/85 de 6 de Novembro de 1985, criado de novo pelo decreto-lei 451/91 de 4 de Dezembro de 1991 e extinto de novo pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995.

Emprego

O Ministério da Qualificação e Emprego foi criado pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995 e extinto pelo decreto-lei 55/98 de 16 de Março de 1998.

Ciência

O Ministério da Ciência e Tecnologia foi criado pelo decreto-lei 296-A/95 de 17 de Novembro de 1995.

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Finanças	Interior	Justiça	Exército	Marinha	Negócios Estrangeiros
1833-1834	10	3	+ 0	+ 0	5	1	+ 0
1834-1835	14	5	1	+ 0	6	2	+ 0
1835-1836	12	5	1	+ 0	4	1	+ 0
1836-1837	10	5	1	+ 0	3	1	+ 0
1837-1838	8	4	1	+ 0	2	1	+ 0
1838-1839	7	3	1	+ 0	2	1	+ 0
1839-1840	8	2	1	+ 0	3	1	+ 0
1840-1841	9	4	1	+ 0	2	1	+ 0
1841-1842	14	7	1	1	4	1	+ 0
1842-1843	14	9	1	+ 0	3	1	+ 0
1843-1844	12	6	1	+ 0	3	1	+ 0
1844-1845	11	6	1	+ 0	3	1	+ 0
…							
1851-1852	11	5	1	+ 0	3	1	+ 0
1852-1853	13	6	1	1	3	1	+ 0
1853-1854	11	5	1	+ 0	3	1	+ 0
1854-1855	14	6	1	+ 0	3	1	+ 0
1855-1856	13	6	1	+ 0	3	1	+ 0
1856-1857	15	5	1	+ 0	3	1	+ 0
1857-1858	18	9	1	+ 0	3	1	+ 0
1858-1859	18	9	1	+ 0	3	2	+ 0
1859-1860	16	7	1	+ 0	3	1	+ 0
1860-1861	16	7	1	+ 0	3	1	+ 0
1861-1862	21	8	1	+ 0	3	1	+ 0
1862-1863	22	9	1	1	3	1	+ 0
1863-1864	22	10	1	1	3	2	+ 0
1864-1865	21	10	2	1	3	2	+ 0
1865-1866	21	10	2	1	3	2	+ 0
1866-1867	23	11	2	1	4	2	+ 0
1867-1868	30	18	2	1	4	2	+ 0
1868-1969	21	11	2	1	4	2	+ 0
1869-1870	33	14	2	1	3	2	+ 0

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Finanças	Interior	Justiça	Exército	Marinha	Negócios Estrangeiros
1870-1871	22	12	1	1	3	1	+ 0
1871-1872	25	15	2	1	3	2	+ 0
1872-1873	25	14	2	1	4	1	+ 0
1873-1874	29	15	2	1	5	1	+ 0
1874-1875	29	14	2	1	5	2	+ 0
1875-1876	31	14	2	1	5	2	+ 0
1876-1877	37	19	2	1	4	3	+ 0
1877-1878	34	16	2	1	5	2	+ 0
1878-1879	34	16	2	1	5	3	+ 0
1879-1880	32	17	2	1	5	3	+ 0
1880-1881	34	18	2	1	5	2	+ 0
1881-1882	36	20	2	1	5	2	+ 0
1882-1883	35	19	2	1	4	2	+ 0
1883-1884	35	19	2	1	5	2	+ 0
1884-1885	40	22	2	1	6	2	+ 0
1885-1886	41	21	2	1	7	2	+ 0
1886-1887	42	23	2	1	6	2	+ 0
1887-1888	45	25	2	1	6	2	+ 0
1888-1889	51	30	2	1	5	2	+ 0
1889-1890	54	28	2	1	6	2	+ 0
1890-1891	51	27	1	1	6	2	+ 0
1891-1892	55	30	2	1	6	3	1
1892-1893	48	27	2	1	6	3	1
1893-1894	46	27	2	1	6	3	+ 0
1894-1895	49	28	2	1	6	3	+ 0
1895-1896	55	29	2	1	6	3	+ 0
1896-1897	58	31	3	1	7	4	+ 0
1897-1898	58	31	3	1	7	5	+ 0
1898-1899	56	32	2	1	7	4	+ 0
1899-1900	62	34	3	1	7	3	+ 0
1900-1901	56	34	2	1	7	4	+ 0
1901-1902	58	34	3	1	7	4	+ 0

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Finanças	Interior	Justiça	Exército	Marinha	Negócios Estrangeiros
1902-1903	60	36	3	1	8	4	+ 0
1903-1904	62	37	3	1	8	3	+ 0
1904-1905	62	37	3	1	9	4	+ 0
1905-1906	64	37	3	1	9	4	+ 0
1906-1907	63	36	3	1	9	3	+ 0
1907-1908	77	38	6	1	10	5	+ 0
1908-1909	75	40	6	1	9	4	+ 0
1909-1910	77	43	6	1	9	4	1
1910-1911	70	38	6	1	9	3	+ 0
1911-1912	72	40	6	1	12	4	1
1912-1913	84	40	8	1	11	4	1
1913-1914	70	35	4	1	11	3	1
1914-1915	104	37	5	1	16	4	1
1915-1916	143	57	5	1	24	6	1
1916-1917	153	53	5	1	39	8	1
1917-1918	189	54	8	2	51	12	1
1918-1919	288	112	16	2	73	15	1
1919-1920	367	184	22	3	58	17	2
1920-1921	444	123	41	5	66	32	3
1921-1922	590	242	47	7	86	42	6
1922-1923	1 244	472	64	10	132	54	11
1923-1924	1 224	553	88	18	200	94	18
1924-1925	1 518	356	135	24	257	116	42
1925-1926	1 605	622	136	26	276	115	7
1926-1927	1 953	703	159	27	356	150	6
1927-1928	1 812	702	179	29	309	147	38
1928-1929	1 920	664	196	37	314	137	26
1929-1930	2 044	771	181	39	340	166	47
1930-1931	1 901	670	207	38	321	158	27
1931-1932	1 935	649	198	42	315	161	34
1932-1933	2 012	571	193	41	305	279	34
1933-1934	2 159	716	191	34	332	293	38

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Finanças	Interior	Justiça	Exército	Marinha	Negócios Estrangeiros
1934-1935	2 980	853	317	58	479	331	57
1936	2 655	1 185	205	43	375	165	33
1937	2 075	567	203	43	417	206	40
1938	2 298	641	213	44	500	178	35
1939	2 397	673	201	45	441	215	33
1940	2 423	641	204	46	498	234	31
1941	2 820	649	207	49	947	204	30
1942	2 955	696	220	52	988	214	36
1943	3 985	1 075	260	58	1 454	283	34
1944	3 681	970	300	68	1 071	266	39
1945	3 926	940	339	78	1 007	285	75
1946	4 624	1 150	413	91	923	350	69
1947	5 694	1 606	489	109	889	430	64
1948	5 699	1 560	533	113	787	505	68
1949	5 661	1 667	588	121	820	422	73
1950	5 116	1 310	566	126	863	396	72
1951	5 605	1 475	586	133	910	388	91
1952	5 852	1 871	615	142	724	382	93
1953	6 407	2 217	662	147	702	403	96
1954	6 683	2 196	690	156	828	435	120
1955	7 330	2 321	770	166	878	481	109
1956	7 597	2 326	824	166	951	490	126
1957	8 230	2 295	883	174	1 042	544	150
1958	8 687	2 500	936	174	1 003	561	134
1959	9 747	2 814	501	196	1 134	633	138
1960	11 336	3 557	522	200	834	606	148
1961	13 445	5 918	542	200	846	592	155
1962	14 831	6 842	556	205	899	616	156
1963	15 700	7 194	562	210	939	663	182
1964	17 167	7 473	570	211	1 043	705	181
1965	18 055	8 835	582	213	985	748	214
1966	19 621	9 754	608	221	1 149	852	208

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Finanças	Interior	Justiça	Exército	Marinha	Negócios Estrangeiros
1967	23 359	12 504	663	245	1 196	953	222
1968	25 193	12 880	691	246	1 262	1 014	280
1969	27 713	13 506	794	246	1 334	1 090	295
1970	31 736	15 005	965	289	1 579	1 306	343
1971	36 648	17 055	1 024	299	2 295	1 460	374
1972	40 868	18 997	1 117	323	1 815	1 709	483
1973	48 894	21 017	1 569	374	2 002	1 916	508
1974	63 415	25 861	2 751	471	2 873	2 565	608
1975	86 620	10 611	6 355	627	-	-	756
1976	124 688	28 634	7 652	794	-	-	1 073
1977	158 741	35 435	16 432	1 038	-	-	1 688
1978	214 802	68 916	12 768	1 398	-	-	2 206
1979	280 659	99 038	32 287	1 907	-	-	2 532
1980	374 780	129 708	41 180	2 631	-	-	3 442
1981	506 843	197 840	48 739	3 451	-	-	3 878
1982	624 158	251 643	58 506	3 887	-	-	4 773
1983	801 871	351 341	67 974	4 960	-	-	6 751
1984	1 019 106	453 744	82 207	6 293	-	-	9 382
1985	1 333 918	626 622	100 707	8 167	-	-	11 219
1986	1 596 796	785 081	38 171	11 339	-	-	13 368
1987	1 835 167	921 443	46 300	13 212	-	-	14 979
1988	2 324 990	1 232 258	55 749	19 707	-	-	16 402
1989	2 728 752	1 433 009	69 854	23 200	-	-	19 973
1990	3 437 901	1 893 704	83 140	30 995	-	-	21 721
1991	4 596 342	2 729 421	101 668	37 385	-	-	25 440
1992	4 606 656	2 354 308	156 807	45 870	-	-	29 643
1993	4 998 046	2 436 570	189 117	53 344	-	-	30 345
1994	5 450 937	2 776 737	181 327	59 543	-	-	34 010
1995	6 377 879	3 500 927	180 376	66 358	-	-	39 232
1996	6 729 464	3 476 669	187 476	75 102	-	-	42 600
1997	9 955 775	6 491 750	201 138	76 526	-	-	46 584
1998	8 483 100	4 753 151	216 393	80 967	-	-	51 512

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Obras Públicas	Educação	Ultramar	Trabalho	Agricultura	Trans-portes
1852-1853	13	+ 0	-	-	-	-	-
1853-1854	11	1	-	-	-	-	-
1854-1855	14	3	-	-	-	-	-
1855-1856	13	2	-	-	-	-	-
1856-1857	15	4	-	-	-	-	-
1857-1858	18	4	-	-	-	-	-
1858-1859	18	3	-	-	-	-	-
1859-1860	16	3	-	-	-	-	-
1860-1861	16	3	-	-	-	-	-
1861-1862	21	7	-	-	-	-	-
1862-1863	22	7	-	-	-	-	-
1863-1864	22	5	-	-	-	-	-
1864-1865	21	4	-	-	-	-	-
1865-1866	21	3	-	-	-	-	-
1866-1867	23	3	-	-	-	-	-
1867-1868	30	3	-	-	-	-	-
1868-1869	21	3	-	-	-	-	-
1869-1870	33	11	-	-	-	-	-
1870-1871	22	2	+ 0	-	-	-	-
1871-1872	25	3	-	-	-	-	-
1872-1873	25	3	-	-	-	-	-
1873-1874	29	5	-	-	-	-	-
1874-1875	29	6	-	-	-	-	-
1875-1876	31	7	-	-	-	-	-
1876-1877	37	8	-	-	-	-	-
1877-1878	34	8	-	-	-	-	-
1878-1879	34	7	-	-	-	-	-
1879-1880	32	5	-	-	-	-	-
1880-1881	34	6	-	-	-	-	-
1881-1882	36	7	-	-	-	-	-
1882-1883	35	6	-	-	-	-	-
1883-1884	35	6	-	1	-	-	-

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Obras Públicas	Educação	Ultramar	Trabalho	Agricultura	Trans-portes
1884-1885	40	7	-	1	-	-	-
1885-1886	41	7	-	1	-	-	-
1886-1887	42	7	-	1	-	-	-
1887-1888	45	8	-	1	-	-	-
1888-1889	51	8	-	1	-	-	-
1889-1890	54	11	+ 0	4	-	-	-
1890-1891	51	10	1	3	-	-	-
1891-1892	55	8	1	5	-	-	-
1892-1893	48	6	-	2	-	-	-
1893-1894	46	6	-	1	-	-	-
1894-1895	49	8	-	1	-	-	-
1895-1896	55	9	-	4	-	-	-
1896-1897	58	10	-	2	-	-	-
1897-1898	58	9	-	2	-	-	-
1898-1899	56	7	-	2	-	-	-
1899-1900	62	9	-	3	-	-	-
1900-1901	56	6	-	2	-	-	-
1901-1902	58	6	-	2	-	-	-
1902-1903	60	5	-	2	-	-	-
1903-1904	62	7	-	1	-	-	-
1904-1905	62	5	-	2	-	-	-
1905-1906	64	6	-	4	-	-	-
1906-1907	63	6	-	3	-	-	-
1907-1908	77	13	-	3	-	-	-
1908-1909	75	10	-	5	-	-	-
1909-1910	77	9	-	4	-	-	-
1910-1911	70	10	-	2	-	-	-
1911-1912	72	6	-	2	-	-	-
1912-1913	84	16	-	3	-	-	-
1913-1914	70	12	3	2	-	-	-
1914-1915	104	21	4	16	-	-	-
1915-1916	143	27	4	10	8	-	-

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Obras Públicas	Educação	Ultramar	Trabalho	Agricultura	Trans-portes
1916-1917	153	5	4	14	24	-	-
1917-1918	189	6	4	27	21	+ 0	3
1918-1919	288	10	9	24	7	2	18
1919-1920	367	21	15	16	11	16	2
1920-1921	444	34	30	19	18	72	-
1921-1922	590	50	41	16	26	26	-
1922-1923	1 244	130	73	12	37	250	-
1923-1924	1 224	75	105	15	41	18	-
1924-1925	1 518	99	120	77	53	241	-
1925-1926	1 605	108	129	110	57	19	-
1926-1927	1 953	112	149	261	9	20	-
1927-1928	1 812	157	145	83	+ 0	23	-
1928-1929	1 920	336	142	27	-	41	-
1929-1930	2 044	271	172	23	-	34	-
1930-1931	1 901	248	164	35	-	33	-
1931-1932	1 935	298	172	30	-	36	-
1932-1933	2 012	351	172	26	-	-	-
1933-1934	2 159	328	165	21	-	30	-
1934-1935	2 980	517	253	54	-	46	-
1936	2 655	395	179	27	-	37	-
1937	2 075	334	182	27	-	43	-
1938	2 298	410	189	30	-	45	-
1939	2 397	505	193	29	-	48	-
1940	2 423	486	196	20	-	51	-
1941	2 820	444	199	19	-	-	-
1942	2 955	443	204	19	-	-	-
1943	3 985	491	216	21	-	-	-
1944	3 681	580	257	21	-	-	-
1945	3 926	736	286	39	-	-	-
1946	4 624	1 049	312	111	-	-	-
1947	5 694	921	364	107	-	-	501
1948	5 699	967	391	92	-	-	453

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Obras Públicas	Educação	Ultramar	Trabalho	Agricultura	Trans-portes
1949	5 661	804	442	85	-	-	410
1950	5 116	729	449	55	-	-	323
1951	5 605	757	455	58	23	-	496
1952	5 852	809	491	63	23	-	392
1953	6 407	805	515	74	24	-	392
1954	6 683	848	564	87	25	-	433
1955	7 330	938	605	234	26	-	466
1956	7 597	1 020	625	135	28	-	550
1957	8 230	1 157	658	136	35	-	756
1958	8 687	1 364	701	128	36	-	700
1959	9 747	1 294	898	189	42	-	699
1960	11 336	1 410	943	1 015	43	-	794
1961	13 445	1 435	974	612	47	-	824
1962	14 831	1 489	1 024	677	53	-	946
1963	15 700	2 101	1 078	370	55	-	954
1964	17 167	2 147	1 126	929	61	-	1 278
1965	18 055	1 864	1 214	573	62	-	1 214
1966	19 621	1 737	1 359	631	66	-	1 423
1967	23 359	1 724	1 586	726	76	-	1 701
1968	25 193	2 175	1 789	830	85	-	1 873
1969	27 713	2 695	2 330	774	89	-	2 099
1970	31 736	2 902	3 022	839	109	-	2 681
1971	36 648	3 206	3 587	918	109	-	3 143
1972	40 868	3 175	4 817	676	117	-	3 806
1973	48 894	3 852	6 695	1 645	141	-	4 796
1974	63 415	5 172	9 318	1 336	762	-	6 832
1975	86 620	9 827	15 215	4 097	234	-	7 905
1976	124 688	12 386	19 103	6 330	305	2 974	10 002
1977	158 741	12 389	25 026	-	365	5 656	13 311
1978	214 802	22 471	30 184	-	572	6 979	9 030
1979	280 659	20 858	36 062	-	588	8 203	9 582
1980	374 780	28 393	48 410	-	11 239	9 551	11 246

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Obras Públicas	Educação	Ultramar	Trabalho	Agricultura	Trans-portes
1981	506 843	35 984	60 785	-	18 447	10 467	14 220
1982	624 158	39 791	74 002	-	30 039	13 285	18 984
1983	801 871	42 676	91 685	-	33 409	16 954	24 088
1984	1 019 106	41 535	108 116	-	78 675	17 728	16 152
1985	1 333 918	50 709	137 599	-	89 794	21 235	21 246
1986	1 596 796	79 753	199 533	-	38 103	31 750	-
1987	1 835 167	72 625	239 929	-	35 232	42 947	-
1988	2 324 990	64 062	287 764	-	53 063	55 465	-
1989	2 728 752	74 656	351 882	-	57 426	51 808	-
1990	3 437 901	110 325	421 303	-	62 391	57 410	-
1991	4 596 342	116 805	549 828	-	79 444	64 550	-
1992	4 606 656	135 298	657 745	-	88 232	68 316	-
1993	4 998 046	154 505	691 482	-	219 613	73 877	-
1994	5 450 937	150 486	729 593	-	229 763	82 407	-
1995	6 377 879	171 665	812 015	-	182 788	92 070	-
1996	6 729 464	200 767	882 924	-	331 034	103 371	-
1997	9 955 775	501 663	970 741	-	372 921	113 057	-
1998	8 483 100	549 403	1 068 100	-	408 880	120 006	-

ano	despesas	Economia	Comércio	Saúde	Defesa	Comunica-ção Social	Indústria
1932-1933	2 012	39	-	-	-	-	-
1933-1934	2 159	-	11	-	-	-	-
1934-1935	2 980	-	16	-	-	-	-
1936	2 655	-	11	-	-	-	-
1937	2 075	-	12	-	-	-	-
1938	2 298	-	14	-	-	-	-
1939	2 397	-	14	-	-	-	-
1940	2 423	-	16	-	-	-	-
1941	2 820	72	-	-	-	-	-
1942	2 955	82	-	-	-	-	-
1943	3 985	93	-	-	-	-	-

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Economia	Comércio	Saúde	Defesa	Comunica-ção Social	Indústria
1944	3 681	110	-	-	-	-	-
1945	3 926	140	-	-	-	-	-
1946	4 624	154	-	-	-	-	-
1947	5 694	213	-	-	-	-	-
1948	5 699	227	-	-	-	-	-
1949	5 661	229	-	-	-	-	-
1950	5 116	226	-	-	-	-	-
1951	5 605	233	-	-	-	-	-
1952	5 852	246	-	-	-	-	-
1953	6 407	368	-	-	-	-	-
1954	6 683	302	-	-	-	-	-
1955	7 330	334	-	-	-	-	-
1956	7 597	355	-	-	-	-	-
1957	8 230	401	-	-	-	-	-
1958	8 687	450	-	-	-	-	-
1959	9 747	608	-	602	-	-	-
1960	11 336	611	-	652	-	-	-
1961	13 445	615	-	685	-	-	-
1962	14 831	655	-	714	-	-	-
1963	15 700	647	-	746	-	-	-
1964	17 167	676	-	766	-	-	-
1965	18 055	707	-	845	-	-	-
1966	19 621	718	-	895	-	-	-
1967	23 359	803	-	958	-	-	-
1968	25 193	974	-	1 095	-	-	-
1969	27 713	1 225	-	1 236	-	-	-
1970	31 736	1 214	-	1 481	-	-	-
1971	36 648	1 351	-	1 826	-	-	-
1972	40 868	1 732	-	2 100	-	-	-
1973	48 894	1 780	-	2 599	-	-	-
1974	63 415	1 811	-	3 057	-	-	-
1975	86 620	3 613	-	9 534	17 542	303	-

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Economia	Comércio	Saúde	Defesa	Comunica-ção Social	Indústria
1976	124 688	-	241	16 491	15 516	661	964
1977	158 741	2 949	1 951	14 242	18 180	-	2 450
1978	214 802	-	2 095	27 856	22 030	-	1 222
1979	280 659	-	2 865	36 733	28 217	335	1 463
1980	374 780	-	4 151	46 558	36 571	-	1 701
1981	506 843	-	5 004	57 754	43 119	-	2 011
1982	624 158	-	-	65 673	51 498	-	6 364
1983	801 871	-	-	86 529	62 316	-	7 303
1984	1 019 106	-	9 248	95 437	71 433	-	9 612
1985	1 333 918	-	11 455	131 114	85 724	-	14 542
1986	1 596 796	101 207	-	162 284	109 101	-	27 105
1987	1 835 167	113 177	-	186 305	125 687	-	23 331
1988	2 324 990	122 784	16 311	227 160	153 257	-	21 007
1989	2 728 752	143 705	25 008	276 839	175 928	-	25 465
1990	3 437 901	157 097	31 348	331 600	195 755	-	25 205
1991	4 596 342	191 220	25 750	405 818	219 865	-	28 527
1992	4 606 656	233 710	31 723	485 418	236 835	-	37 463
1993	4 998 046	248 498	32 033	542 278	246 984	-	32 246
1994	5 450 937	237 317	32 932	586 766	268 429	-	33 495
1995	6 377 879	266 163	35 523	635 131	301 954	-	36 086
1996	6 729 464	278 119	66 112	690 775	306 408	-	-
1997	9 955 775	-	76 632	733 178	285 114	-	-
1998	8 483 100	-	82 489	773 966	291 728	-	-

ano	despesas	Comércio Externo	Habitação	Reforma Administr.	Ambiente	Integração Europeia	Cultura
1976	124 688	1 563	-	-	-	-	-
1977	158 741	-	7 630	-	-	-	-
1978	214 802	-	-	7 074	-	-	-
1979	280 659	-	-	-	-	-	-
1980	374 780	-	-	-	-	-	-
1981	506 843	65	-	3 875	1 203	65	-

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Comércio Externo	Habitação	Reforma Administr.	Ambiente	Integração Europeia	Cultura
1982	624 158	-	-	2 252	1 120	-	2 342
1983	801 871	-	-	1 886	1 252	-	2 757
1984	1 019 106	-	-	-	1 781	-	3 049
1985	1 333 918	-	-	-	3 179	-	4 067
1986	1 596 796	-	-	-	-	-	-
1987	1 835 167	-	-	-	-	-	-
1988	2 324 990	-	-	-	-	-	-
1989	2 728 752	-	-	-	-	-	-
1990	3 437 901	-	-	-	15 907	-	-
1991	4 596 342	-	-	-	20 621	-	-
1992	4 606 656	-	-	-	26 965	-	-
1993	4 998 046	-	-	-	27 982	-	-
1994	5 450 937	-	-	-	28 045	-	-
1995	6 377 879	-	-	-	33 962	-	-
1996	6 729 464	-	-	-	35 606	-	27 876
1997	9 955 775	-	-	-	33 374	-	28 616
1998	8 483 100	-	-	-	34 786	-	35 073

ano	despesas	Mar	Emprego	Ciência
1984	1 019 106	14 702	-	-
1985	1 333 918	16 539	-	-
1986	1 596 796	-	-	-
1987	1 835 167	-	-	-
1988	2 324 990	-	-	-
1989	2 728 752	-	-	-
1990	3 437 901	-	-	-
1991	4 596 342	-	-	-
1992	4 606 656	18 321	-	-
1993	4 998 046	19 169	-	-
1994	5 450 937	20 086	-	-
1995	6 377 879	23 627	-	-
1996	6 729 464	-	9 826	14 797

Quadro 9.4 — Composição das despesas por ministérios, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas	Mar	Emprego	Ciência
1997	9 955 775	-	9 484	14 996
1998	8 483 100	-	-	16 646

Quadro 9.5 — Composição funcional das despesas, 1851-1998

Fonte — De 1851-1852 a 1882-1883, contas dos ministérios; de 1883-1884 a 1919-1920, Conta Geral da Administração Financeira do Estado; de 1920-1921 em diante, Conta Geral do Estado. A partir de 1977, valores apresentados pela própria fonte. Para os anos até 1976, valores construídos a partir da fonte com os mesmos critérios.

Unidade — Milhares de contos.

Observações:

1 — Na organização das séries da composição funcional das despesas públicas atendeu-se ao tipo de necessidades que as despesas procuraram satisfazer.

A rubrica 'dívida pública' inclui os juros e amortizações da dívida pública e as despesas com o funcionamento dos serviços que superintendiam directamente na dívida pública.

A rubrica 'administração' inclui as despesas com o fisco, as finanças públicas em geral, a administração em sentido estrito, a segurança, a justiça, os assuntos eclesiásticos e religiosos e as relações externas.

A rubrica 'defesa' inclui as despesas com as forças armadas e com expedições militares na Europa e no Ultramar.

A rubrica 'ultramar' inclui as despesas com os serviços situados na Metrópole que superintendiam na administração ultramarina e as despesas realizadas nas colónias pagas pela administração metropolitana, com excepção das expedições militares.

A rubrica 'economia' inclui as despesas com a agricultura, a indústria, o comércio, os transportes, as comunicações e os abastecimentos.

A rubrica 'educação' inclui as despesas com o ensino e a cultura.

A rubrica 'despesas sociais' inclui as despesas com a saúde, a assistência, o trabalho e a segurança social.

2 — As contas do estado apresentam uma classificação funcional das despesas públicas a partir de 1972. Porém, os valores para os anos de 1972 a 1976 não foram adoptados, devido a diferenças de critério em relação aos anos posteriores.

3 — As despesas totais apresentadas neste quadro relacionam-se com as despesas efectivas apresentadas no quadro 9.3 através da seguinte igualdade:

despesas totais = despesas efectivas + amortizações da dívida pública + juros da dívida fictícia

Quadro 9.5 — Composição funcional das despesas, 1851-1998 (continuação)

As despesas totais apresentadas neste quadro coincidem com as despesas totais apresentadas no quadro 9.4 a partir do ano económico de 1883-1884. Até ao ano económico de 1882-1883 as despesas totais apresentadas neste quadro correspondem aos valores apresentados nas contas dos ministérios e as despesas totais apresentadas no quadro 9.4 correspondem aos valores apresentados nas Conta da Receita e Despesa do Tesouro Público, valores que podem não coincidir devido a imperfeições contabilísticas.

ano	despesas totais	dívida pública	adminis-tração	defesa	ultra-mar	econo-mia	educa-ção	despesas sociais
1851-1852	-	-	-	-	-	+ 0	+ 0	+ 0
1852-1853	13	2	5	5	+ 0	+ 0	1	+ 0
1853-1854	-	-	4	-	+ 0	1	+ 0	+ 0
1854-1855	-	-	-	-	-	2	+ 0	+ 0
1855-1856	14	4	4	3	+ 0	2	+ 0	+ 0
1856-1857	-	-	-	4	+ 0	5	+ 0	+ 0
1857-1858	-	-	3	-	+ 0	4	1	+ 0
1858-1859	-	-	-	-	+ 0	3	1	+ 0
1859-1860	-	-	-	4	+ 0	3	1	+ 0
1860-1861	20	9	3	4	+ 0	3	1	+ 0
1861-1862	21	6	4	4	+ 0	7	1	+ 0
1862-1863	22	7	4	4	+ 0	7	1	+ 0
1863-1864	22	7	4	4	+ 0	5	1	+ 0
1864-1865	22	7	4	5	1	4	1	+ 0
1865-1866	22	8	5	4	1	4	1	+ 0
1866-1867	23	9	5	5	+ 0	3	1	+ 0
1867-1868	29	8	11	5	+ 0	3	1	+ 0
1868-1969	23	10	4	5	+ 0	3	1	+ 0
1869-1870	34	12	4	5	1	11	1	+ 0
1870-1871	25	12	4	6	+ 0	2	1	+ 0
1871-1872	29	16	4	5	+ 0	3	1	+ 0
1872-1873	30	16	4	5	+ 0	3	1	+ 0
1873-1874	32	16	4	6	+ 0	4	1	+ 0
1874-1875	32	14	5	7	+ 0	6	1	+ 0

Quadro 9.5 — Composição funcional das despesas, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas totais	dívida pública	adminis-tração	defesa	ultra-mar	econo-mia	educa-ção	despesas sociais
1875-1876	37	16	5	8	+ 0	7	1	+ 0
1876-1877	40	16	8	6	1	7	1	+ 0
1877-1878	39	17	5	6	1	8	1	+ 0
1878-1879	41	19	5	7	1	7	1	+ 0
1879-1880	37	19	5	6	1	4	1	+ 0
1880-1881	41	21	5	7	1	6	1	+ 0
1881-1882	42	22	6	6	+ 0	6	1	+ 0
1882-1883	42	23	6	6	1	6	1	+ 0
1883-1884	35	15	6	7	1	6	1	+ 0
1884-1885	40	18	6	8	1	6	1	+ 0
1885-1886	41	17	6	9	1	6	1	1
1886-1887	42	18	7	8	1	7	1	+ 0
1887-1888	45	20	7	8	1	8	1	+ 0
1888-1889	51	19	13	7	1	8	1	+ 0
1889-1890	54	21	10	8	4	10	2	+ 0
1890-1891	51	20	9	8	3	9	1	1
1891-1892	55	22	11	8	5	8	1	+ 0
1892-1893	48	19	11	9	2	6	1	1
1893-1894	46	21	8	8	1	6	1	1
1894-1895	49	22	8	8	1	7	1	+ 0
1895-1896	55	23	8	9	4	9	1	1
1896-1897	58	25	9	11	2	9	1	1
1897-1898	58	25	9	12	2	9	1	+ 0
1898-1899	56	26	9	11	2	7	1	+ 0
1899-1900	62	27	10	11	3	9	1	1
1900-1901	56	28	9	10	2	5	1	1
1901-1902	58	28	9	11	2	6	1	1
1902-1903	60	28	11	11	2	5	1	1
1903-1904	62	30	10	12	1	7	1	1
1904-1905	62	30	10	13	2	5	1	1
1905-1906	64	29	11	12	4	6	1	1
1906-1907	63	29	10	13	3	6	2	1

Quadro 9.5 — Composição funcional das despesas, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas totais	dívida pública	adminis-tração	defesa	ultra-mar	econo-mia	educa-ção	despesas sociais
1907-1908	77	30	11	15	3	13	3	1
1908-1909	75	32	11	13	5	10	3	1
1909-1910	77	32	15	13	4	9	3	1
1910-1911	70	31	11	13	2	10	3	1
1911-1912	72	33	11	15	2	5	4	1
1912-1913	84	33	11	15	3	16	4	2
1913-1914	70	27	12	14	2	12	3	1
1914-1915	104	28	12	20	16	23	4	2
1915-1916	143	36	13	43	10	36	4	2
1916-1917	153	33	18	52	14	30	4	2
1917-1918	189	29	30	65	27	31	4	3
1918-1919	288	36	31	147	24	36	9	5
1919-1920	367	45	65	167	16	49	16	10
1920-1921	444	81	88	109	19	102	32	13
1921-1922	590	193	117	127	16	73	44	21
1922-1923	1 244	259	181	184	12	504	77	29
1923-1924	1 224	371	258	289	15	144	110	37
1924-1925	1 518	402	395	367	77	109	124	45
1925-1926	1 605	455	349	385	110	112	144	51
1926-1927	1 953	416	420	498	261	107	161	89
1927-1928	1 812	492	413	450	83	148	170	57
1928-1929	1 920	456	403	443	27	344	172	76
1929-1930	2 044	502	483	493	23	296	175	72
1930-1931	1 901	424	474	467	35	269	164	69
1931-1932	1 935	359	529	458	30	316	172	71
1932-1933	2 012	328	484	567	26	361	172	74
1933-1934	2 159	446	488	601	21	328	174	100
1934-1935	2 980	506	775	779	44	495	257	124
1936	2 655	921	490	528	27	409	193	88
1937	2 075	294	509	607	27	360	187	90
1938	2 298	296	567	661	46	439	195	95
1939	2 397	296	642	645	29	473	217	95

Quadro 9.5 — Composição funcional das despesas, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas totais	dívida pública	adminis-tração	defesa	ultra-mar	econo-mia	educa-ção	despesas sociais
1940	2 423	293	620	738	20	447	210	95
1941	2 820	288	617	1 154	19	427	213	103
1942	2 955	319	641	1 201	19	431	228	114
1943	3 985	691	668	1 738	21	490	239	138
1944	3 681	542	772	1 338	21	571	283	154
1945	3 926	394	944	1 288	39	752	320	188
1946	4 624	561	1 050	1 267	116	1 010	375	245
1947	5 694	405	1 208	1 307	317	1 702	464	291
1948	5 699	411	1 226	1 287	549	1 406	548	272
1949	5 661	408	1 323	1 230	85	1 766	561	288
1950	5 116	428	1 302	1 240	155	1 142	561	288
1951	5 605	464	1 325	1 285	102	1 582	549	298
1952	5 852	531	1 393	1 354	218	1 399	638	319
1953	6 407	577	1 418	1 687	103	1 560	711	351
1954	6 683	605	1 497	1 891	104	1 543	671	372
1955	7 330	640	1 562	1 994	252	1 664	779	439
1956	7 597	691	1 637	2 025	147	1 774	828	495
1957	8 230	727	1 724	2 033	148	2 188	861	549
1958	8 687	760	1 724	2 135	134	2 352	1 000	582
1959	9 747	783	1 925	2 449	252	2 563	1 116	659
1960	11 336	854	2 053	2 812	1 043	2 660	1 200	714
1961	13 445	916	2 046	4 776	762	3 000	1 198	747
1962	14 831	989	2 093	5 673	781	3 294	1 225	776
1963	15 700	1 163	2 228	5 813	435	3 982	1 268	811
1964	17 167	1 293	2 280	6 508	936	4 048	1 262	840
1965	18 055	1 825	2 440	7 227	577	3 656	1 403	927
1966	19 621	2 072	2 479	7 957	634	3 930	1 560	989
1967	23 359	2 567	2 744	9 751	725	4 704	1 801	1 067
1968	25 193	2 433	3 036	10 673	830	4 838	2 112	1 271
1969	27 713	2 185	3 371	11 332	775	5 813	2 758	1 479
1970	31 736	2 334	3 670	12 963	839	6 573	3 549	1 808
1971	36 648	2 482	3 956	14 555	1 448	7 849	4 177	2 181

Quadro 9.5 — Composição funcional das despesas, 1851-1998 (continuação)

ano	despesas totais	dívida pública	adminis-tração	defesa	ultra-mar	econo-mia	educa-ção	despesas sociais
1972	40 868	2 621	4 735	14 373	1 988	9 219	5 438	2 494
1973	48 894	2 883	5 988	16 518	2 179	10 908	7 368	3 050
1974	63 415	3 326	8 190	21 244	1 726	14 764	10 091	4 074
1975	86 620	4 339	13 288	17 465	4 097	21 252	16 047	10 132
1976	124 688	7 947	17 746	15 461	6 330	39 351	20 429	17 424
1977	158 741	13 354	35 181	17 339	2 357	45 626	24 161	20 723
1978	214 802	24 701	43 777	20 742	2 962	55 651	28 708	38 261
1979	280 659	36 357	61 411	26 576	1 440	61 851	34 910	58 114
1980	374 780	47 452	92 273	34 383	12	85 483	51 822	63 355
1981	506 843	101 147	110 434	40 995	14	112 309	64 631	77 313
1982	624 158	150 018	127 974	49 068	13	129 548	78 916	88 621
1983	801 871	215 185	162 332	59 037	6	145 774	97 016	122 521
1984	1 019 106	309 473	194 165	67 932	15	164 980	115 344	167 197
1985	1 333 918	401 267	285 205	81 552	67	211 715	141 953	212 159
1986	1 596 796	508 019	309 688	104 566	110	235 574	185 787	253 052
1987	1 835 167	604 500	374 566	124 484	111	229 175	224 530	277 801
1988	2 324 990	873 790	414 883	148 375	106	255 151	283 741	348 944
1989	2 728 752	941 390	575 517	170 728	111	260 534	348 416	432 056
1990	3 437 901	1 294 709	750 854	189 666	111	307 768	419 204	475 589
1991	4 596 342	2 063 582	856 798	211 865	111	338 864	545 749	579 373
1992	4 606 656	1 489 978	1 111 575	227 798	0	398 224	655 109	723 972
1993	4 998 046	1 675 154	1 025 220	238 121	0	415 123	687 611	956 817
1994	5 450 937	1 754 513	1 127 632	259 893	0	421 169	725 263	1 162 467
1995	6 377 879	2 448 692	536 978	290 069	0	981 615	804 668	1 315 857
1996	6 729 464	2 603 303	536 039	295 688	0	1 009 670	888 204	1 396 560
1997	9 955 775	5 527 427	505 937	274 370	0	1 081 582	1 038 773	1 527 686
1998	8 483 100	4 236 635	633 069	278 108	0	615 487	1 073 420	1 646 381

Quadro 9.6 — Receitas fiscais, 1833-1998

Fonte — De 1835-1837 a 1882-1883, Conta da Receita e Despesa do Tesouro Público; de 1883-1884 a 1919-1920, Conta Geral da Administração Financeira do Estado; de 1920-1921 em diante, Conta Geral do Estado. Valores construídos a partir da fonte.

Unidade — Milhares de contos.

Observações:

1 — A conta de 1833-1834 refere-se apenas aos fluxos relativos ao governo constitucional de Lisboa, excluindo, portanto, os fluxos relativos ao governo absolutista de Santarém.

2 — As receitas fiscais foram decompostas em quatro rubricas correspondentes a:

a) Impostos directos incidindo sobre o rendimento.

b) Direitos aduaneiros.

c) Impostos indirectos internos incidindo sobre a produção, o consumo, etc.

d) Impostos incidindo sobre as transmissões gratuitas ou onerosas da propriedade.

Indicam-se seguidamente os principais impostos incluidos em cada uma das rubricas e, quando relevante, as datas da sua criação e extinção.

Impostos directos — Décima (1641-1870), contribuição predial (1852-1989), contribuição industrial (1860-1989), contribuição de juros (1870-1922), imposto de rendimento (1880-1928), imposto sobre a aplicação de capitais (1922-1989), imposto pessoal de rendimento (1922-1928), imposto de salvação pública (1928-1941), imposto profissional (1929-1989), imposto complementar (1928-1989), imposto suplementar (1940-1964), imposto sobre os lucros de guerra (1942-1945), imposto sobre a indústria agrícola (1964-1989), imposto de mais-valias (1964-1989), imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (de 1989 em diante) e imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (de 1989 em diante).

Direitos aduaneiros — Direitos de exportação e direitos de importação.

Impostos indirectos — Imposto de selo (de 1797 em diante), contribuição pessoal (1860-1872), contribuição de rendas de casa (1872-1911), contribuição sumptuária (1872-1922), imposto de transacções (1922-1929 e 1966-1987), taxa de salvação nacional (1928-1966) e imposto sobre o valor acrescentado (de 1987 em diante).

Quadro 9.6 — Receitas fiscais, 1833-1998 (continuação)

Impostos sobre a transmissão da propriedade — Sisa (1832-1860 e de 1929 em diante), imposto sobre a transmissão da propriedade (1838-1860), contribuição de registo (1860-1929) e imposto sobre as sucessões e doações (de 1929 em diante).

ano	receitas fiscais	impostos directos	direitos aduaneiros	impostos indirectos internos	impostos sobre a transmissão da propriedade
1833-1834	3	+ 0	2	1	+ 0
1834-1835	6	1	4	2	+ 0
1835-1836	7	1	4	2	+ 0
1836-1837	6	1	4	1	+ 0
1837-1838	6	1	4	1	+ 0
1838-1839	7	1	4	1	+ 0
1839-1840	7	1	4	2	+ 0
1840-1841	6	1	3	2	+ 0
1841-1842	7	2	3	3	+ 0
1842-1843	7	1	3	3	+ 0
1843-1844	8	1	3	3	+ 0
1844-1845	8	1	3	3	+ 0
…					
1851-1852	9	2	4	3	+ 0
1852-1853	10	2	4	3	+ 0
1853-1854	9	3	4	3	+ 0
1854-1855	10	2	4	3	+ 0
1855-1856	10	3	4	3	+ 0
1856-1857	10	3	4	2	+ 0
1857-1858	10	3	4	2	+ 0
1858-1859	11	4	4	3	+ 0
1859-1860	10	3	4	3	+ 0
1860-1861	11	3	5	3	+ 0
1861-1862	12	3	5	4	1
1862-1863	13	3	6	3	1
1863-1864	13	3	6	3	1

Quadro 9.6 — Receitas fiscais, 1833-1998 (continuação)

ano	receitas fiscais	impostos directos	direitos aduaneiros	impostos indirectos internos	impostos sobre a transmissão da propriedade
1864-1865	15	3	5	6	1
1865-1866	13	3	5	4	1
1866-1867	13	3	5	4	1
1867-1868	14	4	5	5	1
1868-1869	14	4	4	5	1
1869-1870	15	4	5	5	1
1870-1871	15	5	5	5	1
1871-1872	16	5	6	5	1
1872-1873	17	4	6	5	1
1873-1874	19	5	7	6	1
1874-1875	20	5	7	7	1
1875-1876	21	5	8	7	1
1876-1877	21	5	7	7	1
1877-1878	22	5	8	7	1
1878-1879	24	5	8	9	1
1879-1880	20	5	8	5	1
1880-1881	22	5	9	7	2
1881-1882	25	5	10	8	2
1882-1883	23	5	8	8	2
1883-1884	25	5	9	8	2
1884-1885	26	6	10	9	2
1885-1886	27	5	10	9	2
1886-1887	29	5	12	10	2
1887-1888	32	6	13	11	2
1888-1889	32	6	13	10	2
1889-1890	32	6	14	10	2
1890-1891	33	6	14	10	2
1891-1892	32	7	11	12	2
1892-1893	35	10	13	11	2
1893-1894	39	11	15	12	2
1894-1895	38	10	14	12	2

Quadro 9.6 — Receitas fiscais, 1833-1998 (continuação)

ano	receitas fiscais	impostos directos	direitos aduaneiros	impostos indirectos internos	impostos sobre a transmissão da propriedade
1895-1896	43	11	17	12	2
1896-1897	40	11	14	13	3
1897-1898	40	11	12	13	3
1898-1899	41	12	14	13	3
1899-1900	44	12	15	14	3
1900-1901	45	13	15	14	3
1901-1902	43	12	13	15	3
1902-1903	45	12	15	15	3
1903-1904	47	13	16	15	3
1904-1905	48	13	17	15	3
1905-1906	48	13	17	15	3
1906-1907	47	13	15	16	3
1907-1908	50	13	16	18	3
1908-1909	50	14	16	18	3
1909-1910	51	14	16	18	3
1910-1911	50	13	15	18	3
1911-1912	51	14	15	18	4
1912-1913	56	15	18	18	4
1913-1914	53	11	19	18	5
1914-1915	46	11	12	17	5
1915-1916	47	11	12	18	6
1916-1917	50	11	14	19	6
1917-1918	49	11	11	20	7
1918-1919	64	16	15	24	9
1919-1920	88	15	28	31	14
1920-1921	131	35	39	39	18
1921-1922	173	49	54	50	20
1922-1923	321	76	100	116	29
1923-1924	555	104	224	182	45
1924-1925	734	183	209	290	52
1925-1926	815	236	244	267	68

Quadro 9.6 — Receitas fiscais, 1833-1998 (continuação)

ano	receitas fiscais	impostos directos	direitos aduaneiros	impostos indirectos internos	impostos sobre a transmissão da propriedade
1926-1927	907	228	317	288	74
1927-1928	1 069	231	383	363	92
1928-1929	1 444	406	551	371	116
1929-1930	1 549	501	585	335	127
1930-1931	1 439	456	566	307	110
1931-1932	1 482	485	554	319	124
1932-1933	1 497	485	542	326	144
1933-1934	1 548	463	586	343	156
1934-1935	2 426	695	934	566	231
1936	1 612	487	608	375	142
1937	1 663	510	589	390	174
1938	1 752	525	629	407	191
1939	1 684	528	554	411	191
1940	1 727	597	507	423	200
1941	1 911	634	586	456	236
1942	2 364	819	779	484	283
1943	2 453	891	798	508	257
1944	2 526	1 022	633	574	297
1945	2 570	1 080	584	620	287
1946	2 968	970	930	740	329
1947	3 386	1 016	1 186	819	365
1948	3 494	1 110	1 073	881	430
1949	3 687	1 205	1 063	1 052	367
1950	3 842	1 259	1 071	1 133	379
1951	4 280	1 303	1 348	1 214	415
1952	4 548	1 361	1 488	1 263	436
1953	4 539	1 471	1 357	1 237	474
1954	4 777	1 510	1 484	1 300	483
1955	5 134	1 579	1 641	1 387	527
1956	5 465	1 683	1 738	1 470	574
1957	5 790	1 803	1 845	1 562	580

Quadro 9.6 — Receitas fiscais, 1833-1998 (continuação)

ano	receitas fiscais	impostos directos	direitos aduaneiros	impostos indirectos internos	impostos sobre a transmissão da propriedade
1958	6 256	2 062	1 874	1 681	639
1959	6 637	2 138	1 990	1 806	703
1960	7 269	2 239	2 273	1 966	791
1961	8 247	2 425	2 547	2 436	839
1962	8 680	2 661	2 299	2 922	798
1963	9 428	2 918	2 390	3 205	915
1964	9 750	3 003	2 216	3 601	930
1965	11 527	4 161	2 863	3 516	987
1966	12 631	4 307	2 798	4 305	1 221
1967	14 928	4 343	2 950	6 473	1 162
1968	16 409	5 101	2 995	7 067	1 246
1969	18 873	6 101	3 423	7 947	1 402
1970	23 011	7 216	4 033	10 133	1 629
1971	24 798	7 579	4 079	11 231	1 909
1972	29 658	8 836	4 540	14 065	2 217
1973	35 498	10 786	4 725	17 088	2 899
1974	42 878	13 381	5 128	21 198	3 171
1975	48 235	13 538	5 581	26 784	2 332
1976	65 884	18 282	8 916	36 623	2 063
1977	91 297	26 463	12 797	49 346	2 691
1978	110 655	34 543	11 651	61 513	2 948
1979	139 896	48 602	10 551	77 014	3 729
1980	192 868	62 842	12 107	112 933	4 986
1981	257 171	91 056	15 600	144 045	6 470
1982	323 628	118 464	19 087	177 856	8 221
1983	434 492	169 624	23 008	228 909	12 951
1984	511 125	199 089	19 730	276 817	15 489
1985	629 366	257 650	22 047	329 108	20 561
1986	760 617	263 781	16 237	454 114	26 485
1987	1 008 140	275 541	18 719	699 393	14 487
1988	1 313 692	405 570	18 898	876 228	12 996

Quadro 9.6 — Receitas fiscais, 1833-1998 (continuação)

ano	receitas fiscais	impostos directos	direitos aduaneiros	impostos indirectos internos	impostos sobre a transmissão da propriedade
1989	1 621 140	595 830	18 957	999 275	7 078
1990	1 891 002	708 801	21 703	1 145 616	14 882
1991	2 295 918	921 279	19 697	1 335 362	19 580
1992	2 845 346	1 163 907	12 365	1 658 551	10 523
1993	2 786 209	1 108 454	1 725	1 666 247	9 783
1994	3 160 372	1 179 402	132	1 970 905	9 933
1995	3 396 930	1 311 488	175	2 073 939	11 328
1996	3 651 423	1 511 517	89	2 128 037	11 780
1997	3 992 462	1 670 128	242	2 308 086	14 006
1998	4 397 031	1 841 123	394	2 538 897	16 617

Quadro 9.7 — Dívida pública, 1851-1998

Fonte — Mata, 1993 e Valério, 1994, prolongados com os mesmos critérios utilizando a Conta Geral do Estado a partir de 1948.

Unidade — Milhares de contos.

Observação:

Os quantitativos da dívida pública foram repartidos por seis rubricas correspondentes ao cruzamento de duas classificações da dívida:

a) Uma que distingue, de acordo com o prazo de reembolso:

— a dívida consolidada, sem prazo de reembolso fixado;

— a dívida amortizável, com prazo de reembolso fixado e superior a um ano;

— a dívida flutuante, com prazo de reembolso fixado e inferior a um ano.

b) Outra que distingue, de acordo com o mercado de emissão:

— a dívida interna, emitida no mercado português;

— a dívida externa, emitida em mercados estrangeiros.

ano	dívida efectiva	consolidada interna	consolidada externa	amortizável interna	amortizável externa	flutuante interna	flutuante externa
1851	83	34	44	5	0	0	0
1852	91	39	47	4	0	0	0
1853	76	29	42	4	0	0	0
1854	92	42	45	4	1	1	0
1855	92	42	44	4	+ 0	1	0
1856	93	43	44	4	+ 0	2	0
1857	107	52	47	5	+ 0	2	0
1858	106	47	51	5	+ 0	3	0
1859	112	46	58	5	+ 0	2	0
1860	124	48	67	5	+ 0	3	0
1861	136	57	70	5	+ 0	4	0
1862	141	62	70	5	+ 0	3	0
1863	148	61	77	6	+ 0	4	0
1864	170	73	86	5	+ 0	6	0

Quadro 9.7 — Dívida pública, 1851-1998 (continuação)

ano	dívida efectiva	consolidada interna	consolidada externa	amortizável interna	amortizável externa	flutuante interna	flutuante externa
1865	183	83	89	4	+ 0	7	0
1866	184	87	87	4	+ 0	6	0
1867	193	93	86	1	+ 0	14	0
1868	226	111	102	1	+ 0	12	0
1869	246	127	105	1	+ 0	13	0
1870	261	146	105	1	+ 0	9	0
1871	308	151	145	1	+ 0	11	0
1872	307	145	145	2	+ 0	16	0
1873	308	145	142	4	0	16	0
1874	343	192	142	7	0	2	0
1875	351	194	142	11	0	4	0
1876	363	204	136	16	0	7	0
1877	380	212	136	15	1	16	0
1878	404	218	154	19	1	11	0
1879	406	205	165	21	1	13	0
1880	421	212	165	21	8	9	5
1881	417	220	165	21	8	3	0
1882	433	194	196	28	8	3	4
1883	444	201	195	28	8	5	5
1884	441	198	195	28	8	5	7
1885	489	213	236	28	8	2	1
1886	494	215	229	28	8	7	7
1887	502	214	229	41	8	10	0
1888	513	226	213	55	8	12	0
1889	526	210	209	20	75	13	0
1890	539	206	209	22	82	17	3
1891	583	205	209	23	127	14	5
1892	587	196	212	31	126	20	3
1893	625	235	205	46	121	17	2
1894	600	224	188	56	110	20	2
1895	599	218	188	56	110	25	1
1896	610	215	188	54	124	27	2

Quadro 9.7 — Dívida pública, 1851-1998 (continuação)

ano	dívida efectiva	consolidada interna	consolidada externa	amortizável interna	amortizável externa	flutuante interna	flutuante externa
1897	671	266	188	58	123	33	3
1898	665	253	188	57	122	39	5
1899	615	206	188	57	121	42	+ 0
1900	665	258	188	56	121	42	+ 0
1901	695	279	188	56	120	47	6
1902	683	268	188	55	119	52	2
1903	594	271	0	55	208	55	4
1904	610	282	0	57	206	56	9
1905	646	319	0	56	204	58	7
1906	649	312	0	60	203	62	12
1907	628	294	0	59	201	62	12
1908	627	289	0	59	200	66	14
1909	628	288	0	62	198	69	11
1910	670	333	0	65	189	70	12
1911	656	322	0	64	187	71	12
1912	661	322	0	63	186	78	12
1913	657	322	0	62	184	86	4
1914	648	314	0	65	182	88	+ 0
1915	744	312	0	66	248	116	+ 0
1916	806	316	0	66	265	143	15
1917	883	317	0	66	280	197	22
1918	994	317	0	228	293	130	26
1919	1 164	317	0	336	278	161	73
1920	1 553	316	0	455	413	172	196
1921	2 860	316	0	696	1 014	274	560
1922	4 002	316	0	818	1 552	410	906
1923	6 963	315	0	1 144	3 040	539	1 925
1924	8 048	664	0	1 475	3 281	418	2 211
1925	8 401	685	0	1 483	3 210	821	2 202
1926	8 900	714	0	1 482	3 137	1 350	2 217
1927	9 365	684	0	1 645	5 177	1 765	93
1928	9 573	688	0	1 646	5 243	1 939	57

Quadro 9.7 — Dívida pública, 1851-1998 (continuação)

ano	dívida efectiva	consolidada interna	consolidada externa	amortizável interna	amortizável externa	flutuante interna	flutuante externa
1929	9 547	754	0	1 662	5 305	1 825	0
1930	9 432	1 089	0	1 876	5 256	1 211	0
1931	9 583	1 171	0	1 615	5 833	965	0
1932	9 867	1 103	0	1 800	5 857	1 107	0
1933	7 394	1 465	0	1 975	3 330	623	0
1934	7 270	1 915	0	2 001	3 322	32	0
1935	7 208	1 960	0	1 977	3 271	0	0
1936	7 186	2 652	0	1 289	3 245	0	0
1937	7 238	2 736	0	1 277	3 225	0	0
1938	7 200	2 719	0	1 298	3 183	0	0
1939	7 154	2 742	0	1 314	3 099	0	0
1940	6 391	4 122	0	1 315	954	0	0
1941	6 615	4 222	0	1 498	896	0	0
1942	8 243	5 389	0	1 978	875	0	0
1943	8 760	5 938	0	1 960	863	0	0
1944	9 410	6 098	0	2 461	851	0	0
1945	9 884	6 293	0	2 756	835	0	0
1946	10 437	6 588	0	3 023	826	0	0
1947	10 297	6 494	0	2 985	818	0	0
1948	10 230	6 487	0	2 934	810	0	0
1949	10 258	6 744	0	2 868	647	0	0
1950	10 504	6 975	0	2 889	640	0	0
1951	11 018	7 204	0	3 088	725	0	0
1952	11 133	7 164	0	3 216	753	0	0
1953	11 120	7 360	0	3 080	679	0	0
1954	11 652	7 800	0	3 159	693	0	0
1955	11 686	7 974	0	3 028	685	0	0
1956	11 717	8 147	0	2 897	673	0	0
1957	11 734	8 311	0	2 766	656	0	0
1958	14 790	8 481	0	4 310	1 999	0	0
1959	15 330	8 644	0	4 735	1 951	0	0
1960	16 174	9 582	0	4 693	1 899	0	0

Quadro 9.7 — Dívida pública, 1851-1998 (continuação)

ano	dívida efectiva	consolidada interna	consolidada externa	amortizável interna	amortizável externa	flutuante interna	flutuante externa
1961	17 552	10 220	0	5 493	1 839	0	0
1962	21 524	10 689	0	5 612	5 223	0	0
1963	24 731	11 391	0	7 017	6 323	0	0
1964	28 276	11 789	0	8 573	7 914	0	0
1965	30 570	12 527	0	9 513	8 530	0	0
1966	32 413	13 275	0	9 722	9 416	0	0
1967	33 152	13 957	0	10 120	9 075	0	0
1968	33 304	14 646	0	10 346	8 312	0	0
1969	34 981	15 447	0	11 332	8 202	0	0
1970	38 658	15 958	0	12 812	9 888	0	0
1971	42 723	16 863	0	14 104	11 756	0	0
1972	46 499	17 463	0	17 620	11 416	0	0
1973	53 626	17 986	0	21 749	13 891	0	0
1974	62 809	17 933	0	29 573	15 303	0	0
1975	100 340	16 421	0	65 523	18 396	0	0
1976	151 397	17 789	0	107 839	25 769	0	0
1977	210 549	17 688	0	160 664	32 197	0	0
1978	292 530	17 597	0	206 198	68 735	0	0
1979	253 773	5 097	0	162 738	85 938	0	0
1980	466 918	5 043	0	353 518	108 357	0	0
1981	709 702	5 021	0	539 660	165 021	0	0
1982	938 834	4 993	0	654 389	279 452	0	0
1983	1 302 540	5 010	0	819 604	477 926	0	0
1984	1 773 625	4 950	0	1 063 088	705 587	0	0
1985	2 343 372	4 941	0	1 402 342	786 089	150 000	0
1986	2 858 292	5 003	0	1 560 819	792 470	500 000	0
1987	3 768 076	5 081	0	2 119 704	843 291	800 000	0
1988	4 511 583	5 086	0	2 734 707	939 570	832 220	0
1989	5 180 194	4 988	0	3 399 082	922 800	853 324	0
1990	5 671 315	4 933	0	4 031 662	673 380	961 340	0
1991	6 584 002	4 858	0	4 704 577	534 850	1 339 717	0
1992	7 048 897	4 892	0	5 440 135	542 934	1 060 936	0

Quadro 9.7 — Dívida pública, 1851-1998 (continuação)

ano	dívida efectiva	consolidada interna	consolidada externa	amortizável interna	amortizável externa	flutuante interna	flutuante externa
1993	8 225 777	4 892	0	6 338 336	992 193	890 356	0
1994	9 328 602	3 989	0	6 719 410	1 371 527	1 233 676	0
1995	10 509 910	3 898	0	7 417 901	1 837 491	1 250 620	0
1996	11 161 220	3 895	0	7 831 943	1 973 898	1 351 484	0
1997	11 365 911	3 947	0	7 791 675	2 527 822	1 042 467	0
1998	11 677 376	3 906	0	8 391 725	2 906 044	375 791	0

CAPÍTULO 10 — RELAÇÕES ECONÓMICAS EXTERNAS

PAULA FONTOURA (Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

1 — Comércio

O primeiro aspecto das relações externas da economia portuguesa a ser alvo de registo estatístico foi, evidentemente, o do comércio, e isso por duas razões: era o de maior vulto quantitativo nas épocas anteriores à formação da economia mundial contemporânea e nos primórdios desta; e era aquele que proporcionava maiores receitas ao Estado, através da cobrança dos direitos aduaneiros, particularmente dos direitos de importação. A elaboração de estatísticas anuais do comércio externo português, classificado por tipos de bens e por parceiros comerciais, começou intermitentemente no segundo terço do século 19 e tornou-se regular a partir de 1865. Essas estatísticas foram publicadas com as seguintes designações:

a) Em 1842, 1843, 1848, 1851, 1855, 1856 e 1861 e de 1865 a 1867 — Mappas Geraes do Commercio de Portugal.

b) De 1868 a 1879 — Estatistica Geral do Commercio de Portugal.

c) De 1880 a 1896 — Estatistica do Commercio de Portugal.

d) De 1897 a 1920 — Commercio e Navegação.

e) De 1921 a 1937 — Estatística Comercial.

f) De 1938 a 1966 — Comércio externo.

g) De 1967 a 1992 — Estatísticas do Comércio Externo.

h) De 1993 em diante — Estatísticas do Comércio Internacional.

No ano de 1968, as Estatísticas do Comércio Externo publicaram ainda uma retrospectiva dos valores globais do comércio externo português para os anos de 1776, 1777, 1796, 1797 e de 1799 a 1831.

São os valores globais das exportações de mercadorias nacionais e nacionalizadas valorizadas numa base f. o. b. e das importações para consumo valorizadas numa base c. i. f. que se apresentam no quadro 10.1, juntamente com os valores do total dos direitos de importação, recolhidos nas contas do Estado a partir da época (1921) em que deixaram de ser incluídos nas estatísticas do comércio externo. Os valores globais das exportações e importações apresentados excluem, portanto, a reexportação, o trânsito e a baldeação. Excluem também o comércio de ouro e prata em barra e moeda.

*

A exactidão das estatísticas portuguesas de comércio externo suscitou, como é natural, alguma discussão, sendo geralmente admitido que existe alguma subavaliação das importações por causa do contrabando e subavaliação das exportações, especialmente durante a década de 1920, devido à existência de controles de câmbios, envolvendo elevados direitos de exportação, ainda que reembolsáveis. É também geralmente admitido que o rigor das estatísticas do comércio internacional diminuiu a partir de 1993, devido à abolição dos registos aduaneiros nas transacções com os países da União Europeia.

Pedro Lains foi recentemente mais longe e publicou séries corrigidas do comércio externo português para os anos do período de 1842 a 1913 para os quais há dados oficiais (Lains, 1992). Decidimos não utilizar as séries corrigidas por duas razões — impossibilidade da sua ligação às séries oficiais para o período posterior a 1913 e comportamento muito estranho das séries quando confrontadas com a evolução cambial — já desenvolvidamente expostas noutro local (Fontoura, Valério, 2000).

2 — Operações monetárias

O segundo aspecto das relações económicas externas a suscitar atenção dos poderes públicos foi, evidentemente, o das operações monetárias, e isso normalmente para proibir a exportação de moeda e de metais preciosos numa perspectiva mercantilista.

A partir da época em que tais proibições tinham acabado e estatísticas regulares do comércio externo começaram a ser publicadas, começa igualmente a dispôr-se de alguma informação sobre as operações monetárias com o exterior, mais precisamente sobre a entrada e saída de ouro e prata em barra e moeda. Esse tipo de operação é o único sobre o qual se tem informação desde 1848 até 1890. A partir de então pode juntar-se a ela a das variações líquidas de reservas de meios de pagamentos internacionais na posse do Banco de Portugal. E a partir de 1931 dispõe-se ainda de informações, provenientes do Banco de Portugal, sobre as variações líquidas das disponibilidades e responsabilidades do conjunto do sistema bancário em relação ao exterior. São estas informações que permitem construir uma estimativa do saldo das operações monetárias para os anos de 1842, 1843, 1848, 1851, 1855, 1856 e de 1861 a 1947.

No quadro 10.2, esta estimativa do saldo das operações monetárias é comparada com a balança comercial, calculada como a diferença entre as exportações f. o. b. e as importações c. i.

f. apresentadas no quadro 10.1, e é apresentada uma estimativa dos movimentos invisíveis (invisíveis correntes + movimentos de capitais), calculada por diferença.

É possível argumentar que a balança comercial aqui introduzida é uma estimativa grosseira da balança de mercadorias e serviços (excluindo turismo), porque o pagamento de fretes e seguros de mercadorias importadas a operadores estrangeiros é a principal rubrica da balança de serviços (excluindo turismo). Por exemplo, durante o período de 1948 a 1993, 38 dos 46 anos apresentam uma diferença entre a balança comercial e a balança de mercadorias e serviços (excluindo turismo) inferior a 10 %.

Deve sublinhar-se que a estimativa dos movimentos monetários apresentada conduz a valores perfeitamente plausíveis para a maior parte do século 19 e para os anos posteriores a 1932, mas a valores bastante implausíveis (considerando a evolução da taxa de câmbio) para o período de 1899-1931, sugerindo que as variações líquidas das disponibilidades e responsabilidades do conjunto do sistema bancário em relação ao exterior (desconhecidas) eram bastante significativas.

3 — Balança de pagamentos

Só depois da Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1948, se iniciou a publicação regular de dados estatísticos relativos à generalidade das rubricas da balança de pagamentos de Portugal. Tais dados constam desde então com regularidade das Estatísticas Financeiras, a partir de 1969 denominadas Estatísticas Monetárias e Financeiras, publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, e dos Relatórios do Banco de Portugal, embora sofram de lacunas no que respeita aos movimentos de capitais até meados da década de 1960 e de algumas mudanças de critérios de organização que tornam essas séries menos úteis.

Recentemente, o Banco de Portugal publicou em Pinheiro et alii, 1997 séries da balança de pagamentos de Portugal para os anos de 1948 a 1993 organizadas com critérios uniformes. São essas séries, prolongadas com os dados definitivos publicados nas Estatísticas Monetárias e Financeiras e nos Relatórios do Banco de Portugal, que constituem a base dos quadros 10.3, 10.4 e 10.5.

4 — Câmbios

Não existem dados de confiança recolhidos e publicados para as taxas de câmbio da unidade monetária portuguesa para os anos até 1854.

Desde o segundo semestre de 1854 até ao primeiro semestre de 1891, as taxas de câmbio da unidade monetária portuguesa flutuaram entre os pontos de entrada e de saída do ouro, isto é, em torno do par, que era então de 4 500 réis por libra esterlina, de acordo com as regras do padrão-ouro.

Desde o segundo semestre de 1891 até ao primeiro semestre de 1931, as taxas de câmbio da unidade monetária portuguesa flutuaram livremente, devido à existência de um regime monetário convencional em Portugal. Houve tentativas de estabelecer regimes de controle de câmbios entre Setembro e Dezembro de 1914, entre Setembro e Outubro de 1918, entre Dezembro de 1919 e Maio de 1920 e a partir de Setembro de 1921, mas não tiveram êxito, excepto parcialmente a última. Houve tentativas para intervir no mercado cambial a partir de Junho de 1922, através de compras e vendas por conta de um Fundo de Maneio Cambial, constituído com divisas obtidas através da obrigatoriedade de venda das divisas obtidas pelos exportadores, agora com algum êxito a partir de Julho de 1924.

Entre 1 de Julho e 21 de Setembro de 1931, as taxas de câmbio da unidade monetária portuguesa flutuaram entre pontos de entrada e de saída convencionais, isto é, em torno do par, que era então de 110 escudos por libra esterlina, de acordo com as regras do padrão-divisas-ouro.

Entre 22 de Setembro de 1931 e 31 de Agosto de 1991, as taxas de câmbio da unidade monetária portuguesa flutuaram de forma controlada pelo Banco de Portugal. De Setembro de 1931 a Setembro de 1939, o controle visou a estabilidade face à libra esterlina, excepto em períodos fugazes de excepcional desvalorização desta, períodos em que o dólar americano e o franco francês foram utilizados como padrão de referência. De Setembro de 1939 a Setembro de 1949, o controle visou uma estabilidade conjunta face à libra esterlina e ao dólar americano, que, na prática, correspondeu a uma transição gradual de uma moeda para a outra como padrão de referência. De Setembro de 1949 a Março de 1973, o controle visou a estabilidade face ao dólar americano (entre Novembro de 1960 e Março de 1973, esta política processou-se no contexto das regras do Fundo Monetário Internacional, com alguma apreciação face ao dólar americano entre Agosto de 1971 e Março de 1973). De Março de 1973 a Janeiro de 1976, o controle foi concebido para estabilizar a taxa de câmbio efectiva do escudo em relação a um cabaz de moedas estrangeiras consideradas representativas das relações externas da economia. De Janeiro de 1976 a Agosto de 1991, o controle visou sobretudo a garantia de competitividade externa das actividades económicas portuguesas. Durante o primeiro semestre de 1976, houve uma primeira experiência de desvalorização gradual, que foi interrompida durante a maior parte do segundo semestre de 1976 e restabelecida entre Dezembro de 1976 e Fevereiro de 1977. Aos 10 % de desvalorização provocados por estas medidas, foi adicionada uma desvalorização de 25 % em 25 de Fevereiro de 1977. Seguiu-se uma nova tentativa de estabilização, mas em 25 de Agosto de 1977 foi adoptado um esquema de desvalorização deslizante — desvalorização de

1 % por mês. Em 5 de Maio de 1978 houve uma desvalorização de 6,1 % e uma aceleração da desvalorização deslizante para 1,25 % por mês. A desvalorização deslizante foi reduzida para 1 % por mês em Abril de 1979 e para 0,75 % em Junho do mesmo ano. Em 12 de Fevereiro de 1980 foi mesmo feita uma revalorização de 6 % e em Junho do mesmo ano a desvalorização deslizante foi reduzida para 0,5 % por mês, mas em Dezembro de 1981 foi aumentada de novo para 0,75 % por mês. Houve desvalorizações adicionais de 1,3 % em 1 de Abril de 1982, de 9,4 % em 16 de Junho de 1982 e de 2 % em 23 de Março de 1983, a desvalorização deslizante foi aumentada para 1 % por mês dessa data em diante e houve uma desvalorização de 12 % em 22 de Junho de 1983. A desvalorização deslizante foi interrompida entre Novembro de 1985 e Março de 1986 e então retomada a um ritmo de 0,9 % por mês, o qual foi reduzido para 0,7 % por mês em Junho de 1986, 0,6 % por mês em Outubro de 1986, 0,5 % por mês em Janeiro de 1987, 0,4 % por mês em Janeiro de 1988, 0,3 % por mês em Abril de 1988 e 3 % por ano em Janeiro de 1989.

A partir de 1 de Setembro de 1991, na seqüência da publicação do decreto-lei 176/91 de 14 de Maio de 1991 liberalizando a generalidade das operações cambiais, liberalização concluída a 16 de Dezembro de 1992, as taxas de câmbio da unidade monetária portuguesa flutuaram livremente, devido ao desaparecimento dos esquemas de controle de câmbios anteriormente existentes.

Em 6 de Abril de 1992, o escudo português foi integrado no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, com a taxa central inicial de 178,735 escudos/ecu, passando a realizar-se as intervenções do Banco de Portugal no mercado necessárias para garantir que a flutuação em relação às restantes moedas do sistema se fizesse dentro das margens estabelecidas por esse sistema (inicialmente ± 6%). A taxa central e as margens de flutuação foram depois várias vezes modificadas: a taxa central passou a ser de 182,194 escudos/ecu em 23 de Novembro de 1992, de 194,036 escudos/ecu em 13 de Maio de 1993 e de 200,827 escudos/ecu em 6 de Março de 1995; a banda de flutuação foi alargada para ± 15% em Agosto de 1993.

A partir de 1999, a unidade monetária portuguesa deixou de existir legalmente, devido à integração de Portugal na zona euro, com o factor de conversão 1 euro = 200,482 escudos.

As taxas de câmbio apresentadas no quadro 10.6 reflectem a orientação dominante do sistema monetário internacional e das autoridades monetárias portuguesas. Até 1931, a preocupação quase exclusiva era a taxa de câmbio da libra, moeda dominante a nível internacional e moeda do principal parceiro comercial e financeiro de Portugal. Entre 1931 e 1949, verificou-se uma transição entre a libra e o dólar, iniciada com o abandono da convertibilidade em ouro da libra em 21 de Setembro de 1931 e terminada com a desvalorização da libra de 18 de Setembro de 1949. Entre 1949 e 1985, a preocupação dominante foi a taxa de câmbio do dólar, moeda dominante a nível internacional e moeda em que se fazia uma parte

maioritária das transacções comerciais e financeiras de Portugal. Entre 1985 e 1998, a unidade de conta europeia e a sua principal âncora, o marco, tornaram-se tão importantes quanto o dólar como padrão de referência para as autoridades monetárias portuguesas. Com a integração de Portugal na zona euro em 1999, a taxa de câmbio mais relevante (para as autoridades monetárias europeias em geral) passou a ser a taxa de câmbio do euro em relação ao dólar.

Referências

FONTOURA, Paula; VALÉRIO, Nuno — Foreign economic relations and economic growth in Portugal 1840-1990. a long term view. Économies et Sociétés, 3/2000.

LAINS, Pedro — Foreign trade and economic growth in the European periphery: Portugal, 1851-1913. Dissertação de doutoramento apresentada no Instituto Universitário Europeu, 1992.

PINHEIRO, Maximiano; et allii — Séries longas para a economia portuguesa. Lisboa: Banco de Portugal,1997.

Quadros

10.1 — Comércio externo e direitos de importação 1776-1998
10.2 — Balança comercial e operações monetárias 1776-1998
10.3 — Balança de pagamentos 1948-1998
10.4 — Balança de transacções correntes 1948-1998
10.5 — Balança de movimentos de capitais 1965-1998
10.6 — Taxas de câmbio 1891-1998

Quadro 10.1 — Comércio externo e direitos de importação 1776-1998

Fonte — Ver texto de introdução ao capítulo.

Unidade — Milhares de contos.

ano	exportações	importações	direitos de importação
1776	9	10	-
1777	8	9	-
...			
1796	21	24	-
1797	11	19	-
1798	-	-	-
1799	32	33	-
1800	31	33	-
1801	35	34	-
1802	32	29	-
1803	30	28	-
1804	30	30	-
1805	30	35	-
1806	31	31	-
1807	27	29	-
1808	7	3	-
1809	12	14	-
1810	13	21	-
1811	8	43	-
1812	9	39	-
1813	10	38	-
1814	20	32	-
1815	23	37	-
1816	21	30	-
1817	21	27	-
1818	23	31	-

Quadro 10.1 — Comércio externo e direitos de importação 1776-1998 (continuação)

ano	exportações	importações	direitos de importação
1819	16	24	-
1820	16	21	-
1821	14	22	-
1822	14	19	-
1823	10	17	-
1824	10	17	-
1825	13	16	-
1826	9	15	-
1827	11	16	-
1828	10	12	-
1829	9	12	-
1830	9	13	-
1831	7	10	-
...			
1842	7	10	2
1843	7	12	3
...			
1848	8	11	3
...			
1851	8	12	4
...			
1855	12	16	4
1856	15	19	4
...			
1861	14	25	5
...			
1865	16	24	8
1866	17	25	7
1867	16	26	7
1868	16	24	7
1869	17	22	6
1870	20	24	7
1871	21	24	6

Quadro 10.1 — Comércio externo e direitos de importação 1776-1998 (continuação)

ano	exportações	importações	direitos de importação
1872	23	27	8
1873	24	30	8
1874	23	27	8
1875	24	34	10
1876	21	30	9
1877	23	31	10
1878	18	29	10
1879	18	33	12
1880	25	32	9
1881	21	33	10
1882	23	34	11
1883	23	31	12
1884	23	33	13
1885	23	33	14
1886	26	37	15
1887	21	37	16
1888	23	38	14
1889	23	42	14
1890	22	44	15
1891	21	40	13
1892	25	31	10
1893	23	38	14
1894	24	36	14
1895	27	40	16
1896	26	40	15
1897	27	40	13
1898	31	49	12
1899	29	51	15
1900	31	60	16
1901	28	58	15
1902	28	56	14
1903	31	59	16
1904	31	62	17

Quadro 10.1 — Comércio externo e direitos de importação 1776-1998 (continuação)

ano	exportações	importações	direitos de importação
1905	29	61	17
1906	31	60	17
1907	30	62	16
1908	28	67	17
1909	31	65	16
1910	36	70	16
1911	34	68	16
1912	34	75	17
1913	35	89	20
1914	27	69	17
1915	34	76	12
1916	56	129	12
1917	55	137	11
1918	83	178	10
1919	107	229	14
1920	222	691	26
1921	225	933	40
1922	444	1 252	69
1923	684	2 229	147
1924	949	2 958	198
1925	862	2 484	213
1926	736	2 342	271
1927	723	2 663	342
1928	1 029	2 679	455
1929	1 073	2 529	554
1930	945	2 406	565
1931	812	1 674	552
1932	791	1 707	539
1933	802	1 905	555
1934	909	1 965	595
1935	923	2 294	612
1936	1 026	1 994	599
1937	1 202	2 353	578

Quadro 10.1 — Comércio externo e direitos de importação 1776-1998 (continuação)

ano	exportações	importações	direitos de importação
1938	1 139	2 300	619
1939	1 336	2 077	543
1940	1 619	2 441	483
1941	2 972	2 468	528
1942	3 939	2 477	421
1943	4 035	3 323	437
1944	3 166	3 920	479
1945	3 237	4 050	510
1946	4 587	6 857	867
1947	4 307	9 445	1 131
1948	4 295	10 351	1 073
1949	4 089	9 043	1 225
1950	5 334	7 879	1 071
1951	7 559	9 472	1 348
1952	6 811	9 988	1 488
1953	6 283	9 513	1 357
1954	7 297	10 085	1 484
1955	8 165	11 453	1 641
1956	8 621	12 725	1 738
1957	8 289	14 422	1 845
1958	8 299	13 809	1 874
1959	8 351	13 681	1 990
1960	9 408	15 695	2 273
1961	9 373	18 863	2 548
1962	10 632	16 830	2 299
1963	12 024	18 866	2 390
1964	14 831	22 377	2 341
1965	16 573	26 553	3 029
1966	17 812	29 406	2 992
1967	20 166	30 453	3 112
1968	21 917	33 858	3 112
1969	24 526	37 262	3 533
1970	27 299	45 495	4 896

Quadro 10.1 — Comércio externo e direitos de importação 1776-1998 (continuação)

ano	exportações	importações	direitos de importação
1971	30 248	52 416	4 786
1972	35 255	60 684	4 890
1973	45 410	74 776	4 725
1974	58 014	118 095	5 128
1975	49 328	99 474	5 581
1976	55 089	130 859	8 916
1977	77 685	190 684	12 797
1978	106 451	230 128	11 650
1979	176 051	331 927	10 551
1980	231 623	475 486	12 107
1981	256 913	609 014	15 600
1982	331 743	756 981	19 087
1983	508 568	899 340	23 006
1984	760 580	1 160 633	19 721
1985	971 747	1 326 529	22 041
1986	1 082 261	1 444 026	16 236
1987	1 311 003	1 965 315	18 449
1988	1 581 957	2 570 265	18 899
1989	2 015 711	3 003 196	18 956
1990	2 335 798	3 589 570	21 703
1991	2 354 083	3 811 076	19 697
1992	2 475 202	4 087 577	12 365
1993	2 474 401	3 882 777	1 725
1994	2 975 639	4 514 296	132
1995	3 501 819	5 028 697	175
1996	3 795 868	5 427 132	89
1997	4 195 050	6 139 709	242
1998	4 461 034	6 914 779	394

Quadro 10.2 — Balança comercial e operações monetárias 1776-1998

Fonte — Ver texto de introdução ao capítulo.

Unidade — Milhares de contos.

ano	balança comercial	operações invisíveis	operações monetárias
1776	- 1	?	?
1777	- 1	?	?
...			
1796	- 3	?	?
1797	- 8	?	?
...			
1799	- 1	?	?
1800	- 2	?	?
1801	+ 1	?	?
1802	+ 3	?	?
1803	+ 2	?	?
1804	0	?	?
1805	- 5	?	?
1806	0	?	?
1807	- 2	?	?
1808	+ 4	?	?
1809	- 2	?	?
1810	- 8	?	?
1811	- 35	?	?
1812	- 30	?	?
1813	- 28	?	?
1814	- 12	?	?
1815	- 14	?	?
1816	- 9	?	?
1817	- 6	?	?
1818	- 8	?	?

Quadro 10.2 — Balança comercial e operações monetárias 1776-1998 (continuação)

ano	balança comercial	operações invisíveis	operações monetárias
1819	- 8	?	?
1820	- 5	?	?
1821	- 8	?	?
1822	- 5	?	?
1823	- 7	?	?
1824	- 7	?	?
1825	- 3	?	?
1826	- 6	?	?
1827	- 5	?	?
1828	- 2	?	?
1829	- 3	?	?
1830	- 4	?	?
1831	- 3	?	?
...			
1842	- 3	- 3	+ 0
1843	- 5	- 5	+ 0
...			
1848	- 2	+ 2	+ 0
...			
1851	- 4	+ 6	- 2
...			
1854	?	?	- 3
1855	- 4	+ 7	- 3
1856	- 4	+ 5	- 1
...			
1861	- 11	+ 13	- 2
1862	?	?	- 4
1863	?	?	- 2
1864	?	?	0
1865	- 8	+ 5	+ 3
1866	- 8	+ 8	+ 0
1867	- 10	+ 9	+ 1
1868	- 8	+ 7	+ 1

Quadro 10.2 — Balança comercial e operações monetárias 1776-1998 (continuação)

ano	balança comercial	operações invisíveis	operações monetárias
1869	- 5	+ 5	+ 0
1870	- 4	+ 5	- 1
1871	- 2	+ 6	- 4
1872	- 4	+ 6	- 2
1873	- 7	+ 11	- 4
1874	- 4	+ 5	- 1
1875	- 9	+ 11	- 2
1876	- 9	+ 12	- 3
1877	- 8	+ 7	+ 1
1878	- 10	+ 12	- 2
1879	- 15	+ 14	+ 1
1880	- 8	+ 11	- 3
1881	- 13	+ 16	- 3
1882	- 11	+ 12	- 1
1883	- 8	+ 11	- 3
1884	- 10	+ 13	- 3
1885	- 10	+ 13	- 3
1886	- 11	+ 20	- 9
1887	- 16	+ 20	- 4
1888	- 15	+ 21	- 6
1889	- 18	+ 26	- 8
1890	- 23	+ 27	- 4
1891	- 18	- 8	+ 26
1892	- 6	+ 2	+ 4
1893	- 15	+ 9	+ 6
1894	- 12	+ 9	+ 3
1895	- 13	+ 13	0
1896	- 13	+ 9	+ 4
1897	- 13	+ 11	+ 2
1898	- 18	+ 19	- 1
1899	- 22	+ 20	+ 2
1900	- 29	+ 27	+ 2
1901	- 29	+ 28	+ 1

Quadro 10.2 — Balança comercial e operações monetárias 1776-1998 (continuação)

ano	balança comercial	operações invisíveis	operações monetárias
1902	- 27	+ 27	+ 0
1903	- 28	+ 28	+ 0
1904	- 31	+ 29	+ 2
1905	- 32	+ 34	- 2
1906	- 30	+ 28	+ 2
1907	- 31	+ 31	+ 0
1908	- 39	+ 38	+ 1
1909	- 34	+ 38	- 4
1910	- 34	+ 30	+ 4
1911	- 34	+ 38	- 4
1912	- 40	+ 42	- 2
1913	- 54	+ 51	+ 3
1914	- 42	+ 43	-1
1915	- 42	+ 44	- 2
1916	- 73	+ 73	0
1917	- 82	+ 83	- 1
1918	- 95	+ 97	- 2
1919	- 122	+ 121	+ 1
1920	- 469	+ 470	- 1
1921	- 708	+ 709	- 1
1922	- 808	+ 809	0
1923	- 1 545	+ 1 545	0
1924	- 2 009	+ 2 037	- 28
1925	- 1 622	+ 1 630	- 8
1926	- 1 606	+ 1 608	- 2
1927	- 1 940	+ 1 933	+ 7
1928	- 1 650	+ 1 645	+ 5
1929	- 1 456	+ 1 455	+ 1
1930	- 1 461	+ 1 462	- 1
1931	- 862	+ 1 850	- 988
1932	- 916	+ 1 181	- 265
1933	- 1 103	+ 1 209	- 106
1934	- 1 056	+ 1 041	+ 15

Quadro 10.2 — Balança comercial e operações monetárias 1776-1998 (continuação)

ano	balança comercial	operações invisíveis	operações monetárias
1935	- 1 371	+ 1 302	+ 69
1936	- 968	+ 1 178	+ 210
1937	- 1 151	+ 1 382	- 231
1938	- 1 161	+ 996	+ 165
1939	- 741	+ 1 132	- 391
1940	- 822	+ 1 481	- 659
1941	+ 504	+ 3 214	- 3 718
1942	+ 1 462	+ 3 066	- 4 528
1943	+ 712	+ 993	- 1 705
1944	- 754	+ 3 429	- 2 675
1945	- 813	+ 2 669	- 1 856
1946	- 2 270	+ 2 772	- 502
1947	- 5 138	+ 2 339	+ 2 799
1948	- 6 056	+ 2 794	+ 3 262
1949	- 4 954	+ 4 869	+ 85
1950	- 2 545	+ 3 731	- 1 186
1951	- 1 913	+ 4 256	- 2 343
1952	- 3 177	+ 3 672	- 495
1953	- 3 230	+ 5 205	- 1 975
1954	- 2 788	+ 4 213	- 1 425
1955	- 3 288	+ 3 722	- 434
1956	- 4 104	+ 5 112	- 1 008
1957	- 6 133	+ 6 225	- 92
1958	- 5 510	+ 5 705	- 195
1959	- 5 330	+ 5 705	- 375
1960	- 6 287	+ 6 165	+ 122
1961	- 9 490	+ 7 113	+ 2 377
1962	- 6 198	+ 11 239	- 5 041
1963	- 6 842	+ 8 709	- 1 867
1964	- 7 546	+ 10 684	- 3 138
1965	- 9 980	+ 12 206	- 2 226
1966	- 11 594	+ 15 622	- 4 028
1967	- 10 287	+ 14 876	- 4 589

Quadro 10.2 — Balança comercial e operações monetárias 1776-1998 (continuação)

ano	balança comercial	operações invisíveis	operações monetárias
1968	- 11 941	+ 16 357	- 4 416
1969	- 12 736	+ 15 226	- 2 490
1970	- 18 196	+ 20 421	- 2 225
1971	- 22 168	+ 31 412	- 9 244
1972	- 25 429	+ 33 094	- 7 665
1973	- 29 366	+ 39 200	- 9 834
1974	- 60 081	+ 46 866	+ 13 215
1975	- 50 146	+ 25 194	+ 24 952
1976	- 75 770	+ 42 487	+ 33 283
1977	- 112 999	+ 53 524	+ 59 475
1978	- 123 677	+ 133 033	- 9 356
1979	- 155 876	+ 194 233	- 38 357
1980	- 243 863	+ 278 863	- 35 000
1981	- 352 101	+ 340 881	+ 11 220
1982	- 425 238	+ 432 460	- 7 222
1983	- 390 772	+ 303 456	+ 87 316
1984	- 400 053	+ 459 374	- 59 321
1985	- 354 782	+ 522 634	- 167 852
1986	- 361 765	+ 328 704	+ 33 061
1987	- 654 312	+ 920 896	- 266 584
1988	- 988 308	+ 1 180 683	- 192 275
1989	- 987 485	+ 1 536 600	- 549 115
1990	- 1 253 772	+ 1 746 832	- 493 060
1991	- 1 456 993	+ 2 042 256	- 585 263
1992	- 1 612 375	+ 1 857 584	- 245 209
1993	- 1 408 376	+ 1 863 473	- 455 097
1994	- 1 538 662	+ 1 006 762	+ 531 900
1995	- 1 526 878	+ 788 978	+ 737 900
1996	- 1 631 264	+ 461 964	+ 1 169 300
1997	- 1 944 659	+ 2 164 759	- 220 100
1998	- 2 453 745	+ 2 549 645	- 95 900

Quadro 10.3 — Balança de pagamentos 1946-1998

Fonte — Ver texto de introdução ao capítulo.

Unidade — Milhares de contos. A partir de 1994, os valores são apresentados na fonte em milhões de contos com uma casa decimal.

ano	transacções correntes	movimentos de capitais	erros e omissões / / ajustamentos	operações monetárias
1948	- 4 157	+ 895	0	+ 3 262
1949	- 3 129	+ 3 044	0	+ 85
1950	- 345	+ 1 531	0	- 1 186
1951	+ 15	+ 2 328	0	- 2 343
1952	-1 623	+ 2 118	0	- 495
1953	-1 573	+ 3 548	0	- 1 975
1954	-1 102	+ 2 527	0	- 1 425
1955	-1 331	+ 1 765	0	- 434
1956	- 881	+ 1 889	0	- 1 008
1957	-1 809	+ 1 901	0	- 92
1958	- 536	+ 731	0	- 195
1959	- 888	+ 1 263	0	- 375
1960	-1 701	+ 1 579	0	+ 122
1961	-7 870	+ 5 493	0	+ 2 377
1962	-1 192	+ 6 233	0	- 5 041
1963	-1 317	+ 3 184	0	- 1 867
1964	+ 56	+ 3 082	0	- 3 138
1965	- 460	+ 1 002	+ 1 684	- 2 226
1966	+ 1 924	+ 3 244	- 1 140	- 4 028
1967	+ 4 866	+ 2 403	- 2 680	- 4 589
1968	+ 1 193	+ 2 644	+ 579	- 4 416
1969	+ 4 693	- 794	- 1 409	- 2 490
1970	+ 1 713	- 104	+ 616	- 2 225
1971	+ 3 894	+ 1 733	+ 3 617	- 9 244
1972	+ 8 627	- 3 779	+ 2 817	- 7 665

Quadro 10.3 — Balança de pagamentos 1946-1998 (continuação)

ano	transacções correntes	movimentos de capitais	erros e omissões / / ajustamentos	operações monetárias
1973	+ 6 550	- 3 763	+ 7 047	- 9 834
1974	- 24 507	+ 6 719	+ 4 573	+ 13 215
1975	- 25 101	- 3 021	+ 3 170	+ 24 952
1976	- 43 959	+ 948	+ 9 726	+ 33 283
1977	- 60 518	+ 3 054	- 2 010	+ 59 475
1978	- 35 719	+ 34 178	+ 10 897	- 9 356
1979	+ 1 151	+ 40 846	- 3 640	- 38 357
1980	- 69 179	+ 146 168	- 41 989	- 35 000
1981	- 191 703	+ 178 831	+ 1 652	+ 11 220
1982	- 276 463	+ 255 894	+ 27 790	- 7 222
1983	- 196 301	+ 91 940	+ 17 045	+ 87 316
1984	- 122 848	+ 155 661	+ 26 508	- 59 321
1985	+ 21 037	+ 154 834	- 8 019	- 167 852
1986	+ 174 995	- 239 845	+ 31 790	+ 33 061
1987	+ 90 758	+ 125 093	+ 50 733	- 266 584
1988	- 129 443	+ 158 390	+ 163 328	- 192 275
1989	+ 87 596	+ 427 814	+ 33 704	- 549 115
1990	+ 45 812	+ 337 426	+ 109 821	- 493 060
1991	- 103 767	+ 325 409	+ 363 621	- 585 263
1992	- 39 836	+ 197 343	+ 87 702	- 245 209
1993	+ 1 320	+ 433 950	+ 19 827	- 455 097
1994	- 252 600	- 188 600	- 90 700	+ 531 900
1995	- 107 500	- 160 400	- 470 000	+ 737 900
1996	- 232 300	- 504 400	- 432 600	+ 1 169 300
1997	- 961 800	+ 1 615 100	- 433 200	- 220 100
1998	- 1 295 600	+ 1 652 600	- 261 100	- 95 900

Quadro 10.4 — Balança de transacções correntes 1946-1998

Fonte — Ver texto de introdução ao capítulo.

Unidade — Milhares de contos. A partir de 1994, os valores são apresentados na fonte em milhões de contos com uma casa decimal.

ano	mercadorias	serviços	turismo	rendimentos	transfe-rências	transacções correntes
1948	- 5 031	- 794	+ 223	+ 327	+ 1 117	- 4 157
1949	- 4 070	- 772	+ 248	+ 256	+ 1 210	- 3 129
1950	- 1 795	- 685	+ 215	+ 271	+ 1 650	- 345
1951	- 998	- 968	+ 217	+ 434	+ 1 329	+ 15
1952	- 2 212	- 742	+ 171	+ 185	+ 975	- 1 623
1953	- 2 326	- 900	+ 187	+ 267	+ 1 199	- 1 573
1954	- 1 832	- 1 080	+ 261	+ 304	+ 1 245	- 1 102
1955	- 2 203	- 1 174	+ 304	+ 248	+ 1 493	- 1 331
1956	- 2 901	- 531	+ 458	+ 270	+ 1 823	- 881
1957	- 4 764	- 425	+ 612	+ 357	+ 2 412	- 1 809
1958	- 4 219	+ 249	+ 563	+ 334	+ 2 536	- 536
1959	- 4 069	- 453	+ 572	+ 254	+ 2 808	- 888
1960	- 4 830	- 558	+ 496	+ 334	+ 2 857	- 1 701
1961	- 7 977	- 2 992	+ 625	+ 32	+ 2 441	- 7 870
1962	- 4 582	- 1 228	+ 1 148	+ 156	+ 3 314	- 1 192
1963	- 5 045	- 1 944	+ 1 829	+ 141	+ 3 700	- 1 317
1964	- 5 507	- 2 075	+ 3 114	+ 418	+ 4 108	+ 56
1965	- 7 631	- 2 070	+ 3 837	+ 580	+ 4 824	- 460
1966	- 9 273	- 2 444	+ 7 242	+ 424	+ 5 974	+ 1 924
1967	- 8 634	- 3 142	+ 7 731	+ 1 091	+ 7 819	+ 4 866
1968	- 10 322	- 4 399	+ 5 827	+ 955	+ 9 133	+ 1 193
1969	- 10 323	- 2 184	+ 4 257	+ 717	+ 12 226	+ 4 693
1970	- 14 686	- 3 665	+ 5 561	- 55	+ 14 559	+ 1 713
1971	- 19 108	- 3 349	+ 8 181	- 853	+ 19 022	+ 3 894

Quadro 10.4 — Balança de transacções correntes 1946-1998 (continuação)

ano	mercadorias	serviços	turismo	rendimentos	transfe-rências	transacções correntes
1972	- 21 319	- 2 349	+ 9 581	- 1 170	+ 23 885	+ 8 627
1973	- 22 969	- 6 918	+ 10 733	- 1 414	+ 27 118	+ 6 550
1974	- 53 293	- 7 094	+ 7 978	- 1 383	+ 29 286	- 24 507
1975	- 44 837	- 6 019	+ 1 274	- 4 218	+ 28 700	- 25 101
1976	- 68 745	- 2 694	+ 7 673	- 8 768	+ 28 574	- 43 959
1977	- 100 861	- 5 089	+ 13 798	- 11 834	+ 43 469	- 60 518
1978	- 109 316	- 6 404	+ 25 452	- 18 030	+ 72 579	- 35 719
1979	- 134 483	- 6 734	+ 45 014	- 23 854	+ 121 208	+ 1 151
1980	- 223 850	- 16 591	+ 56 590	- 35 441	+ 150 113	- 69 179
1981	- 337 739	- 26 575	+ 63 732	- 69 748	+ 178 627	- 191 703
1982	- 403 259	- 33 894	+ 66 025	- 120 338	+ 215 002	- 276 463
1983	- 358 442	- 21 267	+ 89 580	- 148 377	+ 242 205	- 196 301
1984	- 351 621	- 23 754	+ 141 555	- 209 329	+ 320 302	- 122 848
1985	- 306 530	- 21 910	+ 198 877	- 229 085	+ 379 686	+ 21 037
1986	- 308 150	+ 4 644	+ 235 502	- 191 985	+ 434 983	+ 174 995
1987	- 585 006	- 21 675	+ 318 173	- 152 643	+ 531 909	+ 90 758
1988	- 891 664	- 72 935	+ 357 883	- 146 432	+ 623 705	- 129 443
1989	- 883 955	- 65 262	+ 437 375	- 116 546	+ 715 985	+ 87 596
1990	- 1 116 936	- 45 941	+ 502 562	- 75 766	+ 781 893	+ 45 812
1991	- 1 365 448	- 72 939	+ 540 187	- 73 413	+ 867 846	- 103 767
1992	- 1 455 425	- 102 136	+ 485 165	- 18 973	+ 1 051 533	- 39 836
1993	- 1 287 889	- 111 131	+ 348 938	- 22 819	+ 1 074 220	+ 1 320
1994	- 1 336 600	- 160 900	+ 399 800	- 51 600	+ 896 700	- 252 600
1995	- 1 350 400	- 137 100	+ 405 200	- 102 300	+ 1 077 000	- 107 500
1996	- 1 442 300	- 138 900	+ 387 200	- 91 500	+ 1 053 200	- 232 300
1997	- 1 760 700	- 196 800	+ 430 900	- 78 700	+ 643 600	- 961 800
1998	- 2 200 300	- 239 400	+ 523 600	- 105 600	+ 726 200	- 1 295 600

Quadro 10.5 — Balança de movimentos de capitais 1965-1998

Fonte — Ver texto de introdução ao capítulo.

Unidade — Milhares de contos. A partir de 1994, os valores são apresentados na fonte em milhões de contos com uma casa decimal.

ano	investimento directo	investimento de carteira	créditos e diversos	movimentos de capitais
1965	+ 1 002	+ 629	+ 86	+ 287
1966	+ 3 244	+ 643	+ 189	+ 2 412
1967	+ 2 403	+ 606	+ 93	+ 1 704
1968	+ 2 644	+ 512	+ 394	+ 1 738
1969	- 794	+ 686	- 243	- 1 237
1970	- 104	+ 475	- 17	- 562
1971	+ 1 733	+ 1 386	- 56	+ 403
1972	- 3 779	+ 1 698	- 615	- 4 862
1973	- 3 763	+ 1 284	- 148	- 4 899
1974	+ 6 719	+ 1 679	+ 392	+ 4 648
1975	- 3 021	+ 2 431	+ 251	- 5 703
1976	+ 948	+ 1 663	+ 442	- 1 157
1977	+ 3 054	+ 1 049	+ 412	+ 1 593
1978	+ 34 178	+ 2 664	+ 194	+ 31 320
1979	+ 40 846	+ 5 214	+ 143	+ 35 489
1980	+ 146 168	+ 7 625	- 309	+ 138 852
1981	+ 178 831	+ 10 697	- 400	+ 168 534
1982	+ 255 894	+ 8 678	+ 1 869	+ 245 347
1983	+ 91 940	+ 14 965	+ 1 445	+ 75 530
1984	+ 155 661	+ 30 513	+ 19 940	+ 105 208
1985	+ 154 834	+ 46 169	+ 34 981	+ 73 684
1986	- 239 845	+ 38 070	+ 52 196	- 330 111
1987	+ 125 093	+ 74 314	+ 134 087	- 83 308
1988	+ 158 390	+ 136 192	+ 180 857	- 158 659

Quadro 10.5 — Balança de movimentos de capitais 1965-1998 (continuação)

ano	investimento directo	investimento de carteira	créditos e diversos	movimentos de capitais
1989	+ 427 814	+ 269 770	+ 111 449	+ 46 595
1990	+ 337 426	+ 382 707	+ 43 970	- 89 251
1991	+ 325 409	+ 299 979	+ 175 000	- 149 570
1992	+ 197 343	+ 206 543	- 214 199	+ 204 999
1993	+ 433 950	+ 226 640	+ 313 760	- 106 450
1994	- 188 600	+ 161 200	+ 189 600	- 269 100
1995	- 160 400	+ 900	- 99 200	+ 62 000
1996	- 8 900	- 275 200	- 220 200	- 504 400
1997	+ 106 800	+ 357 000	+ 1 151 300	+ 1 615 100
1998	- 205 500	+ 27 400	+ 1 830 700	+ 1 652 600

Quadro 10.6 — Taxas de câmbio 1891-1998

Fonte — Anuário Estatístico, Estatísticas Financeiras, Estatísticas Monetárias e Financeiras e Relatório do Banco de Portugal.

A — Taxa de câmbio da libra esterlina

ano	escudos/£
1891	4,832
1892	5,735
1893	5,600
1894	5,790
1895	5,698
1896	5,853
1897	6,575
1898	7,108
1899	6,416
1900	6,320
1901	6,382
1902	5,722
1903	5,581
1904	5,413
1905	4,793
1906	4,582
1907	4,642
1908	5,199
1909	5,185
1910	4,895

ano	escudos/£
1911	4,889
1912	4,974
1913	5,235
1914	5,663
1915	6,746
1916	7,032
1917	7,726
1918	7,901
1919	8,196
1920	18,329
1921	39,384
1922	65,084
1923	109,714
1924	133,950
1925	99,210
1926	94,770
1927	108,360
1928	108,250
1929	108,250
1930	108,250

ano	escudos/£
1931	109,369
1932	110,061
1933	109,103
1934	110,453
1935	110,363
1936	110,377
1937	110,375
1938	110,385
1939	110,270
1940	102,726
1941	100,200
1942	100,200
1943	100,200
1944	100,200
1945	100,200
1946	100,200
1947	100,200
1948	100,200
1949	94,791
1950	80,650

Quadro 10.6 — Taxas de câmbio 1891-1998 (continuação)

B — Taxa de câmbio do dólar americano

ano	escudos/dólar
1931	23,861
1932	31,601
1933	26,603
1934	20,027
1935	22,396
1936	22,172
1937	22,291
1938	22,553
1939	24,944
1940	27,564
1941	25,198
1942	25,054
1943	25,050
1944	24,977
1945	24,920
1946	24,940
1947	25,014
1948	25,065
1949	26,150
1950	28,900
1951	28,900
1952	28,900
1953	28,900

ano	escudos/dólar
1954	28,900
1955	28,900
1956	28,900
1957	28,900
1958	28,900
1959	28,780
1960	28,790
1961	28,860
1962	28,800
1963	28,870
1964	28,940
1965	28,900
1966	28,940
1967	28,960
1968	28,850
1969	28,680
1970	28,740
1971	28,310
1972	27,170
1973	24,650
1974	25,520
1975	25,670
1976	30,340

ano	escudos/dólar
1977	38,410
1978	44,090
1979	49,080
1980	50,220
1981	61,710
1982	79,300
1983	110,950
1984	146,560
1985	170,580
1986	149,800
1987	141,090
1988	144,240
1989	157,770
1990	142,555
1991	144,482
1992	134,998
1993	160,780
1994	166,076
1995	149,984
1996	154,244
1997	175,313
1998	180,216

Quadro 10.6 — Taxas de câmbio 1891-1998 (continuação)

C — Taxa de câmbio da unidade de conta europeia

ano	escudos/ecu
1986	147,220
1987	162,730
1988	170,360
1989	173,670
1990	181,429

ano	escudos/ecu
1991	178,833
1992	174,438
1993	187,804
1994	180,128
1995	193,898

ano	escudos/ecu
1996	193,170
1997	197,958
1998	202,064

CAPÍTULO 11 — CULTURA

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

Reuniram-se neste capítulo as principais informações disponíveis sobre as características culturais da população portuguesa. Mais precisamente, procurou-se atender a três aspectos culturais: a língua materna, a religião e a qualificação educacional.

1 — A língua materna

É conhecida a homogeneidade cultural da população portuguesa sob o ponto de vista linguístico. Não existem estatísticas disponíveis sobre a língua materna da população portuguesa, mas isso é apenas em grande medida uma consequência do facto de apenas uma ínfima minoria não ter como língua materna o português.

O quadro 11.1 apresenta os dados que podem ser colhidos nos Recenseamentos Gerais da População e que mostram que assim é.

Por ele se vê que:

a) A população das regiões de Barrancos e de Miranda do Douro, caracterizadas pela prática tradicional de dialectos, respectivamente, do castelhano e do leonês, nunca ultrapassou 0,5 % da população portuguesa.

b) A proporção de estrangeiros na população portuguesa situava-se entre 0,5 % e 1 % antes da Primeira Guerra Mundial, tendeu a reduzir-se para valores inferiores a 0,5 % entre a Primeira Guerra Mundial e a década de 1960 e subiu para níveis pouco superiores a 1 % a partir da década de 1970.

Esta última subida foi acompanhada por uma modificação importante da composição por nacionalidades dos estrangeiros presentes em Portugal. Na verdade, os espanhóis eram tradicionalmente o principal grupo estrangeiro em Portugal, ultrapassando normalmente 1 ‰ da população portuguesa e chegando a atingir mais de metade dos estrangeiros presentes. Seguiam-se sempre os brasileiros, não havendo qualquer outra nacionalidade que tivesse em qualquer momento representado mais de 1 ‰ da população portuguesa (o terceiro grupo mais importante foi quase sempre o dos britânicos). Ora, nas últimas décadas do século 20, a tendência foi para quatro grupos se situarem acima ou muito perto de 1 ‰ da população portuguesa: angolanos, cabo-verdeanos, brasileiros e franceses. No caso dos dois primeiros grupos poderia colocar-se a questão de eles já estarem presentes até 1970, mas não serem

registados como estrangeiros. Não era o caso — com efeito, só em finais da década de 1960 se começou a registar imigração significativa do que era na altura o império colonial português para a Metrópole, como mostram os dados sobre portugueses naturais do Ultramar vivendo no território metropolitano (13 200 em 1940, 18 825 em 1950, 8 835 em 1960, únicos censos onde tal informação se pode obter). A presença de brasileiros é tradicional, embora se tenha intensificado um pouco. A presença de franceses aumentou claramente, talvez como resultado da vinda para Portugal de descendentes de emigrantes portugueses em França com nacionalidade francesa.

2 — A religião

É também conhecida a homogeneidade cultural da população portuguesa sob o ponto de vista religioso.

Nos primórdios da existência da sociedade portuguesa, judeus e muçulmanos ainda representavam uma parte importante da população, embora a maioria dos portugueses já praticasse o catolicismo romano, então religião oficial, e a Igreja Católica constituisse um poder público paralelo ao do Estado. Porém, as outras religiões, em particular as duas referidas, gozavam de respeito e proteccção legal. A conversão pacífica da minoria muçulmana ao longo da época medieval e as medidas de 1496-1497 que deram à minoria judaica a escolher entre a conversão e a emigração alteraram essa situação. O catolicismo romano continuou a ser religião da maioria e religião oficial e a Igreja Católica continuou a constituir um poder público paralelo ao do Estado, mas as outras religiões passaram a ser proibidas, ou meramente toleradas (por exemplo no caso de comunidades estrangeiras como a inglesa). Em 1832, em especial pelo decreto com força de lei nº 40 de 30 de Julho de 1832, aplicado em todo o país em 1834, acabou o estatuto de poder público paralelo da Igreja Católica, a partir daí claramente submetida ao Estado, embora o catolicismo romano continuasse a ser religião oficial e a tolerância em relação à prática de outras religiões se alargasse. Em 1911, o decreto com força de lei de 20 de Abril separou o Estado e a Igreja, deixando o catolicismo romano de ser religião oficial. A partir de 1940, as relações entre o Estado e a Igreja passaram a ser reguladas pela Concordata de 7 de Maio desse ano, que não modificou os princípios da separação e da ausência de religião oficial.

O quadro 11.2 apresenta os dados que podem ser colhidos nos Recenseamentos Gerais da População sobre a religião da população portuguesa. Os católicos constituíram sempre a maioria da população, embora a sua proporção tenha vindo regularmente a diminuir, de um nível superior a 99 % no censo do último ano do século 19, até pouco mais de 77 % no último censo do século 20. Pràticamente todas as outras proporções tenderam a aumentar, sendo, entretanto, de destacar que a proporção da população sem religião atingiu um máximo próximo de 5 % do

total em 1940, regredindo daí em diante, sobretudo em favor do grupo dos que não revelam a sua religião, os quais atingem cerca de 17 % em 1991. Poder-se-á supôr que isto significa que o activismo anti-religioso se reduziu, aumentando em contrapartida a presença de uma atitude de indiferença religiosa.

3 — A educação.

O quadro 11.3 apresenta uma estimativa da composição da população portuguesa por qualificações escolares (outros dados sobre a educação podem ser encontrados na secção M do capítulo 5). Os resultados obtidos concordam com o que seria de esperar: a qualificação média era e é bastante baixa, correspondendo a cerca de 1 ano de escolaridade em meados do século e a perto de 5 anos de escolaridade ao aproximar-se o seu final (portanto, claramente longe ainda dos 9 anos de escolaridade hoje obrigatória), tendo, entretanto, progredido regularmente ao longo do período abrangido pela estimativa.

Bibliografia

— Domingos, Alda — Educação e crescimento económico moderno — o caso português (período pós II guerra mundial). Dissertação de mestrado apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, 1997.

Quadros

11.1 — Língua materna da população portuguesa
11.2 — Religião da população portuguesa
11.3 — Qualificação escolar da população portuguesa

Quadro 11.1 — Língua materna da população portuguesa

Fonte — Recenseamentos Gerais da População.

A — População em regiões de dialectos e estrangeiros

Observação — Nos Recenseamentos de 1864, 1878 e 1970 não foram inquiridos, apurados, ou publicados dados sobre os estrangeiros em Portugal.

ano	população total	regiões de dialectos	estrangeiros
1864	4 286 995	10 998	?
1878	4 698 984	11 936	?
1890	5 102 891	12 590	41 399
1900	5 446 760	13 298	41 728
1911	5 999 146	13 961	41 197
1920	6 080 135	13 737	29 070
1930	6 802 429	14 482	30 443
1940	7 755 423	16 073	32 127
1950	8 510 240	16 568	21 186
1960	8 889 392	22 401	29 579
1970	8 863 252	13 290	?
1981	9 833 014	12 105	108 526
1991	9 862 056	10 526	106 519

B — População das regiões de dialectos

ano	total	Barrancos	Miranda do Douro
1864	10 998	1 994	9 004
1878	11 936	2 372	9 564
1890	12 590	2 581	10 009
1900	13 298	2 659	10 639

Quadro 11.1 — Língua materna da população portuguesa (continuação)

B — População das regiões de dialectos (continuação)

ano	total	Barrancos	Miranda do Douro
1911	13 961	2 753	11 208
1920	13 737	2 999	10 738
1930	14 482	3 210	11 272
1940	16 073	3 489	12 584
1950	16 568	3 264	12 944
1960	22 401	3 429	18 972
1970	13 290	2 610	10 680
1981	12 105	2 157	9 948
1991	10 526	2 018	8 508

C — Estrangeiros em Portugal

Observação — Nos Recenseamentos de 1864, 1878 e 1970 não foram inquiridos, apurados, ou publicados dados sobre os estrangeiros em Portugal. Os dados publicados nos restantes recenseamentos incluem informação sobre outras nacionalidades que nunca atingiram um milésimo da população portuguesa.

ano	estrangeiros	brasileiros	britânicos	espanhóis	franceses	angolanos	cabo-verd.
1890	41 399	6 192	2 264	27 207	2 559	—	—
1900	41 728	7 594	2 292	27 029	1 841	—	—
1911	41 197	12 143	2 516	20 517	1 832	—	—
1920	29 070	4 969	2 300	17 813	1 673	—	—
1930	30 443	8 632	2 219	13 092	1 616	—	—
1940	32 127	4 825	3 908	12 043	1 703	—	—
1950	21 186	3 780	1 865	8 713	1 383	—	—
1960	29 579	6 357	2 122	11 713	1 666	—	—
1981	108 526	9 962	3 105	9 081	12 079	19 567	18 557
1991	106 519	13 499	5 977	6 272	13 740	9 365	15 702

Quadro 11.2 — Religião da população portuguesa

Fonte — Recenseamentos Gerais da População.

Observação — Nos Recenseamentos de 1864, 1878, 1911, 1920, 1930 e 1970, não foram inquiridos, apurados ou publicados dados sobre a religião da população. Nos Recenseamentos de 1900, 1940, 1950 e 1960, os dados sobre a religião dizem respeito ao total da população. Nos Recenseamentos de 1981 e 1991, os dados sobre religião dizem respeito à população com 12 anos ou mais.

ano	população	católicos	outros cristãos	não cristãos	sem religião	religião ignorada
1900	5 423 132	5 416 204	4495	515	1 454	462
1940	7 722 152	7 191 913	57 591	5 469	347 284	119 895
1950	8 441 312	8 167 457	?	?	?	273 855
1960	8 889 392	8 701 898	38 005	1 742	147 747	—
1981	7 836 504	6 352 705	101 671	13 727	253 786	1 114 615
1991	8 380 947	6 527 595	127 850	22 158	225 582	1 477 762

Quadro 11.3 — Qualificação escolar da população portuguesa

Fonte — Domingos, 1997, excepto para a média de anos de escolarização, que é uma estimativa por defeito calculada com base nos restantes dados e nas hipóteses da observação abaixo.

Unidade — Milhares.

Observação — Sobre a metodologia e os critérios, veja-se a fonte. Pode, genèricamente, dizer-se que os níveis de qualificação utilizados correspondem:

a) A alfabetização, ao saber ler e escrever.

b) O 1º ciclo do ensino básico ou ensino primário, a uma escolarização de 4 anos.

b) O 2º ciclo do ensino básico ou ensino preparatório, a uma escolarização de 6 anos.

c) O 3º ciclo do ensino básico, a uma escolarização de 9 anos.

d) O ensino secundário, a uma escolarização de 12 anos.

e) O ensino médio, a uma escolarização de 15 anos.

f) O ensino superior a uma escolarização de 18 anos.

ano	popu-lação	alfabe-tizada	1º ciclo (prim.)	2º ciclo (prepar.)	3º ciclo (básico)	secun-dário	médio	superior	anos escol.
1940	7 758	3 126	1 109	377	360	107	30	30	0,9
1941	7 800	3 221	1 139	379	361	110	31	30	0,9
1942	7 859	3 324	1 172	381	363	114	31	30	0,9
1943	7 934	3 443	1 205	384	364	117	32	31	0,9
1944	8 013	3 558	1 239	388	366	121	33	31	0,9
1945	8 101	3 678	1 275	392	368	125	34	32	0,9
1946	8 182	3 796	1 314	396	370	129	35	32	1,0
1947	8 258	3 914	1 353	398	372	132	36	32	1,0
1948	8 358	4 054	1 397	403	377	136	37	33	1,0
1949	8 434	4 175	1 443	409	380	141	38	33	1,0
1950	8 512	4 299	1 494	416	384	147	39	34	1,0
1951	8 547	4 393	1 543	424	386	151	41	34	1,0
1952	8 563	4 478	1 595	432	389	154	41	35	1,1
1953	8 587	4 577	1 656	442	392	156	41	35	1,1

Quadro 11.3 — Qualificação escolar da população portuguesa (continuação)

ano	popu-lação	alfabe-tizada	1º ciclo (prim.)	2º ciclo (prepar.)	3º ciclo (básico)	secun-dário	médio	superior	anos escol.
1954	8 607	4 665	1 726	454	395	159	41	35	1,1
1955	8 657	4 770	1 795	466	399	163	42	36	1,2
1956	8 698	4 871	1 869	480	404	167	43	37	1,2
1957	8 737	4 971	1 948	495	409	172	44	38	1,2
1958	8 789	5 089	2 042	512	414	177	45	40	1,3
1959	8 837	5 196	2 166	531	420	183	46	41	1,3
1960	8 891	5 308	2 324	555	426	188	47	42	1,4
1961	8 944	5 402	2 452	582	436	193	49	43	1,5
1962	9 002	5 491	2 582	611	447	198	51	44	1,5
1963	9 040	5 578	2 708	643	459	204	53	45	1,6
1964	9 053	5 640	2 825	674	471	209	54	45	1,7
1965	8 996	5 667	2 923	706	483	216	55	46	1,7
1966	8 871	5 642	3 006	736	494	221	56	46	1,8
1967	8 798	5 657	3 096	765	506	228	57	47	1,9
1968	8 743	5 674	3 186	799	520	236	58	48	1,9
1969	8 696	5 705	3 292	855	536	245	59	48	2,0
1970	8 648	5 725	3 390	912	555	256	60	50	2,1
1971	8 642	5 781	3 484	967	568	265	61	55	2,2
1972	8 622	5 837	3 582	1 030	585	275	62	63	2,3
1973	8 545	5 845	3 660	1 089	604	286	63	71	2,3
1974	8 891	6 153	3 994	1 271	671	314	67	82	2,5
1975	9 457	6 610	4 485	1 482	735	343	75	91	2,6
1976	9 685	6 838	4 738	1 613	786	369	81	103	2,7
1977	9 737	6 952	4 874	1 704	827	399	81	115	2,8
1978	9 772	7 046	4 985	1 780	889	444	85	129	2,9
1979	9 800	7 144	5 085	1 861	947	470	87	142	3,0
1980	9 828	7 233	5 187	1 938	1004	500	88	155	3,1
1981	9 829	7 332	5 303	2 032	1069	526	88	170	3,2
1982	9 845	7 433	5 429	2 145	1130	552	89	181	3,3
1983	9 863	7 545	5 561	2 274	1197	591	90	192	3,4
1984	9 881	7 648	5 698	2 405	1261	643	90	204	3,5
1985	9 884	7 749	5 834	2 538	1336	687	91	218	3,6

Quadro 11.3 — Qualificação escolar da população portuguesa (continuação)

ano	popu-lação	alfabe-tizada	1º ciclo (prim.)	2º ciclo (prepar.)	3º ciclo (básico)	secun-dário	médio	superior	anos escol.
1986	9 890	7 853	5 967	2 679	1 416	732	93	232	3,8
1987	9 883	7 936	6 104	2 820	1 501	782	95	246	3,9
1988	9 867	8 022	6 230	2 964	1 577	841	95	260	4,0
1989	9 854	8 100	6 350	3 104	1 679	909	95	272	4,2
1990	9 832	8 180	6 456	3 241	1 788	983	98	283	4,3

CAPÍTULO 12 — POLÍTICA

NUNO VALÉRIO (Gabinete de História Económica e Social — Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa)

1 — O estado

A formação do estado português iniciou-se com a existência do primeiro Condado de Portugal e do Condado de Coimbra entre os séculos 9 e 11 e do segundo Condado de Portugal entre os séculos 11 e 12.

A existência do estado português consolidou-se com a formação do Reino de Portugal no século 12. O Reino de Portugal existiu entre os séculos 12 e 19 como uma monarquia absoluta e entre os séculos 19 e 20 como uma monarquia constitucional.

Em 5 de Outubro de 1910, Portugal tornou-se uma república.

— O Condados de Portugal e de Coimbra

O primeiro Condado de Portugal formou-se na seqüência da conquista das regiões de Entre-Douro-e-Minho e de Trás-os-Montes pelo Reino de Leão no século 8 e do estabelecimento de uma administração regular dessas regiões no século 9. Esteve ao longo da sua existência integrado até 1035 no Reino de Leão e depois no Reino de Leão e Castela. Foi extinto em 1071 na seqüência da deposição da dinastia condal por ter apoiado o pretendente vencido numa guerra civil do Reino de Leão e Castela.

O Condado de Coimbra formou-se na seqüência da conquista das regiões da Beira Litoral e da Beira Alta pelo Reino de Leão no século 9 e do estabelecimento de uma administração regular dessas regiões no mesmo século. Esteve ao longo desta primeira fase da sua existência integrado no Reino de Leão. Foi extinto no século 10 na seqüência da reconquista muçulmana do seu território.

O Condado de Coimbra reconstituiu-se na seqüência da reconquista das regiões da Beira Litoral e da Beira Alta pelo Reino de Leão e Castela no século 11 e do estabelecimento de uma administração regular dessas regiões em 1064. Esteve ao longo desta segunda fase da sua existência integrado no Reino de Leão e Castela. Foi extinto em 1093 na seqüência da integração do seu território no Condado da Galiza então formado.

O segundo Condado de Portugal formou-se na seqüência da separação das regiões de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira Litoral e Beira Alta do Condado da Galiza pelo rei de

Leão e Castela em 1096. Esteve ao longo da sua existência integrado no Reino de Leão e Castela. Transformou-se no Reino de Portugal (vassalo do Reino de Leão e Castela) por proclamação do conde Afonso em 1139, reconhecida pelo rei de Leão e Castela em 1143 e pelo papa em 1176.

O quadro 12.1 apresenta as listas dos condes dos Condados de Portugal e de Coimbra.

— O Reino de Portugal

O Reino de Portugal constituiu-se como reino vassalo do Reino de Leão e Castela pelo tratado de Samora (1143). Deixou de ser vassalo do Reino de Leão e Castela pelos tratados de Badajoz (1267) e de Alcanizes (1297). Esteve ligado em união pessoal aos estados de Leão e Castela, Aragão, Navarra, Sardenha, Sicília, Nápoles, Milão, Países Baixos e Borgonha entre 1580 e 1640. Tornou-se uma monarquia constitucional entre 1820 e 1823, de novo entre 1826 e 1828, e uma vez mais de 1834 a 1910. Sobre os textos constitucionais que vigoraram nestes períodos, veja-se adiante o ponto 2.

O quadro 12.2 apresenta a lista dos reis, regentes e governadores do Reino de Portugal.

— A República Portuguesa

Portugal tornou-se um república em 5 de Outubro de 1910, na seqüência de uma revolução. Sobre os textos constitucionais que vigoraram na República Portuguesa, veja-se adiante o ponto 2.

O quadro 12.3 apresenta a lista dos Presidentes da República de Portugal e das eleições directas de Presidentes da República realizadas em Portugal.

2 — O regime político

É habitual considerar ao longo da existência do estado português a sucessão de cinco regimes políticos formais:

1) A Monarquia Absoluta.
2) A Monarquia Constitucional.
3) A Primeira República.
4) A república autoritária.

5) A nova república democrática.

— A Monarquia Absoluta

A caracterização formal do regime político da Monarquia Absoluta pode ser sumàriamente feita do seguinte modo:

a) O principal órgão de soberania era o Rei, vitalício e hereditário, que detinha os poderes legislativo e executivo. As regras relativas à sucessão do trono e a eventuais regências (isto é, substituições do Rei em casos de impossibilidade de exercício do cargo) foram até ao século 17 consuetudinárias e passaram, a partir do derrube do rei Filipe III em 1 de Dezembro de 1640 e da sua ratificação pelas Cortes de Lisboa de 1641, a estar formalizadas por escrito nas chamadas Actas das Cortes de Lamego de 1143 (na verdade, essas cortes não se realizaram e as suas actas são uma construção da primeira metade do século 17), alteradas e aditadas pelas Cortes de Lisboa de 1674, pelas Cortes de Lisboa de 1679 e pelas Cortes de Lisboa de 1698.

b) Existia um outro órgão de soberania importante, as Cortes. As Cortes eram formadas por representantes das ordens dos súbditos — inicialmente apenas o clero, a nobreza, depois também o povo — e reuniam por convocatória do Rei sem periodicidade fixa. As atribuições das Cortes nunca foram formalmente estatuídas. Em termos práticos, incluíram, conforme as circunstâncias, regras e casos duvidosos de sucessão ao trono e de regência, o regime monetário, o regime fiscal, a declaração de guerra e a aprovação de tratados de paz.

O quadro 12.4 apresenta uma lista das reuniões das Cortes durante a Monarquia Absoluta.

— A Monarquia Constitucional.

Durante a época da monarquia constitucional, vigoraram os seguintes textos constitucionais:

1) De 4 de Julho de 1821 a 1 de Outubro de 1822, vigoraram as Bases da Constituição aprovadas pelas Cortes Constituintes em 9 de Março de 1821.

2) De 1 de Outubro de 1822 a 2 de Junho de 1823, vigorou a Constituição de 1822, aprovada pelas Cortes Constituintes em 23 de Setembro de 1822 e revogada pelo rei João VI na segunda dessas datas.

O regime político previsto nas Bases da Constituição de 1821 e na Constituição de 1822 tinha como principais características:

a) A separação entre o poder legislativo, exercido pelas Cortes, eleitas bienalmente por sufrágio directo e capacitário (cidadãos alfabetizados ou chefes de família do sexo masculino), e o poder executivo, exercido por Secretários de Estado nomeados pelo Rei.

b) Algum predomínio das Cortes sobre o Rei, na medida em que os Secretários de Estado eram responsáveis perante as Cortes e o Rei apenas tinha veto suspensivo sobre a legislação por elas produzida, não as podendo dissolver.

3) De 31 de Julho de 1826 a 25 de Abril de 1828, vigorou a Carta Constitucional de 1826, outorgada pelo rei Pedro IV em 29 de Abril de 1826 e revogada pelo regente Miguel (futuro rei Miguel I) na segunda dessas datas.

O regime político previsto na Carta Constitucional de 1826 procurava conjugar o formalismo liberal com a autoridade real e a tradicional relevância das ordens sociais privilegiadas. Para isso:

a) Confiava o poder executivo a Ministros, nomeados pelo Rei e independentes das Cortes.

b) Confiava o poder legislativo às Cortes, mas sujeitava a legislação produzida pelas Cortes a sanção do Rei.

c) Organizava as Cortes em duas câmaras: uma, a Câmara dos Deputados, eleita por sufrágio indirecto e censitário (masculino) para legislaturas de quatro anos, embora pudesse ser dissolvida pelo Rei; outra, a Câmara dos Pares, nomeada pelo Rei, mas vitalícia e hereditária, e englobando, na prática, a alta hierarquia eclesiástica (patriarca de Lisboa, arcebispos e bispos) e a alta nobreza (bàsicamente duques, marqueses e condes).

4) De 26 de Maio de 1834 a 10 de Setembro de 1836, vigorou de novo a Carta Constitucional de 1826 na seqüência de guerra civil entre os partidários do regime absolutista e do regime liberal.

5) De 10 de Setembro de 1836 a 4 de Abril de 1838, vigorou de novo a Constituição de 1822 na seqüência de pronunciamento militar.

6) De 4 de Abril de 1838 a 10 de Fevereiro de 1842, vigorou a Constituição de 1838 aprovada pelas Cortes Constituintes na primeira dessas datas.

A Constituição de 1838 foi uma tentativa de compromisso entre a Constituição de 1822 e a Carta Constitucional de 1826. Para isso:

a) Confiava o poder executivo a Ministros, nomeados pelo Rei e independentes das Cortes.

b) Confiava o poder legislativo às Cortes, mas sujeitava a legislação produzida pelas Cortes a sanção do Rei.

c) Organizava as Cortes em duas câmaras: uma, a Câmara dos Deputados, eleita por sufrágio directo e censitário (masculino) para legislaturas de três anos, embora pudesse ser dissolvida pelo Rei; outra, o Senado, eleita por sufrágio directo e censitário (masculino), renovando-se metade sempre que se realizassem eleições para a Câmara dos Deputados e sendo as condições de elegibilidade mais restritas do que para a Câmara dos Deputados.

7) De 10 de Fevereiro de 1842 a 5 de Julho de 1852, vigorou uma vez mais a Carta Constitucional de 1826 na sua versão original, na seqüência de pronunciamento militar.

8) De 5 de Julho de 1852 a 24 de Julho de 1885, vigorou a Carta Constitucional alterada por Acto Adicional das Cortes na primeira daquelas datas.

O Acto Adicional de 1852 foi uma tentativa de compromisso entre a versão original da Carta Constitucional de 1826 e a Constituição de 1838. Para isso, restabeleceu a eleição directa por sufrágio censitário (masculino) da Câmara dos Deputados. Mais tarde, a lei de 8 de Maio de 1878 alargou o direito de voto a todos os cidadãos alfabetizados ou chefes de família do sexo masculino.

9) De 24 de Julho de 1885 a 25 de Setembro de 1895, vigorou a Carta Constitucional alterada por Acto Adicional das Cortes na primeira daquelas datas.

O Acto Adicional de 1885 estabeleceu um regime político muito semelhante ao da Constituição de 1838. Para isso:

a) Reduziu as legislaturas da Câmara dos Deputados para três anos.

b) Substituiu, sem lhe mudar o nome, a Câmara dos Pares por um senado, formado por: membros da família real; bispos; 100 membros vitalícios nomeados pelo Rei; 50 membros eleitos por sufrágio indirecto e capacitário (cidadãos alfabetizados ou chefes de família do sexo masculino), renovando-se metade sempre que se realizassem eleições para a Câmara dos Deputados.

10) De 25 de Setembro de 1895 a 3 de Abril de 1896, vigorou a Carta Constitucional alterada por decreto do rei Carlos I na primeira daquelas datas.

As principais disposições do Acto Adicional de 1895 revogaram parcialmente o Acto Adicional de 1885, acabando, em particular, com a parte electiva da Câmara dos Pares.

11) De 3 de Abril de 1896 a 5 de Outubro de 1910, vigorou a Carta Constitucional alterada por Acto Adicional das Cortes na primeira daquelas datas.

O Acto Adicional de 1896 confirmou, no essencial, o Acto Adicional de 1895

— A Primeira República

A Primeira República engloba:

1) O período do Governo Provisório da República entre 5 de Outubro de 1910 e 21 de Agosto de 1911. Durante este período, vigorou supletivamente a Carta Constitucional, alterada por decretos com força de lei do Governo Provisório e em especial pela proclamação de 5 de Outubro de 1910 que aboliu a Monarquia.

2) A chamada 'República Velha' entre 21 de Agosto de 1911 e 8 de Dezembro de 1917. Durante este período, vigorou a Constituição de 1911, aprovada pela Assembleia Constituinte na

primeira daquelas datas e revista pelo Congresso da República através da lei 635 de 28 de Setembro de 1916.

O regime político previsto na Constituição de 1911 durante o período da 'República Velha' era parlamentarista e tinha como principais características:

a) A separação entre o poder legislativo, exercido por um Congresso, e o poder executivo, exercido por Ministros, nomeados por um Presidente da República, eleito pelo Congresso para um mandato de quatro anos.

b) A organização do Congresso em duas câmaras: uma Câmara dos Deputados, eleita para legislaturas de três anos por sufrágio directo e capacitário (cidadãos alfabetizados ou chefes de família do sexo masculino, a partir da lei 3 de 3 de Julho de 1913 apenas cidadãos alfabetizados do sexo masculino); e um Senado, eleito pelo mesmo corpo eleitoral, renovando-se metade sempre que se realizassem eleições para a Câmara dos Deputados e sendo as condições de elegibilidade mais restritas do que para a Câmara dos Deputados.

c) O predomínio do Congresso sobre o Presidente da República e o Governo, na medida em que os Ministros eram responsáveis perante o Congresso e o Presidente da República não dispunha de veto sobre a legislação por ele produzida e não o podia dissolver.

3) A chamada 'República Nova' entre 8 de Dezembro de 1917 e 13 de Fevereiro de 1919. Durante este período, vigorou a Constituição de 1911, alterada pelo decreto com força de lei 3997 de 30 de Março de 1918. Este decreto foi revogado pela lei 833 de 16 de Dezembro de 1918.

O regime político previsto no decreto com força de lei 3997 de 30 de Março de 1918 era presidencialista e tinha como principais características:

a) A separação entre o poder legislativo, exercido por um Congresso, e o poder executivo, exercido por Secretários de Estado, nomeados por um Presidente da República, eleito por sufrágio directo e universal (masculino) para um mandato a determinar pelo Congresso, mas com uma duração mínima de quatro anos.

b) A organização do Congresso em duas câmaras: uma Câmara dos Deputados, eleita para legislaturas de três anos por sufrágio directo e universal (masculino); e um Senado, formado por 49 representantes dos municípios, transitòriamente eleitos por sufrágio directo e universal (masculino), e por 28 representantes de organizações profissionais, uns e outros eleitos para legislaturas de três anos.

c) O predomínio do Presidente da República sobre o Congresso, na medida em que, na prática, os Secretários de Estado não eram responsáveis perante o Congresso.

Note-se que de 19 de Janeiro de 1919 a 13 de Fevereiro de 1919 algumas regiões do Norte do Continente estiveram controladas por um governo monárquico sediado no Porto (Monarquia do Norte).

4) A chamada 'nova República Velha' entre 13 de Fevereiro de 1919 e 30 de Maio de 1926. Durante este período, vigorou a Constituição de 1911, revista pelo Congresso da República através das leis 854 de 20 de Agosto de 1919, 891 de 22 de Setembro de 1919, 1005 de 7 de Agosto de 1920 e 1154 de 27 de Abril de 1921.

As revisões da Constituição de 1911 durante o período da 'nova República Velha' mantiveram, no essencial, o regime político parlamentarista da 'República Velha', mas concederam ao Presidente da República a possibilidade de dissolução do Congresso

— A república autoritária

A república autoritária engloba:

1) O período da ditadura militar entre 30 de Maio de 1926 e 11 de Abril de 1933. Durante este período, vigorou a Constituição de 1911, alterada pelo Governo através dos decretos com força de lei 11789 de 19 de Junho de 1926, 12740 de 16 de Novembro de 1926, 15063 de 25 de Fevereiro de 1928, 15248 de 24 de Março de 1928, 15381 de 9 de Abril de 1928 e 18570 de 8 de Julho de 1930.

Estas alterações estabeleceram um regime político presidencialista, em particular com a eleição por sufrágio directo do Presidente da República para mandatos de cinco anos.

2) O chamado Estado Novo entre 11 de Abril de 1933 e 25 de Abril de 1974. Durante este período, vigorou a Constituição de 1933 aprovada em plebiscito em 19 de Março de 1933, nos termos dos decretos com força de lei 20643 de 22 de Dezembro de 1931, 22229 de 21 de Fevereiro de 1933 e 22241 de 22 de Fevereiro de 1933. A Constituição de 1933 entrou em vigor em 11 de Abril de 1933 e foi revista pela Assembleia Nacional através das leis 1885 de 23 de Março de 1935, 1910 de 23 de Maio de 1935, 1945 de 21 de Dezembro de 1936, 1963 de 18 de Dezembro de 1937, 1966 de 23 de Abril de 1938, 2009 de 17 de Setembro de 1945, 2048 de 11 de Junho de 1951, 2100 de 29 de Agosto de 1959 e 3/71 de 16 de Agosto de 1971.

O regime político previsto na Constituição de 1933 era presidencialista e tinha como principais características:

a) A concentração do poder legislativo regulamentar e do poder executivo num Conselho de Ministros, nomeado por um Presidente da República, eleito por sufrágio directo e simultâneamente capacitário (cidadãos alfabetizados do sexo masculino e diplomados com cursos superiores e secundários do sexo feminino) e censitário para um mandato de sete anos.

b) A restrição das funções da Assembleia Nacional à legislação de base. A Assembleia Nacional era eleita por sufrágio directo pelo mesmo corpo eleitoral que o Presidente da República para legislaturas de quatro anos, e era assessorada por uma Câmara Corporativa, formada por representantes de grupos sociais organizados.

c) O predomínio do Presidente da República sobre a Assembleia Nacional, na medida em que o Conselho de Ministros não era responsável perante a Assembleia Nacional, o Presidente da República dispunha de veto sobre a legislação por ela produzida e podia dissolvê-la.

Na prática, acabou por ser o Presidente do Conselho de Ministros e não o Presidente da República que se tornou o principal chefe político do regime.

De entre as alterações introduzidas na Constituição de 1933 durante a sua vigência, deve destacar-se a da eleição do Presidente da República por um colégio eleitoral formado pela Assembleia Nacional, pela Câmara Corporativa e por representantes dos municípios e das províncias ultramarinas que resultou da lei 2100 de 29 de Agosto de 1959. Importa também mencionar o gradual alargamento do sufrágio feminino, particularmente através da lei 2015 de 28 de Maio de 1946. A lei 2137 de 26 de Dezembro de 1968 acabou por sujeitar o sufrágio feminino às mesmas restrições capacitárias (cidadãos alfabetizados) que o sufrágio masculino.

— A nova república democrática

A nova república democrática engloba:

1) O período de transição entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Abril de 1976. Durante este período, vigorou supletivamente a Constituição de 1933, alterada pela Junta de Salvação Nacional, pelo Conselho de Estado e pelo Conselho da Revolução através das leis constitucionais 1/74 de 25 de Abril de 1974, 2/74 de 14 de Maio de 1974, 3/74 de 14 de Maio de 1974, 4/74 de 1 de Julho de 1974, 5/74 de 12 de Julho de 1974, 6/74 de 19 de Julho de 1974, 7/74 de 27 de Julho de 1974, 8/74 de 9 Setembro de 1974, 9/74 de 15 de Outubro de 1974, 10/74 de 15 de Novembro de 1974, 11/74 de 25 de Novembro de 1974, 12/74 de 17 de Dezembro de 1974, 13/74 de 17 de Dezembro de 1974, 1/75 de 30 de Janeiro de 1975, 2/75 de 31 de Janeiro de 1975, 3/75 de 19 de Fevereiro de 1975, 4/75 de 13 de Março de 1975, 5/75 de 14 de Março de 1975, 6/75 de 26 de Março de 1975, 7/75 de 17 de Julho de 1975, 8/75 de 25 de Julho de 1975, 9/75 de 7 de Agosto de 1975, 10/75 de 7 de Agosto de 1975, 11/75 de 9 de Setembro de 1975, 12/75 de 25 de Setembro de 1975, 13/75 de 12 de Novembro de 1975, 14/75 de 20 de Novembro de 1975, 15/75 de 23 de Dezembro de 1975, 16/75 de 23 de Dezembro de 1975, 17/75 de 26 de Dezembro de 1975, 18/75 de 26 de Dezembro de 1975, 19/75 de 31 de Dezembro de 1975, 1/76 de 17 de Fevereiro de 1976 e 2/76 de 23 de Fevereiro de 1976. Importa destacar entre elas:

a) A lei 1/74 de 25 de Abril de 1974, que atribuiu o exercício dos poderes legislativo e executivo à Junta de Salvação Nacional (formada por sete militares escolhidos pelo Movimento das Forças Armadas).

b) A lei 3/74 de 14 de Maio de 1974, que estabeleceu uma estrutura constitucional provisória cujos órgãos eram o Presidente da República (eleito de entre os seus membros pela Junta de Salvação Nacional), a Junta de Salvação Nacional (escolhida pelo Movimento das Forças Armadas), o Conselho de Estado (formado pela Junta de Salvação Nacional, por mais sete militares escolhidos pelo Movimento das Forças Armadas e por sete personalidades escolhidas pelo Presidente da República, ao qual era atribuído o poder legislativo de base), o Governo Provisório (nomeado pelo Presidente da República, ao qual eram atribuídos os poderes legislativo regulamentar e executivo) e a Assembleia Constituinte (eleita por sufrágio universal e directo e exclusivamente encarregada de elaborar uma nova constituição).

c) A lei 5/75 de 14 de Março de 1975, que extinguiu a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e criou o Conselho da Revolução (formado pelos membros militares do anterior Conselho de Estado) e a Assembleia do Movimento das Forças Armadas (eleita pelas forças armadas por forma a determinar pelo Conselho da Revolução), atribuindo os poderes da Junta de Salvação Nacional e do Conselho de Estado ao Conselho da Revolução.

2) O período da nova república democrática pròpriamente dito desde 25 de Abril de 1976. Durante este período, vigorou a Constituição de 1976, que foi aprovada pela Assembleia Constituinte em 2 de Abril de 1976, entrou em vigor em 25 de Abril de 1976 e foi revista pela Assembleia da República através das leis constitucionais 1/82 de 30 de Setembro de 1982, 1/89 de 8 de Julho de 1989, 1/92 de 25 de Novembro de 1992 e 1/97 de 20 de Setembro de 1997.

O regime político previsto na Consitutição de 1976 é um compromisso entre o parlamentarismo e o presidencialismo e tem como principais características:

a) A separação entre o poder legislativo de base, exercido por uma Assembleia da República, eleita para legislaturas de quatro anos por sufrágio directo e universal (masculino e feminino), e os poderes executivo e legislativo regulamentar, exercidos por um Governo, nomeado por um Presidente da República, eleito para um mandato de cinco anos por sufrágio directo e universal (masculino e feminino).

b) A responsabilidade do Governo perante a Assembleia da República.

c) O direito de veto suspensivo do Presidente da República sobre a legislação produzida pela Assembleia da República.

d) A possibilidade de dissolução da Assembleia da República pelo Presidente da República.

Durante um período de transição até à primeira revisão constitucional, manteve-se a existência do Conselho da Revolução, com funções de fiscalização do respeito pela constituição depois assumidas por um tribunal constitucional.

As revisões da Constituição de 1976 não alteraram, no essencial, o regime político nela previsto. Vale a pena, entretanto, assinalar que reduziram significativamente o conteúdo

programático que ela inicialmente tinha, particularmente ao permitirem a reprivatização do vasto sector público da economia, formado através de nacionalizações durante o período de transição.

3 — As forças políticas

Até finais do século 18, não é possível identificar a existência de forças políticas com base ideológica ou organização partidária, a não ser no contexto de guerras e conflitos internos (sobre estes, veja-se adiante o ponto 5).

A evolução das principais forças políticas existentes a partir de finais do século 18, pode ser dividida em seis grandes períodos:

1) O período da luta pela implementação de um regime de Monarquia Constitucional.

2) O período da luta pela definição do regime da Monarquia Constitucional.

3) O período de existência estável da Monarquia Constitucional.

4) A Primeira República.

5) A república autoritária.

6) A nova república democrática.

— O período da luta pela implementação de um regime de Monarquia Constitucional

Durante este período, correspondente aos finais do século 18 e primeiro terço do século 19, as principais forças políticas existentes foram:

a) O grupo absolutista, isto é, os partidários de uma Monarquia Absoluta;

b) O grupo liberal, isto é, os partidários de uma Monarquia Constitucional.

— O período da luta pela definição do regime da Monarquia Constitucional

Durante este período, que mediou entre o início da década de 30 do século 19 e o início da década de 50 do século 19, as principais forças políticas existentes foram:

a) O grupo liberal conservador, isto é, os partidários de um regime de predomínio do Rei sobre as Cortes (Carta Constitucional de 1826), por vezes divididos ainda num grupo liberal

conservador radical e num grupo liberal conservador moderado, também chamado grupo liberal conservador ordeiro.

b) O grupo liberal progressista, isto é, os partidários de um regime de predomínio das Cortes sobre o Rei (Constituição de 1822), também por vezes divididos ainda num grupo liberal progressista radical e num grupo liberal progressista moderado.

Afastado do centro da luta política estava o grupo absolutista.

— O período de existência estável da Monarquia Constitucional

Na seqüência de uma reorganização das forças políticas ocorrida no início da década de 50 do século 19, constituíram-se os dois partidos políticos principais seguintes:

a) Partido Progressista Regenerador, ou simplesmente Partido Regenerador, no qual convergiu a generalidade do grupo conservador moderado e do grupo progressista moderado.

b) Partido Progressista Histórico, ou simplesmente Partido Histórico, no qual se manteve a maior parte do grupo progressista radical.

À margem desta reorganização ficaram:

a) A generalidade do grupo conservador radical, por vezes denominado a partir de então Partido Cartista, ou Partido Conservador.

b) O grupo absolutista.

Ambos estes grupos tenderam a perder importância, acabando pràticamente por desaparecer nos anos 70 do século 19.

Em 1865, uma cisão no Partido Progressista Histórico deu origem ao Partido Reformista.

Em 1870, formou-se um novo partido, o Partido Constituinte, que acabou por desaparecer poucos anos depois.

Em 1875, formaram-se:

a) O Partido Socialista, que mais tarde se tornou membro da Internacional Socialista.

b) O Partido Republicano Português.

Em 1876, o Partido Reformista e o Partido Progressista Histórico fundiram-se no Partido Progressista.

Em 1901, o Partido Regenerador sofreu uma cisão, de que resultou a formação do Partido Regenerador-Liberal.

Entre 1901 e 1910, quer o Partido Regenerador, quer o Partido Progressista, sofreram várias dissidências, que não deram, porém, origem a partidos formalizados.

— A Primeira República

Na seqüência da proclamação da república, os partidos políticos monárquicos desapareceram, passando a existir as principais forças políticas seguintes:

a) Partido Republicano Português.

b) Partido Socialista.

c) Causa Monárquica, que agrupava os partidários da restauração da monarquia constitucional.

Em 1911, verificou-se uma divisão do Partido Republicano Português, da qual resultou a formação dos seguintes partidos políticos principais:

a) União Republicana, habitualmente conhecida por Partido Unionista.

b) Partido Republicano Evolucionista, ou simplesmente Partido Evolucionista.

c) Partido Republicano Português, habitualmente conhecido por Partido Democrático.

Em 1918, constituiu-se o Partido Nacional Republicano para apoiar a chamada 'República Nova'.

Em 1919, o Partido Unionista e o Partido Evolucionista fundiram-se no Partido Liberal Republicano, ou simplesmente Partido Liberal. Todavia, alguns dissidentes evolucionistas separaram-se e formaram o Partido Popular.

Em 1920, o Partido Democrático sofreu uma cisão de que resultou a constituição do Núcleo de Acção de Reconstituição Nacional, habitualmente conhecido por Partido Reconstituinte.

Em 1921, dissidentes de vários partidos, aos quais se juntou o Partido Popular, constituiram o Partido Radical.

Em 1921, foi fundado o Partido Comunista Português.

Em 1923, o Partido Liberal e o Partido Reconstituinte fundiram-se no Partido Nacionalista. Porém, a generalidade do anterior Partido Reconstituinte voltou-se a separar ainda no mesmo ano para formar a Acção Republicana.

— A república autoritária

Durante a república autoritária esteve legalmente interdita a existência de partidos políticos. As principais forças políticas existentes foram:

a) A União Nacional (UN), constituída em 1930 para apoio político do regime, e que, a partir de 1969, se passou a designar Acção Nacional Popular (ANP)..

b) O Partido Comunista Português (PCP) na clandestinidade.

c) Diversos movimentos de oposição de cariz liberal e republicano, em geral com participação do PCP, entre os quais se podem destacar o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), existente durante a Segunda Guerra Mundial, o Movimento de Unidade Democrática (MUD), existente no imediato segundo após-guerra, e o Movimento Democrático Português (MDP), constituído nos finais dos anos 60.

— A nova república democrática

Em 1974 legalizaram-se ou formaram-se os seguintes partidos políticos principais:

a) Partido do Centro Democrático e Social (CDS), o qual em 1993 se passou a designar também Partido Popular (PP).

b) Partido Popular Democrático (PPD), o qual em 1978 se passou a designar Partido Social-Democrata (PSD).

c) Partido Popular Monárquico (PPM).

d) Partido Socialista (PS).

e) Partido Comunista Português (PCP).

Entre 1979 e 1983, o CDS, o PSD e o PPM estiveram reunidos numa coligação denominada Aliança Democrática (AD).

Em 1985, formou-se o Partido Renovador Democrático (PRD), que viria a desaparecer no início dos anos 90 do século 20.

*

O quadro 12.5 apresenta uma lista das eleições parlamentares realizadas em Portugal durante os períodos da Monarquia Constitucional, da Primeira República, do Estado Novo e da nova república democrática e dos seus resultados.

4 — Governos

Apenas é razoável considerar a existência de um órgão denominado Governo em Portugal após a assunção efectiva da chefia do estado pela raínha Maria II em Setembro de 1834, pois só a partir dessa altura passou a ser habitual os vários Secretários de Estado ou Ministros serem nomeados e exonerados em bloco e ser designado um de entre eles para chefiar o governo.

Os chefes do governo tiveram a denominação oficial de: Presidente do Conselho de Ministros durante a monarquia constitucional; Presidente do Ministério desde a proclamação da república até à aprovação da Constituição de 1933; Presidente do Conselho de Ministros durante a vigência da Constituição de 1933; e Primeiro-Ministro desde a formação do primeiro governo provisório posterior à revolução de 25 de Abril de 1974.

O quadro 12.6 apresenta uma lista dos governos de Portugal desde 1834, com indicação dos seus chefes e das forças políticas em que se apoiaram.

5 — Guerras e conflitos internos

O quadro 12.7 apresenta uma lista das principais tentativas de modificação dos órgãos do poder através de actuações violentas ou de ruptura com a legalidade anteriormente vigente.

Essa lista inclui todas as tentativas que tiveram êxito e as tentativas fracassadas mais importantes. A identificação do grau de importância das tentativas fracassadas envolve, necessàriamente, um julgamento subjectivo, reconhecidamente assumido.

As tentativas de modificação dos órgãos do poder através de actuações violentas ou de ruptura com a legalidade anteriormente vigente estão implìcitamente classificadas em vários tipos, de que se destacam os seguintes:

a) Guerras civis — Conflitos, em princípio de duração prolongada, envolvendo operações militares entre forças obedecendo a dois governos, estabelecidos em diferentes pontos do país e controlando diferentes regiões do país.

b) Revoluções — Tentativas de tomada do poder por forças políticas através de actuações violentas, utilizando meios militares e civis.

c) Pronunciamentos militares — Tentativas de tomada do poder por forças políticas ou militares através de actuações violentas, utilizando meios militares.

d) Golpes-de-estado — Tentativas de tomada do poder por forças políticas com ruptura da legalidade anteriormente vigente através de actuações não-violentas.

e) Ditaduras — Assunção inconstitucional dos poderes do parlamento pelo governo.

6 — Guerras e conflitos externos

O quadro 12.8 apresenta uma lista das situações em que o estado português esteve em guerra ou conflito com outros estados.

Procurou-se englobar nessa lista, quer guerras e conflitos formalmente declarados (mesmo que, eventualmente, não tenham conduzido a operações militares) e respectivos tratados de paz, quer guerras e conflitos não declarados ou endémicos, com indicação, quando relevante, das principais operações militares realizadas.

Bibliografia

CAETANO, Marcelo — História do direito português [1140-1495]. Lisboa: Verbo, 1981.

MATA, Eugénia — Actividade revolucionária no Portugal contemporâneo — uma perspectiva de longa duração. Análise Social, nº 112-113, 1991.

MATOSO, José (direcção) — História de Portugal (7 volumes). Lisboa: Círculo de Leitores, 1992-1994.

PERES, Damião (direcção) — História de Portugal (8 volumes). Barcelos: Portucalense Editora, 1938-1940.

RODRIGUES, António Simões (coordenador) — História de Portugal em datas. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SANTOS, Manuel Pinto dos — Monarquia Constitucional — Organização e relações do poder governamental com a Câmara dos Deputados. Lisboa: Assembleia da República, 1986.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção) — Nova história da expansão portuguesa (5 volumes publicados). Lisboa: Estampa, 1986-1998.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (direcção) — Nova história de Portugal (7 volumes publicados). Lisboa: Presença, 1987-1998.

Quadros

12.1 — Condes dos Condados de Portugal e de Coimbra

12.2 — Reis de Portugal

12.3 — Presidentes da República de Portugal

12.4 — Reuniões das Cortes durante a Monarquia Absoluta

12.5 — Eleições parlamentares

12.6 — Governos

12.7 — Guerras e conflitos internos

12.8 — Guerras e conflitos externos

Quadro 12.1 — Condes dos Condados de Portugal e de Coimbra

Fonte — Matoso, 1992-1994; Serrão, Marques, 1987-1998.

A — Primeiro Condado de Portugal

início de funções	nome	relação com o predecessor	observações
868	Vímara Peres	—	—
?	Lúcio Vimaranes	filho	—
?	Diogo Fernandes	genro	—
924	Hermenegildo Gonçalves	genro	—
950	Gonçalo Mendes	filho	—
981	Mendo Gonçalves	filho	—
1008	Alvito Nunes	primo	—
?	Nuno Alvites	filho	—
1028	Mendo Nunes	filho	—
1053	Nuno Mendes	filho	(1)

Observações:

(1) Morreu em 1071. A dinastia condal foi deposta pelo rei de Leão e Castela.

B — Condado de Coimbra — primeira dinastia

início de funções	nome	relação com o predecessor	observações
878	Hermenegildo Guterres	—	—
?	Aires Mendes	filho	—
931	Ximeno Dias	sobrinho	—
?	Gonçalo Moniz	sobrinho	—
?	Múnio Gonçalves	filho	(2)

Quadro 12.1 — Condes dos Condados de Portugal e de Coimbra (continuação)

Observações:

(2) Deposto em 981 na seqüência de reconquista muçulmana do condado.

C — Condado de Coimbra — segunda dinastia

início de funções	nome	relação com o predecessor	observações
1064	Sesnando	—	—
1091	Martim Moniz	genro	(3)

Observações:

(3) Deixou de exercer as funções de conde, na seqüência da inclusão do Condado de Coimbra no Condado da Galiza em 1093.

D — Segundo Condado de Portugal

início de funções	nome	relação com o predecessor	observações
1096	Henrique	—	—
1112	Afonso Henriques	filho	(4)

Observações:

(4) Regência da mãe, Teresa, até 1128. Tornou-se Rei de Portugal por proclamação de 1139, reconhecida pelo suserano em 1143 e pelo papa em 1179.

Quadro 12.2 — Reis de Portugal

Fonte — Matoso, 1992-1994; Serrão, Marques, 1987-1998.

início de funções	nome	relação com o predecessor	observações
1143	Afonso I	—	—
1185	Sancho I	filho	—
1211	Afonso II	filho	—
1223	Sancho II	filho	(1)
1248	Afonso III	irmão	—
1279	Dinis I	filho	—
1325	Afonso IV	filho	—
1357	Pedro I	filho	—
1367	Fernando I	filho	—
1383	Beatriz I	filha	(2)
1385	João I	tio	(3)
1433	Duarte I	filho	—
1438	Afonso V	filho	(4)
1481	João II	filho	—
1495	Manuel I	primo	(5)
1521	João III	filho	—
1557	Sebastião I	neto	(6)
1578	Henrique I	tio-avô	—
1580	Filipe I	sobrinho	(7)
1598	Filipe II	filho	(8)
1621	Filipe III	filho	(9)
1640	João IV	primo	—
1656	Afonso VI	filho	(10)
1683	Pedro II	irmão	—
1706	João V	filho	—
1750	José I	filho	—
1777	Maria I	filha	(11) (12)
1816	João VI	filho	—
1826	Pedro IV	filho	(13)
1826	Maria II	filha	(14)
1828	Miguel I	tio	(15)

Quadro 12.2 — Reis de Portugal (continuação)

início de funções	nome	relação com o predecessor	observações
1834	Maria II	sobrinha	(16)
1853	Pedro V	filho	(17)
1861	Luís I	irmão	—
1889	Carlos I	filho	—
1908	Manuel II	filho	(18)

Observações:

(1) Deposto pelo papa Inocêncio IV em 1245. Regência do irmão, Afonso (mais tarde rei Afonso III), até 1248.

(2) Ausente de Portugal, com regência da mãe, Leonor Teles. Deposta pelo tio, João (mais tarde rei João I), em 1383.

(3) Regente entre 1383 e 1385.

(4) Entre 1438 e 1439 regência da mãe, Leonor, e do tio, Pedro. Entre 1439 e 1446 regência do tio, Pedro. Ausente de Portugal entre 1476 e 1477 com regência do filho, João (mais tarde rei João II), que chegou a ser proclamado rei em 1477.

(5) Ausente de Portugal em 1498. Regência da irmã e raínha-viúva, Leonor.

(6) Entre 1557 e 1562 regência da avó, Catarina. Entre 1562 e 1568 regência do tio-avô, Henrique (mais tarde rei Henrique I).

(7) Durante alguns meses de 1580 regência de cinco governadores presididos por Jorge Almeida (arcebispo de Lisboa). Entre 1580 e 1583 parte do país revoltada sob o domínio de António, primo do rei. Ausente de Portugal entre 1583 e 1598. Durante esse período governo de:

início de funções	nome	observações
1583	Alberto (cardeal)	vice-rei — membro da família real
1593	Miguel Castro (arcebispo de Lisboa)	presidente do Conselho de Governo

Quadro 12.2 — Reis de Portugal (continuação)

(8) Ausente de Portugal entre 1598 e 1619 e entre 1619 e 1621. Durante esse período governo de:

início de funções	nome	observações
1598	Miguel Castro (arcebispo de Lisboa)	presidente do Conselho de Governo
1600	Cristóvão de Moura (marquês de Castelo Rodrigo)	vice-rei
1603	Afonso Castelo Branco (bispo de Coimbra)	vice-rei
1604	Pedro Castilho (bispo de Leiria)	vice-rei
1608	Cristóvão de Moura (marquês de Castelo Rodrigo)	vice-rei
1612	Pedro Castilho (bispo de Leiria)	vice-rei
1614	Aleixo Meneses (arcebispo de Braga)	vice-rei
1615	Miguel Castro (arcebispo de Lisboa)	vice-rei
1617	Diogo Mendonça (marquês de Alenquer)	vice-rei
1619	Diogo Mendonça (marquês de Alenquer)	vice-rei

(9) Ausente de Portugal durante todo o reinado. Durante esse período governo de:

início de funções	nome	observações
1621	Martinho Mexia (bispo de Coimbra)	presidente do Conselho de Governo
1623	Diogo de Castro (conde do Basto)	presidente do Conselho de Governo
1626	Afonso Mendonça (arcebispo de Braga)	presidente do Conselho de Governo
1627	Afonso Mendonça (arcebispo de Lisboa)	governador
1630	Diogo de Castro (conde do Basto)	governador
1631	António de Ataíde (conde de Castro Daire e Castanheira)	
	Nuno de Mendonça (conde de Val de Reis)	governadores
1632	António de Ataíde (conde de Castro Daire e Castanheira)	governador
1633	João Manuel (arcebispo de Lisboa)	vice-rei
1633	o Conselho de Estado	como Conselho de Governo
1633	Diogo de Castro (conde do Basto)	vice-rei
1634	Margarida (duquesa de Mântua)	vice-raínha — membro família real

Deposto pelo primo, duque de Bragança, que se tornou rei João IV.

Quadro 12.2 — Reis de Portugal (continuação)

(10) Entre 1656 e 1662 regência da mãe, Luisa. Deposto em 1667 pelo irmão, Pedro (mais tarde rei Pedro II). Regência de Pedro entre 1667 e 1683.

(11) O marido tomou o título de Pedro III. Regência do filho, João (mais tarde rei João VI), entre 1792 e 1816.

(12) Entre 1807 e 1808 o Continente do Reino esteve ocupado por um exército francês e espanhol, cujo comandante, Junot, exerceu aí a regência durante esse período.

(13) Ausente de Portugal por ser imperador do Brasil. Regência da irmã, Isabel. Abdicou na filha, Maria.

(14) Ausente de Portugal. Entre 1826 e 1828 regência da tia, Isabel. Em 1828 regência do tio, Miguel. Deposta pelo tio, Miguel (depois rei Miguel I), em 1828.

(15) Parte do país revoltada reconhecendo Maria II.

(16) Raínha de parte do país entre 1828 e 1834. Entre 1828 e 1831 regência de Pedro Sousa Holstein (marquês de Palmela). Entre 1831 e 1834 regência do pai, Pedro (anteriormente rei Pedro IV). Parte do país revoltada sob regência de Francisco Silva Pereira (conde das Antas) entre 1846 e 1847. O marido tomou o título de Fernando II.

(17) Entre 1853 e 1855 regência do pai, Fernando II.

(18) Deposto por uma revolução republicana em 1910.

Quadro 12.3 — Presidentes da República de Portugal

Fonte — Matoso, 1992-1994; Serrão, Marques, 1987-1998; imprensa da época.

início de funções	nome	observações
1910	Teófilo Braga	(1)
1911	Manuel Arriaga	(2)
1915	Teófilo Braga	(3)
1915	Bernardino Machado	(4)
1917	Sidónio Pais	(5)
1918	João Canto e Castro	(6)
1919	António José de Almeida	(7)
1923	Manuel Teixeira Gomes	(8)
1925	Bernardino Machado	(9)
1926	José Mendes Cabeçadas	(10)
1926	Manuel Gomes da Costa	(11)
1926	António Óscar Carmona	(12)
1951	António Oliveira Salazar	(13)
1951	Francisco Craveiro Lopes	(14)
1958	Américo Tomás	(15)
1974	António Spínola	(16)
1974	Francisco Costa Gomes	(17)
1976	António Ramalho Eanes	(18)
1986	Mário Soares	(19)
1996	Jorge Sampaio	(20)

Observações:

(1) Presidente do Governo Provisório depois da revolução republicana (5 de Outubro de 1910).

(2) Eleito pelo Congresso em 24 de Agosto de 1911 para um mandato desde essa data até 5 de Outubro de 1915. Forçado a renunciar após uma revolução (Maio de 1915).

(3) Interino eleito pelo Congresso em 29 de Maio de 1915 para terminar o mandato de 1911 a 1915.

Quadro 12.3 — Presidentes da República de Portugal (continuação)

(4) Eleito pelo Congresso em 6 de Agosto de 1915 para um mandato de 5 de Outubro de 1915 a 5 de Outubro de 1919. Deposto por pronunciamento militar em 11 de Dezembro de 1917.

(5) Presidente da Junta Revolucionária e depois Presidente do Ministério após pronunciamento militar (Dezembro de 1917). Eleito por sufrágio directo em 28 de Abril de 1918 para um mandato iniciado em 9 de Maio de 1918, mandato de duração a fixar pelo Congresso, com a duração mínima de quatro anos. Assassinado em 14 de Dezembro de 1918.

(6) Substituiu Sidónio Pais após a sua morte enquanto decano do governo. Interino eleito pelo Congresso em 16 de Dezembro de 1918 para terminar o mandato de 1915 a 1919 (concluído em 5 de Outubro de 1919).

(7) Eleito pelo Congresso em 6 de Agosto de 1919 para um mandato de 5 de Outubro de 1919 a 5 de Outubro de 1923.

(8) Eleito pelo Congresso em 6 de Agosto de 1923 para um mandato de 5 de Outubro de 1923 a 5 de Outubro de 1927. Renunciou (Dezembro de 1925).

(9) Interino eleito pelo Congresso em 11 de Dezembro de 1925 para terminar o mandato de 1923 a 1927. Deposto por pronunciamento militar (Maio de 1926).

(10) Presidente do Ministério na seqüência de pronunciamento militar (30 de Maio de 1926). Deposto por pronunciamento militar (Junho de 1926).

(11) Presidente do Ministério na seqüência de pronunciamento militar (19 de Junho de 1926). Deposto por pronunciamento militar (Julho de 1926).

(12) Presidente do Ministério na seqüência de pronunciamento militar (9 de Julho de 1926). Nomeado Presidente da República interino pelo Ministério através do decreto com força de lei 12740 de 29 de Novembro de 1926. Eleito por sufrágio directo em 25 de Março de 1928 para um mandato de cinco anos iniciado em 15 de Abril de 1928, mandato prorrogado para sete anos pela Constituição de 1933. Reeleito por sufrágio directo em 17 de Fevereiro de 1935 para um mandato de sete anos iniciado em 26 de Abril de 1935, em 8 de Fevereiro de 1942 para um mandato de sete anos iniciado em 15 de Abril de 1942 e em 13 de Fevereiro de 1949 para um mandato de sete anos iniciado em 20 de Abril de 1949. Faleceu em funções em 18 de Abril de 1951.

Quadro 12.3 — Presidentes da República de Portugal (continuação)

(13) Interino por ser Presidente do Conselho de Ministros após a morte de Óscar Carmona.

(14) Eleito por sufrágio directo em 22 de Julho de 1951 para um mandato de sete anos iniciado em 9 de Agosto de 1951.

(15) Eleito por sufrágio directo em 8 de Junho de 1958 para um mandato de sete anos iniciado em 9 de Agosto de 1958. Reeleito por um Colégio Eleitoral em 25 de Julho de 1965 para um mandato de sete anos iniciado em 9 de Agosto de 1965 e em 25 de Julho de 1972 para um mandato de sete anos iniciado em 9 de Agosto de 1972. Deposto por um pronunciamento militar (Abril de1974).

(16) Presidente da Junta de Salvação Nacional na seqüência de pronunciamento militar (25 de Abril de 1974). Eleito Presidente da República interino pela Junta de Salvação Nacional em 14 de Maio de 1974. Renunciou após pronunciamento militar (Setembro de 1974).

(17) Eleito Presidente da República interino pela Junta de Salvação Nacional em 30 de Setembro de 1974 na seqüência de pronunciamento militar.

(18) Eleito por sufrágio directo em 27 de Junho de 1976 para um mandato de 14 de Julho de 1976 a 14 de Janeiro de 1981. Reeleito por sufrágio directo em 7 de Dezembro de 1980 para um mandato de 14 de Janeiro de 1981 a 9 de Março de 1986.

(19) Eleito por sufrágio directo em 26 de Janeiro de 1986 (1ª volta) e 16 de Fevereiro de 1986 (2ª volta) para um mandato de 9 de Março de 1986 a 9 de Março de 1991. Reeleito por sufrágio directo em 13 de Janeiro de 1991 para um mandato de 9 de Março de 1991 a 9 de Março de 1996.

(20) Eleito por sufrágio directo em 14 de Janeiro de 1996 para um mandato de 9 de Março de 1996 a 9 de Março de 2001.

Quadro 12.3 — Presidentes da República de Portugal (continuação)

Anexo — Eleições do Presidente da República por sufrágio directo

ano	eleito	outros candidatos	observações
1918	Sidónio Pais	—	—
1928	António Óscar Carmona	—	—
1935	António Óscar Carmona	—	—
1942	António Óscar Carmona	—	—
1949	António Óscar Carmona	—	—
1951	Francisco Craveiro Lopes	—	—
1958	Américo Tomás	Humberto Delgado	(1)
1976	António Ramalho Eanes	Otelo Saraiva de Carvalho	(2)
		José Pinheiro de Azevedo	
		Octávio Pato	
1980	António Ramalho Eanes	António Soares Carneiro	(2)
		Otelo Saraiva de Carvalho	
		Carlos Galvão de Melo	
		António Pires Veloso	
		António Aires Rodrigues	
1986	Mário Soares	Diogo Freitas do Amaral	(3)
		Francisco Salgado Zenha	
		Maria Lurdes Pintassilgo	
1991	Mário Soares	Basílio Horta	(2)
		Carlos Carvalhas	
		Carlos Marques	
1996	Jorge Sampaio	Aníbal Cavaco Silva	(2)

(1) Humberto Delgado contestou o resultado.

(2) Presidente eleito com maioria absoluta na 1ª volta.

(3) Nenhum candidato obteve maioria absoluta na 1ª volta. 2ª volta entre os dois candidatos mais votados na 1ª volta, Diogo Freitas do Amaral e Mário Soares.

Quadro 12.4 — Reuniões das Cortes durante a Monarquia Absoluta

Fonte — Caetano, 1981, Matoso, 1992-1994; Serrão, Marques, 1987-1998.

data	local	observações
1211	Coimbra	Cúria plenária (só com representantes do clero e da nobreza).
1223	Coimbra	Cúria plenária (só com representantes do clero e da nobreza).
1228-1229	Coimbra	Cúria plenária (só com representantes do clero e da nobreza).
1235	Coimbra	Cúria plenária (só com representantes do clero e da nobreza).
1250	Guimarães	Cúria plenária (só com representantes do clero e da nobreza).
1254	Leiria	Deliberação sobre o regime monetário.
1261	Coimbra	Deliberação sobre o regime monetário.
1273-1274	Santarém	Discussão sobre conflitos entre o Rei e o clero.
1282	Évora	Discussão sobre conflitos entre o Rei e o clero.
1285	Lisboa	Discussão sobre inquirições.
1288	Guimarães	Discussão sobre inquirições.
1289	Lisboa	Discussão sobre conflitos entre o Rei e o clero.
1291	Coimbra	—
1305	Lisboa	—
1323	Lisboa	—
1325	Évora	Aclamação do rei Afonso IV. Discussão sobre o regime monetário.
1331	Santarém	—
1340	Santarém	Aprovação de pragmática.
1352	Lisboa	—
1361	Elvas	—
1371	Lisboa	—
1372	Porto	Discussão sobre regime monetário.
1372	Leiria	Discussão sobre o casamento do rei Fernando I.
1373	Santarém	Discussão da paz com Castela.
1375	Serra d'El Rei	Reunião sobre a realização da qual existem dúvidas.
1376	Leiria	Discussão sobre o casamento da herdeira do trono, Beatriz, filha do rei Fernando I.
1380	Torres Novas	Discussão sobre o casamento da herdeira do trono, Beatriz, filha do rei Fernando I.

Quadro 12.4 — Reuniões das Cortes durante a Monarquia Absoluta (continuação)

data	local	observações
1383	Santarém	Discussão sobre o casamento da herdeira do trono, Beatriz, filha do rei Fernando I.
1385	Coimbra	Deliberação sobre a sucessão do trono — eleição do rei João I. Criação de um novo imposto — as sisas.
1387	Coimbra	Renovação das sisas.
1387	Braga	Renovação das sisas.
1389	Lisboa	—
1390	Coimbra	—
1390-1391	Évora	—
1391-1392	Viseu	Votação de imposto extraordinário.
1393	Serra d'El Rei	Discussão de tréguas com Castela.
1394-1395	Coimbra	Votação de imposto extraordinário.
1398	Coimbra	Votação de imposto extraordinário.
1398	Porto	Votação de imposto extraordinário.
1399	Lisboa	Discussão da correcção das rendas face ao aumento dos preços.
1400	Coimbra	—
1401	Guimarães	—
1402	Montemor-o-Novo — Santarém	Discussão de tréguas com Castela.
1404	Lisboa	Votação de imposto extraordinário.
1406	Santarém	Votação de imposto extraordinário.
1408	Évora	Discussão da criação das Casas dos infantes.
1410	Lisboa	—
1412	Lisboa	—
1413	Lisboa	—
1416	Estremoz	—
1417	Lisboa	Discussão da correcção das rendas face ao aumento dos preços.
1418	Santarém	Votação de imposto extraordinário.
1427	Lisboa	Discussão da paz com Castela.
1430	Santarém	Votação de imposto extraordinário.
1432	Almeirim	Discussão da paz com Castela.
1433-1434	Leiria — Santarém	Aclamação do rei Duarte I.
1436	Évora	Votação de imposto extraordinário.

Quadro 12.4 — Reuniões das Cortes durante a Monarquia Absoluta (continuação)

data	local	observações
1438	Leiria	Discussão das conseqüências do fracasso da expedição a Tânger.
1438	Torres Novas	Deliberação sobre a regência durante a menoridade de Afonso V — regência conjunta da mãe, Leonor, e do tio, Pedro.
1439-1440	Lisboa	Deliberação sobre a regência durante a menoridade de Afonso V — regência singular do tio, Pedro.
1441	Torres Vedras	Votação de imposto extraordinário.
1442	Évora	Votação de imposto extraordinário.
1446	Lisboa	Entrega do governo pelo regente Pedro ao rei Afonso V.
1447	Évora	Votação de imposto extraordinário.
1448	Lisboa	Reunião sobre a realização da qual existem dúvidas.
1451	Santarém	Votação de imposto extraordinário.
1455	Lisboa	Votação de imposto extraordinário.
1455	Lisboa	Juramento do filho do rei Afonso V, João (futuro rei João II), como herdeiro do trono.
1456	Lisboa	Votação de imposto extraordinário.
1459	Lisboa	—
1460-1461	Lisboa — Évora.	Votação de imposto extraordinário.
1465	Guarda	—
1468	Santarém	—
1471	Lisboa	Discussão sobre o casamento do herdeiro do trono, João, filho do rei Afonso V. Votação de imposto extraordinário.
1472-1473	Coimbra — Évora	—
1475	Évora	Votação de imposto extraordinário.
1476	Lisboa	Juramento de Afonso, filho do herdeiro do trono, João (futuro rei João II), como herdeiro do trono.
1477	Montemor-o-Novo	Votação de imposto extraordinário.
1477	Santarém	Aclamação do rei João II, por instrução de Afonso V ausente em França (Afonso V voltaria a assumir o trono ainda no mesmo ano).
1478	Lisboa	Votação de imposto extraordinário.
1481-1482	Évora — Montemor-o-Novo — Viana do Alentejo — Alvito	Aclamação do rei João II.
1482-1483	Santarém	Votação de imposto extraordinário.

Quadro 12.4 — Reuniões das Cortes durante a Monarquia Absoluta (continuação)

data	local	observações
1490	Évora	Discussão sobre o casamento do herdeiro do trono, Afonso, filho do rei João II. Votação de imposto extraordinário.
1495	Montemor-o-Novo	Aclamação do rei Manuel I.
1498	Lisboa	Aceitação da regência da raínha-viúva Leonor durante a ausência do rei Manuel I em Castela.
1499	Lisboa	Juramento do filho do rei Manuel I, Miguel, como herdeiro do trono.
1502	Lisboa	Juramento do filho do rei Manuel I, João (futuro rei João III), como herdeiro do trono. Votação de imposto extraordinário.
1525-1526	Torres Novas	Votação de imposto extraordinário.
1535	Évora	Juramento do fillho do rei João III, Manuel, como herdeiro do trono. Votação de imposto extraordinário.
1544	Almeirim	Juramento do fillho do rei João III, João, como herdeiro do trono. Votação de imposto extraordinário.
1562-1563	Lisboa	Aceitação do tio-avô do rei Sebastião I, Henrique (futuro rei Henrique I), como regente. Votação de imposto extraordinário.
1579	Lisboa	Escolha dos governadores em caso de morte do rei Henrique I e dos juízes da sucessão do trono.
1579-1580	Almeirim — Santarém	Tentativa fracassada de deliberação sobre a sucessão do trono.
1581	Tomar	Aclamação do rei Filipe I e juramento do filho do rei, Diogo, como herdeiro do trono.
1582-1583	Lisboa	Juramento do filho do rei Filipe I, Filipe (futuro rei Filipe II), como herdeiro do trono.
1619	Lisboa	Juramento do filho do rei Filipe II, Filipe (futuro rei Filipe III), como herdeiro do trono. Votação de imposto extraordinário.
1641	Lisboa	Ratificação da deposição do rei Filipe III pelo rei João IV. Ratificação do real de água, imposto criado em 1634 por Filipe III. Criação de um novo imposto — a décima.
1642	Lisboa	—
1645	Lisboa	—
1646	Lisboa	—
1649	Tomar	—
1653	Lisboa	—

Quadro 12.4 — Reuniões das Cortes durante a Monarquia Absoluta (continuação)

data	local	observações
1654	Lisboa	—
1668	Lisboa	Ratificação da regência de Pedro (futuro rei Pedro II), após deposição do rei Afonso VI.
1673-1674	Lisboa	Deliberação sobre regras relativas a regências.
1679	Lisboa	Deliberação sobre regras relativas a casamentos de herdeiros do trono.
1697-1698	Lisboa	Deliberação sobre regras relativas à sucessão do trono.
1828	Lisboa	Aclamação do rei Miguel I.

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares

Fonte — Matoso, 1992-1994; Serrão, Marques, 1987-1998.

Observação geral — A lista das eleições parlamentares está organizada por secções correspondentes a períodos em que se manteve relativamente estável o quadro das forças políticas. Sobre a evolução do quadro das forças políticas, veja-se o texto de introdução ao capítulo. Sobre os governos mencionados nas notas, veja-se o quadro 12.6. Sobre as guerras e conflitos internos mencionados nas notas, veja-se o quadro 12.7. Durante a vigência da Carta Constitucional e da Constituição de 1911 realizaram-se várias vezes eleições parciais, mas apenas se mencionam na lista as eleições parciais de que resultou alteração significativa do quadro das forças políticas no parlamento.

A — Monarquia Constitucional: primeiro e segundo períodos

data	tipo	resultados	notas
1820 Dez	indirectas para Cortes Constituintes	maioria liberais	(1)
1822 Nov	directas para Cortes unicamarais	maioria liberais	(2)
1826 Out	indirectas para Câmara dos Deputados	maioria liberais	(3)

Notas:

(1) Eleições realizadas na seqüência da revolução liberal de 1820. Legislatura concluída na seqüência da aprovação da Constituição de 1822.

(2) Eleições realizadas na seqüência da aprovação da Constituição de 1822. Legislatura não concluída devido a dissolução em Junho de 1823, aquando da revogação da Constituição de 1822.

(3) Eleições realizadas na seqüência da outorga da Carta Constitucional. Cortes constituídas por Câmara dos Deputados e Câmara dos Pares, esta não-electiva. Legislatura não concluída devido a dissolução em Março de 1828, em prelúdio à revogação da Carta Constitucional.

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

B — Monarquia Constitucional: do estabelecimento definitivo à Regeneração

data	tipo	resultados	notas
1834 Jul	indirectas para Câmara dos Deputados	maioria conservadores	(4) (*)
1836 Jul	indirectas para Câmara dos Deputados	maioria conservadores	(5) (*)
1836 Nov	directas para Cortes Constituintes	maioria progressistas	(6)
1838 Ago	directas para Cortes bicamarais	maioria progressistas	(7)
1840 Mar	directas para Cortes bicamarais	maioria conservadores moderados	(8)
1842 Jul	indirectas para Câmara dos Deputados	maioria conservadores radicais	(9) (*)
1845 Ago	indirectas para Câmara dos Deputados	maioria conservadores radicais	(10) (*)
1847 Dez	indirectas para Câmara dos Deputados	maioria conservadores radicais	(11) (*)

Notas:

(4) Eleições realizadas na seqüência do final da guerra civil. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, provocada por desagregação da maioria governamental.

(5) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução das Cortes, provocada pela Revolução de Setembro de 1836.

(6) Eleições realizadas na seqüência da Revolução de Setembro de 1836. Legislatura concluída na seqüência da aprovação da Constituição de 1838.

(7) Eleições realizadas na seqüência da aprovação da Constituição de 1838. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, provocada pela mudança da força política no governo (progressistas —> conservadores moderados).

(8) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução das Cortes, provocada pela Revolução do Entrudo de Fevereiro de 1842.

(9) Eleições realizadas na seqüência da restauração da Carta Constitucional. Legislatura concluída.

(10) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, provocada pelos motins da Maria da Fonte de Maio de 1846.

(11) Eleições realizadas após a guerra civil da Patuleia, na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados provocada pelos motins da Maria da Fonte. Legislatura não concluída

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

devido a dissolução da Câmara dos Deputados, provocada pelo pronunciamento militar da Regeneração de Maio de 1851.

(*) Cortes constituídas por Câmara dos Deputados e Câmara dos Pares, esta não-electiva.

C — Monarquia Constitucional: da Regeneração à República

data	tipo	resultado	notas
1851 Nov	indirectas para Câmara dos Deputados	maioria futuro P. Regenerador	(12) (*)
1852 Dez	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(13) (*)
1856 Nov	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista Histórico	(14) (*)
1858 Mai	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista Histórico	(15) (*)
1860 Jan	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(16) (*)
1861 Abr	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista Histórico	(17) (*)
1864 Set	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista Histórico	(18) (*)
1865 Jul	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista Histórico	(19) (*)
1868 Mar	directas para Câmara dos Deputados	maioria relativa P. Reformista	(20) (*)
1869 Abr	directas para Câmara dos Deputados	maioria relativa P. Conservador	(21) (*)
1870 Mar	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista Histórico	(22) (*)
1870 Set	directas para Câmara dos Deputados	maioria relativa P. Reformista	(23) (*)
1871 Jul	directas para Câmara dos Deputados	maioria relativa P. Regenerador	(24) (*)
1874 Jul	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(25) (*)
1878 Out	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(26) (*)
1879 Out	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista	(27) (*)
1881 Ago	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(28) (*)
1884 Jun	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(29) (*)
1887 Mar	directas para Câmara dos Deputados indirectas para parte da Câmara dos Pares	maioria P. Progressista	(30) (**)
1889 Out	directas para Câmara dos Deputados indirectas para parte da Câmara dos Pares	maioria P. Progressista	(31) (**)
1890 Mar	directas para Câmara dos Deputados indirectas para parte da Câmara dos Pares	maioria P. Regenerador	(32) (**)
1892 Out	directas para Câmara dos Deputados indirectas para parte da Câmara dos Pares	maioria P. Regenerador	(33) (**)
1894 Abr	directas para Câmara dos Deputados indirectas para parte da Câmara dos Pares	maioria P. Regenerador	(34) (**)

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

data	tipo	resultado	notas
1895 Nov	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(35) (*)
1897 Mai	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista	(36) (*)
1899 Nov	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista	(37) (*)
1900 Nov	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(38) (*)
1901 Out	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(39) (*)
1904 Jun	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(40) (*)
1905 Fev	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Progressista	(41) (*)
1906 Abr	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(42) (*)
1906 Ago	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador-Liberal	(43) (*)
1908 Abr	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador e P. Progressista	(44) (*)
1910 Ago	directas para Câmara dos Deputados	maioria P. Regenerador	(45) (*)

Notas:

(12) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados, provocada pela Regeneração. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por desagregação da maioria governamental.

(13) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados, após a aprovação do Acto Adicional de 1852. Legislatura concluída.

(14) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por desagregação da maioria governamental.

(15) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Progressista Histórico —> Partido Regenerador).

(16) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Regenerador —> Partido Progressista Histórico).

(17) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura concluída.

(18) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por desagregação da maioria governamental.

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

(19) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (coligação Partido Regenerador + Partido Progressista Histórico —> Partido Reformista) na seqüência dos motins da Janeirinha em Janeiro de 1868.

(20) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por desagregação da maioria governamental.

(21) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Conservador + Partido Reformista —> Partido Progressista Histórico).

(22) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Progressista Histórico —> futuro Partido Constituinte), na seqüência da Saldanhada de Maio de 1870.

(23) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por desagregação da maioria governamental.

(24) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura concluída.

(25) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(26) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Regenerador —> Partido Progressista).

(27) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Progressista —> Partido Regenerador).

(28) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por decisão parlamentar de convocar Cortes Constituintes.

(29) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados e da parte electiva da Câmara dos Pares, causada por mudança da força política no governo (Partido Regenerador —> Partido Progressista).

(30) Eleições realizadas na seqüência de dissolução dissolução da Câmara dos Deputados e da parte electiva da Câmara dos Pares. Legislatura concluída.

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

(31) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados e da parte electiva da Câmara dos Pares, causada por mudança da força política no governo (Partido Progressista —> Partido Regenerador).

(32) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados e da parte electiva da Câmara dos Pares. Legislatura concluída.

(33) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução dissolução da Câmara dos Deputados e da parte electiva da Câmara dos Pares, causada por desagregação da maioria governamental.

(34) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados e da parte electiva da Câmara dos Pares. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados e da parte electiva da Câmara dos Pares, causada por desagregação da maioria governamental.

(35) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Regenerador —> Partido Progressista).

(36) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura concluída.

(37) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Progressista —> Partido Regenerador).

(38) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por desagregação da maioria governamental.

(39) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por desagregação da maioria governamental.

(40) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Regenerador —> Partido Progressista).

(41) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Progressista —> Partido Regenerador).

(42) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por mudança da força política no governo (Partido Regenerador —> Partido Regenerador-Liberal).

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

(43) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução da Câmara dos Deputados, causada por desagregação da maioria governamental, sem convocação de eleições, isto é, com subseqüente entrada em ditadura.

(44) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados, após o assassínio do rei Carlos I. Legislatura não concluída devido a dissolução, causada por mudança da força política no governo (coligação Partido Progressista + dissidentes do Partido Regenerador —> Partido Regenerador).

(45) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Câmara dos Deputados. Legislatura não concluída devido a dissolução das Cortes, causada pela revolução republicana de Outubro de 1910.

(*) Cortes constituídas por Câmara dos Deputados e Câmara dos Pares, esta não-electiva.

(**) Cortes constituídas por Câmara dos Deputados e Câmara dos Pares, esta parcialmente electiva.

D — Primeira República

data	tipo	resultado	notas
1911 Mai	directas para Assembleia Constituinte	maioria absoluta P. Republicano	(46)
1913 Nov	directas para Câmara dos Deputados	maioria absoluta P. Democrático na Câmara dos Deputados	(47)
1915 Jun	directas para Congresso bicamaral	maioria absoluta P. Democrático nas duas câmaras	(48)
1918 Abr	directas para Congresso bicamaral	maioria P. Nacional-Republicano absoluta na Câmara dos Deputados e relativa no Senado	(49)
1919 Mai	directas para Congresso bicamaral	maioria absoluta P. Democrático nas duas câmaras	(50)
1921 Jul	directas para Congresso bicamaral	maioria P. Liberal absoluta na Câmara dos Deputados relativa no Senado	(51)
1922 Jan	directas para Congresso bicamaral	maioria P. Democrático relativa na Câmara dos Deputados absoluta no Senado	(52)

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

data	tipo	resultado	notas
1925 Nov	directas para Congresso bicamaral	maioria absoluta P. Democrático nas duas câmaras	(53)

Notas:

(46) Eleições realizadas na seqüência da revolução republicana. Uma vez concluída a Constituição, a Assembleia Constituinte dividiu-se nas duas câmaras do Congresso, apenas se tendo realizado eleições parciais para a Câmara dos Deputados em Novembro de 1913. Depois da divisão do Partido Republicano, e até essas eleições parciais, nenhum partido tinha maioria absoluta em nenhuma das câmaras. Legislatura concluída. Prolongamento da legislatura depois da revolução de Maio de 1915, por não se terem realizado eleições no prazo constitucional devido ao Movimento das Espadas de Janeiro de 1915.

(47) Eleições parciais.

(48) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução do Congresso, causada pela Revolução de Dezembro de 1917.

(49) Eleições realizadas na seqüência de dissolução do Congresso. Legislatura não concluída devido a dissolução do Congresso, causada pelo fim da República Nova em Fevereiro de 1919.

(50) Eleições realizadas na seqüência de dissolução do Congresso. Legislatura não concluída devido a dissolução do Congresso, causada pelo pronunciamento militar de Maio de 1921.

(51) Eleições realizadas na seqüência de dissolução do Congresso. Legislatura não concluída devido a dissolução do Congresso, causada pela revolução radical de Outubro de 1921.

(52) Eleições realizadas na seqüência de dissolução do Congresso. Legislatura concluída.

(53) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução do Congresso, causada pelo pronunciamento militar de Maio de 1926.

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

E — Estado Novo

data	tipo	resultado	notas
1934 Dez	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(54)
1938 Out	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(55)
1942 Nov	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(56)
1945 Nov	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(57)
1949 Nov	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(58)
1953 Nov	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(59)
1957 Nov	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(60)
1961 Nov	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(61)
1965 Nov	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(62)
1969 Nov	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares UN	(63)
1973 Out	directas para Assembleia Nacional	totalidade lugares ANP	(64)

Notas:

(54) Eleições realizadas na seqüência da aprovação da Constituição de 1933. Legislatura concluída.

(55) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(56) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução da Assembleia Nacional, formalmente justificada pelo aumento do número de deputados, na prática, realizada para promover a legitimação eleitoral do regime no contexto político do imediato segundo após-guerra.

(57) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Assembleia Nacional. Legislatura concluída.

(58) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(59) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(60) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(61) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(62) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(63) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(64) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução da Assembleia Nacional, provocada pelo pronunciamento militar de 25 de Abril de 1974.

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

F — Nova república democrática

data	tipo	resultado	notas
1975 Abr	directas para Assembleia Constituinte	maioria relativa PS	(65)
1976 Abr	directas para Assembleia da República	maioria relativa PS	(66)
1979 Dez	directas para Assembleia da República	maioria absoluta AD	(67)
1980 Out	directas para Assembleia da República	maioria absoluta AD	(68)
1983 Abr	directas para Assembleia da República	maioria relativa PS	(69)
1985 Out	directas para Assembleia da República	maioria relativa PSD	(70)
1987 Jul	directas para Assembleia da República	maioria absoluta PSD	(71)
1991 Out	directas para Assembleia da República	maioria absoluta PSD	(72)
1995 Out	directas para Assembleia da República	maioria relativa PS	(73)
1999 Out	directas para Assembleia da República	maioria relativa PS	(74)

Notas:

(65) Eleições realizadas na seqüência do pronunciamento militar de 25 de Abril de 1974. Legislatura concluída na seqüência da aprovação da Constituição de 1976.

(66) Eleições realizadas na seqüência da aprovação da Constituição de 1976. Legislatura não concluída devido a dissolução da Assembleia da República, provocada pela impossibilidade de constituir maioria governamental estável.

(67) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Assembleia da República. Legislatura concluída.

(68) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura não concluída devido a dissolução da Assembleia da República, provocada pela ruptura da Aliança Democrática.

(69) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Assembleia da República. Legislatura não concluída devido a dissolução da Assembleia da República, provocada pela ruptura da coligação governamental entre o Partido Socialista e Partido Social-Democrata.

(70) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Assembleia da República. Legislatura não concluída devido a dissolução da Assembleia da República, provocada por aprovação de moção de censura ao governo minoritário do Partido Social-Democrata pela Assembleia da República.

Quadro 12.5 — Eleições parlamentares (continuação)

(71) Eleições realizadas na seqüência de dissolução da Assembleia da República. Legislatura concluída.

(72) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(73) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura. Legislatura concluída.

(74) Eleições realizadas na seqüência de conclusão da legislatura.

Quadro 12.6 — Governos

Fonte — Matoso, 1992-1994; Santos, 1986; Serrão, Marques, 1987-1998.

Observações gerais:

1 — A lista dos governos está organizada por secções correspondentes a períodos em que se manteve relativamente estável o quadro das forças políticas. Sobre a evolução do quadro das forças políticas veja-se o texto de introdução ao capítulo.

2 — Os governos indicados como de coligação incluiam ministros da generalidade dos principais partidos. Os governos indicados como extra-partidários foram constituídos à margem dos partidos baseando-se no apoio político do Rei ou do Presidente da República. Os partidos indicados entre parêntesis na base política de alguns governos não participaram no governo, mas concederam-lhe durante algum tempo apoio parlamentar.

3 — Sobre as eleições mencionadas nas notas, veja-se o quadro 12.5. Sobre as guerras e conflitos internos mencionados nas notas, veja-se o quadro 12.7.

A — Do estabelecimento definitivo da Monarquia Constitucional à Regeneração

data	chefe do governo	base política	ordem / notas
1834-09-24	Pedro Sousa Holstein (duque Palmela)	conservadores	(1)
1835-04-28	Vitório Andrade Barbosa (conde Linhares)	conservadores	(2)
1835-05-27	João Oliveira Daun (marquês Saldanha)	conservadores moderados + progressistas moderados	(3)
1835-11-18	José Jorge Loureiro	conservadores moderados + progressistas moderados	(4)
1836-04-20	António Severim Noronha (duque Terceira)	conservadores	(5)
1836-09-10	José Carneiro Sousa (conde Lumiares)	progressistas	(6)
1836-11-03	José Portugal Castro (marquês Valença)	conservadores	(7)
1836-11-05	Bernardo Sá Nogueira (vc. Sá da Bandeira)	progressistas	(8)
1837-06-01	António Dias de Oliveira	progressistas	(9)
1837-08-10	Bernardo Sá Nogueira (vc. Sá da Bandeira)	progressistas	(10)
1839-04-18	Rodrigo Pinto Pizarro (b. Ribeira de Sabrosa)	progressistas	(11)

Quadro 12.6 — Governos (continuação)

data	chefe do governo	base política	ordem / notas
1839-11-26	José Travassos Valdez (conde Bonfim)	conservadores ordeiros	(12)
1841-06-09	Joaquim António de Aguiar	conservadores ordeiros	(13)
1842-02-07	Pedro Sousa Holstein (duque Palmela)	conservadores ordeiros	(14)
1842-02-09	António Severim Noronha (duque Terceira)	conservadores radicais	(15)
1846-05-20	Pedro Sousa Holstein (duque Palmela)	progressistas + + conservadores ordeiros	(16)
1846-10-06	João Oliveira Daun (marquês Saldanha)	conservadores radicais	(17) (*)
1847-04-28	—	conservadores radicais	(18) (*)
1847-12-18	João Oliveira Daun (duque Saldanha)	conservadores radicais	(19)
1849-06-18	António Costa Cabral (conde Tomar)	conservadores radicais	(20)
1851-04-26	António Severim Noronha (duque Terceira)	conservadores radicais	(21)

Notas:

(1) Governo formado na seqüência da declaração da maioridade da raínha Maria II.
(2) O Presidente do Conselho só foi designado em 1835-05-04.

(4) O Presidente do Conselho só foi designado em 1835-11-25.

(6) Governo formado na seqüência da Revolução de Setembro.
(7) Governo formado na seqüência da Belenzada.
(8) Governo formado na seqüência da derrota da Belenzada.
(9) O Presidente do Conselho só foi designado em 1837-06-02.

(15) Governo formado na seqüência da Revolução do Entrudo.
(16) Governo formado na seqüência da Maria da Fonte.
(17) Governo formado na seqüência da Emboscada.
(18) Não foi designado Presidente do Conselho para este Governo.

(*) Entre Outubro de 1846 e Junho de 1847 algumas regiões do Continente estiveram controladas por um governo progressista sediado no Porto e chefiado por Francisco Silva Pereira (conde das Antas).

Quadro 12.6 — Governos (continuação)

B — Da Regeneração à República

data	chefe do governo	base política	ordem / notas
1851-05-01	João Oliveira Daun (duque Saldanha)	P. Regenerador	(22)
1856-06-06	Nuno Moura Barreto (marquês Loulé)	P. Progressista Histórico	(23)
1859-03-16	António Severim Noronha (duque Terceira)	P. Regenerador	(24)
1860-05-01	Joaquim António Aguiar	P. Regenerador	(25)
1860-07-04	Nuno Moura Barreto (marquês Loulé)	P. Progressista Histórico	(26)
1865-04-17	Bernardo Sá Nogueira (m. Sá da Bandeira)	P. Progressista Histórico	(27)
1865-09-04	Joaquim António Aguiar	P. Regenerador + P. Progressista Histórico	(28)
1868-01-04	António José Ávila (conde de Ávila)	P. Reformista + + P. Conservador	(29)
1868-07-22	Bernardo Sá Nogueira (m. Sá da Bandeira)	P. Conservador + + P. Reformista	(30)
1869-08-11	Nuno Moura Barreto (duque Loulé)	P. Progressista Histórico	(31)
1870-05-19	João Oliveira Daun (duque Saldanha)	militar depois futuro P. Constituinte	(32)
1870-08-29	Bernardo Sá Nogueira (m. Sá da Bandeira)	coligação (excluindo P. Constituinte)	(33)
1870-10-29	António José Ávila (m. Ávila e Bolama)	P. Conservador + + P. Reformista depois P. Conservador (+ P. Regenerador)	(34)
1871-09-13	Fontes Pereira de Melo	P. Regenerador (+ P. Conservador + + P. Constituinte)	(35)
1877-03-05	António José Ávila (duque Ávila)	P. Conservador (+ P. Regenerador)	(36)
1878-01-29	Fontes Pereira de Melo	P. Regenerador	(37)
1879-06-01	Anselmo José Braamcamp	P. Progressista	(38)
1881-03-25	António Rodrigues Sampaio	P. Regenerador	(39)
1881-11-14	Fontes Pereira de Melo	P. Regenerador	(40)
1883-10-24	Fontes Pereira de Melo	P. Regenerador	(41)
1886-02-20	José Luciano de Castro	P. Progressista	(42)

Quadro 12.6 — Governos (continuação)

data	chefe do governo	base política	ordem / notas
1890-01-14	António Serpa Pimentel	P. Regenerador	(43)
1890-10-14	João Crisóstomo Sousa	extra-partidário	(44)
1891-05-25	João Crisóstomo Sousa	extra-partidário	(45)
1892-01-17	José Dias Ferreira	extra-partidário	(46)
1892-05-27	José Dias Ferreira	extra-partidário	(47)
1893-02-22	Ernesto Hintze Ribeiro	P. Regenerador	(48)
1897-02-07	José Luciano de Castro	P. Progressista	(49)
1898-08-18	José Luciano de Castro	P. Progressista	(50)
1900-06-25	Ernesto Hintze Ribeiro	P. Regenerador	(51)
1903-02-28	Ernesto Hintze Ribeiro	P. Regenerador	(52)
1904-10-20	José Luciano de Castro	P. Progressista	(53)
1905-12-27	José Luciano de Castro	P. Progressista	(54)
1906-03-20	Ernesto Hintze Ribeiro	P. Regenerador	(55)
1906-05-19	João Franco Castelo Branco	P. Regenerador-Liberal	(56)
1907-05-02	João Franco Castelo Branco	P. Regenerador-Liberal	(57)
1908-02-04	Francisco Ferreira do Amaral	P. Progressista + P. Regenerador	(58)
1908-12-25	Artur Campos Henriques	P. Progressista + dissidentes regeneradores	(59)
1909-04-11	Sebastião Sousa Teles	P. Progressista + dissidentes regeneradores	(60)
1909-05-14	Venceslau Lima	P. Progressista + dissidentes regeneradores	(61)
1909-12-22	Francisco Veiga Beirão	P. Progressista + dissidentes regeneradores	(62)
1910-06-26	António Teixeira de Sousa	P. Regenerador	(63)

Notas:

(22) Governo constituído na seqüência da Regeneração.

(25) Joaquim António Aguiar assumiu a chefia do governo na seqüência do falecimento do duque da Terceira.

(29) Governo constituído na seqüência da Janeirinha.

Quadro 12.6 — Governos (continuação)

(32) Governo constituído na seqüência da Saldanhada.

(48) Governo de ditadura, isto é, com as Cortes dissolvidas e sem convocação de eleições, entre Novembro de 1894 e Janeiro de 1896.

(57) Governo de ditadura, isto é, com as Cortes dissolvidas e sem convocação de eleições.

C — Primeira República

data	chefe do governo	base política	notas
1910-10-05	Teófilo Braga	P. Republicano	(64)
1911-09-03	João Chagas	coligação	(65)
1911-11-12	Augusto Vasconcelos	coligação	(66)
1912-06-16	Duarte Leite	coligação	(67)
1913-01-09	Afonso Costa	P. Democrático (+ P. Unionista)	(68)
1914-02-09	Bernardino Machado	P. Democrático	(69)
1914-06-23	Bernardino Machado	P. Democrático	(70)
1914-12-12	Azevedo Coutinho	P. Democrático	(71)
1915-01-25	Pimenta de Castro	militar + + P. Evolucionista + + P. Unionista	(72)
1915-05-17	José de Castro	P. Democrático	(73)
1915-06-18	José de Castro	P. Democrático	(74)
1915-11-29	Afonso Costa	P. Democrático	(75)
1916-03-15	António José de Almeida	P. Democrático + + P. Evolucionista	(76)
1917-04-25	Afonso Costa	P. Democrático (+ P. Evolucionista)	(77)
1917-12-11	Sidónio Pais	militar + + P. Unionista depois P. Nacional Republicano	(78)
1918-12-14	Canto e Castro	P. Nacional Republicano	(79)
1918-12-16	Tamagnini Barbosa	P. Nacional Republicano	(80) (**)

Quadro 12.6 — Governos (continuação)

data	chefe do governo	base política	ordem / notas
1919-01-27	José Relvas	coligação (incluindo P. Nacional Republicano)	(81) (**)
1919-03-30	Domingos Pereira	coligação (excluindo P. Nacional Republicano)	(82)
1919-06-29	Sá Cardoso	P. Democrático	(83)
1920-01-21	Domingos Pereira	P. Democrático	(84)
1920-03-08	António Maria Baptista	P. Democrático	(85)
1920-06-06	Ramos Preto	P. Democrático	(86)
1920-06-26	António Maria da Silva	P. Democrático + + P. Popular	(87)
1920-07-19	António Granjo	P. Liberal + + P. Reconstituinte	(88)
1920-11-20	Álvaro de Castro	P. Reconstituinte + + P. Popular	(89)
1920-11-30	Liberato Pinto	P. Democrático + + P. Reconstituinte + + P. Popular	(90)
1921-03-02	Bernardino Machado	P. Democrático + + P. Reconstituinte	(91)
1921-05-23	Barros Queirós	P. Liberal	(92)
1921-08-30	António Granjo	P. Liberal	(93)
1921-10-19	Manuel Maria Coelho	P. Radical	(94)
1921-11-05	Maia Pinto	P. Radical	(95)
1921-12-16	Cunha Leal	coligação (excluindo P. Radical)	(96)
1922-02-06	António Maria da Silva	P. Democrático	(97)
1923-11-15	Ginestal Machado	P. Nacionalista	(98)
1923-12-18	Álvaro de Castro	P. Reconstituinte + P. Democrático	(99)
1924-07-06	Rodrigues Gaspar	P. Democrático	(100)
1924-11-22	Domingues dos Santos	P. Democrático	(101)
1925-02-15	Vitorino Guimarães	P. Democrático	(102)
1925-07-01	António Maria da Silva	P. Democrático	(103)
1925-08-01	Domingos Pereira	P. Democrático	(104)
1925-12-17	António Maria da Silva	P. Democrático	(105)

Quadro 12.6 — Governos (continuação)

Notas:

(64) Governo constituído na seqüência da revolução republicana de 1910.

(72) Governo constituído na seqüência do pronunciamento militar de Janeiro de 1915 (Movimento das Espadas).
(73) Governo constituído na seqüência da revolução do Partido Democrático de Maio de 1915. Em 1915-05-15 fora nomeado para a chefia do governo João Chagas, mas não pôde tomar posse por incapacidade física.

(78) Governo constituído na seqüência da Revolução de Dezembro.
(79) Canto e Castro assumiu a chefia do governo na seqüência do assassínio de Sidónio Pais.

(**) Entre 19 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1919, algumas regiões do Norte do Continente estiveram controladas por um governo monárquico sediado no Porto e presidido por Henrique Paiva Couceiro.

(83) Em 1920-01-15, foi nomeado um governo do Partido Liberal chefiado por Fernandes Costa, o qual não chegou a tomar posse devido a motins.

(86) Ramos Preto assumiu a chefia do governo na seqüência do falecimento de António Maria Baptista.

(92) Governo constituído na seqüência do pronunciamento militar de 1921.

(94) Governo constituído na seqüência da Revolução de Outubro.

D — Ditadura militar e Estado Novo

data	chefe do governo	base política	ordem / notas
1926-05-30	Mendes Cabeçadas	militar	(106)
1926-06-19	Gomes da Costa	militar	(107)
1926-07-09	Óscar Carmona	militar	(108)
1928-04-18	Vicente de Freitas	militar	(109)

Quadro 12.6 — Governos (continuação)

data	chefe do governo	base política	ordem / notas
1929-07-08	Ivens Ferraz	militar	(110)
1930-01-21	Domingos Oliveira	militar	(111) (***)
1932-07-05	Oliveira Salazar	militar	(112)
1933-04-11	Oliveira Salazar	UN	(113)
1936-01-18	Oliveira Salazar	UN	(114)
1968-09-27	Marcelo Cetano	UN depois ANP	(115)

Notas:

(106) Governo constituído na seqüência do pronunciamento militar de Maio de 1926.
(107) Governo constituído na seqüência do pronunciamento militar de Junho de 1926.
(108) Governo constituído na seqüência do pronunciamento militar de Julho de 1926.

(***) Durante parte de 1931, a região da Madeira esteve controlada por um governo democrático sediado no Funchal e presidido por Adalberto Sousa Dias.

(113) Governo constituído na seqüência da aprovação da Constituição de 1933.

E — Nova república democrática

data	chefe do governo	base política	ordem / notas
1974-04-25	António Spínola	militar	(116)
1974-05-15	Palma Carlos	PPD + PS + PCP	(117)
1974-07-17	Vasco Gonçalves	militar + PPD + PS + PCP	(118)
1974-09-30	Vasco Gonçalves	militar + PPD + PS + PCP	(119)
1975-03-26	Vasco Gonçalves	militar + PPD + PS + PCP	(120)
1975-08-08	Vasco Gonçalves	militar	(121)
1975-09-19	Pinheiro de Azevedo	militar + PPD + PS + PCP	(122)
1976-06-23	Almeida Costa	militar + PPD + PS + PCP	(123)
1976-07-23	Mário Soares	PS	(124)
1978-01-23	Mário Soares	PS + CDS	(125)
1978-08-29	Nobre da Costa	extra-partidário	(126)
1978-11-22	Mota Pinto	extra-partidário	(127)

Quadro 12.6 — Governos (continuação)

data	chefe do governo	base política	ordem / notas
1979-07-31	Lurdes Pintassilgo	extra-partidário	(128)
1980-01-03	Sá Carneiro	AD	(129)
1980-12-04	Freitas do Amaral	AD	(130)
1981-01-09	Pinto Balsemão	AD	(131)
1982-09-04	Pinto Balsemão	AD	(132)
1983-06-09	Mário Soares	PS + PSD	(133)
1985-11-06	Cavaco Silva	PSD (+ PRD)	(134)
1987-08-17	Cavaco Silva	PSD	(135)
1991-12-04	Cavaco Silva	PSD	(136)
1995-10-28	António Guterres	PS	(137)
1999-10-25	António Guterres	PS	(138)

Notas:

(116) Governo assumido pela Junta de Salvação Nacional militar na seqüência do pronunciamento militar de Abril de 1974.
(117) 1º governo provisório sem participação de militares.
(118) 2º governo provisório.
(119) 3º governo provisório formado na seqüência do pronunciamento de Setembro de 1974.
(120) 4º governo provisório formado na seqüência do pronunciamento militar de Março de 1975.
(121) 5º governo provisório.
(122) 6º governo provisório.
(123) Almeida Costa assumiu a chefia do governo na seqüência de incapacidade física de Pinheiro de Azevedo.
(124) 1º governo constitucional constituído na seqüência das eleições de 1976 para a 1ª legislatura constitucional.
(125) 2º governo constitucional constituído na seqüência de rejeição de uma moção de confiança ao 1º governo constitucional pela Assembleia da República.
(126) 3º governo constitucional constituído na seqüência de abandono do 2º governo constitucional pelo Centro Democrático e Social.
(127) 4º governo constitucional constituído na seqüência de rejeição do programa do 3º governo constitucional pela Assembleia da República.
(128) 5º governo constitucional constituído na seqüência de aprovação de uma moção de desconfiança ao 4º governo constitucional pela Assembleia da República.

Quadro 12.6 — Governos (continuação)

(129) 6º governo constitucional constituído na seqüência das eleições de 1979 para conclusão da 1ª legislatura constitucional (antecipadas).

(130) Freitas do Amaral assumiu a chefia do governo na seqüência do falecimento de Sá Carneiro.

(131) 7º governo constitucional constituído na seqüência das eleições de 1980 para a 2ª legislatura constitucional.

(132) 8º governo constitucional constituído na seqüência de abandono do 7º governo constitucional pelo Centro Democrático e Social.

(133) 9º governo constitucional constituído na seqüência das eleições de 1983 para a 3ª legislatura constitucional (antecipadas devido a cisão da Aliança Democrática).

(134) 10º governo constitucional constituído na seqüência das eleições de 1985 para a 4ª legislatura constitucional (antecipadas devido ao abandono do 9º governo constitucional pelo Partido Social-Democrata).

(135) 11º governo constitucional constituído na seqüência das eleições de 1987 para a 5ª legislatura constitucional (antecipadas devido a aprovação de uma moção de censura ao 10º governo constitucional pela Assembleia da República).

(136) 12º governo constitucional constituído na seqüência das eleições de 1991 para a 6ª legislatura constitucional.

(137) 13º governo constitucional constituído na seqüência das eleições de 1995 para a 7ª legislatura constitucional.

(138) 14º governo constitucional constituído na seqüência das eleições de 1999 para a 8ª legislatura consitutcional.

Quadro 12.7 — Guerras e conflitos internos

Fonte — Mata, 1991; Matoso, 1992-1994; Rodrigues, 1994; Serrão, Marques, 1987-1998.

— Conflitos do reinado de Afonso II

Durante a generalidade do reinado de Afonso II, verificaram-se conflitos entre o rei e membros das ordens do clero e da nobreza, que atingiram esporàdicamente a forma de guerra civil.

— Conflitos do reinado de Sancho II e deposição do rei Sancho II

Durante a generalidade do reinado de Sancho II, verificaram-se conflitos entre o rei e membros das ordens do clero e da nobreza, que atingiram esporàdicamente a forma de guerra civil.

Na seqüência destes conflitos, o papa Incêncio IV depôs em 1245 o rei Sancho II e entregou a regência ao seu irmão Afonso. De 1245 a 1248 (data da morte de Sancho II no exílio em Toledo), verificou-se uma guerra civil entre os partidários do rei deposto e os partidários do regente.

Após a morte de Sancho II, Afonso foi aceite sem problemas como rei Afonso III.

— Conflitos entre o rei Dinis I e o herdeiro do trono

De 1322 a 1323, verificaram-se conflitos entre o rei Dinis I e o herdeiro do trono Afonso, futuro rei Afonso IV, na seqüência do alegado favorecimento pelo rei de Afonso Sanches, irmão bastardo do herdeiro do trono. Em 1325, após a morte do rei Dinis I, houve ainda um curto conflito entre Afonso IV e Afonso Sanches, que se pode considerar um prolongamento dos anteriores.

— Conflitos entre o rei Afonso IV e o herdeiro do trono

De 1355 a 1356, verificaram-se conflitos entre o rei Afonso IV e o herdeiro do trono Pedro, futuro rei Pedro I, na seqüência da condenação à morte e execução de Inês de Castro, com quem o herdeiro do trono casara contra vontade do rei.

— Primeira Guerra da Sucessão de Portugal

Dada a intervenção do Reino de Castela nesta guerra e a sua articulação com a Quarta Guerra de Sucessão de Castela, optou-se por a englobar no quadro 12.8.

— Luta pela regência durante a menoridade do rei Afonso V

Após o falecimento do rei Duarte I em 1438, a regência durante a menoridade do seu filho e sucessor Afonso V foi disputada entre a mãe do novo rei, Leonor, e um tio do novo rei, Pedro. De 1438 a 1439, a regência foi exercida conjuntamente, por decisão das Cortes de Torres Novas de 1438. De 1439 a 1446, a regência foi exercida individualmente por Pedro, por decisão das Cortes de Lisboa de 1439.

— Conflito entre o rei Afonso V e o ex-regente Pedro

Em 1448, verificou-se um conflito entre o rei Afonso V e seu tio e ex-regente Pedro. Numa batalha, travada em Alfarrobeira, Pedro foi morto, o que pôs fim a esse conflito.

— Conspirações contra o rei João II

Em 1483 e 1484, verificaram-se conspirações contra o rei João II, conduzidas pelos duques de Bragança, Fernando, e de Viseu, Diogo. O duque de Bragança foi condenado à morte e executado em 1483 e o duque de Viseu foi morto pelo próprio rei em 1484.

Quadro 12.7 — Guerras e conflitos internos (continuação)

— Luta pela regência durante a menoridade do rei Sebastião I

Após o falecimento do rei João III em 1557, a regência durante a menoridade do seu neto e sucessor Sebastião I foi disputada entre a avó do novo rei, Catarina, e um tio-avô do novo rei, Henrique, mais tarde rei Henrique I. De 1557 a 1562, a regência foi exercida por Catarina. De 1562 a 1568, a regência foi exercida por Henrique, situação confirmada pelas Cortes de Lisboa de 1562-1563.

— Segunda Guerra da Sucessão de Portugal

Dada a intervenção dos estados de Leão e Castela, Aragão, Navarra, Sardenha, Sicília, Nápoles, Milão, Países Baixos e Borgonha nesta guerra, optou-se por a englobar no quadro 12.8.

— Motins durante o reinado de Filipe III

Na seqüência da criação em 1634 pelo rei Filipe III de um novo imposto, o real de água, sem aprovação das Cortes, verificaram-se motins populares contra o novo imposto e contra o rei, particularmente importantes na cidade de Évora em 1637.

— Deposição do rei Filipe III

Em 1 de Dezembro de 1640, verificou-se em Lisboa uma revolução que depôs o rei Filipe III e o substituiu pelo duque de Bragança, João, como rei João IV.

A mudança do rei foi aceite em todo o território português, com excepção da praça de Ceuta e ratificada pelas Cortes de Lisboa de 1641.

Sobre as relações entre a deposição do rei Filipe III e a Segunda Guerra da Sucessão de Portugal e sobre a subseqüente Guerra da Restauração, veja-se o quadro 12.8.

Quadro 12.7 — Guerras e conflitos internos (continuação)

— Deposição do rei Afonso VI

Em 1667, o rei Afonso VI foi deposto por seu irmão Pedro, mais tarde rei Pedro II, que assumiu a regência até à morte de Afonso VI, ocorrida em 1683. Esta situação foi ratificada pelas Cortes de Lisboa de 1668.

— Revolução liberal de 1817

Em 1817, verificou-se em Lisboa uma revolução liberal, revolução que fracassou.

— Revolução liberal de 1820

Em 24 de Agosto de 1820, verificou-se no Porto uma revolução liberal, secundada em 15 de Setembro de 1820 por uma revolução de carácter idêntico em Lisboa.

Na seqüência do triunfo das revoluções liberais de 1820, realizaram-se eleições para Cortes Constituintes, as quais prepararam as Bases da Constituição aprovadas em 9 de Março de 1821 e a Constituição aprovada em 23 de Setembro de 1822.

— Pronunciamento militar de Novembro de 1820 (Martinhada)

Em 11 de Novembro de 1820, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar, formalmente de carácter liberal radical, contra o governo formado na seqüência das revoluções liberais do mesmo ano, pronunciamento que fracassou.

— Pronunciamento militar absolutista de 1823 (Vila-Francada)

Em 27 de Maio de 1823, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar absolutista, habitualmente conhecido por Vila-Francada pelo facto de os revoltosos se terem deslocado para Vila Franca de Xira, onde o rei João VI se lhes juntou após o colapso da administração liberal em Lisboa.

Na seqüência deste pronunciamento militar absolutista, foi revogada, em 2 de Junho de 1823, a Constituição que fora aprovada em 23 de Setembro de 1822.

— Pronunciamento militar absolutista radical de 1824 (Abrilada)

Em 30 de Abril de 1824, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar absolutista radical, habitualmente conhecido por Abrilada, contra a política de compromisso com os grupos absolutistas moderados e liberais moderados seguida pelo rei João VI após a Vila-Francada, pronunciamento militar que fracassou.

— Pronunciamento militar liberal de 1826

Em 12 de Julho de 1826, verificou-se no Porto um pronunciamento militar liberal.

Na seqüência deste pronunciamento militar, foi promulgada em 31 de Julho de 1826 pela regente Isabel a Carta Constitucional outorgada pelo rei D. Pedro IV em 29 de Abril de 1826.

— Revoltas absolutistas de 1826-1827

Na seqüência da promulgação da Carta Constitucional pela regente Isabel em 31 de Julho de 1826, verificaram-se em vários pontos do país revoltas absolutistas, das quais resultaram, entre Agosto de 1826 e Março de 1827, operações militares, que terminaram com vantagem para o governo liberal de Lisboa, apoiado por uma força expedicionária britânica.

— Restauração absolutista de 1828

Em 13 de Março de 1828, o regente Miguel dissolveu as Cortes constituídas nos termos da Carta Constitucional de 1826 e, em 5 de Maio de 1828, convocou Cortes nos termos tradicionais da Monarquia Absoluta, Cortes que o viriam a aclamar rei, depondo a raínha Maria II.

— Guerra civil de 1828-1834 entre absolutistas e liberais

De Maio de 1828 a Maio de 1834 travou-se um guerra civil entre um governo absolutista (isto é, vinculado a um regime de Monarquia Absoluta) do rei Miguel I, sediado inicialmente em

Lisboa, depois em Santarém e em Évora, e um governo liberal (isto é, vinculado a um regime de Monarquia Constitucional), que reconhecia a raínha Maria II, sediado inicialmente no Porto, depois em Angra, de novo no Porto, e finalmente em Lisboa.

A guerra iniciou-se na seqüência da revogação da Carta Constitucional em vigor pelo regente Miguel em Abril de 1828, através da convocação de Cortes por ordens sociais. Essas Cortes reuniram em Maio de 1828 e deposeram a raínha Maria II, substituindo-a pelo regente (tio da raínha). O governo absolutista conseguiu inicialmente controlar todo o território português, com excepção do Porto, da Madeira e de Angra. Levantamentos liberais noutros pontos do território foram ràpidamente dominados.

As operações militares iniciaram-se com a conquista do Porto em Julho de 1828 e da Madeira em Agosto de 1828 pelo governo absolutista. As forças liberais do Porto expatriaram-se em França e em Inglaterra, parte por via marítima (esta retirada é habitualmente conhecida por Belfastada, do nome do navio Belfast em que foi realizada), parte por via terrestre através da Galiza. Na seqüência destas conquistas, o governo absolutista de Lisboa passou a controlar todo o país, com excepção da cidade de Angra, onde se estabeleceu o governo liberal.

Em 4 de Outubro de 1828, na seqüência da batalha do Pico do Celeiro, o governo liberal de Angra passou a controlar totalmente a Terceira.

Em 11 de Agosto de 1829, as forças absolutistas tentaram um desembarque na Terceira. Essa tentativa foi derrotada na batalha da Praia.

De Abril a Agosto de 1831, o governo liberal de Angra estabeleceu gradualmente o seu controle sobre a totalidade dos Açores, através de operações bem sucedidas de desembarque em várias ilhas (no Pico em Abril, em São Jorge em Maio, no Faial em Junho, na Graciosa em Julho e em São Miguel em Agosto) e da aceitação da sua autoridade sem resistência nas restantes ilhas (nas Flores e no Corvo em Julho e em Santa Maria em Agosto).

Em 8 de Julho de 1832, uma expedição liberal proveniente dos Açores, onde as forças liberais tinham sido reforçadas pelos emigrados de 1828 e por mercenários estrangeiros, desembarcou nas praias atlânticas a oeste do Porto. Ao longo das semanas seguintes, as forças liberais ocuparam o Porto e tentaram sem êxito estabelecer o seu controle sobre o sul do Entre-Douro-e-Minho e o norte da Beira Litoral, acabando por ser cercadas por terra no Porto pelas forças absolutistas. Dado que foi impossível às forças absolutistas estabelecer idêntico cerco por mar, as forças liberais puderam reabastecer-se e sustentar o cerco até ao Verão de 1833.

Em 24 de Junho de 1833, uma expedição liberal proveniente do Porto desembarcou em Cacela, ocupando nos dias seguintes o litoral do Algarve. Em 3 de Julho de 1833, a esquadra liberal derrotou a esquadra absolutista na batalha do Cabo de São Vicente. Nas semanas seguintes, uma força liberal marchou a partir do Algarve sobre Lisboa, derrotou as forças absolutistas que defendiam Lisboa na batalha da Cova da Piedade em 23 de Julho de 1833 e

ocupou Lisboa no dia seguinte. As forças absolutistas ainda tentaram cercar Lisboa por terra e retomar a cidade, mas foram obrigadas a retirar para Santarém em 10 de Outubro de 1833.

Durante os meses seguintes, as forças liberais derrotaram as forças absolutistas nas batalhas de Pernes (30 de Janeiro de 1834), Almoster (18 de Fevereiro de 1834) e Asseiceira (16 de Maio de 1834), acabando por as obrigar a retirar para Évora.

Entretanto, a guerra civil portuguesa articulara-se com a guerra civil de características similares então travada em Espanha, através da aliança entre os partidos absolutistas português (que sustentava o rei Miguel I) e espanhol (que sustentava o pretendente Carlos) e entre os partidos liberais português (que sustentava a raínha Maria II) e espanhol (que sustentava a raínha Isabel, curiosamente também sobrinha do candidato absolutista). A aliança liberal foi alargada a uma intervenção da Grã-Bretanha e da França pelo Tratado da Quádrupla Aliança de 22 de Abril de 1834. O pretendente Carlos refugiou-se em território português com parte das suas forças e uma força expedicionária espanhola interveio em território português para o combater.

Verificando-se a insustentabilidade da situação por parte do partido absolutista, a sua rendição foi aceite pela Concessão de Évora-Monte de 27 de Maio de 1834 do regente Pedro, ex-rei Pedro IV, nos termos da qual foi dada uma ampla amnistia.

— Pronunciamento militar progressista de 1836 (Revolução de Setembro)

Em 10 de Setembro de 1836, verificou-se um pronunciamento militar progressista, habitualmente conhecido por Revolução de Setembro, iniciado com a eleição de deputados progressistas no Porto e concluído com a revolta da guarnição militar de Lisboa.

Na seqüência deste pronunciamento militar, foi revogada a Carta Constitucional de 1826, foi restabelecida a vigência da Constituição de 1822, realizaram-se eleições para Cortes Constituintes e foi redigida uma Constituição que entrou em vigor em 4 de Abril de 1838.

— Golpe-de-estado conservador de 1836 (Belenzada)

Em 3 de Novembro de 1836, verificou-se um golpe-de-estado conservador em Lisboa, habitualmente conhecido por Belenzada, por a raínha o ter tentado realizar a partir do palácio real de Belém. Na seqüência desse golpe-de-estado foi demitido o governo progressista constituído após a revolução de Setembro e nomeado um governo conservador.

Em 4 de Novembro de 1836, verificou-se um pronunciamento militar da Guarda Nacional em Lisboa contra o governo formado após a Belenzada. Na seqüência desse pronunciamento militar, foi demitido o governo conservador constituído na véspera e formado um novo governo progressista.

— Pronunciamento militar absolutista de 1837 (Conspiração das Marnotas)

Em 14 de Maio de 1837, verificou-se um pronunciamento militar absolutista, conhecido por Conspiração das Marnotas, por os revoltosos se terem concentrado nessa localidade, então do concelho de Lisboa. Falho de apoio significativo, este pronunciamento militar foi dominado no dia seguinte.

— Revolta conservadora de 1837 (Revolta dos Marechais)

De 12 de Julho a 20 de Setembro de 1837, verificou-se um conflito entre o governo progressista sediado em Lisboa (que sustentava a Constituição de 1822 e a Assembleia Constituinte então reunida) e parte do exército (que sustentava a Carta Constitucional de 1826). Este conflito é habitualmente conhecido pela designação de Revolta dos Marechais.

As principais operações militares consistiram em várias marchas e contra-marchas das diferentes forças, que culminaram nas batalhas de Chão da Feira (28 de Agosto de 1837), inconclusiva, e de Ruivães (18 de Setembro de 1837), desfavorável aos revoltosos.

Este conflito entre conservadores e progressistas terminou com a vitória do governo progressista. Os chefes militares dos dois lados subscreveram em 20 de Setembro de 1837 a Convenção de Chaves, pela qual os revoltosos foram amnistiados, embora os seus chefes tenham sido obrigados a abandonar o país.

— Pronunciamento militar progressista radical de 1838 (Massacre do Rossio)

Em 13 de Março de 1838, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar progressista radical contra a política de compromisso com os grupos conservadores moderados seguida pelo

governo progressista constituído após o fracasso da Belenzada (veja-se atrás a respectiva referência), pronunciamento militar que fracassou.

O esmagamento de vários batalhões da Guarda Nacional, principal apoio militar do pronunciamento, no Rossio, fez com que o desenlace do pronunciamento ficasse conhecido por Massacre do Rossio.

— Pronunciamento militar conservador radical de 1842 (Revolução do Entrudo)

Em 27 de Janeiro de 1842, verificou-se no Porto um pronunciamento militar conservador radical contra a vigência da Constituição de 1838, o qual é por vezes conhecido como Revolução do Entrudo, por ter triunfado durante o período do Carnaval de 1842.

Na sequência deste pronunciamento militar, foi nomeado um governo conservador radical chefiado pelo duque da Terceira e restabelecida em 10 de Fevereiro de 1842 a vigência da Carta Constitucional de 1826.

— Pronunciamento militar progressista de 1844

Em 4 de Fevereiro de 1844, verificou-se em Torres Novas um pronunciamento militar progressista contra a vigência da Carta Constitucional e contra o governo chefiado pelo duque da Terceira, constituído após o pronunciamento militar conservador radical que triunfara em 10 de Fevereiro de 1842.

Após terem retirado para a praça de Almeida, as principais forças apoiantes do pronunciamento militar vieram a render-se em 25 de Abril de 1844.

— Motins populares de 1846 (Maria da Fonte)

Em Abril e Maio de 1846, verificaram-se no Minho, com início em Fonte Arcada no concelho de Póvoa de Lanhoso, motins populares, habitualmente conhecidos por Maria da Fonte, contra medidas fiscais e sanitárias do governo chefiado pelo duque da Terceira, constituído após o pronunciamento militar conservador radical que triunfara em 10 de Fevereiro de 1842.

Na seqüência destes motins, foi nomeado um governo de coligação entre progressistas e conservadores moderados chefiado pelo duque de Palmela.

— Golpe-de-estado conservador radical de 1846 (Emboscada)

Em 6 de Outubro de 1846, verificou-se em Lisboa um golpe-de-estado conservador radical, habitualmente conhecido por Emboscada.

Na seqüência deste golpe-de-estado, foi demitido o governo de coligação entre progressistas e conservadores moderados chefiado pelo duque de Palmela nomeado na seqüência da Maria da Fonte e nomeado um governo conservador radical chefiado pelo marquês de Saldanha.

— Guerra civil de 1846-1847 entre conservadores e progressistas (Patuleia)

De Outubro de 1846 a Junho de 1847, travou-se uma guerra civil entre um governo conservador radical sediado em Lisboa e um governo progressista, ao qual se aliaram forças conservadoras moderadas e absolutistas, sediado no Porto. Esta guerra civil é habitualmente conhecida pela designação de Patuleia.

Inicialmente, o governo progressista do Porto controlava a generalidade do Continente e o governo conservador de Lisboa controlava a região de Lisboa e o resto do território português.

As principais operações militares consistiram em tentativas das forças do governo do Porto de conquistar Lisboa, frustradas na seqüência da batalha de Torres Vedras (22 e 23 de Dezembro de 1846) e do apresamento da esquadra progressista por uma esquadra britânica ao largo do Porto (30 de Maio de 1846).

Esta guerra civil entre conservadores e progressistas terminou com uma intervenção de forças britânicas e espanholas ao lado do governo conservador radical de Lisboa invocando o Tratado da Quádrupla Aliança de 22 de Abril de 1834 (veja-se a referência à guerra civil de 1828-1834 entre absolutistas e liberais). Os chefes militares dos dois lados subscreveram em 29 de Junho de 1847 a Convenção de Gramido, a qual não foi ratificada pelo governo conservador radical de Lisboa, mas cujas disposições principais — amnistia aos apoiantes do governo progressista do Porto — acabaram na prática por ser aplicadas.

Quadro 12.7 — Guerras e conflitos internos (continuação)

— Pronunciamento militar progressista de 1851 (Regeneração)

Em 24 de Abril de 1851, verificou-se no Porto um pronunciamento militar progressista, habitualmente conhecido por Regeneração, contra o governo conservador radical chefiado pelo conde de Tomar então no poder.

Na seqüência deste pronunciamento militar, foi nomeado, em 1 de Maio de 1851, um governo progressista chefiado pelo duque de Saldanha, realizaram-se eleições para Cortes Constituintes extraordinárias e foi redigido o Acto Adicional à Carta Constitucional de 5 de Julho de 1852.

— Motins populares de 1868 (Janeirinha)

Em 4 de Janeiro de 1868, verificaram-se no Porto motins populares, habitualmente conhecidos por Janeirinha, contra medidas fiscais do governo de coligação dos Partidos Regenerador e Progressista Histórico chefiado por Joaquim António de Aguiar então no poder.

Na seqüência destes motins, foi nomeado um governo do Partido Reformista e do Partido Conservador chefiado pelo conde de Ávila.

— Pronunciamento militar de 1870 (Saldanhada)

Em 18 de Maio de 1870, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar, habitualmente conhecido por Saldanhada, contra o governo do Partido Progressista Histórico chefiado pelo duque de Loulé então no poder.

Na seqüência deste pronunciamento, foi nomeado um governo chefiado pelo duque de Saldanha, que procurou constituir um novo partido, o Partido Constituinte, para o apoiar. A nova situação política, acusada de ditadura militar e simpatias iberistas, só se manteve, porém, até Agosto de 1870.

— Revolução republicana de 1891

Em 31 de Janeiro de 1891, verificou-se no Porto uma revolução republicana, revolução que fracassou.

Quadro 12.7 — Guerras e conflitos internos (continuação)

— Governo de ditadura de 1894-1895

Em Novembro de 1894, o governo do Partido Regenerador chefiado por Ernesto Hintze Ribeiro obteve do Rei (Carlos I) a dissolução das Cortes sem convocar novas eleições. Iniciou-se assim um período de ditadura, que terminou com a realização de eleições em Novembro de 1895.

— Governo de ditadura de 1907-1908

Em Maio de 1907, o governo do Partido Regenerador-Liberal chefiado por João Franco obteve do Rei (Carlos I) a dissolução das Cortes sem convocar novas eleições. Iniciou-se assim um período de ditadura, que só terminou após o assassínio do rei Carlos I em 1 de Fevereiro de 1908 (veja-se a referência seguinte).

— Assassínio do Rei Carlos I

Em 1 de Fevereiro de 1908, foram assassinados em Lisboa o rei Carlos I e o herdeiro do trono Luís Filipe.

Na seqüência deste assassínio, foi demitido o governo de ditadura do Partido Regenerador-Liberal chefiado por João Franco então no poder e nomeado um governo de coligação entre os Partido Progressista e Regenerador chefiado por Ferreira do Amaral.

— Revolução republicana de 1910

Em 3 de Outubro de 1910, verificou-se em Lisboa uma revolução republicana, que veio a triunfar no dia 5 de Outubro de 1910.

Na seqüência desta revolução, foi deposto o rei D. Manuel II, constituído um governo republicano provisório, realizadas eleições para uma Assembleia Constituinte e redigida uma Constituição que entrou em vigor em Agosto de 1911.

Quadro 12.7 — Guerras e conflitos internos (continuação)

— Pronunciamento militar e incursão monárquica de 1911

Em 28 de Setembro de 1911, verificou-se no Porto um pronunciamento militar monárquico contra o regime republicano, a que se seguiu, de 5 a 8 de Outubro de 1911, uma incursão de forças monárquicas provenientes de Espanha em Trás-os-Montes. Estes movimentos fracassaram.

— Pronunciamento militar e incursões monárquicas de 1912

Em 29 de Junho de 1912, verificou-se em Barcelos um pronunciamento militar monárquico contra o regime republicano, a que se seguiram, de 6 a 9 de Julho de 1912, incursões de forças monárquicas provenientes de Espanha no Minho e em Trás-os-Montes. Estes movimentos fracassaram.

— Pronunciamento militar de Abril de 1913

Em 17 de Abril de 1913, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar republicano radical contra o governo do Partido Democrático presidido por Afonso Costa então no poder, o qual fracassou.

— Pronunciamento militar monárquico de Outubro de 1913

Em 21 de Outubro de 1913, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar monárquico contra o governo do Partido Democrático presidido por Afonso Costa então no poder, o qual fracassou.

— Pronunciamento militar monárquico de 1914

Em 20 de Outubro de 1914, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar monárquico contra o governo do Partido Democrático presidido por Bernardino Machado então no poder, o qual fracassou.

— Pronunciamento militar de 1915 (Movimento das Espadas)

Em 25 de Janeiro de 1915, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar, habitualmente conhecido por Movimento das Espadas, contra o governo do Partido Democrático chefiado por Azevedo Coutinho então no poder.

Na seqüência deste pronunciamento militar, foi nomeado um governo chefiado pelo general Pimenta de Castro.

— Revolução do Partido Democrático de 1915

Em 14 de Maio de 1915, verificou-se em Lisboa uma revolução do Partido Democrático contra o governo chefiado pelo general Pimenta de Castro então no poder.

Na seqüência desta revolução, foi formado um governo do Partido Democrático chefiado por João Chagas, forçado à renúncia o Presidente da República Manuel Arriaga e eleito para completar o seu mandato Teófilo Braga.

— Pronunciamento militar de 1916

Em 13 de Dezembro de 1916, verificou-se em vários pontos do país um pronunciamento militar republicano conservador contra o governo de coligação do Partido Democrático e do Partido Evolucionista presidido por António José de Almeida então no poder, o qual fracassou.

— Pronunciamento militar de 1917 (Revolução de Dezembro)

Em 5 de Dezembro de 1917, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar contra o governo do Partido Democrático chefiado por Afonso Costa então no poder, habitualmente conhecido por Revolução de Dezembro.

Na seqüência deste pronunciamento militar, foi formado um governo militar chefiado pelo major Sidónio Pais (8 de Dezembro de 1917), e deposto o Presidente da República, Bernardino Machado (11 de Dezembro de 1917).

Na seqüência deste pronunciamento militar foi ainda modificada a Constituição de 1911, dando origem a uma nova situação política, conhecida por 'República Nova', por oposição à 'República Velha' anterior.

— Pronunciamento militar de Janeiro de 1918

Em 7 e 8 de Janeiro de 1918, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar da Marinha contra o regime da 'República Nova', que fracassou.

— Pronunciamento militar de Outubro de 1918

Em 12 de Outubro de 1918, verificou-se em Coimbra e em Évora um pronunciamento militar contra o regime da 'República Nova', que fracassou.

— Assassínio do Presidente da República Sidónio Pais

Em 14 de Dezembro de 1918, foi assassinado em Lisboa o Presidente da República Sidónio Pais.

Na seqüência deste assassínio foram revogadas as modificações da Constituição de 1911 efectuadas no contexto da 'República Nova'.

— Pronunciamento militar de 1919

Em 10 de Janeiro de 1919, verificou-se em Lisboa, na Covilhã e em Santarém um pronunciamento militar contra o regime da 'República Nova', o qual foi dominado ainda em 10 de Janeiro de 1919 em Lisboa e na Covilhã e em 16 de Janeiro de 1919 em Santarém.

— Revoluções monárquicas de 1919

Em 19 de Janeiro de 1919, verificaram-se em Lisboa e no Porto revoluções monárquicas. A revolução de Lisboa foi dominada em 24 de Janeiro de 1919. A revolução do Porto deu origem à chamada Monarquia do Norte (veja-se a referência seguinte à guerra civil entre republicanos e monárquicos de 1919).

— Guerra civil entre republicanos e monárquicos de 1919 (Monarquia do Norte)

De 19 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1919, travou-se uma guerra civil entre o governo republicano sediado em Lisboa e um governo monárquico sediado no Porto.

Inicialmente, o governo monárquico do Porto controlava a generalidade dos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Porto, Viana do Castelo, Vila Real (com excepção de Chaves) e Viseu, constituindo o que ficou conhecido por Monarquia do Norte, e o governo republicano de Lisboa controlava o resto do país.

As operações militares consistiram no avanço sobre o Porto das forças do governo republicano de Lisboa, avanço que apenas encontrou resistência esporádica.

Na seqüência da guerra civil entre republicanos e monárquicos de 1919, a 'República Nova' entrou em colapso, restabelecendo-se o regime político da 'República Velha', agora geralmente conhecida por 'nova República Velha'.

— Pronunciamento militar de 1921

Em 23 de Maio de 1921, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar da Guarda Nacional Republicana contra o governo de coligação entre o Partido Democrático e o Partido Reconstituinte chefiado por Bernardino Machado então no poder.

Na seqüência deste pronunciamento, foi formado um governo do Partido Liberal chefiado por Barros Queirós.

— Revolução radical de 1921

Em 19 de Outubro de 1921, verificou-se em Lisboa uma revolução do Partido Radical contra o governo do Partido Liberal chefiado por António Granjo então no poder.

Na seqüência desta revolução, foi formado um governo do Partido Radical chefiado por Manuel Maria Coelho. O assassínio do chefe do governo deposto e de várias outras personalidades na noite em que a revolução triunfou (facto conhecido por 'noite sangrenta') abalou o prestígio da nova situação política, a qual, apesar da constituição em Novembro de um novo governo do Partido Radical chefiado por Carlos Maia Pinto, apenas durou até Dezembro de 1921.

Quadro 12.7 — Guerras e conflitos internos (continuação)

— Pronunciamento militar de 1924.

Entre 3 e 7 de Junho de 1924, verificou-se na Amadora um pronunciamento da aviação militar contra o governo de coligação entre o Partido Reconstituinte e o Partido Republicano presidido por Álvaro de Castro então no poder, o qual fracassou.

— Pronunciamento militar monárquico de Março de 1925.

Em 5 de Março de 1925, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar monárquico contra o governo do Partido Democrático presidido por Vitorino Guimarães então no poder, o qual fracassou.

— Pronunciamento militar de Abril de 1925.

Em 18 de Abril de 1925, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar republicano conservador contra o governo do Partido Democrático presidido por Vitorino Guimarães então no poder, o qual fracassou.

— Pronunciamento militar de Julho de 1925.

Em 19 de Julho de 1925, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar republicano conservador contra o governo do Partido Democrático presidido por António Maria da Silva então no poder, o qual fracassou.

— Pronunciamento militar de Maio de 1926

Em 28 de Maio de 1926, verificou-se em Braga um pronunciamento militar contra o governo do Partido Democrático chefiado por António Maria da Silva então no poder, pronunciamento que foi secundado por um outro pronunciamento ocorrido em Évora, e veio a triunfar em 30 de Maio de 1926.

Na seqüência deste pronunciamento militar, foi formado um governo militar chefiado pelo comandante Mendes Cabeçadas e forçado à renúncia o Presidente da República Bernardino Machado (30 de Maio de 1926).

— Pronunciamento militar de Junho 1926

Em 17 de Junho de 1926, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar contra o governo militar presidido pelo comandante Mendes Cabeçadas então no poder.

Na seqüência desse pronunciamento militar, foi formado um governo militar presidido pelo general Gomes da Costa.

— Pronunciamento militar de Julho de 1926

Em 9 de Julho de 1926, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar contra o governo militar presidido pelo general Gomes da Costa então no poder.

Na seqüência deste pronunciamento militar, foi formado um governo militar presidido pelo general Óscar Carmona.

— Revoluções republicanas de 1927

Em Fevereiro de 1927, verificaram-se no Porto e em Lisboa revoluções republicanas contra o governo militar do general Óscar Carmona então no poder, revoluções que fracassaram.

— Revoluções republicanas de 1928

Em 20 de Julho de 1928, verificaram-se em Lisboa e em Setúbal revoluções republicanas contra o governo militar do general Óscar Carmona então no poder, revoluções que fracassaram.

Quadro 12.7 — Guerras e conflitos internos (continuação)

— Guerra civil entre a ditadura militar e republicanos de 1931

De Abril a Maio de 1931, travou-se uma guerra civil entre o governo militar do general Domingos Oliveira sediado em Lisboa e um governo estabelecido por revoltosos republicanos sediado no Funchal e chefiado pelo general Adalberto Sousa Dias.

Inicialmente, o governo republicano do Funchal controlava a região da Madeira e obteve apoios na região dos Açores e na colónia da Guiné. O governo militar de Lisboa controlava o resto do país.

As operações militares consistiram no bloqueio da Madeira pelas forças do governo de Lisboa, a que se seguiu a rendição do governo republicano do Funchal.

— Revolução republicana de 1931

Em 26 de Agosto de 1931 verificou-se em Lisboa uma revolução republicana contra o governo militar do general Domingos Oliveira então no poder, revolução que fracassou.

— Revolução anarquista e comunista de 1934

Em 18 de Janeiro de 1934, verificou-se em vários pontos do país uma revolução anarquista e comunista contra o regime do Estado Novo, revolução que fracassou.

— Revolução fascista de 1934

Em 1934, verificou-se em Lisboa uma revolução fascista contra o regime do Estado Novo, revolução que fracassou.

— Pronunciamento militar republicano de 1946

Em 1946, verificou-se no Porto um pronunciamento militar republicano contra o regime do Estado Novo, revolução que fracassou.

— Pronunciamento militar de 1961

Em Abril de 1961, verificou-se um pronunciamento militar contra o Presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, pronunciamento que fracassou.

— Revolução republicana de 1962

Em 1 de Janeiro de 1962, verificou-se em Beja uma revolução republicana contra o regime do Estado Novo, revolução que fracassou.

— Pronunciamento militar de Março de 1974

Em 16 de Março de 1974, verificou-se nas Caldas da Raínha um pronunciamento militar contra o regime do Estado Novo, pronunciamento militar que fracassou.

— Pronunciamento militar de Abril de 1974

Em 25 de Abril de 1974, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar contra o regime do Estado Novo.

Na seqüência deste pronunciamento militar, foi demitido o governo chefiado por Marcelo Caetano, deposto o Presidente da República Américo Tomás, constituída uma Junta de Salvação Nacional, depois substuida por um Conselho da Revolução, formados sucessivamente seis governos provisórios e realizadas eleições para uma Assembleia Constituinte, a qual redigiu uma Constituição que entrou em vigor em 25 de Abril de 1976.

— Pronunciamento militar de Setembro de 1974

Em 28 de Setembro de 1974, o Presidente da República António Spínola tentou organizar em Lisboa uma manifestação popular para reforço da sua posição política. O Partido Comunista e outras forças políticas opuseram-se a essa manifestação através do controlo das vias de acesso a Lisboa e de outros pontos do país.

Na seqüência destes acontecimentos, o Movimento das Forças Armadas forçou o Presidente da República António Spínola a renunciar, sendo substituído pelo general Francisco Costa Gomes, e o 2º governo provisório chefiado pelo coronel Vasco Gonçalves foi substituído pelo 3º governo provisório também chefiado pelo coronel Vasco Gonçalves (30 de Setembro de 1974).

— Pronunciamento militar de Março de 1975

Em 11 de Março de 1975, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar contra o 3º governo provisório chefiado pelo brigadeiro Vasco Gonçalves então no poder, pronunciamento militar que fracassou.

Na seqüência deste pronunciamento militar, foi formado o 4º governo provisório também chefiado pelo brigadeiro Vasco Gonçalves.

— Pronunciamento militar de Novembro de 1975

Em 25 de Novembro de 1975, verificou-se em Lisboa um pronunciamento militar contra o 6º governo provisório chefiado pelo almirante Pinheiro de Azevedo então no poder, pronunciamento militar que fracassou.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos

Fonte — Matoso, 1992-1994, Peres, 1938-1940, Rodrigues, 1994, Serrão, Marques, 1986-1998, Serrão, Marques, 1987-1998.

— Guerras da Reconquista

As Guerras da Reconquista travaram-se entre os estados cristãos da Península Ibérica em geral e os estados muçulmanos seus vizinhos, desde a conquista da generalidade da Península Ibérica pelo Império Árabe (711-718) até à extinção do último estado muçulmano ibérico, o Emirado de Granada (1492).

No caso de Portugal, as principais etapas destas guerras foram as seguintes:

a) Ocupação pelo Reino das Astúrias, depois Reino de Leão, da região a norte do rio Douro, em meados do século 8. Nessa região se estabeleceu, em meados do século 9, o primeiro Condado de Portugal.

b) Ocupação pelo Reino de Leão da região entre o rio Douro e a cordilheira central, no século 9. Nessa região se estabeleceu, em finais do século 9, o Condado de Coimbra, que viria a ser reocupado por estados muçulmanos no século 10.

c) Reocupação pelo Reino de Leão e Castela da região entre o rio Douro e a cordilheira central, em meados do século 11. Nessa região se restabeleceu, em 1064, o Condado de Coimbra.

d) Ocupação efémera pelo Reino de Leão e Castela da região entre a cordilheira central e o rio Tejo, em finais do século 11. Foi na seqüência da reocupação dessa região por estados muçulmanos que foi criado, em 1096, o segundo Condado de Portugal, reunindo os territórios do antigo primeiro Condado de Portugal (que fora extinto em 1071) e do Condado de Coimbra (que fora extinto em 1093).

e) Reocupação pelo Reino de Portugal da região entre a cordilheira central e o rio Tejo e ocupação de parte do norte do Alentejo, em meados do século 12.

f) Ocupação pelo Reino de Portugal do resto do Alentejo e do Algarve, durante a primeira metade do século 13.

Os principais episódios destas guerras depois da proclamação do Reino de Portugal foram os seguintes:

1139 — Incursão portuguesa em território muçulmano. Batalha de Ourique.

1145 — Conquista portuguesa de Leiria.

1147 — Conquista portuguesa de Santarém e de Lisboa.

1151 — Ataque português fracassado a Alcácer do Sal.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

1157 — Ataque português fracassado a Alcácer do Sal.

1158 — Conquista portuguesa de Alcácer do Sal.

1159 — Conquista portuguesa de Évora e de Beja.

1160 — Conquista muçulmana de Évora e de Beja.

1162 — Conquista portuguesa de Beja.

1165 — Conquista portuguesa de Évora.

1166 — Conquista portuguesa de Serpa e de Moura.

1167 — Conquista portuguesa de Monsaraz.

1168 — Conquista portuguesa de Badajoz.

1171 — Ataque muçulmano fracassado a Santarém.

1178 — Incursão portuguesa em território muçulmano.

1184 — Incursões muçulmanas em território português. Conquista muçulmana de Serpa, de Moura e de Beja.

1189 — Conquista portuguesa de Silves.

1190 — Ataque muçulmano fracassado a Silves e a Tomar.

1191 — Conquista muçulmana de Alcácer do Sal e de Silves.

1197 — Ataque português fracassado a Silves.

1212 — Participação portuguesa na batalha de Las Navas de Tolosa.

1217 — Conquista portuguesa de Alcácer do Sal.

1230 — Conquista portuguesa de Juromenha.

1232 — Conquista portuguesa de Serpa, de Moura e de Beja.

1234 — Conquista portuguesa de Aljustrel.

1238 — Conquista portuguesa de Mértola.

1239 — Conquista portuguesa de Tavira e do Sotavento do Algarve.

1249 — Conquista portuguesa de Faro e do Barlavento do Algarve.

— Guerra da Independência de Portugal

A Guerra da Independência de Portugal travou-se de 1128 a 1137 e de 1140 a 1143 entre o Condado de Portugal e o Reino de Leão e Castela. O conde de Portugal, Afonso I, procurava conservar e consolidar a autonomia do condado. O rei de Leão e Castela, Afonso VII, suserano do condado, procurava restaurar a autoridade real, abalada por conflitos civis durante o reinado de sua mãe, Urraca I (1109-1126). Afonso VII de Leão e Castela obtivera já em 1127 um primeiro acto de reconhecimento da sua autoridade por parte do Condado de Portugal, mas esse reconhecimento foi posto em causa, quando o conde de Portugal, Afonso, assumiu o governo do condado, afastando sua mãe, Teresa, até então regente do condado, na seqüência da batalha

de São Mamede (24 de Junho de 1128). Seguiu-se um conflito militar entre suserano e vassalo, cujas principais batalhas se travaram em Cernesa em 1136 e em Arcos de Valdevez em 1140.

Um primeiro tratado de paz foi assinado em Tui em 1137, mas não foi respeitado. Um segundo tratado de paz foi assinado em Samora em 5 de Outubro de 1143, após ter sido negociado como medianeiro pelo legado pontifício, cardeal Guido de Vico. Nesse Tratado de Samora, Afonso VII de Leão e Castela reconheceu Afonso I como rei de Portugal e este reconheceu aquele como imperador da Espanha e seu suserano.

Embora o Tratado de Samora não reconhecesse formalmente a independência de Portugal, o Reino de Portugal passou a actuar como um estado plenamente independente, como resultado de:

a) Alargamento das suas fronteiras à custa dos estados muçulmanos vizinhos — veja-se a este respeito a referência às Guerras da Reconquista.

b) Desagregação, em 1157, do Reino de Leão e Castela, retirando qualquer base substancial ao poder do imperador de Espanha.

c) Reconhecimento da autonomia do Reino de Portugal pela Santa Sé, em 1179 (bula *Manifestus probatum* do papa Alexandre III).

— Primeira Guerra Luso-Leonesa

A Primeira Guerra Luso-Leonesa travou-se em 1169, como resultado da contestação pelo Reino de Leão da conquista portuguesa de Badajoz ocorrida no ano anterior.

As operações militares consistiram na conquista de Badajoz pelo Reino de Leão.

Portugal reconheceu, na prática, essa conquista.

— Segunda Guerra Luso-Leonesa

De 1196 a 1199, travou-se uma Segunda Guerra Luso-Leonesa sem conseqüências significativas.

— Primeira Guerra Luso-Castelhana

De 1252 a 1253, travou-se uma Primeira Guerra Luso-Castelhana sem conseqüências significativas.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

— Segunda Guerra Luso-Castelhana

A Segunda Guerra Luso-Castelhana travou-se de 1295 a 1297, como conseqüência das reivindicações castelhanas sobre territórios ocupados por Portugal (territórios da margem esquerda do Rio Guadiana).

As principais operações militares consistiram na ocupação da região de Ribacoa por Portugal.

A Segunda Guerra Luso-Castelhana terminou com o Tratado de Alcanizes de 1297, o qual reconheceu a plena independência de Portugal e a soberania portuguesa sobre as regiões em disputa e sobre Ribacoa.

— Terceira Guerra Luso-Castelhana

De 1336 a 1339 travou-se uma Terceira Guerra Luso-Castelhana sem conseqüências significativas.

— Intervenção em Castela contra estados muçulmanos

No ano de 1340, um exército português comandado pelo rei Afonso IV participou em território castelhano na batalha do Salado travada em conjunto com um exército castelhano contra exércitos muçulmanos do Emirado de Granada e do Emirado Marínida de Marrocos.

— Primeira Guerra da Sucessão de Castela

A Primeira Guerra da Sucessão de Castela travou-se de 1369 a 1371 como conseqüência de o rei de Portugal, Fernando I (neto materno de Sancho IV de Castela) reclamar o trono de Castela, ocupado por Henrique II (filho ilegítimo de Afonso XI, por sua vez filho de Sancho IV), que depusera e assassinara o seu meio-irmão Pedro I (filho legítimo do mesmo Afonso XI). Fernando conseguiu apoios sobretudo na Galiza, em Leão e na Extremadura, enquanto Henrique manteve o controlo do resto do seu reino.

As principais operações militares consistiram em incursões portuguesas na Andaluzia e castelhanas em Trás-os-Montes e em Entre-Douro-e-Minho e foram desfavoráveis a Portugal.

Pelo Tratado de Alcoutim de 1371, Fernando I de Portugal reconheceu Henrique II como rei de Castela.

— Segunda Guerra da Sucessão de Castela

A Segunda Guerra da Sucessão de Castela travou-se de 1372 a 1373 como conseqüência de o rei de Portugal, Fernando I, apoiar a candidatura ao trono de Castela de João (genro de Pedro I de Castela) contra o rei Henrique II — veja-se a referência à Primeira Guerra da Sucessão de Castela.

As principais operações militares consistiram em incursões castelhanas na Beira e na Estremadura e foram desfavoráveis a Portugal.

Pelo Tratado de Santarém de 1373, Fernando I de Portugal reconheceu de novo Henrique II como rei de Castela.

— Terceira Guerra da Sucessão de Castela

A Terceira Guerra da Sucessão de Castela travou-se de 1381 a 1382 como conseqüência de o rei de Portugal, Fernando I, voltar a apoiar a candidatura ao trono de Castela de João (genro de Pedro I de Castela) contra o rei João I (filho e sucessor de Henrique II) — vejam-se as referências à Primeira Guerra da Sucessão de Castela e à Segunda Guerra da Sucessão de Castela.

As principais operações militares consistiram em incursões castelhanas na Beira e no Alentejo e no cerco de Lisboa por um exército castelhano transportado por via marítima e foram desfavoráveis a Portugal.

Pelo Tratado de Elvas de 1383, Fernando I de Portugal reconheceu uma vez mais João I como rei de Castela. Na seqüência do Tratado de Salvaterra de Magos do mesmo ano, Beatriz (filha e herdeira de Fernando I de Portugal) casou com João I de Castela.

— Primeira Guerra da Sucessão de Portugal e Quarta Guerra da Sucessão de Castela

A Primeira Guerra da Sucessão de Portugal travou-se de 1383 a 1387 como conseqüência da disputa do trono de Portugal, após a morte do rei Fernando I, entre Beatriz (filha de Fernando

I e casada com o rei João I de Castela), João (filho de Pedro I e de Inês de Castro e, portanto, meio-irmão de Fernando I) e João (filho de Pedro I e de Teresa Lourenço e, portanto, também meio-irmão de Fernando I). Beatriz, aclamada raínha em Outubro de 1383, sob regência da mãe, Leonor Teles, foi deposta em Lisboa em Dezembro de 1383, por seu tio João (o segundo dos candidatos mencionados atrás), mas manteve o controle da generalidade das regiões de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beira e foi apoiada por Castela visto estar casada com o respectivo rei. João, regente a partir de Dezembro de 1383, conseguiu o apoio da generalidade das regiões da Estremadura, Alentejo e Algarve. O outro candidato João nunca conseguiu controlar qualquer parte significativa do país.

As principais operações militares consistiram em:

a) Incursões castelhanas em território português derrotadas na batalha de Atoleiros (1384), no fracasso do cerco de Lisboa (1384) e na batalha de Aljubarrota (1385).

b) Gradual conquista pelo regente João das regiões inicialmente favoráveis a Beatriz.

c) Incursões portuguesas em território castelhano sem resultados significativos.

As Cortes de Coimbra de 1385 elegeram o regente João rei João I.

A Primeira Guerra da Sucessão de Portugal acabou por se articular com a Quarta Guerra da Sucessão de Castela, como conseqüência de o rei de Portugal, João I, apoiar a candidatura ao trono de Castela de João (genro de Pedro I de Castela) contra o rei João I de Castela — vejam-se as referências à Primeira Guerra da Sucessão de Castela, à Segunda Guerra da Sucessão de Castela e à Terceira Guerra da Sucessão de Castela. O rei João I de Castela acabou por desistir da candidatura de sua mulher Beatriz ao trono de Portugal e apoiar a candidatura de Dinis (irmão do candidato João preterido, entretanto falecido).

As principais operações militares subseqüentes consistiram em incursões portuguesas em território castelhano e numa tentativa de Dinis para invadir Portugal, sem resultados significativos.

Em 1387 foi assinada uma trégua.

De 1396 a 1400, verificaram-se novas operações militares que consistiram, uma vez mais, em incursões portuguesas em território castelhano e numa tentativa de Dinis para invadir Portugal, sem resultados significativos.

Na seqüência destas operações militares foi assinada nova trégua, que foi respeitada até 1411, ano em que foi assinado um tratado pelo qual o rei de Castela reconheceu João I como rei de Portugal, tratado confirmado em 1432.

— Guerras de Conquista em Marrocos

Entre 1415 e 1769, Portugal procurou estabelecer o seu domínio sobre a costa atlântica de Marrocos. Como esse domínio nunca foi reconhecido pelo Reino de Marrocos, isso provocou a

existência de um estado de guerra endémico entre Portugal e Marrocos durante esse período. Eis a lista dos principais episódios dessas guerras de conquista em Marrocos:

1415 — Conquista de Ceuta por Portugal (expedição comandada pelo rei João I).

1418 — Ataque marroquino a Ceuta.

1419 — Ataque marroquino a Ceuta.

1437 — Ataque português fracassado a Tânger (expedição comandada por membros da família real).

1458 — Conquista de Alcácer Ceguer por Portugal (expedição comandada pelo rei Afonso V).

1458 — Ataque marroquino a Alcácer Ceguer.

1459 — Ataque marroquino a Alcácer Ceguer.

1460 — Ataque português fracassado a Tânger (expedição comandada pelo rei Afonso V).

1463-1464 — Ataque português fracassado a Tânger (expedição comandada pelo rei Afonso V).

1468 — Conquista de Anafé por Portugal.

1471 — Conquista de Arzila por Portugal (expedição comandada pelo rei Afonso V). Ocupação de Tânger por Portugal , na seqüência do seu abandono por Marrocos. Conquista de Larache por Portugal.

1486 — Ocupação de Azamor por Portugal.

1488 — Ocupação de Safim por Portugal.

1489 — Tentativa portuguesa de estabelecer uma fortaleza na Graciosa, fracassada devido a ataque marroquino. Perda de Anafé e Larache para o Reino de Marrocos.

1505 — Conquista de Santa Cruz do Cabo de Güé por Portugal.

1506 — Conquista de Mogador por Portugal.

1508 — Ataque marroquino a Arzila. Estabelecimento por Portugal de uma fortaleza em Safim.

1510 — Perda de Mogador para o Reino de Marrocos.

1513 — Estabelecimento por Portugal de uma fortaleza em Azamor.

1514 — Conquista de Mazagão por Portugal.

1534 — Ataque marroquino a Safim.

1541 — Perda de Santa Cruz do Cabo de Güé para o Reino de Marrocos.

1542 — Perda de Safim e Azamor para o Reino de Marrocos.

1549 — Perda de Alcácer Ceguer para o Reino de Marrocos.

1550 — Perda de Arzila para o Reino de Marrocos.

1562 — Ataque marroquino a Mazagão.

1577 — Conquista de Arzila por Portugal.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

1578 — Tentativa de interferência portuguesa em guerra de sucessão de Marrocos. Derrota na batalha de Alcácer Quibir (expedição comandada pelo rei Sebastião I).

1589 — Perda de Arzila para o Reino de Marrocos.

1640 — Perda de Ceuta para o Reino de Espanha, devido ao não reconhecimento da deposição do rei Filipe III pelo rei João IV.

1662 — Cedência de Tânger à Inglaterra.

1668 — Reconhecimento da soberania da Espanha sobre Ceuta.

1769 — Perda de Mazagão para o Reino de Marrocos.

— Quinta Guerra da Sucessão de Castela

A Quinta Guerra da Sucessão de Castela travou-se de 1474 a 1479, com conseqüência de, após a morte do rei Henrique IV, o trono de Castela ter sido disputado entre Joana (filha de Henrique IV e casada com o rei de Portugal Afonso V) e Isabel (irmã de Henrique IV e casada com o rei de Aragão Fernando II).

As operações militares consistiram principalmente em incursões portuguesas em território castelhano, que culminaram na batalha de Toro (1476), vitoriosa, mas inconclusiva, e em tentativas castelhanas para disputar a Portugal o comércio da costa da Guiné a partir das Canárias, perturbadoras, mas fracassadas.

Pelo Tratado de Alcáçovas de 1479, Isabel foi reconhecida como raínha de Castela e Castela reconheceu a Portugal o monopólio das explorações ultramarinas a sul do paralelo 30° N. Contudo, as ilhas Canárias continuaram possessão de Castela.

— Guerras de Conquista no Oriente

A partir de 1498, Portugal procurou estabelecer o seu domínio sobre o comércio do Oceano Índico e Insulíndia, apoiado numa rede de alianças, protectorados e fortalezas. Como esse domínio nunca foi reconhecido pela maioria dos estados locais, isso provocou a existência de uma situação de guerra endémica entre Portugal e esses estados, a qual veio a durar até 1785. Eis a lista dos principais episódios dessas guerras de conquista no Oriente:

1503 — Estabelecimento de um protectorado português sobre Cochim. Conquista de Zanzibar por Portugal.

1505 — Conquista de Sofala, Quíloa e Mombaça por Portugal.

1507 — Conquista de Ormuz e Mascate por Portugal.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

1508-1509 — Guerra contra o Reino de Guzerate e o Império Mameluco. Derrota portuguesa na batalha de Chaúl (1508). Vitória portuguesa na batalha de Diu (1509).

1510 — Conquista de Goa por Portugal.

1511 — Conquista de Malaca por Portugal.

1512 — Abandono de Quíloa por Portugal.

1513 — Ataque português fracassado a Ádem.

1516 — Ataque português fracassado a Ádem. Conquista de Chaúl por Portugal.

1518 — Conquista de Colombo por Portugal.

1522 — Ocupação de Banda e das Molucas por Portugal.

1525 — Ataque fracassado a Malaca por sultanados vizinhos.

1533 — Conquista de Baçaím por Portugal.

1534 — Conquista de Bombaim por Portugal.

1535 — Conquista de Diu por Portugal.

1538 — Cerco fracassado de Diu pelo Reino de Guzerate apoiado pelo Império Otomano.

1541 — Ataque português fracassado a Ádem e ao Suez.

1541-1542 — Intervenção portuguesa em apoio da Abissínia contra o Sultanado de Adal, aliado do Império Otomano.

1544 — Conquista de Bardez e Salcete por Portugal.

1545 — Conquista de Moçambique por Portugal.

1546 — Cerco fracassado de Diu pelo Reino de Guzerate apoiado pelo Império Otomano.

1553 — Cerco fracassado de Ormuz pela Pérsia.

1559 — Conquista de Damão por Portugal.

1570 — Cerco fracassado de Goa pelo Império Mogol.

1581 — Ataque fracassado a Damão pelo Império Mogol.

1614 — Ataque fracassado a Damão pelo Império Mogol.

1622 — Conquista de Ormuz pela Pérsia.

1652 — Conquista de Mascate e de Zanzibar pelo Sultanado de Omã.

1683 — Ataque fracassado a Goa pelo Reino Maratra.

1696-1698 — Cerco de Mombaça pelo Sultanado de Omã; conquista de Mombaça pelo Sultanado de Omã (1698).

1728 — Conquista de Mombaça por Portugal.

1729 — Conquista de Mombaça pelo Sultanado de Omã.

1737-1740 — Guerra contra o Reino Maratra. Conquista de Baçaím pelo Reino Maratra (1739). Conquista de Chaúl pelo Reino Maratra (1740).

1747 — Vitória portuguesa contra o Reino Maratra na batalha de Alorna.

1756 — Derrota portuguesa contra o Reino Maratra na primeira batalha de Pondá.

1763 — Vitória portuguesa contra o Reino Maratra na segunda batalha de Pondá

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

1779 — Tratado com o Reino Maratra pelo qual Portugal renunciou a Baçaím e Chaúl em troca dos territórios de Bicholim, Canácona, Perném, Pondá, Quepém, Sanguém e Satari na região de Goa e de Dadrá e Nagar-Aveli na região de Damão. Este tratado só foi integralmente posto em execução em 1785.

A partir de 1785, as possessões portuguesas no Oriente deixaram de conhecer a situação anterior de guerra endémica.

— Segunda Guerra da Sucessão de Portugal

A Segunda Guerra da Sucessão de Portugal travou-se de 1580 a 1583 como conseqüência da disputa do trono de Portugal, após a morte do rei Henrique I, entre António (sobrinho-neto de Henrique I por via ilegítima) e Filipe (sobrinho de Henrique I por via legítima e soberano de Leão e Castela, Aragão, Navarra, Sardenha, Sicília, Nápoles, Milão, Países Baixos e Borgonha).

António conseguiu inicialmente o controle da generalidade do país, expulsando os governadores de Portugal nomeados pelo falecido rei Henrique I.

As principais operações militares consistiram em:

a) Ocupação do Continente por um exército castelhano, na seqüência da batalha de Alcântara em 1580.

b) Ocupação dos Açores, e particularmente da ilha Terceira, única região que se mantinha sob o controle de António, por uma esquadra luso-castelhana em 1583.

Por sentença dada em Castro Marim em 1580 pelos governadores de Portugal nomeados pelo falecido rei Henrique I, Filipe foi proclamado rei de Portugal, o que foi ratificado pelas Cortes de Tomar de 1581.

— Guerra contra as Províncias Unidas dos Países Baixos

Na seqüência da união pessoal em 1580 do Reino de Portugal aos estados de Leão e Castela, Aragão, Navarra, Sardenha, Sicília, Nápoles, Milão, Países Baixos e Borgonha, Portugal encontrou-se em guerra com as Províncias Unidas dos Países Baixos, desde 1572 em revolta contra o soberano agora comum. Esta guerra foi interrompida em 1609 por tréguas acordadas com a duração de doze anos e retomada em 1621.

Na seqüência da separação de Portugal do Império dos Habsburgos Ocidentais, foram acordadas em 1641 novas tréguas entre Portugal e as Províncias Unidas dos Países Baixos com

duração de dez anos. Estas tréguas foram respeitadas no teatro de guerra europeu, mas não foram respeitadas nos teatros de guerra ultramarinos. Apesar da retomada formal das hostilidades em 1651, as Províncias Unidas dos Países Baixos declararam formalmente guerra a Portugal em 1658. A paz foi assinada em 1661, com confirmação das aquisições territoriais feitas durante a guerra, que, na prática, se prolongou ainda durante algum tempo no teatro de guerra do Oceano Índico e do Extremo Oriente, e confirmada em 1669.

As principais operações militares desta guerra verificaram-se em três teatros de guerra:

a) No teatro de guerra da Europa, com participação (reduzida) de tropas portuguesas nas operações levadas a cabo pelo Império dos Habsburgos Ocidentais contra as Províncias Unidas dos Países Baixos e tentativas esporádicas de bloqueio mútuo de portos, a partir de 1640 apenas da iniciativa das Províncias Unidas dos Países Baixos.

b) No teatro de guerra do Oceano Índico e do Extremo Oriente, com tentativas da Companhia das Índias Orientais neerlandesa para romper o monopólio português da rota do Cabo da Boa Esperança.

c) No teatro de guerra do Atlântico, com tentativas da Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa para ocupar várias regiões do Brasil.

Os principais episódios da guerra entre Portugal e a Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa no teatro de guerra do Oceano Índico e do Extremo Oriente foram os seguintes:

1599 — Conquista de Banda pela Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa.

1600 — Início da conquista das Molucas pela Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa.

1604 — Ataque fracassado da Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa a Moçambique e a Macau.

1605 — Conquista de Amboim pela Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa.

1607-1608 — Ataque fracassado da Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa a Moçambique.

1622 — Ataque fracassado da Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa a Macau.

1641 — Conquista de Malaca pela Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa.

1656 — Conquista de Colombo pela Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa.

1662 — Conquista de Cochim pela Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa.

1663 — Conclusão da conquista das Molucas pela Companhia das Índias Orientais (VOC) neerlandesa.

Os principais episódios da guerra entre Portugal e a Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa no teatro de guerra do Atlântico foram os seguintes:

1624 — Conquista de São Salvador da Baía pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

1625 — Conquista de São Salvador da Baía por Portugal.

1630 — Conquista de Pernambuco pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa.

1632 — Conquista de Alagoas pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa.

1635 — Conquista do Paraíba pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa.

1637 — Conquista de São Jorge da Mina e do Sergipe pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa.

1638 — Conquista de Argüim e do Ceará pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa.

1641 — Conquista de São Tomé, de São Paulo de Luanda e do Maranhão pela Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa.

1645 — Vitória portuguesa na batalha de Tabocas.

1648 — Conquista de São Tomé e de São Paulo de Luanda por Portugal.

1649 — Vitória portuguesa na batalha de Guararapes.

1654 — Expulsão da Companhia das Índias Ocidentais neerlandesa do Brasil.

— Guerras contra a Inglaterra

Na seqüência união pessoal do Reino de Portugal aos estados de Leão e Castela, Aragão, Navarra, Sardenha, Sicília, Nápoles, Milão, Países Baixos e Borgonha, Portugal encontrou-se em guerra com a Inglaterra. A paz foi assinada em 1605, o que não impediu a Inglaterra de continuar a tentar romper o monopólio português da rota do Cabo da Boa Esperança.

As principais operações militares desta guerra consistiram em:

a) Tentativa de ataque à Inglaterra por uma armada do Império dos Habsburgos Ocidentais com substancial participação portuguesa (Invencível Armada) em 1588-1589, a qual fracassou.

b) Tentativas de ataques de corsários ingleses a territórios metropolitanos e ultramarinos portugueses com sorte variável.

c) Apoio da Inglaterra à conquista de Ormuz pela Pérsia em 1622.

Na seqüência do apoio de Portugal ao rei Carlos I de Inglaterra na sua luta contra o Parlamento e depois aos seus herdeiros na luta contra o governo de Oliver Cromwell, verificou-se nova guerra entre Portugal e a Inglaterra entre 1650 e 1654.

A paz entre Portugal e a Inglaterra foi restabelecida por tratado de 1654, confirmado em 1662, com o casamento entre o rei Carlos II de Inglaterra e Catarina, filha do rei João IV de Portugal, e com a cedência de Bombaim e Tânger por Portugal à Inglaterra.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

— Guerras contra a França

Na seqüência de tentativas de corsários franceses para interceptarem a navegação portuguesa no Atlântico Norte durante o século 16 e o princípio do século 17 e de tentativas de colonos franceses para se fixarem no Brasil, nomeadamente em Guanabara de 1555 a 1567 e no Pará e no Maranhão de 1594 a 1615, verificaram-se incidentes entre Portugal e a França, que não conduziram a uma guerra formal. As tentativas de corsários franceses para interceptarem a navegação portuguesa no Atlântico Norte tiveram sorte variável. As tentativas de colonos franceses para se fixarem no Brasil não tiveram êxito, embora a França tenha conseguido estabelecer uma colónia na Guiana (Caiena) a partir de 1626.

Em 1635, a França declarou guerra ao Império dos Habsburgos Ocidentais, de que Portugal fazia parte, no contexto da sua intervenção na chamada Guerra dos Trinta Anos. Não se verificaram operações militares significativas entre forças de Portugal e da França nesta guerra.

A guerra entre Portugal e a França cessou com a separação de Portugal do Império dos Habsburgos Ocidentais, tendo sido assinado um tratado de paz em 1641.

— Guerra da Restauração

A Guerra da Restauração travou-se entre 1640 e 1668 entre Portugal e o Império dos Habsburgos Ocidentais, como resultado da deposição do rei Filipe III pelo rei João IV e conseqüente separação de Portugal do Império dos Habsburgos Ocidentais.

Não aceitaram essa mudança as guarnições das praças de Angra e de Ceuta. A praça de Angra (mais precisamente a fortaleza de São Filipe do Monte Brasil) foi tomada por Portugal em 1642. A praça de Ceuta não foi alvo de qualquer tentativa de recuperação.

As principais operações militares dessa guerra consistiram em sucessivas tentativas de invasão de Portugal pelos exércitos do Império dos Habsburgos Ocidentais derrotadas nas seguintes batalhas:

1659 — Elvas

1663 — Ameixial

1664 — Castelo Rodrigo

1665 — Montes Claros

A Guerra da Restauração terminou com um tratado assinado em 1668, pelo qual o Império dos Habsburgos Ocidentais reconheceu a independência de Portugal em troca da cedência de Ceuta.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

— Guerra da Sucessão de Espanha

A Guerra da Sucessão de Espanha travou-se de 1701 a 1713 como conseqüência da disputa do Império dos Habsburgos Ocidentais, após a morte do rei Carlos II, entre um candidato da Casa dos Habsburgos Orientais (Áustria), Carlos, e um candidato da Casa de Bourbon (França), Filipe.

A partir de 1703, Portugal apoiou o candidato Carlos, na seqüência de tratado pelo qual lhe eram prometidas:

— a fixação da fronteira sul do Brasil no Rio da Prata;

— a cedência de algumas praças fronteiriças na Península Ibérica;

— a concessão do contrato [asiento] de fornecimento de escravos para as colónias castelhanas da América.

As principais operações militares desta guerra em que participaram tropas portuguesas foram:

a) Incursões castelhanas no Alentejo e na Beira de 1704 a 1708.

b) Incursão portuguesa em Espanha entre 1706 e 1711. Em 1706, as forças portuguesas ocuparam Madrid, da qual foram expulsas no ano seguinte, retirando para a região de Valência, onde foram derrotadas, ainda em 1707, na batalha de Almanza.

A Guerra da Sucessão de Espanha terminou com a rutpura da coligação (liderada pela Grã-Bretanha) que apoiava o candidato Carlos em 1711. Em 1712 foi assinado um armistício e em 1713 o Tratado de Utreque, pelo qual o Império dos Habsburgos Ocidentais foi dividido entre os dois candidatos. Em relação a Portugal, o Tratado de Utreque estabeleceu a fronteira norte do Brasil no Rio Oiapoque e a fronteira sul do Brasil no Rio da Prata.

— Intervenção no Mediterrâneo contra o Império Otomano

De 1716 a 1719, travou-se uma guerra entre várias potências, nomeadamente os Estados Pontifícios e Veneza, e o Império Otomano, em que Portugal participou enviando uma força naval para o Mediterrâneo contra o Império Otomano. Essa força participou, em particular, na batalha de Matapão em 1717.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

— Guerra dos Sete Anos

Em 1761, a França e a Espanha propuseram a Portugal um Pacto de Família, pelo qual todos os países cujos soberanos eram parentes da Casa de Bourbon deveriam aliar-se a esses países, então em guerra contra uma coligação liderada pela Grã-Bretanha e pela Prússia — note-se que o rei José I de Portugal era casado com uma princesa da Casa de Bourbon. Perante a recusa de Portugal, a França e a Espanha declararam guerra a Portugal.

As principais operações militares desta guerra consistiram em incursões fronteiriças espanholas, que conduziram à ocupação de Miranda do Douro em 1762.

A Guerra dos Sete Anos terminou com o Tratado de Paris de 1763. Em relação a Portugal, o Tratado de Paris restabeleceu a fronteira sul do Brasil no Rio da Prata, anulando o Tratado de Madrid de 1750 que cedera o Uruguai à Espanha.

— Campanha do Rossilhão (Guerra da Primeira Coligação contra a França)

Em 1793, um corpo expedicionário português foi enviado para a Catalunha, para participar numa tentativa de invadir a província francesa do Rossilhão, no contexto da chamada Guerra da Primeira Coligação contra a França revolucionária.

As operações militares foram inconclusivas e o corpo expedicionário português teve de ser repatriado em 1795, devido ao abandono da coligação por parte da Espanha.

Portugal não participou nas restantes operações da Guerra da Primeira Coligação contra a França revolucionária, as quais terminaram em 1797.

— Guerra das Laranjas (Guerra da Segunda Coligação contra a França)

No contexto da chamada Guerra da Segunda Coligação contra a França revolucionária, Portugal participou em operações navais em cooperação com a Grã-Bretanha contra a França e seus aliados, entre os quais se contava a Espanha.

Como represália, a Espanha invadiu e ocupou o Alentejo em 1801. Esta invasão é habitualmente conhecida pela designação de Guerra das Laranjas.

A Guerra das Laranjas terminou com o Tratado de Badajoz de 1801, pelo qual Portugal cedeu à Espanha a região de Olivença e que restabeleceu a fronteira norte do Brasil no Rio Amazonas.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

— Guerra Peninsular

Portugal manteve-se neutral na guerra que opôs o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda e os seus aliados e a França e os seus aliados entre 1803 e 1807. Porém, a recusa em participar no chamado Bloqueio Continental, imposto pela França ao comércio com o Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda, envolveu Portugal no que é habitual designar por Guerra Peninsular.

As operações militares da Guerra Peninsular podem dividir-se em quatro fases:

1) Primeira invasão francesa (e espanhola) de Portugal — Em Novembro de 1807, o território continental português foi ocupado, sem resistência portuguesa, por forças francesas (a sul) e espanholas (a norte), comandadas pelo general Junot, que assumiu provisòriamente a regência dos territórios ocupados.

Na Primavera de 1808, verificaram-se revoltas contra a ocupação francesa e espanhola. Em Maio de 1808, as forças espanholas retiraram de Portugal, na seqüência da revolta espanhola de 2 de Maio de 1808 contra o rei José Bonaparte, que a França acabava de impôr, depondo o rei Carlos III. Na seqüência dessa retirada, constituiu-se, em Junho de 1808, uma regência portuguesa com sede no Porto, a qual organizou um exército. Em Julho de 1808, desembarcou no centro do país uma força expedicionária britânica comandada pelo general Arthur Wellesley (futuro duque de Wellington). As tentativas das forças anglo-portuguesas de avançar sobre Lisboa encontraram resistência francesa, derrotada nas batalhas da Roliça e do Vimeiro em Agosto de 1808. Perante a impossibilidade de sustentar as suas posições, as forças ocupantes francesas renderam-se. Nos termos da Convenção de Sintra, foram repatriadas em navios britânicos em Setembro de 1808.

2) Segunda invasão francesa de Portugal — Em Fevereiro de 1809, o marechal Soult, comandante das forças francesas que ocupavam a Galiza, conduziu uma força francesa pelo vale do Tâmega até ao Porto que foi ocupado. Não pôde, porém, sustentar as suas posições face a uma contra-ofensiva das forças anglo-portuguesas e foi obrigado a retirar.

3) Terceira invasão francesa de Portugal — Em Julho de 1810, uma força francesa comandada pelo marechal Massena invadiu a Beira e a Estremadura e conseguiu cercar Lisboa por terra a norte do Tejo, após vencer a resistência da fortaleza fronteiriça de Almeida e tornear uma tentativa das forças anglo-portuguesas para deterem a força francesa no Buçaco.

Após cerca de um ano de combates nas vizinhanças de Lisboa (linhas de Torres Vedras), as forças francesas foram obrigadas a retirar em Março de 1811, sendo expulsas de Portugal em Outubro de 1811, após a batalha da Redinha.

4) Participação de forças portuguesas em operações em Espanha e em França — De 1811 a 1814, forças portuguesas participaram em operações em Espanha e em França. Destas

operações, levadas a cabo por forças britânicas, portuguesas e espanholas resultou a expulsão das forças francesas de Espanha até 1813 e a ocupação do sudoeste de França em 1814.

Deve ainda ser assinalado que Portugal ocupou em 1808, a partir do Brasil, a colónia espanhola do Uruguai e a colónia francesa de Caiena.

Portugal não participou nas operações militares relacionadas com os chamados Cem Dias em 1815.

A Guerra Peninsular terminou com o Tratado de Viena de 1815. De acordo com esse Tratado, os territórios ocupados nas guerras de 1801 a 1815 deveriam reverter aos seus soberanos iniciais (o que implicava o restabelecimento da fronteira norte do Brasil no Rio Oiapoque). Isso aconteceu com Caiena, mas não com o Uruguai (que se revoltou e acabou por se tornar independente), nem com Olivença.

— Guerra da Independência do Brasil

A Guerra da Independência do Brasil travou-se de 1822 a 1825, como conseqüência da resistência de forças portuguesas estacionadas no Brasil à declaração de independência desse país em 7 de Setembro de 1822.

As operações militares foram inconclusivas, devido à incapacidade brasileira de submeter as forças portuguesas e à incapacidade portuguesa de reforçar as suas forças no Brasil.

A Guerra da Independência do Brasil terminou com o reconhecimento unilateral da independência do Brasil pelo rei João VI através da Carta Patente de 13 de Maio de 1825, a que se seguiu o Tratado do Rio de Janeiro de 29 de Agosto de 1825, ratificado por lei de 15 de Novembro de 1825.

— Intervenção francesa em Portugal

Na seqüência de incidentes diplomáticos, uma esquadra francesa penetrou em 11 de Julho de 1831 no estuário do Tejo, forçando as forças que o defendiam a render-se e impondo a Portugal a prestação de satisfações diplomáticas e indemnizações.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

— Campanhas africanas

O estabelecimento de feitorias e fortalezas portuguesas em vários pontos da costa de África suscitou, desde o século 15, confrontos com os estados africanos anteriormente existentes nas regiões que Portugal desejava submeter à sua soberania. Porém, foi apenas em finais do século 19 e princípios do século 20, que se travaram as principais guerras entre Portugal e esses estados africanos. O início dessas guerras foi provocado pela necessidade de estabelecer uma administração efectiva das regiões cuja soberania era reconhecida a Portugal pelos tratados subseqüentes à Conferência de Berlim de 1885. O final dessas guerras resultou de o objectivo de estabelecer uma administração efectiva dessas regiões ter sido em geral atingido nos anos do imediato primeiro após-guerra.

Essas guerras, habitualmente conhecidas pela designação de campanhas africanas, terminaram sistemàticamente com a vitória das forças portuguesas. As operações militares mais significativas foram:

a) Em Moçambique:

— a campanha para o controlo da Zambézia em 1889;

— a campanha contra a tribo dos Macololos em 1889;

— as campanhas contra a tribo dos Vátuas de 1895 a1897;

— a campanha contra a tribo dos Namarrais em 1896;

— a campanha para a submissão do Sultanado de Angoche em 1910.

b) Em Angola:

— a campanha para o controlo do Cubango em 1889;

— a campanha para o controlo do Bié em 1890;

— a campanha para o controlo do Bailundo em 1902;

— as campanhas contra a tribo dos Cuamatas de 1904 a 1907;

— a campanha contra a tribo dos Dembos em 1907;

— a campanha contra a tribo dos Cuanhamas em 1910.

c) Na Guiné:

— a campanha contra as tribos dos Balantas e dos Mandingas em 1913;

— a campanha contra a tribo dos Manjacos em 1914;

— a campanha contra a tribo dos Papéis em 1915.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

— Guerra dos 'boxers'

A guerra dos 'boxers' travou-se no Verão de 1900, como resultado da tomada do poder na China pela sociedade da Flor do Lótus Branco (cujos membros eram conhecidos por 'boxers') e subseqüente declaração de guerra pela China a todos os países que detinham concessões de direitos de soberania em território chinês (Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Espanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Japão, Países Baixos, Portugal e Rússia).

As operações militares consistiram na ocupação de Tianjin e de Beijing por tropas de alguns dos países aos quais a China tinha declarado guerra. Nessas operações não participaram forças portuguesas.

A guerra dos 'boxers' terminou com o tratado de Beijing, pelo qual foram confirmadas as concessões de direitos de soberania anteriormente existentes em território chinês e obrigada a China a pagar indemnizações às potências vencedoras.

— Primeira Guerra Mundial

A participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial atravessou dois períodos: o período de neutralidade formal de Agosto de 1914 a Março de 1916 e o período de beligerância formal de Março de 1916 a Novembro de 1918.

Durante o período de neutralidade formal, a Alemanha promoveu revoltas dos nativos e incidentes fronteiriços no sul de Angola (a partir da colónia alemã do Sudoeste Africano, hoje Namíbia) e no norte de Moçambique (a partir da colónia alemã do Tanganica, hoje parte da Tanzânia). Tais problemas forçaram o governo português ao envio de expedições militares para defender as duas principais colónias portuguesas de África, mas não conduziram a operações militares significativas. A ocupação em 1915 do Sudoeste Africano alemão pelo domínio britânico da África do Sul fez, aliás, cessar desde então os problemas em Angola.

A passagem de Portugal para uma posição de beligerância formal ficou a dever-se a declaração de guerra por parte da Alemanha em 9 de Março de 1916. Essa declaração de guerra invocou como razão o facto de Portugal se recusar a garantir que os navios alemães surtos em portos portugueses, que Portugal requisitara no mês anterior, não seriam colocados à disposição de inimigos da Alemanha. Na verdade, os navios requisitados foram repartidos, como se esperava, pelas marinhas mercantes portuguesa e britânica.

Durante o período de beligerância formal, Portugal participou em operações militares em três teatros de guerra:

a) Moçambique — Em 1916, Portugal tentou desencadear uma invasão da colónia alemã do Tanganica, cooperando assim com os ataques britânicos a partir do Quénia e os ataques belgas a partir do Congo. Teve a princípio algum sucesso e conseguiu ocupar o sul do Tanganica em 1916. Contudo, as tropas portuguesas foram em breve rechaçadas e uma contra-ofensiva alemã ocupou a metade norte de Moçambique em 1917. Apesar de alguns ganhos portugueses em 1918, as tropas alemãs só deixaram Moçambique depois da rendição geral alemã em Novembro de 1918.

b) Flandres — Em 1916 um Corpo Expedicionário Português foi enviado para a Flandres com vista a guarnecer um sector da frente ocidental europeia. Após travar a sangrenta e inconclusiva guerra das trincheiras entre o Outono de 1916 e a Primavera de 1918, o Corpo Expedicionário Português foi esmagado por uma ofensiva alemã em 9 de Abril de 1918 (batalha de La Lys). Após essa derrota, as tropas portuguesas que restavam na Flandres foram incorporadas nas forças britânicas até ao fim da guerra.

c) Atlântico — A navegação portuguesa no Atlântico foi alvo de ataques submarinos por parte da Alemanha, ataques a que Portugal respondeu com o sistema de comboio e escolta já adoptado pelos seus aliados. Além disso, Portugal cedeu bases no seu território aos seus aliados, particularmente à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos da América, para conduzirem a guerra anti-submarina e protegerem as comunicações entre as duas margens do Atlântico.

A Primeira Guerra Mundial terminou com o armistício de 11 de Novembro de 1918, a que se seguiram os tratados de Versailles (com a Alemanha), de Saint-Germain (com a Áustria), de Neuilly (com a Bulgária), de Trianon (com a Hungria) e de Sèvres (com a Turquia). De acordo com estes tratados, Portugal obteve: a cedência dos navios das potências vencidas requisitados durante a guerra e do território de Quionga (que fazia parte da colónia alemã do Tanganica e foi integrado em Moçambique); e o direito a receber 0,75 % das reparações de guerra a pagar pelos vencidos, reparações posteriormente fixadas em 6 600 milhões de libras (Portugal veio a receber efectivamente cerca de 4,635 milhões dos 49,5 milhões de libras previstos nos termos dos tratados).

— Segunda Guerra Mundial

Embora Portugal tenha mantido a neutralidade formal durante a Segunda Guerra Mundial, isso não impediu a sua participação em dois factos militares relevantes.

a) Ocupação de Timor — Em Dezembro de 1941, a colónia portuguesa de Timor foi ocupada por uma força australiana e neerlandesa para impedir que fosse usada pelo exército japonês como base contra a Austrália ou as Índias Orientais Neerlandesas (hoje Indonésia). A guarnição portuguesa não resistiu, mas o governo português protestou. As negociações

subseqüentes conduziram a um acordo de substituição da força australiana e neerlandesa por um reforço da guarnição portuguesa. Contudo, antes da chegada desse reforço, a força australiana e neerlandesa foi desbaratada por um exército japonês em Fevereiro de 1942 e, apesar de novos protestos portugueses e da manutenção de uma guerrilha enquadrada por australianos e neerlandeses, o Timor Português ficou ocupado pelo Japão até Agosto de 1945. Em Setembro de 1945 foi restabelecida a administração portuguesa.

b) Cedência de bases militares à Grã-Bretanha (e aos Estados Unidos da América) nos Açores — A partir de Outubro de 1943, Portugal concedeu à Grã-Bretanha, invocando a aliança anglo-portuguesa, o direito de utilizar bases militares nos Açores (na prática, foi a força aérea americana que usou as bases, situadas nas ilhas da Terceira e de Santa Maria). A Alemanha protestou, mas não se seguiu qualquer declaração de guerra ou ruptura de relações.

— Ocupação da Índia Portuguesa pela Índia

Desde a sua independência em 1947 que a Índia solicitou a Portugal a realização de conversações para a transmissão da soberania sobre a Índia Portuguesa para a Índia. Perante a recusa de Portugal, a Índia ocupou em Julho de 1954 os territórios de Dadrá e Nagar-Aveli e em Dezembro de 1961 os territórios de Goa, Damão e Diu, tendo Portugal oferecido apenas resistência breve.

Portugal reconheceu a soberania da Índia sobre a Índia Portuguesa pela lei 9/74 de 15 de Outubro de 1974.

— Guerra da independência de Angola

A luta armada pela independência de Angola foi desencadeada pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) em 4 de Fevereiro de 1961, pela União dos Povos de Angola (UPA), mais tarde Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), em 15 de Março de 1961 e pela União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em 25 de Dezembro de 1965.

As operações militares prolongaram-se até 1974, conseguindo Portugal manter o controle da generalidade do território.

A guerra da independência de Angola terminou com o Acordo do Alvor de 15 de Janeiro de 1975 entre Portugal, a FNLA, o MPLA e a UNITA sobre a concessão da independência a Angola. As estruturas governativas de transição do Estado de Angola foram criadas pela lei

constitucional 1/75 de 30 de Janeiro de 1975. Durante o período de transição, eclodiu uma guerra civil entre o MPLA e uma aliança entre a FNLA e a UNITA. Em 11 de Novembro de 1975, Portugal deixou de exercer formalmente a soberania sobre Angola e a independência de Angola foi proclamada separadamente por um governo do MPLA com sede em Luanda e por um governo da aliança FNLA-UNITA com sede em Nova Lisboa (hoje Huambo).

— Ocupação de São João Baptista de Ajudá pelo Daomé (hoje Benim)

Em 1961 a fortaleza de São João Baptista de Ajudá, que fazia parte da província ultramarina de São Tomé e Príncipe, foi ocupada pelo Daomé (hoje Benim), tendo Portugal oferecido apenas resistência simbólica.

Portugal reconheceu a soberania do Daomé sobre São João Baptista de Ajudá em 1974.

— Guerra da independência da Guiné

A luta armada pela independência da Guiné Portuguesa foi desencadeada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) em Janeiro de 1962.

As operações militares prolongaram-se até 1974, tendo Portugal perdido o controle efectivo da maior parte do território. Em 24 de Setembro de 1973, a Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, reunida em Madina do Boé, proclamou a independência da Guiné-Bissau.

A guerra da independência da Guiné terminou com o Protocolo de Argel de 26 de Agosto de 1974 entre Portugal e o PAIGC sobre o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e a concessão da independência a Cabo Verde. A independência da Guiné-Bissau foi reconhecida por Portugal em 10 de Setembro de 1974. Cabo Verde tornou-se independente em 5 de Julho de 1975.

— Guerra da independência de Moçambique

A luta armada pela independência de Moçambique foi desencadeada pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em Setembro de 1964.

As operações militares prolongaram-se até 1974, conseguindo Portugal manter o controle da maior parte, embora não da totalidade, do território.

A guerra da independência de Moçambique terminou com o Acordo de Lusaca de 7 de Setembro de 1974 entre Portugal e a FRELIMO sobre a concessão da independência a Moçambique. As estruturas governativas de transição do Estado de Moçambique foram criadas pela lei constitucional 8/74 de 9 de Setembro de 1974. Moçambique tornou-se independente em 25 de Julho de 1975.

— Ocupação de Timor-Leste pela Indonésia

A lei constitucional 7/75 de 17 de Julho de 1975 aprovou o processo e o calendário da descolonização do Timor Português. Todavia, a eclosão, em Agosto de 1975, de uma guerra civil entre a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), a Frente Timorense de Libertação Nacional (FRETILIN) e a União Democrática de Timor (UDT), fez com que a soberania portuguesa cessasse de facto no território. Na seqüência destes acontecimentos, a Indonésia invadiu e ocupou, em Dezembro de 1975, o território de Timor-Leste. No ano seguinte, Timor-Leste foi formalmente anexado pela Indonésia. Porém, essa anexação não foi reconhecida, nem por Portugal, nem pelas Nações Unidas, e foi contestada, através de resistência armada e de acção diplomática, pela FRETILIN e pela UDT, mais tarde unidas no Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), até 1999. Em Maio desse ano, foi assinado um acordo entre Portugal e a Indonésia para a realização de uma consulta à população do território para escolha entre a integração na Indonésia como região autónoma e a independência. A consulta realizou-se em Agosto do mesmo ano, com resultado claramente favorável à independência. Ainda no mesmo ano, a administração do território foi formalmente entregue à Organização das Nações Unidas como início do processo de transição para a independência.

— Operações de manutenção de paz em Moçambique

Entre 1994 e1996, forças portuguesas participaram nas operações levadas a cabo pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a manutenção da paz em Moçambique, operações que vieram a ser coroadas de êxito.

Quadro 12.8 — Guerras e conflitos externos (continuação)

— Operações de manutenção de paz em Angola

Entre 1995 e 1998, forças portuguesas participaram nas operações levadas a cabo pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a manutenção da paz em Angola, operações que se saldaram por um fracasso.

— Operações de manutenção de paz na Bósnia-Herzegovina

A partir de 1996, forças portuguesas participaram nas operações levadas a cabo pela Organização de Segurança e Cooperação Europeia (OSCE) para a manutenção da paz na Bósnia-Herzegovina.

— Guerra contra a Jugoslávia

Em 1999, forças portuguesas participaram nas operações levadas a cabo pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para impôr a retirada das forças militares da Jugoslávia da região autónoma do Cossovo, operações que vieram a ser coroadas de êxito.

— Operações de manutenção de paz no Cossovo

A partir de 1999, forças portuguesas participaram nas operações levadas a cabo pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para a manutenção da paz no Cossovo.

— Operações de manutenção de paz em Timor-Leste

A partir de 1999, forças portuguesas participaram nas operações levadas a cabo pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a manutenção da paz em Timor-Leste.